

UFRRJ

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

TESE

**As Mãos que Alimentam a Nação: agricultura
familiar, sindicalismo e política**

Everton Lazzaretti Picolotto

2011



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

AS MÃOS QUE ALIMENTAM A NAÇÃO: AGRICULTURA FAMILIAR, SINDICALISMO E POLÍTICA

EVERTON LAZZARETTI PICOLOTTO

Sob a Orientação da Professora

Leonilde Servolo de Medeiros

Tese de doutorado apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutor em Ciências** no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

Rio de Janeiro, RJ
Junho de 2011

306.85
P598m
T

Picolotto, Everton Lazzaretti

As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política / Everton Lazzaretti Picolotto, 2011.
289 f.

Orientador: Leonilde Servolo de Medeiros
Tese (doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.

Bibliografia: f. 270-288

1. Agricultores familiares - Teses. 2. Sindicalismo – Teses. 3. Reconhecimento – Teses. 4. Rio Grande do Sul – Teses. I. Medeiros, Leonilde Servolo de. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

EVERTON LAZZARETTI PICOLOTTO

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutor em Ciências** no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

TESE APROVADA EM 17 JUNHO DE 2011.

Dra. Leonilde Servolo de Medeiros - UFRRJ
Orientadora

Dra. Regina Celia Reyes Novaes - UFRJ

Dr. Osvaldo Heller da Silva - UFPR

Dra. Claudia Job Schmitt - UFRRJ

Dr. Cesar Augusto Da Ros - UFRRJ

AGRADECIMENTOS

*À Leonilde, minha orientadora, que esteve presente em todos os momentos deste trabalho.
Mais do que uma orientadora foi uma interlocutora constante.*

À Neila, meu amor, pelo apoio sem medida e compreensão em toda a longa jornada de construção da tese. Espero poder compensar de alguma forma os finais de semana perdidos.

Aos meus familiares, pais, irmãos, tios e avós que, mesmo estando à distância em muitos momentos, sempre me apoiaram na trajetória de estudos.

Às organizações de agricultores que disponibilizaram os seus documentos e aos seus dirigentes que nos concederam entrevistas.

À CAPES e à FAPERJ pela bolsa que me permitiu realizar o doutorado.

Aos professores e estudantes do CPDA pelas ótimas reflexões oportunizadas durante vivência do Curso. Sou grato especialmente aos professores: Leonilde Medeiros, Canrobert Costa Neto, Claudia Schmitt, John Wilkinson, John Comerford, Fátima Portilho e Jorge Romano. E aos colegas: Mariana, Fernanda, Marcelo, Roberta, Emanuel, Silvia e Bianca.

Aos colegas das “repúblicas gaúchas” que me hospedaram gentilmente nas minhas frequentes idas ao Rio. Em especial Sergio, Alex, Silvia, Cesar, Paulinho, Catia, Júnior, Simone, Felipe, Marcos, Valter, Terezinha, Sandra e Bruno. Um reconhecimento especial ao Paulinho, com quem tive o privilégio de fazer a seleção e iniciar o doutorado junto, dividindo as angústias daqueles momentos. Da mesma forma, Catia, Júnior, Roberta, Cristiano, Cesar e Sergio com quem pude passar ótimos momentos nos bares da Lapa, realizar longas reflexões e participar da vôlei-terapia semanal no Aterro do Flamengo.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da UFSM que sempre me estimularam a seguir estudando. Em especial Vivien Diesel e Marcos Froehlich.

À cunhada Nadia que me deu apoio nos momentos de pesquisa em Porto Alegre.

Aos professores membros da banca por terem aceitado o convite para ler e avaliar este trabalho.

À universidade pública que me permitiu chegar até aqui.

RESUMO

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. **As Mãos que Alimentam a Nação: agricultura familiar, sindicalismo e política.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

Este trabalho teve por objetivo investigar, na trajetória de grupos de agricultores de base familiar do Sul do Brasil, os caminhos pelos quais os *agricultores familiares* constituíram-se como personagens políticos com um projeto próprio de agricultura no cenário contemporâneo. A elaboração deste trabalho foi composta da análise de documentação de organizações de agricultores, elaborações de intelectuais orgânicos, entrevistas com lideranças e assessores de organizações rurais e observações diretas. Por meio de uma análise sociohistórica, buscou-se resgatar a experiência político-organizativa dos grupos de agricultores de base familiar (*colonos e caboclos*) particularmente no estado do Rio Grande do Sul, a formação de atores em diferentes momentos históricos (associações, uniões, ligas, sindicatos, cooperativas e movimentos), a constituição de identidades, a construção de opositores sociais, a formulação de projetos de agricultura e as disputas entre atores pela representação de agricultores. Percebeu-se que as construções políticas e simbólicas da agricultura familiar na atualidade são resultados de um processo de lutas de grupos de agricultores e diferentes atores frente à grande exploração agropecuária e os seus atores de representação. Contribuíram para a situação atual de maior visibilidade e reconhecimento sociopolítico da agricultura familiar um conjunto de iniciativas de diversos atores, tais como as lutas políticas e os projetos formulados pelas organizações de agricultores de base familiar (particularmente as sindicais), os estudos realizados sobre o tema por setores acadêmicos e órgãos estatais em parceria com organizações internacionais e as políticas públicas formuladas para este público a partir de meados da década de 1990. No que se refere às iniciativas sindicais destacaram-se as demandas por reconhecimento da especificidade dos pequenos produtores no processo Constituinte, na formulação da Lei Agrícola e na implantação do MERCOSUL, o processo de unificação formal do sindicalismo rural (CONTAG e CUT), a construção do *projeto alternativo de desenvolvimento rural* e a realização das mobilizações dos Gritos da Terra Brasil. Neste processo, ocorreu o aumento da importância do tema da *agricultura familiar* no interior do sindicalismo frente às suas tradicionais bandeiras da reforma agrária e dos direitos trabalhistas e ocorreu a formação da FETRAF, a partir de 2001, como uma organização sindical específica de agricultores familiares, inicialmente no Sul e logo em seguida nacionalizada. A FETRAF e a CONTAG, mesmo concorrendo entre si por expressão política e por bases, têm sido atores centrais na construção da *agricultura familiar* como modelo de agricultura e enquanto personagem sociopolítico importante no cenário nacional.

Palavras-chave: agricultores familiares, sindicalismo, disputas políticas, reconhecimento, Rio Grande do Sul

ABSTRACT

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. **Hands Feeding the Nation: family agriculture, trade unionism and politics.** (PhD in Social Sciences in Development, Agriculture and Society). Institute of Humanities and Social Sciences, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

The present study aimed to investigate the trajectory of groups of family-based farmers in southern Brazil, the ways in which *family farmers* established themselves as political figures with a personal project of agriculture in the contemporary scene. The preparation of this work consisted of analysis of documentation of farmers' organizations, elaborations of organic intellectuals, interviews with leaders and advisors of rural organizations and direct observations. Through a socio-historical analysis, we attempted to rescue the political and organizational experience of the groups of family-based farmers (*colonos* and *caboclos*), particularly in the state of Rio Grande do Sul, the training of actors at different historical moments (associations, unions, leagues, trade unions, cooperatives and movements), the constitution of identities, the social construction of opponents, the formulation of agricultural projects and the disputes between actors representing the farmers. The political and symbolic constructions of family farms today are the result of a process of struggles of farmers' groups and different agents in relation of the large agricultural exploitation of actors and their representation. Contributed to the current situation of social and political visibility and recognition of family farming there is a number of initiatives of various agents such as political struggles and projects formulated by family-based farmers' (especially trade unions), studies on the subject by academic and government agencies in partnership with international organizations and public policies formulated for this audience from the mid-1990s. With regard to trade union initiatives stood out demands for recognition of the specificity of small producers in the Constituent Assembly, in the formulation of the Farm Bill and implementation of the MERCOSUR, the formal process of unification of rural unionism (CONTAG and CUT), the construction *alternative project of rural development* and implementation of mobilizations of the movement "Gritos da Terra Brasil". In this process, there was an increase of the importance of the theme of family farming within the unions against their traditional flags of agrarian reform and labor rights and the formation of FETRAF occurred from 2001 as a specific labor organization of family farmers, initially in the South and soon nationalized. Thus, the FETRAF and CONTAG, even competing with each other for political expression and bases, have been central actors in the construction of *family farming* as a model of agriculture and socio-political character having great importance on the national scene.

Keywords: farmers, trade unions, political disputes, recognition, Rio Grande do Sul

LISTA DE SIGLAS

ABCAR – Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
ANPOCS – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
AP – Ação Popular
ASCAR – Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural
CAMP – Centro de Assessoria Multiprofissional
CBEs – Comunidades Eclesiais de Base
CETAP – Centro de Tecnologias Alternativas Populares
CNA – Confederação Nacional da Agricultura
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CONCUT – Congresso Nacional da Central Única de Trabalhadores
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOPAC – Cooperativa de Produção Agropecuária de Constantina
COSAU – Comissão Sindical do Alto Uruguai
COTRIN – Comissão de Organização da Triticultura Nacional
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CRAB – Comissão Regional de Atingidos por Barragens
CRB – Confederação Rural Brasileira
CRESOL – Cooperativa de Crédito com Interação Solidária
CTB – Central dos Trabalhadores do Brasil
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DESER – Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais
DETR-RS – Departamento Estadual dos Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Sul
DNTR – Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais
EMATER – Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAG – Frente Agrária Gaúcha
FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação
FARSUL – Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FECOTRIGO – Federação das Cooperativas Triticolas do Rio Grande do Sul
FERAESP – Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo
FETAESC – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina
FETAG-RS – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul
FETRAF-Brasil – Federação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
FETRAFESC – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Santa Catarina
FETRAF-Sul – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da região Sul
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FUNRURAL – Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural
GEA – Grupo de Estudos Agrários
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGRA – Instituto Gaúcho de Reforma Agrária
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAARA – Ministério da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MASTER – Movimento dos Agricultores Sem Terra
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
MMC – Movimento de Mulheres Camponesas
MMTR – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MSTR – Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais
OCB – Organização das Cooperativas do Brasil
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONG – Organização Não-Governamental
PADRS – Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável
PADSS – Projeto Alternativo de Desenvolvimento Sustentável e Solidário
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PIB – Produto Interno Bruto
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária
PR – Paraná
PROCERA – Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROVAP – Programa de Valorização da Pequena Produção
PRR – Partido Republicano Riograndense
PSD – Partido Social Democrático
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
Rede TA/Sul – Rede Tecnologias Alternativas/Sul
RS – Rio Grande do Sul
SC – Santa Catarina
SINTRAF – Sindicatos dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
SNA – Sociedade Nacional de Agricultura
SRB – Sociedade Rural Brasileira
STR – Sindicato de Trabalhadores Rurais
UDN – União Democrática Nacional
UDR – União Democrática Ruralista
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFMS – Universidade Federal de Santa Maria
ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa do Rio Grande do Sul com a indicação das áreas originárias de campo e de matas.....	33
Figura 2: Distribuição das áreas colonizadas com imigrantes europeus ou com seus descendentes no RS.....	38
Figura 3: Sindicatos fundados pela FAG no RS entre 1963 e 1977.....	88
Figura 4: Região Sul do Brasil com destaque para as regiões Alto Uruguai e Missões do RS Oeste de SC e Sudoeste do PR.....	136
Figura 5: Mapa do Brasil com destaque para FETAGs filiadas à CUT e à CTB e presença de FETRAFs.....	235
Figura 6: Municípios do RS com presença de sindicatos e associações sindicais filiadas à FETAG e à FETRAF.....	239
Figura 7: Mapa do RS com destaque das cooperativas da CRESOL e dos postos de atendimento.....	242
Figura 8: Regiões do RS em que atua o Programa Territórios da Cidadania.....	153
Figura 9: Mapa do RS com destaque para a presença da FETAG, da FETRAF e do MPA.....	153
Figura 10: Capa da Revista Semear.....	259

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Toldos indígenas demarcados no RS 1910-1918.....	39
Quadro 2: Gestões da FETAG-RS 1963-1980.....	115
Quadro 3: Grupos de classificação do PRONAF instituídos em 1999.....	184
Quadro 4: Gestões da FETRAF-Sul 2001-2010.....	250
Quadro 5: Gestões da FETAG-RS 1999-2010.....	252

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I - ORIGENS DA AGRICULTURA DE BASE FAMILIAR: SUBORDINAÇÃO OU CONCORRÊNCIA COM A GRANDE EXPLORAÇÃO AGROPECUÁRIA?	28
1.1 Gênese social da agricultura de base familiar	28
1.2 Organização da representação política no campo no início da República	41
1.2.1 Advento da República e mudanças no eixo do poder	41
1.2.2 Associativismo da <i>classe rural</i>	44
1.3 Organização política dos <i>colonos</i>	47
1.3.1 Associação Riograndense de Agricultores e sindicatos agrícolas	48
1.3.2 União Popular dos Católicos Teuto-brasileiros e Liga das Uniões Coloniais	53
1.3.3 Cooperativismo entre os <i>colonos</i>	58
1.4 Identidade <i>colona</i> e resistência <i>cabocla</i>	63
CAPÍTULO II - FORMAÇÃO DO SINDICALISMO DOS TRABALHADORES RURAIS EM UM CENÁRIO DE DISPUTAS POLÍTICAS NO CAMPO	66
2.1 Transformações no ordenamento político e na agropecuária e emergência do sindicalismo dos trabalhadores rurais em nível nacional	66
2.2 Disputas políticas, mudanças na agropecuária gaúcha e emergência de novos atores	71
2.2.1 Organização política no campo sob a mediação dos trabalhistas e comunistas	77
2.2.2 Sindicalização rural promovida pela Igreja	83
2.3 Diversidade social e busca de construção de unidade: como construir identidade de interesses?	89
2.4 Consolidação da FETAG no processo de modernização da agricultura e de disputas pelo enquadramento sindical e pelos serviços assistenciais	96
2.4.1 O sindicalismo no processo de modernização da agricultura	98
2.4.2 Enquadramento sindical e construção de identidade de <i>trabalhador</i>	106
2.4.3 O “chamariz” da assistência social e os direitos de cidadania	110
2.5 Pequeno produtor e <i>colono</i>	114
CAPÍTULO III - CRIAÇÃO DE NOVOS ATORES E RECONFIGURAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NO CAMPO NO PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO POLÍTICA DO PAÍS	116
3.1 Reorientação da Igreja e da esquerda: a <i>ida ao povo</i>	116
3.2 Crise na agricultura, dificuldades de acesso aos serviços de saúde e emergência de movimentos de questionamento	122
3.2.1 Conflitos frente aos efeitos da modernização e às políticas governamentais	124
3.2.2 Conflitos por direitos sociais	128
3.3 Emergência de novos atores, oposições no sindicalismo e reestruturação da FETAG	130
3.3.1 Formação de novos atores no campo	136
3.3.2 Reestruturação da FETAG na nova conjuntura	143
3.4 Especificidade dos <i>pequenos produtores</i>: diversificação produtiva, agricultura alternativa e política agrícola diferenciada	147

3.4.1 Diversificação produtiva e agricultura alternativa	147
3.4.2 Demarcando o espaço dos <i>pequenos produtores</i> e as lutas por política agrícola diferenciada..	151
3.5 Como construir a unidade na diversidade? Construção de identidades em um cenário de redefinições políticas	156
CAPÍTULO IV - EMERGÊNCIA DA CATEGORIA AGRICULTURA FAMILIAR NO SINDICALISMO NO FINAL DO SÉCULO XX	162
4.1 Da democratização política às reformas neoliberais: o lugar da agricultura familiar na nova inserção internacional da economia brasileira	162
4.2 Sindicalismo propositivo: Projeto Alternativo de Desenvolvimento, Gritos da Terra e políticas diferenciadas	170
4.3.1 Gritos da Terra Brasil, afirmação dos agricultores familiares e conquista do PRONAF	175
4.2.2 Projeto Alternativo de Desenvolvimento na CONTAG: opção pela <i>agricultura familiar</i>	185
4.3 Como construir a unidade na diversidade? O processo de unificação formal da CONTAG e da CUT	189
4.4 Nem tudo são flores: dissidências na CUT e formação do MPA	199
CAPÍTULO V - UM SINDICALISMO DA AGRICULTURA FAMILIAR?	204
5.1 Disputas no interior da CONTAG e construção de dissidência cutista no Sul	204
5.1.1 A construção da <i>agricultura familiar</i> como identidade e ator	206
5.1.2 Formação da FETRAF-Sul	210
5.1.3 Debate e reação da CONTAG frente à criação de um novo ator	214
5.2 A FETRAF e o sindicalismo da <i>agricultura familiar</i>	217
5.2.1 Diretrizes políticas e base social	220
5.2.2 Formação da FETRAF- Brasil	224
5.3 Reconhecimento da agricultura familiar e disputas com organizações patronais	226
5.4 Disputas pela representação da agricultura familiar	233
5.4.1 Disputas sindicais pela agricultura familiar no Sul	237
5.4.2 Disputas no campo jurídico	245
5.5 Bases sociais dos atores e diferenciação na agricultura familiar	247
5.6 A <i>agricultura familiar</i> para o sindicalismo: reconhecimento e positivação do modo de vida e de produção	255
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	264
REFERÊNCIAS	270
DOCUMENTOS CITADOS	283
ANEXO - ENTREVISTAS REALIZADAS	289

INTRODUÇÃO

A emergência do *agricultor familiar* como personagem político é recente na história brasileira. Nas duas últimas décadas, vem ocorrendo um processo complexo de construção da categoria *agricultura familiar*, enquanto modelo de agricultura e como identidade política de grupos de agricultores. Entretanto, mesmo que a emergência dessa categoria seja apresentada como uma novidade no cenário nacional, a trajetória de lutas dos grupos de agricultores que vieram a constituí-la é longa e permeada de conflitos sociais e políticos.

O objetivo deste trabalho é investigar, na trajetória de grupos de agricultores de base familiar no Sul do Brasil, os caminhos pelos quais conseguiram se constituir enquanto personagens políticos portadores de um projeto de agricultura próprio e uma identidade sociopolítica associada à *agricultura familiar* no cenário contemporâneo.

O tema deste trabalho tem origem em um conjunto de reflexões realizadas na construção de minha dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). A dissertação tratou da formação de um movimento de agricultores familiares no município de Constantina, estado do Rio Grande do Sul (Picolotto, 2006). Na realização deste trabalho foi possível perceber que os acontecimentos locais (formação de oposição sindical, experiências de agricultura alternativa, formação de associações de cooperação agrícola e de cooperativas etc.), que à primeira vista pareciam originais, na maioria vezes podiam ser relacionados a processos sociopolíticos maiores que ocorriam na região do Alto Uruguai, no estado, na região Sul ou mesmo no país. Portanto, mesmo que tenha realizado um estudo sobre a organização local dos agricultores, percebia que era necessário pensar suas relações com as organizações sindicais e não-sindicais mais amplas. Na realização deste trabalho tomei contato e aprofundei estudos na literatura sobre sindicalismo rural, movimentos sociais do campo, identidades e projetos políticos das organizações de agricultores. Estes assuntos me acompanharam na realização do trabalho de tese, sendo repensados à luz de outras categorias que foram incorporadas na reflexão durante a realização das disciplinas do curso de doutorado e nas atividades de orientação no CPDA/UFRRJ.

Outra fonte de inspiração para a realização desta pesquisa é a própria trajetória social de minha família. Meus pais são agricultores familiares no município de Constantina e descendentes de imigrantes italianos que formaram *colônias* nas regiões de matas do Rio Grande do Sul no final do século XIX. Ainda que tenham conseguido por divisão de herança uma propriedade, alguns de seus irmãos mais jovens não tiveram a mesma oportunidade precisando, para conseguirem terra e continuarem na agricultura, ingressar nas fileiras do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no final da década de 1980. No meu próprio caso, escolhi sair da *colônia* para estudar, em função da falta de perspectivas de continuidade na agricultura. Estas questões familiares, para além do interesse acadêmico estrito, sempre me instigaram a buscar explicações sobre a sociogênese do grupo social dos *colonos*, os condicionantes socioeconômicos e os motivadores políticos que fizeram com que meus tios ingressassem no MST, meus pais e outros tios fossem ativos no sindicalismo que

formou a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF) e a minha própria impossibilidade de ser agricultor.

A literatura sobre a agricultura familiar aponta que, desde meados da década de 1990, vem ocorrendo um processo de reconhecimento e de criação de instituições de apoio a este modelo de agricultura. Foram criadas políticas públicas específicas de estímulo aos agricultores familiares (como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, em 1995), secretarias de governo orientadas exclusivamente para trabalhar com a categoria (como a Secretaria da Agricultura Familiar criada em 2003 no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário, criado em 1998), promulgou-se em 2006 a Lei da Agricultura Familiar, reconhecendo oficialmente a *agricultura familiar* como profissão no mundo do trabalho e foram criadas novas organizações de representação sindical com vistas a disputar e consolidar a identidade política de *agricultor familiar* (como a FETRAF). Além do mais, a elaboração de um caderno especial sobre a Agricultura Familiar com os dados do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2009) contribuiu para evidenciar a importância social e econômica desta categoria de agricultores no país.

O reconhecimento dessa categoria tem se dado de três formas principais, distintas, mas complementares entre si. A primeira diz respeito ao aumento de sua importância política e dos atores que se constituíram como seus representantes (com a formação da FETRAF como organização específica de *agricultores familiares* e, de outro lado, com a reorientação política da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, que, a partir de meados dos anos 1990, passou a fazer uso da categoria *agricultor familiar*). A segunda se refere ao reconhecimento institucional propiciado pela definição de espaços no governo, definição de políticas públicas e pela Lei da Agricultura Familiar. E a terceira advém do trabalho de reversão das valorações negativas que eram atribuídas a este modelo de agricultura, tais como: *atrasada, ineficiente e inadequada*. Por meio de uma luta simbólica movida pelo sindicalismo, por setores acadêmicos e por algumas instituições governamentais, a *agricultura familiar* passou a ser associada com adjetivos considerados positivos, tais como: *moderna, eficiente, sustentável, solidária e produtora de alimentos*. Tais reversões de valores estão intimamente vinculadas ao processo de construção da *agricultura familiar* enquanto modelo de agricultura do tempo presente e o *agricultor familiar*, seu sujeito, passa a ser um personagem político importante no cenário nacional.

O reconhecimento, neste caso, não deve ser entendido como um mero reconhecimento jurídico da categoria, pautado em leis e políticas públicas, mas como um processo complexo de construção de grupos ou categorias sociais rurais inferiorizadas historicamente e em luta por fazer-se reconhecer frente a outros atores e perante o Estado. Segundo apontado por Honneth (2009, p.156), as lutas por reconhecimento são as “lutas moralmente motivadas de grupos sociais, sua tentativa coletiva de estabelecer institucional e culturalmente formas ampliadas de reconhecimento recíproco, aquilo por meio do qual vem a se realizar a transformação normativamente gerida das sociedades.”

Nesta perspectiva, juntamente com a afirmação política de um grupo social, por meio da afirmação de atores políticos e do reconhecimento destes pelo Estado e por outros atores, deve-se dar também a devida atenção à “gramática moral dos conflitos sociais” (Honneth, 2009), pois, além das situações de carências materiais e políticas que podem motivar ações coletivas, também existem as situações de “injustiça” e “desrespeito” social que, quando percebidas intersubjetivamente como típicos de um grupo inteiro, podem se tornar base motivacional para resistências ou para ações que possam buscar a reversão de condição de inferioridade social.

A busca de explicações sobre os processos sociopolíticos que possibilitaram a emergência dos *agricultores familiares* como personagens políticos na atualidade e o reconhecimento que alcançam requer a problematização sobre a formação e as mudanças por que passaram os grupos sociais que o precederam. Ou, melhor seria dizer, uma releitura da história dos grupos sociais que deram origem a este novo personagem político. Uma releitura que permita evidenciar a presença de grupos de agricultores de base familiar¹ que foram, muitas vezes, condenados à invisibilidade pela história oficial por terem sido considerados de menor importância frente às grandes explorações agropecuárias e suas formas de trabalho predominantes (escravo, assalariado, dentre outras). A releitura desta história requer mostrar a presença onde era apontada a ausência, fazendo um rompimento com interpretações correntes. Como sugere Bourdieu: “O difícil em sociologia é conseguir pensar de modo completamente assombroso, desconcertado, coisas que acreditávamos havia muito tempo” (2004, p.192-193).

Uma categoria teórica que permite repensar os caminhos percorridos para chegar à construção da categoria *agricultura familiar* no período recente é a noção de “experiência”, caminho metodológico elaborado por Thompson (1981; 1987) para fazer a ligação entre o ser e a consciência, a transmutação da estrutura em processo. Segundo ele, as categorias sociais se constituem a partir da experiência concreta de sua produção enquanto agente:

As pessoas experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* [...] das mais complexas maneiras (“relativamente autônomas”) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada (Thompson, 1981, p.182, grifos no original).

O uso desta noção sugere que se parta de uma situação concreta (a existência de direitos, leis, organizações e reconhecimento público dos agricultores familiares) para investigar sua trajetória passada, o seu “fazer-se”, permitindo supor que essa situação concreta é fruto das lutas políticas travadas por indivíduos e atores sociais (organizações de agricultores e seus oponentes). Tendo-se em mente tal complexidade, pretendeu-se perceber as tensões inerentes a este processo, visto que, normalmente, ao se resgatar a história de um grupo social, “apenas os vitoriosos (no sentido daqueles cujas aspirações anteciparam a evolução posterior) são lembrados. Os becos sem saída, as causas perdidas e os próprios perdedores são esquecidos” (Thompson, 1987, p.13). Dessa forma, a “experiência” de um grupo social deve ser entendida como um conjunto amplo de vivências históricas anteriores, suas experiências organizativas e suas heranças culturais que com rupturas e continuidades fornecem sentidos e identidades aos indivíduos e aos grupos sociais, que iluminam as suas ações e organizações atuais e permitem o seu “fazer-se” enquanto um grupo social particular, sempre em relação a outros grupos.

Ainda que uma abordagem com esse referencial permitisse investigar diversas dimensões da experiência sociopolítica dos grupos de agricultores de base familiar, este trabalho privilegiou explorar as experiências organizativas que estes agricultores construíram ao longo de sua trajetória, seus projetos políticos e identidades.

¹ Neste trabalho utiliza-se os termos agricultores de base familiar e agricultura de base familiar como genérico de situações de trabalho e vida na agropecuária que estejam centradas na reprodução social da família, embasada nas definições clássicas de Chayanov (1974) e Tepicht (1973). Já os termos *agricultor familiar* e *agricultura familiar* são usados em referência à identidade política e aos projetos políticos (ou modelos de agricultura) produzidos pelas organizações de agricultores.

Ao promover o resgate da trajetória de formação dos grupos sociais que atualmente formam o que se denomina como a *agricultura familiar* no Sul do Brasil percebeu-se em diferentes momentos, disputas pela representação dos grupos de agricultores, suas visões de mundo e a definição das suas pautas de luta e projetos políticos. Desta forma, a definição atual da categoria *agricultura familiar* (e de outras que a precederam e/ou com ela convivem, como *camponês*, *trabalhador rural* e *pequeno produtor*) é uma construção política produzida nos embates realizados em uma arena, em que atuam atores que se propõem a ser representantes dos agricultores em geral, ou de uma parcela deles, ao mesmo tempo em que são construtores de modelos de exploração na agricultura e de visões de mundo. Nesse sentido, a construção da categoria *agricultura familiar* (como modelo de agricultura e como identidade sociopolítica) não pode ser vista exclusivamente como um produto da reflexão acadêmica ou das políticas públicas criadas para este público (como querem fazer crer alguns autores), mas como resultado de um complexo processo de embates entre grupos de agricultores, modos de exploração agropecuária e de vida e de atores políticos que pretenderam intervir sobre o ordenamento social e falar em nome dos agricultores.

Em alguns estados brasileiros, como no Rio Grande do Sul, os embates pela existência social dos agricultores de base familiar e pela representação dos agricultores em geral ou uma parcela deles foram frequentes e evidenciam a força e a disposição de diferentes grupos e atores em procurar impor suas visões de mundo como verdadeiras e universais. Em diversos momentos ocorreram disputas entre grupos sociais, seus intelectuais orgânicos e suas organizações de representação por recursos, por reconhecimento e pela definição da melhor forma de organização da agropecuária no estado e no país.²

As questões que orientaram os investimentos de pesquisa procuraram dar conta da amplitude dos processos sociopolíticos que permitiram a emergência e o reconhecimento recente da agricultura familiar. Nesse sentido, os questionamentos que guiaram a reflexão foram: qual a experiência social e política que possibilitou a construção do projeto da *agricultura familiar* e da identidade política de *agricultor familiar* no período contemporâneo mobilizando atores políticos que, em concorrência com outros, disputaram a representação dos agricultores de base familiar no Brasil em geral e no estado do Rio Grande do Sul em particular? Quais as principais experiências organizativas construídas pelos agricultores de base familiar na sua trajetória social no Sul do país e qual o papel que as suas organizações exerceram para tornar o *agricultor familiar* um personagem político importante na atualidade?

Como existe uma grande diversidade de organizações que se propõem como representantes dos agricultores de base familiar ou de uma parcela deles, optou-se por privilegiar neste trabalho as organizações que fazem uso dos canais sindicais para expressar suas demandas. Assim, os atores que se organizam em forma de *movimentos* e as cooperativas foram tratados de forma secundária no decorrer do trabalho, procurando apenas observar as suas relações com as organizações sindicais.

² No Rio Grande do Sul destacaram-se nesses embates políticos e ideológicos principalmente algumas categorias: os grandes proprietários (que originariamente dedicavam-se exclusivamente à pecuária e eram conhecidos por *estancieiros*, mas que contemporaneamente também atuam na agricultura e tem feito uso da nomenclatura *produtor rural*); os *colonos* descendentes de imigrantes europeus pequenos proprietários; os *caboclos* de origem étnica e em situações de acesso à terra e de trabalho diversas (geralmente em situações mais precárias do que os *colonos*); e a categoria dos *sem terra* (que em nível geral tem origem e identificação com as categorias dos *colonos* e *caboclos*, mas que em alguns momentos mobilizam-se pelo acesso à terra e adotam identidade política de *sem-terra*).

Ao longo do processo de pesquisa, dada a limitação de tempo, foi preciso fazer várias opções, incluindo ou excluindo temas, dando maior ou menor ênfase a eventos, fatos, atores, ideias, projetos etc. Foi preciso também selecionar fontes e interlocutores de pesquisa. Optou-se por fazer uso, sempre que possível, de documentos produzidos pelas próprias organizações de representação e por intelectuais orgânicos ou assessores; de relatórios de comissões ou de estudos produzidos por agências e comissões de organizações de agricultores e do Estado e de depoimentos de lideranças e assessores das organizações diretamente envolvidos com os temas abordados. Para conseguir acesso aos documentos foram feitas buscas nos arquivos físicos e eletrônicos das seguintes organizações: Federação dos Trabalhadores na Agricultura do RS (FETAG-RS), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da região Sul (FETRAF-Sul), Federação da Agricultura do RS (FARSUL), Sindicato de Trabalhadores Rurais de Constantina, Base Noroeste do RS da Cooperativa de Crédito com Interação Solidária (CRESOL), Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP) e Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais (DESER). Também foram feitas buscas em arquivos de centros de documentação e bibliotecas, tais como: o Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA), Bibliotecas do CPDA, Biblioteca de Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e Biblioteca da Universidade de Ijuí (UNIJUÍ). Alguns documentos foram acessados pela internet na Biblioteca Digital da CUT Nacional (documentos históricos digitalizados) e da CONTAG, outros foram solicitados diretamente à Biblioteca do Ministério da Agricultura e à Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA) que nos remeteram cópias por correio e ainda alguns foram solicitados diretamente às organizações sindicais e enviados por correio eletrônico.

A análise destes documentos e das elaborações de intelectuais orgânicos e assessores propiciou a construção de uma primeira leitura sobre os diversos eventos que marcaram a categoria dos agricultores de base familiar, sobre os momentos em que apareciam determinadas ideias e pautas de luta e como estas foram constituindo-se com o passar do tempo, sobre as relações das organizações com o Estado e com as organizações patronais em diferentes períodos.

Outra fonte que se mostrou bastante rica em informações foram as entrevistas realizadas com lideranças das organizações de representação e com integrantes de organizações de assessoria. A escolha dos entrevistados procurou abranger a diversidade de atores existentes no sindicalismo, dirigentes e assessores que atuaram em diferentes épocas e em distintas correntes políticas internas. Estas entrevistas foram realizadas nos locais de atuação dos entrevistados, seguindo um roteiro previamente estruturado pelo pesquisador e com auxílio de um gravador para registro e posterior transcrição (a lista das entrevistas realizadas encontra-se no Anexo I). Além das entrevistas terem possibilitado o preenchimento de algumas lacunas e fazer interligações entre fatos que somente com a documentação não era possível compreender, elas nos oportunizaram conhecer também as sedes físicas dos sindicatos, federações e várias de suas lideranças e assessores, melhorando nossa percepção sobre aspectos particulares do dia-a-dia sindical. Além disso, tivemos a oportunidade de participar como observador do III Congresso da FETRAF-Sul na cidade de Erechim-RS em março de 2010 e como observador e formador de um Curso de Formação de Lideranças Sindicais da FETAG-RS na cidade de Porto Alegre em junho de 2010. Neste aspecto, mesmo que não tenha sido nosso objetivo fazer uma pesquisa participante, as oportunidades de

interagir com dirigentes sindicais de diversos postos na hierarquia interna nos propiciaram melhorar o entendimento sobre cada ator particular e abrir canais de diálogo mais francos e abertos com os interlocutores da pesquisa.

Este conjunto de documentos, entrevistas e observações obtidos destas diversas maneiras nos permitiu reunir um acervo de informações bastante amplo sobre as trajetórias das organizações sindicais e dos grupos de agricultores, suas ações políticas, eventos, projetos, elaborações e ainda sobre algumas das suas divergências e temas polêmicos. Com base nestas informações e a inter-relação com a literatura disponível, a nosso ver, foi possível construir uma interpretação própria dos processos sociopolíticos que tornaram possível a emergência dos *agricultores familiares* no cenário contemporâneo.

A agricultura de base familiar na história brasileira, quando pensada do ponto de vista da sua importância socioeconômica, foi relegada pelo Estado e pelos setores dominantes a uma condição subsidiária aos interesses da grande exploração agropecuária. Esta última foi considerada, ao longo do tempo, como a única capaz de garantir divisas para o país através da exportação de produtos agrícolas de interesse internacional. Nas regiões estratégicas para a exploração de produtos de exportação, coube à exploração familiar funções consideradas secundárias, tais como: a produção de alimentos para o mercado interno (principalmente para as populações das cidades, uma vez que as fazendas de exportação normalmente eram autosuficientes em gêneros alimentícios) e servir como uma reserva de força de trabalho acessória nos momentos em que as grandes explorações necessitassem. Por outro lado, há que se considerar também que o Estado atuou na formação de pequenas propriedades em alguns momentos históricos e locais específicos objetivando ocupar áreas pouco povoadas consideradas estratégicas, tais como a colonização com imigrantes europeus no século XIX e no início do século XX nas regiões de matas do Centro-Norte do Rio Grande do Sul, Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná; os projetos de colonização realizados pelo governo de Getúlio Vargas nos anos de 1930-50 por meio de deslocamentos populacionais do Nordeste e do Sul para os estados do Paraná, Goiás e Mato Grosso do Sul³ e os projetos de colonização dos governos militares com deslocamentos populacionais de regiões com tensões sociais para o Mato Grosso, Rondônia e Pará nas décadas de 1960-70 (Roche, 1969; Tavares dos Santos, 1993; Medeiros, 1995).

A condição de menor importância e de invisibilidade social da agricultura de base familiar foi discutida por Maria Isaura Pereira de Queiroz no artigo *Uma categoria rural esquecida* (1963), publicado em um momento que o tema da reforma agrária estava sendo pautado no cenário nacional e eram apontadas como categorias opostas nos seus interesses os latifundiários e dos assalariados rurais. Com base em dados de Caio Prado Jr e Jacques Lambert, Queiroz chama atenção para o fato de que naquele momento as grandes lavouras de exportação cobriam apenas três milhões e meio de hectares (27,2% da área brasileira), enquanto sobrava para as culturas subsistência quatorze milhões de hectares (mais de 70%). Com base nesses dados e discordando da interpretação que Caio Prado Jr fazia deles, para quem a imensa maioria do território nacional não ocupada pelas grandes explorações seria “desabitada” (a “sobra”), Queiroz afirma que o Brasil “não é um país predominantemente monocultor, e sim um país de policulturas; a pequena roça de policultura fornece alimentação

³ Nos governos de Getúlio Vargas também foram criadas “granjas modelo” na Baixada Fluminense, de forma a abastecer com gêneros alimentícios a capital federal (Medeiros, 1995).

aos sessenta milhões de habitantes do Brasil e emprega a maioria dos homens do campo” (1963/2009, p.61).

Entretanto, a mesma autora reconhece que esses agricultores, os “sitiantes”, que poderiam ser posseiros, pequenos proprietários ou agregados existiam em situações de extrema precariedade no que se refere ao seu modo de vida rudimentar e miserável, à falta de ordenamento legal sobre as terras que ocupavam gerando situações de insegurança frente às freqüentes ameaças de avanços das grandes propriedades, à pouca relação com os mercados (uma vez que só atuavam em economias locais e fechadas) e à falta de acesso às técnicas modernas e ao crédito público. Era uma situação de extrema debilidade que se refletia na sua invisibilidade social e política.

Brumer *et al* (1993, p.180) dialogam com as observações de Queiroz e afirmam que a agricultura de base familiar “nasceu no Brasil sob o *signo da precariedade*, precariedade jurídica, econômica e social do controle dos meios de trabalho e de produção e, especialmente, da terra” (grifo nosso, ELP). Precariedade que se revestiu também no “caráter rudimentar dos sistemas de cultura e das técnicas de produção” (id.) e da sua pobreza generalizada.

Mesmo que as formas de precariedade tenham sido diferenciadas nas diversas regiões brasileiras, os agricultores de base familiar para continuarem persistindo precisaram, de uma maneira ou de outra, abrir caminho entre as dificuldades encontradas. Como afirma Wanderley:

submeter-se à grande propriedade ou isolar-se em áreas mais distantes; depender exclusivamente dos insuficientes resultados do trabalho no sítio ou completar a renda, trabalhando no eito de propriedades alheias; migrar temporária ou definitivamente. São igualmente fonte de precariedade: a instabilidade gerada pela alternância entre anos bons e secos no sertão nordestino; os efeitos do esgotamento do solo nas colônias do Sul (Wanderley, 1996, p.9).

Essa situação de precariedade, na maioria das vezes, limitou a constituição de uma categoria de agricultores centrados no trabalho familiar que pudesse fazer um contrapeso socioeconômico e político aos grandes proprietários e suas organizações. Nesse sentido, além dos agricultores de base familiar terem sido desprivilegiados no que concerne ao acesso à terra, ao crédito público e às técnicas modernas, também tiveram grandes dificuldades para construir forças políticas autônomas que pudessem desafiar os grandes proprietários e o modelo de agricultura dominante. Como afirma Gramsci (2002), as “classes ou grupos subalternos”, pela sua condição de dominados política e culturalmente, têm grande dificuldade de se unificar e de construir instrumentos organizativos autônomos. As iniciativas de unificação desses grupos são continuamente desarticuladas pela ação dos grupos dominantes (que também dirigem o Estado) seja por instrumentos de repressão, seja pela desqualificação moral e cultural. Segundo o autor: “para uma elite social, os elementos dos grupos subalternos têm sempre algo bárbaro ou patológico” (2002, p.131) quando constituem iniciativas de organização próprias.

O processo de sucessivas tentativas dos agricultores de base familiar constituírem-se como atores políticos, as continuidades e descontinuidades a ele inerentes, será o eixo da presente tese, buscando entender as condições que cercam a emergência da categoria *agricultor familiar* a partir do final dos anos 1980 e sua afirmação e reconhecimento como ator político. Para tanto, o trabalho percorre diferentes momentos da história desse segmento, tomando como caso de estudo o Rio Grande do Sul. Aborda-se diferentes momentos de suas

experiências político-organizativas neste estado e suas particularidades e interconexões com as experiências de outros estados do Sul e em nível nacional.

Além das ações e projetos do sindicalismo e das políticas públicas, que serão analisadas ao longo da tese, alguns estudos acadêmicos e outros elaborados por órgãos de Estado e por organizações internacionais tiveram papel relevante na afirmação da categoria *agricultura familiar* no país. Os principais trabalhos acadêmicos a que tem se atribuído essa primazia do uso da noção de agricultura familiar são os livros de José Eli da Veiga (1991), Ricardo Abramovay (1992), a coletânea de comparação internacional coordenada por Hugues Lamarche (1993; 1998) e os artigos de Ângela Kageyama e Sônia Bergamasco (1989) e de Maria Nazareth Wanderley (1996), entre outros. Os estudos promovidos pelo convênio de cooperação técnica FAO/INCRA (1994; 1996; 2000), coordenados por Carlos Guanziroli, também se constituíram em referência obrigatória na definição e classificação do que passaria a ser chamado no Brasil de *agricultura familiar*.

Primeiramente, cabe salientar que a emergência da noção de *agricultura familiar* não apenas substituiu o termo *pequena produção* por outro equivalente, mas promoveu um deslocamento teórico e de sentido sobre o que representaria este segmento de agricultores. Tal deslocamento pode ser percebido claramente na diferença do enfoque que os trabalhos acadêmicos realizados nas décadas de 1970 e 1980 davam para a pequena produção, centrados que estiveram na investigação sobre o caráter capitalista da sua agricultura, sobre o que tinham de tradicional e de moderno, sobre processos de integração/subordinação frente à indústria. No geral, os trabalhos tomavam um enfoque teórico negativo sobre a pequena produção (inspirados em concepções marxistas - Lênin e Kautsky), vindo a identificar que estava em vias de desaparecimento com o avançar das relações capitalistas no campo. Wanderley relata os termos do debate da época:

De fato, nos anos 70, quando realizamos as primeiras reuniões do PIPSA (Projeto de Intercâmbio de Pesquisas Sociais na Agricultura), as discussões se faziam em um patamar construído pela perspectiva de modernização da agricultura e de urbanização do meio rural, no qual os atores sociais polarizavam as relações fundamentais entre capital e trabalho, segundo um modelo equivalente às relações industriais. Os olhares convergiam, em grande parte, para a constituição, no setor agrícola, de uma estrutura empresarial e para a emergência de um proletariado gerado por um mercado de trabalho específico ou unificado. (2003, p. 42).⁴

Dessa época, há que se registrar a relevante contribuição (que foge a regra) e a antecipação de questões de debate posterior levantadas pelo trabalho realizado por uma equipe de pesquisadores⁵ coordenada por José Graziano da Silva sobre a *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira* (1978). Este trabalho, realizado a pedido da CONTAG com base no cadastro de imóveis do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), buscou identificar a “importância da pequena produção” (realizadas por pequenos proprietários, posseiros, parceiros e arrendatários) “e de seu significado num quadro mais amplo, de desenvolvimento capitalista, no qual aparece e se

⁴ Schmitz e Mota (2006, p.907) fazem uma leitura semelhante: “usava-se a expressão pequenos produtores para descrever esta categoria que tinha o seu futuro marcado pela eliminação, cedendo lugar às empresas agropecuárias, no processo de modernização capitalista. Experiências nos anos 80, especialmente no sul do Brasil (Graziano da Silva, 1982; Fleischfresser, 1988), alimentaram esta visão, baseada em trabalhos teóricos de inspiração marxista, que não viam a possibilidade de sobrevivência de uma categoria que, pela sua duplicidade de condição (ao mesmo tempo proprietário e trabalhador) não acirrava a relação capital-trabalho.”

⁵ A equipe foi composta por: Angela Kageyama, Elias Simon, Fernando Andrade e Souza, Flavio Abranches Pinheiro, Leonilde Servolo de Medeiros, Maria Rocha Antuniassi e Sonia Maria Pessoa Pereira.

desenvolve como produção subordinada” (p.IX). Além do seu recorte inovador, procurou evidenciar a importância econômica da pequena produção no país em um momento no qual se acreditava que ela estava fadada à extinção, a pesquisa também procurou enfatizar a sua relevância produtiva “no que se refere às culturas alimentares básicas.” (id. p.158).

A partir do final da década de 1980 e principalmente durante a de 1990 alterou-se significativamente o direcionamento das investigações e os enfoques teóricos, momento em que passou a predominar o uso da noção de *agricultura familiar*. Os trabalhos passavam a não mais buscar somente as condições precárias e de inferioridade desse segmento da agricultura (indícios do seu fim eminente), mas a procurar mostrar a sua importância socioeconômica, a diversidade, a capacidade produtiva e, acima de tudo, que a forma de exploração familiar foi a grande responsável pelo significativo desenvolvimento da produção de alimentos no Brasil e em grande parte do mundo desenvolvido. Nesse novo cenário se insere a breve apresentação a seguir dos principais trabalhos que alavancaram esta noção no Brasil.

O artigo de Kageyama e Bergamasco *Novos dados sobre a produção familiar no campo* (1989) teve o mérito de fazer um recorte inovador na análise dos dados do Censo Agropecuário de 1980 introduzindo a variável do trabalho familiar para classificar os estabelecimentos agropecuários que faziam uso de gestão e trabalho contratado das que não separavam a gestão e trabalho, exercidos pela família agricultora. Neste estudo, mesmo tendo encontrado grande heterogeneidade de tipos de unidades de exploração familiares (familiares puros, sem trabalho assalariado; familiares complementados por empregados temporários; e as empresas familiares que contratam assalariados de forma complementar), as autoras constataram que a agricultura com base no trabalho familiar representava cerca 71% dos estabelecimentos agrícolas e correspondia a 42,3% da área total e 74% do pessoal ocupado na agricultura no país. Sendo, portanto, um segmento da maior importância.

Os livros de Ricardo Abramovay, *Paradigmas do capitalismo agrário em questão* (1992/1998), e de José Eli da Veiga, *Desenvolvimento agrícola: uma visão histórica* (1991),⁶ procuraram mostrar como a configuração da moderna agricultura capitalista se apoiou em uma forma social de trabalho e empresa específica que é a “empresa familiar”, buscando desconstruir duas tradições científicas e políticas muito fortes até aquele momento: uma que preconizava que o desenvolvimento capitalista no campo evidenciaria cada vez mais a inferioridade econômica da exploração familiar levando ao seu declínio e generalizaria as unidades produtivas baseadas no uso exclusivo ou predominante de mão-de-obra assalariada (Kautsky e Lenin), e outra que, inversamente, via a agricultura camponesa como modo de produção que poderia conviver dentro do capitalismo (Chayanov).⁷ Enquanto Veiga demonstrou a articulação entre estas formas familiares e o desenvolvimento do capitalismo avançado, Abramovay tomou a realidade destes mesmos países para proceder à distinção conceitual entre o significado desta agricultura de base familiar (moderna, do presente) e da agricultura camponesa (do passado). Inserido nessa diferenciação conceitual, na ótica deste último autor, o uso da noção de “pequena produção” no Brasil e em outros países seria

⁶ Cabe observar que Abramovay e Veiga mantiveram relações de colaboração, pesquisa e de assessoria com organizações sindicais desde os anos de 1980 e 1990. Em função deste trânsito, seus trabalhos, em alguma medida, dialogam com as questões do sindicalismo.

⁷ É interessante notar que não foram somente as perspectivas marxistas que tiveram adeptos na academia brasileira. Também a perspectiva chayanoviana influenciou trabalhos acadêmicos no país. Principalmente no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro foram realizadas pesquisas tendo por inspiração a obra de Chayanov e o debate europeu sobre sua obra do início da década de 1970 (Tepicht, Shanin, Amin e Vergopoulos). Entre os pesquisadores ligados ao Museu Nacional que realizaram trabalhos com essa perspectiva pode-se destacar Moacir Palmeira, Lygia Sigaud, José Sérgio Lopes e Afrânio Garcia.

inapropriada, pois esconderia uma diferença fundamental entre formações sociais na agricultura muito distintas:

O que se escamoteia sob o nome de “pequena produção” é o *abismo social* que separa *camponeses* – para os quais o desenvolvimento do capitalista significa a fatal desestruturação – de *agricultores profissionais* – que vem se mostrando capazes não de sobreviver (porque não são resquícios de um passado em via mais ou menos acelerada de extinção), mas de formar a base fundamental do progresso técnico e do desenvolvimento do capitalismo na agricultura contemporânea (Abramovay, 1998, p.211, grifos do autor).

Em um trabalho posterior Veiga volta ao assunto, resumindo as possíveis vantagens socioeconômicas do modelo da agricultura familiar frente ao da patronal:

A agricultura patronal, com suas levas de bóias-frias e alguns poucos trabalhadores residentes vigiados por fiscais e dirigidos por gerentes, engendra forte concentração de renda e exclusão social, enquanto a agricultura familiar, ao contrário, apresenta um perfil essencialmente distributivo, além de ser incomparavelmente melhor em termos sócio-culturais. Sob o prisma da sustentabilidade (estabilidade, resiliência e equidade), são muitas as vantagens apresentadas pela organização familiar na produção agropecuária, devido à sua ênfase na diversificação e na maleabilidade de seu processo decisório. A versatilidade da agricultura familiar se opõe à especialização cada vez mais fragmentada da agricultura patronal. (1996, p.395).

Em suma, na ótica destes autores, a agricultura familiar corresponde a um modelo de organização da agropecuária centrada na “empresa familiar” que têm vantagens sociais, econômicas e ambientais (por ser mais democrática, eficiente e sustentável) quando comparada ao modelo patronal (modelo construído em oposição ao familiar, como empresas especializadas, racionalizadas, muitas vezes impessoais e que a agricultura pode ser somente mais um negócio entre outros). Os agricultores familiares seriam uma certa camada de agricultores capazes de se adaptar às modernas exigências do mercado, que se diferenciam dos demais pequenos produtores incapazes de assimilar tais modificações. A ideia central é a de que o agricultor familiar é um ator social da agricultura moderna e, de certa forma, ele resulta da própria atuação do Estado (o exemplo é da realidade europeia pesquisada pelos autores) que apostou no modelo de exploração familiar, seja por interferências na estrutura agrária, seja na definição de políticas de preços e nos níveis de renda agrícola e no processo de inovação técnica.

Seguindo um caminho um pouco diferente da perspectiva de Abramovay e Veiga, os dois livros que são resultado de uma pesquisa internacional coordenados por Lamarche *A agricultura familiar I: comparação internacional* (1993) e *A agricultura familiar II: do mito à realidade* (1998)⁸ e o artigo de Wanderley *Raízes históricas do campesinato brasileiro* (1996), mostraram a diversidade de situações da agricultura familiar no Brasil e no mundo. Os trabalhos de Lamarche tomaram por foco uma série de realidades distintas, em diferentes países, com o intuito de apontar como, sob a lógica familiar de produção, podem se organizar situações que variam em um esquema que tipifica desde aquelas unidades mais próximas da situação de autonomia camponesa até aquelas plenamente inseridas em mercados, mas sempre tendo a lógica familiar como elemento organizador. Neste aspecto, Lamarche deixa claro que a diversidade socioeconômica entre os países não esconde o fato de que o elemento unificador da variedade de situações encontradas no universo empírico é o caráter familiar da gestão, do

⁸ Deste trabalho de comparação internacional entre Brasil, França, Canadá, Polônia e Tunísia fez parte uma equipe de pesquisadores brasileiros, composta por Maria Nazareth Wanderley, Fernando Lourenço, Anita Brumer e Ghislaine Duque.

trabalho e da posse da terra, pois “a exploração familiar não é um elemento da diversidade, mas contém nela mesma toda esta diversidade” (Lamarche, 1993, p.18).

Deste esforço de pesquisa internacional foi elaborada uma proposta conceitual que reconhece dentro da categoria uma significativa variabilidade dada pelas distintas posições que opera a “lógica familiar” nas relações sociais e da sua dependência ao mercado. Nesse sentido, Lamarche (1998) propõem a distinção de quatro modelos teóricos de exploração familiar na agropecuária: empresa, empresa familiar, agricultura camponesa ou de subsistência e agricultura familiar moderna. Apresenta para o caso brasileiro a predominância de dois modelos, em estreita correlação: agricultura camponesa de subsistência e agricultura familiar moderna. Nos dois modelos, o estudo ressalta a manutenção da predominância da mão-de-obra familiar enquanto estratégia, mesmo onde há a presença do trabalho contratado, e a busca incessante pelo acesso estável à terra como condicionante ainda presente na capacidade de reprodução da família (Lamarche, 1998, p.110). Ao contrário de Abramovay e Veiga que vêem a agricultura familiar de forma mais restrita, como uma empresa familiar, Lamarche entende que agricultura familiar é formada por uma diversidade de situações nas quais opera a lógica familiar, evidenciado uma rica heterogeneidade e uma enorme capacidade de adaptação da agricultura de tipo familiar em situações socioeconômicas várias.

Maria Nazareth Wanderley participou da pesquisa internacional coordenada por Lamarche e revelou, recentemente, que essa experiência de pesquisa permitiu “recolocar o eixo das reflexões” das pesquisas que eram desenvolvidas no Brasil, “centrado não mais nas razões da sobrevivência do campesinato, já que existência deste era incontestável, mas no lugar que ele ocupa” (Wanderley, 2009, p.15). Com essa constatação se tratava então de compreender o agricultor familiar como um ator social participante pleno do progresso, da sociedade, em geral, e mais diretamente, das transformações da agricultura e do meio rural. Trata-se pois de buscar apreendê-los como protagonistas de sua própria história.

Algumas dessas ideias foram apresentadas originalmente em um artigo apresentado por Wanderley em 1996 no Congresso da ANPOCS. Neste artigo, a autora procura fazer um resgate sobre as “raízes históricas do campesinato brasileiro” ao mesmo tempo em que demarca sua posição no debate sobre a agricultura familiar no Brasil. Argumenta que a noção de “agricultura familiar” deve ser entendida de forma genérica: “como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo” (1996, p.2). O caráter familiar desse modelo de agricultura não é um mero detalhe superficial e descritivo, mas “o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem conseqüências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente.” (id.). Sobre este tema da estratégia familiar como central, Wanderley argumenta de forma complementar, em outro trabalho, que “mais do que a diferença quanto aos níveis de renda auferida, que apenas reconstrói o perfil momentâneo dos agricultores familiares, é a diferenciação das estratégias familiares que está na origem da heterogeneidade das formas sociais concretas da agricultura familiar” (2009, p.15).

Ao contrário do que defendem Abramovay e Veiga, Wanderley argumenta que o agricultor familiar não é um personagem novo na sociedade contemporânea (produto da ação do Estado) desvinculado do seu passado camponês, mas, ao contrário, os agricultores familiares seriam portadores de elementos de ruptura com o seu passado camponês ao mesmo tempo em que mantêm algumas continuidades. Nas palavras de Wanderley: os agricultores familiares “são portadores de uma tradição (cujos fundamentos são dados pela centralidade da família, pelas formas de produzir e pelo modo de vida), mas devem adaptar-se às condições modernas de produzir e de viver em sociedade” (2003, p.47-48) uma vez que estão inseridos no mercado moderno e são influenciados pela sociedade englobante e pelo Estado.

Em função desse duplo caráter da agricultura familiar, Wanderley (2003, p.47) argumenta “o que concede aos agricultores modernos a condição de atores sociais, construtores e parceiros de um projeto de sociedade – e não simplesmente objetos de intervenção do Estado, sem história – é precisamente a dupla referência à continuidade e à ruptura.” Nesse sentido, a proposta conceitual desenvolvida por Wanderley é mais ampla permitindo evidenciar as “raízes camponesas” do agricultor familiar moderno ao mesmo tempo em que permite encontrar os atores sociais (organizações) e os agricultores participando de seu próprio processo de fazer-se enquanto *agricultores familiares*.

Além destes trabalhos acadêmicos que colocaram em evidência a categoria agricultura familiar, também tiveram importante repercussão, particularmente na definição de políticas públicas, algumas pesquisas elaboradas por meio do convênio de cooperação técnica da FAO/INCRA, coordenados por Carlos Guanziroli. Um primeiro estudo realizado no ano de 1994 teve como objetivo declarado: elaborar diretrizes para “uma nova estratégia de desenvolvimento rural para o Brasil”. Dentre as suas principais contribuições fez uma sugestão de classificação dos estabelecimentos agropecuários brasileiros em dois modelos: um “patronal” e outro “familiar”. O “modelo patronal” teria como característica a separação entre gestão e trabalho, a organização descentralizada, a ênfase na especialização produtiva e em práticas agrícolas padronizáveis, o uso predominante do trabalho assalariado e a adoção de tecnologias dirigidas à eliminação das decisões “de terreno” e “de momento” (intuitivas ou de senso comum). Já o “modelo familiar” teria como característica uma relação íntima entre trabalho e gestão, a direção do processo produtivo assegurada diretamente pelos proprietários, a ênfase na diversificação produtiva e na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida, a utilização do trabalho assalariado em caráter complementar e a tomada de decisões imediatas, adequadas ao alto grau de previsibilidade do processo produtivo (FAO/INCRA, 1994, p.2).

No interior do modelo familiar foi feita ainda uma classificação em três subcategorias de unidades familiares de produção, a saber: familiar “consolidada” (com área de terra média de 50 ha); em “transição” (com área média de 8 ha); e “periférica” (com área média de 2 ha). Com base nessa classificação, o documento da FAO/INCRA propõe como “público alvo” para a construção prioritária de políticas públicas a categoria dos agricultores familiares em “transição”, pois argumenta que “fortalecer e expandir a agricultura familiar significa, antes de tudo, dar respostas às dificuldades que enfrentam os produtores familiares fragilizados” que tem “potencial” para transformarem-se em “empresas familiares viáveis” (id. p.5). Quanto aos “consolidados”, estes não necessitariam de auxílio público. E os “periféricos”, não sendo viáveis economicamente, só se poderia pensar para eles em políticas sociais de combate a pobreza. Ou seja, argumentava-se pela necessidade prioritária de auxílio aos agricultores familiares em “transição”, pois seriam estes que estavam enfrentando dificuldades, mas tinham condições de dar respostas econômicas caso apoiados com políticas de fortalecimento. A criação do PRONAF segue esta orientação de criar uma política de auxílio aos agricultores familiares em “transição”, os que poderiam ser viabilizados na produção.

Outros estudos realizados no âmbito do convênio de cooperação técnica FAO/INCRA fizeram uma reclassificação dos dados dos Censos Agropecuários de 1985 e de 1995/1996. Estes estudos tiveram a importância de mostrar qual a participação social e econômica da agricultura familiar no setor agropecuário brasileiro e na definição de critérios operacionais de classificação do que seria a agricultura familiar e a patronal. Do estudo sobre os dados do Censo Agropecuário de 1985 os principais dados evidenciam que 75% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros eram familiares, que estes estabelecimentos eram responsáveis pela produção de boa parte dos alimentos para o consumo interno e para exportação (FAO/INCRA, 1996). Sobre o Censo Agropecuário de 1995/96 as principais informações

levantadas pelo estudo mostram que do total de 4.859.864 estabelecimentos rurais existentes no Brasil, 85,2% são estabelecimentos familiares, que ocupam apenas 30,5% da área total e, utilizando 25,3% dos financiamentos destinados à agricultura, respondem por 37,9% do Valor Bruto da Produção Agropecuária nacional e concentram sete de cada dez pessoas ocupadas no setor (Guanziroli *et al.*, 2001)⁹.

Os critérios utilizados pelos estudos FAO/INCRA também se constituíram como importantes referenciais para a definição operacional do que seria chamado de *agricultura familiar* no país. Foram considerados agricultores familiares por estes estudos os estabelecimentos que atendiam simultaneamente às seguintes condições: a) a direção dos trabalhos do estabelecimento era exercida pelo produtor; b) o trabalho familiar era superior ao trabalho contratado. Como critério adicional foi estabelecido um limite de 15 módulos fiscais para os estabelecimentos ser considerados familiares (Guanziroli *et al.* 2001).¹⁰

Segundo Neves (2001), a construção da categoria “agricultura familiar” na década de 1990 é resultado da convergência entre demandas das organizações de agricultores por reconhecimento da cidadania econômica e política, de setores do Estado interessados em construir políticas públicas para segmentos de agricultores que poderiam ser “viáveis” economicamente e setores acadêmicos que dialogam com esses temas. Neste sentido, para a autora, na construção da categoria:

os traços constitutivos dos agentes produtivos rubricados como *agricultores familiares* não se encontram na agricultura nem na família, mas no projeto político de constituição de uma categoria socioeconômica. Nos termos desses emaranhados de sentidos, advogo eu, *agricultor familiar* é categoria sócio-profissional e jamais pode ser compreendida como estado, pois que não tem sentido em si mesma, salvo se se acolhem as reificações que lhe dão o estatuto de termo de mobilização política. Da mesma forma, deve ser compreendido como resultado de trajetórias diferentes daqueles que, por diversos interesses, querem assim ser socialmente reconhecidos (Neves, 2007, p.17, grifos no original).

Na acepção de Neves, a agricultura familiar é uma intenção, um projeto político (encampado por organizações de representação, setores do Estado e da academia) de transformar agricultores que estavam em situações de instabilidade socioeconômica e em vias de exclusão produtiva em uma categoria de agricultores consolidados e integrados aos mercados. A criação do PRONAF, nesta leitura, aparece como uma tentativa de integrar boa parte dos agricultores que podem ser chamados de “familiares” nos processos produtivos considerados “modernos” (id.).

Se, de um lado, se afirma que o debate acadêmico sobre a agricultura familiar e os trabalhos de cooperação técnica FAO/INCRA foram grandes impulsionadores de uma nova forma de olhar para um segmento subalterno de agricultores e para a definição de políticas públicas para este público, por outro, a atuação das organizações sindicais de representação dos agricultores de base familiar e suas elaborações sobre um *projeto alternativo de desenvolvimento rural* contribuíram para que os pesquisadores formassem os modelos

⁹ O estudo FAO/INCRA realizado sobre os dados do Censo Agropecuário de 1995/1996 foi publicado em sua primeira versão em forma de relatório no ano de 2000. O grupo de pesquisadores que realizam o estudo publicou uma segunda versão desse estudo em forma de livro no ano de 2001. Cito aqui a segunda versão que foi publicada por Carlos Guanziroli, Ademar Romeiro, Antônio Buainain, Alberto Di Sabato e Gilson Bittencourt.

¹⁰ No estudo do Censo Agropecuário de 1995/96 foi estabelecido adicionalmente uma “área máxima regional” como limite superior para a área total dos estabelecimentos familiares de 15 módulos fiscais. Tal limite teve por finalidade, segundo expressado em Guanziroli *et al.* (2001, p.50), “evitar eventuais distorções que poderiam decorrer da inclusão de grandes latifúndios no universo de unidades familiares”, uma vez que somente pelos critérios anteriores poderiam entrar na categoria familiar.

teóricos sobre a agricultura familiar. Da mesma forma as pressões feitas através dos Gritos da Terra Brasil foram fundamentais para que o Estado definisse as políticas públicas para este público. Esta circulação de informações e de categorias, a complementaridade entre pesquisas acadêmicas, de agências estatais e internacionais e as ações de reivindicação e proposição do sindicalismo, podem ser vistas, como aponta Medeiros (2001), como um exemplo característico da reflexividade a que se refere Giddens (1991), uma vez que esse conjunto de pesquisas e ações propiciou colocar “no centro da discussão sobre políticas públicas para o campo, o ‘agricultor familiar’” (Medeiros, 2001, p.117). Esta nova categoria, refletida e aprimorada por estes atores, passou a substituir progressivamente o uso do termo *pequeno produtor* no debate nacional, renovando as possibilidades de sua inserção no cenário nacional.

Neste processo de emergência e de reconhecimento da *agricultura familiar* no cenário nacional foi criada a oportunidade política para um grupo de sindicalistas historicamente vinculados à Central Única de Trabalhadores (CUT) formar uma organização sindical exclusiva de agricultores familiares. A formação da FETRAF, neste sentido, apareceu como um importante passo na consolidação política da categoria *agricultura familiar* no país, como construtora e representante deste grupo de agricultores, ora colaborando e ora concorrendo com a CONTAG.

A presente tese divide-se em cinco capítulos, além da Introdução e das Considerações Finais.

O Capítulo I trata da gênese social e política dos agricultores de bases familiar no estado do Rio Grande do Sul. Procura-se resgatar as origens socioeconômicas dos diferentes segmentos sociais subordinados no campo e as suas primeiras experiências de organização políticoeconômica no final do século XIX e na primeira metade do século XX. Aparecem principalmente as experiências de organização dos *colonos* de origem alemã e italiana que formaram associações, uniões, ligas, cooperativas agrícolas e caixas rurais e os *caboclos*, grupo social de miscigenados entre braços, índios e negros que promoveram resistência contra a apropriação e a colonização das terras públicas em que viviam.

A análise da emergência de duas vertentes de organização sindical (católica e trabalhista/comunista) no princípio da década de 1960, disputando entre si bases sociais, bandeiras de luta e a construção do sindicalismo dos trabalhadores rurais é objeto do Capítulo II. Com o golpe civil-militar e o reconhecimento FETAG-RS, procura-se observar a participação do sindicalismo no processo de modernização da agricultura promovido pelo Estado, na intermediação de serviços assistenciais e as disputas pelo enquadramento sindical dos pequenos proprietários no interior do sindicalismo de trabalhadores e deste com as organizações patronais.

No Capítulo III atenta-se para a crise econômica e das instituições e para a emergência de novos atores no campo no final da década de 1970 e na de 1980. Foi um momento da crise do regime autoritário, de dificuldades na agricultura e que a organização dos trabalhadores em geral estava sendo repensada. O sindicalismo rural tradicional foi questionado, surgiram oposições sindicais, novos atores na luta por terra, a organização das mulheres agricultoras e ocorreu a formação do Departamento Rural da CUT. Estes novos atores passaram a disputar e concorrer com a estrutura da CONTAG. Foram promovidas iniciativas de renovação da estrutura e da agenda sindical, lutas políticas por inscrever na nova Constituição e na Lei Agrícola um princípio de política diferenciada para os *pequenos produtores* e experiências locais de diversificação agropecuária, de autonomia produtiva e de agricultura alternativa.

A análise da emergência da categoria *agricultura familiar* no sindicalismo é feita no Capítulo IV. Procura-se compreender qual foi o papel que exerceu o sindicalismo na construção desta categoria na conjuntura da década de 1990 (de formação do MERCOSUL e de predomínio das políticas neoliberais de reestruturação do Estado) e quais as mudanças que a sua incorporação trouxe para os projetos políticos das organizações sindicais. Concomitante a este processo ocorre a tentativa de unificação do sindicalismo rural com a filiação da CONTAG à CUT, a construção dos Gritos da Terra Brasil como mobilizações nacionais unificadas para negociar e apresentar propostas aos governos, a elaboração do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural pelo sindicalismo e a conquista do PRONAF.

No Capítulo V busca-se compreender o processo de consolidação da categoria *agricultura familiar* no meio sindical brasileiro e o seu reconhecimento pelo Estado e pela sociedade no cenário da última década de acirrada disputas no sindicalismo e deste frente a outros atores sociais no campo. São destacados os processos de construção de um movimento pela afirmação da *agricultura familiar* na região Sul e a fundação da FETRAF como organização de agricultores familiares *orgânica* à CUT, sua concorrência com o sistema CONTAG e com demais atores do campo, as estratégias utilizadas pelos atores na disputas de base social e quais são as principais bases de cada ator presentes no estado do Rio Grande do Sul. Observa-se também como o sindicalismo se apropria da categoria *agricultura familiar*, associado a ela valores positivos e realizando uma tentativa de reconhecimento sociopolítico de suas bases.

CAPÍTULO I

ORIGENS DA AGRICULTURA DE BASE FAMILIAR: SUBORDINAÇÃO OU CONCORRÊNCIA COM A GRANDE EXPLORAÇÃO AGROPECUÁRIA?

A agricultura de base familiar tem origens bastante diversas nas várias regiões brasileiras. O objetivo deste capítulo é fazer uma análise sobre as origens sociais da agricultura de base familiar no estado do Rio Grande do Sul buscando evidenciar as suas primeiras experiências de organização sociopolítica e as suas relações com as organizações das classes dominantes. Faz-se primeiramente uma leitura sobre a gênese social desse modelo de agricultura, mostrando a diversidade de personagens e situações sócio-históricas que vieram a formar grupos de agricultores de base familiar. Em um segundo momento, trata-se do advento da República, das disputas entre classes e frações de classe pelo poder no RS e da origem da organização política no campo com a formação das primeiras experiências de organização que se propunham representar a *classe rural* como um todo (hegemonizadas pelos grandes pecuaristas). E por fim, lança-se um olhar sobre as primeiras experiências organizativas de agricultores de base familiar, notadamente as dos *colonos* de origem alemã e italiana e os *caboclos*.

1.1 Gênese social da agricultura de base familiar

A invisibilidade socioeconômica e política da agricultura de base familiar foi fruto de um longo processo de subjugação e, em muitos casos, de dependência da grande agricultura de exportação. A grande propriedade, dominante em toda a história brasileira, se impôs como modelo socialmente reconhecido. Como têm apontado alguns trabalhos historiográficos, à margem ou associada à grande exploração agropecuária, sempre existiu uma grande diversidade de formas sociais e de trabalho. Motta e Zarth (2008, p.9-10) destacam que

ao lado ou no interior das grandes fazendas de produção de cana-de-açúcar, algodão e café, havia a incorporação de formas de imobilização de força de trabalho ou de atração de trabalho livre e relativamente autônomo, fundamentadas na imposição técnica do uso de trabalho basicamente manual e de trabalhadores familiares, isto é, membros da família do trabalhador alocado como responsável pela equipe. Esses fundamentais agentes camponeses agricultores apareciam sob designação de colonos, arrendatários, parceiros, agregados, moradores e até sitiantes, termos que não podem ser compreendidos sem a articulação com a grande produção agroindustrial e pastoril. Se recuarmos um pouco no tempo, veremos que, ao lado de donatários e sesmeiros, apareciam os foreiros, os posseiros ou – designando a condição de coadjuvante menos valorizada nesse sistema de posições hierárquicas – os intrusos ou invasores, os posseiros criminosos etc. Os textos da história

geral do Brasil, nos capítulos que exaltam os feitos dos agentes envolvidos nos reconhecidos movimentos de entradas e bandeiras, trazem à tona a formação de pequenos povoados de agricultores relativamente autárquicos.

Essa diversidade de formas sociais que se constituíram à margem das grandes explorações foram sempre relegadas pelo Estado e pelos setores dominantes ao segundo plano no que tange à sua importância para a economia, pois o que mais lhes importava eram as atividades de exportação, não as atividades que promoviam a subsistência alimentar interna.

O processo de invisibilização da agricultura de base familiar não ocorreu da mesma forma em todos os estados brasileiros. No Rio Grande do Sul, pelo menos uma parcela, recebeu certa atenção tanto do governo central, quanto do estadual. Os imigrantes europeus não-ibéricos, chamados de *colonos*, foram instalados em áreas consideradas devolutas pelo Estado com a intenção de desenvolverem a produção agrícola e ocuparem território. No entanto, se estes agricultores foram preferidos, outros estavam sendo desprezados, como foi o caso dos *caboclos* ou *lavradores nacionais*, os negros descendentes de escravos e os indígenas (Zarth, 1997; Both da Silva, 2004; Nascimento, 2007).

Da análise feita sobre os processos de constituição da agricultura de base familiar no RS, entende-se que foram cinco as suas principais origens. Primeiramente, a contribuição indígena, dada por alguns grupos presentes no sul do País e que foram em vários momentos históricos incorporados como escravos nas estâncias de criação de gado, mas que também formaram atividades econômicas autônomas, mesmo que em situações instáveis e precárias. Em segundo lugar, os agricultores pobres vindos das áreas de domínio português, principalmente os açorianos que foram os primeiros agricultores de ascendência européia no estado. Em terceiro lugar, os descendentes de escravos negros¹¹ que formaram comunidades quilombolas nas regiões de matas afastadas ou que, após a abolição, tornaram-se pequenos proprietários, agregados de fazendas, posseiros, mateiros, entre outros. Em quarto lugar, os caboclos, miscigenados entre brancos, índios e negros que tiveram papel importante na exploração da erva mate nos ervais públicos no norte do estado, na produção de gêneros alimentícios de subsistência e no trabalho acessório às estâncias. Por fim, os colonos de origem não-ibérica que foram incentivados pelo Estado brasileiro para imigrarem da Europa e foram instalados nas regiões de florestas consideradas desocupadas para ocupar território e incrementarem a produção agrícola nacional.

Antes da ocupação da área que atualmente compõe o estado do Rio Grande do Sul pelos portugueses, já havia reduções¹² de índios guaranis constituídas por padres jesuítas espanhóis sediados no Paraguai. Em 1626 foi iniciada a formação de diversas reduções, como núcleos de catequese, de agricultura e de introdução de gado bovino e cavalos. Devido aos constantes ataques dos bandeirantes paulistas visando capturar os índios pacificados das missões jesuíticas para vendê-los como escravos nas áreas de domínio português, as missões tiveram vários reveses, sendo extintas por volta de 1640. A partir de 1682 teve início uma nova fase de ocupação por missões jesuítica nas terras ao leste do rio Uruguai, onde passaram a se desenvolver com maior impulso as povoações que ficaram conhecidas como os Sete Povos das Missões (São Borja, São Nicolau, São Miguel, São Luiz Gonzaga, São Lourenço,

¹¹ Os escravos negros constituíram força de trabalho importante, principalmente, nas charqueadas do Sul do Estado, como em Pelotas, Rio Grande e também nos arredores de Porto Alegre. Entretanto, o trabalho escravo também foi usado fortemente em serviços domésticos de residências urbanas e rurais e no trabalho agrícola ou pastoril das regiões de campo de ocupação mais antiga, como na Campanha do Sul e Oeste e em alguns locais do Planalto Gaúcho, situado no Norte do estado, como na região de Cruz Alta (Cardoso, 2003).

¹² As reduções missionárias compreendiam o conjunto das construções em que se concentravam as populações indígenas arregimentadas pelos padres jesuítas.

São João Batista e Santo Ângelo). Porém, com a assinatura do Tratado de Madrid em 1750, esta região passou para o domínio de Portugal e os jesuítas e índios foram forçados a voltarem para o Paraguai. Teve início, então, a resistência indígena chamada de Guerra Guaranítica¹³ (Pesavento, 1994; Rückert, 1997).

Até este período os portugueses ocupavam apenas uma faixa litorânea e eram poucas as sesmarias (áreas de terras de 13.068 hectares) concedidas pela Coroa Portuguesa neste território. Com essa Guerra e outras que a sucederam contra os castelhanos (espanhóis) pela ocupação do território, os chefes militares receberam como retribuição aos serviços militares prestados a concessão de sesmarias para formação de estâncias de criação de gado nos campos sulinos de domínio português. Assim, boa parte do território rio-grandense foi sendo ocupado pelos militares envolvidos nas disputas pelo domínio da região. Além das concessões a militares, também ocorreu a concessão de terras para tropeiros que vinham de São Paulo e Laguna buscar o gado xucro e que resolveram sedentarizar-se nos campos sulinos. Segundo os interesses da época, importava ocupar o território para garantir o domínio português. Frente ao aumento da sua importância econômica e militar, a região foi elevada à condição de capitania em 1760, passando a se chamar Rio Grande de São Pedro (Pesavento, 1994; Rückert, 1997).

Paralelamente a essa expansão de sesmarias e de construção de fortes militares (como em Rio Grande) foi promovida, a partir de 1752, a vinda de casais açorianos¹⁴ e outros portugueses pobres de outras regiões¹⁵ para povoarem a região das Missões, recebida dos espanhóis. Porém, em função de desacordos entre Portugal e Espanha, essa região acabou ficando sob domínio espanhol até o final do século XVIII, o que obrigou que os casais de açorianos fossem estabelecidos na faixa litorânea e nas imediações de Porto Alegre. Estes casais receberam entre 130 e 272 hectares de terra e constituíram-se nos primeiros agricultores provindos da Europa na Capitania (Pesavento, 1994; Osório, 2008).

Talvez a melhor definição para estes agricultores seja a de “lavrador-pastor”, pois, como destaca Osório (2008, p.48), ao mesmo tempo em “que alimentavam seu grupo familiar com a produção de trigo, milho, feijão ou farinha de mandioca, carne e leite de seu pequeno rebanho e, possivelmente, comercializavam algum excedente alimentar, alguma vaca ou algum couro”. Alguns dos descendentes de açorianos acabaram formando estâncias de criação de gado, seguindo o exemplo dos demais portugueses já instalados na Capitania. Porém, muitos deles tornaram-se pequenos proprietários pelo processo de divisões de herança ou pelo seu empobrecimento; outros sofreram despejos de suas áreas e foram fazer posses em outros

¹³ Dessa guerra surgiu o herói popular Sepé Tiarajú, um líder indígena missioneiro morto em batalha pela disputa da terra no norte do atual Rio Grande do Sul. A figura de Sepé Tiarajú é referida como herói até os dias atuais pelos movimentos sociais do Sul do Brasil. É atribuído a ele o grito de luta: “Esta terra tem dono!”.

¹⁴ A vinda de imigrantes açorianos para o Rio Grande do Sul insere-se em um projeto da Coroa portuguesa de povoar as regiões em disputa com os espanhóis com famílias de portugueses que estivessem dispostas a fixarem-se no Sul do Brasil para garantir a posse desta região. Segundo Fialho (2005, p.31), contribuiu para a vinda de imigrantes açorianos o fato desse período as ilhas dos Açores estarem “mergulhadas numa crise econômica, em que parte expressiva da população candidata-se para emigrar para o sul do Brasil, resultando, conseqüentemente, num processo de seleção que priorizava os antecedentes morais, étnicos e a faixa-etária (homens até 40 anos e mulher até 30 anos de idade)”. Estes imigrantes ficaram conhecidos como os “casais açorianos”, tendo em vista que se tratava de pares recém casados ou com família ainda jovem.

¹⁵ Osório (2008) aponta ainda existência de portugueses e descendentes destes provindos de outras regiões, tais como: da ex-colônia portuguesa de Sacramento, às margens do Rio da Prata, entregue definitivamente aos uruguaios em 1777, de Maldonato, de onde teriam vindo alguns presos de guerra feitos pelos espanhóis ao conquistarem o forte de Rio Grande em 1763, tendo sido levados para área de domínio espanhol e somente devolvidos em 1777 e outros ainda provenientes de São Paulo, Laguna, Minas Gerais, entre outros locais.

locais ou se tornaram moradores de favor nos domínios dos grandes proprietários (Osório, 2008).

Muitos deles possivelmente, por não terem conseguido acesso a grandes áreas de terras ou por terem sido despejados de suas terras por estancieiros que obtinham concessão de sesmarias em grandes áreas contínuas, dedicaram-se à exploração de pequenas propriedades, trabalhavam acessoriamente nas estâncias de gado ou faziam posses em novas áreas. Nestes casos, muitos descendentes de portugueses viviam em regime de exploração familiar, alheios ou integrados às grandes explorações.

As estâncias de criação de gado sulinas, apesar de fazerem uso de poucos trabalhadores quando comparado a outras atividades econômicas da época, além de contarem com trabalhadores livres (peões) e com trabalho acessório de pequenos proprietários das vizinhanças quando necessitassem, também usavam força de trabalho escrava. A introdução do escravo africano no RS ocorreu a partir da primeira metade do século XVIII. Principalmente as charqueadas do Sul da Província fizeram uso de grandes contingentes de escravos para o trabalho de preparo do charque¹⁶, mas também as estâncias de criação mantinham escravos para as atividades de manejo do gado, para a produção de gêneros agrícolas de subsistência e para as atividades domésticas, além do uso do escravo para o trabalho doméstico nas residências urbanas (Zarth, 1997, Oro, 2002; Cardoso, 2003). Deve-se registrar também que aparecem em alguns relatos históricos que alguns agricultores de origem açoriana e alemã mantiveram alguns escravos para o trabalho agrícola¹⁷.

Se antes da abolição da escravatura alguns escravos negros já fugiam do cativeiro para formar comunidades autônomas (quilombos) em regiões afastadas, normalmente nas áreas de matas, no período posterior à abolição, mesmo que alguns ex-escravos tenham optado por permanecer nas estâncias na condição de peões ou agregados, outros decidiram migrar para áreas de mata não ocupadas pelas estâncias, estabelecendo posses.

Desde a promulgação da Lei de Terras em 1850 e, mais especificamente, desde 1854, com o Decreto 1.318 que regulamentava a Lei, tornou-se possível a todos os agricultores legitimarem posses através de procedimento de reconhecimento público (registro em paróquias¹⁸). Porém, como adverte Maestri (2001), diante de vários fatores, estes procedimentos eram “comumente inviáveis” para os negros:

O racismo; a falta de representação política; a ausência de conhecimentos legais; a baixa renda monetária, a prática de línguas e de padrões não oficiais da língua nacional, etc. foram fenômenos que, associados à falta de experiência histórica com a propriedade da terra e a uma forma de produção que estabelecia frágeis vínculos com ela, tornaram

¹⁶ “A produção das charqueadas - executadas pelo trabalho braçal escravo em condições bastante desfavoráveis em razão das condições climáticas, precariedade de infra-estrutura e exigências severas ditadas pelo próprio regime escravocrata - foi de tal monta que em 1861 o charque contribuía com 37,7% do total do que o RS exportava e os couros com 37,2% do total, juntos somando 74,9% do total da produção gaúcha para fora da Província [...]. A relação entre o trabalho forçado dos negros e o desenvolvimento das charqueadas era tal que na medida em que se aproximava a Abolição também diminuiu o número de charqueadas” (Oro, 2002, p.248).

¹⁷ Segundo Lando e Barros (1996) os primeiros colonos alemães instalados em São Leopoldo mantinham escravos africanos para o auxílio no trabalho agrícola. A proibição desta prática, entre os colonos, foi feita pela Lei Provincial n. 304 de 30 de novembro de 1854.

¹⁸ Segundo Kliemann (1986, p.30), “a partir de 1854, todos os proprietários de terras foram obrigados a registrarem suas posses nos prazos fixados pelos presidentes das províncias. As declarações de posses deveriam ser feitas ao vigário da freguesia que tinha por obrigação divulgar entre seus paroquianos a necessidade de registrar as terras, receber as declarações e passá-las aos livros de registros.” Este formato de registro de propriedades e posses produziu muitas distorções e conflitos posteriores por sobreposições de terras registradas por mais de um pretense dono, grilagem de terras etc.

comumente "inviáveis as possibilidades de legitimação" das terras detidas por essas comunidades (Maestri, 2001)

Os negros, os caboclos, os índios foram, em geral, impedidos de acesso à propriedade da terra pelo disposto na Lei de Terras. Alguns autores destacam que essa Lei, ao substituir os mecanismos de concessão que vigoravam anteriormente pela venda, serviu para preparar o ambiente institucional nacional para a abolição da escravatura (que se daria efetivamente em 1888) e para garantir que os imigrantes estrangeiros que vieram substituir a mão-de-obra escrava tivessem dificuldade de acesso às terras abundante no país e se destinassem a servir de força de trabalho nas fazendas de café do Sudeste do país, então o principal centro econômico nacional (Martins, 1986; Kliemann, 1986). Como destaca Martins (1981), a lógica da mudança produzida foi: se no regime de terras livre, o trabalho teve que ser cativo; no regime de trabalho livre, a terra tem que ser cativa.

Essa leitura da Lei de Terras serve para interpretar, principalmente, a situação do Sudeste do país, onde a economia cafeeira era preponderante. Entretanto, a aplicação da Lei de Terras em outras regiões, como no estado do Rio Grande do Sul, apresentou especificidades, já que não houve um impedimento do acesso à terra aos imigrantes. Ao contrário, em estados em que ocorriam disputas de fronteiras, como no RS, ocorreu um processo de colonização com preocupações geopolíticas de ocupação do território frente a ameaças estrangeiras, oportunizando aos imigrantes o acesso a pequenas áreas de terras.

Há que se considerar que no RS o processo de ocupação das terras e o estabelecimento de estâncias de criação de gado e charqueadas não se deu de forma homogênea em todo seu território. Se na faixa litorânea e na região da Campanha (fronteiras Sul e Oeste) a apropriação das terras e a implantação das estâncias se deu no século XVII e XVIII, na região do Planalto se efetivou somente a partir do século XIX. Da mesma forma que ocorreu com a ocupação das regiões mais antigas, a apropriação das terras do Planalto começou pelos campos nativos e com a formação de estâncias pastoris (na Figura 1 pode-se visualizar as regiões de campos e de matas no RS). Ao contrário da faixa litorânea e da região da Campanha, no Planalto existiam densas matas que dificultavam a ocupação humana e a exploração econômica das terras. Em função disso, num primeiro momento, somente as áreas de campo foram apropriadas por militares e tropeiros que formaram estâncias de gado.

Nessas regiões de matas do norte do RS ainda no século XIX a atividade de exploração da erva-mate nativa tornou-se um negócio lucrativo. Como se tratava de terras públicas ou ocupadas por posseiros, foram consideradas por longo tempo como áreas públicas, que as municipalidades ou o governo do estado concediam aos exploradores de erva mate, mediante pagamento de taxas de exploração. Um agente central desse processo foi o *caboclo* (Zarth, 1997; Nascimento, 2007).

Pouco se sabe sobre as origens sociais destes caboclos, porém, alguns autores dão algumas indicações. Martins (1986, p.31-32) aponta que no período do Brasil Colônia “quem não tivesse sangue limpo, quem fosse bastardo, mestiço de branco e índia, estava excluído da herança” e do direito à propriedade. Nessas condições, restava a estes mestiços entrarem para o rol dos agregados de fazenda ou fazerem posses em áreas distantes. Gehlen (1991) e Zarth (2005) dialogando com esta afirmação de Martins, advertem que no Sul do Brasil a denominação caboclo não se refere exclusivamente aos mestiços de brancos com índios e negros, ganhando uma conotação mais sócio-cultural do que étnica, que marca um modo de vida, de trabalho, de relação com outros grupos, pelo sistema de reprodução biológica e social e pela religiosidade. Esse componente cultural da denominação caboclo se evidencia claramente no fato dessa expressão ter sido “utilizada para designar os imigrantes alemães que caíram a um nível de vida semelhante ao lavrador nacional ou caboclo.” (Zarth, 2005, p.70).

Por esse motivo, eram associados aos *caboclos*, pois viviam como eles. Dessa forma, “embora o conceito não seja puramente étnico, pode-se afirmar que o caboclo é, na imensa maioria, descendente de índios, portugueses e africanos” (id.).

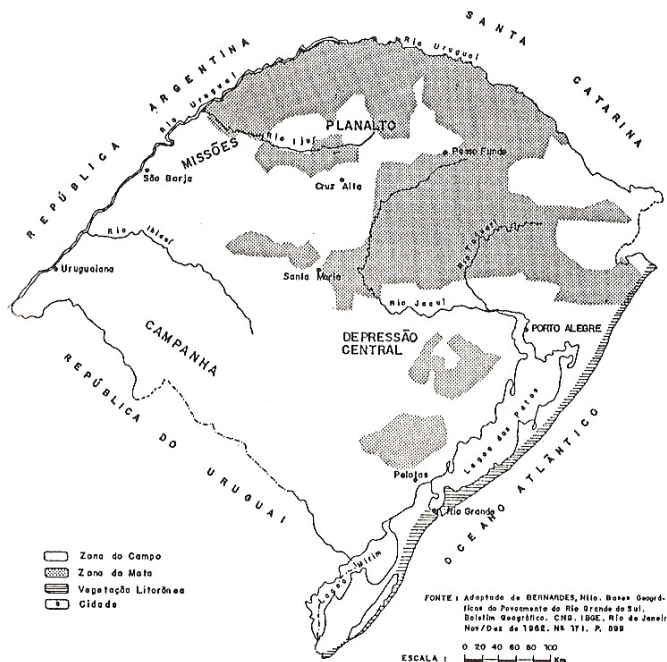


Figura 1: Mapa do Rio Grande do Sul com a indicação das áreas originárias de campo e de matas. Fonte: Zarth (1997, p.23)

Pouco se sabe sobre as origens sociais destes caboclos, porém, alguns autores dão algumas indicações. Martins (1986, p.31-32) aponta que no período do Brasil Colônia “quem não tivesse sangue limpo, quem fosse bastardo, mestiço de branco e índia, estava excluído da herança” e do direito à propriedade. Nessas condições, restava a estes mestiços entrarem para o rol dos agregados de fazenda ou fazerem posses em áreas distantes. Gehlen (1991) e Zarth (2005) dialogando com esta afirmação de Martins, advertem que no Sul do Brasil a denominação caboclo não se refere exclusivamente aos mestiços de brancos com índios e negros, ganhando uma conotação mais sócio-cultural do que étnica, que marca um modo de vida, de trabalho, de relação com outros grupos, pelo sistema de reprodução biológica e social e pela religiosidade. Esse componente cultural da denominação caboclo se evidencia claramente no fato dessa expressão ter sido “utilizada para designar os imigrantes alemães que caíram a um nível de vida semelhante ao lavrador nacional ou caboclo.” (Zarth, 2005, p.70). Por esse motivo, eram associados aos *caboclos*, pois viviam como eles. Dessa forma, “embora o conceito não seja puramente étnico, pode-se afirmar que o caboclo é, na imensa maioria, descendente de índios, portugueses e africanos” (id.).

Os *caboclos* no Rio Grande do Sul foram os trabalhadores pobres que viveram, em geral, a partir de um trabalho coletivo nos ervais e, nos períodos de entresafra desse produto, praticavam uma agricultura de subsistência. No geral, foram excluídos da possibilidade de terem suas posses legitimadas, pois, por vários motivos, não se dirigiram aos párocos locais para requerer a titulação de suas terras: habitavam áreas distantes; não tomaram conhecimento da Lei; pouco freqüentavam a Igreja; não contavam com recursos para pagar a medição das área etc. (Rückert, 1997; Zarth, 1997).

Alguns autores referem-se a eles também como “lavradores nacionais”, entendidos como: pequenos lavradores, posseiros, agregados das estâncias, mateiros, entre outras denominações (Zarth, 1997, 2005; Both da Silva, 2004). Entende-se que estes termos, apesar de poderem guardar algumas diferenças (pois, se caboclo pode ser atribuído ao mestiço, lavrador nacional dá uma conotação mais ampla), podem ser considerados como sinônimos na medida em que servem para distinguir os *caboclos* ou lavradores nacionais de outras categorias, como os *colonos* (de origem estrangeira), e acaba sendo quase uma categoria síntese de outras (negros, índios, e descendentes de brancos mestiços).

As categorias *caboclo* e *lavrador nacional* a partir de meados do século XIX foram usadas pelas autoridades estaduais para distinguir os *nacionais* dos *colonos* imigrantes e, nessa polarização de categorias, quase todos os agricultores pobres não-imigrantes serão classificados como *nacionais* ou *caboclos*. Essa distinção foi usada para marcar estas duas categorias de trabalhadores ou pequenos proprietários, destacando os *colonos* como mais propensos ao trabalho e à produção agrícola, enquanto os *nacionais*, ao serem considerados menos propensos ao trabalho, receberam os rótulos pejorativos de preguiçoso, atrasado, resistente às técnicas modernas, entre outros.

No fenômeno da imigração européia para o Brasil, como observa Caio Prado Jr (1970), coexistiram duas atividades distintas: uma, a de “colonização”, de iniciativa oficial, cujo objetivo era ocupar e povoar zonas até então desocupadas e distantes das áreas de influência das grandes propriedades; a outra, a de “imigração”, de iniciativa particular, estimulada pelo governo, que visava a obtenção de braços livres para a grande lavoura, em substituição ao braço escravo. Nesse sentido, a formação de colônias agrícolas com imigrantes europeus provindos principalmente da Alemanha e da Itália para o RS (e outros estados como: Santa Catarina e Espírito Santo) teve objetivos diferentes dos que motivaram a imigração de colonos para suprir as necessidades de força de trabalho nas fazendas de café do Sudeste. Dessa forma, os colonos que vieram para o RS “foram atraídos por uma política governamental que pretendia, fixando-os à terra, formar colônias que produzissem gêneros necessários ao mercado interno” (Lando e Barros, 1996, p.19).

A colonização no RS teve início em 1824 com a chegada dos primeiros alemães na região de São Leopoldo, próximo a Porto Alegre. Porém, o maior fluxo de colonos europeus ocorreu na segunda metade do século XIX, quando, além da chegada de novas levas de alemães, também começaram a entrar em grande número italianos e, em proporções menores, poloneses, austríacos, russos, húngaros, judeus, entre outros.

O processo de formação de colônias no RS, segundo a interpretação de Roche (1969, p.339-360), teve três fases principais. A primeira, que vai de 1824 a 1850, ficou a cargo do governo Imperial e desenvolveu-se na periferia de São Leopoldo (primeira colônia alemã)¹⁹. Nesta fase, verificou-se um período de escassez de entrada de imigrantes, tendo como causas a falta de dinheiro para pagamento das despesas de transporte e as crises políticas decorrentes da renúncia de D. Pedro I e da formação da Regência, além da deflagração da Revolução Farroupilha em 1835, que opôs a Província ao governo imperial por 10 anos. A segunda fase, chamada por Roche (1969) de “a marcha para o oeste”, vai de 1850 a 1890, marcou o início da colonização provincial e privada que se centrou na formação de novas colônias em regiões a oeste das primeiras, na Depressão Central e na Serra Gaúcha. A terceira fase, a partir de

¹⁹ Destaca-se que também foi formada uma colônia na região das Missões para procurar povoar e garantir esse território para o Império do Brasil. Foi fundada a colônia oficial de São João das Missões (1825), porém a colônia não prosperou, principalmente, devido ao isolamento em que se encontrava. Foi fundada também a colônia de São Pedro de Alcântara (1826) e de Três Forquilhas (1826) no litoral norte do RS, colônias que também não prosperaram significativamente (Giron e Bergamaschi, 2004).

1890, é chamada por Roche de “o salto para o planalto”. O “salto” se deu em função do adensamento da população nas colônias mais antigas e do interesse do Estado em ocupar as áreas despovoadas e abrir novas terras de mato para a exploração agrícola no Planalto do RS. Nessa fase, ocorre a formação de várias colônias nas regiões de matas do norte do estado, iniciando pela formação das colônias oficiais de Ijuí, Guarani, Erechim, Santa Rosa, etc. (Roche, 1969; Rückert, 1997).

Como apontado antes, houve duas modalidades de colônias: oficiais e particulares. As colônias oficiais foram formadas pelo governo central (imperial e depois republicano) ou pelo governo provincial/estadual. As colônias particulares constituíram-se de empreendimentos levados a cabo por empresas de colonização que recebiam concessão do Estado para fixar colonos em determinadas áreas de terra previamente concedida ou adquiridas por particulares. Mesmo considerando que as colônias oficiais contaram com maior apoio do Estado na garantia de infra-estrutura mínima para que estas se desenvolvessem e que as colônias particulares no geral tiveram maiores dificuldades com o acesso à infra-estrutura, cabe destacar que, de uma forma ou de outra, todas as colônias receberam algum apoio estatal. Essa será uma variável importante que propiciará aos colonos terem vantagens relativas perante os demais agricultores de base familiar do estado (como se discutirá nos itens seguintes).²⁰

Enquanto no primeiro fluxo migratório de 1824 a 1830 – anterior à Revolução Farroupilha que suspendeu a colonização por mais de 10 anos – entraram 5.350 imigrantes alemães no RS, na retomada do fluxo imigratório de 1848 a 1874 entraram cerca de 22 mil imigrantes, sendo destes 19.607 de origem alemã (Roche, 1969).

Os primeiros colonos alemães receberam lotes de terras de 77 hectares (colônias de São Leopoldo, Torres e Santa Cruz). A partir de 1851, com a promulgação da Lei Provincial n. 229, houve uma redução para 48,4 hectares na área destinada aos novos imigrantes. A partir de 1875 ocorreu nova redução do tamanho dos lotes destinados aos colonos, que passaram a receber 25 hectares por família (Roche, 1969). Destaca-se também que os imigrantes que chegaram até 1854 receberam concessões de terras públicas (com exceção de algumas poucas colônias particulares) e tiveram suas despesas de transporte e instalação, instrumentos de trabalho e sementes custeadas pelo Estado. As colônias formadas no período posterior a 1854 (Lei Provincial n. 304) receberam um adiantamento para o transporte e a instalação nas colônias, entretanto, precisaram pagar esse adiantamento e as terras recebidas em um prazo de cinco anos (Kliemann, 1986; Lando e Barros, 1996).

As primeiras colônias oficiais formadas por colonos de origem italiana foram Caxias (Caxias do Sul), Conde D’Eu (Garibaldi) e Dona Isabel (Bento Gonçalves) instaladas nos anos de 1874 e 1875. Constituíam-se de uma continuação da área já ocupada pelos colonos alemães ao norte de Porto Alegre, porém, ao contrário das colônias alemãs, foram instaladas em região de serra: a encosta superior do Planalto (Serra Gaúcha), recortada pelos rios Caí e Taquari, recoberta por matas de araucária. A quarta colônia oficial de colonização italiana foi

²⁰ As principais colônias oficiais formadas por imigrantes alemãs foram: as de São Leopoldo (1824), Três Forquilhas (1826), Feliz (1846), Santa Maria da Soledade (1857), Nova Petrópolis (1858) na região do vale dos Sinos e do Caí; São João das Missões (1825) na região das Missões; São Pedro das Torres (1826) no nordeste do estado (região de Torres) e; as de Santa Cruz (1849), Santo Ângelo (1957) e Monte Alverne (1859) na depressão central do RS. As colônias particulares logo se proliferaram: no vale do rio dos Sinos, com a colônia Mundo Novo (1846); no vale do rio Caí, Bom Princípio (1846), São Sebastião do Caí (1848), Montenegro, Parecí, Maratá e Brochier (1857); no vale do rio Taquari, a partir de 1853, Conventos, Estrela, Mariante, Bom Retiro, São Gabriel, São Caetano, Arroio do Meio, Conventos Vermelhos, Teotônia, Venâncio Aires; no entorno de Santa Cruz, depois de 1958, Sinimbu, Cerro Branco, Candelária e; no Sul do estado, próximo a Pelotas, São Lourenço (Roche, 1969; Schallenger, 2007).

Silveira Martins, instalada em 1877 e situada no Centro do estado (Giron e Bergamaschi, 2004).²¹

Os tamanhos dos lotes destinados aos colonos italianos ficaram em torno de 25 hectares. Receberam auxílio para transporte e ajuda de custo e, assim como os alemães entrados no RS depois de 1854, tiveram cinco anos para pagar as terras e os adiantamentos recebidos. Segundo De Boni e Costa (2000), aproximadamente 100 mil imigrantes italianos entraram no RS entre 1875 e 1914.

Como a maioria de imigrantes que entraram no estado recebeu um lote em torno de 25 hectares, o lote passou a ser denominado de *uma colônia*, vindo a ser uma unidade de medida de terras corrente deste período em diante (Zarth, 1997). Essa unidade foi levada como modelo para as novas áreas coloniais nas matas do Planalto Riograndense.

A formação de colônias com imigrantes de origem européia nas matas do norte do estado só se realizou efetivamente a partir da última década do século XIX, momento em que as terras próximas às primeiras colônias já se esgotavam e a população tornava-se excessiva, devido ao grande número de descendentes dos primeiros colonos que requeriam novas terras e também devido à chegada de novos imigrantes. A colonização efetiva das matas do Alto Uruguai e da região das Missões só se deu a partir deste período devido à falta de estrutura de escoamento da produção agrícola de que careciam estas regiões.²² Esse problema foi sanado, em parte, com a construção, a partir de 1894, de vias férreas que passaram a ligar os principais centros econômicos do RS à Porto Alegre e ao centro do país. O principal desses empreendimentos foi a linha São Paulo-Rio Grande, passando pelo Planalto Gaúcho. A estrada de ferro foi sendo construída desde Santa Maria, chegando a Cruz Alta no ano de 1894 e em Passo Fundo em 1898 (Nascimento, 2007). Foram incluídas no traçado desta via férrea a ligação com as novas colônias de Ijuí, Erechim e Santa Rosa²³, fundadas respectivamente em 1890, 1909 e 1915. Além dessas, também foram formadas as colônias oficiais de Guarani e Guarita (Iraí) criadas respectivamente em 1891 e 1917 (que apresentaram menor desenvolvimento econômico).

A construção das vias férreas possibilitou a expansão da colonização nas matas do Alto Uruguai e das Missões, tomando por base as colônias de Ijuí, Erechim e Santa Rosa, que foram estabelecidas em posições estratégicas para organizar a povoação²⁴ dessas áreas e posteriormente escoar a produção agropecuária que se desenvolveria nessa região. Essas colônias, segundo Bernardes (1997), tiveram a função de abrir enormes clareiras na mata virgem, a partir das quais o movimento de pioneirismo impulsionou o povoamento com a implantação de colônias em todas as direções.

Paralelamente à colonização oficial, foram fundados também vários núcleos de colonização particulares, uma vez que a estrutura criada pela colonização oficial servia de base para a expansão do processo colonizador feito por particulares. Desse modo, cada colônia

²¹ Como um movimento inicial de expansão dessas primeiras colônias italianas, logo foram fundadas outras nas proximidades, tais como Encantado (1878), Alfredo Chaves (1884), São Marcos (1885), Antonio Prado (1886), Mariana Pimentel, Barão do Triunfo e Vila Nova (1887), Guaporé (1892), próximos as colônias da Serra Gaúcha e a de Jaguari (1889), Nova Palma (1890), Núcleo Norte (Ivorá), Toropi e Ijuí Grande na região central do estado (De Boni e Costa, 2000; Giron e Bergamaschi, 2004).

²² O fracasso e o abandono generalizado da colônia de São João das Missões, fundada em 1825, com imigrantes alemães na região das Missões é evidência disso, como mostra Both da Silva (2004).

²³ Enquanto a ligação de Erechim a via férrea ocorreu em 1910 e a construção de um ramal férreo ligando Ijuí a Cruz Alta ocorreu em 1911, a ligação férrea a Santa Rosa só foi concluída em 1940.

²⁴ Nesse período do final de século XIX e início do XX ainda era corrente entre as autoridades do estado a preocupação com a povoação das regiões pouco habitadas, pois estas regiões faziam divisa com a Argentina e poderiam ser alvo de ocupação estrangeira.

oficial funcionava como um pólo, ao redor do qual eram instaladas as colônias privadas, utilizando-se da infraestrutura criada e dos canais de acesso aos mercados gerados. A colonização privada no norte do Rio Grande do Sul se inicia a partir da última década do século XIX com a formação das colônias Alto Jacuhy (Não-Me-Toque, Tapera), Xingu e Ernestina em 1897; General Ozório (Ibirubá) em 1998; Neu-Württemberg (Panambi) em 1899; Serro Azul (Serro Largo) em 1902; Marau em 1915; Sarandy em 1917, entre outras (Giron e Bergamaschi, 2004; Nascimento, 2007).

Consolida-se, a partir de então, um amplo mercado de terras, capaz de oportunizar grandes lucros às companhias particulares, que pressionavam o governo a incentivar a colonização, oferecendo a estas terras baratas e mesmo subsídios à compra e posterior venda aos colonos (Rückert, 1997). Nesse processo, muitas colônias foram formadas nas matas do Alto Uruguai e das Missões, vindo a ocupar quase que totalmente o território do RS até as décadas de 1920 e 1930.²⁵ Este processo possibilitou incluir definitivamente as regiões de mata do norte do RS na economia gaúcha e como continuidade dessa expansão da agricultura colonial gerou-se o fluxo que ocuparia as regiões oeste de Santa Catarina e sudoeste do Paraná nas décadas seguintes (Da Ros, 2006)

No ano de 1914 as autoridades gaúchas identificaram que não era mais possível receber imigrantes no estado, pois as terras desocupadas já estavam escasseando e a população do estado estava se multiplicando de maneira muito rápida. Cabia, então, qualificar as áreas de colonização já existentes com meios de transporte mais eficientes e melhorar a estrutura pública de assistência às colônias para garantir o seu sucesso econômico.²⁶ Desse momento em diante, aos estrangeiros que imigrassem espontaneamente para o estado seria concedido *uma colônia* (lote de 25 hectares) mediante o pagamento de um terço do seu valor a vista (Both da Silva, 2004).

Além de terem sido ligadas por vias férreas as novas colônias tiveram em comum o fato de terem sido formadas por agricultores de origens variadas (como mostra a Figura 2). Alguns agricultores eram descendentes de imigrantes provenientes das *colônias antigas* do vale dos Sinos, Depressão Central e de Serra Gaúcha, outros eram imigrantes vindos diretamente da Europa. Além disso, as colônias oficiais e mesmo algumas particulares contaram com o ingresso de colonos de origens étnicas diversas. Há que se considerar que essas preocupações de formação de colônias mistas no Norte do estado, pelo que aponta a literatura disponível, ocorreram no período em que o Partido Republicano Riograndense (PRR) era hegemônico no estado e possuía um programa político embasado no positivismo que orientou suas ações de colonização, seja no seu planejamento (organização dos lotes para que todos tivessem acesso à água de rios e córregos, vias de escoamento da produção, etc.),

²⁵ Esse processo de migração para ocupação das áreas de mata do norte do estado teve forte conseqüências na elevação do preço das terras. Segundo Rückert (1997) e Zarth (1997), entre 1851 e 1916, o preço das terras sobe mais de 1000% nas áreas dos então municípios de Cruz Alta, Passo Fundo e Palmeira das Missões (a área destes municípios correspondia à maior parte do norte do RS).

²⁶ Já em 1914 o presidente estadual Borges de Medeiros “enviou ofício ao Ministro da Agricultura comunicando que não interessava mais manter o acordo com a União de introduzir imigrantes estrangeiros no estado. Entre os motivos alegou o aumento crescente de despesas com serviço de colonização sem as proporcionais vantagens compensadores, porque, afirmou o engenheiro João José Pereira Parobé ao comentar o ofício do presidente, ‘não é povoar o solo do que mais necessitamos e sim dotar as regiões povoadas dos elementos indispensáveis ao seu desenvolvimento, especialmente de vias de transporte’. Foi o que ocorreu na colônia Erechim, a qual foi fundada ao lado da via férrea, tornando o frete barato e permitindo acesso aos mercados regionais, possibilitando-lhe grande crescimento, enquanto a colônia Guaporé, mais distante da estrada de ferro, não teve esses benefícios, conseqüentemente obteve um desenvolvimento mais lento (Nascimento, 2007, p.273-4).

seja na integração das diversas etnias para a sua harmonização e o melhor desenvolvimento do estado.

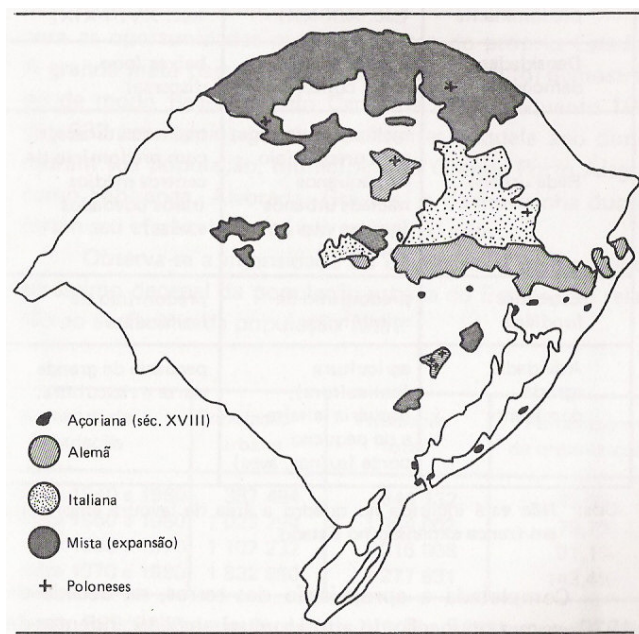


Figura 2: Distribuição das áreas colonizadas com imigrantes europeus ou com seus descendentes no RS. Fonte: Costa, 2005 *apud* Da Ros, 2006, p.464.

Seguindo esta perspectiva, na instalação das novas colônias oficiais, o governo do estado optou por promovê-las em formação mista para evitar a constituição de comunidades étnicas homogêneas²⁷ (o que se entendia que dificultava a integração dos *colonos* na sociedade nacional) e também por ter passado a se preocupar com a fixação dos *caboclos* ou *lavradores nacionais* que estavam sendo despejados constantemente de suas posses para dar lugar aos *colonos* e, em reação, estavam cometendo crimes contra estes (Nascimento, 2007; Both da Silva, 2008).

Diferentemente das novas colônias oficiais, algumas colônias particulares, continuaram sendo formadas obedecendo a critérios étnicos e, em alguns casos, até religiosos (uma vez que os alemães eram católicos e luteranos).²⁸ As empresas colonizadoras particulares alegavam que as possibilidades de progresso das colônias formadas apenas por uma nacionalidade (alemães ou italianos) eram maiores, pois partiam de uma base sociocultural mais homogênea, o que diminuía as chances de conflitos. Nesse sentido, negavam as premissas seguidas pelas colônias oficiais.

Deve-se destacar que, para efetivação da colonização das áreas de matas do norte gaúcho, os grupos indígenas e os caboclos que lá habitavam precisaram ser expropriados de seus domínios. Nas matas do Alto Uruguai e das Missões predominavam as tribos indígenas kaingangues e guaranis. Aos grupos indígenas só restou aceitarem a proposta de formação de aldeamentos ou toldos demarcados pela Diretoria de Terras Colonização do estado a partir de

²⁷ Existem relatos na literatura de que principalmente as colônias alemãs não se integravam com as demais etnias do estado. Chega a se citar até mesmo a formação de uma economia e milícias paralelas entre estas colônias ao que se chamou na época de “perigo alemão” e se manifestou fortemente no período da I e da II Guerras Mundiais. Maiores detalhes sobre esse tema ver Gertz (1991).

²⁸ Algumas colônias no Norte do RS foram formadas somente por alemães católicos, como Selbach, e outras os católicos e os luteranos foram divididos em diferentes áreas como na colônia de Cerro Azul.

1910. Os toldos demarcados e as suas respectivas áreas, populações e datas de expropriações posteriores podem ser visualizados no Quadro 1.

Quadro 1: Toldos indígenas demarcados no RS 1910-1918.

Toldo	Município atual	Demarcação	População	Área original (ha)	Área expropriada (ha)
Cacique Doble	Machadinho	1910	500	5.776	1.250 – colonização 1942
Carreteiro	Tapejara	1911	80	600	Não houve
Caseiros	Lagoa Vermelha	1911	100	1.003	1.003 – colonização 1930
Guarita	Getúlio Vargas	1917	200	23.407	Não houve
Inhacorá	Santo Augusto	1911	400	5.859	4.799 - colonização, assentamento de posseiros e estação experimental
Lagoão	Soledade	1918	200	1000	1000 – colonização 1918
Ligeiro	Tapejara	1911	500	4.552	Não houve
Nonoai	Nonoai	1911	600	34.908	22.427 – formação de áreas florestal e colonização 1949-1962
Serrinha	Constantina/ Ronda Alta	1911	-	11.950	11.950 – colonização 1949-1963
Ventarra	Getúlio Vargas	1911	80	753	753 – colonização 1962-1968
Votouro	São Valentim	1918	100	3.841	2.121 – colonização 1962

Fonte: adaptado pelo autor de Kleimann (1986, p.137), Carini (2005, p.136) e Da Ros (2006, p.80).

Mesmo com a demarcação de toldos indígenas, observa-se que isso não foi suficiente para conter o avanço da colonização sobre suas áreas, visto que a maioria deles foi destinada posteriormente total ou parcialmente à colonização. Aos indígenas coube procurar resistir à intrusão de suas áreas por conta própria e apoiar-se em algumas ações de proteção do Estado para poderem continuar existindo socialmente. Aparentemente este era um problema que era percebido também em outros estados, pois em 1910 o governo federal criou o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (instituído pelo decreto nº 8.072 de 1910 e regulado por ato do Ministério da Agricultura no mesmo ano). Foi designado o então coronel Cândido Mariano da Silva Rondon (conhecido como Marechal Rondon) para dirigir o novo órgão. Militar, positivista, que havia se notabilizado pelos trabalhos de instalação de redes telegráficas no interior do País, donde havia mantido contato pacífico com vários povos indígenas. Em linhas gerais, foi o ideário positivista que orientou esse serviço:

Foram essas ideias positivistas que fundamentaram a política do Estado brasileiro para os povos indígenas na maior parte do século XX. Estabeleceu-se, assim, a chamada política de integração, em que o índio era reconhecido como sujeito transitório, ou seja, enquanto estivesse sendo preparado para ingressar na "civilização". Tal política apontava para o fim da diversidade étnica e cultural, pois reconhecia esta diversidade apenas como um estágio de desenvolvimento que se concluiria com a incorporação do índio à sociedade nacional. (FUNAI, 2010).

Ainda em 1910 foi instalada em Porto Alegre a sede de uma Inspetoria Estadual deste Serviço que ficou a cargo da Diretoria de Terras e Colonização (Sponchiado, 2000). Juntamente com a organização do Serviço de Proteção ao Indígena no RS, a Diretoria de Terras e Colonização organizou um Serviço de Proteção aos Nacionais (SPN) com objetivo de fixar os nacionais no estado (*caboclos*), procurando dar-lhes igualdade de condições em relação aos imigrantes estrangeiros. Para isso buscou basicamente proteger os lavradores nacionais dos avanços das colônias de imigrantes; facilitar o reconhecimento e titulação das

posses destes lavradores e promover a fixação de nacionais em colônias agrícolas²⁹. Seguindo esta perspectiva, em colônias como Santa Rosa e Guarita (Iraí) foram regularizadas posses e mesmo vendidas áreas para *caboclos* (Both da Silva, 2004).

Estas medidas relacionam-se a duas ordens de fatores que eram contraditórias entre si, mas que requeriam ações do Estado. Uma foi a forte pressão que as colônias agrícolas exerciam sobre estes primeiros habitantes das regiões de matas do RS. Como os colonos eram reconhecidos pelo Estado e pela sociedade como mais propensos ao trabalho e mais eficientes na produção agrícola (“mais evoluídos” na escala positivista), portanto, gerando maiores divisas para o estado, os outros poderiam ser dispensáveis visto que eram considerados como pouco propensos ao trabalho. De outro lado, como era forte a orientação positivista no governo do estado, nesse período hegemônico pelo Partido Republicano Riograndense e, particularmente, na Diretoria de Terras e Colonização (dirigida de 1908 a 1928 por Carlos Torres Gonçalves, um adepto influente da Igreja Positivista do Brasil³⁰), estas medidas de proteção aos indígenas e aos nacionais foram entendidas como fundamentais para promover a harmonia entre as diferentes etnias, dando condições de todas progredirem.

Por fim, cabe ainda destacar que o *colono* foi um tipo de agricultor idealizado pelo governo do estado e que dificilmente se encontrava na prática, mas era um agricultor que as autoridades objetivavam produzir para alavancar a produção agrícola, como destaca Both da Silva:

O *colono* apologizado pelos governantes era, todavia, um tipo ideal que muito dificilmente se realizava na prática. Ou seja, para aqueles que estavam coordenando o povoamento, *colonos* seriam aquelas pessoas que, caso fossem imigrantes, facilmente se incorporariam à população que já habitava o estado, que se ligava de modo afetivo à terra, a ponto de não a abandonar, e se mostrava trabalhador e morigerado. Enfim, um indivíduo que não criaria grandes problemas para o estado e daria conta de fazer do Rio Grande do Sul o celeiro do país (2008, p.340).

Os agricultores que se entendia que mais se aproximavam deste tipo eram os imigrantes de origem européia. Porém, desde o início do século XX, os nacionais e os indígenas também passaram a ser alvos de investidas do governo (formação de escolas agrícolas, estações experimentais etc.) para que também se tornassem agricultores mais eficientes na medida em que entrassem em contato com as modernas técnicas agrícolas. Entendia-se que o contato com os conhecimentos modernos da ciência lhes propiciaria abandonar seu modo de vida e de produção atrasados, passando a desenvolver uma moderna agricultura à semelhança do que se esperava dos *colonos*.

²⁹ Segundo Sponchiado (2000, p.130) “As medidas essenciais de proteção que o SPN observava em 1918, na forma de Instruções, eram: a) demarcação para cada família, nas terras que se achava ocupando, de lotes rurais, sendo esta a providência fundamental; b) concessão dos lotes por preços 20% inferiores (25\$ a 35\$ o hectare, atualmente) aos das concessões a outros agricultores (30\$ a 50\$ o hectare, atualmente), ou a cobrança somente das despesas de medição (5\$ o hectare), nos casos de ocupantes de 30 anos ou mais; c) facilidade do pagamento dos lotes mediante a prestação de trabalhos na construção de estradas e caminhos do próprio interesse deles, valorizando-lhes logo as terras e facilitando-lhes o transporte dos produtos, como os contatos com os outros agricultores; d) auxílio de carpinteiros, custeados pela administração das colônias, na construção de suas habitações, a fim de aumentar-lhes o conforto e estimulá-los através desta justa satisfação egoísta; e) extensão destas mesmas facilidades a outros nacionais que pretendessem instalar-se nas colônias”.

³⁰ Para maiores detalhes sobre a influência positivista nas políticas da Diretoria de Terras e Colonização no período que foi presidida por Carlos Torres Gonçalves ver Sponchiado (2000) e Both da Silva (2008).

1.2 Organização da representação política no campo no início da República

A origem do movimento do associativo rural no Brasil ocorreu por “iniciativa de uma elite representante dos segmentos sociais dominantes do mundo rural” (Scherer, 1972, p.46). A construção de experiências de organizações autônomas dos agricultores de base familiar, quando ocorreram, não se deu sem romper, em alguma medida, com as organizações de grandes proprietários que se propunham representantes do setor rural, como se este fosse um todo indivisível, onde todos tivessem os mesmos interesses.

Para realizar uma investigação sobre a gênese das organizações políticas do campo deve-se ter claro, como afirma Gramsci, que “a unidade histórica das classes dirigentes acontece no Estado e a história delas é, essencialmente, a história dos Estados e dos grupos de Estados” (2002, p.139). A unidade histórica concreta das classes dirigentes é o resultado das relações orgânicas entre o Estado estrito e as organizações da sociedade civil. Entretanto, o poder do Estado normalmente é ocupado por frações de classes dirigentes que se sobrepõem sobre outras frações e estas, em dados momentos, podem vir a entrar em conflito pelo poder. A gênese política das classes dirigentes do RS pode ser buscada nas disputas pela hegemonia político-econômica e militar do Estado e os desdobramentos dessas disputas nas organizações da sociedade civil.

De outro lado,

as classes subalternas, por definição, não são unificadas e não podem se unificar enquanto não puderem se tornar “Estado”: sua história, portanto, está entrelaçada à da sociedade civil, é uma função “desagregada” e descontínua da história da sociedade civil e, por esse caminho, das histórias dos Estados ou grupos de Estados (Gramsci, 2002, p. 139-140).

Nessa perspectiva, deve-se ter claro que a história das organizações políticas dos grupos subalternos “é muito complexa”, segundo Gramsci, uma vez que essa “deve incluir todas as repercussões das atividades de partido em toda a área dos grupos subalternos em seu conjunto” (p.140). Além disso, as relações destes com o “comportamento dos grupos dominantes, e deve incluir as repercussões das atividades – bem mais eficazes, porque sustentadas pelo Estado – dos grupos dominantes sobre os subalternos e seus partidos” (id.). Assim, para se investigar a gênese política dos grupos subalternos deve-se procurar esclarecer quais as relações das suas organizações com o Estado e com as organizações das classes dirigentes.

1.2.1 Advento da República e mudanças no eixo do poder

Com a proclamação da República no Brasil (1889) iniciou-se um processo de reordenação do formato do Estado, das elites dirigentes e dos partidos políticos, com reflexos nas possibilidades de participação no jogo político de novos estratos sociais, como os militares, industriais e parcelas da classe média. No novo ordenamento constitucional republicano promoveu-se a troca do Estado unitário imperial pela Federação, ou seja, por uma estrutura institucional com pluralidade de centros de poder assentados nos estados federados que passariam a contar com certa autonomia política. Nessa dinâmica de diversos centros de poder centrados nos estados, as forças políticas republicanas não chegaram a constituir um partido nacional unificado, tendo ficando a política nacional sujeita aos arranjos dos partidos

republicanos dos estados, principalmente dos de maior expressão no cenário nacional, como os de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul (Basbaum, 1976).

Mesmo que tenham sido os acordos entre os partidos republicanos de São Paulo e Minas Gerais (os dois estados mais importantes do jogo federativo, chamados por Faoro, 2000, de os “dois principados”) e destes com os dos estados menores, que dominaram a política nacional durante a República Velha, o estado do Rio Grande do Sul, em boa parte deste período, se constituiu como uma “terceira força”, dissidente e incômoda ao domínio da “política café com leite” (Faoro, 2000). Entretanto, ainda que tenham sido mantidos alguns conflitos políticos com o poder central, comandado pela “política dos governadores”³¹ que afixava o sistema, os governos republicanos do estado do Rio Grande do Sul souberam aproveitar-se da condição de autonomia que este sistema lhes propiciava para manterem-se no poder por quatro décadas e realizarem um certo deslocamento do eixo do poder no estado.

No Rio Grande do Sul, no período anterior à proclamação da República, era hegemônico o Partido Liberal, dominado pelos grandes pecuaristas das regiões de fronteira do Sul e Oeste do estado. Com a República, ascende ao poder o Partido Republicano Riograndense (PRR), um partido pequeno, liderado por Julio de Castilhos e com bases inicialmente nos militares, mas que aos poucos foi conquistando uma base de apoio diversificada. Nos centros urbanos era apoiado por industriais, comerciantes, proletários, profissionais liberais, intelectuais e por jovens em geral. Nas zonas rurais contava com apoio de pequenos proprietários (particularmente os *colonos*), estancieiros e comerciantes integrados ao sistema colonial do Centro, Norte e Oeste do estado (Freitas, 1999, p.80). Este partido, de orientação política positivista, passou a construir um sistema de poder autoritário e centralizado, chamando de “ditadura científica”³² (sustentado na Constituição estadual de 1891, elaborado quase exclusivamente por Julio de Castilhos), que declaradamente objetivava modernizar a administração e economia do estado livrando-o dos tradicionais vínculos privilegiados que os pecuaristas e charqueadores mantinham com o poder. Este modelo seria duramente combatido (política e militarmente) pelas forças políticas tradicionais excluídas do poder. Nelas estavam os grandes pecuaristas da fronteira (na época, chamados de coronéis), os charqueadores e os comerciantes/contrabandistas (muitas vezes também pecuaristas) que provinham principalmente do antigo Partido Liberal (liderados por Gaspar Silveira Martins, senador e chamado de “dono do Rio Grande” no período Imperial, devido à sua grande influência política), mas também remanescentes do antigo Partido Conservador e dissidentes republicanos. As oposições ao PRR formariam o Partido Federalista Brasileiro em 1892, passando a traçar como seus principais objetivos a derrubada do governo instalado por Julio de Castilhos e a revisão da Constituição estadual no que se referia a centralização excessiva

³¹ Uma característica peculiar da política brasileira durante a República Velha foi a chamada Política dos Estados, vulgarmente conhecida como “política dos governadores”, instituída no governo de Campos Sales (1898-1902). Neste pacto entre os estados, o poder federal não interferia na política dos estados e esses não interferiam na política dos municípios, garantindo-se lhes a autonomia política e a tranqüilidade nacional. As bancadas dos estados no Senado Federal e na Câmara dos Deputados não ofereciam obstáculos ao presidente da república de conduzir seu governo (Faoro, 2000).

³² Segundo afirmado por Fonseca (2004, p.4-5): “recorria à força da autoridade de autores como Comte, Saint-Simon e Spencer para justificar a ‘ditadura científica’, consagrada no Estado pela Constituição republicana, praticamente elaborada por Júlio de Castilhos. Esta adotara princípios comtianos antiliberais, como a supremacia do Executivo em oposição ao princípio da independência e harmonia dos poderes de Montesquieu, possibilitando ao Presidente do Estado elaborar leis; a Assembléia dos Representantes, por seu turno, reunia-se apenas dois meses por ano e possuía funções mais moralizadoras, como a discussão e aprovação do orçamento, do que propriamente legislativas. E, finalmente, o que era mais criticado pela oposição, a possibilidade de sucessivas reeleições do Presidente estadual, desde que obtivesse três quartos dos votos.”

de poder no Executivo e no artifício que permitia múltiplas reeleições ao presidente do estado. Os federalistas, em sua maioria, defendiam a adoção de um regime parlamentarista unitário em nível nacional, mas também contavam com adeptos da restauração monárquica.

Com o acirramento das disputas entre frações das classes dominantes gaúchas foi deflagrada uma guerra civil entre 1893 e 1895 (conhecida como Revolução Federalista)³³. Contando com a força da Brigada Militar, órgão militar profissional do estado criado em 1892, e apoio logístico e financeiro do governo federal ocupado por Floriano Peixoto, o governo do PRR triunfou. Manteve-se no poder com Júlio de Castilhos na presidência do estado até 1898, depois com Borges de Medeiros até 1908, com Carlos Barbosa até 1913 e novamente com Borges de Medeiros até janeiro de 1928, quando este último – cumprindo um pacto feito com as forças oposicionistas que haviam se rebelado militarmente novamente em 1923³⁴ – aceitou conduzir Getúlio Vargas ao governo do estado em 1928.

Segundo apontado por Freitas (1999), o advento da República e do PRR ao poder provocaram um deslocamento do eixo do poder que estava centrado nos coronéis da fronteira para as atividades comerciais e industriais urbanas da capital e para as zonas coloniais do centro-norte do estado. Algumas iniciativas do governo republicano que marcaram essa nova opção e provocaram a reação dos coronéis foram: o reforço do controle e da repressão ao contrabando de gado e de mercadorias nas fronteiras com o Uruguai e Argentina, fonte de muitos lucros para os chamados “donos da fronteira”. Esta medida que visava aumentar a arrecadação de impostos sobre a transação de animais e mercadorias e preservar a indústria e comércio nacional causava prejuízos aos coronéis das fronteiras (Freitas, 1999). Outro fato citado por Freitas (com base em um relato da época de um cônsul norte-americano que atuou no RS) que evidencia essas divergências entre as forças político-econômicas no estado refere-se à assinatura de um tratado de comércio entre Brasil e Estados Unidos, celebrado em 1891 pelo governo provisório da República:

O tratado garantia para o café brasileiro o mercado americano. Assegurava, em troca, baixas tarifas para o ingresso de cereais e manufaturados americanos, o que alegadamente prejudicava os agricultores e fabricantes rio-grandenses. Os industriais da banha, uma das principais riquezas do estado, temiam a concorrência do similar americano. O tratado era apoiado pelos estancieiros e industriais do couro, pois este produto passaria a entrar livremente nos Estados Unidos. Em resumo, o senhor [Julio de] Castilhos defendia uma política protecionista, ao passo que o senhor [Gaspar Silveira] Martins era um livre-cambista. (Freitas, 1999, p.79).

Frente às disputas entre as classes e frações de classes dirigentes gaúchas pelo poder, os *colonos* e os *caboclos* se posicionaram, via de regra, de forma diversa. Enquanto os *colonos* tenderam a “votar no governo para trabalhar em paz” (Pesavento, 1996, p.182) e eram beneficiados pelas suas políticas de melhoria das vias de transporte e escoamento da produção das zonas coloniais, os *caboclos* das áreas onde eram implantadas novas colônias com

³³ A Revolução Federalista constituiu-se em uma das mais sanguinárias que se tem notícia. Em um espaço de tempo de pouco mais de dois anos foram mortas cerca de 30 a 35 mil pessoas em combate, feridas em combate, em ataques a civis ou degolas de prisioneiros (Freitas, 1999). A grande rivalidade e excitação à violência ocorrida no conflito ajuda alguns historiadores levantarem a tese de não se tratou apenas de um conflito pelo poder no Estado entre frações da classe dirigente (como é tradicionalmente interpretado), mas que foi um conflito de classe em um momento em que as oligarquias tradicionais estavam perdendo o poder do Estado para uma burguesia emergente aliada com frações de outras classes. Seria uma reação (contra-revolução) a perda do controle do Estado dos coronéis da fronteira.

³⁴ Entretanto, deve-se destacar que em 1923, houve outra guerra civil deflagrada pelos setores oposicionistas ao governo de Borges de Medeiros e que foi nessa guerra que se pactuou o fim da possibilidade de reeleições sucessivas do governador e deu suporte para a ascensão de Getúlio Vargas em 1928.

imigrantes (como na região de Palmeira das Missões) chegaram a pegar em armas e se associar aos federalistas contra o governo republicano e as suas políticas de privatização das áreas públicas de matas onde exploravam a erva-mate (Ardenghi, 2003). Entretanto, em ambos os casos, *colonos* e *caboclos* participavam de alianças políticas com papéis secundários.

A conjugação de forças políticas no estado representava diretamente os interesses de diferentes grupos econômicos. Como os principais opositores do PRR eram formados pelos pecuaristas e comerciantes das fronteiras, seria natural esperar que governo de Julio Castilhos optasse por favorecer outros grupos que pudessem lhe dar apoio. Mas não se tratava somente de uma equação matemática de apoio numérico. Tratava-se, como afirma Targa (2003), de uma disputa de projetos econômicos entre classes e frações de classes em um momento em que estava se formando no Rio Grande do Sul um modelo de Estado racional burguês em rompimento com o modelo patrimonial³⁵ (dominado pela autoridade consagrada dos coronéis da fronteira). Neste aspecto, essa crise de hegemonia seria original na história brasileira (uma vez que os demais estados continuavam fieis ao modelo patrimonialista) e anteciparia, em parte, a Revolução de 1930 que levaria Getúlio Vargas, um seguidor do ideário de Julio de Castilhos, à presidência da República (Faoro, 2000).

1.2.2 Associativismo da classe rural

Nessa conjuntura de crise de hegemonia dos grandes pecuaristas do início da República, de enfrentamento políticos e militares entre classes e frações das classes dirigentes e de fortes disputas pelo poder no estado, surgiram as primeiras organizações associativas com fim de representação política do setor rural, principalmente dos pecuaristas. Esse movimento associativo rural surgia em um momento em que também ocorria um processo de formação de organizações semelhantes em nível nacional e em outros estados.

Com a República teve início, em vários pontos do Brasil, “um movimento em favor do campo, com o intuito de, por um lado, assegurar o poder dos ruralistas e, por outro, reerguer a agricultura, face às conseqüências do período escravocrata” (Scherer, 1972, p.46). Da conjugação desses esforços foi fundada a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) no Rio de Janeiro, em 1897, objetivando fomentar o associativismo rural, a diversificação agrícola e a implantação de canais escolares formadores de especialistas no ramo (Mendonça, 2000).³⁶

As ideias associativas surgiram entre os intelectuais e lideranças pecuaristas do RS nesse mesmo período no final do século XIX, motivados principalmente pelas quedas

³⁵ Para Faoro (2000) o poder do sistema patrimonialista que dominou o período do Império e boa parte da República Velha, deriva do patrimônio do Estado, que em parte se confunde com o patrimônio dos que detêm postos de autoridades. “O Coronelismo, o *compadrazzo* latino-americano, a ‘clientela’ na Itália e na Sicília participam da estrutura patrimonial. Peças de uma ampla máquina, a visão do partido e do sistema estatal se perde no aproveitamento privado da coisa pública, privatização originada em poderes delegados e confundida pela incapacidade de apropriar o abstrato governo instrumental (Hobbes) das leis. O patrimonialismo pulveriza-se, num localismo isolado, que o retraimento do estamento secular acentua, de modo a converter o agente público num cliente, dentro de uma extensa rede de clientela. O coronel utiliza seus poderes públicos para fins particulares, mistura, não raro, a organização estatal e seu erário com os bens próprios. Pisar no pé de um subdelegado ou inspetor de quartirão seria pisar no pé da lei, concretizando o incompreensível aparelhamento abstrato no terra-a-terra ridicularizado, se invertido o ângulo de visão.” (Faoro, 2000, p.259-260).

³⁶ Outra organização que pretendeu defender os interesses rurais foi a Sociedade Rural Brasileira (SRB), criada em 1919. Tratou-se de uma organização mais ligada aos interesses dos produtores de café e algodão de São Paulo, mas teve participação importante nos debates nacionais sobre o mundo rural.

expressivas que a pecuária sofreu no período posterior à guerra civil de 1893-1895. Segundo Scherer (1972, p.47) o “movimento associativo teve início, em Pelotas, por iniciativa de professores do curso de Agronomia, do Lyceu Rio-grandense de Agronomia e Veterinária”, que criaram, em 1897, a *Revista Pastoril do Rio Grande do Sul* para divulgar ideias associativas como solução para os problemas da pecuária rio-grandense. Como resultado dessa iniciativa formou-se em 1898 a Sociedade Pastoril do Rio Grande do Sul, como a primeira “associação classista em defesa dos interesses rurais” (Tambara, 1983, p.60).

Para procurar solucionar a crise da pecuária, principal atividade econômica do estado, a Sociedade Pastoril passou a estimular a melhoria das criações através de técnicas mais modernas e buscou promover a produção agrícola entre os pecuaristas, como uma atividade complementar. Para isso, distribuiu sementes de trigo, de arroz e forragens e organizou exposições agropecuárias. Os principais resultados destas ações da Sociedade foram, além de algumas melhoras técnicas nas criações e na agricultura, a criação de novas associações semelhantes em outros municípios (Scherer, 1972).

Como reflexo da disseminação e o fortalecimento destas associações, em 1909 foi criada a Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, com 23 associações filiadas. Três anos depois do surgimento da Federação, em 1912, foi fundada a União dos Criadores, organizada a partir de comissões locais de criadores que tinha por objetivo a formação de um banco rural e a compra conjunta de materiais que os fazendeiros necessitassem (Scherer, 1972). Em 1921, houve a fusão das duas entidades na Federação Rural do Rio Grande do Sul. No entanto, a existência da Federação Rural foi breve, pois, em 1923, uma guerra civil opôs frações da classe dirigente gaúcha ao governo do estado, provocando, inclusive, a morte do presidente da Federação. Estes fatos desarticularam a Federação por algum tempo.

Em 1926 teve início um novo impulso associativo que também evidenciava a emergência de novos personagens no campo. Foi criado o Sindicato dos Arrozeiros, como uma agremiação formada pelos produtores e comerciantes locais no intuito explícito de centralizar a venda do produto, controlar a qualidade final e buscar alternativas para rebaixar os custos de produção (Duvoisin, 2008). As associações rurais existentes deram início à formação de cooperativas para defesa da produção. E foi fundada a Associação dos Criadores do Rio Grande do Sul. Este novo impulso associativo viria a dar origem, em 1927, a uma organização representativa da classe rural: a Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (FARSUL). Destacam-se entre suas finalidades: congregar todas as associações rurais do estado; representar a classe rural perante os poderes públicos; promover a fundação de sindicatos e cooperativas de produção, consumo e venda de produtos (Scherer, 1972; Tambara, 1983).

Inicialmente, as associações rurais congregavam somente os criadores de gado, os estancieiros das regiões de campos. Scherer (1972) cita as associações de Pelotas, Bagé, Jaguarão, Arroio Grande, Santa Vitória do Palmar, Dom Pedrito, Uruguaiana, Alegrete e São Gabriel no sul do estado e Tupanciretã, Cruz Alta e Júlio de Castilhos nos campos do planalto. Posteriormente, com o desenvolvimento e a importância que adquiriu a agricultura no estado, a sua representação também passou a ser objeto da FARSUL. Foram criadas algumas associações rurais na zona colonial e a representação também dos colonos passou a ser alvo da FARSUL, pelo menos desde meados de 1940. Entretanto, em nível estadual, os colonos não tiveram força na Federação:

Mesmo nos momentos que pretenderam participar mais efetivamente foram logo impulsionados a se retirar. Isto se deu, por um lado, porque como representação eram minoria e sem qualquer prestígio ou força junto ao governo, para que suas reivindicações

fossem consideradas de importância. Por outro lado, porque seu baixo nível cultural não os permitia acompanhar o erudito nível das discussões dos pecuaristas (Scherer, 1972, p. 59).

Mesmo que os *colonos* tenham sido representados formalmente perante o Estado pela FARSUL, como pertencentes à *classe rural*, fica evidente que estes não eram sua prioridade. Na Federação predominavam os interesses dos pecuaristas, reflexo de sua dominância no meio rural gaúcho, o que se refletia na sua influência na política estadual e no reconhecimento que o governo lhes prestava. Prova disso, se reproduz na manifestação de 1928 do então presidente do estado, Getúlio Vargas:

A Associação de Classe, a cooperação de atividades convergentes para a defesa de interesses comuns, tem dupla vantagem: para os associados, a união torna-os fortes e eficientes; para o governo, o trato direto com os dirigentes de classe facilita, pelo entendimento com poucos, faz a satisfação de muitos (*apud* Scherer, 1972, p. 60).

Assim, como o governo reconhecia na Federação a expressão dos interesses comuns e tratava as questões da *classe rural* com seus dirigentes.

Outra organização que teve influência sobre as políticas de governo voltadas para a agropecuária foi a Associação Promotora dos Interesses Econômicos do Rio Grande do Sul, funda em 1904, em Porto Alegre (conhecida como Centro Econômico). Era formada por “representantes dos interesses do alto comércio exportador, industriais e profissionais liberais” (Ertzogue, 1992, p.119), e tinha como seu objetivo maior “promover o desenvolvimento global da economia gaúcha” (id. 120). Para isso, o setor agropecuário estava entre seus alvos de ação.

Dentre seus objetivos que alcançaram respaldo entre os agricultores e pecuaristas estavam o estabelecimento de estações agrônômicas para promover o ensino agrícola e profissionalizante, a introdução de novas culturas e técnicas agrícolas modernas, a mecanização da agricultura colonial, a organização de associações agrícolas, a criação de uma instituição de crédito rural e a “colonização dos campos” (Programa do Centro Econômico do RS, 1905 *apud* Ertzogue, 1992).

Para atingir seus desígnios, o Centro Econômico, além de ter buscado influência junto às políticas do governo Borges de Medeiros (que também era presidente honorário do Centro), também procurou dialogar com as organizações de agricultores e de pecuaristas para atraí-las para suas propostas. Obviamente que o desenvolvimento da agricultura do estado interessava diretamente aos sócios do Centro Econômico, tendo em vista que para a racionalização da produção agrícola colonial, a sua mecanização, eram necessárias máquinas modernas e insumos que os comerciantes podiam ofertar e, de outro lado, se os agricultores se modernizassem, estes estariam mais aptos para oferecerem matérias primas às suas indústrias (Pesavento, 1979; Ertzogue, 1992).

Fica evidente que o Centro Econômico, além de procurar ser um fomentador da modernização da agropecuária gaúcha, também guardava os interesses específicos dos seus sócios. Ertzogue nós dá uma boa caracterização de qual era o seu propósito. O Centro Econômico “estava voltado para atender uma classe média em formação no Rio Grande do Sul. Os setores emergentes estavam representados pelo comércio exportador, industriais e profissionais liberais” (1992, p.122). Estes interesses ficarão mais evidentes na relação que este Centro procurará ter junto às organizações de colonos, tratado a seguir.

1.3. Organização políticas dos *colonos*

Mesmo que os *colonos* tenham recebido auxílio estatal para sua instalação em colônias agrícolas no interior gaúcho, tiveram grandes dificuldades estruturais para recomeçarem suas vidas na nova terra e para iniciarem a produção agrícola. A literatura especializada fornece inúmeros exemplos dessas dificuldades, que iam desde a rusticidade das áreas em que foram instalados, os animais selvagens que ameaçavam sua vida, dificuldades de transporte e de acesso aos serviços de saúde, até problemas relacionados ao isolamento que dificultava a comercialização da produção agrícola, o acesso a novas tecnologias e a dependência gerada em relação aos comerciantes locais (os chamados *bodegueiros*).

Na zona de colonização alemã e italiana, desde seu princípio, se organizaram pequenas experiências associativas que já buscavam (re)construir o espírito de comunidade. As atividades associativas eram de variadas naturezas, tais como: comunidades religiosas católicas e luteranas, clubes esportivos, sociedades de canto, de leitura, de teatro e de senhoras, associações de professores, associações de mútuo socorro, entre outras (Rambo, 1988; De Boni, 1996). Estas associações e sociedades tinham objetivos imediatos e de alcance local. Entretanto, muitos problemas enfrentados pelos colonos em toda a zona colonial não podiam ser resolvidos somente no nível local. Schallenger destaca alguns problemas enfrentados pelos *colonos* alemães e a solução encontrada no associativismo:

O empobrecimento dos colonos, tributado especialmente ao pouco valor de mercado dos produtos agrícolas, resultou na crescente incapacidade de formação de poupança, o que inviabilizava investimentos quer na ordem da expansão das fronteiras agrícolas, quer na da inovação tecnológica. O enfrentamento das questões do mercado agrícola, da expansão das fronteiras, do aumento da produção, da melhoria da produtividade e do crédito rural, como forma elementar para subsidiá-las, só se faria possível mediante um movimento associativo que se fundamentasse em sólidas relações de cooperação. (Schallenger 2007, p.181).

A origem da inspiração para a formação do associativismo entre os colonos alemães parece estar na doutrina social da Igreja, de origem alemã. Como é evidente, os imigrantes trouxeram consigo uma bagagem cultural, crenças, costumes e as suas Igrejas, a Católica e a Luterana. Também foram trazidas as preocupações de cunho religioso de formação de comunidades cristãs nas novas terras. Segundo Schallenger (2007), com a encíclica *Rerum Novarum*, de 1891, as questões sociais ganharam um novo estatuto na Igreja Católica e com elas emergiu o associativismo cristão, como uma forma de as Igrejas organizarem os pobres (trabalhadores) e não os perderem para as doutrinas revolucionárias do socialismo e do anarquismo, então emergentes na Europa. “Tanto na sua vertente católica quanto na evangélica, o associativismo cristão postulava uma transformação social não acometida de uma ruptura institucional, mas sedimentada na ordem da solidariedade cristã” (id. p.16).

Neste aspecto, De Boni (1996) também chama atenção que ao contrário da situação européia onde a Igreja perdia espaço para as ideologias consideradas subversivas, na meio colonial gaúcho os imigrantes organizavam comunidades e capelas por conta própria e solicitavam ao clero a presença de padres e freiras para lhes prestar assistência religiosa. Visando atender esta necessidade e procurando reforçar a presença da Igreja em um estado declaradamente positivista, teria ocorrido uma intenção deliberada do arcebispado gaúcho de buscar trazer congregações religiosas européias para o estado em um momento em que estas enfrentavam dificuldades na Europa.³⁷

³⁷ Segundo aponta De Boni (1996, p.240), somente da Itália entre 1875 e 1930 teriam provido 132 padres para o RS. O autor aponta ainda que na virada do século XIX existiam mais 520 padres, religiosos e religiosas europeus

Do trabalho destas Igrejas surgiu o associativismo cristão na Europa e este foi trazido para o Sul do Brasil, com a imigração. Fundamentado na confiabilidade entre os indivíduos e na boa vontade, o cooperativismo cristão foi concebido como uma associação de pessoas que se organizavam para a satisfação das necessidades dos indivíduos, na medida em que os objetivos e as necessidades de todos fossem alcançados. Friedrich Raiffeisen – idealizador das caixas de crédito levadas para o RS – entendia que o princípio da satisfação das necessidades repousava sobre a questão do crédito: “se cada um depositar pequenas sobras dos frutos do seu trabalho, por menores que sejam, na soma grandes projetos podem ser financiados e que podem reverter em benefício de cada um e de todos” (*apud* Schallenberger, 2007, p.20).

Como as Igrejas acompanharam a vinda dos imigrantes para o Brasil, estas logo se estruturaram nas zonas de colonização. Os agentes religiosos presentes nas colônias não se limitaram a prestar assistência espiritual, mas, ao perceberem as dificuldades que enfrentavam os colonos, teriam agido como líderes das comunidades, propondo soluções coletivas embasadas nas experiências do associativismo e do cooperativismo cristão que já se desenvolviam na Europa. Essas ações religiosas, por não se prenderem exclusivamente à estrutura e às orientações oficiais das Igrejas Católicas e Luterana, ficaram conhecidas como pertencentes à Igreja Missionária ou Igreja da Imigração³⁸.

1.3.1 A Associação Riograndense de Agricultores e os sindicatos agrícolas

Seguindo estes princípios associativos cristãos, no final do século XIX, foi proposta a criação de uma organização associativa de colonos alemães no estado do Rio Grande do Sul. O padre Teodoro Amstad – figura central na promoção do associativismo entre os colonos no RS – manifestou as preocupações e as intenções que motivaram a criação da Associação Riograndense de Agricultores em 1898:

os tempos são difíceis, a grande dependência do estrangeiro em que nos encontramos pesa sobre nós como um enorme fardo. Aos indivíduos isolados fica impossível livrar-se dele. Se, porém, nos reunirmos, se criarmos uma associação de grande porte e abrangente, tornarmos-nos fortes e sempre mais fortes. Mesmo se não conseguirmos alijar com um golpe só o fardo, com cooperação, com vontade e com persistência, muito poderá ser feito. Minha proposta no caso é a seguinte: fundemos uma associação que se destine ao auxílio mútuo. Ela, numa primeira fase irá se estender sobre a colônia alemã. Mais tarde, se Deus quiser, atingirá um âmbito maior. O nome da associação poderá ser: ‘Associação de Interesse Comum para promover a produção da Terra’. A finalidade da associação seria, como já o nome diz, o estímulo utilizando todos os meios da produção nacional, tanto das matérias-primas agrícolas, quanto da produção artesanal e industrial (Amstad *apud* Rambo, 1988, p.94).

trabalhando no RS, pertencentes a cerca de 64 diferentes congregações religiosas, quase todas de procedência européia.

³⁸ A Igreja Missionária ou da Imigração foi assumindo, inicialmente de forma tímida e, por vezes, desordenada, o espaço da colonização como o seu campo eclesial, isto é, definiu o seu carisma em torno da assistência aos imigrantes e seus descendentes. “Na vertente católica, os jesuítas começaram a dar forma e conteúdo ao espaço missional, auxiliados e seguidos por outras ordens e congregações. No universo evangélico luterano, sem uma ação coordenada, os *pastores livres* começaram, pela produção de sentido religioso, a desenhar os horizontes das comunidades cristãs, até que se constituísse o Sínodo Rio-Grandense e, posteriormente, também o Sínodo Missouri, que passaram a dar um caráter de presença institucional e de orientação pastoral” (Schallenberger, 2007, p.23).

A constituição da Associação Riograndense de Agricultores se deu no ano de 1899, por ocasião da realização do III Congresso Católico do RS (alemães católicos) na colônia de Santa Clara do Feliz. Essa associação, apesar de ter sido fundada em um congresso de colonos alemães católicos, teve caráter interconfessional ao integrar também os colonos luteranos (Rambo, 1988). A tarefa principal da Associação, segundo Rambo (1988, p.187-8), pode ser resumida numa frase: “construir nas colônias do Brasil Meridional uma sociedade economicamente próspera, humanamente solidária, eticamente correta e religiosamente sadia”. Para Ertzogue (1992, p.110-1), as principais tarefas assumidas pela Associação foram:

promover o desenvolvimento da produção nacional através da introdução de novas culturas, da fundação de caixas de crédito rural, bem como desenvolver a produção agrícola e de manufaturas. Enfim, colocar a colônia alemã em condições de prover na medida do possível, a si mesmo de gêneros alimentícios, vestuário, instrumentos de trabalho, além da instalação de moradias e ao mesmo tempo incentivar os equipamentos de utilidade comunitária.

A Associação Riograndense de Agricultores foi uma experiência pioneira e com relativo êxito na organização do associativismo cristão no Sul do Brasil. Seu modelo de organização assentou-se sobre os problemas enfrentados pelos *colonos* alemães e, em função disso, foi construída a partir das zonas de colonização do estado. A sua estrutura foi organizada da seguinte forma: em cada picada ou linha (localidades rurais) organizava-se uma associação; as associações locais organizavam-se em associações distritais ou paroquiais; em um terceiro nível formavam-se as associações municipais; o conjunto das associações locais, distritais e municipais formavam a Associação Riograndense de Agricultores (denominada em alemão de *Bauernrein*). As reuniões ocorriam nesta ordem, com a participação dos sócios, das diretorias e dos delegados na escala crescente nos encontros locais, distritais, municipais e em uma assembléia estadual anual (Rambo, 1988; Ertzogue, 1992; Schallenberger, 2007). A Associação manteve desde sua criação um jornal, chamado “O Amigo do Agricultor” ou *Bauernfreund*, para divulgar notícias e novas técnicas agrícolas para os associados.

Atuou principalmente sobre dois importantes pontos de estrangulamento que inibiam o desenvolvimento familiar e comunitário: a abertura de novas fronteiras de colonização e o crédito rural. A Associação promoveu projetos de colonização para assentar os descendentes das colônias antigas em regiões de matas, tais como: Cerro Azul (Cerro Largo) no RS e Mundo Novo no estado de Santa Catarina. Desde 1902 passou a promover a fundação de caixas rurais para propiciar o empréstimo de recursos aos sócios em horas de necessidades. Outras ações da Associação ainda podem ser destacadas: assistência ao agricultor com problemas jurídico-legais, auxílio técnico, crédito, situações de enfermidades e mortes (Rambo, 1988).

Como a Associação objetivava representar não somente os *colonos* alemães, mas todos os agricultores do Rio Grande do Sul, ela procurou se legitimar e ampliar a sua rede de relações junto a outras organizações de representação e o poder público. Durante a realização de sua V Assembléia anual de 1905, foram convidadas a participar a Sociedade Agrícola e Pastoril do Rio Grande do Sul, o Centro Econômico do RS e o governo do estado. Nas atas dessa Assembléia, consta que a Associação decidiu manter relações de colaboração com essas organizações, porém, frente às propostas de filiação ou fusão com Sociedade Pastoril, preferiu resguardar sua autonomia e sua identidade própria de representante dos agricultores do estado, recusando o pedido. Em relação a isso, Rambo (1988, p.270) destaca que a “natureza institucional da Associação dos Agricultores não se ajustava [...] ao perfil da atividade

pecuária dos grandes latifundiários” representados por essa Sociedade, portanto, os agricultores (colonos) entenderam que não tinham identidade com os grandes pecuaristas.

A relação da Associação com o Centro Econômico foi discutida na IX Assembléia anual de 1909, quando se tratou da possibilidade de filiação ao Centro. Entendeu-se, após uma análise minuciosa dos estatutos do Centro, que não convinha fazer isso, pois ele destinava-se a “defender os interesses do Estado, enquanto a Associação dos Agricultores pretendia resguardar os interesses de seus filiados” (Anais IX Assembléia Geral, *apud* Ertzogue, 1992, p.114).

Estas recusas em filiar-se ou fundir-se a outras organizações de pecuaristas ou alheias à atividade agrícola evidencia que a Associação de Agricultores Riograndense, aparentemente, tinha consciência de que os interesses dos *colonos* não convergiam necessariamente com os dos grandes pecuaristas e dos comerciantes e industriais, representados pela Sociedade Pastoril e pelo Centro Econômico (os deste último confundidos com os do Estado). Porém, se a união com os pecuaristas, comerciantes e industriais não era vista como do interesse da Associação, interessava agregar em seus quadros os *colonos* italianos e pequenos agricultores luso-brasileiros, tendo em vista que estes enfrentavam problemas semelhantes e poderiam se unir na Associação para fortalecê-la.

Segundo a tradução do alemão das Memórias Autobiográficas do Padre Amstad realizada por Rambo (1988, p.268-9), entre as colônias italianas da Serra Gaúcha foram criados, por iniciativa da Associação de Agricultores, em um primeiro momento, Comitês ou *Comitati* e, em um segundo momento, Associações Vitivinícolas e várias Cooperativas de Valorização do Leite.

Entretanto, a tarefa de organizar todos os agricultores do RS numa mesma entidade não se mostrou fácil, tendo em vista que, para isso, a Associação teria que operar em pelo menos três línguas diferentes (português, alemão e italiano) e, além disso, congregar agricultores de etnias e religiões diferentes (católicos e luteranos). Como apontado, entre os colonos italianos houve certo início de trabalho de formação de Comitês, associações e cooperativas, porém, entre os luso-brasileiros, pelo que se conseguiu apurar, não chegou a haver iniciativa.

Como a maior parte dos sócios parece ter sido de descendência alemã, as principais divergências internas que se manifestaram foram religiosas. Rambo (1988) cita, como exemplos de discórdias entre católicos e luteranos, o caso da formação da colônia de Cerro Azul, promovida pela Associação, onde os católicos predominaram e os luteranos foram isolados apenas em uma picada. Estes últimos, por sua vez, ao sentirem-se isolados decidiram se integrar a outra colônia próxima de luteranos, tendo vindo a solicitar separação da colônia católica. Esse fato gerou atritos entre os dirigentes luteranos e católicos da Associação.³⁹

A vida da Associação parece ter sido bastante intensa em seus dez anos de duração, tendo chegado e ser organizada em mais de 60 seções que congregavam em torno de 2.000 agricultores. Nesse período, foram realizadas nove assembléias estaduais em diferentes colônias. Em 1909, por ocasião da realização da IX Assembléia, decidiu-se transformar as seções municipais da Associação em sindicatos agrícolas que eram reconhecidos pelo governo do estado. Pesou para a tomada desta decisão a busca de enquadramento no Decreto Federal

³⁹ “A trajetória da Associação Rio-grandense de Agricultores foi marcada por profundas contradições. Os elos de identidade entre colonos e de cooperação desejados por seus idealizadores encontraram resistência de ordem psicossocial, resultante da ruptura da tradição e da representação religiosa, que afastava católicos e protestantes da cooperação e da comunhão de interesses em função das diferenças confessionais que, em última instância se distinguem na consciência, na esperança e, sobretudo, na fé e nas suas mediações para que o homem alcance a sua plenitude” (Schallenberger, 2005, p.3).

n. 979, de 1903 (regulamentado pelo Decreto n. 6.532, de 1907) que criou os sindicatos agrícolas no País⁴⁰ e o fato de que “na condição de sindicato, a Associação gozaria da proteção e da aceitação oficial por parte do governo [...] caso não optasse pela transformação em sindicato poderia sofrer penalizações na forma de impostos” (Rambo, 1988, p.171). Aparentemente, a Associação foi coagida pelo governo do estado e pelo Centro Econômico para se transformar em sindicato, tendo em vista que, desde 1905, o governo de Borges de Medeiros e o Centro Econômico passaram a promover uma campanha oficial de formação de sindicatos agrícolas nas zonas coloniais, com objetivo de adequar as organizações de *colonos* à legislação vigente e também para ter maior controle sobre elas.

Na avaliação de Rambo (1988), a Associação foi um “projeto inacabado”, pois, quando estava “dando os primeiros passos de sua existência adulta, foi transformada em sindicato rural. Morreu, portanto, na adolescência”.

Com a transformação das associações em sindicatos, a Associação Riograndense de Agricultores, como entidade geral, se desintegrou⁴¹, pois, se já vinha administrando conflitos internos entre católicos e luteranos, com a transformação em sindicatos foram gerados novos descontentamentos, uma vez que se perdia o caráter de organização estadual que a Associação tinha. Porém, dessa experiência, mesmo que fracassada em parte (ou “inacabada”), foram gestadas novas orientações para as organizações associativas entre os *colonos*. As associações locais, ainda que transformadas em sindicatos, mantiveram atividades, mesmo que sem muita coordenação, como ocorria anteriormente.

Desta situação, cabe um questionamento: porque a Associação Riograndense de Agricultores ao se adequar à legislação e transformar suas associações em sindicatos agrícolas se desintegrou? Aparentemente, uma mudança fundamental se deu nessa passagem. A Associação era uma organização autônoma dos *colonos*, fundada por iniciativa de um Congresso de *colonos* católicos, visando resolver alguns problemas que afetavam a sua vida e as suas atividades produtivas e sob a direção de *colonos* e agentes religiosos; dessa forma, era vista como uma organização dos *colonos*. Na passagem para Sindicato, a organização estava deixando, em parte, de ser dos *colonos*, pois estava passando a ser uma organização vinculada ao Estado, era um projeto do Estado (como afirmam Ertzogue, 1992, tratavam-se de sindicatos “semi-oficiais”, ligados ao governo). Além disso, o ato da passagem de Associação para Sindicato só se efetivou para que a Associação se enquadrasse na legislação, sob pena de ter que “pagar mais impostos”, caso não o fizesse. Ou seja, sofreu forte pressão do governo do estado para que fizesse essa transmutação em sindicatos. Além disso, como cada associação foi orientada para solicitar registro de sindicato acabou por se perder o sentido da organização coletiva que coordenava estas associações.

⁴⁰ Em seu artigo primeiro estabelece: “É facultado aos profissionais da agricultura e indústrias rurais de qualquer gênero organizarem entre si sindicatos para o estudo, custeio e defesa dos seus interesses”.

⁴¹ Segundo avaliação de Schallenberger (2007, p.197) “O *Bauerverein* [Associação Riograndense de Agricultores] nasceu da motivação de lideranças religiosas e comunitárias, no vácuo de uma política social do Estado, e buscou o desenvolvimento autônomo e global das comunidades. Nesta proposta e nas próprias circunstâncias de vida das comunidades, onde as relações de intercomplementaridade e de cooperação se faziam necessárias para a superação dos limites do cotidiano, o discurso classista e a organização sindical eram prematuros. Esta é, talvez, uma boa razão para entender o porquê da sintomática retirada do *Bauerverein* de lideranças como: o intelectual e germanista Hugo Metzler, que pregava a manutenção da germanidade e o desenvolvimento da colônia alemã para que ela pudesse exercer influência na sociedade; o médico e humanista Joseph Schlätter, defensor de ações que elevariam a saúde pública das colônias; os animadores espirituais e associativistas, como o padre Amstad e os pastores Ganz e Schlieper, vanguardeiros do cooperativismo, e do padre Max von Lassberg, ecólogo e colonizador.”

Mesmo com estas restrições, vários sindicatos foram criados pela ação direta de agentes do governo nas zonas coloniais entre 1905 e 1910. Para essa tarefa, foi designado o Major Euclides Moura que alcançou resultados bastante expressivos em número de sindicatos fundados quando comparados com os do restante do País. No ano de 1909, de um total de 55 sindicatos agrícolas existentes no Brasil, 21 situavam-se no Rio Grande do Sul, ou seja, cerca de 40% do total (Relatório do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, 1909, *apud* Ertzogue, 1992).

Deve-se ter claro que os sindicatos agrícolas – que se baseavam no modelo de sindicatos agrícolas franceses – eram entendidos na época como “uma associação formada entre agricultores, proprietários de terras, meeiros, e de todas as pessoas exercendo profissão conexas à produção agrícola, para o estudo e defesa de seus interesses econômicos agrícolas” (Euclides Moura, 1906 *apud* Ertzogue, 1992, p.162). Ou seja, tratava-se fundamentalmente de uma organização para fins de aprimoramento da atividade agrícola, aproximando-se bastante da finalidade das cooperativas agrícolas, com a diferença de que os sindicatos tinham apoio estatal naquele momento e as cooperativas não.

Como apontado anteriormente, desde o final do século XIX a SNA vinha estimulando a formação de sindicatos agrícolas em todo país. No Rio Grande do Sul, o movimento em prol da formação de sindicatos só se efetivou a partir de 1905. O governo do estado e o Centro Econômico percebiam que a agricultura do RS estava perdendo competitividade no mercado nacional de alimentos desde o final do século XIX, quando os estados do centro do país (Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro) haviam passado a competir fortemente com a produção gaúcha. Como a produção destas unidades da federação estava mais próxima dos centros consumidores tinha vantagem relativa devido ao menor custo de transporte. Para procurar reverter essa situação, o governo do RS e o Centro Econômico pensavam em modernizar a agricultura colonial e os sindicatos eram entendidos como uma ferramenta na organização dos *colonos* e, principalmente, na indução da sua modernização produtiva.

Fazia parte do projeto de implantação de sindicatos agrícolas a “criação de núcleos coloniais experimentais, com a demonstração, na prática, da utilização de máquinas agrárias e introdução de novas culturas” (Ertzogue, 1992, p.149). Constituíam-se em finalidades dos sindicatos agrícolas: a) reduzir as despesas do agricultor pela compra em comum e em melhores condições de: máquinas agrícolas, sementes, animais de raça, etc.; b) aumento do lucro dos agricultores pela venda em conjunto dos produtos agrícolas de uma região, buscando eliminar os intermediários; c) formação de caixas rurais com a finalidade exclusiva de investimentos na produção agrícola.

O primeiro sindicato formado no RS foi o de Bento Gonçalves (zona italiana) em 1905. Logo depois foram formados os de Porto Alegre, São Sebastião do Caí, São Leopoldo, Taquara, Estrela, Lajeado, Guaporé, Uruguaiana, São Gabriel, Garibaldi, Jaguari, Cachoeira, Passo Fundo, Rio Negro, Conceição do Arroio, Cascata, Candelária, Taquari, São Lourenço e Livramento (Ertzogue, 1992). A formação da maioria deles contou com a assistência direta de Euclides Moura (agente do governo do estado).

Dentre os objetivos maiores da formação de sindicatos, segundo a ótica do Centro Econômico, estava a mecanização da agricultura colonial e a colonização dos campos do estado (ocupados com criação de gado extensivo). O projeto de mecanização da agricultura colonial, que objetivava modernizar a produção agrícola, encontrou sérios entraves principalmente devido ao fato de as áreas de colônias serem geralmente montanhosas, o que dificultava o uso de máquinas, e pelas dificuldades dos *colonos* mobilizarem capitais suficientes para adquirirem máquinas. Apenas em algumas regiões planas do Centro do estado e no entorno de Porto Alegre foram introduzidas com sucesso máquinas para a produção de

arroz irrigado. No Planalto Gaúcho só se viabilizou a mecanização agrícola no período posterior a Segunda Guerra Mundial.

Sobre a colonização dos campos, a proposta apresentada pelo Centro Econômico mostrava as disputas políticas que contrapunham classes e frações de classes no estado no início da República. O Centro Econômico (composto por industriais e comerciantes) objetivava diversificar a economia das regiões de campos que se dedicavam exclusivamente à pecuária. Para isso propunham a sua colonização com os excessos populacionais das colônias antigas, para gerar maior dinamismo econômico. Entretanto, as iniciativas práticas desde projeto limitaram-se a sugerir que os sindicatos agrícolas comprassem áreas dos pecuaristas para vender lotes a *colonos* interessados. Alegava-se que essas áreas, por serem planas e sem matas, seriam mais facilmente mecanizadas. Porém, os *colonos* não dispunham de capitais acumulados para esse empreendimento. Apenas alguns comerciantes ou industriais com capitais acumulados conseguiam arrendar ou comprar terras nas áreas de campo para produção de arroz.

A vida dos sindicatos agrícolas no RS não foi longa e já em 1910 eles praticamente haviam se desarticulado quase totalmente. Segundo Ertzogue (1992) dentre os principais fatores que levaram a sua dissolução esteve o fato de a Lei n. 1.637, de 1907, ter facultado aos produtores rurais a possibilidade de organizarem-se em cooperativas (tratadas mais adiante); sucessivas pragas e secas que afetaram a agricultura a partir de 1906, causando enormes danos; o descrédito gerando entre os colonos com relação aos novos métodos de cultivo estimulados pelos sindicatos; a falta de auxílio e de crédito do governo perante as solicitações dos sindicatos para viabilizar seus projetos, entre outras, que ainda não são bem explicadas pela literatura disponível.

Apesar deste aparente fracasso, Ertzogue (1992, p.311) destaca que estas experiências “contribuíram para o princípio associativo entre as classes rurais no Estado e serviu de base para a próxima campanha organizacional que estava para começar em 1911 com o cooperativismo na região de colonização italiana e depois estendendo-se por todo o Estado”. Além disso, com o fracasso dos sindicatos agrícolas patrocinados pelo Estado, tomaram novo impulso as organizações autônomas de agricultores, tais como as associações, as uniões coloniais e as cooperativas.

1.3.2 União Popular dos Católicos Teuto-brasileiros e Liga das Uniões Coloniais

Alguns autores, como Rambo (1988), Ertzogue (1992), Schallenberger (2005; 2007), indicam que com a dissolução da Associação Riograndense de Agricultores ocorreu certo recuo organizativo do associativismo dos *colonos* alemães. Esse recuo entre os católicos se deveu à desconfiança que os *colonos* e as suas lideranças eclesiais, que eram jesuítas, nutriam frente ao Estado Republicano, que se declarava laico.

O catolicismo de imigração, fortemente influenciado pela orientação jesuítica, nutria um certo preconceito contra o Estado. A representação de Estado foi sendo construída no imaginário jesuítico a partir de experiências históricas conflituosas, tais como: a sua expulsão dos domínios de Portugal e da Espanha, no período colonial, e da Alemanha por Bismarck, em virtude dos conflitos decorrentes do *Kulturkampf* alemão. No contexto brasileiro contemporâneo, os jesuítas tiveram a ameaça estampada no anteprojeto da constituição republicana, que previa bani-los do território. A formulação do conceito de estado laico como um ente nocivo à sociedade e a marca indelével da contra-reforma fizeram com que o social-catolicismo defendido pelas lideranças da Igreja da Imigração

alçasse as bandeiras da restauração católica, na perspectiva da construção de comunidades cristãs autônomas (Schallenberger, 2005, p.05).

Em virtude de tais concepções e diante da perspectiva de um governo do RS que se apresentava como positivista, a desconfiança com relação à tutela que este propunha para os sindicatos agrícolas afastou as lideranças eclesiais católicas desses sindicatos. Porém, logo que puderam, estes não se eximiram de reorganizar os *colonos* alemães católicos no Sul do país. Já em 1912, portanto logo após o fracasso dos sindicatos agrícolas estimulados pelo governo do estado, foi fundada a Sociedade União Popular para os Católicos Teutos do Rio Grande do Sul (*Volkverein*).

Entre os elementos motivadores da fundação dessa União, Schallenberger (2005, p.05) destaca o novo impulso dado ao

socialcatolicismo a partir da fundação em 1911, em Dresden, na Alemanha, da União para os Católicos no Exterior [que] teve como objetivos centrais dar unidade de ação aos católicos, preservar a cultura alemã e fazer com que os alemães católicos exerçam colaboração entre si, independente das fronteiras políticas.

Partilhando dessa organização católica transnacional e dela recebendo apoio, a Sociedade União Popular do RS procurou dar maior unidade entre os *colonos* alemães católicos e dar-lhes “direção única frente às novas demandas sociais e políticas” (id.) da década de 1910. Nos distritos coloniais foram constituídos Escritórios para o Povo da Sociedade com objetivo a intermediação junto ao Escritório Central de questões relativas a empregos, informações diversas e as orientações sobre como aplicar as finanças e negócios, o acolhimento de sugestões e pedidos, e a compra e venda de produtos e artigos. Segundo Schallenberger (2005), com um ano de fundação a Sociedade União Popular já contava com 60 distritos organizados e cerca de 7.000 associados. Em 1914, o número de associados chegou a cerca de 9.000.

Dentre as principais ações da Sociedade União Popular destacam-se principalmente a continuidade na formação das caixas de crédito e aos projetos de colonização (iniciadas com a Associação Riograndense de Agricultores). Para tratar da problemática da formação de novas colônias agrícolas para assentar os descendentes de *colonos*, a Sociedade União Popular criou um órgão especializado em colonização: a União Colonizadora. Esta implementou núcleos de *colonos* alemães em parceria com empresas colonizadoras em diferentes regiões do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná, sempre primando pelo desenvolvimento agrícola e pelo associativismo (auto-ajuda).

Também foi importante o trabalho de educação promovido pela União Popular, principalmente na formação de professores, animadores comunitários e difusores do socialcatolicismo. A União Popular criou 250 escolas até 1919, que educavam em torno de 10.000 crianças. As escolas recebiam da Sociedade livros e materiais didáticos. Segundo apontado por Schallenberger:

Pelas estatísticas conjuntas do padre Theodor Amstad e do pastor Georg Schmiling havia, em 1931, 951 escolas de língua alemã no Rio Grande do Sul. Neste conjunto de escolas atuavam 1.035 professores e estudavam 37.066 alunos. Pela distinção confessional, havia 545 escolas evangélicas [luteranas], com 590 professores e 18.936 alunos, e 361 escolas católicas, com 395 professores e 16.656 alunos (2005, p.7).

Ao contrário dos católicos que, logo após a falência dos sindicatos agrícolas, contaram com a atividade da Sociedade União Popular, os luteranos permaneceram sem uma organização estadual coordenadora até o final da década de 1920, quando o setor agrícola

passava por forte crise e reacenderam as ideias da necessidade de uma organização mais abrangente para procurar resolver os problemas comuns e manifestar junto ao Estado as pautas e os interesses dos *colonos*. Havia continuado a existir, porém, uniões ou ligas coloniais de nível local de luteranos que atuavam em atividades variadas (educação, assistência às técnicas agrícolas, auto-defesa nos momentos de guerra civil de 1923 e durante a Coluna Prestes etc.) entre as colônias, por exemplo, de Ijuí, Panambi, Erechim, São Lourenço, entre outras.

Em 1929, as associações coloniais de orientação luterana decidiram formar a Liga das Uniões Coloniais Riograndenses, como uma “entidade representativa de toda a classe agrícola e de toda a agricultura” (Schallenger, 2005, p.10). O pastor Hermann Buchli, em 1932, afirmou que a origem da organização deveu-se:

A miséria da época nos levou à Liga. A crise econômica mundial ameaça fortemente a economia e também a nossa colônia. A luta pela sobrevivência se acentua. Em todos os lugares formam-se grupos de interesse, chamados trustes, que defendem com rigor os seus interesses, sem se questionarem se estão a prejudicar os frutos do trabalho dos outros. [...]. É inútil aos colonos xingarem, a partir do seu entendimento, os preços ruins, os trustes da banha, do café e do açúcar, os ataques das formigas, as epidemias dos animais e o fraco escoamento, além de praguejar os bancos. (*apud* Schallenger, 2005, p.10).

Embora muitos dos objetivos da Liga das Uniões Coloniais se identificassem com os da Sociedade União Popular, principalmente no que diz respeito à reunião das associações para trabalhar em conjunto, apoiar e representar os interesses dos agricultores e promover o seu desenvolvimento econômico e cultural, as diferenças se acentuavam quando se tratava do caráter de representação classista e das preocupações econômicas de ordem prática. A Liga, segundo Schallenger (2005, p.10), “abnegava as questões confessionais, apesar de ter entre as suas principais lideranças pastores da Igreja de Confissão Luterana no Brasil, ao que se lhe atribuía o sentido de uma organização dos protestantes.” Porém, segundo o mesmo autor, os luteranos conseguiam ter maior clareza sobre a distinção dos interesses religiosos dos políticos e econômicos. Essa distinção ficou expressa nos objetivos centrais da Liga: “criar cooperativas de produção e de comercialização; organizar a produção e a propriedade; dar orientação prática aos agricultores” (*Jornal Serra-Post*, 1929, *apud* Schallenger, 2005, p.11). Ou seja, a Liga não tinha objetivos religiosos declarados, mas objetivava tratar tão somente dos interesses político-econômico dos *colonos*. Além disso, enquanto a Sociedade União Popular se dedicava mais às “colônias antigas” e às formadas exclusivamente por descendentes de alemães, a Liga atuava mais fortemente entre as “colônias novas” de formação interétnica do Norte do estado.

Diferentemente da União Popular que procurou se resguardar perante o Estado, procurando criar autonomia para os *colonos* alemães, para estes preservarem sua cultura, a Liga das Uniões Coloniais procurou manifestar os interesses dos agricultores perante o Estado e trabalhar em parceria na execução de projetos públicos nas colônias. Esta postura fez com que a Liga em vários momentos tenha manifestado apoio aos governos (mesmo os ditatoriais, como o Estado Novo de Vargas) ao passo que também fazia as reivindicações diretamente junto aos governos (Pesavento, 1983; Schallenger, 2005).

A Liga das Uniões Coloniais se organizou em forma de Centros Regionais de Uniões Coloniais. No ano de 1932, estava organizada, através de 20 Centros regionais, em boa parte do RS, somando um total de 160 Uniões Coloniais e cerca de 17 mil sócios.⁴² Diante da

⁴² Schallenger (2007, p.311-2) reproduz a lista das Uniões cadastradas na Liga para a realização do seu III Congresso Estadual de 1932: 1) *Centro Boa Vista do Erechim*: Boa Vista do Erechim, Barro, Erechim – Sede,

expressividade da organização política que alcançou em todo o estado, teria pleiteado constituir-se como um “sindicato agrícola central” com base no Decreto n. 979 de 1903, que previa a formação de um sindicato central nos estados, como representante geral do setor agrícola. Segundo Schallenberger (2007, p.317):

as disposições estatutárias dão conta de que a Liga assumiu, a partir do encontro de Ijuí [1932], a feição de uma *Federação dos Sindicatos Agrícolas do Rio Grande do Sul*. Passou a ser uma espécie de central sindical dos sindicatos agrícolas, que evocava para si a representação do segmento social vinculado à agricultura. (grifos nossos, ELP).

Para alcançar esta condição buscou uma aproximação com outras entidades representativas do setor agrícola, tais como a Sociedade União Popular e a Cooperativa Vinícola de Caxias, para definir os grandes temas de interesse da agricultura e estudar propostas de ações conjuntas. Não se encontrou nenhuma referência oficial sobre o reconhecimento estatal da constituição desse sindicato agrícola central, restando, portanto, a dúvida se ocorreu. A falta de registros sobre a constituição da Federação pode estar relacionada ao fato de que, um ano depois de tomada essa decisão, foi mudada a legislação e a finalidade jurídica das organizações do setor rural. Em 1933, com base em um Decreto Federal (n.º 23.611) foi revogada a legislação que até então regulamentava a organização do setor rural em sindicatos agrícolas e estabeleceu-se uma nova forma de organização em Cooperativas dos Consórcios Profissionais⁴³. Perante este Decreto, a Liga das Uniões

Marcelino Ramos, Rio Marcelino, Rio Novo, Rio Toldo, Quatro Irmãos, Farias e Três Arroios; 2) *Centro Colonial de Ijuí*: Linha 3 Oeste, Linha 8 Oeste, Linha 6 Leste, Coronel Barros, Alto da União, Ramada, Serro Cadeado, Linha 8 Norte, Linha 10 Norte, Linha 15 Norte, Linha 19 Norte, Linha 21 Norte e Linha 25/30 Norte; 3) *Centro Santa Rosa*: Guarani, Campinas, Bello Centro, Porto Lucena-Taube, Linha Machado, Giruá, 14 de Julho, Pessegueiro, Boa Vista, Bom Princípio, Porto Lucena – Linha União, Santo Cristo, Natal - Laranjeira, Cândido Godói – Campinas, Buricá, Três Passos – Município de Palmeiras, Burity e Sede Municipal; 4) *Centro São Luiz Gonzaga*: Rincão Comprido, Serro Pelado, Linha Dourada, Comandaí e Linha Oflia – Serro Azul; 5) *Centro Passo Fundo*: Sarandi – I Sede, Distrito 7 de Setembro, Rio Ligeiro, Passo da Entrada e Xingú; 6) *Centro Alto Jacuá*: Não-Me-Toque, São José do Centro, Santo Antônio, Mantiqueira, Dona Ernestina, São Miguel, Cochinho, Envernadinha, Gramado, Linha Glória, São José da Glória, Arroio Bonito, Lagoa dos Três Cantos, Colônia Selbach e Arroio Grande; 7) *Município de Cruz Alta*: Neu-Württemberg (Panambi), Sete de Setembro, General Osório, 15 de Novembro, Santa Clara e Boa Vista; 8) *Centro São Pedro*: Toropy, Serra Balthasar, Sampaio, Serra Branco e Ribeirão; 9) *Centro Santa Cruz*: Riotal, Sinimbu, Linha Formosa, Herval São João, Linha Santa Cruz, Linha Bernardina, Ferras, Rio Pardinho, Herval do Baixo, Trombudo e Vila Thereza; 10) *Centro Estrela*: Teutônia, Arroio da Seca I, Arroio da Seca II, Fazenda Lohmann, Anno Bom – Corvo, Beija Flor, Mormaço – Soledade, Colônia das Tunas – Soledade, Venâncio Aires e Arroio Grande; 11) *Centro Linha Brasil*; 12) *Centro Lageado*: Marquez de Souza, Arroio do Meio, Forquetinha, Forqueta, Conventos, Três Saltos, Atalho e Canudos; 13) *Centro Montenegro*: Campo do Meio, Maratá, São João, Linha Brochier, Nova Paris e Bom Jardim; 14) *Centro Taquara*: Serra Grande, Várzea Grande, Quilombo, Figueira, Moreira, Linha Café e Areia; 15) *Centro São Leopoldo*: Sapyranga, Capivara, Bom Jardim, São Jacob, Nova Palmeira, Dois Irmãos, Estância Velha, Wilhelmslust, São Borja, Lomba Grande e Joannetta; 16) *Centro São Sebastião do Cahy*: Linha Olinda – Nova Petrópolis, Linha Araripe – Nova Petrópolis, Portão, Sertão Campestre, Santa Rita – Berto Cyrio, Linha Hortência, Nova Palmyra, Kronental, Morro do Vigia – Arroio Bonito, Feliz, Linha Nova e Capela; 17) *Centro Taquary*: Morro Azul e Arroio Grande – Morro do Paú; 18) *Centro Cachoeira*: São Miguel, Boehmertal, Linha Formosa e Agudo; 19) *Centro Pelotas*: Pelotas Liga e São Lourenço; 20) *Centro Irahay*: Chapada, Candelária, Formigueiro – Município de São Sepé, Sertão – Município de São Vicente, Mascarade – Município de Santo Antônio da Patrulha, Sertão Sant’ Anna – Município de Guaíba e Rio Negro – Município de Bagé.

⁴³ O decreto assegurava aos consórcios profissionais-cooperativos o objetivo de “estudar, de defender e de desenvolver os interesses gerais da profissão, dos interesses econômico-profissionais dos seus membros e a realização de suas finalidades econômicas em cooperativas de consumo, crédito, produção e modalidades derivadas”. Facultava aos indivíduos de profissões similares ou conexas a se organizarem e a pertencerem a um só consórcio profissional-cooperativo.

Coloniais, para continuar atuando, precisou se adaptar à nova situação, passando a se denominar oficialmente de Liga das Uniões Coloniais Riograndenses - Federação Estadual dos Consórcios Profissionais-Cooperativos de Agricultores. Após essa mudança a Liga-Federação definia-se como:

Órgão profissional coordenador das atividades dos seus membros, servindo de elo de ligação entre os seus membros e os poderes públicos federal, estadual e municipal, para obter destes, em favor daqueles, as medidas e os favores indispensáveis à defesa dos interesses gerais da produção, bem como da assistência aos associados (Estatuto da Liga... 1935, *apud* Schallenberger, 2007, p.338).

O investimento cooperativista da Liga-Federação após este período foi significativo. Encontram-se registros da formação da Cooperativa Sul Riograndense da Banha em âmbito estadual, da Sociedade Cooperativa União Rural em São Lourenço (Pelotas), uma Cooperativa de Alfafa em São Sebastião do Caí, uma Cooperativa de Leite em Portão, além de cooperativas de fumo e outros produtos.

Com a constituição do Estado Novo e as determinações legais que se seguiram, as organizações de *colonos* passaram a sofrer um maior controle do Estado. Em 1938, com a promulgação do Decreto Lei n. 581, foram fixadas normas para o registro, a fiscalização, a assistência e o controle público das cooperativas. Para se ter uma ideia do controle estabelecido, reproduz-se abaixo o Artigo 8º do Decreto:

Art. 8º Todas as cooperativas registradas, para efeito de estatística e publicidade, deverão enviar à Diretoria de Organização e Defesa da Produção e à repartição fiscalizadora a que estiverem sujeitas:

- a) mensalmente, cópia do balancete do mês anterior;
- b) semestralmente, lista nominativa dos associados, observado o disposto no número III, § 1º do art, 4º [a indicação de nacionalidade, de idade, de profissão, de estado civil, de residência e de quotas-parte];
- c) anualmente, e até quinze dias depois da data marcada para a assembléia geral da prestação de contas, cópia do balanço geral acompanhado da demonstração da conta de lucros e perdas, do parecer do Conselho Fiscal e de um exemplar do relatório.

Por fim, o Decreto ainda restringia as cooperativas a atuarem em áreas limitadas (circunscritas às possibilidades de reunião, controle e operações) e a não dependência ou controle de outra organização política ou religiosa. Ou seja, além de o Estado passar a tutelar e controlar fortemente as cooperativas, estas ainda tiveram que se organizar apenas em âmbito mais restrito (município ou região), sem coordenação de uma organização geral e ainda desvincular-se de qualquer credo ou ideologia política. Percebia-se clara intenção de controle pelo Estado e de desarticulação das organizações mais amplas de agricultores. É o que relata o jornal *Serra Post* de Ijuí em 1938:

Pelas indicações das regionais do Ministério da Agricultura, uma cooperativa de âmbito estadual era inconcebível. Com isto organizações cooperativas, a exemplo da Cooperativa Sul Riograndense da Banha, foram fragmentadas e inviabilizadas. A Liga-Federação perdeu, do mesmo modo, o seu modelo e a sua unidade de referência na organização e na defesa dos interesses dos agricultores do Rio Grande do Sul. A Liga-Federação e a Sociedade União Popular foram esvaziadas de sentido. As cooperativas de produção passaram para o controle e a fiscalização do Ministério da Agricultura. As cooperativas de crédito ficaram sujeitas às determinações e à fiscalização do Ministério da Fazenda e sua atuação ficou limitada e restrita a uma pequena circunscrição rural, que poderia abranger zonas municipais limítrofes. As cooperativas de consumo foram subordinadas ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. As federações destas cooperativas estavam sujeitas à

fiscalização dos ministérios referidos, de acordo com a sua natureza (*Serra Post*, 1938, *apud* Schallenger, 2004, p. 7-8).

A Cooperativa Sul Riograndense da Banha precisou adaptar seu estatuto às exigências do Decreto. Com isto, a sua área de atuação ficou limitada aos municípios do Planalto: Cruz Alta, Ijuí, Santa Rosa, Santo Ângelo, Getúlio Vargas, Carazinho, Palmeiras, Soledade, Erechim, Tupanciretã, Júlio de Castilho e São Pedro. Os associados das colônias velhas do Centro e Sul do estado perderam a qualidade de sócios ativos da cooperativa. A Liga-Federação perdia, assim, o seu modelo e a sua unidade de referência na organização e na defesa dos interesses dos colonos do Rio Grande do Sul.

Além destas restrições legais e de controle, a Campanha de Nacionalização promovida pelo Estado Novo, durante a Segunda Guerra Mundial, também causou forte impacto na desarticulação das organizações de colonos. A Campanha de Nacionalização ou de Brasilianização tinha por objetivos declarados a incorporação dos indivíduos ou das comunidades consideradas estrangeiras ou desnacionalizadas ao meio nacional. Existiam boatos e denúncias na imprensa de que os colonos alemães (e também italianos, em menor medida) organizavam uma economia paralela, que não se integravam às demais etnias e até mesmo que formavam milícias nazistas (Gertz, 1991). As principais medidas previstas na Campanha que afetaram os *colonos* do RS, destacaram-se: a proibição do uso de línguas estrangeiras em público; promoção da nacionalização das escolas privadas; obrigatoriedade do ensino ser em português e dos professores serem brasileiros ou nacionalizados, além de formados por instituições brasileiras; proibição de imprensa em línguas estrangeiras, entre outras (Pesavento, 1994).

Mesmo que as restrições legais do Estado Novo e a Campanha de Nacionalização tenham “inibido o associativismo cristão de matriz teuto-brasileira”, como afirma Schallenger (2007), este não foi de todo desarticulado. Impedido de dar continuidade como coordenador de organizações de colonos em nível estadual no final da década de 1930, encontraria alguns caminhos para dar continuidade às ações, mesmo que de maneira mais fragmentada. As experiências de organização socioeconômica desencadeada pela Sociedade União Popular e pela Liga das Uniões Coloniais, ou por elas influenciadas, foram continuadas pelas cooperativas de crédito, algumas cooperativas de produção, como as de banha e outras que passariam a estimular a cultura do trigo a partir da segunda metade da década de 1940 e promoveriam a colonização de novas áreas no Oeste de Santa Catarina e no Sudoeste e no Oeste do Paraná.

1.3.3 Cooperativismo entre os colonos

As cooperativas de produção agrícola e de crédito foram outro formato de organização políticoeconômica dos *colonos*. Como se destacou acima, a Associação Riograndense de Agricultores, a Sociedade União Popular e a Liga das Uniões Coloniais tiveram papel destacado na motivação de cooperativas entre os *colonos*. Porém, a partir dos governos Getúlio Vargas (primeiramente, no governo estadual e depois no federal) e sua política intervencionista na organização da economia, o Estado também passou a ter papel preponderante no estímulo à formação de cooperativas agropecuárias e também na sua regulação.

A literatura dá destaque para o pioneirismo dos colonos gaúchos na formação do cooperativismo brasileiro. Segundo Tambara (1983), nos primeiros anos do século XX

iniciaram-se as primeiras experiências cooperativistas nas colônias. Nas colônias alemãs o padre Teodoro Amstad “dedicou-se à formação de cooperativas de crédito denominadas de caixas rurais, sistema Raiffeisen” (id., p.52). Entre as colônias italianas, além de registros de ações de Amstad, o advogado Stefano Paternó teve papel destacado na “divulgação de cooperativas agrícolas no setor do vinho, banha, laticínios, madeira, erva-mate, etc.” (id.).

A primeira caixa rural incentivada pelo padre Amstad foi formada em 1902 no município de Nova Petrópolis. Desde então, muitas outras foram criadas entre os *colonos* alemães. Estas caixas caracterizavam-se por se inserirem completamente dentro de um espírito comunitário, suas dimensões eram modestas, pois se dedicavam quase que exclusivamente em atender às necessidades de pequena monta dos sócios. Mesmo que suas dimensões fossem modestas, este movimento cooperativista alcançou certa expressão, pois em 1927 foi fundada uma Central das Caixas Rurais do Rio Grande do Sul que passou a coordenar as pequenas caixas (Tambara, 1983).

Os empréstimos aos sócios eram concedidos, no geral, para fins de aquisição de glebas de terra, engenhos, atafonas (moinhos), máquinas, gado etc. Porém, houve casos de caixas que financiaram projetos de colonização com objetivo de assentar os filhos dos *colonos* que superpovoavam as colônias antigas. Foram formadas novas colônias organizadas pela Associação Riograndense de Agricultores e financiadas pela Central das Caixas, tais como Serro Azul (atual Serro Largo), Boa Vista e Santo Cristo na primeira década do século XX no RS e em Porto Novo em Santa Catarina já na década de 1920. Apesar do “seu aparente acanhamento, este sistema foi responsável pelo desenvolvimento de muitas comunidades e favoreceu o processo de acumulação capitalista” nas colônias agrícolas sulinas (Tambara, 1983, p.53), além de terem possibilitado o financiamento para aquisição de novas terras para os descendentes de imigrantes.

Ainda no que se refere à expressividade alcançada pelas caixas rurais, vale destacar que estas foram instaladas em toda a zona colonial do RS (50 caixas rurais até 1938). Em 1962 somavam-se 57 caixas no estado e mais cinco em Santa Catarina, contando com cerca de 60.000 sócios (Müller, 1963).

Se a experiência de cooperativismo entre os *colonos* alemães teve certo êxito, entre os italianos, apesar de alguns percalços iniciais, as cooperativas logo se mostraram como uma alternativa de organização coletiva viável. Para dar início à organização de cooperativas na Serra Gaúcha foi contratado pelo Ministério da Agricultura, em 1911, o advogado italiano Stefano Paternó, sob os auspícios da Sociedade Nacional de Agricultura, do governo do estado, do Centro de Econômico e da Sociedade Pastoril do RS. Paternó era considerado um especialista em montar cooperativas, com resultados positivos em seu país natal e também no Paraguai. Entretanto, as condições encontradas pelo advogado não foram consideradas das melhores, pois, em matéria de cooperativismo, “tudo estava por fazer na região colonial” (Monserrat, 1988; Rodrigues, 2007).

Nesse processo, o governo do estado, passou a incentivar a formação de cooperativas. Para esse fim, promulgou a Lei n. 103, em 1911, isentando “as cooperativas de impostos territoriais, industriais e de exportação, além de estabelecer prêmios para estimular o aumento da produção” (Pesavento, 1983, p.38).

O cooperativismo foi apresentado por Paternó e seus apoiadores como uma forma de os *colonos* se defenderem “contra as péssimas condições existentes na região tanto em relação às terras, cuja área era insuficiente para sustentar suas famílias, sobretudo após a segunda geração, e contra o boicote que as empresas urbanas passaram a mover contra o vinho colonial” (Giron, 1996, p.269), visto que até esse período predominava a produção artesanal

de vinho (chamado de “vinho caseiro” ou “vinho colonial”), feita pelos próprios colonos e em seguida vendida aos comerciantes.

Entre 1911 e 1913, Paternó motivou a formação de 16 cooperativas baseando-se, em grande parte, “na poupança dos colonos e com a finalidade de promover o beneficiamento dos produtos coloniais, fornecendo aos pequenos produtores crédito, tecnologias e implementos para a melhoria da produção” (Pesavento, 1983, p.38). Tambara também destaca que outro objetivo central que motivou a formação das cooperativas foram as preocupações da época para “evitar a fraude que desmoralizava o vinho nacional, que possuía excelente qualidade nas zonas de produção mas que era adulterado nas cidades” (1983, p.55) do Sudeste.

Foram formadas cooperativas de *colonos* produtores de uva e vinho em Porto Alegre com a cooperativa de Vila Nova com 108 sócios; em Caxias do Sul, com as cooperativas de Caxias com 1.186 sócios, de Nova Trento com 550 sócios, de Nova Vicenza com 300 sócios, de Nova Milano com 310 sócios; em Bento Gonçalves com 920 sócios; em Garibaldi; em Veranópolis com a cooperativa Alfredo Chaves; em Guaporé (Monserrat, 1988⁴⁴).

Além das cooperativas de vinho, Paternó também organizou fábricas cooperativas de banha e de beneficiamento de carne suína; leiterias sociais e laticínios para fabricação de queijos e manteigas e uma cooperativa que unia serrarias de madeira. As cooperativas de banha foram formadas em Guaporé, Veranópolis, Garibaldi, Bento Gonçalves, Antônio Prado e Caxias do Sul. Para se ter uma ideia do tamanho desses empreendimentos, Monserrat destaca que a Cooperativa de Banha de Antônio Prado reunia 920 associados. As cooperativas de laticínios (ou “leiterias sociais”) eram três em Garibaldi, três em Guaporé, seis em Veranópolis, uma em Nova Prata, uma em Antônio Prado, quatro em Bento Gonçalves e uma em Porto Alegre. Também foi formada em Alfredo Chaves uma cooperativa de madeireiros, juntando 42 serrarias (Monserrat, 1988).

Como resultado desse processo, ainda no ano de 1912 o movimento cooperativista na Serra Gaúcha alcançou o seu ponto alto com a formação de uma central das cooperativas, chamada de União das Cooperativas do Rio Grande do Sul (Pesavento, 1983). Segundo Monserrat (1988, p.99), tão logo as primeiras cooperativas começaram a funcionar, Paternó

tratou de organizar um órgão que as congregasse e disciplinasse a rede de cantinas, refinarias, cavas, serrarias, etc. pela exportação direta aos mercados consumidores, bem como as assistisse técnica e financeiramente, de modo a consolidar o movimento e dar-lhe condições de sobrevivência e segura prosperidade.

Porém, esta rápida estruturação do cooperativismo na zona colonial italiana logo mostrou suas mazelas. Tratava-se mais de ações motivadas pelo Estado e por organizações de outros setores econômicos levadas a efeito por Paternó, do que um movimento surgido dos próprios *colonos* e sob domínio destes. Pesavento, ao analisar os indivíduos que compuseram a primeira diretoria da União das Cooperativas do RS, dá algumas indicações dos interesses que estavam em jogo:

Já na constituição da diretoria, surgem nomes não-italianos ou coloniais, como de pecuaristas e políticos. A diretoria teve como presidente Álvaro Nunes Pereira, representante do Centro Econômico do Rio Grande do Sul e como vice o Cel. Alfredo Gonçalves Moreira, que seria depois presidente da União dos Criadores. Entre os suplentes da diretoria, figuravam Eurico de Oliveira Santos, também do Centro Econômico, e na comissão fiscal João Henrique Aydos, comerciante, um dos diretores do Banco da Província, e o gerente da filial em Porto Alegre do Banco Pelotense; para suplente desta

⁴⁴ O artigo originário de J. Monserrat foi publicado em 1950 em comemoração ao 75º Aniversário da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul. Em 1988 a revista *Perspectiva Econômica* reeditou este texto.

comissão, Germano Petersen, também comerciante. [...] figurava Stefano Paternó como diretor-geral. (Pesavento, 1983, p.39).

Entre os interesses dos motivadores do cooperativismo e os dos *colonos* estava Paternó, como o encarregado de viabilizar as cooperativas, principalmente, as vinícolas. Porém, logo se estabeleceram divergências, na medida em que os comerciantes, banqueiros, políticos e o governo do estado objetivavam que as cooperativas formassem grandes estruturas, dotadas de máquinas modernas para aumentar a produção e melhorar a qualidade do vinho e os *colonos* não possuíam capitais para obras de tamanha envergadura, nem aceitavam endividar-se com grandes empréstimos junto aos bancos para financiar as estruturas requeridas pelos primeiros.

De outra parte, como as cooperativas receberam isenção de impostos territoriais, industriais e de exportação, estas vantagens obtidas do Estado alimentaram descontentamentos da parte dos comerciantes-fabricantes industriais de vinho, pois o cooperativismo contava com melhores condições do que as empresas particulares. Em função disso, os comerciantes e industriais – organizados nas Associações Comerciais dos municípios – deram início a uma campanha pela redução dos impostos cobrados deles e outra de difamação do vinho produzido pelas cooperativas:

As cooperativas foram acusadas de colocarem no mercado um produto de péssima qualidade devido à grande produção. A denúncia da crise da indústria vinícola e da pretensa negligência na feitura do produto alcoólico foi feita por Antônio Pieruccini, o maior industrial da época no setor vinícola (Rodrigues, 2007, p.109).

Esta campanha de difamação sobre a qualidade do vinho produzido pelas cooperativas surtiu efeito, tendo, inclusive, o governo do estado e o Ministério da Agricultura retirado o apoio que davam até então às cooperativas. Paternó foi demitido.

Apesar da aparente expressividade das cooperativas formadas, boa parte do movimento cooperativista ruiu em dois anos. Dentre os fatores que motivaram a desagregação é destacada pela literatura a falta de capacidades organizativas dos *colonos* para levar adiante os empreendimentos cooperativos; os conflitos de interesses em jogo entre os agentes que motivam o cooperativismo e os ataques difamatórios promovidos pelos industriais e comerciantes. De todas as cooperativas formadas sobreviveram somente a cooperativa de leite União Colonial Santa Clara de Garibaldi, por ter se destacado como uma entidade modelo (Monserrat, 1988, p.96) e a Cooperativa Agrícola de Caxias que conseguiu reduziu despesas e contar com o apoio do intendente municipal Cel. Pena de Moraes e de bancos (Pesavento, 1983).

Mesmo que as primeiras cooperativas tenham quase desaparecido, este não era o fim do movimento cooperativista na Serra Gaúcha. No ano de 1929 o cooperativismo voltou com força revigorada para as colônias italianas, em um momento de crise econômica e de forte domínio do setor vinícola no estado pelos comerciantes e industriais organizados no Sindicato do Vinho⁴⁵, domínio este que se refletia para os agricultores na baixa dos preços da uva e do vinho colonial e na sensação de estarem cada vez sob maior exploração. Então, “surgiu a

⁴⁵ Segundo Rodrigues (2007, p.110) “Em 1927, foi criado por um grupo de negociantes de vinhos, o Sindicato Vinícola do Rio Grande do Sul, com sede em Porto Alegre. Tal sindicato foi oficializado sob assinatura do governador Getúlio Vargas. O sindicato foi incumbido de implementar rigorosa fiscalização contra quaisquer fraudes que prejudicassem os vinhos gaúchos. Além disso, passou a funcionar como regulador entre a oferta e a procura, controlando a produção e a comercialização de todo vinho gaúcho. Isso não foi nada bom para aqueles pequenos produtores de vinhos coloniais – feitos em cantina.”

oportunidade de os colonos, segundo os ensinamentos de Paternó, reconstruírem o sistema cooperativista, assentado agora em bases mais reais” (Tambara, 1983, p.56). Estas bases “mais reais”, a que se refere Tambara, era a ação auto-organizativa dos *colonos* que, neste momento, estavam despontando na organização de seus interesses como categoria dos produtores de uva e vinho e que estavam tomando consciência de sua condição de explorados pelos comerciantes e industriais. As experiências fracassadas do passado foram encaradas como aprendizado para que o movimento não cometesse mais os mesmos erros. Para isso, entendeu-se que a iniciativa e a direção das cooperativas deveriam ser dos próprios *colonos* produtores de uva e vinho interessados.

As condições dos *colonos* produtores de uva e vinho nessa época vinham sendo cada vez mais controladas pelos comerciantes e industriais do vinho que, além terem formado o Sindicato do Vinho, em 1928, que servia para controlar a qualidade do vinho, a sua oferta e demanda e receber benefícios fiscais do Estado, ainda haviam formado a Sociedade Vinícola Riograndense para centralizar nas operações de exportação de vinho os capitais das 49 maiores exportadoras de vinho do RS. Este processo, segundo destaca Pesavento (1983, p.48), evidencia que estavam se formando mecanismos para por em prática uma racionalização empresarial capitalista e com isso “aqueles que tinham condições de melhor produzir e distribuir o vinho assumiam, de forma institucionalizada, a direção do processo.” Com o monopólio de comercialização exercido pela Sociedade Vinícola “eliminava-se as condições de concorrência da produção caseira do vinho e reduzia-se o colono ao papel de mero fornecedor de matérias-primas para a indústria” (id.).

Processo semelhante ocorria com os produtores de banha de porco de toda zona colonial do estado com a formação do Sindicato da Banha em 1929, o que envolveu outras organizações de *colonos* de outras regiões, como a Liga das Uniões Coloniais e a União Popular que atuavam mais fortemente entre os de origem alemã. Como reação a esta condição de forte exploração dos produtores de vinho e banha teve início então um movimento reivindicativo “junto ao governo do Estado para obterem certas alterações na situação vigente” (Pesavento, 1983, p.49). Postulavam “liberdade de comércio”, isenção de taxas cobradas pelo Estado sobre os produtores não vinculados aos Sindicatos e “extensão dos privilégios concedidos ao Sindicato às cooperativas de produção que se fundassem” (id.).

O reconhecimento oficial das cooperativas ocorreu em 1932 através do Decreto n. 4.985, “no qual o governo estadual estabelecia as condições de reconhecimento das cooperativas e dispunha sobre a fiscalização e assistência técnica” (Pesavento, 1983, p.56).

Foi nesse contexto de fortes dificuldades que renasceu o movimento cooperativista na Serra Gaúcha. A primeira cooperativa fundada nessa nova fase foi a de Forqueta, no distrito de mesmo nome de Caxias do Sul, no ano de 1929. Esta iniciativa logo foi seguida pela criação de outras. Durante a década de 1930 fundaram-se 25 novas cooperativas somente na Serra Gaúcha: “em poucos anos, mais de 5.000 pequenos produtores estão associados no movimento, o que vai totalizar mais de 25.000 pessoas” (Giron, 1996, p.291).

Num primeiro momento, foram formadas as cooperativas Forqueta, Nova Milano, São Victor, Santa Justina, Octávio Rocha, Paim Filho, São Pedro Neves, Caxiense, Bento Gonçalves e Garibaldi. Porém, o maior impulso cooperativo entre os pequenos produtores de uva e vinho deu-se nos anos de 1935 e 1936, com a formação de 27 cooperativas, não mais somente na Serra, mas também nas áreas de colônias novas do Planalto e nas de colônias alemãs. Foram formadas cooperativas nos municípios de Bento Gonçalves, Antônio Prado, Arroio do Meio, Guaporé, Santo Antônio, Taquara, Veranópolis, Ijuí, Carazinho, Nova Prata, Flores da Cunha, Caxias e Encantado (Pesavento, 1983).

Com a criação das cooperativas se fortaleceu, em princípio, a organização dos viticultores domésticos (coloniais) que até então estavam sendo espoliados pelos industriais do setor. Além disso, potencializaram a atividade vinícola ao exportar, através das cooperativas, a sua produção diretamente para os mercados do Sudeste do país. Tal crescimento das cooperativas fez com que surgisse uma disputa pelos mercados no país entre industriais/comerciantes e cooperativas. Os primeiros, entretanto, não mais tiveram forças para frear novamente o movimento cooperativista que estava ressurgindo de maneira madura e denodada (Rodrigues, 2007). Além das cooperativas possibilitarem melhores rendas aos agricultores, permitiram a viabilização da pequena propriedade, pois esta, isolada não tinha poder de barganha para comercializar seus produtos. A cooperativa, nesse caso, por congrega a produção de toda uma região podia conseguir melhores preços para os produtos dos colonos (Tambara, 1983).

Pelo que foi exposto pode-se afirmar que o movimento cooperativista, principalmente entre os *colonos* produtores de uva e vinho, teve expressão destacada na sua organização políticoeconômica. Através dele, aparentemente, eles conseguiram, em alguns momentos, organizar os interesses do seu grupo social frente aos comerciantes e industriais. Além disso, através do movimento de constituição de cooperativas formaram uma representação política dos interesses dos *colonos* no momento que passaram a exigir do governo do estado a extensão dos privilégios dados ao Sindicato do Vinho para as cooperativas que estavam criando. Em suma, o movimento cooperativista além de ter se constituído como alternativa para que os *colonos* tivessem maior rentabilidade e reduzissem sua dependência em relação aos comerciantes e industriais, também assumiu papel de representante político de um segmento de colonos.

Muitas cooperativas formadas nesse período tiveram relativo sucesso nas suas atividades vindo a ser importantes agentes na produção do desenvolvimento de setores chaves da economia gaúcha, tal como o do vinho. A partir de 1938, com a promulgação do Decreto Lei n. 581, o Estado brasileiro passaria a intervir mais fortemente na formação de cooperativas em amplos setores da agropecuária nacional. Seguindo este processo, nas décadas seguintes muitas cooperativas foram criadas no RS sob o auspício estatal, principalmente para a produção de trigo e soja. Estas cooperativas serão tratadas no capítulo seguinte.

1.4 Identidade *colona* e resistência *cabocla*

Como se mostrou no decorrer deste capítulo, os *colonos* vivenciaram desde o final do século XIX um processo de experimentação organizativa que lhes permitiu, mesmo que a preço de fracassos e recuos em alguns momentos, desenvolver instrumentos de apoio ao seu modo de vida e às suas atividades produtivas. Por meio das cooperativas e das caixas de crédito, por exemplo, foi possível buscar melhores inserções de seus produtos nos mercados, qualificar suas atividades produtivas com aquisição de equipamento e novas técnicas de produção e pensar na expansão das áreas de colônia para oportunizar novas terras aos seus filhos. Com o apoio das Igrejas Católica e Luterana foi possível (re)criar uma estrutura comunitária nas regiões coloniais, escolas, uniões, clubes etc. como instrumentos de preservação de suas identidades culturais de imigrantes.

Com altos e baixos que compõem essas experiências, que caminharam no “ensaio e erro” ocorreu uma dinâmica de expansão das colônias seja no que se refere ao aumento das

áreas ocupadas, seja pelo aumento da sua importância socioeconômica no estado. Este aumento da importância das colônias trazia em si uma valorização dos elementos relacionados à atividade agrícola praticada pelos *colonos* e ao seu modo de ser camponês.

O grupo dos *colonos* não estava pronto desde a sua origem, mas foi se fazendo e, ao mesmo tempo, sendo feito pelos condicionantes a que foi submetido pelas autoridades, pelos grupos dirigentes do estado e pelos agentes das Igrejas que atuavam nas colônias. Como mostra Thompson (1987a, p.10) em seu estudo sobre a formação da classe operária inglesa: “A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas e partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus.”

Os *colonos*, mesmo que de origens diversas (alemães, italianos, austríacos, poloneses, russos, etc.), ligados a igrejas distintas e portadores de idiomas e culturas diferentes, quando formaram as suas primeiras organizações de representações de abrangência regional ou estadual procuraram, em alguns momentos, criar uma unidade entre o grupo dos imigrantes pequenos proprietários. Os exemplos mais claros disso podem ser pegos da Associação Riograndense de Agricultores e da Liga das Uniões Coloniais que procuraram ser organizações agregadoras de todos os agricultores ou *colonos* do estado, independente de sua origem e seus credos. Pelo que se percebe destas experiências, os *colonos* de origens diversas vinham se identificando como portadores de interesses próprios e diferentes dos pecuaristas, dos comerciantes e dos industriais do estado que mais de uma vez tentaram incluí-los em seus projetos e organizações. Estes diferentes grupos partilhavam uma identidade social *colona*, que era associada ao espaço social da *colônia*, ao pequeno proprietário, normalmente de origem imigrante, que foram encarregados pelas autoridades, como aponta Both da Silva (2008), em tornar o Rio Grande do Sul (um estado de predomínio da pecuária) no “celeiro do país”.

Se os *colonos* chegaram a formar uma identidade comum entre os diversos grupos de imigrantes, o mesmo não ocorreu com outros grupos de agricultores de base familiar, mantidos em condições de invisibilidade social. Os *caboclos* que foram, na maioria das vezes, desalojados das áreas de matas que exploravam os ervais públicos ou das posses que faziam para dar lugar aos *colonos*, promoveram resistências individuais ou coletivas frente à sua expropriação. Os exemplos mais conhecidos de resistência dos *caboclos* são associados aos movimentos messiânicos/milenaristas e às revoltas armadas que fizeram parte das guerras civis que opuseram os federalistas aos governos do Partido Republicano Riograndense em 1893 e 1922.

Os *caboclos* que atuavam na exploração da erva mate em áreas florestais públicas do Planalto Gaúcho tiveram suas atividades ameaçadas pelas políticas do governo republicano de regularização das terras, de colonização e de controle do contrabando de erva para a Argentina. Segundo apontam Martini (1993) e Ardenghi (2003), muitos *caboclos* ervateiros da região de Palmeira das Missões teriam se associado às tropas federalistas nas guerras civis contra o governo republicanos. Com a derrota dos federalistas, muitos migraram ou foram obrigados a migrar para outras áreas mais afastadas de matas, como nos estados de Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso. Como sugere Martini (1993, p.327), teria existido inclusive uma estratégia deliberada de “esvaziamento de redutos caboclos e federalistas” enviando para colonizar as áreas que estes ocupavam os excessos populacionais das colônias velhas.

Ainda que existam poucas informações disponíveis sobre o modo de vida, as relações econômicas e as resistências que os *caboclos* ervateiros empreenderam contra a privatização das áreas de matas públicas, um elemento que fica evidente é a grande ruptura promovida pelo governo republicano com a velha ordem de exploração coletiva da erva e que os

prejudicava diretamente. O modo de vida e de exploração da erva dos caboclos fazia parte da velha ordem, portanto, era um obstáculo a ser superado pela nova ordem republicana que privilegiava a propriedade privada e promovia a colonização das áreas públicas.

Os movimentos messiânicos foram outra forma de resistência. O mais conhecido deles se deu entre 1912 e 1916 nas divisas dos estados de Santa Catarina e Paraná (mas que também influenciou o Norte do RS) e ficou conhecido como a Guerra do Contestado. Os conflitos ocorreram contra a expropriação das áreas de matas por uma empresa privada que construía a estrada de ferro que ligava São Paulo a Rio Grande-RS. Outro caso de resistência ocorreu entre 1935 e 1938 na região de Soledade (Planalto Gaúcho) com o movimento dos Monges Barbudos.⁴⁶ Ambos movimentos contaram com elementos místicos da religiosidade popular e foram deflagrados ou incentivados por indivíduos que assumiam a figura lendária do Monge José Maria. Em ambas situações os *caboclos* foram acusados pelas autoridades e pela Igreja Católica de “fanáticos”, “loucos” e “atrasados”, tendo sido duramente reprimidos pela polícia e pelo Exército.⁴⁷ Estes casos mostram, como afirma Gramsci (2002 p.131), que a resistências ou a organização autônoma dos grupos subalternos, sob critérios culturais próprios, têm para as classes dirigentes “sempre algo bárbaro ou patológico”, sendo, portanto, desqualificadas e reprimidas.

Ao contrário dos *colonos* de origem imigrante, que mesmo em condições subalternas e com contradições, tiveram a possibilidade de formar suas próprias organização e contar com apoio do Estado (em alguns momentos) e das Igrejas, os *caboclos*, por procurarem e resistir à expropriação das terras que faziam uso, se opondo as ações das empresas colonizadoras e do Estado e por professarem credos desautorizados pela Igreja foram duramente reprimidos, perdendo suas formas tradicionais de exploração econômica, as terras que faziam uso e o seu modo de vida. Para isso contribuiu a desqualificação social que os cercava.

Por fim, há que se acrescentar que mesmo muitos *caboclos* que conseguiram tornar-se pequenos proprietários seja por terem sido beneficiários de alguns projetos de colonização do período republicano (como Santa Rosa e Guarita), seja regularizando posses ou comprando pequenas áreas, não chegaram a formar organizações próprias para promover as suas atividades e o seu modo de vida, melhorar sua inserção econômica ou formar uma identidade de grupo social, como ocorreu com os *colonos*. Diante destas dificuldades, alguns que se tornaram pequenos proprietários viriam a se associar às organizações comunitárias, cooperativas, uniões etc. formadas por colonos e incentivadas pelo governo do estado. A estes pequenos proprietários de origem cabocla foi empregada, pelas autoridades, a denominação de *colonos nacionais* (Both da Silva, 2008). Os *colonos nacionais* deviam assumir posturas produtivas próximas ao que o governo positivista do PRR idealizava para os *colonos* de origem estrangeira. No esquema positivista, os *caboclos*, desde que incentivados pelo Estado com escolas agrícolas e estações experimentais, poderiam assumir formas modernas de produzir semelhantes aos *colonos* imigrantes. Os *colonos*, nesta acepção, independente de sua origem étnica ou nacional deveriam explorar uma pequena propriedade para incrementar a produção agrícola do estado, tornando-o o “celeiro do país”.

⁴⁶ Maiores detalhes sobre estes movimentos messiânicos ver Pereira e Wagner (1981) e Carvalho (2008).

⁴⁷ Deve-se chamar atenção que a formação de movimentos messiânicos não foi uma exclusividade dos caboclos. Entre colonos alemães de colônias próximas a São Leopoldo que não conseguiram progredir economicamente e que se sentiam explorados e discriminados por outros imigrantes e descendentes de imigrantes melhor situados socioeconomicamente, entre 1871 e 1874 ocorreu o fenômeno dos *Muckers*. Tratou-se de um movimento messiânico liderado pelo casal João Mauer e sua esposa Jacobina. Assim como os outros movimentos messiânicos, os seus integrantes foram acusados pela Igreja Católica e Luterana, por órgãos do Estado e pela sociedade local de “loucos”, “fanáticos” e “falsos profetas”, sendo duramente reprimidos pelas forças policiais e do Exército. Maiores detalhes ver Amado (2003).

FORMAÇÃO DO SINDICALISMO DOS TRABALHADORES RURAIS EM UM CENÁRIO DE DISPUTAS POLÍTICAS NO CAMPO

Este capítulo tem por objetivo tratar da formação do sindicalismo dos trabalhadores rurais em nível nacional e no Rio Grande do Sul, forma organizativa que passou a se apresentar como representante dos interesses de variadas categorias sociais do campo, notadamente, os pequenos proprietários e os assalariados rurais e como agente mediador no recebimento de políticas públicas. Interessa situar o campo de disputa que se estabeleceu entre diferentes forças sócio-políticas para a formação de organizações de representação que se conformaram no sindicalismo, os processos de mobilização de identidades de interesses, as principais ações em matéria de aquisição de direitos sociais e a participação no processo de modernização da agricultura.

2.1 Transformações no ordenamento político e na agropecuária e emergência do sindicalismo dos trabalhadores rurais em nível nacional

No período que se inicia nos anos de 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas à presidência da República, e se estende até meados da década de 1970, o país passou por grandes transformações sociais, econômicas e políticas que remodelaram várias dimensões da vida nacional. Destas transformações, interessam particularmente para este trabalho os processos de ascensão política dos “grupos subalternos” (Gramsci, 2002) do campo, a constituição da legislação sindical-trabalhista rural e as políticas de modernização da agropecuária conduzidas pelo Estado e apoiadas por organizações da sociedade civil. Procura-se seguir as trilhas de ascensão política dos grupos subalternos do campo e as ações dos mediadores políticos, buscando relacionar as suas iniciativas com as políticas de Estado do período e às da classe patronal e suas organizações de representação.

Autores como Martins (1986), Medeiros (1989; 1995) e Novaes (1997) destacam a emergência de conflitos e de iniciativas de organização locais e regionais durante a década de 1940 de categorias que mantinham relações de trabalho diversas no campo, tais como: colonos do café, trabalhadores da cana e do cacau, arrendatários, parceiros, meeiros, posseiros e pequenos proprietários de várias regiões do país. Nessa conjuntura criaram-se várias formas de organização, tais como ligas, associações, sociedades, uniões, irmandades e sindicatos. As diferentes denominações mais do que expressarem formas distintas de organização, referiam-se às situações de trabalho de cada categoria, às oportunidades políticas que se abriam, às orientações dos mediadores políticos que chegavam até eles ou ainda as denominações pejorativas que recebiam de adversários na luta política.

No período anterior aos anos 1960, o sindicato rural era uma forma de organização legalizada, mas não era regulamentada, portanto, era difícil conseguir o seu reconhecimento pelo Estado, condição para seu funcionamento. Frente a estas dificuldades, poucos foram os sindicatos criados e reconhecidos. Segundo apontado por Medeiros (1995), dos 46 sindicatos rurais criados em todo o país no período de 1953 a 1956, só foram reconhecidos cinco.

Entre categorias sociais que não viviam de salário (como os arrendatários, meeiros, posseiros, pequenos proprietários e outros) cabia formar associações de caráter civil (que podiam receber denominações variadas, tais como ligas, irmandades, uniões, etc.), que poderiam requerer registro legal como organização beneficente com base no Código Civil⁴⁸.

Nas iniciativas de organização destes segmentos sociais do campo destacou-se a atuação de mediadores políticos ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), à Igreja Católica e ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Para Neves (2008, p.13), os mediadores podem conferir “o reconhecimento de existência social a certos grupos” na medida em que são agentes dotados de capitais específico e posições que podem induzir transformações na vida social, ajudar a romper situações de dependências e de explorações, estimular a formação de organizações políticas e problematizar as questões locais mostrando suas interconexões com as questões mais gerais e universais.

O PCB teve forte atuação na criação de organizações de diversos segmentos sociais subalternos diversos do campo a partir de meados dos anos 1940. Destacaram-se suas ações de organização do I Encontro Nacional dos Trabalhadores Agrícolas em 1953, a II Conferência Nacional dos Lavradores e dos Trabalhadores Agrícolas em 1954 e, principalmente, a criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) durante a Conferência de 1954. A ULTAB “representava um esforço do PCB de encaminhar, de acordo com seus objetivos estratégicos e táticos, as lutas que brotavam aqui e ali” (Medeiros, 1989, p.34). Lutas que, muitas vezes, foram motivadas ou apoiadas por militantes designados pelo Partido para as regiões de conflitos e que, por meio da ULTAB, passaram a contar com uma coordenação nacional.

Uma forma organizativa que surgiu da ação do PCB e que depois seguiu caminho próprio foram as *ligas camponesas*, formadas a partir de 1945, principalmente no Nordeste. Elas foram duramente reprimidas neste período. Em 1955, com a criação da Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco, localizada no Engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão e os conflitos gerados pelas ameaças de despejo de foreiros foi resgatado o nome *liga camponesa* pelos seus adversários, para associar este movimento ao comunismo, visando desqualificá-lo. Com o passar do tempo o nome Liga Camponesa passou a ser incorporado como auto-referência positiva das associações rurais que se formavam, de emancipação dos domínios dos coronéis, de luta por direitos. Entretanto, a partir do final dos anos 1950 e início dos 60, divergências políticas (sobre o sentido da revolução no Brasil e sobre a pauta da reforma agrária) entre os dirigentes da ULTAB/PCB e das Ligas Camponesas produziram uma cisão política entre as organizações do campo. As Ligas passaram a ganhar vida política própria sob a liderança de Francisco Julião, tendo bases notadamente em Pernambuco e na Paraíba (Medeiros, 1989; Novaes, 1997).

A Igreja Católica, como se apontou no capítulo anterior, já vinha participando na formação de organizações de agricultores desde o final do século XIX, particularmente no Sul

⁴⁸ Segundo apontado por Lyndolpho Silva: “Essas associações tinham uma lei especial, ditada na Primeira República; não me recordo bem, mas faz parte da Consolidação das Leis do Trabalho. Elas eram formadas, se não me falha a memória, de acordo com o Código Civil e teriam um caráter beneficente.” Na medida em que “apresentávamos uma entidade legalizada, dentro da lei, como diziam os camponeses. Isso dava mais confiança aos trabalhadores e mais solidez ao movimento” (Silva, 1994, p.70).

do país. A partir do ano de 1960 os católicos deram novo impulso na organização rural em vários estados do Nordeste, Sudeste e Sul. Segundo Medeiros (1989, p.77), em todas as organizações católicas estaduais “existia uma orientação comum, dada pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), que era a criação de um sindicalismo cristão, afastado das lutas de classe, mas defensor dos direitos dos trabalhadores e de uma reforma agrária, baseada na propriedade familiar”. Era seu objetivo central o combate ao comunismo no campo (Novaes, 1997; Heller da Silva, 2006).

Mesmo que houvesse certa orientação comum dada pela CNBB, a ação de agentes católicos na organização rural não se deu da mesma forma em todos os locais. Em cada estado ou região as ações ficavam condicionadas à orientação que o bispo ou padre local seguia.

Alguns partidos políticos também se envolveram nesse processo de organização. O PTB manteve apoio às lutas e à organização dos camponeses em vários pontos do país, na maioria das vezes, em colaboração com os comunistas, tendo, inclusive, sido usada a sua sigla por lideranças comunistas (camponesas ou não) para disputar cargos eletivos a partir de 1947, momento em que o PCB foi considerado ilegal. Entretanto, sua atuação direta e mais conhecida de apoio à luta e à organização rural se deu no Rio Grande do Sul, através da formação do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) e ações de sindicalização rural. A atuação do PTB em parceria com o PCB e do governo do estado (ocupado por Leonel Brizola – PTB – entre 1959-1962) é apontada pela literatura como fundamental na organização e apoio ao Movimento (Eckert, 1984; Alves, 2010).

O sindicalismo dos trabalhadores rurais no Brasil foi criado, de forma efetiva, no início da década de 1960 na esteira da extensão de direitos trabalhistas para o campo durante o governo João Goulart. Por meio de duas Portarias do Ministério do Trabalho (Portaria 209-A, de 25 de junho de 1962 e Portaria 355-A, de 20 de novembro de 1962) deu-se início ao reconhecimento de direitos trabalhista e ao processo de sindicalização que seriam consolidados com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural (Lei n. 4.214) em 1963. Nos anos seguintes, já durante o regime militar, seria instituído, por meio de nova portaria do Ministério do Trabalho, a representação sindical paralela entre trabalhadores e patrões. Entretanto, até se chegar a este modelo de representação, que em linhas gerais estendia o modelo sindical urbano (vigente desde a década de 1930) para o meio rural, percorreu-se um longo caminho.

Ainda em 1937, foi apresentado à Câmara Federal um projeto de Código Rural, voltado para a regulação de direitos e obrigações relacionadas às atividades rurais. Entretanto, a discussão ficou inconclusa e arrastou-se pelas décadas seguintes. As organizações patronais discordavam da proposta do governo de Getúlio Vargas de formar um sindicalismo por classe, aos moldes do urbano. Alegava-se que a especificidade do setor rural requeria uma legislação especial. Como argumentava Péricles Madureira Pinho, um dos teóricos da organização rural:

Enquanto nos centros urbanos as profissões constituem unidades distintas, na agricultura a uniformidade do trabalho não permite tal diferenciação. As mesmas pessoas se encontram diariamente nas horas de serviço, confundindo a 'atividade profissional' com a familiar e religiosa' (Salleron)... A natural harmonização nas tarefas agrícolas, em que o proprietário se identifica com o trabalhador e, em muitos casos é seu companheiro de trabalho, não poderia assim favorecer nem incentivar a formação de grupos profissionais. (Pinho, 1939 *apud* Medeiros, 1995, p.67).

Afirmava-se ainda que os interesses eram comuns entre todas as categorias sociais do campo, que não havia necessidade de se incentivar a criação de conflitos através da penetração de ideologias estranhas. Portanto, a melhor forma de constituir a representação do setor rural deveria ser o formato de organizações mistas que agregassem, numa mesma

entidade, patrões, empregados e pequenos proprietários (que não possuíssem empregados). Baseando-se nessa concepção, foi conduzido todo o debate sobre a sindicalização rural nos anos de 1930 e 40. A força política das organizações patronais (SNA e SRB) conseguiu garantir para si a exclusividade da representação legal no campo. A força dessa posição foi institucionalizada, em forma de lei, com o Decreto Lei n. 7449 (de 30/05/1945) que instituiu o formato de representação misto da *classe rural* (Medeiros, 1995). Esse formato de organização rural vinculava-se ao Ministério da Agricultura, enquanto os sindicatos operários estavam subordinados ao Ministério do Trabalho. Essa separação de tratamento no interior dos aparelhos de Estado sinalizava para formas distintas de tratamento da questão do trabalho. Ou seja, a tematização que se fazia para o rural tinha outros parâmetros, marcados por formas distintas de “seletividade estrutural” do Estado (Offe, 1984); tinham como linha central a concepção da necessidade de assistência ao homem do campo (sanitária, educacional); a da unidade dos interesses agrários e não o reconhecimento do trabalhador do campo ou mesmo o pequeno proprietário como portador de interesses próprios que poderiam se opor ou pelo menos se diferenciar em relação aos dos patrões e/ou grandes proprietários.

Esse formato de organização rural foi consolidado com a criação da Confederação Rural Brasileira (CRB) como órgão máximo de representação do setor agropecuário nacional e seu reconhecimento pelo Estado em 1951. A organização rural unitária sob direção dos setores patronais seguia claramente o propósito de não permitir a formação de organizações autônomas de trabalhadores e pequenos proprietários, mantendo-os subalternos às suas organizações e aos seus interesses.

Procurando quebrar esta hegemonia dos grandes proprietários, desde a década de 1940 os comunistas vinham ensaiando a criação de alternativas organizativas para os setores subordinados do campo com a formação de associações, ligas e sindicatos autônomos às organizações patronais. Porém, essa situação só conseguiu ser questionada, de forma mais significativa, no início dos anos de 1960 quando a atuação direta de diversos mediadores políticos (PCB, diversas alas da Igreja, PTB) possibilitou a criação de várias organizações de representação dos setores subalternos do campo e, principalmente, quando a força política desses atores emergentes conseguiu respaldo junto ao governo João Goulart para regulamentar o sindicalismo dos trabalhadores rurais. O marco dessa nova organização legal do sindicalismo no campo se deu com as portarias do Ministério do Trabalho citadas que trataram do enquadramento sindical (de 1962) e o Estatuto do Trabalhador Rural (de 1963).

Mesmo que o enquadramento sindical orientasse a constituição de um conjunto de categorias profissionais⁴⁹, as categorias sociais que mais claramente constituíram identificação política e organização sindical foram as dos *lavradores* (termo usado para tratar dos posseiros, arrendatários, parceiros, pequenos proprietários, etc.) e a dos *trabalhadores agrícolas* (usado normalmente para designar segmentos pensados como assalariados: colonos do café, moradores da cana, agregados etc.). Além delas, nessa época também ganhou destaque a categoria política *camponês* que principalmente os comunistas pretenderam generalizar como agregadora dos trabalhadores do campo em geral, a serem mobilizados. Neste processo, também foram construídas as grandes bandeiras do sindicalismo na época: a reforma agrária e os direitos trabalhistas (Martins, 1986; Medeiros, 1995; Novaes, 1997).

A distinção dos sentidos atribuídos a cada um desses termos políticos é importante, como destaca Medeiros (1995), porque eles não eram neutros e surgiram em oposição aos termos que o Estado e os proprietários fundiários tentavam impor como classificação geral e

⁴⁹A Portaria 355-A de 1962 definia quatro categorias: trabalhadores na lavoura, na pecuária e similares, na produção extrativa rural e produtores autônomos, que exploravam a atividade rural sem empregados, em regime de economia familiar ou coletiva.

desprovida de conteúdo político, tais como “homens do campo” e “rurícolas”, diluindo, assim, a dimensão da relação de trabalho, exploração e dominação existentes e, conseqüentemente, o reconhecimento de uma esfera própria de direitos. Nesse sentido, a constituição das experiências de organização dos setores subordinados e o seu reconhecimento profissional e político através das portarias do Ministério do Trabalho e do Estatuto do Trabalhador Rural deram o tom do seu aparecer político na sociedade brasileira.

Com essa nova legislação que estabelecia a sindicalização rural, ocorreu uma disputa entre as correntes políticas que já organizavam os segmentos subalternos do campo para requerer o reconhecimento legal dos seus sindicatos, uma vez que só poderia ser reconhecido um sindicato por município e uma federação por estado (para cada categoria passível de sindicalização). A fundação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), como órgão máximo do sindicalismo dos trabalhadores rurais, ocorreu nesse clima de disputa em dezembro de 1963 (após uma tentativa frustrada de sua fundação poucos meses antes por sindicatos e federações cristãs do Nordeste). A fundação da Confederação foi marcada por acirrada concorrência entre os atores políticos, notadamente o PCB e as alas da Igreja. A direção da CONTAG acabou ficando sob influência dos comunistas aliados com a ala católica da Ação Popular⁵⁰ (Medeiros, 1995; Novaes, 1997).⁵¹

É importante destacar também que o sindicalismo rural brasileiro foi criado como parte de uma estrutura sindical que lhe é anterior: o sindicalismo varguista, constituído pelos sindicatos municipais, federações, confederações, Justiça do Trabalho e Ministério do Trabalho. Na constituição da estrutura do sindicalismo dos trabalhadores rurais algumas características se destacaram. Uma delas foi a forte tutela exercida pelo Estado frente às organizações sindicais (não somente as rurais, mas o sindicalismo em geral). Tal tutela foi estabelecida inicialmente pela chamada investidura sindical, que significava a necessidade de reconhecimento prévio do sindicato pelo Estado, o qual ocorria através de uma Carta Sindical. Ou seja, era o Estado que outorgava às entidades sindicais a representatividade de um determinado segmento de trabalhadores e o poder de negociação com os órgãos patronais. Além disso, o Ministério do Trabalho tinha forte controle sobre a vida sindical, seja na regulação das eleições, das posses de diretorias (mediante sua aprovação prévia), poder de intervenção, fiscalização das ações e das finanças. A segunda característica desse sindicalismo era a unicidade sindical, o que significava que só poderia haver uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial. Por fim, a terceira característica referia-se às contribuições sindicais obrigatórias estabelecidas por lei – imposto sindical e taxa assistencial. Tais contribuições constituíam uma espécie de poder tributário concedido pelo Estado aos sindicatos, o que fez com que os

⁵⁰ Um dos grupos cristãos que mais se destacou na sindicalização rural foi a Ação Popular (AP). a AP foi formada por um segmento católico que atuava na organização no Movimento de Educação de Base (MEB), no início dos anos de 1960 passou assumir posicionamentos políticos mais radicais de crítica social e por discordar da hierarquia da Igreja rompeu com estrutura e decidiu transformar-se em uma “organização propriamente política”. A AP “voltou-se para o trabalho de sindicalização rural, tendo por horizonte a construção de uma nova sociedade, de perfil socialista” (Medeiros, 1989, p.78).

⁵¹ Na fundação da CONTAG participaram 26 Federações Estaduais de Trabalhadores na Agricultura com direito a voto, assim distribuídas: dez delas seguiam a orientação do PCB, oito eram orientadas pela Ação Popular (organização cristã de esquerda), seis eram vinculadas aos grupos cristãos do Nordeste e duas colocavam-se como independentes. O PCB, através de um acordo com a Ação Popular, ficou com a presidência e a tesouraria da nova Confederação, enquanto coube à Ação Popular a secretaria (Medeiros, 1989; Novaes, 1997). Também contando com a participação do MASTER na composição da diretoria (o seu vice-presidente Rosauro Charlat de Souza é citado como suplente do Conselho Fiscal da Confederação) (CONTAG, 1963).

sindicatos dependessem do próprio Estado e não dos trabalhadores de sua base para se financiarem (Pinto, 1979; Coletti, 1998).

O sindicalismo dos trabalhadores rurais ainda teve outra característica determinante. A Portaria n. 71 de 1965 unificou todos os segmentos não-patronais em uma mesma categoria de enquadramento sindical: a dos *trabalhadores rurais*. Em muitos municípios e estados existia mais de um sindicato ou federação representativos de diferentes categorias do campo (como foi o caso dos sindicatos de trabalhadores autônomos e dos de trabalhadores não-autônomos que existiam paralelamente em vários municípios do RS) que, com essa Portaria, precisaram se unificar. Nesse novo enquadramento, passaram a existir apenas os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs), com suas federações estaduais (FETAGs) e a CONTAG como órgão superior de agregação de todos os segmentos de trabalhadores rurais.

Pelo lado patronal, também ocorreram mudanças após da criação da legislação sindical rural. As antigas Associações Rurais, suas federações estaduais e a CRB (que oficialmente representavam o setor rural), precisaram mudar a sua razão social para Sindicatos Rurais de âmbito local, federações estaduais e foi criada em 1964 a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), como órgão superior de representação do setor patronal. No caso do Rio Grande do Sul, em 1965 a antiga Federação das Associações Rurais foi reconhecida como Federação da Agricultura do Estado do RS, FARSUL, mantendo a mesma sigla.

2.2 Disputas políticas, mudanças na agropecuária gaúcha e emergência de novos atores

Desde a Revolução de 1930 até 1964 o debate político-econômico nacional girou em torno do tema do desenvolvimentismo. Para Ianni (2004), a processo de industrialização capitalista por que passou o Brasil, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, foi quem produziu o “desenvolvimentismo”, como ideologia da classe burguesa que estava tornando-se hegemônica, como expressão da intenção de desenvolvimento nacional e como necessidade de deslocamento das atenções e recursos nacionais para o setor urbano-industrial em oposição ao modelo agrário-exportador dominante em períodos anteriores. Portanto, representou “a conversão do poder econômico da burguesia industrial em poder político, em que a hierarquia das classes se reordena em uma nova configuração. O Estado patrimonial se converte em Estado burguês.” (Ianni, 2004, p. 98).

O Estado tornava-se o principal agente de promoção do desenvolvimento por meio do estímulo à produção industrial nacional como forma de substituir os produtos importados, criação de empresas estatais em setores estratégicos (como na exploração de petróleo, minérios e geração de energia) e de criação de instrumentos próprios de financiamento (com o Bando Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE). As forças políticas nacionais apresentaram-se nesse debate em diferentes oposições: os desenvolvimentistas e os não-desenvolvimentistas; os desenvolvimentistas nacionalistas e os desenvolvimentistas associados ao capital externo, entre outras.

Os desdobramentos deste debate se traduziam no Rio Grande do Sul em uma disputa de projeto entre duas variantes do desenvolvimentismo nas décadas de 1950-60, interligada e de forma muito semelhante às oposições que ocorria em nível nacional. Segundo Müller (1979), um projeto assumia a perspectiva do desenvolvimento de um “capitalismo autônomo”, nacional, com intervenção do Estado na economia e que no RS se traduzia na formação de um “pólo industrial” (através do estímulo a siderurgia, mecânica pesada, tratores, telecomunicações etc.) para ser o carro-chefe do desenvolvimento da economia. Essa

perspectiva era encabeçada principalmente pelos quadros do PTB (e em certa medida também pelo PCB) e apoiava-se em setores da burguesia nacional beneficiada com as políticas de estímulo ao mercado interno, alguns setores militares nacionalistas, nas camadas trabalhadoras urbanas, ao passo que também procurou se expandir para os trabalhadores do campo, tendo apoiado a bandeira de reforma agrária levantada por estes últimos. Concorria com essa perspectiva outro projeto que defendia a ideia de um “desenvolvimento associado” ao capital estrangeiro, com menor intervenção do Estado na economia, ao mesmo tempo em que propunha revigorar a tradicional indústria agropastoril rio-grandense. Suas bases de sustentação situavam-se principalmente entre os setores econômicos tradicionais da agropecuária (oligarquia rural), das indústrias e comércios correlatos; grupos exportadores e importadores que, com o desenvolvimento do mercado interno, tenderiam a perder espaço; capitalistas estrangeiros já instalados no estado; militares identificados com a proposta de alinhamento automático do Brasil com os EUA. Dentre as principais legendas que representavam esse projeto no RS e em nível nacional estavam o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN) (Müller, 1979).

Essa disputa de projetos se refletiu no RS com uma disputa entre o PTB e o PSD, que se revezaram no governo do estado em uma conjuntura de crise econômica e de esgotamento do modelo tradicional de exploração, processamento e comercialização dos produtos agropecuários tradicionais (gado bovino, suíno e ovino, milho, feijão, uva, leite etc.) e de estagnação geral da economia gaúcha. Aliado a isso, a economia gaúcha estava ficando cada vez mais dependente em relação ao centro industrial do Sudeste, principalmente de São Paulo. Apontava-se, na época, que o RS estava virando um “novo Nordeste” (Müller, 1979).

Nessa conjuntura, destacaram-se as ações e formulações de alguns intelectuais (particularmente os ligados ao PTB e à Igreja) que constituíram propostas de superação da crise da agropecuária, ao passo que também surgiram novas organizações de agricultores e projetos de mudanças na agricultura que se relacionavam com os projetos mais gerais representados pelos partidos que polarizavam as forças políticas gaúchas (PTB e PSD). Nesse sentido, a formação de novas organizações de agricultores, projetos de agricultura e identidades políticas nas décadas de 1950 e 60 devem ser analisadas levando-se em conta uma conjuntura de crise da economia gaúcha, crise na agricultura (particularmente entre os colonos), preocupações com a modernização da agricultura e o intenso debate sobre o sentido do desenvolvimento nacional/regional e acerca das propostas de reforma da estrutura agrária.

Para o senador gaúcho Alberto Pasqualini – considerado o principal teórico do PTB nacional nas décadas de 1940-60 (Grigó, 2007) – o Partido Trabalhista precisava definir bases sólidas de políticas sociais para elevar as condições de vida dos trabalhadores urbanos e rurais. No que se refere ao meio rural, Pasqualini identificava uma série de problemas que afetavam o setor agropecuário e os seus trabalhadores, tais como: pobreza e indolência generalizadas, analfabetismo, o baixo nível técnico dos cultivos, precariedade alimentar e sanitária, falta de organização rural e de crédito agrícola, entre outros (Pasqualini, 1994⁵²). Como solução defendia a intervenção do Estado no setor agropecuário através de medidas de reforma agrária (principalmente por meio de formação de colônias agrícolas), crédito social (subsidiado), educação para o homem do campo, assistência técnica e estímulo ao cooperativismo (proposições que, em grande medida, eram próximas as defendidas pelo PCB em nível nacional na época).

Pasqualini via a pequena propriedade como mais vantajosa do que a exploração capitalista:

⁵² Faz-se uso dos textos de Pasqualini publicados em edição de 1994 dos originais das décadas de 1940-50.

Além de fixar o trabalhador rural ao solo, representa um fator de estabilidade econômica e social. A pequena propriedade é uma policultura. A frustração de uma colheita encontra cobertura nas demais. [...] não apresentando a crise da economia rural capitalista, cujas conseqüências são, por vezes, suportadas por toda a coletividade [...]. A pequena propriedade e a pequena exploração agrícola têm ainda a grande vantagem social de não provocar a proletarização do trabalhador rural. (1994, p.120).

Essas propostas de Pasqualini devem ser entendidas segundo o contexto nacional da década de 1940-50, quando o governo Vargas havia promovido, entre outras medidas, a chamada Marcha para o Oeste. Tal Marcha era um conjunto de ações do Estado brasileiro orquestradas para ocupar os “espaços vazios do país, de forma a neles disseminar a pequena propriedade, a organização cooperativa e uma nova ordem social”, promovendo a “orientação técnica e instrumental agrícola para o interior e abertura de estradas, reformulação do ensino agrícola etc.” (Medeiros, 1995, p.72-73). A constituição de colônias agrícolas em Goiás, Paraná e Mato Grosso foram o momento culminante dessa ação. Outra iniciativa nesse sentido foi a criação de granjas modelo na Baixada Fluminense, de forma a melhorar o abastecimento urbano.

Pelo exposto, percebe-se que as propostas de reforma agrária e de disseminação da pequena propriedade de Pasqualini dialogavam com as ações do governo Vargas, cujo centro era a formação de colônias agrícolas em terras públicas para, a partir dessa forma de organização socioeconômica, operar as outras iniciativas de aprimoramento dos trabalhadores. Em suas palavras: “Cumpra que a *colônia agrícola* seja um *centro de aprendizagem* e de *irradiação*; dali sairão os operários rurais especializados, os *futuros agricultores*, física e tecnicamente aptos para os lides da terra” (Pasqualini, 1994, p.223, grifo nosso, ELP). Dessa formulação, percebe-se também certa continuidade da ideia do Estado formar *colônias* e propiciar meios para que elas formassem agricultores preparados da época dos governos positivista de Julio de Castilhos e Borges de Medeiros no RS.

Outro intelectual petebista mais atento às questões do RS que teve marcada influência sobre as ações agrárias do partido nos anos 1960 foi o economista Paulo Schilling. A crise enfrentada pela agropecuária gaúcha nesse período, para Schilling (1961), devia-se à excessiva minifundização das propriedades nas colônias, ao esgotamento dos solos devido seu uso intensivo, à diminuição da produtividade nos cultivos, ao baixo nível técnico empregado, à falta de perspectiva de continuidade dos colonos na atividade. Esta situação estava ocasionando a fuga de muitos colonos para outros estados, como Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso em busca de melhores condições. Ao mesmo tempo em que ocorriam estes problemas nas zonas coloniais, no sul do estado (região da Campanha, de latifúndios) muitas terras estavam sendo subutilizadas e contavam com populações rarefeitas, constituindo-se em vazios demográficos.

Como forma de solução para estes problemas, Schilling apresenta propostas que se baseiam nas orientações de Pasqualini, como a reformulação do formato de produção e comercialização nas regiões coloniais com adoção de tecnologias racionais modernas e constituição de preços mínimos oficiais. No que se refere aos problemas da falta de terras para as novas gerações de colonos que vinham deixando o estado, propõe ações de “colonização interna” no RS conduzidas pelo estado nas regiões de latifúndio do sul do estado (áreas que considerava vazias, subutilizadas).⁵³ Para dar força política a esta ideia propõe que sejam

⁵³ Deve-se chamar atenção que Schilling não desconsidera os caboclos nesta sua proposta de colonização dos latifúndios: “considere-se ainda as centenas de milhares de camponeses sem terra, que habitam nossos campos,

organizadas associações de agricultores sem terra e pequenos agricultores. “Essas entidades criariam ambiência para as reformas a serem feitas, constituindo-se, paralelamente, na força política capaz de sustentá-las” (Schilling, 1961, p.148).

Mesmo que os intelectuais da Igreja Católica – como o Arcebispo de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer, o maior líder da Igreja no RS – também apontassem que a crise da agricultura colonial nos anos de 1950 e 60 devia-se centralmente ao problema do baixo grau de tecnologia usado pelos agricultores e, portanto, o atraso técnico em que se encontravam, o clero gaúcho apontava também outros elementos como causadores de desestruturação sócio-cultural e econômica das colônias. Entre elas, as influências urbanas nocivas e prejudiciais que penetravam no meio rural, como os valores individualistas e consumistas, os vícios dos jogos, bebidas etc. e a infiltração de ideologias “revolucionárias” e “subversivas” como o “comunismo” sob a bandeira da reforma agrária (Scherer, 1954/1969). A linha de argumentação de Scherer estava em sintonia com as discussões nacionais do clero. Desde o final da década de 1940, os bispos vinham expressando os temores sobre a possível perda de influência da Igreja no meio rural com as mudanças em curso e a penetração de ideologias e agentes “estranhos” (Carvalho, 1985).

Como forma de combater essas fontes causadoras de crises e desestruturação social no campo, a Igreja (no RS, assim como em outros pontos do país) em parceria com o Ministério da Agricultura e com a Secretaria de Agricultura dos estados promoveu várias Semanas Ruralistas⁵⁴ em diversas dioceses. Consistiam de “encontros realizados em nível municipal, para os quais eram convidados os agricultores e suas esposas que, durante três ou quatro dias, tinham a oportunidade de ouvir inúmeras palestras sobre temas rurais” (Rodeghero, 1997, p.163). Entre eles destacaram-se: conservação dos solos, associativismo rural, palestras sobre a cultura da soja, do milho e do trigo e incentivo à policultura através da produção de leite, suínos, aves, frutas e hortas, entre outros (Rodeghero, 1997). Nas resoluções finais das Semanas Ruralistas, segundo Rodeghero (1997), eram feitas uma série de reivindicações aos diversos órgãos de Estado: assistência técnica (agronômica, veterinária e social), melhores preços, produção de vacinas e sementes, fundação de escolas de práticas agrícolas, fiscalização da qualidade dos inseticidas, esclarecimentos sobre financiamentos, instalação de energia elétrica e melhor formação dos professores e sacerdotes do meio rural.

Acreditava-se que na medida em que os agricultores absorvessem as modernas técnicas de produção agropecuária “seria garantida a produtividade, melhor retorno financeiro, menos fadiga, mais conforto e, assim, acabariam as razões para o êxodo rural. Essa população mantendo-se no campo poderia manter seus valores tradicionais e o espaço de liderança da Igreja” (Rodeghero, 1997, p.166).

Não eram apenas a Igreja e intelectuais ligados ao PTB que propunham a modernização da agropecuária. O Estado, desde meados dos anos de 1950, já vinha tomando medidas para promover mudanças de cunho modernizante na agropecuária brasileira. No RS todos os governadores desde o final da década de 1940 até meados dos anos 1960, independente de suas filiações partidárias, vinham manifestando preocupações com a estagnação da produção agropecuária gaúcha. Estagnação econômica que, em grande medida, era atribuída à agropecuária e às suas indústrias conexas. A agropecuária era considerada o

os nossos caboclos das zonas pastoris, que, evidentemente, não poderão ficar à margem de qualquer plano de colonização” (1961, p.119).

⁵⁴ Segundo Rodeghero (1997, p.163) no RS foram realizadas 16 Semanas Ruralistas somente na área de abrangências da Arquidiocese de Porto Alegre entre 1953 e 1961 (onde ela fez pesquisa). Além dessas, a autora aponta que foram realizadas outras nas dioceses do interior do estado citando notícias de realização destes eventos em Passo Fundo, Sarandi, Carazinho, Tapera e Erechim.

“centro nevrálgico” da situação de crise que afetava o estado (Müller, 1979, p.364). Dentre as soluções apresentadas para resolver esta situação, a que mais se destacou e foi encampada pelos governantes foram as políticas de modernização das atividades de produção agropecuária e a sua maior integração à indústria. Esta aposta se fez através de estímulos públicos promovidos pelo governo federal e estadual.

Dentre as principais ações do governo federal destacam-se a criação de um sistema nacional de crédito e de assistência técnica e extensão rural, e, particularmente para o RS, também tiveram impacto, as políticas de desenvolvimento da triticultura nacional (cultivo que, junto com o arroz, puxou a modernização da agricultura no estado) e de redução das importações de trigo. No que se refere à criação de um sistema de crédito e assistência técnica, segundo Fonseca (1985) e Seifert (s.d.), destaca-se a criação da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), constituída sob influência dos convênios realizados entre Brasil e Estados Unidos na conjuntura da Guerra Fria, momento em que a política externa norte-americana para a América Latina buscava estimular a modernização das áreas rurais (através do incremento da produção agropecuária, da melhoria das condições de higiene, de bem estar social e de educação dos agricultores). As ações tinham por objetivo incluir os agricultores nos padrões considerados modernos de produção e de vida e, com isso, combater a subversão comunista que poderia prosperar nesses ambientes de miséria e exclusão social.

As experiências pioneiras de criação de serviços de assistência técnica e extensão rural ocorreram nos estados de São Paulo e Minas Gerais nas décadas de 1940 e 50, culminando com a formação do sistema nacional (ABCAR) no ano de 1956, durante o governo de Juscelino Kubitschek. A ABCAR passou a organizar os serviços em nível nacional, através da fundação de organizações semelhantes às pioneiras nos demais estados brasileiros. No RS, a organização de um sistema estadual ocorreu a partir de 1955, com a fundação da Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR), com anuência do governo do estado, de organizações de representação de agricultores (como a FARSUL), bancos e organizações filantrópicas norte-americanas de apoio rural (Caporal, 1991).

No que se refere aos estímulos estatais ao cultivo moderno de trigo, é importante destacar que após o governo brasileiro ter assinado um acordo de compra de trigo a preços subsidiados dos Estados Unidos em 1956, este sofreu grandes pressões internas contra esta medida considerada destruidora da triticultura nacional (depois do Estado ter apoiado à pesquisa e à produção de trigo por duas décadas)⁵⁵, reviu sua posição e passou a dar novo apoio à triticultura. Uma das iniciativas se deu em 1957, quando o governo federal criou a Comissão de Organização da Triticultura Nacional (COTRIN) com objetivo de estimular a formação de cooperativas que podiam intermediar a oferta de crédito aos triticultores, aprimorar as suas técnicas de cultivos, criar infra-estrutura de armazenamento para estocar a produção e centralizar as compras do cereal nas cooperativas (Benetti, 1992).

Com esse estímulo, o cooperativismo agrícola até então existente no RS, de pequenas dimensões, centrado nas comunidades coloniais, passou por um processo de transformação. De um lado, pela criação de novas cooperativas com intuítos empresariais e, de outro, pelo estímulo estatal que estas novas cooperativas receberam, passaram a absorver as pequenas cooperativas objetivando agregar o maior número possível de associados (Coradini, 1982). Segundo Coradini (1982), somente no ano de 1957 foram formadas 20 cooperativas tritícolas no RS e, segundo Schilling (1959), em 1959 as cooperativas eram 42.

⁵⁵ Para maiores detalhes sobre o desenvolvimento da triticultura nacional, o Acordo do Trigo Norte Americano e as reações internas no país ver Schilling (1959) e Ohlweiler (1959).

Com o apoio estatal, estas “cooperativas-empresas” (como as caracterizou Coradini, 1982, por contarem com grande número de associados, vultoso volume de negócios e gestão especializada) passaram a expressar, em grande medida, os interesses de um novo segmento explorador da agricultura de forma capitalista: os *granjeiros*. A figura do granjeiro (ou os “plantadores capitalistas” como prefere chamar o intelectual comunista Otto Ohlweiler⁵⁶) surgia como o explorador de lavouras mecanizadas de trigo. A partir de 1940 começou a se desenvolver este formato de lavoura no Planalto Gaúcho, fazendo uso dos “mais modernos métodos da técnica agrônômica (adubação intensiva, calagem, curvas de nível, rotação de cultura, etc.)” (Ohlweiler, 1959, p.67-68). As lavouras de trigo eram o centro da expansão das relações capitalistas no campo.

Cabe se indagar quem eram esses granjeiros e qual a sua origem social. Segundo o entendimento de Frantz (1982), os granjeiros que

se lançaram na produção mecanizada de trigo, inicialmente na região de Passo Fundo e Carazinho (1946) e um pouco mais tarde em Ijuí e Santo Ângelo (1950), *não são colonos. Tratava-se de cidadãos, originários das cidades coloniais: comerciantes* que haviam conseguido uma certa acumulação de capital através do seu comércio com os colonos; *profissionais liberais e pequenos industriais*. Habitados as diligências bancárias e tendo uma visão mais ampla dos negócios, eles puderam aproveitar-se das condições favoráveis que se apresentavam. (Frantz, 1982, p.31-32, grifos nosso, ELP).

Os granjeiros não eram proprietários, segundo Ohlweiler (1959) e Frantz (1982), foram buscar terras entre os pecuaristas dos campos do Planalto Gaúcho. Como nesse período os preços do gado estavam em baixa não teria sido difícil convencer alguns pecuaristas a arrendarem terras para o plantio de trigo, pois o arrendamento lhes propiciava maior rendimento financeiro do que a atividade pecuária. Como estes plantadores capitalistas teriam entrado na atividade tritícola para ampliar a sua seara de negócios, procuravam atuar de forma profissionalizada, com uso de modernas tecnologias, buscando boas escalas de produção e alta produtividade nas lavouras. Atuavam em áreas de terras médias ou grandes, normalmente acima de 100 hectares.

A atuação destes granjeiros, aliada ao incentivo estatal foram fundamentais para a formação de importantes cooperativas tritícolas no Planalto Gaúcho, tais como a COTRIJUÍ (região de Ijuí), a COTRISA (região Santo Ângelo e São Luiz Gonzaga), COOPASSO (região de Passo Fundo), COTRISAL (região de Sarandi), entre outras (Frantz, 1982; Benetti, 1992). Com a formação destas cooperativas e outras em várias regiões do estado, em 1958, foi formada a Federação das Cooperativas Tritícolas do RS (FECOTRIGO), como uma organização de âmbito estadual para congregar as cooperativas formadas pelos triticultores.

Entretanto, é importante ressaltar que não foram só os granjeiros que formaram estas cooperativas (apesar destes se destacarem na sua concepção). Muitos colonos, pequenos proprietários, também participaram das cooperativas, mesmo que muitas vezes de forma subordinada, tendo vindo também a ampliar as suas plantações de trigo (muitos colonos já plantavam trigo, principalmente para a subsistência da família), além de passarem a acessar créditos, incorporarem o uso de máquinas e técnicas modernas de cultivo. O modelo de produção empresarial dos granjeiros, com uso de maquinaria e com técnicas modernas de cultivos, passaria a ser incentivado pelas cooperativas, empresas de assistência técnica e pelos sindicatos rurais junto aos colonos. O processo pelo qual se deu a entrada destes agricultores na produção de trigo será analisado mais adiante (item 2.4).

⁵⁶ Otto Alcides Ohlweiler também foi eleito deputado estadual pelo PCB em 1947.

2.2.1 Organização política no campo sob a mediação dos trabalhistas e comunistas

Levando-se em conta que, para a perspectiva teórica marxista-leninista, com o desenvolvimento de relações capitalista de produção no campo deveria ocorrer um inevitável processo de “diferenciação social” (formação da burguesia e do proletariado como classes fundamentais no campo) (Lenin, 1985), seria natural se esperar que os comunistas brasileiros, procurassem organizar politicamente os proletários do campo (assalariados), pois deveria ser essa a classe que enfrentaria as maiores contradições sociais e que agregaria, com o processo de diferenciação, cada vez mais indivíduos. Seria a classe com maior “potencial revolucionário”. Os camponeses (pequenos proprietários, parceiros, posseiros, arrendatários etc.), para esse raciocínio teórico, eram parte dos “restos feudais” que ainda existiam no país. Deveriam ser conquistados como aliados para acúmulo de forças na construção, em um primeiro momento, de uma revolução democrático-burguesa da qual a reforma agrária era um passo importante para, posteriormente, passar para a construção de uma revolução socialista no país.

Logo nos primeiros anos da fundação o Partido Comunista do Brasil (PCB, criado em 1922), pretendeu-se criar um Bloco Operário-Camponês (em 1927) como união das “classes laboriosas e sacrificadas” para ação política, mas esta intenção não chegou a ter conseqüências práticas. A atuação efetiva de militantes comunistas no campo se deu somente a partir de meados da década de 1940, ocasião em que se começou a direcionar militantes tanto para a organização de ligas, sindicatos e associações em várias regiões do país, quanto para as áreas de conflitos prementes (como nos conflitos de Porecatu no Paraná e Trombas e Formoso em Goiás nos anos de 1950) (Martins, 1986; Heller da Silva, 2006). Mesmo que os assalariados fossem buscados como o público prioritário no campo, as dificuldades de organizar esta categoria (devido ao forte poder privado dos patrões a que estes estavam submetidos) acabaram direcionando o foco de ação para outras categorias, tais como os posseiros e os arrendatários. Como aponta o depoimento de Lyndolpho Silva (militante comunista, ex-presidente da ULTAB e da CONTAG):

Na nossa atuação na criação e na organização do movimento sindical rural, a *preocupação maior sempre foi com o arrendatário e com o posseiro*, por razões claras. Esse pessoal tem luta todos os dias e todas as horas. [...] Qual é o tipo de luta que eles encetam sempre? Relaciona-se exatamente com o problema da terra. Naquele tempo eram essas duas categorias as que mais se mobilizavam. *Teoricamente, a preocupação do Partido era, como nossos documentos costumam acentuar, com a classe operária do campo*, ou seja, com os *assalariados*. Mas na verdade, ainda hoje essa é a categoria mais difícil de se organizar (Silva, 1994, grifos nossos, ELP).

Seguindo essa tendência de buscar organizar inicialmente os assalariados, os comunistas no RS iniciaram o trabalho no campo na década de 1950. Militantes do PCB iniciaram desde 1954 (quando teriam participado da II Conferência Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em que foi fundada a ULTAB e foi impulsionada a organização rural) um trabalho de organização de sindicatos entre assalariados rurais no estado. Nesse mesmo ano, teriam sido criados sindicatos de assalariados em Pelotas, Jaguarão e São Gabriel. Nos anos seguintes surgiram embriões de sindicatos em municípios com grandes contingentes de assalariados e onde havia conflito por terra, como: Arroio Grande, Cachoeira do Sul, Erechim, Camaquã, Rosário do Sul, Santana do Livramento, Cacequi, Santiago, Jaguari, Itaquí, Santo Ângelo (Eckert, 1984; Dalla Nora, 2003). Todos estes municípios, com exceção de Erechim e Santa Angelo, ficam no sul do RS, região de grandes propriedades e

forte contingente de assalariados. Pouco se sabe sobre a origem destes militantes comunistas que atuam na sindicalização rural, existem apenas alguns registros esparsos de que alguns ferroviários, militares e estudantes ligados ao PCB teriam atuado na formação de sindicatos entre assalariados rurais (Marçal, 1986).

Alguns anos depois, em 1960, um conflito por terra no município de Encruzilhada do Sul que envolveu posseiros, um pretense proprietário, o prefeito e o governo do estado daria origem ao Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), ator coletivo que levantaria as bandeiras de reforma agrária e da organização rural no estado. Segundo Eckert (1984), um grupo de cerca de 300 posseiros ameaçado de expulsão por um pretense proprietário de uma área de 1800 hectares que ocupavam há cerca de 50 anos, decidiram lutar para permanecer na terra e, para isso, se organizaram e recorreram às autoridades municipais. O prefeito do município, Milton Serres Rodrigues (PTB), assumiu diretamente as negociações com o governo do estado e com o pretense proprietário, tendo conseguido um acordo para que as famílias ficassem na terra e o dono fosse indenizado pelo estado. Pelo que é apontado por Eckert (1984, p.68), a partir desse conflito, surge a primeira “associação de agricultores sem terras” que seria o embrião do MASTER, “lançado por Milton Serres Rodrigues, prefeito de Encruzilhada do Sul, Paulo Schilling⁵⁷, na ocasião Superintendente [Estadual] da Fronteira do Sudoeste, e Ruy Ramos, deputado federal pelo PTB”.

Para Tarrow as oportunidades políticas aparecem nos momentos em que sujeitos “recebem recursos externos para escapar da submissão” a que são submetidos e nas ocasiões em que se sentem “ameaçados por custos que não podem arcar ou que ofendem seu senso de justiça” (2009, p.99). No caso do conflito de Encruzilhada do Sul, como destacado, os posseiros estavam ameaçados de perderem as terras que moravam e trabalhavam procuraram as autoridades municipais que acionaram as autoridades estaduais que, por sua vez, entraram em campo para auxiliar na resolução do conflito estabelecido entre posseiros, apoiados pelo prefeito, contra o pretense dono das terras. O conflito gerou uma articulação política dos posseiros com as autoridades que assumiram sua causa. Essa oportunidade aparenta ter se dado em um momento que o governo estadual e seu partido estavam dispostos a ampliar suas bases políticas no campo, pois até aquele momento o PTB gaúcho era um partido essencialmente urbano.

O PTB gaúcho, como já apontado, defendia um projeto de desenvolvimento nacional autônomo, com ênfase na formação de um pólo industrial no estado (com indústrias químicas, mecânicas etc.). Essa linha política era duramente combatida pela classe dominante rural que pregava a revitalização da agropecuária e o privilégio às indústrias processadoras de produtos locais. Os interesses dessa classe eram expressos principalmente através do PSD. Estes elementos ajudam a entender o porquê da busca do PTB por novas bases no campo. Aliado a essa oposição de projetos de desenvolvimento um fato conjuntural ajudou a aproximar o governo Brizola dos segmentos subalternos do campo e da cidade. Tratou-se da Campanha da Legalidade⁵⁸ pela posse de João Goulart (então vice-presidente) após a renúncia de Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961. Com a Campanha da Legalidade ocorreu certo realinhamento ideológico das forças que compunham o governo Brizola dado pelo

⁵⁷ Paulo Schilling foi economista, dedicou-se ao estudo da problemática agrária do estado. Paulo Schilling teria sido “o grande ideólogo do MASTER”, segundo apontam em depoimento Romeu Barleze, líder do MASTER, e Paulo Schmidt integrante do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA) ao Seminário Memória Camponesa em 2007.

⁵⁸ Com a renúncia do presidente Jânio Quadros à Presidência da República, o governador Brizola tomou a liderança de um movimento em prol de assegurar a legalidade, ou seja, a posse do vice-presidente João Goulart, seu correligionário. Nessa campanha se aproximou de setores da esquerda política.

rompimento com o Partido Republicano Progressista (PRP) – partido de orientação integralista – que ocupava a Secretaria de Agricultura, e certa aproximação com as organizações de esquerda, como os sindicatos operários, associações de sem terra e o PCB. Com esse realinhamento foram anunciadas algumas medidas de apoio à reforma agrária ainda no ano de 1961, tais como: formação de um grupo de trabalho para planejar a formação de 30 colônias agrícolas no RS para instalar agricultores sem terra; as associações de agricultores sem terra foram declaradas de utilidade pública pelo governador; o próprio governador “para dar o exemplo de apoio a Reforma Agrária, propôs-se a dividir parte das suas terras da fazenda Pangaré no município de Osório” para instalar famílias sem terra; foi criado o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA) (Eckert, 1984, p.85-86).

Com a criação do IGRA, segundo apontado pelo depoimento de Paulo Schmidt (que foi seu integrante), passou a existir no governo um departamento específico para trabalhar a organização rural, para estimular a criação de associações de sem terra no interior do estado (Seminário Memória Camponesa do RS, 2007).

Ainda no ano de 1961 ocorreu outro evento importante. No mês de novembro aconteceu em Belo Horizonte o I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, organizado pela ULTAB, tendo contado com a presença de uma delegação gaúcha composta por 33 delegados. Delegação formada por integrantes do MASTER, sindicatos organizados pelo PCB e por um padre da Igreja. Nesse Congresso ocorreu uma forte disputa sobre o sentido da reforma agrária defendida pelas organizações camponesas. De um lado, a ULTAB e o PCB defendiam um conjunto amplo de medidas parciais que viabilizariam a organização camponesa e o acúmulo de forças para realizar a reforma agrária como parte de sua orientação da realização de uma “revolução nacional-democrática”, enquanto, de outro, as Ligas Camponesas, lideradas por Julião, defendiam uma proposta de reforma agrária radical (“na lei ou na marra”) (Medeiros, 1989).

No RS, após o Congresso, foi estabelecido um acordo entre os líderes petebistas do MASTER e os comunistas que vinham atuando na organização rural: “concluíram que tinha que haver uma organização estadual que fizesse a coesão dos movimentos heterogêneos existentes no campo” (Euzébio França, líder do MASTER *apud* Eckert, 1984, p.76-77). Após a Campanha da Legalidade e o Congresso de Belo Horizonte os líderes das organizações do campo decidiram unificar forças com adesão dos comunistas ao MASTER.

Em 1962, o MASTER deu início à forma de ação que mais o caracterizou: a formação de acampamentos nas margens de áreas de terras que almejava desapropriação. O primeiro acampamento se deu em 8 de janeiro de 1962 em um local chamado de Capão da Cascavel que pertencia à então Fazenda Sarandi (com 25 mil hectares e de propriedade da família uruguaia Mailhos), localizada no município de Sarandi. A ação foi organizada pelo prefeito Nonoai, Jair de Moura Calixto (do PTB e primo de Brizola). Segundo apontado por Alves (2010), Calixto que, desde a Campanha da Legalidade vinha mobilizando a população local, teria montado uma milícia e vinha anunciando que pretendia “distribuir terras” para quem necessitasse. Nesse contexto teria liderado a ocupação da fazenda Sarandi com o conhecimento do governador.⁵⁹

⁵⁹ Romeu Barleze (líder do MASTER e funcionário do IGRA) resume a importância do acampamento na expressão: “a fazenda Sarandi *representava todo o latifundiário e todo o capital estrangeiro*. Desapropriada abrigou muita gente” (Seminário Memória Camponesa RS, 2007). A fazenda Sarandi não era somente um latifúndio, mas tratava-se de um latifúndio em poder de estrangeiros. A simbologia de lutar pela desapropriação de uma fazenda de 25 mil hectares de propriedade estrangeira era grande em um momento em que o tema da defesa do patrimônio nacional era uma bandeira defendida pelo trabalhismo e pelo governo do estado.

O acampamento do Capão da Cascavel chegou a ter cerca de 1.300 agricultores. Entretanto, mais do que ter sido um grande acampamento em número de indivíduos mobilizados, sua importância singular se deveu ao “ato inaugural” (Alves, 2010) que representou por ter sido nele criada uma forma nova de luta: o *acampamento* como forma de pressionar o Estado para conseguir terras. A estratégia de não invadir diretamente o latifúndio, mas acampar em estradas próximas, em terras do patrimônio público, era considerada uma forma legal de pressão (Eckert, 1984; Gehlen, 1983).

Autores como Sigaud, Rosa e Macedo (2007), Rosa (2010) e Alves (2010) afirmam – ao contrário da leitura que é feita por Eckert (1984) e Gehlen (1983) – não existir evidências que comprovem que foi o MASTER que organizou o acampamento do Capão da Cascavel em Sarandi, mas que a iniciativa seria uma ação do prefeito Calixto previamente combinada com o governador Brizola; que só depois de formado o acampamento é que se organizou uma associação de agricultores em terra no local. Entretanto, os mesmo autores reconhecem que, após a deflagração do acampamento do Capão da Cascavel, a ideia de que acampar era um modo de conseguir terra ganhou força e foi incorporado pelo MASTER em outras ações em vários pontos do estado.

A importância maior do acampamento de Sarandi não é se foi ou não planejado e organizado pelo MASTER, mas que esta forma de ação coletiva passou a ser usada em prol do objetivo de conseguir terra, como uma forma eficiente de pressão aos governos pela desapropriação de áreas que eram consideradas improdutivas, não cumpriam a “função social” (como determinava a Constituição Estadual de 1934) ou eram públicas, em suma, integrava-se ao rol de ações do movimento pela reforma agrária. A formação de *acampamento* como forma de pressão passou a ser usada por várias associações de sem terra no RS (ao todo foram formados 21 acampamentos entre 1962-64) e por outras organizações camponesas em outros pontos do país.

Se, em seu início, o MASTER articulava os posseiros que estavam sendo ameaçados de expulsão e o seu objetivo de luta contra os latifundiários era apenas uma intenção, a deflagração de acampamentos nas margens das áreas almejadas para reivindicar sua desapropriação fez emergir um “conflito antagonista” (Melucci, 2001), de disputa de recursos (posse e uso das terras) e sobre os rumos do desenvolvimento agrário frente aos grandes proprietários fundiários e às suas organizações de representação. O grau de tensionamento entre os camponeses que reivindicavam terras, apoiados pelo governo do estado (que havia desapropriado algumas fazendas, como a Sarandi e a Quitéria em São Jerônimo), e os grandes proprietários chegou a um ponto tal que o governo do estado propôs aos fazendeiros que cedessem 10% de suas áreas de terras para os “camponeses pobres” (que deveriam pagar em 10 anos) (Gehlen, 1983). Argumentava-se em favor da “justiça da divisão territorial, pois no RS, enquanto às grandes propriedades pertenciam a 9 mil pessoas, outras 267 mil detinham as pequenas propriedades, ou nada detinham, sendo no caso da lavoura arrozeira, 70% das terras eram arrendadas” (Eckert, 1984, p.118).

Em resposta à proposta do governo, a FARSUL promoveu em fevereiro de 1962 uma Assembléia Estadual dos proprietários onde decidiram aceitar a proposta desde que pudesse participar de uma Comissão Mista (junto com o governo) para encaminhar a “questão agrária no Estado e no País”, que “cessassem os acampamentos” e que ocorresse um reexame das desapropriações feitas. Pelo que apontam Eckert (1984) e Alves (2010), este acordo não chegou a ter muitos resultados práticos, pois mesmo que alguns acampamentos tenham sido desestimulados pelo governo, outros continuaram a ocorrer (mostrando que o governo não tinha muito controle sobre a organização camponesa), ao passo que os grandes proprietários (com mais de 1000 ha) também não cederam 10% de suas terras para os camponeses.

Mesmo que o Movimento reconhecesse a boa vontade do governo em levar adiante a reforma agrária no estado, não pretendia recuar em suas posições políticas frente ao problema agrário e da sua forma de ação através dos acampamentos e da pressão frente ao governo, nem tão pouco fazer acordo com os latifundiários. Um indicativo foi a situação de conflito que foi gerada no acampamento Banhado do Colégio, onde mesmo com o reconhecimento jurídico de que a área era do estado, fazendeiros continuavam usando as terras enquanto as famílias acampadas passavam necessidades. Inconformados com essa situação, os sem terras acampados enviaram um “*ultimatum* ao governador” exigindo a entrega das terras e deixando claro que “não mais respeitariam uma trégua firmada sem a sua concordância” (Última Hora, 1962 *apud* Eckert, 1984, p.127), pois, afirmavam eles: “Com estes *latifundiários usurpadores e exploradores de sangue e suor de seus irmãos* menos afortunados de sorte, não queremos acordo, nem tão pouco vê-los” (id.).

Ao reagir frente à iniciativa do governo e ao enviar um “*ultimatum* ao governador” fica evidente o desconforto dos sem terra com a demora na distribuição das terras que os fazendeiros continuavam usando e que, principalmente, como viam estes, eram “latifundiários usurpadores”, “exploradores de sangue e suor”. Eram os seus adversários sociais.

Essa construção de oposição se deu de forma semelhante ao que é apontado por Novaes (1997, p.51) sobre a oposição entre camponeses e latifundiários na Paraíba nessa época:

O latifúndio a que se opunham não era um a propriedade agrícola com tais ou quais características. O latifúndio – quase como um emblema místico – sintetizava um conjunto de normas, atitudes e comportamentos atualizados pelo conjunto dos proprietários rurais, respaldados pelo poder local.

O latifúndio era sinônimo de “poder privado” exercido pelos donos de terras e “chefes políticos locais”, que mantinha os trabalhadores sob situação de exploração severa. Situação semelhante ao que é apontada pelos agricultores sem terra do Banhado do Colégio. Mais do que isso, assim como no caso paraibano onde os camponeses formaram organização política própria e passaram a acionar a justiça para livrarem-se da exploração dos latifundiários, os agricultores sem terra no RS com a formação de associações e acampamentos reivindicavam diretamente ao governador do estado providências para acabar com o poder sem limites dos *latifundiários*.

Se os latifundiários eram vistos desta forma, cabe se questionar: quem eram os *sem terra*? Qual era a base social do MASTER? Segundo apontado por Eckert, a sua possível base social englobava as seguintes situações socioeconômicas:

assalariados temporários e permanentes que, pela pouca geração de empregos no campo e pelas más condições de trabalho oferecidas, ansiavam pela posse da terra como forma de garantir a sua sobrevivência e da família; os posseiros, parceiros, arrendatários e agregados, que apesar de terem acesso à terra, tinham-no de forma instável; os pequenos proprietários que, pode ter parcelas de terras muito reduzidas, pretendiam aumentar a sua propriedade; e os filhos de pequenos proprietários que, ao casar, pretendiam permanecer como agricultores e para quem nem sempre a terra do pai era suficiente para atender as suas necessidades (1984, p.56).

Como se pode perceber, as categorias sociais possíveis de serem mobilizadas pelo MASTER eram amplas e englobavam situações socioeconômicas diversas.

No ano de 1962 foram realizados dois encontros estaduais de organização do Movimento: o I Encontro Camponês Estadual entre 31 de março e 1 de abril e o I Congresso de Trabalhadores Rurais 15 a 17 de dezembro. A sua possível base social aparenta ter sido

expandida com as deliberações tomadas nestes encontros: a) a transformação do MASTER em uma Federação das Associações dos Agricultores Sem Terra, Pequenos e Médios Proprietários (mantendo a sigla MASTER) com objetivo de ser reconhecido como uma organização sindical de nível estadual em conformidade com a legislação; b) a constituição de uma diretoria definitiva para o MASTER composta por quadros políticos do PTB e do PCB que atuavam no campo, do governo do estado e de algumas associações locais⁶⁰; c) e a criação de uma campanha de sindicalização para todos os municípios do estado, visando formar sindicatos de assalariados rurais e de produtores autônomos, em contraposição à ação de sindicalização promovida pela Igreja Católica, considerada de orientação conservadora (Eckert, 1984; Maduro, 1990).

Se até então o MASTER mobilizava os agricultores sem terra na luta por reforma agrária, com a perspectiva de formação de uma federação sindical que congregasse também os pequenos e médios proprietários, precisou ampliar o horizonte de suas propostas políticas. Na declaração do I Congresso dos Trabalhadores Rurais de dezembro de 1962, são levantadas também como pautas de luta: o combate ao alto custo dos insumos, ampliação do crédito agrícola, fixação do preço mínimo, criação de indústrias de beneficiamento dos produtos agrícolas pelas cooperativas, fomento da policultura e da pecuária de pequeno porte, redução das importações de trigo e direito de voto do agricultor analfabeto (cf. Eckert, 1984).

Ao que tudo indica os pequenos e médios proprietários que o MASTER pretendia representar deveriam ser disputados com as outras forças políticas que também atuavam na organização deste público, como a Igreja que trabalhava na sindicalização dos pequenos proprietários (como se aborda no tópico seguinte) e a FARSUL que, por meio de suas associações rurais também atuava na representação destes agricultores. Um segmento específico de agricultores médios que agentes do Movimento tinham relação eram os triticultores e os orizicultores, os plantadores de lavouras capitalistas do estado. No que se refere a este segmento, tem-se notícia de que 16 lotes de 250 ha da fazenda Sarandi foram distribuídos para “triticultores mecanizados” e que em Itapoã cinco lotes foram destinados para a “atividade orizícola” (Eckert, 1984, p.137). Além dessas ações em favor desse segmento, nos documentos do Movimento e de intelectuais próximos (como Schilling e Ohlweiler) encontram-se freqüentes preocupações frente aos problemas enfrentados por estes agricultores (como a falta de incentivos governamentais), ao mesmo tempo em que suas atividades agrícolas modernizadas (uso de insumos e máquinas) são exaltadas e consideradas como modelo.

No que se refere às relações políticas do Movimento em nível nacional, mesmo que em seu início tenha procurado se constituir como uma organização autônoma em relação à ULTAB e às Ligas Camponesas, após o Congresso de Belo Horizonte tendeu a se aproximar da ULTAB. O MASTER é citado por Lyndolpho Silva (dirigente da ULTAB) como uma das federações estaduais que faziam parte da ULTAB, tendo vindo a compor, ao lado desta, a diretoria da CONTAG em 1963 (Arquivo Lyndolpho Silva, s.d.).

A partir do ano de 1963, com a derrota do PTB na eleição para o governo do estado e com a entrada de Ildo Meneghetti (PSD) – eleito por uma coligação de forças políticas que se

⁶⁰ A Diretoria do MASTER foi composta da seguinte forma: como presidente Milton Serres Rodrigues, prefeito de Encruzilhada do Sul (PTB), como 1º vice-presidente Rosauro Charlat de Souza, da Associação de Agricultores Sem Terra de Uruguaiana, como 2º vice-presidente Romeu Barleze funcionário da Secretaria da Agricultura do Estado, como secretário geral Euzébio França, técnico rural e funcionário do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA), como 1º secretário Ari Saldanha líder da Associação de Uruguaiana (PCB), 2º secretário Nascimento P. Meirelles, da Associação de Entre-Ijuis e Santo Ângelo, como 1º tesoureiro Darcy Rosa, da Associação de São Lourenço do Sul, como 2º tesoureiro Jesus S. Vieira da Associação de Pelotas

opunham ao trabalhismo em nível local e nacional⁶¹ – iniciou-se um período de repressão ao MASTER. Nesse período, apesar da perda do apoio do governo do estado, o Movimento passava a contar certo suporte da Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA), ligada ao governo de João Goulart (para onde foram alguns integrantes do IGRA), tendo conseguido criar novos acampamentos e ao mesmo tempo avançar no processo de sindicalização rural.

Mesmo tendo sido uma organização com vida curta, o MASTER organizou mais de 150 associações civis e montou 21 acampamentos entre julho de 1960 e março de 1964, tendo mobilizado mais de 100 mil agricultores sem terra no RS (Eckert, 1984). No campo sindical não existem dados precisos ou registros escritos sobre o legado do MASTER, devido em boa parte à repressão que se abateu após o golpe de 1964. Colognese (1991, p.60) afirma que existem “registros seguros na memória coletiva de trabalhadores rurais” sobre a existência desses sindicatos na época. Para Maduro (1990) e FETAG (2003) alguns sindicatos organizados pelo MASTER, após o golpe militar foram desarticulados e outros tomados pelo sindicalismo cristão que passava a ser o único representante legal dos trabalhadores rurais.

2.2.2 Sindicalização rural promovida pela Igreja

O principal agente que concorreu com o MASTER na organização dos agricultores e dos trabalhadores do campo foi o sindicalismo de orientação cristã motivado pela Frente Agrária Gaúcha (FAG). A FAG foi criada em 26 de julho de 1961, como uma associação civil por bispos católicos reunidos em conferência na cidade de Viamão (FAG, 1977). Como outras organizações católicas semelhantes de outros estados (como o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco - SORPE, a Frente Agrária Paranaense - FAP, entre outros), foi organizada com base nas recomendações da Encíclica *Mater et Magistra* (assinada pelo Papa João XXIII, maio 1961). Este documento recomendava “levar aos agricultores soluções imediatas para seus problemas mais urgentes” através do estímulo ao cooperativismo e ao sindicalismo (Trevisan, 2009, p.53).

Na história da organização que a própria FAG apresenta, é destacado que sua criação foi motivada pelo desejo de “promover o homem do campo”, através do trabalho de educação baseada na “doutrina social cristã”, defender os direitos dos agricultores e combater a “ameaça” do avanço das organizações “comunistas” (MASTER) no campo:

A agrícola era a única classe que não possuía organismo de defesa de seus direitos. Todas as outras – operários, patrões – tinham o seu órgão de classe, menos os assalariados e os pequenos proprietários rurais; viviam sem presença e sem voz na sociedade brasileira. [...] Não é pois de admirar que os *humildes e indefesos lavradores se tornassem o alvo predileto da demagogia dos novos profetas e dos exploradores políticos*: o movimento dos agricultores sem terra (MASTER), *agitadores marxistas* e *polítiques encheram as roças e as coxilhas com suas promessas e convites*. Surgiram sindicatos de politicagem, sindicatos de papel e sindicatos de interesses pessoais (FAG, 1977, p.6-7, grifos nossos, ELP).⁶²

⁶¹ Segundo apontado por Dreifuss (1981, p.334) “na eleição de 1962, a centro-direita constitui uma coalizão que recebia a abreviatura de ADP (Ação Democrática Popular). Ela compreendia o PSD, a UDN, o PL, o PDC e o PRP. Ildo Meneghetti, que se tornou governador do Estado, enfatizava que a indústria e o comércio locais, sob a égide do IPESUL (braço do IPES na região Sul), contribuíram para a vitoriosa campanha.”

⁶² O livro *Queremos ser gente: um movimento de agricultores cristãos* que trata da trajetória do sindicalismo cristão no RS foi escrito pelo bispo auxiliar de Porto Alegre Dom Edmundo Luis Kunz que exerceu forte influência na formação e nos rumos da FAG. Como o livro é apresentado como sendo da própria FAG, assinado por ela, optou-se por referir-se a ele como sendo da FAG, um documento da organização.

A FAG foi criada pelos bispos católicos para ser um instrumento de disputa com os comunistas no campo. Visava organizar os “assalariados e pequenos proprietários rurais” para que viessem a ter voz ativa na sociedade através de organizações cristãs. Os “humildes e indefesos lavradores” estavam se tornando alvos da “demagogia dos novos profetas”, das suas “promessas e convites”. Essa disputa pela formação de organizações de representação dos assalariados e pequenos proprietários rurais podem ser associada ao que Bourdieu (2005) chama de “campo político”, como a arena onde os atores competem entre si por construir visões de mundo como verdadeiras e para obter o respaldo de falar e de agir em nome do grupo social.

Na leitura do Irmão Marcílio Casarotto – em obra sobre a trajetória do Irmão Miguel Dário, o grande agente articulador da FAG – ela também é interpretada como uma forma da Igreja contribuir para aprimorar o “homem do campo”, como “uma espécie de cruzada para a libertação da família e da propriedade, ambas ameaçadas pela doutrina enganadora dos seguidores da doutrina marxista” (Casarotto, 1977, p.49). A concorrência pelos agricultores e a detração do adversário na disputa política são destacados nessa leitura da história da FAG. Os adversários são tidos como os “lobos vorazes” que se vestem como “peles de ovelhas” para enganar os indefesos agricultores, ao passo que recebem “recursos financeiros nacionais e internacionais”. Era contra o perigo comunista que os católicos lutavam, para formar uma organização de representação dos agricultores que não estivesse a serviço da “revolução”, mas sim, guiada pelos princípios cristãos, atuasse na “promoção integral do homem do campo” (educação, assistência social e técnica etc.).

Inserida nessa disputa, a FAG assumia a realização de três objetivos, a saber: a) investigações e estudos acerca da questão agrária; b) fundação e manutenção de escolas e cursos, permanentes ou periódicos, e a realização de congressos, seminários e conferências para a formação de líderes rurais e para a educação de base do agricultor rural; c) sindicalização e outros tipos de associação de assalariados rurais e de agricultores, detentores de pequenas propriedades, bem como amparo e estímulo às iniciativas econômicas de natureza cooperativista e de ordem cultural e assistencial (FAG, 1977, p.7).

Logo após sua fundação, a FAG organizou várias reuniões em municípios do interior do estado, com grande participação especialmente dos jovens ligados a Juventude Agrária Católica (JAC) (FETAG, 1993). Ainda no ano de 1961 a FAG organizou, primeiramente, uma reunião em 18 de outubro em Viamão com “lideranças de todo o Estado para refletirem e discutirem o sentido do novo momento e esboçarem os seus primeiros passos” (FAG, 1977, p.7). Menos de dois meses depois foram organizadas várias “assembleias de lançamento” da organização em diversas dioceses, tais como: Santa Maria (12/12), Pelotas (13/12), Passo Fundo (15/12), Uruguaina (19/12), Serro Largo (19/12), entre outras. Ainda em janeiro de 1962, foram fundados os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Viamão e de Gravataí; em fevereiro ocorreu o primeiro encontro dos presidentes regionais da FAG e em julho ocorreu o I Congresso Estadual dos Trabalhadores Rurais (FAG, 1977; Casarotto, 1977).

Como se pode perceber pela rapidez de articulação das assembleias de lançamento, da fundação de sindicatos e dos encontros estaduais, a FAG apoiou-se na estrutura e na legitimidade da Igreja Católica junto às comunidades rurais e contou também com apoio da Igreja Luterana entre os alemães luteranos. Além disso, provavelmente, aproveitou as experiências anteriores de organização dos colonos que as Igrejas haviam apoiado – como a Sociedade União Popular, a Liga das Uniões Coloniais e algumas cooperativas – para erguer uma organização de agricultores cristãos em nível estadual. Esse vínculo entre a formação da FAG e as organizações comunitárias nas regiões coloniais é relatado pela FETAG-RS:

A expansão da FAG está estreitamente ligada ao *grau de organização das comunidades em torno da Igreja*. Entre as comunidades de origem italiana e alemã, onde o padre ou o pastor exerciam forte influência sobre a população, a entidade conhecia rápida expansão. [...] A proposta da FAG tinha condições de atrair os pequenos proprietários das regiões coloniais, pois defendia a *produção familiar* contra o que se considerava o ataque à propriedade privada promovida pelo MASTER (FETAG-RS, 1993, p.32, grifos meus, ELP).

A existência da concentração da terra e a dificuldade do pequeno proprietário eram reconhecidas pela FAG. Mas, segundo seu entendimento, isso provinha dos efeitos nefastos do avanço técnico: “Um dos efeitos lamentáveis da técnica é a concentração da terra em mãos de poucos – os detentores do dinheiro – e as dificuldades sempre maiores dos pequenos proprietários” (FAG, 1977, p.32-33). Para superar essas dificuldades enfrentadas pelos pequenos proprietários, a FAG entendia que estes deviam “aperfeiçoar as capacidades de trabalho e aptidões profissionais, para poder tirar do mínimo de terra o máximo de produto e, com ele, sustentar a nós e as nossas famílias” (id.). Em suma, o que propunha era o avanço técnico dos cultivos e criações como solução para o problema da falta de terras.

No que se refere à sua posição sobre a pauta da reforma agrária que era levantada pelos movimentos camponeses, as ideias do arcebispo de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer, tinham forte respaldo. A ênfase dada à reforma agrária por Dom Vicente residia no conceito cristão de propriedade e na forma de conduzi-la sem abalar a estrutura social:

A reforma agrária deve melhorar as condições de vida dos trabalhadores, multiplicar o número de pequenas propriedades que sustentam a produção em geral e a situação econômica do Estado e do país. [...] A desapropriação para fins de reforma agrária, pois, deve ser a exceção e não a regra [...] Há também grandes propriedades, ou latifúndios que exercem importante função social e devem ser conservados. (Scherer, 1953/1969, p.17-18).

Mesmo com essa posição que afirmava que a criação de pequenas propriedades seria benéfica, a Igreja não se envolveu diretamente na luta por reforma agrária nesse período, ao contrário, foi contrária às propostas apresentadas pelo MASTER no plano estadual e pelas Ligas Camponesas e pela ULTAB no nacional. Na declaração de seu I Congresso Estadual de Trabalhadores Rurais⁶³ em junho de 1962 é expresso:

A reforma agrária, realizada conforme os princípios da doutrina social cristã, visa primordialmente à promoção do homem e a garantir, do ponto de vista econômico, a liberdade da pessoa humana, feita à imagem e semelhança de Deus, e procurar atingir esse fim através da *difusão da pequena propriedade*; em segundo lugar coloca-se o *aumento da produtividade*, também indispensável para alcançar a elevação do padrão de vida do agricultor. (FAG, 1962, p.9, grifos nossos, ELP).

Ou seja, sua proposta de reforma agrária apostava na difusão da pequena propriedade e na modernização dos métodos e técnicas de produzir. Nessa linha, o mesmo documento do I Congresso também procura diferenciar a concepção da FAG das outras existentes na época:

As correntes existentes de ‘direita’ e de ‘esquerda’ apresentam semelhanças fundamentais no modo de encarar a questão agrária, umas e outras vêem nela principalmente o aspecto econômico da produtividade e tendem a promover a concentração da produtividade, a primeira a favor de um número reduzido de proprietários capitalistas, a segunda abolindo a propriedade privada da terra para entregá-la, com exclusividade ao Estado (id.).

⁶³ Não se trata do I Congresso dos Trabalhadores Rurais organizado pelo MASTER em dezembro de 1962, a FAG organizou outro Congresso com nome semelhante somente para a sua base.

Mesmo com esse recorte ideológico que apontava o desacordo tanto com relação ao comunismo estatista, quanto ao liberalismo econômico, a concepção da FAG acaba se aproximando mais das concepções que propunham a “modernização técnica da agricultura sem reforma agrária” (defendidas por organizações patronais, como a FARSUL) como forma de superar a baixa produtividade e as imperfeições da estrutura agrária. Essa posição da FAG se assemelha ao que era propugnado pela hierarquia católica nacional, que afirmava ser favorável à reforma agrária, mas tinha dificuldade para conciliar os interesses contraditórios que se apresentavam no campo, e propunha medidas gerais de apoio ao homem do campo. Menos de um ano antes do I Congresso da FAG, a Comissão Central da CNBB reunida em outubro de 1961 havia feito uma declaração com propostas para “integrar a agricultura brasileira ao ritmo do desenvolvimento nacional” (CNBB, 1961 *apud* Carvalho, 1985). Na declaração são destacados principalmente os aspectos que visavam promover a modernização técnica das atividades agrícolas para melhorar as condições de vida no campo, preocupações de ordem social (como o seguro social), a afirmação do “estabelecimento familiar como o ideal” para a estrutura agrária e a sugestão de uma maior atuação da Igreja na organização profissional dos agricultores (id.). Mas também houve documentos da Igreja dessa época que se manifestavam favoráveis à desapropriação por “interesse social” de terras públicas e de “latifúndios improdutivos” (cf. Mensagem da Comissão Central da CNBB de 1963 *apud* Carvalho, 1985). Essas diferentes posições evidenciam que o tema era delicado e que a hierarquia católica não era homogênea: apesar de afirmar ser contra as propostas de reforma agrária das organizações comunistas, reconhecia que deveria haver mudanças na estrutura agrária para que os camponeses tivessem acesso à terra.

As organizações patronais no princípio dos anos de 1960 foram impelidas pela força da conjuntura a se posicionarem, em alguma medida, como favoráveis à reforma agrária, pois, como mostra Camargo (1981), a reforma agrária naquele momento havia se tornado uma “questão nacional”. Entretanto, o que se entendia e se propunha como reforma agrária variava muito. Enquanto as organizações camponesas (como as Ligas Camponesas, a ULTAB e o MASTER) entendiam que a reforma agrária deveria ser uma ampla reorganização do espaço agrário, das relações de poder e da propriedade da terra, as organizações patronais estavam mais inclinadas a ver essa pauta como um processo de mudança da base técnica de produção. É o que afirma uma declaração pública da FARSUL de 1961: “O problema não é essencialmente o da propriedade, mas o da terra; não é uma questão de leis, mas de técnicas” (Correio do Povo, 1961 *apud* Bassani, 2009, p.88).

Segundo apontado por Scherer (1972), existiu certa colaboração entre o clero gaúcho ligado à FAG e as lideranças dos grandes proprietários para combater as propostas de reforma agrária de cunho comunista. Nesse sentido, a FARSUL aprovou em Assembléia da categoria em 1961 uma Declaração de Princípios sobre a reforma agrária bastante próxima da posição da Igreja. A Declaração previa: o “respeito ao direito de propriedade privada”; “prioridade no aproveitamento das terras públicas”; “rendimento crescente da produtividade, mediante a adoção de métodos racionais de técnicas modernas, compreendendo, ainda a assistência técnica e financeira”; “valorização do homem pela educação”; “formação de núcleos coloniais, visando resolver a recuperação social e econômica do agricultor sem terra” (FARSUL, 1961, p.4).

Com relação à atuação da FAG na construção do sindicalismo rural, segundo as orientações de Dom Vicente Scherer, os sindicatos deveriam cumprir suas tarefas seguindo as leis estabelecidas pelo Estado, sem suscitar luta de classes que perturbe a “ordem social”:

Far-se-á o possível para que estas organizações profissionais, os sindicatos rurais, [...] preencham plenamente sua finalidade. Realmente, a atividade sindical visa a estabelecer, ou

a conservar e aperfeiçoar, a ordem e o entendimento no setor do trabalho, disciplinando as relações entre patrões e os empregados. O sindicato tutela, portanto, os direitos dos associados, reivindica uma justa participação sua nos fundos do trabalho, dá unidade orgânica à classe trabalhadora e assume a preservação e defesa de seus interesses. [...] Alimenta a chama genuinamente cristã de mais completa justiça (1962/1969, p.75.).

Seguindo estes preceitos católicos, o sindicalismo cristão foi organizado em boa parte dos municípios. A estrutura de sua organização era relativamente simples. A FAG compunha-se de três níveis: um Departamento Estadual coordenador do movimento de sindicalização; os Departamentos Diocesanos coordenadores das ações na Diocese; e os Departamentos Seccionais de atuação nas paróquias (FAG, 1977). A atuação da FAG seguia a lógica de, em um primeiro momento, formar uma seccional na comunidade local, com a filiação dos pequenos agricultores; em seguida, a seccional dava origem a um Sindicato de Pequenos Proprietários, que mais tarde seria reconhecido pelo Ministério do Trabalho como um Sindicato dos Trabalhadores Rurais (Maduro, 1990).

Porém, ao contrário do que se quer fazer crer a versão oficial da história da FAG, não foi em todo estado que ela motivou a formação de sindicatos. Pelo que apontam Marques e Brum (1972), na região de Ijuí a formação do sindicalismo cristão não se deu por intervenção direta da FAG. Mas, teria ocorrido um movimento de organização próprio chamado de Movimento Comunitário de Base iniciado em 1961 e que ocorria paralelo ao processo de formação de centro de estudos sociais e de uma universidade comunitária que seria criada alguns anos depois, a UNIJUÍ. Este Movimento teria organizado *grupos de base* tanto urbanos quanto rurais para discutir os problemas da comunidade e buscar soluções desde as bases. Em 1962 seria iniciada uma parceria com a FAG: “Realizada a fase inicial de organização, entregou-se a Frente Agrária Gaúcha à tarefa de motivar e preparar os agricultores para o associativismo.” (id. p.15). Pelo que indicam estes autores, que foram agentes ativos da criação do Movimento Comunitário de Base, o trabalho de organização sindical na região de Ijuí teve a especificidade de ter certa vida própria (como organização local), sendo a FAG apenas uma parceira na sindicalização e formação dos agricultores. Não se tem informação se este Movimento teve vínculos com outros de nomenclatura semelhante ligada à Igreja no Nordeste, como o Movimento de Educação de Base. Porém, a sua existência já revela que a organização do sindicalismo cristão no RS não foi uma exclusividade da FAG, nem tão pouco que a sindicalização teria ocorrido somente após a decisão da hierarquia católica (dos bispos).

A força do movimento cristão de sindicalização rural teria sido demonstrada nos dias 24 e 25 de julho de 1962 – um ano depois da fundação da FAG em 26 de julho de 1961 – quando foi realizado o I Congresso Estadual dos Trabalhadores Rurais, como um grande ato organizador do sindicalismo com a presença de 450 delegados, representantes de 300 Departamentos Seccionais da FAG. Na seção de encerramento do Congresso foram “entregues as Cartas de Reconhecimentos de 16 sindicatos, agora legalmente reconhecidos pelos órgãos governamentais; outros 170 estavam já organizados e com os pedidos de reconhecimentos encaminhados” (FAG, 1977, p.8-9).⁶⁴

Dando seguimento ao seu processo organizativo, em julho de 1963 foi realizado o II Congresso Estadual dos Trabalhadores Rurais com representantes de 103 municípios e 434 de Departamentos Seccionais da FAG. No mesmo ano, o movimento de sindicalização rural cristão daria um passo decisivo para a formação de um órgão sindical estadual. Em uma

⁶⁴ Entretanto, essa informação de que já no ano de 1962 teriam sido entregues as cartas sindicais de 16 sindicatos organizados pela FAG não bate com o levantamento feito por Maduro (1990) nos arquivos da FETAG-RS. A autora afirma que só foram reconhecidos seis sindicatos no ano de 1962. Já para Casaroto (1977), os sindicatos só começaram a ser reconhecidos em 1963, quando oito sindicatos receberam suas cartas.

reunião de oito sindicatos (Antônio Prado, Caxias do Sul, Farroupilha, Porto Alegre, Santa Rosa, Taquari, Torres e Veranópolis), em 6 de outubro de 1963, foi fundada a Federação dos Pequenos Proprietários e dos Trabalhadores Autônomos do RS. Esta Federação recebeu o reconhecimento do Ministério do Trabalho em 26 de outubro de 1965 como Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul (FETAG-RS) (Maduro, 1990).

Pelo que consta na história oficial, a FAG foi o grande agente formador de sindicatos de trabalhadores rurais no RS. Entre os anos de 1963 e 1974, teria organizado 221 sindicatos. Porém, não foi a única que fez isso. Entre os católicos também contou com a colaboração do Movimento Comunitário de Base na região de Ijuí. De outra parte, o MASTER também organizou sindicatos. A distribuição geográfica e temporal dos sindicatos que a FAG afirma ter organizado pode ser visualizada na Figura 3.

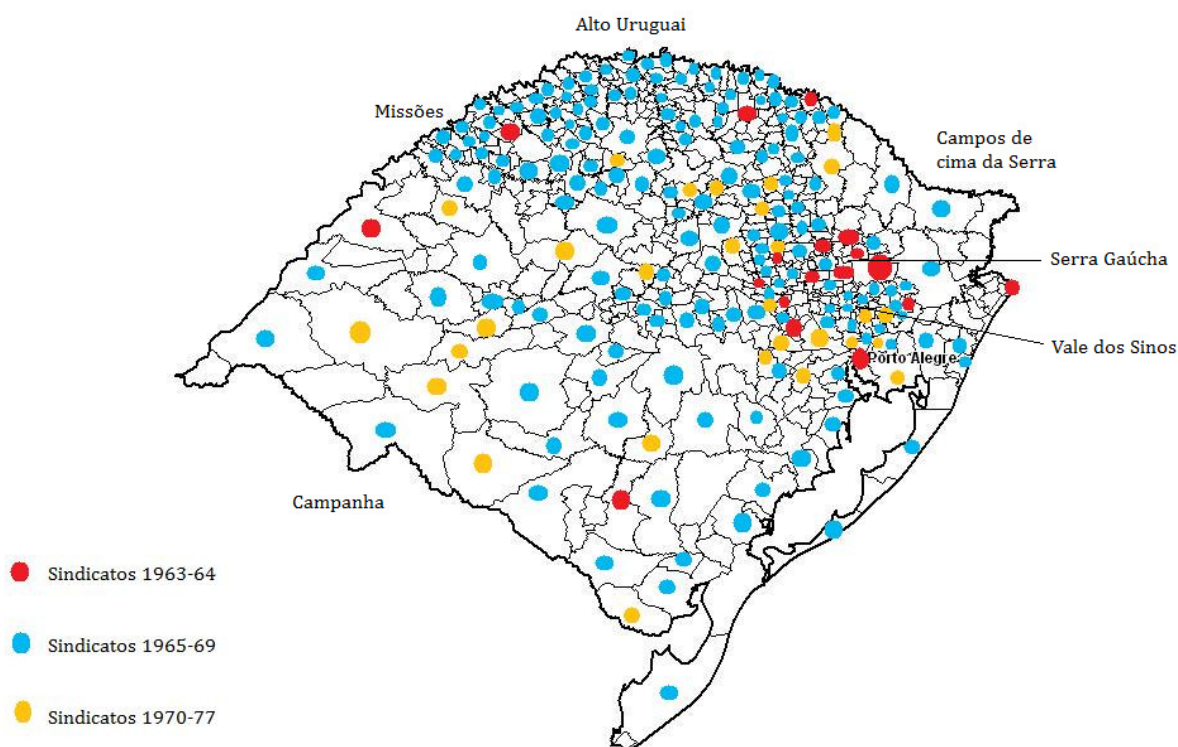


Figura 3: Sindicatos fundados pela FAG no RS entre 1963 e 1977. Fonte: elaboração do autor com base em dados de Casaroto (1977) e Bassani (2009).

Um detalhe que chama atenção é que a grande maioria dos primeiros sindicatos organizados entre 1963-64 (12 entre os 18 existentes) situavam-se nas colônias velhas (Vale dos Sinos e Serra Gaúcha), demonstrando que a ação da Igreja se deu de forma mais rápida nas colônias onde já existia uma estrutura da Igreja mais consolidada. Após o golpe militar, sem contar mais com a concorrência do MASTER, entre 1965-69 a FAG organizou sindicatos na grande maioria dos municípios do estado e, na década de 1970, a sindicalização foi completada em praticamente todo o estado.⁶⁵ Por fim, ainda cabe chamar atenção para o fato de a Figura 3 evidenciar que a maior parte dos sindicatos foi organizada na década de 1960, contrariando leituras acadêmicas (como Coletti, 1998) que afirmam que os STRs foram

⁶⁵ Segundo apontado por Casaroto (1977, p.43) no ano de 1977 apenas um município do RS (Cambará do Sul) ainda não contava com sindicato de trabalhadores rurais.

criados de forma utilitarista para acessar os recursos do FUNRURAL, criado na década seguinte (se voltará a esse tema mais adiante).

2.3 Diversidade social e busca de construção de unidade: como construir identidade de interesses?

Como destacado anteriormente, na origem do sindicalismo no campo foram constituídas duas estruturas independentes de representação dos setores subalternos no campo (MASTER e FAG) que concorriam entre si em um espaço semelhante e por bases sociais que se cruzavam em alguma medida, ao passo que as de grandes proprietários, como a FARSUL, também procuraram manter sob sua influência sobre estes segmentos. Nesta luta concorrencial foram constituídos projetos políticos relativamente distintos: enquanto o MASTER estava mais interessado em reformulações na estrutura agrária e das relações de poderes no campo, além de também pleitear mudanças de ordem técnica na agricultura, a FAG procurou trabalhar a promoção do homem do campo, através da educação, da assistência social e técnica. A reforma agrária não se constituiu em uma questão para a FAG. A FARSUL buscou manter os segmentos subalternos inseridos nos projetos de modernização técnica da agropecuária, sem mexer na estrutura fundiária e nos direitos de propriedade privada.

A concorrência destes atores pela formação do sindicalismo rural deixou suas marcas nos processos de mobilização/formação de identidades. Cabe se questionar: quais foram as identidades mobilizadas ou formadas nestes processos? Qual a natureza das disputas pela representação dos diferentes grupos sociais? E, principalmente, os segmentos dominados do campo chegaram a “sentir uma “identidade de interesses entre si””? (como se refere Thompson, 1987a).

O trabalho de Thompson (1987a, p.12) sobre o “fazer-se” da classe operária inglesa entre 1780 e 1832, destaca que, nesse período, “os trabalhadores ingleses em sua maioria vieram a sentir uma identidade de interesses entre si, e contra seus dirigentes e empregadores.” Essa “nova consciência de classe” dos trabalhadores pode ser vista de dois ângulos:

De um lado, havia uma consciência da identidade de interesses entre os trabalhadores das mais diversas profissões e níveis de realização, encarnada em muitas formas institucionais e expressa, numa escala sem precedentes, no sindicalismo geral de 1830-34. Essa consciência e essas instituições só existiam de forma fragmentária na Inglaterra de 1780.

Por outro lado, havia uma consciência da identidade dos interesses da classe operária, ou “classes produtivas”, enquanto contrários aos de outras classes; dentro dela, vinha amadurecendo a reivindicação de um sistema alternativo. (Thompson, 1987b, p.411).

Inspirado nesse trabalho de Thompson, busca-se lançar um olhar sobre o processo de formação de identidade de interesses entre as diversas categorias subalternas do campo, construídas na relação com os *latifundiários*.

Para tratar dos processos de mobilização/formação de identidades na constituição do sindicalismo no campo no RS cabe, em um primeiro momento, destacar que as categorias sociais que predominavam entre os segmentos subalternos do campo eram a de *colono*, descendente de imigrante e/ou pequeno proprietário; a de *peão* (assalariado rural) que congregava situações diversas de trabalho assalariado permanente, temporário e/ou ainda com remuneração através de gêneros alimentícios; os arrendatários de terras; os posseiros em terras públicas ou privadas; e os *caboclo* que mais do que vinculada a uma forma de trabalho,

era uma categoria de recorte étnico-cultural usada para designar um grupo social miscigenado entre brancos, negros e índios, na relação geralmente com os colonos.

Pelo que se pode perceber, existe certo cruzamento entre elas: os *colonos* normalmente eram pequenos proprietários ou almejavam terras para tornarem-se proprietários e dificilmente eram peões ou posseiros. Enquanto isso, os *caboclos* podiam ser, em alguns casos, pequenos proprietários ou arrendatário, mas pelo que se já se desenvolveu neste trabalho, formavam os segmentos mais marginalizados socialmente, viviam nas áreas mais afastadas, de difícil acesso (montanhosas, fundos de campo, encostas de rios, etc.) e, no mais das vezes, mantinham relações diversas com as grandes propriedades (como peões, posseiros e agregados).

Dentre estas categorias sociais, o sindicalismo da FAG em seu início centrou esforços principalmente na organização dos *colonos* ou dos pequenos proprietários em geral, e em proporções menores nos assalariados e *caboclos*. O MASTER interessou-se inicialmente pela organização dos que podiam se identificar como agricultores sem terra, ou seja, os assalariados, os posseiros, os arrendatários e os colonos sem terra ou com pouca terra. Posteriormente, quando passou a organizar sindicatos, interessou-se por todas as categorias subalternas no campo.

Deste conjunto de categorias a identidade social que unificava mais claramente um grupo com certo passado comum, que compartilha valores, costumes e significados era a de *colono*, tendo em vista a história comum dessa categoria (imigração, formação de colônias agrícolas, religiosidade etc.), a propriedade familiar de pequenas áreas de terra e a estrutura de organização comunitária que formava. A identidade de um grupo social, segundo Rambaud (1984, 217), “é constituída por modificações e por continuidades, criadoras de um ‘nós’ onde se articulam elementos subjetivos e situações objetivas”:

Ela é a acumulação dinâmica e muitas vezes conflituosa de uma *memória coletiva*, de um *projeto social*, de uma *ação*, que se combinam e onde os componentes formam uma totalidade. Esta *exprime uma ideologia, através e práticas e símbolos*. A identidade de um grupo social é constituída pelas relações que ele mantém com sua própria história, com sua coesão ou suas tensões internas, com a sociedade que o reconhece ou cria, às vezes combatendo-o” (Rambaud, 1984, p.217, grifos nosso, ELP).

Mesmo que a FAG reconhecesse que somente a categoria dos colonos constituía essa relativa unidade cultural, esse “nós”, que possuía uma memória coletiva e uma organização comunitária mais sólida que expressava o seu projeto social, era preciso organizar também as outras categorias subalternas do campo caso quisesse ampliar sua base, tendo em vista que estas estavam entrando sob a influência de seu concorrente, o MASTER, que apresentava a bandeira da reforma agrária para as categorias que eram despossuídas de terra. O MASTER procurava através das categorias *agricultor sem terra* ou *camponês* construir uma nova identificação de natureza política para unificar os diversos segmentos sociais que podiam ser mobilizados na luta por terra e na sindicalização. A FAG, por sua vez, se em um primeiro momento, reforçou sua presença nas principais áreas de colonos, consolidando a sua influência entre esta categoria, em um segundo momento, partiu para a disputa das outras categorias sociais. Para isso, passou a trabalhar com as categorias *pequenos proprietários* ou *trabalhadores autônomos* (sejam eles colonos ou caboclos) e *trabalhadores não-autônomos* (para os assalariados em geral).

Com este quadro complexo, para os atores construírem novas categorias de identificação foi preciso um trabalho político de gestação de novas identidades entre grupos distintos que não possuíam uma memória coletiva, um projeto social e ações em comum. Um

trabalho de criação de afinidades como classe subalterna no campo que, longe de ter alcançado resultados favoráveis nos primeiros tempos, causou conflitos entre as diferentes categorias, estranhamentos e disputas político-ideológicas e culturais.

Em regiões onde ocorreram disputas entre os atores por bases sociais foram criadas algumas oposições e contrastes (Cardoso de Oliveira, 2006) entre as categorias sociais que se alinhavam com uma organização frente aos que se alinhavam com a outra⁶⁶. Autores como Colognese (1991) e Tedesco e Carini (2007), ao analisarem a atuação do MASTER e da FAG nas regiões de Santa Rosa e Sarandi/Nonoai (respectivamente Noroeste e Alto Uruguai), destacam isso principalmente entre *colonos* e *caboclos*. A natureza dessas disputas traz à tona rivalidades históricas entre estas categorias, ao passo que também fica evidente que nem todos os *colonos* estavam alinhados com a FAG, o que pode evidenciar que a construção de uma identidade de interesses no campo não se constituía pelo recorte étnico, mas pelos projetos políticos que estavam em disputa e pela visualização de aliados e adversários na luta política.

O trabalho de Colognese (1991) dá uma ideia de quem eram e como atuavam os diferentes agentes mediadores que estavam a serviço das organizações de representação na região de Santa Rosa. Os principais agentes que atuavam na formação de células de base do MASTER, as chamadas associações de agricultores sem terras, eram sargentos do Exército, médicos, farmacêuticos, o dono do hospital de Horizontina (declarado abertamente comunista) e alguns imigrantes poloneses e russos “que já conheciam o sindicalismo em seus países de origem” (Colognese, 1991, p.58-61). A base principal das associações na região de Santa Rosa teriam sido os *caboclos*, ou seja, “os não descendentes de imigrantes e em geral os não proprietários” (p.68) e alguns imigrantes de etnias minoritárias, como poloneses e russos que não faziam parte da estrutura comunitária formada pelos outros imigrantes ou eram discriminados nela. Em suma, teve por base privilegiada os setores excluídos da posse de terras e marginalizados social e culturalmente na sociedade local.⁶⁷

Neste mesmo espaço social, atuavam desde a implantação das colônias (final do século XIX e início do XX) mediadores ligados à Igreja Católica (e à Luterana entre os alemães), mantendo forte influência política e ideológica sobre os colonos. A partir do início dos anos de 1960, alguns agentes ligados às Igrejas passaram a estimular a formação de sindicatos na região. Segundo Colognese (1991, p.63), os principais agentes motivadores da formação de sindicatos foram “os padres vigários, os ‘professores paroquiais’, os ‘bolicheiros’ [comerciantes locais], presidentes das comunidades e militantes da FAG estadual”. A base principal dos sindicatos formados pela FAG, então, foram as comunidades rurais. A partir dessas comunidades estruturam-se os núcleos de base do sindicalismo cristão nascente: “as FAGs municipais correspondiam a organização em paróquias e, no interior destas, os sub-núcleos da FAG correspondiam as próprias comunidades de capelas, no interior dos municípios” (id. p.76).

⁶⁶ Segundo Cardoso de Oliveira (2006), os processos de mobilização de identidades não podem se dar sem relações de oposições ou de contrastes entre indivíduos ou grupos sociais. Contrastes que na identificação de um “nós” em oposição a “outros” tornam possível se delimitar fronteiras de pertencimento e não-pertencimento aos grupos sociais, assim como, uma história particular, características e valores típicos de um grupo, ideologias e formas de se relacionar com outros grupos.

⁶⁷ Em relação aos imigrantes poloneses e russos, vale ressaltar que estes não foram muito bem aceitos na sociedade rio-grandense (como teria sido os alemães e italianos) e entre os demais imigrantes. Essa relativa rejeição se deveria ao fato de terem chegado depois dos primeiros imigrantes alemães e italianos, por serem minoritários e por rivalidade históricas trazidas de Europa. Alguns trabalhos sobre os imigrantes poloneses no RS afirmam que estes foram vítimas de preconceito das autoridades e dos outros imigrantes que afirmavam que eles não sabiam “trabalhar a terra” e os comparavam aos “caboclos” ou com os “negros”. Para maiores detalhes ver Gritti (2004).

A partir destas iniciativas de estruturação de organizações e a partir de públicos relativamente distintos constituiu-se na região de Santa Rosa um “campo político” (Bourdieu, 2005) de disputa pelo formato do sindicalismo rural, pelo público a ser representado e pelas pautas políticas. Colognese (1991) aponta que devido ao fato de o segmento social dos colonos estar mais estabelecido (ter terra e uma estrutura comunitária), ter apoio das autoridades municipais e a influência da Igreja ser consolidada político-ideologicamente, o sindicalismo da FAG assumiu uma postura dominante (hegemônica) na medida em que procurou desqualificar as organizações do MASTER, seu projeto político e os seus integrantes. Frente a esta situação, os *caboclos* e as associações de agricultores sem terra assumiam uma postura de desafiadores dessa condição. As posições sociais e os capitais mobilizados pelas lideranças de cada organização neste campo foram distintos: se de um lado, o perfil do dirigente dos sindicatos da FAG foi buscado na figura de um conselheiro para a comunidade; escolhido entre os homens de melhor conceito, prestigiado, religioso, respeitado e honrado, “um homem que se pode consultar pra dar conselho, sobre as dificuldades da vida” (id. p.71). De outro lado, o perfil do dirigente das “associações de sem terra” era apontado como “militante”, “comunista”, “agitador”. Como estas últimas apareciam como organizações desafiadoras da ordem e tinham menor enraizamento na sociedade local, os dirigentes que assumiam funções principais eram externos à categoria (os sargentos, o “dono do hospital” comunista e as lideranças estaduais do MASTER).

Mesmo com essa disparidade de força e capitais que podiam ser mobilizados em favor da FAG e dos *colonos*, um temor causava apreensão entre estes, pois todos reconheciam que antes da colonização os *caboclos* já ocupavam as terras, mesmo que de forma precária, portanto, tinham sido prejudicados com a colonização. Nessa lógica, a construção de organizações políticas por *caboclos* em favor da reforma agrária e da justiça no campo seria uma forma de “garantir novamente o seu acesso à terra, ou seja, seus ‘direitos’” (Colognese, 1991, p.67). Da mesma forma, os colonos podiam argumentar que haviam comprado as terras do governo. Tratava-se de um conflito subjetivo sobre legitimidades.

O depoimento de um dirigente sindical da época colhido por Colognese é revelador do modo como os sindicalistas cristãos viam e procuravam desqualificar os indivíduos que se organizavam nas associações de sem terra:

Era pessoal geralmente da raça assim lusa, não era estrangeiro. Nem muito de origem assim. Era mais aquele pessoal que já estava, por exemplo, antes de vir a imigração; tinha por exemplo as terrinhas deles, que eles tavam plantando por aí, a maioria era desses aí. Alguns polonês tava junto. Mas a maioria era dessa gente aí. *Não eram os que vieram das colônias velhas* (Colognese, 1991, p.68). (grifos nosso, ELP).

Esse depoimento aponta para elementos interessantes sobre a forma como eram vistos os não-colonos e para as oposições geradas em nível local. Os *de origem*, os *colonos* eram da FAG, enquanto os outros eram do MASTER. Aponta também para uma possível continuidade ou unidade cultural entre os *colonos*, uma ligação com as colônias velhas, ao remeter um qualificativo para essa origem e afirmar que os outros não vieram das colônias velhas, eram de outras origens. Dessas concepções deriva a ideia de que os *colonos* seriam melhores trabalhadores, mais afeitos a adotar tecnologias modernas e fazerem evoluir os municípios.

Diante desta distribuição social de forças, o sindicalismo da FAG teria sido apoiado pelas autoridades municipais (prefeito, vereadores, juizes, padres etc.), seja no empréstimo de salas para realizar reuniões, seja no apoio político dado à formação da organização sindical. Situação que contrastava com a das associações de agricultores sem terra que, em geral, foram desaconselhadas ou mesmo condenadas e combatidas pelas autoridades municipais

(principalmente quando foram realizadas ocupações e acampamentos na região). Essa diferença de relação das autoridades em relação a estas organizações é reveladora de como elas eram vistas no nível local. Se os sindicatos da FAG além de terem o apoio da Igreja, recebia apoio das prefeituras, era por que buscava centralmente o aprimoramento do nível de vida e da agricultura dos *colonos*, aprimoramento que se dava através da educação, da modernização dos cultivos, melhores preços, previdência social para o campo. Estas pautas não causavam conflitos nos municípios de predomínio de pequenas e médias propriedades. Por outro lado, a pauta da reforma agrária, central para as associações de sem terra, causava apreensão e conflitos mesmo nestes locais, devido aos temores que se disseminavam de que era uma bandeira comunista⁶⁸, que iria estatizar as terras, que iria tirar as terras mesmo dos pequenos proprietários (temor, em grande medida, disseminado pela Igreja).

Colognese destaca a construção de oposição e até mesmo de um campo político de disputa entre colonos alemães e italianos que eram articulados pela FAG e caboclos, poloneses e outros que seriam alinhados ao MASTER. Nessas disputas teria se formado o sindicalismo na região de Santa Rosa. O autor não se questiona se havia alguma identidade de interesses entre estas diferentes categorias frente aos *latifundiários* ou as associações rurais da FARSUL, tendo em vista que as duas variantes do sindicalismo que estavam sendo construídas surgiam para representar segmentos subordinados no campo. Mas, pelo que sua argumentação deixa transparecer, existia uma clara oposição entre as associações do MASTER e os latifundiários, tendo em vista que a luta daquelas era pela distribuição de terras que estes concentravam. Por sua vez, entre os sindicatos da FAG e as associações rurais existia uma disputa pelas bases, tendo em vista que os sindicatos surgiam em muitos locais onde já existiam associações da FARSUL. Entre as categorias que eram articuladas pelo MASTER e pela FAG, Colognese não vê nenhuma identidade de interesses, o que parece um equívoco, tendo em vista que as propostas de promoção do homem do campo por meio da assistência social, da modernização técnica da agricultura e da educação rural poderiam atrair senão a totalidade pelo menos boa parte dos segmentos subalternos do campo. Da mesma forma, a bandeira da reforma agrária (mesmo com algumas restrições quanto proposta de reforma agrária radical de reorganização do espaço rural) poderia atrair vários segmentos que almejavam acesso à terra. O que parece ter existido na região de Santa Rosa, assim como em outras regiões do RS, foi uma disputa entre atores pela definição de como seria o sindicalismo dos grupos subordinados do campo, o seu projeto político e qual os segmentos prioritários a serem organizados, mas não uma disputa estrita entre categorias sociais (entre *colonos* e *caboclos*), como quer fazer crer Colognese.

Essa construção de oposições políticas também ocorreu em outras regiões de forte atuação do MASTER, como na região de Nonoai e Sarandi. Os *caboclos* (ou *pêlo-duro*, como eram chamados) também eram desprezados nessa região e muitos viviam e trabalhavam em situações precárias, como posseiros, agregados, arrendatários em terras particulares ou públicas (infiltrados em reservas indígenas). Entretanto, em Nonoai, ao contrário do que ocorreu na região de Santa Rosa, a luta por terra contou com apoio e dedicação pessoal do prefeito Jair Calixto e os *caboclos* do município encontraram nele um aliado. Segundo depoimentos de pessoas que vivenciaram as lutas, colhidos por Tedesco e Carini (2007), o prefeito, ainda antes da formação do MASTER, já teria dado preferência ao *caboclo* frente a imigrantes que pretendiam se instalar no município, mesmo diante da concepção corrente de

⁶⁸ Segundo Colognese (1991, p.79), as associações de agricultores sem terra eram relacionadas na região de Santa Rosa ao “comunismo”, ao “perigo vermelho”. Leia-se “comunismo” como “associado a coisas deploráveis como a ‘tomada de propriedades pelo Estado’, ‘fechamento das Igrejas’, ‘roubo de crianças’, ‘violação de mulheres’ etc.”

que os estrangeiros seriam mais afeitos ao trabalho e poderiam trazer mais progresso ao município. É o que aponta um depoimento:

Eu me recordo que logo que ele [Calixto] foi eleito prefeito, era pra vir aqui para Nonoai uns imigrantes japoneses e outros, não lembro se era da Alemanha ou da Holanda. Quando chegaram aqui a procura de terra, ele disse: “Não, a nossa terra aqui é para o nosso caboclo. Estrangeiro não ganha terra”. Nem vender não deixou. Aí saíram daqui, uma parte desta gente foi pra Não-Me-Toque. Eles compraram as terras por lá e daí uns tempos já começou a aparecer os resultados, por que eles tinham técnica. Enquanto o nosso daqui, o nosso caboclo “pêlo-duro”, não. Mas o Calixto sempre dava apoio ao caboclo, ao “homem da terra” [...] (Tedesco e Carini, 2007, p.85-66).

Essa diferença no tratamento evidencia que mesmo entre os que se declaravam favoráveis aos *caboclos* eram levados a reconhecer que os *colonos* eram uma aposta no progresso do município, porque os tinham técnica, enquanto o *caboclo pêlo-duro*, não. Entretanto, mesmo com essa concepção corrente, alguns prefeitos mantinham convicção em apoiar os homens da terra. Esse parece ser o caso do prefeito Calixto, que teria liderado a formação de três acampamentos na região (Sarandi, Nonoai e Iraí).

Há que se frisar que as preocupações de Calixto não se referiam exclusivamente aos *caboclos*, mas poderiam ser estendidas aos necessitados de terra do município e da região, incluindo aí *colonos* em dificuldades. É o que escreveu na época em livro paroquial, com preocupação, o padre local Miguel de Colk:

Logo depois da minha volta ao retiro do clero em Passo Fundo, ouvi dizer que poucos dias depois iria começar um incomodo muito grande pra mim, sem me dizerem o que era. De fato, poucos dias depois, numa casa, por cima do hospital li numa faixa: “*Liga Camponesa Nonoaiense – Colono lute para receber terra*”. A propaganda, dirigida pelo prefeito municipal, começou. Logo *começou a aparecer “a negada”* para se inscrever. Mais tarde *chegou também gente, sempre considerada como “gente boa”*. Foram avisados para vir tal dia (para marcar mais tarde) com machados, foices, serrotes e “bem armados” (Livro tombo, janeiro 1962, *apud* Tedesco e Carini, 2007, p.86, grifos nossos, ELP).

Este trecho registrado pelo padre evidencia, uma vez mais, a forma negativa como eram concebidos os *caboclos*. Por outro lado, esse registro mostra que não eram só os *caboclos* que estavam dispostos a lutar por terra, mas que “gente, sempre considerada como ‘gente boa’” – ao que tudo indica o padre referia-se dessa forma aos *colonos* que tinham necessidade de terras – também se inscreveram para participar da ação de luta por terra (tratava-se da formação do acampamento do Capão da Cascavel em Sarandi, janeiro de 1962).

A reforma agrária atraía apenas os segmentos que tinham necessidade ou interesse de obter terras. Os demais não se sentiam atraídos por semelhante proposta e ainda por cima em alguns casos essa pauta lhes causava temores, como aponta Romeu Barleze (líder do MASTER e funcionário do IGRA):

Daí surgia no meio camponês e nas pequenas cidades, como em Constantina e Colorado, a história de que os agricultores que viviam aí iam ser desapropriados para que viessem outros agricultores. Ou seja, um agricultor que tivesse 50 hectares ou dois módulos rurais seria prejudicado em um para vir agricultores de outras áreas (Seminário Memória Camponesa RS, 2007).

Diante de oposições desse tipo, o MASTER enfrentou dificuldades de entrar em alguns segmentos de pequenos proprietários, principalmente os *colonos* de comunidades mais ligadas à Igreja (como Constantina e Colorado, próximas a Sarandi e Nonoai).

Um caso interessante para se comparar os processos de formação de identidades de interesses no RS é o de construção da identidade de camponês no estado da Paraíba nesse mesmo período. No caso da Paraíba, onde a atuação do PCB e das Ligas Camponesas teve forte expressão, Novaes (1997) aponta que a partir da década de 1940, com a criação de associações de lavradores e trabalhadores agrícolas que dariam origem às Ligas, se construiu a identidade política de *camponês* em contraste com *latifúndio*. Somente após a construção destas organizações e identidade política é que os camponeses romperam com o seu próprio passado de sujeição, “perderam o medo” do patrão e/ou dos coronéis locais e entraram no cenário político. Na Paraíba para que os lavradores e trabalhadores agrícolas entrassem na cena política e constituíssem uma identidade política que agregava segmentos variados do campo (morador de condição, foreiros, assalariado, lavradores, etc.) em torno das bandeiras do fim do cambão, dos direitos trabalhistas e da reforma agrária, foi necessário a intervenção de mediadores externos (PCB, Ligas) para criar uma identidade de interesses. No RS, da mesma forma, existiam várias categorias sociais, como colono, caboclo, peão, parceiro, arrendatário, posseiro etc. com situações diversas de vida, de trabalho e de acesso à terra; não existia identidade de interesses espontânea entre elas, era preciso construí-la.

Como aponta Novaes, a identidade de camponês na Paraíba não surgiu de semelhanças ou homogeneidades sociais pré-existentes, mas de diferentes categorias que mantinham diversas relações de trabalho e de acesso à terra. Foi uma identidade forjada e essencialmente política:

a matéria prima para a construção da identidade política camponesa não foi buscada apenas nas semelhanças ou homogeneidades de relações de trabalho ou de situação de trabalho em relação à terra. Neste nível esta identidade engloba a diferença, comporta a inclusão de diferentes categorias de trabalhadores do campo. Também não podemos dizer que a matéria prima para a construção dessa identidade possa ser encontrada nos valores culturais pré-existentes, pois não se trata de buscar uma “comunidade de valores” partilhada e prévia, pronta para fazer manifestar o *ethos* camponês. Tal como pudemos observar, não havia um ponto de partida unificador, a identidade se construiu num processo, se construiu a partir de relações entre categorias sociais (Novaes, 1997, p.54-55).

No RS nesse período não chegou a ocorrer um fenômeno semelhante de formação de uma identidade política unificadora. O processo foi mais contraditório. Como existiam atores competindo pela estrutura do sindicalismo em gestação, por projetos políticos e pela bandeiras que poderiam identificar o maior número possível de categorias subalternas do campo, foram criadas pelo menos duas vias de identificação: uma que procurou seguir um caminho semelhante ao que ocorreu na Paraíba com a formação da identidade política de *agricultor sem terra* ou *camponês* em contraste com o *latifúndio*; e outra centrada no aprimoramento do homem do campo tendo o *pequeno proprietário* ou o *trabalhador autônomo* como categorias de identificação.

Como foi o sindicalismo criado pela FAG que foi reconhecido e pode continuar existindo após o golpe civil-militar, as categorias de identificação usadas por este sindicalismo passaram a ser amplamente disseminadas e legitimadas perante os grupos subalternos do campo. Além do mais, as categorias agricultores sem terra e camponês passaram a ser uma linguagem proibida e perseguida, pois traziam a tona construções políticas consideradas subversivas pelo regime vigente. Com a estruturação efetiva do sistema sindical da CONTAG em nível nacional a categoria que passou a ser usada foi a de *trabalhador rural*, como categoria reconhecida legalmente, como genérica de todas as situações de trabalho no meio rural. Essa categoria aos poucos passou a unificar o sindicalismo brasileiro.

2.4 Consolidação da FETAG no processo de modernização da agricultura e de disputas pelo enquadramento sindical e pelos serviços assistenciais

Com o advento do regime militar, os atores sociais críticos da estrutura agrária ou da ordem política foram reprimidos e desmobilizados e muitos sindicatos passaram por processo de intervenção. No entanto, esse não foi o fim da CONTAG, das suas federações estaduais e dos sindicatos locais. Como vários sindicatos oriundos da ação da Igreja Católica haviam sido relativamente poupados do processo de intervenção (Palmeira, 1985), foi possível reconstituir, a partir dessa matriz, uma rede sindical, que se consolidou no final dos anos de 1960 e durante os anos 1970, em grande medida a partir da ação da CONTAG:

o principal investimento desta entidade foi no sentido de articular um conjunto de sindicatos, então dispersos e atomizados, através de concepções comuns, cuja matriz era a demanda por direitos trabalhistas e por reforma agrária, previstos através da legislação (Estatuto do Trabalhador Rural de 1963 e Estatuto da Terra de 1964), mas não efetivados no cotidiano dos trabalhadores (Medeiros, 2001, p.104).

A FETAG-RS seguiu essa regra, com algumas características que lhe são próprias. Em seus primeiros anos dependia fortemente da sua organização criadora, a FAG/Igreja Católica. Tanto é que a sua primeira sede localizava-se em uma sala cedida pela Cúria Metropolitana em Porto Alegre (fato semelhante ao ocorrido em outros estados). Aliada a essa dependência estrutural, a influência política e ideológica da FAG/Igreja foi visceral na estruturação da malha sindical no estado. Alguns autores, como Bressan (1978), Maduro (1990) e Bassani (2007), chegam a apontar que estas duas organizações se confundiam em seus primeiros anos.

Contudo, com o reconhecimento da Federação pelo Estado (1965), passou a ocorrer certa divisão de tarefas entre a FAG e a FETAG. A partir do momento em que se iniciou o recolhimento do imposto sindical, a Federação pode alugar uma sede própria, liberar alguns membros da diretoria para as atividades sindicais e contratar funcionários. A FAG passou a tratar fundamentalmente do auxílio à fundação e reconhecimento de novos sindicatos e, a partir de 1968, a investir na educação rural e nos cursos de formação sindical.

No ano de 1966 ocorreram as primeiras eleições para definir a diretoria da FETAG. Apesar de existirem 106 sindicatos reconhecidos oficialmente no estado em 1966, só participaram 30 da eleição da diretoria da FETAG, aqueles estavam com as contribuições em dia com a Federação. Contou-se com chapa única encabeçada por José Ary Griebler⁶⁹, liderança católica que já era seu Presidente Provisório desde a fundação. Em 1968, na segunda eleição da diretoria, compareceram 35 sindicatos (Maduro, 1990).

Os motivos desta baixa participação de sindicatos nas eleições de diretoria podem estar relacionados ao fato destes ainda serem instrumentos pouco consolidados nesse período inicial do sindicalismo. Corrobora com essa hipótese o fato de que vários sindicatos, mesmo depois de reconhecidos, teriam se desarticulado e precisaram de novo acompanhamento dos assessores da FAG/FETAG para se reorganizarem (Maduro, 1990). Outro fator que pode explicar esse pouco interesse pelo sindicalismo nessa época pode estar relacionado à

⁶⁹ Segundo Maduro (1990, p.120-121), José Ary Griebler, nasceu em Bom Princípio, região colonial alemã, próximo a Porto Alegre. Filho de colonos, “foi membro da Juventude Agrária Católica e nessa condição participou da fundação da FAG, em 1961, integrando a sua diretoria. Quando da fundação da FETAG, em 1963, foi escolhido Presidente, sendo confirmado no cargo na primeira eleição da entidade, em 1966. Em 1968, passou a integrar, como Secretario Geral, a diretoria da CONTAG, mantendo na FETAG o cargo de Primeiro Secretário.”

centralização das decisões e a pouca vinculação da cúpula da FAG/FETAG com os sindicatos locais, como aponta o depoimento de Ezídio Pinheiro⁷⁰:

Os primeiros congressos, a gente tem que dizer não adianta, tu vinha aqui, eu me lembro em 69 eu participei de um congresso aqui, era aquele negócio que vinha a discussão com o resultado feito, tinha até ata de reunião pronta. Quem estava na mesa era aquela cúpula que apresentava aquelas reivindicações, suínos, leite, crédito fundiário, para não falar em reforma agrária. Já eram coisas que nasciam aqui dentro e morriam aqui (Entrevista ao autor, 2010).

Como existia certo distanciamento entre a cúpula e os sindicatos locais, supõe-se que as decisões sobre formação das primeiras diretorias da FETAG ficassem restritas aos religiosos dirigentes da FAG, lideranças católicas e sindicatos mais próximos do seu trabalho.

Dentre as maiores realizações do sindicalismo no RS nesse período, destacam-se a organização de sete Congressos Estaduais de Trabalhadores Rurais, realizados nos seguintes anos: 1962, 1963, 1965, 1969, 1971, 1973 e 1976 (os três primeiros constituídos somente pela FAG e os demais em conjunto com a FETAG). Estes Congressos, além de terem sido os momentos em que o sindicalismo tomava as decisões sobre suas pautas de reivindicação, seus projetos políticos e suas ações, também eram ocasiões em que era dada maior visibilidade política para a categoria dos trabalhadores rurais e ocorria a articulação política com as autoridades (existem registros da presença de prefeitos, deputados, governadores, ministros e até mesmo de dois presidentes da República, Médici e Geisel).

Ao final de cada Congresso era aprovado um texto chamado Carta de Reivindicações e de Ações que deveria embasar a ação da Federação e dos sindicatos no período seguinte. Nestas Cartas eram destacadas reivindicações e sugestões principalmente nas seguintes temáticas: reforma agrária e crédito fundiário, enquadramento sindical e legislação trabalhista, educação rural, previdência social, política agrícola, cooperativismo e sindicalismo. Este conjunto de temas é muito semelhante aos temas tratados no II Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais organizado pela CONTAG em 1973, mostrando que existia um esforço da CONTAG para unificar as pautas do sindicalismo nos estados.

No que se refere à temática da reforma agrária, mesmo que as Cartas dos Congressos dêem indicações da preocupação da Federação com a temática (principalmente no que se refere ao cumprimento da função social da propriedade prevista no Estatuto da Terra), não se visualizam muitas conseqüências práticas nas ações do sindicalismo. Neste aspecto, segue uma tendência nacional de recorrer aos caminhos legais, fazer denúncias da não aplicação da legislação agrária e reivindicar a sua efetivação (cf. II Congresso da CONTAG, 1973, p.123-4). Além do mais, como a base do sindicalismo no RS era formada fundamentalmente de pequenos proprietários, a pauta da reforma agrária não encontrava muitos interlocutores. Normalmente era entendida mais como uma política de colonização para as novas gerações de agricultores que tinham dificuldade de conseguir terras. Também era associada a estas reivindicações/sugestões aos poderes públicos a melhoria da política de crédito fundiário para que os agricultores minifundiários ou sem terra pudessem adquirir terras não somente no Mato Grosso e na Amazônia (o que era incentivado pelo governo federal naquele período), mas também no próprio estado (FETAG/FAG, 1973).

⁷⁰ Ezídio Pinheiro iniciou sua atuação sindical no final dos anos de 1960, foi presidente do STR de Frederico Westphalen, vice-presidente da FETAG em 1980-82, três vezes presidente da FETAG em 1983-86, 1989-94 e 2003-2007 e vice-presidente da CONTAG em 1986-89.

2.4.1 O sindicalismo no processo de modernização da agricultura

As ações de apoio à modernização tecnológica da agricultura estiveram entre as principais áreas de atuação do sindicalismo da FETAG nas décadas de 1960 e 70. As ações da Federação vão desde o apoio à publicação de materiais de divulgação de técnicas e máquinas modernas (principalmente através da Revista Rural 'O Tatu', editada pela Empresa Sul em Revista em parceria com a FETAG), debates e deliberações de congressos, ações de educação rural visando qualificar agricultores e seus filhos, realizações de encontros estaduais de produtores de determinadas culturas (como as Conferências Estaduais da Soja), até a contratação de técnicos agrícolas para trabalhar na assistência direta aos agricultores.

No V Congresso da FETAG/FAG de 1971 o tema da educação rural recebeu um destaque especial. Foi convidado para apresentar uma tese sobre o tema o professor Irmão Roque Maria da Pontifícia Universidade Católica do RS (PUC-RS). No texto que o professor apresentou ao Congresso a educação rural é vista como uma forma de despertar o homem do campo para que torne a terra mais produtiva e para que se tornasse um ser humano mais ativo. Nesse sentido, eram feitas algumas sugestões aos agricultores e ao sindicalismo: que o colono mandasse todos seus filhos à escola; escutasse os programas de rádio organizados pelos sindicatos; lesse e comentasse com a família algum jornal ou revista de artigos referentes ao rural; freqüentasse os seminários de promoção rural que ocorressem próximo à sua casa; e, “a mais importante”, que o sindicato contratasse um técnico rural (agrônomo, veterinário, zootecnista ou técnico agrícola), que ficasse a seu serviço:

O técnico ORIENTA TODOS os agricultores sistematicamente. Reúne-se por zonas, distritos, linhas, picadas. Trata com eles de problemas locais, um por um. Por exemplo. Trata-se de zona tritícola. O técnico reestuda tudo o que se refere ao trigo com todas as novidades modernas. Expõe tudo isso aos seus agricultores. Dialoga com eles. Ensina-os TODAS as novas técnicas concernentes ao trigo, sobre solos, adubação, curvas de nível, plantio, colheita, conservação das sementes, estocamento do produto, comercialização etc. etc. (Irmão Roque Maria *in*: FETAG/FAG, 1971, p.22, destaque no original).

Estas sugestões foram apoiadas e incorporadas na Carta de Reivindicações e Ações aprovadas pelo Congresso, fazendo ainda a indicação de três proposições: criação imediata, pelos poderes públicos, de escolas rurais extensivas a toda a população rural; criação de escolas especializadas regionais, através do Plano de Educação da FETAG/FAG; contratação de técnicos agrícolas em colaboração entre os poderes públicos, sindicatos e cooperativas.

No mesmo Congresso, seguindo estas propostas, foi aprovada a criação de um Fundo de Educação Rural para custear as iniciativas de educação rural (iniciadas pela FAG com uma experiência pioneira em Bom Princípio desde 1968). Tratava-se das iniciativas de formação dos Institutos de Educação Rural para os rapazes que “desejassem continuar suas atividades rurícolas aplicando melhores métodos no aproveitamento da terra” e das Escolas de Educação Familiar “para treinamento das jovens agricultoras e capacitá-las para as lidas domésticas” (FETAG/FAG, 1971, p.29).

Os Institutos de Educação Rural tinham por objetivo declarado formar lideranças rurais e “agricultores racionais”. Foram criados em seis regiões do RS (com sedes em Bom Princípio, Tapera, Nova Prata, Encantado, Santo Cristo, Frederico Westphalen), tendo formado cerca de 1.300 jovens entre 1968 a 1977. Constituíam turmas com jovens de 25 a 30 anos que efetivaram seus estudos em torno de 10 meses. Os cursos eram realizados na forma de internato, um mês na escola e um mês em casa para aplicar na propriedade familiar os ensinamentos recebidos. No programa desenvolvido constavam disciplinas de português, matemática, geografia, história, educação moral e cívica, cooperativismo, sindicalismo,

higiene, saúde, agricultura, pecuária, eletricidade, instalações hidráulicas e construções rurais. Já nas Escolas de Educação Familiar, a FAG tratava da educação das filhas de agricultores: “A juventude feminina do meio rural mereceu uma atenção mais acentuada por parte da FAG por razões diversas e plausíveis. Elas serão as rainhas do lar dentro do qual as crianças receberão a educação que ninguém poderá dar, a não ser as mães” (Casaroto, 1977, p.66). As turmas eram constituídas de 20 jovens e a duração do curso era de 360 horas aula, com disciplinas como: preparação para o casamento e maternidade, saúde e higiene, corte e costura, arte culinária, jardinagem e horticultura. Os objetivos do curso eram voltados para a preparação da mulher enquanto mãe e dona-de-casa, mas também se previa a formação de líderes. Foram formadas 3.464 jovens nessas escolas (Casaroto, 1977; Dalla Nora, 2003).

No que se refere ao trabalho de assistência técnica direta ao agricultor, em 1972 a Federação estabeleceu um convênio com a Secretaria de Agricultura do estado para contratação de 104 técnicos agrícolas visando “atender especialmente aos municípios que não possuíam extensão rural” (FETAG-RS, 2003a, p.33). Segundo Maduro (1990), foram 53 sindicatos atendidos. Segundo relata o ex-presidente da FETAG, Ezídio Pinheiro, teriam sido mais de 100 sindicatos atendidos (mais da metade dos sindicatos existentes no período). Pelo que consta nos documentos da Federação, a atuação destes técnicos foi coordenada por seu Departamento Técnico, criado em 1974, em colaboração com a Secretaria da Agricultura e com a ASCAR.

A formação de convênios com órgãos do Estado para contratar técnicos agrícolas também foi estimulada pela CONTAG durante a realização do II Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais de 1973. Nas Conclusões do Congresso pode-se ler: “Sugere-se que através da Secretaria da Agricultura, ACAR, ABCAR e outros órgãos, seja aproveitado e ampliado o quadro de técnicos na orientação de práticas agrícolas desde o início do preparo do solo até a colheita do produto, atendendo às necessidades dos Municípios.” (CONTAG, 1973, p.112). Mais do que o estabelecimento de convênios para que os agricultores tivessem assistências técnica, o sindicalismo em nível nacional objetivava que os técnicos agrícolas fossem colocados à disposição dos sindicatos “visando maior *difusão de práticas agrícolas*”. (id., grifos meus, ELP).

A ação dos técnicos agrícolas seguia a lógica de modernizar os cultivos e as criações, procurando racionalizar cada vez mais as formas de produzir e viver dos agricultores, rompendo seus laços com as formas mais tradicionais. Em um documento produzido pelo I Congresso de Técnicos Agrícolas do RS de 1978, são apresentadas as “barreiras” que precisavam ser removidas para que a ação dos técnicos fosse mais eficaz: “a mentalidade fechada dos agricultores” e as dificuldades destes para “se aproximarem das instituições financeiras” e obter crédito para uso de novas tecnologias e máquinas. Ao que pesem estas dificuldades, levantavam como sugestão:

Incentivar a atualização constante do agricultor através de programas de rádio, revistas e folhetos. Aqui sugerimos a Revista Rural “O Tatu”, que entre as outras toca mais de perto aos problemas agropecuários e à sensibilidade do homem rural (FETAG-RS, 1978a, p.6).

Esta orientação para a promoção de mudanças na mentalidade dos agricultores, fundamentalmente mudanças de caráter técnico, não foram estimuladas somente pelo sindicalismo, mas foram orientações trabalhadas pelas políticas maiores de estímulo estatal da agropecuária nacional, levadas a cabo pelos serviços de assistência técnica e extensão rural e pelas políticas de crédito rural.

Foi na década de 1970 que ocorrem “as mais profundas transformações no meio rural brasileiro, estimuladas e conjugadas a um largo espectro de modificações por que passa a

estrutura econômica” (Gonçalves Neto, 1997, p.141). Dentre estas transformações destacam-se: o rápido processo de urbanização que transformou o país de rural em urbano; o crescimento acentuado do comércio exterior; a alteração da base técnica da produção rural, com ampla absorção de capital; e a definição de um sistema nacional de crédito rural, que motiva e sustenta o processo de modernização do setor agrário (id.). Como resultado deste processo ocorreu, de um lado, a “transformação da base técnica em boa parte do setor agrário, no que se convencionou chamar de *modernização desigual*” (id.,p.224-225, grifos no original). Desigual porque privilegiou os grandes proprietários de terras; as culturas voltadas para o mercado externo; as regiões mais desenvolvidas do Centro-Sul; e atingiu apenas uma parcela de agricultores que tiveram crédito subsidiado (em torno de 20 a 25 %). E, de outro lado, promoveu a formação de um “complexo agroindustrial”, constituído por um conjunto de empresas que produzem insumos modernos, máquinas, equipamentos, fertilizantes, defensivos, medicamentos veterinários etc. situadas a montante do setor agropecuário; e empresas que compram, transformam e comercializam a produção agrícola, antes de atingir o consumidor, situadas a jusante do setor.

No Planalto Gaúcho estas políticas de modernização promoveram grandes mudanças no modo de produzir e de viver dos agricultores, com destaque para a especialização produtiva (principalmente no binômio trigo-soja) e a modernização tecnológica das lavouras com o uso de maquinários, agroquímicos e sementes melhoradas. Para impulsionar a modernização da agricultura, o principal vetor utilizado foi a política de “assistência creditícia” (Brum, 1988). Ou seja, criou-se um Sistema Nacional de Crédito Rural (criado em 1965, mas com maior atuação na década de 1970) que, ao conceder crédito, subordinava o agricultor à fiscalização e à assistência técnica. Estimulou-se a adoção de pacotes tecnológicos da chamada Revolução Verde, então considerados sinônimos da moderna agricultura, e “incentivou-se um enorme aprofundamento das relações de crédito na agricultura, mediando a adoção desses pacotes com volumosas subvenções financeiras” (Delgado, 2004, p.13). Introduzia-se, assim, os agricultores beneficiados de forma maciça no “pacote tecnológico” da modernização.

O papel dos órgãos de assistência técnica na promoção de mudanças das formas de produzir e mesmo de viver dos agricultores no RS já foi apontado pela literatura (Brum, 1988; Caporal, 1991; Schmitt, 2001, entre outros). O que cabe aqui é mostrar qual a relação do sindicalismo com esse processo. Constata-se na consulta nos documentos de congressos e nos relatos de dirigentes que o sindicalismo foi partidário dessas mudanças. O depoimento do ex-presidente da FETAG, Ezídio Pinheiro, também revela que existia uma forte relação entre os sindicatos e a ASCAR/EMATER⁷¹, até mesmo certa relação de subordinação dos sindicatos frente aos técnicos:

Os sindicatos não tinham muita posição política, a ASCAR era poderosa, tinha conhecimento, tinha os técnicos, então ela tinha uma força grande. Na verdade, o movimento sindical na década de 70 ele tava muito dependente de uma prefeitura, de uma ASCAR, de um governo do estado, de um governo federal.

Então tinha relação com a EMATER? Tinha. Só que era uma relação que eles dominavam, eles que sabiam o que era certo, sabiam o que era errado, a gente era mais... nós ficamos muito envolvidos dentro do sindicato com gabinete médico, gabinete dentário, advogado, tinha uma séria de coisas que o pessoal fazia dentro do Sindicato com convênios.

⁷¹ Em 1977 por orientação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) e sob pena de não mais receber recursos federais, foi criada a Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) que passou atuar de forma colaborativa com a ASCAR na assistência aos agricultores (Caporal, 1991).

Desta relação do sindicalismo com a ASCAR/EMATER, surgiram as principais ações de promoção da modernização da agricultura gaúcha. Um exemplo dessa forma de relação é o pleito de agricultores, em 1978, em favor da utilização de “sementes próprias” para o plantio de lavouras financiadas pelo sistema de crédito. A reivindicação teria sido feita por vários sindicatos junto à FETAG que, por sua vez, através de seu Departamento Técnico, “procurou os órgãos responsáveis pela política de produção de sementes e mudas, objetivando encontrar uma fórmula que permitisse a utilização da semente produzida pelo próprio agricultor, concedendo-se ao mesmo financiamento normal” (cf. FETAG-RS, 1978b). Tanto os órgãos federais quanto os estaduais “teriam se mostrado contrários à pretensão dos agricultores”, alegando que o governo montou uma estrutura sofisticada de pesquisa (comandada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, EMBRAPA) e de assistência técnica com a finalidade de aprimorar cada vez mais a qualidade e a resistência das sementes, a produtividade e a adaptação às várias regiões brasileiras (id.). Com base nesses argumentos não foi aceito o pleito dos agricultores. A negativa dos governos parece ter convencido também a FETAG de que as sementes certificadas eram a melhor opção, uma vez que a partir daí passou a fazer uma ampla campanha de esclarecimento junto aos produtores sobre as vantagens da semente certificada e de combate aos vendedores “inescrupulosos” que forneciam sementes de “má qualidade” (id.). Em seu entendimento, era preciso convencer os agricultores disso. Nesse caso a Federação não agia como representante dos interesses dos agricultores, mas como um agente que, ao endossar os argumentos técnicos das autoridades, passava a procurar mudar o entendimento dos agricultores sobre o tema, contribuindo para combater a sua visão de mundo e legitimar a da modernização.

Para se entender o poder de persuasão de argumentos técnico-científicos como estes e das estruturas montadas para este fim nesta época cabe fazer uma rápida apresentação sobre o tema da difusão de tecnologias e inovações agrícolas. Para convencer os agricultores a modernizarem as práticas agrícolas foi montado um conjunto amplo de estratégias no RS (semelhante às montadas em outros estados), tais como: formação de Clubes 4-S entre jovens; campanha de orientação para recuperação de solos (como a Operação Tatu); lavouras demonstrativas; publicações para incentivar mudanças técnicas (como a Revista Rural ‘O Tatu’), entre outras.

Este conjunto de estratégias foi orientado teoricamente pelo enfoque de extensão rural conhecido como “difusionista-inovador”, adotado pelos órgãos de assistência técnica em boa parte da América Latina, principalmente a partir do final dos anos de 1960. Este enfoque baseia-se nas formulações do sociólogo norte-americano Everett Rogers, que fazendo uso da “teoria dos sistemas” de Talcott Parsons e de estudos antropológicos sobre mudança social, propunha formas de trabalhar a difusão de ideias novas como caminho para promover mudanças em ambientes tradicionais. Segundo Fonseca (1985, p.50), as elaborações de Rogers foram apropriadas para “adaptação da extensão à realidade latino-americana”, onde a extensão rural assumiu os “princípios difusionistas” de que “numa sociedade rural tradicional, o progresso técnico não pode vir senão de fontes exteriores à comunidade”, no caso os conhecimentos científicos levados pelos técnicos. Em suma, para a autora, segundo este raciocínio o “desenvolvimento rural” dependia de soluções de ordem técnica, relacionadas a objetivos econômicos e às condições da produção (produtividade e exploração racional dos recursos) e de ordem educacional, pois somente uma mudança na mentalidade do homem rural o tornaria apto para uma vida moderna (racional, cômoda e tranqüila) (id., p.52).

Dentre as iniciativas de promoção de mudanças dessa ordem, a juventude rural foi eleita como um dos principais alvos, tendo em vista a sua maior receptividade para as ideias

novas e a sua importância numérica⁷². No discurso extensionista, era necessário “dar oportunidade para que o jovem se descobrisse como ser progressista” (ABCAR, 1967, p.17), o que justificava o estímulo e a assistência à organização da juventude rural como agente transformador do espaço rural. Uma forma que se disseminou em várias regiões do país foram os Clubes 4-S.

A organização dos Clubes 4-S, baseada em uma experiência semelhante desenvolvida nos Estados Unidos com os Clubes 4-H, teve início no Brasil em 1959 por iniciativa do sistema ABCAR e com apoio das agências internacionais⁷³. Tratou-se da formação de grupos de jovens rurais com idade em torno de 10 a 21 anos. A ação educativa, orientada por líderes voluntários (como professores e técnicos da ASCAR), objetivava estimulá-los para o aprimoramento das práticas agrícolas (modernização) e sua atuação como líderes nas comunidades rurais. Na Revista Rural O Tatu são apresentadas as razões para criar os Clubes:

Ninguém desconhece um fato: no Brasil, a ocupação agricultor é uma tradição que passa de pai para filho; ou seja, o mesmo processo intuitivo, muitas vezes primitivo, atravessando gerações. Conseqüentemente, a baixa produtividade decorrente da falta de conhecimentos desgasta os lavradores que não se sentem motivados a continuar exercendo aquela atividade. Os Clubes 4-S oferecem ao jovem rural modernos conhecimentos da técnica agrícola, permitindo, com isso, incrementar a produtividade (1971, p.17).

Para o ano de 1971 a Revista apontou a existência em todo o Brasil de cerca de 3.500 Clubes 4-S: “São 70 mil jovens trabalhando em 1350 municípios de 21 estados” (id.). Um trevo verde tornou-se o emblema dos Clubes 4-S, cujos “esses” eram distribuídos nas quatro folhas, representando as palavras “saber”, “sentir”, “saúde”, “servir”, que significavam:

Saber – quer dizer que os jovens devem adquirir conhecimentos e desenvolver a inteligência para que tenham melhor visão do mundo em que vivem. Devem valorizar o saber, *aprender coisas novas e difundi-las para o bem de sua família e de sua comunidade*. Sentir – quer dizer que os jovens devem cultivar os bons sentimentos sendo amigos, leais e honestos. Devem desenvolver boas atitudes através de adequada formação social, moral e cívica.

Saúde – quer dizer que os jovens devem valorizar a higiene e saúde como meio de alcançar uma vida saudável e feliz, pelo desenvolvimento físico e mental.

Servir – quer dizer que os jovens devem capacitar-se profissionalmente desenvolvendo habilidades em atividades agrícolas e domésticas, de tal forma que possam encarar sua profissão como carreira de futuro e as lides domésticas como ocupação valiosa. (ASCAR *apud* Souza, 2003, p.110, grifo nosso, ELP).

A importância dos Clubes 4-S para a mudança de mentalidade dos agricultores e adoção de tecnologias modernas foi destaca pelo presidente da EMATER-RS, Rodolpho Ferreira:

Nos Clubes 4-S, são propostos projetos e empreendimentos que oportunizam adequada preparação. São os concursos e competições agrícolas... demonstrações práticas, na forma de projetos técnicos e empreendimentos comunitários que se destinam ao preparo de uma liderança sadia e laboriosa. Os membros dos Clubes 4-S tornam-se exímios

⁷² Segundo apontado pelo presidente da FAG, Gentil Bonato (1973), cerca de 50% da população brasileira possuía menos de 20 anos na década de 1970.

⁷³ A criação dos Clubes 4-S no Brasil se deu por ação da ABCAR com “apoio financeiro dos Serviços Estaduais de Extensão Rural e do Rotary e Lions Club, instituições privadas. O apoio internacional era proveniente da Fundação Ford, da Associação Americana Internacional, do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas - IICA e do International Farm Youth Exchange” (Dantas, 2003, p.64).

demonstradores, participam de atividades associativas, adquirem habilidade para dirigir ou participar de reuniões e desenvolvem o espírito competitivo na busca dos mais elevados índices de produtividade (Revista do Clube 4/S, 1978, *apud* Souza, 2003, p.112).

Também o ex-presidente da FETAG, Ezídio Pinheiro, destaca que a organização dos jovens rurais nos Clubes 4-S foi fundamental para a formação de lideranças para vários setores da atividade agrícola, seja nas cooperativas, seja para o próprio sindicalismo. Inclusive aponta que sua própria formação enquanto liderança jovem se deu em um Clube 4-S no município de Frederico Westphalen. O trabalho de Souza (2003) sobre os Clubes no município de Passo Fundo também aponta que muitas das lideranças do sindicato e da cooperativa foram formadas pelos Clubes.

Outra iniciativa com intuito de modernizar a agricultura no RS se deu com o projeto de recuperação de solos chamado de Operação Tatu. Foi desenvolvida uma ação pioneira na região de Santa Rosa, abrangendo além do município de Santa Rosa, Três de Maio, Tuparendi e Horizontina, tendo logo se espalhado ações semelhantes para boa parte dos municípios do Planalto Gaúcho. Segundo apontado pela revista Extensão Rural:

a Operação Tatu é um típico projeto *inter-institucional* para o qual convergem a orientação técnica do Setor de Solos da faculdade de Agronomia e Veterinária da UFRGS e a ação executiva do órgão regional da Secretaria da Agricultura, de um técnico do Instituto Privado de Fomento à Soja (INSTISOJA) e dos extensionistas da ASCAR, através de um escritório regional e quatro municipais, somando um trabalho de oito engenheiros agrônomos e dois técnicos rurais. [...] A esse grupo cabe a execução de todo o processo de *motivação e seleção dos agricultores para a análise e melhoramento das terras, o cálculo da calagem e das adubações*, a orientação das práticas de cultura na propriedade. (1968, p.4, grifos nossos, ELP).

De acordo com o expresso em um manual elaborado pelo professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) Egon Klamt, como orientação para os municípios interessados montarem seus próprios projetos de Operação Tatu (devido ao grande demanda que havia se gerado), ficam evidente os métodos usados para convencer os agricultores a adotarem novos métodos de cultivo:

A adoção de novos conceitos é difícil, principalmente pelos agricultores, onde os métodos tradicionais de cultivo estão firmemente arraigados. Por isso para levar os novos métodos aos mesmos, é necessário *demonstrar* seus benefícios. A maneira mais eficiente é o das lavouras demonstrativas, que consiste em selecionar entre os agricultores interessados, os líderes nas diversas povoações do município e orientá-los na instalação de lavouras com a nova metodologia, que dali se irradiará aos produtores vizinhos (Klamt, 1970, p.10, grifo no original).

Era formada nas comunidades rurais (normalmente nas propriedades dos líderes) uma lavoura demonstrativa com uso das recomendações das modernas técnicas (como sementes melhoradas, adubos, calcário etc.) ao lado de uma lavoura feita de forma tradicional (área testemunha). O objetivo era mostrar de forma prática que o uso das técnicas modernas dava maiores resultados e com isso convencer os agricultores a adotar esse pacote tecnológico. A adoção do pacote completo era fundamental para o sucesso da Operação. Por isso, entre os requisitos essenciais para organizar uma Operação Tatu nos municípios, eram requeridas: “a existência de técnicos treinados, rede bancária para financiamento a longo prazo e em condições favoráveis e facilidade de obtenção de insumos e distribuição dos mesmos” (Klamt, 1970, p.5).

A Operação Tatu teve boa acolhida pelas organizações de assistência técnica, prefeituras e organizações de agricultores, tanto é que em 1969 (apenas três anos após o seu início), dados da ASCAR apontavam a existência desse trabalho em mais de 85 municípios (cf. Klamt, 1970).

Com interesse em difundir novas técnicas e inovações para o meio rural foi criada a Revista Rural 'O Tatu' (em 1970), trazendo em seu nome uma alusão à campanha de correção de solos Operação Tatu e mantendo vínculos próximos à FETAG e à EMATER. A Revista foi criada e dirigida pelo jornalista Severino Grechi (depois assessor de comunicação da FETAG) tendo por público alvo os agricultores, os sindicatos e as cooperativas e visando difundir informações relacionadas às invenções tecnológicas agrícolas, máquinas, insumos, práticas de higiene, dicas de beleza às mulheres rurais, entre outras. A proximidade entre a Federação e a Revista era tamanha que no ano de 1978 foi celebrado um convênio para que a equipe da Revista assumisse a Secretaria de Imprensa da Federação. Como contrapartida a Revista solicitava que fossem realizadas pelos sindicatos a assinatura de 8 a 10 mil exemplares do periódico. Além disso, a Revista passava a ser reconhecida pela FETAG e pelos seus sindicatos como "seu órgão oficial informativo" (FETAG-RS, 1978b, p.2).

O papel irradiador das instituições de extensão não foi uma exclusividade do RS, ocorreram processos semelhantes em outros estados brasileiros, como é o caso da Paraíba, analisado por Novaes (1997). Segundo a autora, a organização de extensão rural (ANCAR-PB) percebia que 80% da população rural era constituída "por um estrato social incapaz de absorver tecnologia", pois faltava-lhe "o mínimo de meios econômicos para possibilitar um trabalho de modernização agrícola e melhoria do bem-estar" (1997, p.106-107). Para suprir essas dificuldades, a ANCAR-PB visualizava a organização desse público no sindicato como forma de prepará-lo para "influenciar a modificação das estruturas e saber usufruir dos resultados destas mudanças" (id.). Assim como em outras regiões do Brasil (inclusive no RS), na Paraíba sindicatos receberam cursos de formação oferecidos pelo sistema ABCAR, por agências internacionais (como a IADESIL – Instituto Americano para o Livre Sindicalismo) e também foram oportunizadas viagens de dirigentes sindicais para treinamento nos Estados Unidos. O objetivo desses treinamentos era "introduzir hábitos ou técnicas mais 'racionalis' que permitissem o aumento da renda familiar e chegassem a mudar a qualidade de vida da população" (Novaes, 1997, p.110).

No plano nacional, com a criação da EMBRATER como empresa pública, em 1974, as atribuições da ABCAR de coordenar o sistema de assistência técnica e extensão rural passaram para a nova empresa. O governo brasileiro passava a ter total gerência sobre o sistema. No que se refere às suas ações para os pequenos produtores, foi organizado um Seminário Sobre Pequenos Agricultores no auditório da CONTAG nos dias 18 e 19 de novembro de 1975 para "colher subsídios" para elaboração de um programa de Ação do Governo. No Seminário a CONTAG apresentou algumas sugestões para reforçar os "instrumentos tradicionais de política agrícola" (crédito e assistência técnica, comercialização) que, no seu entender, "a curto prazo [poderiam] resultar em aumento da produção, da produtividade e da qualidade de vida da população":

O acesso ao crédito rural permitiria aumentar a área explorada, melhorar a fertilidade do solo, aumentar as taxas de capitalização em equipamentos e benfeitorias, o emprego de insumos modernos e, sobretudo eliminar a usura, origem do empobrecimento dos agricultores de baixa renda. Através da assistência técnica e da extensão haveria maior capacidade de ocupação da mão-de-obra, com melhorias significativas na produtividade e na qualidade do produto. A garantia de comercialização a preços justos retribuiria ao agricultor os investimentos realizados e o trabalho empreendido, assim como permitiria eliminar os desvios da renda (CONTAG, 1975, p.10).

Pelo que se observa nas sugestões, a CONTAG não só concordava com estas políticas como também acreditava que elas deviam ser disseminadas para o maior número possível de pequenos produtores (a exemplo do que ocorria no RS). Entretanto, neste mesmo documento são feitas algumas ressalvas para as autoridades quanto à adequação dessas políticas. Destacam-se dentre elas: que fosse criado um “programa especial de crédito rural” aos “agricultores de baixa renda”, pois devido a dificuldades burocráticas o crédito não chegava até eles; que a assistência técnica não fosse oferecida só em “áreas consideradas prioritárias”, mas para todos os agricultores e dando “prioridade às culturas de subsistência já exploradas pelos pequenos agricultores, ficando a introdução de culturas tipicamente comerciais em plano secundário” (id., p.11-12). Estas ressalvas aparentam mostrar que o sindicalismo percebia que as políticas de crédito e assistência técnica não estavam chegando até os “agricultores de baixa renda”, seja por problemas burocráticos, seja pelo fato dos serviços serem limitados. Mostram também que a Confederação percebia que as políticas eram direcionadas para as lavouras comerciais deixando a subsistência dos agricultores descoberta.

Essa concentração das políticas de estímulo a modernização foi observada no RS, onde se induziu a especialização dos agricultores do Planalto Gaúcho na produção do binômio trigo-soja (trigo no inverno e soja no verão, fazendo uso das mesmas áreas de terras e máquinas). O trigo, segundo Brum (1988), foi o principal cultivo que impulsionou a “modernização agrícola” no Planalto Gaúcho. Como já apontado no item 2.2 deste trabalho, os pioneiros na exploração mecanizada de trigo não foram os colonos, mas os granjeiros que ainda no final década de 1940 começaram o cultivo do cereal em áreas médias e grandes, fazendo uso inicialmente de áreas de campo arrendadas de criadores de gado e posteriormente também com áreas próprias. O agricultor tradicional (o *colono*), segundo Brum (1988), inicialmente não foi atraído pela exploração da triticultura ao modo dos granjeiros, de um lado, por não ter capital próprio para adquirir maquinários e insumos e, de outro, por não estar habituado com as diligências bancárias. Tinha verdadeira aversão a contrair empréstimos bancários, pois precisava hipotecar a terra, considerada um bem fundamental da família que deveria ser preservado de qualquer ameaça a fim de ser transmitido aos filhos.

O *colono*, na leitura de Brum (1988), teria entrado no processo de modernização da agricultura a partir de meados dos anos de 1960 através do cultivo do trigo (e logo em seguida complementado pela soja), “mais forçado pelas circunstâncias do que por opção própria”:

Com as terras geralmente esgotadas, descapitalizado, produção agrícola em declínio, explorado nos preços, sem apoio oficial, estava sem estímulos e sem perspectivas. Havia incentivos e garantias oficiais apenas para o trigo. Abandonar a policultura e ingressar na monocultura do trigo, com reforço da soja em expansão, apresentava-se, na época, como sendo a única alternativa viável. Através dela passava a ter acesso ao crédito com juros favorecidos, o que lhe permitia a aquisição de máquinas e implementos agrícolas modernos, bem como de calcário e adubos químicos para a recuperação das terras desgastadas (1988, p.76).

Na leitura deste autor é apresentado o processo de adoção das tecnologias modernas e dos cultivos comerciais (trigo e soja) como força das circunstâncias ou das estruturas, onde não restava outra alternativa para os agricultores. Entretanto, é necessário se considerar também como fundamentais a ação dos órgãos de assistência técnica e extensão rural e o apoio das organizações de agricultores (sindicatos e cooperativas) no estímulo às mudanças tecnológicas e ao cultivo de culturas comerciais. Essa é uma explicação também compactuada por Schmitt (2001), que defende a tese de que não foram só os condicionantes estruturais que promoveram a adoções das tecnologias da Revolução Verde, mas que estas tecnologias só

foram adotadas por que contaram com a atuação de “toda uma rede de agentes” direcionada “não apenas no sentido de convencer os agricultores acerca da superioridade destas novas técnicas mas, também, de forma a possibilitar que sementes melhoradas, mudas, adubos, fertilizantes, manuais, tratores, crédito rural, índices de produtividade, etc., pudessem chegar até as comunidades rurais” (id. p. 245). Além disso, um segundo elemento importante “é o fato de que, pelo menos no caso da agricultura colonial existente no Sul do Brasil, esse discurso tinha como objeto uma agricultura que, naquele momento, já enfrentava alguns impasses em seu processo de reprodução, tanto do ponto de vista social, como em termos ecológicos” (id.). Impasses que se davam principalmente pela falta de novas terras disponíveis para garantir a subsistência das famílias que faziam uso de práticas agrícolas tradicionais. Para superar estes impasses era preciso conseguir novas terras ou aumentar a sua produtividade através do uso de “modernas técnicas”. Como revela o depoimento de Carlos Karlinski (sindicalista desde os anos 1970, presidente do STR de Ijuí e ex-dirigente da FETAG):

Na verdade o modelo veio tão forte, tão bem planejado que a gente acabou engolindo. Eu se você me dissesse, “e você questionaria o convenio da FETAG dos 102 técnicos agrícolas”. Na época acho que não. Na época ninguém nos alertou sobre isso né, ao contrário a palavra de ordem era ser bom na produção, que a tecnologia estava aí. (Entrevista ao autor, 2010).

Por fim, resta destacar que o processo de modernização técnica da agricultura no país, que foi um projeto inicialmente concebido por agências de cooperação internacionais e norte-americanas e que encontraram eco nas intenções das organizações rurais (como a SNA e a SRB), que foi um projeto assumido e levado a cabo pelos órgãos de assistência técnica ligados ao Estado e pelas políticas públicas (como o Sistema Nacional de Crédito Rural). Mas, que, acima de tudo, como mostra o caso estudado, foi um projeto também assumido pelas organizações de agricultores de base familiar (sindicatos, cooperativas), os seus agentes mediadores (como a FAG/Igreja) e com o andar do processo de mudança técnica e de mentalidade tornou-se, como afirma Schmitt (2001, p.258), “um projeto dos próprios agricultores”, na medida em que estes internalizaram o projeto e o levaram adiante.

2.4.2 *Enquadramento sindical e construção de identidade de trabalhador*

O enquadramento sindical foi um tema polêmico desde a criação da legislação sindical para o meio rural e o reconhecimento das organizações sindicais de trabalhadores rurais. Se no início da década de 1960 o Ministério do Trabalho previa a existência de várias categorias de trabalhadores passíveis de enquadramento, tal como a Portaria n. 355-A de 1962 que previu a existência de quatro categorias: trabalhadores da lavoura, trabalhadores da pecuária e similares, trabalhadores da produção extrativa rural, produtores rurais autônomos. Com o advento do regime militar acabou predominando a opção de unificação da diversidade de situações de trabalho em uma mesma categoria de classificação genérica, a de *trabalhador rural* (Portaria n.71, de 2 de fevereiro, 1965). Para esta Portaria, o trabalhador rural seria “a pessoal física que exerça atividade profissional rural sob a forma de emprego ou como empreendedor autônomo, neste caso, em regime de economia individual, familiar ou coletiva e sem empregados.” (art. 3).

Essa classificação foi alterada pelo Decreto-Lei n. 1.166 de 15 de maio de 1971 da Presidência da República que dispõe sobre o enquadramento e a contribuição sindical rural. Com este Decreto-Lei passa a ser entendido por:

I - *trabalhador rural*: a) a pessoa física que presta serviço a *empregador rural* mediante remuneração de qualquer espécie; b) quem, *proprietário ou não*, trabalhe individualmente ou em *regime de economia familiar*, assim entendido o trabalho dos membros da mesma família, indispensável à própria subsistência e exercido em condições de mútua dependência e colaboração, ainda que com ajuda eventual de terceiros.

II - *empresário ou empregador rural*: a) a pessoa física ou jurídica que tendo empregado, empreende, a qualquer título, atividade econômica rural; b) quem, *proprietário ou não* e mesmo sem empregado, em *regime de economia familiar*, explore imóvel rural que lhe absorva toda a força de trabalho e lhe garanta a subsistência e progresso social e econômico em *área igual ou superior à dimensão do módulo rural da respectiva região*; c) os proprietários de mais de um imóvel rural, desde que a soma de suas áreas seja igual ou superior à dimensão do módulo rural da respectiva região. (grifos nossos, ELP).

Na Carta de Reivindicações do V Congresso da FETAG/FAG, realizado em junho de 1971, o sindicalismo já declarava sua posição contrária ao novo enquadramento, alegando que “acima de disposições formais e simples medidas de módulos, está o fato da realidade prática e do dado sociológico que mostra a afinidade *de interesses e a identidade de propósitos não conflitantes* de assalariados, pequenos proprietários, parceiros e arrendatários que trabalham em regime de economia familiar” (1971, p.9, grifos nossos, ELP). Como sugestão de alteração propunha-se: “o estabelecimento de um sistema de livre opção em termos de afiliação sindical” para estas categorias rurais, “pois temos certeza que estas pessoas encontrarão no sindicalismo dos trabalhadores respaldo para os seus interesses” (id.). Em eventos sindicais seguintes voltou-se ao tema: “o enquadramento sindical deveria respeitar ao máximo a vocação associativa classista do próprio trabalhador, sem modelos prévios”; nesse sentido, o enquadramento “não deve ser vinculado à extensão da propriedade, mas à *condição do trabalhador*” (FETAG/FAG, 1973, p.5). A Assembléia Geral Extraordinária da FETAG-RS de 1978 decidiu enviar um ofício ao Presidente da República solicitando alterações no “injusto” enquadramento sindical rural. Acrescentava-se na argumentação que o pequeno proprietário mesmo quando explora área superior a um módulo, é “muitas vezes economicamente mais frágil do que o próprio assalariado rural” e terá que se filiar a entidade sindical que agrega os “grandes proprietários rurais”, “com os quais tem pouca ou nenhuma afinidade, existindo, não raro até mesmo interesses antagônicos” (FETAG, 1978b, p.3).

Os argumentos do sindicalismo vão no sentido de que existe uma identidade de interesse entre os trabalhadores sejam eles, assalariados, pequenos proprietários, parceiros e arrendatários que trabalham em regime de economia familiar independente do tamanho de área de terra que explorem (obviamente entendiam que uma unidade organizada em regime de economia familiar não conseguiria ser muito extensa em área). Seguindo este argumento, ainda acrescentam que o que unifica estas categorias é que vivem do trabalho próprio do indivíduo ou da família o que as colocaria em oposição de interesses comuns frente à categoria dos latifundiários que fazem uso de trabalho de outros. Outro argumento importante é que com este enquadramento o sindicalismo da FETAG perderia uma parcela dos seus associados, pois os pequenos proprietários que tivessem mais de um módulo eram passados compulsoriamente para a federação patronal.

Entretanto, esta posição de contrariedade frente a este novo enquadramento não era unânime dentro do sindicalismo em nível nacional. Muito ao contrário. Pelo que aponta o depoimento de Francisco Urbano (ex-presidente da CONTAG) desde 1968 (quando uma chapa de oposição aos interventores ganhou a direção da CONTAG) existiam conflitos internos no sindicalismo em favor de maior espaço para as demandas dos pequenos produtores do Sul que não se sentiam representados pela política da Confederação:

Em 1968, há uma verdadeira guerra interna dos pequenos produtores do Sul por pertencer à CONTAG e não se sentirem representados. Por que a gente não falava nenhuma matéria de interesse deles, ameaçaram romper, ameaçaram sair. Em 1968 a CONTAG fez um encontro chamado de Encontro de Integração Nacional, no Rio de Janeiro, logo quando nós tomamos a CONTAG e o José Francisco da Silva era o presidente. Qual foi o objetivo dali? O que é que nós vamos fazer para cada grupo, que nós dizemos que representamos? A coisa mais histórica, a coisa mais bonita que eu conheço do primeiro projeto da CONTAG. Nesse encontro foi um debate acirrado, de quase pancadaria entre nós, por que os pequenos agricultores do Sul queriam discutir política agrícola e a gente estava discutindo terra ainda e salário, e eles diziam “como é que essa CONTAG me representa, se ela não fala de política agrícola? A gente quer crédito.” Mas lógico, pois se o pessoal estava morrendo de fome, sem salário, querendo terra, como é que a gente ia pensar em crédito? Então é essa a relação. E aqueles homens enormes, grandes, gaúchos, catarinenses, paranaenses, era um choque enorme pra gente do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Bom, nesse encontro foram cinco dias de debate, e saímos de lá com o seguinte programa: um programa, [...] para defender a política agrícola, para os pequenos produtores já existentes, um programa de ação para defender a reforma agrária, um programa de ação para defender os assalariados, e um outro para defender os parceiros e arrendatários (Urbano, 2003 *apud* Brasil, 2004, p.116).

Ainda segundo o relato de Urbano, naquele momento estava em pauta a possibilidade de criação de uma “terceira faixa” de enquadramento sindical e de uma estrutura sindical própria para os pequenos proprietários. Entretanto, com os acordos feitos neste Encontro de Integração e outros que o seguiram teria se garantido a unidade entre as diferentes categorias sociais que compunham o sindicalismo dos trabalhadores rurais, unindo forças em oposição ao sindicalismo patronal do meio rural, vinculados à CNA.

No Congresso da CONTAG de 1973 foi criada uma Comissão para discutir o novo enquadramento sindical determinado pelo Decreto-Lei n. 1.166 de 1971, mas não se chegou a um acordo sobre a posição que o sindicalismo deveria adotar, mais uma vez evidenciando que existiam entendimentos diferentes sobre qual deveria ser o público do sindicalismo. Nas Conclusões do congresso é afirmado:

Tendo em vista a complexidade da matéria e o interesse comum dos trabalhadores rurais, o Plenário, depois de apreciar o trabalho da Comissão [sobre legislação sindical], aceitando o entendimento mantido entre a CONTAG e todas as Federações filiadas, resolveu *dar um voto de confiança a essas Entidades*, para que posteriormente, em reunião conjunta, estudem em profundidade o problema, a fim de ser encontrado *um denominador comum*, de cujo conteúdo será dado amplo conhecimento (CONTAG, 1973, p.93, grifos nossos, ELP).

As federações que mais estiveram empenhas no combate a este enquadramento foram as dos estados do Sul do país, onde existia uma forte base de pequenos proprietários afetados por esta norma (Pinto, 1979; Maduro, 1990; Heller da Silva, 2006). No ano de 1978 foi organizada uma reunião conjunta das federações de trabalhadores dos estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Rio Grande do Sul entre os dias 20 e 21 de março na cidade de Florianópolis. Na reunião foi elaborado um documento intitulado Sugestões para o Enquadramento Sindical Rural, onde é rejeitado e fortemente questionado o enquadramento sindical rural contido no Decreto-Lei n. 1.166 de 1971 por ser considerado totalmente despropositado frente à realidade do sindicalismo. Argumenta-se que os pequenos proprietários estariam rejeitando sistematicamente a possibilidade de filiação nos Sindicatos Patronais Rurais; que havia se criado a “figura esdrúxula de ‘empregador por ficção’, isto é, a dolorosa aberração de admitir-se empregador sem empregado” (FETAG-RS, 1978c, p.2); e sugerem que a legislação seja revista segundo o que estabelece o Convênio n.141 da

Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 1975, que “define o trabalhador rural sem a utilização da figura do módulo rural, convênio endossado pelo governo brasileiro” (id. p.3).

Esse desacordo perdurou ainda por mais alguns tempo até se chegar a um acordo parcial no Congresso da CONTAG de 1979, quando após ferrenhos debates a Confederação acabou adotando o módulo rural como forma de enquadramento dos trabalhadores, mas ampliava o limite de área tolerada. Passava-se então a admitir como *trabalhador* os pequenos proprietários que possuíssem até dois módulos, sem empregados permanentes. Mas, segundo Heller da Silva (2006, p.327), “estabeleceu-se uma zona tampão, indo de um a três módulos, cujos produtores – desde que sem empregados – teriam direito a opção.” Porém, segundo apontado por este autor, a FETAG-RS não aceitou integralmente este acordo e continuou considerando como trabalhador todos os que exerciam atividade agrícola sem empregados, independente do tamanho da propriedade. Obviamente esta posição da FETAG visava resguardar uma parte de sua base social de agricultores médios que eram a ela filiados.

Mesmo com essa postura da FETAG, os recursos do imposto sindical dos seus associados que eram enquadrados como empregadores continuaram sendo direcionados para o sindicalismo patronal. Como afirmam os dirigentes sindicais:

Até essa figura do Módulo se nos pegar a Lei 1166 que discutiu o enquadramento era até uma colônia de terra, depois baixou, agora o enquadramento sindical são dois módulos, dá em torno de 40 hectares. A contribuição dos que tem mais disso vai pro Sindicato Rural, a contribuição que o pessoal paga, que tá na lei (Carlos Karlinski, entrevista ao autor, 2010).

Foi um enquadramento muito mal feito. Por que na verdade o Sindicato Rural sobreviveu com recurso do trabalhador rural, o enquadramento sindical era muito cretino né, era por área de terra, se pegasse uma terra meio ruim, dobrada, tu ultrapassava os dois módulos, tu era associado no nosso sindicato, mas tu contribuía para o Sindicato Rural. Chegou um período que 70% da sustentação dos Sindicatos Rurais era de pequenos (Ezídio Pinheiro, entrevista ao autor, 2010).

Outro fator de tensão quanto ao enquadramento sindical diz respeito à convivência entre trabalhadores rurais em regime de economia familiar (pequenos proprietários, arrendatários, parceiros, posseiros) e os assalariados rurais na mesma estrutura de representação. Como destaca Ezídio Pinheiro:

Porque a FETAG representa os *trabalhadores rurais em regime de economia familiar* e os *assalariados rurais*, só que se confundia muito, tinha muitos sindicatos que a metade quase estavam enquadrado como “empregadores” e defender o empregado era complicado. Foi um quebra cabeça pra abrir cabeça, pra mostrar que tinha que representar ou sair da área né. Estatutariamente tinha que representar, mas no município tinha associados bons, aqueles que tinham dinheiro, que eram um pouco melhor, aí embora não tivesse empregado ou alguns tivessem empregado, aqueles que tinham empregado não defendiam a ideia do assalariado. (Entrevista ao autor, 2010).

Neste relato fica evidente as contradições que podiam se gerar com a representação de categorias diferentes em um mesmo sindicato. Eram todos trabalhadores rurais, mas quando alguns pequenos proprietários podiam ter assalariados estes tinham dificuldade de visualizar os direitos dos seus empregados. Ou seja, mesmo tendo supostamente afinidades entre os pequenos proprietários e os assalariados rurais, podiam emergir conflitos de interesses.

Ainda que com essas contradições, é fundamental se considerar, como faz crer Palmeira (1985, p.50), que uma das “maiores proezas” do movimento sindical, na cristalização da unidade da classe trabalhadora no campo, teria sido “desneutralizar simultaneamente o mais neutro (porque genérico) e menos neutro (pela referência ao trabalho)

dos termos em curso no arsenal ideológico dominante – *trabalhador rural* – e inculcá-lo como um termo ‘naturalmente’ genérico para reunir todos os que vivem do trabalho na terra, posseiro ou pequeno proprietário, arrendatário ou parceiro, assalariado permanente ou temporário.”

Essa proeza de unificação do sindicalismo no campo através da identidade de trabalhador rural também ocorreu no RS. É bem verdade que por força do regime autoritário que colocou na clandestinidade as organizações comunistas/trabalhistas que concorriam com essa vertente do sindicalismo de origem cristã e fez o enquadramento sindical que unificou os trabalhadores rurais. Foi o sindicalismo da FETAG quem falou em nome das categorias no campo e que logrou conseguiu unificar numa mesma organização de representação os grupos subalternos do campo sob a identidade de *trabalhador rural*. Para isso, organizou uma ampla estrutura sindical em todos os municípios do estado e através dela fez chegar até as autoridades as demandas das suas bases, ao mesmo tempo em que intermediou a prestações de alguns serviços assistenciais (como de saúde e previdência).

2.4.3 O “chamariz” da assistência social e os direitos de cidadania

Uma área de atuação do sindicalismo dos trabalhadores rurais que teve forte destaque nas décadas de 1960 e 70 foram os serviços assistenciais de previdência social e de saúde. Mesmo que estivesse em discussão a inclusão dos trabalhadores rurais nos serviços de assistência social desde a década de 1940 e que tivesse sido criado o Serviço Social Rural em 1955 (de alcance limitado), a inclusão efetiva do trabalhador rural na legislação previdenciária somente ocorreu em 1963, com a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural que previu a criação do Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (FUNRURAL).⁷⁴ A operacionalização efetiva desse Fundo só ocorreu a partir de 1971 com a aprovação da Lei Complementar n. 11, que criou o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL), previa os benefícios: aposentadoria por velhice e por invalidez; auxílio-doença; assistência médica e odontológica; pensão por morte; auxílio funeral. A execução do PRORURAL coube ao FUNRURAL, que recebeu uma personalidade jurídica de natureza autárquica (Beltrão *et. al.*, 2000). Vale ressaltar que a aposentadoria por velhice correspondia a meio salário-mínimo para o trabalhador rural “chefe de família” que tivesse mais de 65 anos de idade. E os auxílios à saúde seriam prestados “em regime de gratuidade total ou parcial segundo a renda familiar do trabalhador ou dependente” (Lei Complementar n. 11, art. 12).

Na execução do FUNRURAL o sindicato passava a ser um dos principais agentes. O Decreto n. 69.919, de 11 de janeiro de 1972, que regulamentava o PRORURAL, estabelecia que “as entidades sindicais poderiam ser utilizadas em serviços de fiscalização e na identificação dos grupos rurais abrangidos pelo PRORURAL, bem como, mediante convênio com o FUNRURAL, na implantação, divulgação e execução daquele programa” (Coletti, 1998, p.70). A inclusão destes serviços assistenciais no interior dos sindicatos visava, segundo a própria declaração do então Ministro do Trabalho, Julio Barata, ao II Congresso da

⁷⁴ Segundo Beltrão *et. al.* (2000, p.3) “Para o custeio do fundo, foi estabelecida uma contribuição de 1% do valor da primeira comercialização do produto rural, a ser paga pelo próprio produtor ou, mediante acordo prévio, pelo adquirente.” Depois disso “o Estatuto do Trabalhador Rural foi reformulado pelo Decreto-Lei 276, de 28 de fevereiro de 1967, que tentou adequá-lo às suas reais possibilidades. A arrecadação das contribuições foi entregue ao recém-criado Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e o plano de prestações ficou limitado às assistências médica e social, suprindo-se os benefícios em dinheiro.” (id.)

CONTAG, converter a assistência no principal ou, pelo menos, um dos principais papéis desempenhados pelos sindicatos:

O PRORURAL é fortalecimento do sindicalismo autêntico, porque, à sombra desse programa estão surgindo os Sindicatos Rurais, já com o propósito de prestação de serviços e não apenas com propósitos reivindicatórios (Barata, 1973 *in*: CONTAG, 1973, p.159).

O tema da legislação trabalhista e da previdência social foi debatido no II Congresso da CONTAG e, em seus Anais, é reconhecido o “esforço” do governo federal “no sentido de proporcionar ao trabalhador rural melhores condições de vida quer através do aperfeiçoamento constante do instrumental jurídico de proteção ao trabalho, quer através da execução de um sistema previdenciário de amparo ao trabalhador e à sua família” (CONTAG, 1973, p.10).

A oportunidade de oferta destes serviços para os segmentos sociais rurais amplamente desfavorecidos destes bens públicos foi um forte estímulo para a ampliação da rede de sindicatos, do seu quadro de associados e para o aumento da sua legitimidade social. Os depoimentos de dirigentes da FETAG-RS da época destacam que era “grande o atrativo que a assistência médica e a aposentadoria representavam para os trabalhadores rurais” (cf. Maduro, 1990, p.93), tendo em vista as carências destes serviços no meio rural:

O grande argumento utilizado para a fundação e/ou reorganização de sindicatos era o acesso aos benefícios da Previdência, ou seja, assumia-se plenamente o papel do sindicato como prestador de serviços, na medida em que estes serviços eram extremamente valorizados pela população a ser atingida (Maduro, 1990, p.93).

Mesmo que a grande maioria dos STRs no RS tenha sido criada e reconhecida antes da vigência destas políticas de assistência (segundo Maduro, 1980, de 1963 até 1970 foram reconhecidos 208 STRs em um universo de 232 municípios existentes e entre 1971 e 1984 somente 24 novos STRs foram reconhecidos),⁷⁵ há que se considerar que a simples criação e reconhecimento pelo Ministério do Trabalho não davam garantias de sua efetiva atuação enquanto organização sindical. Ao que tudo indica, com a possibilidade dos sindicatos poderem estabelecer convênios com o FUNRURAL, o que ocorreu foi um processo de ativação ou reorganização de muitos sindicatos já existentes legalmente, mas pouco atuantes até então. Confirma essa tese, em parte, o grande aumento do número de sindicatos que passaram a ficar em dia com as contribuições com a Federação nesse período. Se em 1968 apenas 39 sindicatos estavam em dia, em 1971 estes saltaram para 141, em 1974 foram 179 e em 1977 passaram para 212 sindicatos (Maduro, 1990, p.93). Estar em dia com a FETAG queria dizer que o sindicato tendia a estar ativo, pagava suas contribuições às organizações superiores e poderia participar das eleições destas. Em suma, era um sindicato atuante seja para representar a sua base, seja para lhes prestar serviços assistenciais.

Neste aspecto, também se deve reconhecer, como chama atenção Palmeira (1985), que o movimento sindical não foi totalmente passivo frente a estas políticas assistenciais oferecidas pelos governos militares. Este soube, em certa medida, se apropriar das políticas com certo benefício próprio:

⁷⁵ Heller da Silva (2006, p.342) observa uma dinâmica um pouco diferente no estado do Paraná. Aponta que o número de sindicatos cresceu de “forma espetacular” com a oferta de serviços assistenciais; passou de 53 em dezembro de 1967 para 140 em dezembro de 1975. Segundo o mesmo autor, em nível nacional a tendência teria sido semelhante: enquanto 1968 existiam 11 federações estaduais e 500 sindicatos em funcionamento, no ano de 1978 passaram a existir 20 federações e 2500 sindicatos. O Rio Grande do Sul parece ser uma exceção nesse caso, pois a grande maioria dos STRs foram reconhecidos antes da vigência do FUNRURAL.

Tentando capitalizar positivamente o fardo previdenciário que o governo estava lhe passando, o movimento sindical aceitou correr o risco de trazer as práticas assistenciais para dentro dos sindicatos, como um meio de estimular o aumento da sindicalização [...] e de evitar o controle da assistência pelos políticos locais (Palmeira, 1985, p.47).

Apropriando-se do “fardo previdenciário” o sindicalismo assumia para si a intermediação na concessão destes benefícios, com isso, foi possível ampliar a estrutura sindical e a sua legitimidade social enquanto organização de representação dos interesses dos trabalhadores rurais. Nesse sentido, mesmo que o sindicalismo tenha assumido a assistência como uma de suas principais funções, a questão do assistencialismo estar predominando entre suas ações já preocupava a FETAG no início dos anos de 1970. Na declaração do V Congresso de 1971 é feita uma ressalva afirmando que aos sindicatos não podiam se tornar “simples escritórios ou órgãos de assistência paternalista”, ainda que a “assistência” se constituía em importante “meio de defesa de interesse” dos agricultores. Porém, não se poderia esquecer que:

A função primeira do sindicato é reivindicar. Reivindicar direitos e defender justos interesses da classe é a função precípua dos dirigentes sindicais. E isso não deve e não pode ser esquecido, sob pena de as entidades sindicais se transformarem em *simples escritórios ou órgãos de assistência paternalista*.

Evidentemente, a assistência, seja qual for sua natureza, médica, odontológica, social e outras, se constituem em meio de defesa de interesse (Revista Rural O Tatu, 1971, p.6).

Ou seja, mesmo que perceba que com a oferta de serviços assistenciais os sindicatos estavam se tornando “órgãos de assistência paternalista”, era forçoso reconhecer que esses serviços tornavam-se de vital importância para os agricultores e para a vida dos sindicatos que prestam esses serviços. O sindicalismo procurava apropriar-se destes serviços, como uma conquista sua, das suas reivindicações, como se refere Palmeira (1985), para evitar que os políticos locais tomassem o controle da assistência. Mas, era preciso ficar vigilante para que os sindicatos não se resumissem a apenas prestar esses serviços.

Tal preocupação frente ao assistencialismo não era sem propósito, pois como aponta Novaes (1997, p.113) “os associados do sindicato” estavam consagrando “o seu presidente na posição de novo mediador que lhes possibilitava aposentar-se ou ter acesso aos serviços médicos.” Com a intermediação do acesso a estes serviços os dirigentes sindicais passavam a contar com a gratidão dos beneficiados. Muitas vezes os dirigentes sindicais aproveitando-se desta nova condição de mediador, do poder que esta condição lhe dava, criavam uma clientela e perpetuavam-se no poder por décadas. Esse tipo de relação pelo que aponta a literatura ocorreu em vários pontos do país. No RS é ilustrativo o caso relatado por um sindicalista de Farroupilha, onde o presidente do sindicato foi o mesmo desde a sua fundação em 1962 até o início dos anos 80 e ainda teria sido vereador:

Quando chegou a aposentadoria pelo FUNRURAL, quem aposentava era o presidente do sindicato. Ele chegava e dizia isso aí: “E o teu pai morreu sem se aposentar, agora você faz 65 anos e eu vou te aposentar.” O cara fazia 65, ele encaminhava os papéis pelo FUNRURAL e aposentava mesmo o cara. Então o agricultor botava na cabeça: “esse cara pra mim é o rei, meu pai morreu com 80 anos nunca recebeu um dinheiro, eu agora, com 65, vou receber dinheiro até morrer”. Que que tu quer melhor que isso? “esse cara conseguiu um dinheirinho para mim.” “Ao menos os políticos falam e não me dão nada. Só me pedem o voto. Esse cara, eu voto pra ele, ele me consegue aposentadoria.” Então toda a família que tinha uns sete a oito filhos, ou mais, era tudo voto pra ele. Em cima de um

direito que o agricultor pagou mesmo, para a previdência (João Fernando, Seminário sobre Sindicalismo Rural, 1983).

O caso de Farroupilha não foi o único, existem relatos de vários casos semelhantes no RS e em outros estados. Heller da Silva (2006), ao analisar essa problemática do assistencialismo sindical no estado do Paraná, aponta a sua origem na influência da Igreja na delimitação dos “objetivos sindicais” e dos “métodos” usados para alcançá-los: “A ética cristã que prega a bondade, a caridade, a filantropia – ‘fazer o bem ao próximo’ – traduziu-se, assim, em linguagem sindical, na busca da ‘assistência’ ao campesinato” (p.331). Este “homem fraco” e impotente frente às adversidades naturais e sociais precisava de alguém que o amparasse e o assistisse. “Quem teria então, a ‘sagrada missão’ de assisti-lo senão o sindicato?” (id.). A assistência, entendida dessa forma, não buscava a auto-afirmação ou a construção de indivíduos autônomos que buscam a cidadania, mas apenas procurava atender “de maneira superficial a uma necessidade vital do indivíduo” (id. p.332). “Antes de tudo, fiel aos dogmas cristãos e obediente às ordens militares, este sindicalismo pretendia ‘prestar assistência’, antes mesmo de se postular como representante mandatado pelo campesinato para agir em seu nome” (id.). Na leitura deste autor, a assistência teria sido o principal papel desempenhado pelo sindicalismo no período do regime militar.

Nesse sentido, deve-se destacar que, apesar da prática sindical ter se conformado sob fortes constrangimentos frente às políticas dos governos militares, a legislação constituída nas décadas de 1960 e 70 possibilitou alguns avanços importantes para a categoria dos trabalhadores rurais. O reconhecimento, aberto legalmente pelo Estatuto do Trabalhador Rural, e a possibilidade de intervenção estatal na questão agrária, aberta pelo Estatuto da Terra, permitiram a elaboração e aplicação de políticas próprias para os grupos que compunham o chamado *setor agrícola*. Nesse sentido, “o camponês – o trabalhador rural – tornou-se *objeto de políticas*, o que até então era impensável, criando-se condições para o enfraquecimento das funções de mediação entre camponeses e Estado, até então exercidas pelos grandes proprietários ou por suas organizações” (Palmeira; Leite, 1998, p.129, grifos no original). Assim, o sindicalismo dos trabalhadores rurais contribuiu de modo decisivo para enfraquecer os padrões tradicionais de dominação.

Contudo, mesmo que se reconheça estes avanços no que se refere à legislação, à criação de uma representação dos trabalhadores rurais e à oferta de serviços assistenciais através dos sindicatos, fica evidente que os trabalhadores rurais receberam a concessão de alguns direitos do Estado (fundamentalmente assistenciais), mas não adquiriram autonomia para construir e proporem seus próprios projetos políticos ou questões de maior porte. Foi aceita a sua organização em sindicatos desde que adequados aos padrões de enquadramento profissional estabelecidos pela legislação (pequenos produtores e assalariados rurais). Como se refere Wanderley Guilherme dos Santos (1987), os trabalhadores nesse período, entre eles os rurais, possuíam uma “cidadania regulada”, pois foram reconhecidos pelo Estado na medida em que sua profissão foi regulamentada. Ou seja, tornaram-se cidadãos na medida em que sua profissão foi reconhecida, recebendo o reconhecimento de sua cidadania através da profissão: “A cidadania esta embutida na profissão e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido por lei.” (id. p.68).

Estas restrições quanto às possibilidades de manifestação cidadã dos trabalhadores rurais geraram práticas sindicais de colaboração com os governos, tendo em vista que posturas consideradas críticas ou radicais eram severamente punidas pelo Ministério do Trabalho que mantinha controle rígido sobre os sindicatos podendo intervir na diretoria e afastar dirigentes compulsoriamente. Nesse sentido, adequando-se a estes constrangimentos o

Relatório da Diretoria da FETAG-RS de 1971 revela qual seu raciocínio na época: “Reivindicar com dignidade e cooperar com lealdade, tem sido nosso lema”.

As reivindicações que o sindicalismo fazia aos órgãos públicos deviam seguir os caminhos legais e restringirem-se ao que a legislação previa. As demandas consideradas legítimas eram restritas aos aspectos produtivos e aos de serviços assistenciais para os trabalhadores do campo, ainda assim deveriam ser dirigidas às autoridades pelos canais oficiais (envio de ofícios e marcação de audiências com as autoridades) sem cobranças públicas. Questões que fossem além desses limites poderiam ser consideradas como ofensivas às autoridades, e passíveis de retaliações às organizações, intervenção e perseguições aos dirigentes. Em suma, os trabalhadores rurais só podiam reivindicar o que já estava previsto em lei que era seu direito. O rompimento destes limites será uma das grandes lutas do período que se inicia no final da década de 1970.

2.5 Pequeno produtor e *colono*

Como se mostrou neste capítulo os pequenos proprietários do Sul do país foram fortemente incentivados a modernizarem seus cultivos e criações, usarem crédito, serviços de assistência técnica e inserirem progressivamente nos mercados especializando-se na produção de *commodities*. Nesse processo de mudança, os agricultores que produziam em pequena escala seriam chamados pelos órgãos do Estado, por políticas públicas (como as crédito e assistência técnica) e por trabalhos acadêmicos como *pequenos produtores* (ou ainda eram classificados por algumas políticas públicas como *mini* e *micro-produtores* ou *agricultores de baixa renda*).

O pequeno produtor recebia essa denominação pelo volume da produção e por estar inserido nos mercados agrícolas. Ao contrário dos períodos anteriores tratados neste trabalho onde ocorriam alinhamentos políticos com as organizações de representação em função de critérios de origem social, étnicos, religiosos, afinidades históricas, etc. no período posterior ao golpe de 1964, da modernização da agricultura, os agricultores passaram a ser classificados por categorias que pretendiam ser neutras e despolitizadas. A categoria pequeno produtor ressaltava a qualidade de produtor dos indivíduos presentes na agricultura e o tamanho dessa produção (pequena ou grande).

Como todas as categorias subalternas no campo foram enquadradas no sindicalismo dos trabalhadores rurais, oficialmente este representou todas as categorias de pequenos produtores (proprietários de terras ou não) e assalariados rurais. Mas, cabe se indagar se alguma destas categorias teve proeminência frente às outras. Pela origem do sindicalismo da FETAG-RS, formado pela FAG e principalmente entre *colonos*, pode-se supor que os pequenos produtores, proprietários e de origem colona tenham sido a principal categoria da sua base e para quem ela tenha direcionado maiores atenções. Observando-se as principais demandas e ações da Federação (tratadas no item 2.4 deste Capítulo) percebe-se certa preponderância das destinadas aos pequenos proprietários (de origem colona).

Entre as principais demandas e ações da FETAG nas suas duas primeiras décadas estiveram: instrumentos de política agrícola (crédito e assistência técnica) para modernizar os cultivos e criações; eliminações do critério de enquadramento sindical por tamanho de área; crédito fundiário e colonização; serviços de saúde e previdência; respeito aos direitos trabalhistas. Por estas demandas percebe-se que o público por quem o sindicalismo falava tinha terra (quando não tinha buscava comprar com auxílio de crédito ou participar de

programas oficiais de colonização), teria participado do processo de modernização da agricultura e saudava os benefícios na área da saúde e previdência que recebia. Mas discordava das restrições impostas no enquadramento sindical que compulsoriamente colocava proprietários com mais de um módulo rural no sindicalismo patronal. Essa discordância também é reveladora de que a base social da FETAG também era composta por produtores médios, que provavelmente haviam progredido com o processo de modernização e queriam continuar na estrutura sindical da Federação (ou esta queria que eles continuassem em sua base, pois eram os “associados bons”, como declarou Ezídio Pinheiro em entrevista).

Outro elemento importante destas demandas é que elas pouco valorizam as categorias que não possuíam terra e os assalariados rurais. Estas categorias podem ser associadas aos *caboclos* que no início da década de 1960 levantaram a bandeira da reforma agrária no estado, eram o principal público das associações de agricultores sem terra (MASTER) e com a repressão após o golpe de 1964 e a unificação compulsória do sindicalismo rural passaram a ser representados formalmente pela FETAG. Nos documentos da Federação existem apenas afirmações genéricas de apoio à reforma agrária e aos direitos trabalhistas, mas sem registros de ações concretas. Ajuda a reforçar esta tese o fato de quase a totalidade dos dirigentes da FETAG entre 1963 e 1980 eram de origem *colona* (conforme se pode visualizar no Quadro 2, onde predominam os sobrenomes de ascendência alemã e italiana).

Quadro 2: Gestões da FETAG-RS 1963-1980.

Cargo/Gestões	1963-66	1966-68	1968-71	1971-1974	1974-77	1977-80
Presidente	José Griebler	José Griebler	Octávio Klafke	Octávio Klafke	Octávio Klafke	Gelindo Ferri
Vice-Presidente	-	-	Ciro Munaro	Ciro Munaro	Ciro Munaro	Orgênio Hott
Secretário	Alexandre Oliveira	Orlando Schaefer	Heitor Pinheiro	Geraldo Pegoraro	Geraldo Pegoraro	Canísio Weschenfelder
1º Secretário	-	-	José Griebler	Orlando Schaefer	Orlando Schaefer	Valmir Susin
Tesoureiro	José Bertaco	Zulmiro Boff	Higino Tomasi	Higino Tomasi	Higino Tomasi	Luiz Rosa
1º Tesoureiro	-	-	Bruno Luft	David Duranti	Gelindo Ferri	Noreno Pollin

Fonte: elaboração própria com base em dados documentais da FETAG.

Ao que tudo indica o grupo dos colonos que, no geral, eram pequenos proprietários e estavam modernizando suas formas de produzir, constituía a principal base da Federação e era quem a dirigia politicamente conforme mostra a relação dos dirigentes de seis gestões do Quadro 2 (em um conjunto de 20 dirigentes, só aparece três sobrenomes de origem portuguesa que poderiam indicar a presença de *caboclos*). Os *caboclos*, que na maioria das vezes eram os que não tinham terra (ainda que alguns possuíam pequenas propriedades), eram parceiros, meeiros, assalariados, em suma, viviam em situações sociais mais frágeis, tinham menor expressão política na FETAG e tão pouco dela recebiam muita atenção para as suas demandas. Portanto, é possível levantar a hipótese de que os *caboclos* eram um grupo social com pouca voz no sindicalismo dos trabalhadores rurais gaúcho.

CAPÍTULO III

CRIAÇÃO DE NOVOS ATORES E RECONFIGURAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NO CAMPO NO PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO POLÍTICA DO PAÍS

Este capítulo tem por objetivo tratar das mudanças políticoeconômicas que afetaram o setor agropecuário, do surgimento de *oposições sindicais* e novos atores e da emergência de demandas em torno da especificidade dos *pequenos produtores* no sindicalismo a partir do final da década de 1970 e durante a de 1980 no Sul do país. Foi um período de mudanças políticas e econômicas muito intensas e de surgimento de novos personagens políticos, reorientação do sindicalismo, elaboração de novas pautas de reivindicação e de construção de um espaço público de manifestação cidadã. Alguns mediadores sociais tiveram um papel fundamental na organização dos setores subalternos rurais como os *setores progressistas* da Igreja, remanescentes de organizações de esquerda e Organizações Não Governamentais (ONGs).

3.1 Reorientação da Igreja e da esquerda: a *ida ao povo*

No período inicial da ditadura militar, comunistas e cristãos seguiram caminhos diversos. Enquanto algumas organizações de esquerda em atitudes extremadas chegaram a pegar em armas para enfrentar o regime (ao passo que outras, como o PCB, optaram por fazer oposição política dentro do quadro vigente), de outro lado, os cristãos, em nível geral, assumiram posturas mais brandas, seja de apoio aberto ao regime (setores mais conservadores), seja de atitudes críticas, principalmente nos momentos em que organizações católicas sofreram repressão. Com estas opções diversas e as divergências ideológicas existentes, comunistas e católicos mantinham-se distantes. Entretanto, a partir de meados dos anos de 1970, com o esgotamento destas táticas, militantes cristãos e comunistas passaram a se encontrar em muitas lutas localizadas de operários, trabalhadores rurais, associações de bairros, comunidades de base etc. No final da década de 1970 e início da década de 1980, militantes dessas duas origens contribuíram na formação de novas organizações políticas que marcariam a transição democrática e a construção de novos personagens políticos. Para tanto, um longo caminho foi percorrido.

A partir da segunda metade da década de 1960 passou a ocorrer um amplo debate revisionista das práticas da Igreja. Dois eventos marcaram profundamente as práticas e as instituições católicas na América Latina: o Concílio Vaticano II, realizado em 1965, onde a Igreja assumiu uma posição de “opção preferencial pelos pobres”; e, principalmente, a Conferência Geral do Episcopado Latinoamericano de Medellín, em 1968, cujo objetivo

declarado foi discutir a aplicação das orientações do Concílio Vaticano II para a realidade da América Latina (Mainwaring, 2004).

No Brasil, mesmo antes do golpe civil-militar de 1964, existiam setores católicos minoritários que atuavam de forma crítica em relação às estruturas sociais (como a Ação Popular e alguns padres que atuavam na formação de sindicatos) e polarizavam um debate com alas católicas consideradas conservadoras sobre temas como reforma agrária e como manter ou mesmo recuperar a influência que a Igreja estava perdendo no país. Com o golpe, a repressão se abateu sobre alguns grupos, outros se tornaram aliados do regime e outros ainda viriam a assumir posturas intermediárias indicando interventores para sindicatos que tiveram diretorias destituídas, ao mesmo tempo em que mantinham a perspectiva de construir um sindicalismo cristão de defesa dos interesses do homem do campo. Neste processo complexo e contraditório entre diferentes alas da Igreja, segundo Sader (1988), a partir do final da década de 1960 foi se desenhando uma perspectiva de repensar a atuação da Igreja entre diversos setores católicos no campo. Os agentes críticos, mesmo tendo pouco espaço para atuação neste cenário, retomavam “a mística dos cristãos perseguidos que não temiam sacrificar-se pela boa causa” (id. p.151). Eles foram evidentemente estimulados pelas conclusões do Concílio Vaticano II, que, ao falar da Igreja como “povo de Deus”, referiam-se à participação ativa de grupos comunitários e dos leigos.

No ano de 1968, a realização da II Conferência do Episcopado Latinoamericano, que pretendeu adaptar as recomendações do Vaticano II para a América Latina, acabou levando mais longe as propostas de renovação da Igreja e de opção preferencial pelos pobres. Como destaca Mainwaring (2004, p.133):

O documento [da Conferência] era particularmente enfático quanto à necessidade de ver a salvação como um processo que tem o seu início na Terra, às conexões entre a fé e a justiça, à necessidade de mudanças estruturais na América Latina, à importância de se estimular as comunidades de base, à atenção privilegiada da Igreja aos pobres, ao caráter pecaminoso das estruturas sociais injustas, à necessidade de ver os aspectos positivos da secularização e a importância de ter uma Igreja pobre.

Para Sader (1988) e Novaes (1997), as mudanças ocorridas na Igreja após estes eventos não podem ser subestimadas. As comunidades eclesiais de base (CEBs) e comissões pastorais (como a Comissão Pastoral da Terra, CPT, a Comissão Pastoral Operária, CPO e Conselho Indigenista Missionário, CIMI) não foram simples sucessoras de organizações similares anteriores que incorporavam leigos e dirigiam suas ações para a vida profana. Nessa nova fase, tais organizações passaram a influir também na própria organização interna da Igreja, alterando a ação dos vigários e o funcionamento das paróquias.

As CEBs surgiram no final dos anos de 1960, mas tiveram maior desenvolvimento na década seguinte, quando se espalharam por boa parte da América Latina por recomendação da Conferência dos Bispos de Medellín. A Conferência entendeu que a construção de condições para a salvação não se dava individualmente, mas através da constituição de comunidades de cristãos.⁷⁶ Segundo Sader (1988), desse entendimento decorreram as recomendações para a construção da “pastoral das massas” fazendo com que a Igreja se tornasse mais presente no auxílio à salvação dos pobres e desamparados. Salvação nesse sentido não se limita a uma intenção transcendente. É pensada como um processo de participação ativa em uma comunidade para desenvolver um sentido de pertença, consciente e frutificante para a

⁷⁶ As CEBs são formadas geralmente por um pequeno grupo (com média de 15 a 25 participantes) que se reúne uma vez por semana para ler e discutir a Bíblia e sua relevância face às questões contemporâneas. Existem estimativas de que em 1981 existiam 80 mil CEBs organizadas, com dois milhões de participantes (Sader, 1988).

definição de uma missão comum. Salvação passa a ser entendida também como a mudança das condições de pobreza e opressão dos camponeses e dos moradores das periferias das cidades.

Estas elaborações deram base para o desenvolvimento da chamada Teologia da Libertação no subcontinente. Segundo Boff (1986, p.20), um dos seus principais elaboradores, a Teologia da Libertação é “a reflexão de uma Igreja que tomou a sério a opção preferencial e solidária para com os pobres e oprimidos”. Ela “é feita a partir deste lugar social: junto com os pobres, assumindo sua causa e partilhando de suas lutas” (p.21).

Essa corrente teológica nasceu e se desenvolveu enquanto expressão de problemas da realidade social latinoamericana, no desejo de alterá-la através da construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Como destaca Scherer-Warren (1996, p.33): “como na realidade histórica latinoamericana o povo encontra-se submetido a situações de opressão, miséria, não-cidadania, a meta fundamental dessa teologia vem a ser a busca de mecanismos que possibilitem a libertação dessas variadas formas de opressão.”

Dentre seus objetivos maiores está o de dar base teológica para a libertação integral dos pobres.⁷⁷ Para Scherer-Warren (1996, p.33) “concebe-se a libertação integral (ou libertação cristã) como resultante da superação das servidões temporais e das injustiças sociais (libertação econômica, social, política, cultural etc.) relacionada com a salvação (libertação do pecado). Libertação é, pois, a salvação que se dá na história.” Com essa nova postura a Igreja teria passado de uma estratégia de caridade para outra de libertação, como sintetiza Leonardo Boff. Esta nova Igreja ficou conhecida como *igreja popular, dos pobres* ou *progressista*.

Se uma parcela da Igreja viveu processos de mudanças no período da ditadura, os grupos de esquerda que enfrentaram o regime militar também passaram por processos complexos de mudança de tática de enfrentamento e de forma de construir a derrota do regime. Não interessa aqui explorar toda a diversidade desse processo, mas apenas registrar que, se em um primeiro momento, alguns agrupamentos de esquerda (dentre eles o Partido Comunista do Brasil – PCdoB, o Movimento Revolucionário 8 de Outubro – MR8, a Vanguarda Popular Revolucionária – VPR, a Política Operária – POLOP) partiram para o enfrentamento armado ao regime, tendo algumas vitórias, mas, sobretudo, grandes derrotas, com a prisão e morte de várias lideranças e a desarticulação e/ou enfraquecimento das organizações. A partir da metade da década de 1970, tanto algumas organizações, quanto muitos militantes individualmente fizeram autocrítica sobre essa forma de enfrentar o regime. Avaliavam que as ações de vanguarda, em nome das massas trabalhadoras, não conseguiam surtir o efeito de conscientização esperado e que só teriam sentido para abrir espaços para a posterior intervenção das massas populares, o que não estava ocorrendo. Segundo Sader (1988): “houve um claro movimento no sentido de ligar-se às formas elementares de reaglutinação do movimento operário e, em menor medida, da organização popular de bairros” (id. p.171). Nesse aspecto, o trabalho de educação, inspirado em certa medida no trabalho já desenvolvido por setores da Igreja progressista e nas formulações de Paulo Freire, assumiu um lugar destacado, pois ao mesmo tempo em que a demanda por esses serviços era grande, era uma atividade legal que oferecia pouco risco e a oportunidade de aproximar-se do povo.

⁷⁷ Para Sader (1988, p.163) o estilo novo de pensar a Igreja referido à Teologia da Libertação consiste em tomar como ponto de partida exposições que testemunhem as condições de vida da população, apresentadas pelos próprios implicados; efetuar uma reflexão teológica sobre esses fatos, confrontando essa realidade vivida com as sagradas escrituras; e concluir com a definição de pistas para a continuidade do trabalho coletivo de evangelização.

Na ótica de Sader (1988), se por um lado, as pastorais sociais da Igreja progressista deram um lugar público para as experiências populares de organização e formação de consciência se expressarem, faltava a estas pastorais um discurso (uma teoria) que pudesse dar conta dos problemas das lutas de classe e das condições de exploração na sociedade capitalista. Este discurso teria sido oferecido pelos militantes oriundos da “esquerda dispersada”, entrando desarticulados dos seus discursos de origem (programas de partidos comunistas), possibilitando gerar, assim, novas elaborações discursivas para as novas situações vividas:

A potencialidade das novas matrizes está, portanto, tão ligada à consciência das suas categorias e modalidades de abordagem do vivido quanto à sua abertura, às fissuras que deixa para poder incorporar o novo, aquilo que era ainda indizível e para o que não podia necessariamente haver categorias feitas (id. p.143).

Com essa aproximação, militantes de organizações de esquerda esfaceladas buscaram atuar junto aos setores mais desfavorecidos social e economicamente. Ao fazer esta ida ao povo, entrar no meio da massa, muitas vezes, encontraram trabalhos de base da Igreja progressista passando a se aproximar e, muitas vezes, a atuar em conjunto. Mais do que uma aproximação utilitarista entre estas duas correntes de pensamento e ação social, havia certa confluência de ideias naquele momento. Sader (1988) chama atenção para a similaridade entre a noção de *libertação* que aparece nas falas pastorais com a de *revolução* dos discursos comunistas e socialistas. Lembrando que “referidas à realidade social, as duas noções ocupam o mesmo lugar nas respectivas matrizes discursivas. Elas indicam um acontecimento totalizante que subverte e refunda a vida social a partir dos ideais de justiça movidos pelo povo em ação” (p.164). Mesmo que existissem diferenças entre as duas perspectivas, havia objetivos comuns que as aproximava.

Um novo ator social criado para a execução dos trabalhos de base e que muitas vezes oportunizou o encontro de militantes da teologia da libertação e militantes de organizações da esquerda foram os centros de educação popular, de assessoria etc. Estes centros, que mais tarde (no final da década de 1980) passariam a ser chamadas de Organizações Não Governamentais (ONGs), nasciam como um processo de auto-estruturação de uma sociedade civil no contexto da luta pela democratização do país ou, mais especificamente, como instrumentos de construção de uma sociedade civil popular. Na sua origem, estes centros eram criados e sustentados pela ação e pelo desprendimento destes militantes que se dedicavam a causa do povo e recebiam apoio e financiamento da Igreja e de organizações internacionais de cooperação e de caridade. Nasciam a serviço dos setores dominados da sociedade, dedicavam-se centralmente à realização de trabalhos de base (educação, formação, assessoria) e davam, muitas vezes, suporte às lutas e à construção de movimentos/ou organizações dos grupos subalternos (Landim, 1993).⁷⁸

Uma terceira matriz discursiva que emergiu no final dos anos 1970 foi o chamado *novo sindicalismo*. Como era elaborado de um lugar social – os próprios sindicatos – que integrava a institucionalidade estatal, era considerado legítimo que defendesse os interesses específicos dos trabalhadores. Nessa condição, alguns sindicatos processaram uma mudança interna (o exemplo mais conhecido é o dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo-SP): “através de sutis e progressivos deslizamentos de significados, um discurso de conciliação vai

⁷⁸ Como salienta Landim (1993), estes Centros se estabelecem e se consolidam em função de dois feixes de relações: para baixo, com as bases, os setores populares; para cima, com as agências, sobretudo ligadas às igrejas católica e protestante-luterana, na Europa e América do Norte. Por meio destes vínculos se constroem alianças e lealdades e transitam especialistas, recursos, ideias e modelos de atuação.

se tornando um outro, da contestação.” (Sader, 1988, p.185). O processar destas mudanças, acabou gerando uma forte onda de greves operárias e mobilizações camponesas no final da década de 1970, demonstrando, de um lado, a profunda insatisfação dos trabalhadores do campo e da cidade com as condições vividas e, de outro, um despertar de parcela do sindicalismo para as causas dos trabalhadores.

No processo de estruturação destas matrizes discursivas e de novos atores, os setores progressistas da Igreja Católica no campo alteraram suas concepções e suas práticas. Autores como Paiva (1985), Martins (1988) e Novaes (1997) dão algumas indicações de como foram produzidas as mudanças de entendimento sobre a questão agrária. Segundo eles, a posição da Igreja que era, até meados do século XX, de defesa incondicional da propriedade da terra como bem sagrado, como defesa da ordem, como forma de combater o avanço do comunismo no campo, vinha recebendo fundamentação teológica para condenação da propriedade desde meados da década de 1960, com base no argumento de que a propriedade fundamentava graves violências contra os trabalhadores e era uma fonte inesgotável de poder aos proprietários e de miséria aos despossuídos. Dessa compreensão, passou-se a entender que a propriedade contribuía para “desumanizar o homem”. Para Martins (1988) este entendimento deu condições para a entrada de parte da Igreja no questionamento da situação dos excluídos da propriedade, da discriminação dos pobres, da violência gerada etc. Mas, acima de tudo, deslocou a prática da Igreja (ou pelo menos dos seus setores progressistas), tendo passado de práticas coniventes com a reprodução das relações paternalistas e clientelistas, para o incentivo de novos atores sociais (críticos da ordem social) e o estabelecimento de novas relações horizontais, primordialmente, baseadas na democracia direta (visando à formação de cidadãos).

Essa concepção de defesa e promoção social dos *pobres* altera sobremaneira o papel da Igreja, que até então se colocava como defensora da ordem, do pacto político que evitava a desordem, da harmonia entre as classes. Segundo Martins (1988, p.57), a posição da Igreja “não é mais a *opção preferencial pela ordem*”, mas é uma “*opção preferencial pela desordem* que desata, desordenando, os vínculos de coerção e esmagamento que tornam a sociedade mais rica e a humanidade mais pobre. E ao desatar, liberta” (grifos no original).

Dentre os lugares sociais de maior atuação da Igreja progressista estiveram as áreas rurais em que apareciam conflitos sociais, trabalhistas e por terras. Uma iniciativa dessa natureza se deu com a criação da Comissão Pastoral da Terra, em 1975, na cidade de Goiânia, Goiás, por ocasião da realização de um encontro de pastoral da Amazônia Legal. Nascia como uma comissão, um pequeno órgão, para prestar um serviço permanente de articulação e assessoria aos pobres e explorados da região amazônica. Como destaca Poletto (1985, p.134), um dos seus articuladores, desde o início a CPT assumiu a “ideia de serviço e não a ideia de coordenação”, “a ideia de colocar-se a serviço de uma causa que não é dos participantes, nem exclusiva dos camponeses cristãos, mas uma causa dos trabalhadores rurais.”

Apesar de a CPT ter sido reconhecida desde o início como uma organização ligada à CNBB, desde logo assumiu uma postura ecumênica admitindo a participação de agentes vinculados a outras Igrejas cristãs (como os luteranos).

No RS a primeira iniciativa visando articular pastorais sociais pela Igreja progressista se deu em 1977, com a realização do Encontro da Pastoral Rural-Urbana na cidade de Caxias do Sul. Este encontro, segundo Goes (1997, p.77), “pautou algumas linhas básicas da atuação de diversos agentes da Igreja junto a setores mais empobrecidos da população do Rio Grande do Sul.” A partir desse encontro estruturaram-se a CPO e a CPT no estado.

No momento do surgimento da CPT no RS, a FAG ainda era ativa junto ao sindicalismo dos trabalhadores rurais. Pelo que se apurou na literatura sobre o tema,

documentação e entrevistas realizadas as duas organizações conviveram por um período mantendo trabalhos paralelos. Entretanto, uma diferença fundamental na forma de trabalho e no propósito das duas organizações se destaca. Enquanto a FAG foi formada ainda no início dos anos de 1960 como um organismo católico visando criar um sindicalismo cristão afastado da luta de classes e em reação ao sindicalismo comunista/trabalhista, era uma organização que mantinha certo controle ideológico sobre a estrutura sindical e centralizada na autoridade de seus dirigentes ligados à hierarquia católica. A CPT teve origem no final da década de 1970 e um propósito bem diferente, tinha estrutura mais flexível e descentralizada e, apesar de boa parte dos seus membros serem ligados à hierarquia católica, havia também leigos e pastores luteranos nos seus quadros (Goes, 1997).

Para Goes (1997) mesmo com a CPT tendo forte atuação, a FAG continuava a ser o instrumento preferencial do episcopado gaúcho. Porém, com o surgimento da CPT, a FAG passaria por um processo de reestruturação interno com alterações em suas lideranças após o falecimento de seu principal líder, Irmão Miguel Dário, e uma adequação também a nova conjuntura em que passava a existir outro órgão católico de assessoria. Este processo de reestruturação começou com a vinculação direta da FAG à regional III da CNBB (região Sul) e o fechamento dos institutos de formação de jovens rurais que mantinha.

Com essas mudanças, a FAG deixou de ser o agente responsável pela formação sindical no estado, ao mesmo tempo em que a FETAG, que já tinha estrutura e vida própria, passava a estabelecer convênio direto com os órgãos governamentais para formação sindical, adotando, a partir de então, o modelo das Casas Familiares Rurais (formação técnica para jovens). A FAG os apoiaria, mas não era mais a executora dos cursos como anteriormente. Na área de formação de lideranças sindicais, a FAG continuaria atuando, mas com inovações, criando um novo método de formação: os Treinamentos de Ação Pastoral (TAPA). Neles, continuava a ser usado o método *ver, julgar e agir*⁷⁹, mas o sentido de sua aplicação passava a ser mais questionador da realidade em que se estavam vivendo, indícios da internalização de elementos da Teologia da Libertação. Como aponta o depoimento do irmão marista Cláudio Rockembach (integrante da FAG a partir de 1976):

O *ver* é fazer um levantamento da realidade, o que se passa nesta sociedade. Depois fazer de um levantamento. Este método eu usava sempre quando trabalhava com formação de lideranças. O *ver*, o *julgar* e o *agir*. Então dava os cursinhos em três momentos. O primeiro era só *ver*, aí entrava Paulo Freire, o fulano tem que tomar consciência da sua situação e onde que ele está situado. Não adianta dar culpa para isso pra aquilo. Eu faço parte deste entrevero. Isso é o *ver*. O *julgar* então você tem essa realidade, traz aquela primeira pergunta que você fez, quais os foram os sustentos da nossa ação. Então vamos procurando enquanto cristãos católicos os documentos da Igreja, a Bíblia, tanto no antigo quando no novo testamento [...] Então a gente fazia a comparação, a própria comparação legal, usávamos a lei para confrontar, isso fecha, se não fecha qual é a saída, então vamos procurar a saída. E no terceiro momento era montar um esquema de trabalho (*agir*). E olha, a gente montou esquemas de trabalho nos grupos do interior que mexia até com os bispos. (Entrevista ao autor, 2010).

Segundo o depoimento de Rockembach, nesses cursos TAPA, iniciados em 1978, teriam sido formadas várias lideranças que passariam a questionar a situação de exclusão

⁷⁹ O método Ver, Julgar e Agir foi criado na Bélgica pela Ação Católica na década de 1950. No Brasil foi usado por diversas organizações católicas que de dedicavam ao trabalho direto com o povo desde a década de 1960 (em especial em Pernambuco foi usado largamente). Segundo Sader (1988, p.159-160), esse método teria sido amplamente usado pelos adeptos da Teologia da Libertação nas CEBs como forma de construção de decisões coletivas frente aos problemas que afetavam os membros das comunidades.

social em que os estavam muitos agricultores, o acomodamento de muitos dirigentes sindicais rurais (os chamados *pelegos*) e seriam criadas algumas lutas e *oposições sindicais*.

Em um terreno em que passavam a atuar dois organismos católicos, a FAG teria atuado mais na assessoria do sindicalismo já estabelecido (mesmo que também tenha motivado a formação de novas lideranças que passariam a questionar o sindicalismo existente), enquanto a CPT atuava mais centralmente na assessoria dos pobres e marginalizados, aqueles sobre os quais o sindicalismo não atuava ou que não conseguia sozinho dar conta das suas necessidades, tais como: a luta dos *atingidos por barragens* e os *agricultores sem terra*. A FAG, por sua vez, mesmo tendo se aberto parcialmente para as questões trazidas pela Teologia da Libertação, mantinha certo distanciamento das lutas políticas: “nunca chegou a defender a reforma agrária”, segundo apontado por Claudio Rockembach (que diz que foi uma exceção no interior da FAG, que foi ele que teria introduzido ideias novas naquela estrutura⁸⁰).

Mesmo com estas diferenças, em muitos locais onde havia atuação das duas organizações, eram identificadas de forma genérica como *Pastoral Rural* e mesmo tendo contratos aparentes, muitas vezes, atuavam de forma colaborativa. A ação dessas organizações motivou o surgimento de importantes movimentos de renovação das práticas e dos programas do sindicalismo dos trabalhadores rurais no RS e na formação de novos atores políticos, portadores de novas bandeiras de luta.

3.2 Crise na agricultura, dificuldades de acesso aos serviços de saúde e emergência de movimentos de questionamento

Durante o regime militar, as políticas de desenvolvimento agrícola estiveram fortemente centradas na modernização dos processos produtivos, inspirando-se no modelo norte-americano, envolvendo a especialização produtiva e a modernização tecnológica das lavouras com o uso de maquinários, agroquímicos e sementes melhoradas. Para impulsionar esse processo, os principais vetores foram as políticas de assistência técnica e de crédito rural. Estas políticas aliadas com incentivos fiscais e concessão de terras públicas também buscaram levar este modelo de agricultura moderna para novas áreas do Centro-Oeste e Norte do país.

A política agrícola beneficiou, sobretudo, as culturas denominadas dinâmicas, aqueles produtos mais diretamente ligados à indústria e à exportação, em detrimento dos cultivos de alimentos básicos. Muitas áreas destinadas ao cultivo desses produtos foram substituídas por monoculturas. Nessa lógica, a agropecuária nacional passou a produzir, em grande escala, aquelas culturas cujos preços altos no mercado garantiam lucro certo em tais empreendimentos. Como afirmam Martine e Garcia:

o favorecimento de culturas “dinâmicas” para exportação e/ou para as agroindústrias relegou a produção de gêneros de primeira necessidade, particularmente de feijão, mandioca e arroz, essenciais à sobrevivência dos estratos de renda mais baixa, a um *status* secundário (Martine e Garcia, 1987, p.83).

⁸⁰ O irmão marista Cláudio Rockembach afirma que como morou em Moçambique durante 20 anos e vivenciou todo processo de independência daquele país. Quando voltou ao Brasil em 1976 e foi designado para atuar na FAG procurou abri-la para as novas questões da época, pois “voltou enfezado com aquele clima de Moçambique”. Mas encontrou resistências e sua posição foi minoritária no interior desta estrutura.

Com isso, muitos agricultores alteraram sua forma de produção e de vida integrando-se aos mercados. Entretanto, em muitos casos, a renda gerada no estabelecimento tornou-se insuficiente para assegurar a sobrevivência da família e a manutenção do processo produtivo, cujos custos se tornavam cada vez mais elevados devido à necessidade de aquisição de insumos de origem industrial.

Essa situação gerou o que os analistas do processo de modernização da agricultura chamam analogicamente de o “ensanduchamento” do agricultor pela indústria. De um lado, para fazer as suas lavouras precisava se relacionar com as indústrias de insumos, sementes, máquinas etc.; de outro, quando ia comercializar os frutos do seu trabalho precisava entregar a produção à indústria que transformava os produtos agrícolas e os comercializava para os mercados nacionais e internacionais. Nessa condição, o poder de barganha do agricultor ficava bastante restrito (Müller, 1989).

O projeto de modernização da agricultura teve seu auge durante os anos 1970, época que ficou conhecida como do milagre brasileiro. Após um ciclo de crescimento (onde o PIB cresceu a uma taxa de 8,1% em média – no período de 1965/80), a economia brasileira enfrentou “uma dura crise recessiva a partir de 1981, cuja manifestação mais direta é a reversão dos fluxos de financiamento externo após a moratória mexicana de 1981” (Delgado, 2004, p.16-17). O custo do endividamento exterior somado à conjuntura desfavorável da economia mundial levou a que, no início da década de 1980, se vivenciasse uma conjuntura de crise em amplos setores.

A agropecuária foi fortemente atingida, principalmente os setores que tinham aderido de alguma forma aos padrões da agricultura modernizada, cultivavam *commodities* para exportação e faziam uso do crédito rural, como foi o caso de muitos agricultores do RS. A partir do final da década de 1970 passou a ocorrer um processo de queda dos preços internacionais das *commodities*, redução em termos de volume e dos subsídios ao crédito rural, além da expansão da produção empresarial de outras regiões de fronteira agrícola estimuladas pelos governos militares, como a região Centro-Oeste do país que passava a competir com os agricultores sulinos (Brum, 1988; Menasche, 1996). Os produtores reagiram frente às políticas do governo exigindo melhores preços e condições para produção.

Outro fator que causava insegurança social a grupos de pequenos produtores do Planalto Gaúcho (principalmente os colonos) era a falta de novas terras próximas às suas regiões de origem para acomodar as novas gerações. As terras disponíveis para venda além de terem ficado escassas e serem em geral de má qualidade (difíceis de cultivar, pedregosas e íngremes), estavam com preços altos “principalmente em consequência da extensão da cultura do trigo e da soja” (Tavares dos Santos, 1993, p.79). A questão da terra também causava conflitos em regiões onde estavam sendo construídas obras públicas consideradas estratégicas para o desenvolvimento nacional (como as barragens para geração de energia elétrica, estradas, linhas de transmissão de energia etc.) que precisavam desalojar grandes contingentes de proprietários rurais. Em muitos destes locais ocorreram conflitos com o Estado e empresas encarregadas das obras.

Segundo Grzybowski (1985), desde o final dos anos de 1970 até início dos 80 criou-se uma grande diversidade de movimentos locais no Sul, apoiados por agentes católicos ou luteranos ligados à Teologia da Libertação. O autor faz uma classificação dos diferentes movimentos e suas diferentes pautas, mostrando a sua pluralidade:

- a) *Movimentos pela terra*; (1) Movimentos de resistência e por indenização dos expropriados em todo ou em parte, em função de obras públicas (barragens, estradas, linhas de transmissão etc.), como: "Justiça e terra", por causa de Itaipu (PR); Atingidos pelas barragens do Rio Uruguai (RS/SC); Atingidos pela barragem Dona Francisca (RS);

Atingidos pelas barragens de Salto Santiago e Salto Capanema (PR); Atingidos pela Rodovia Xanxerê – Xavantina - Seara (SC). (2) Movimento de ocupação de terras, como: Fazenda Burro Branco (SC); Granjas Macali e Brilhante (RS); Fazenda Anoni (RS). (3) Movimentos que exigem terra do Estado, como: Acompanhamento de Encruzilhada Natalino e Nova Ronda Alta (RS); MASTRO (PR).

b) *Movimentos pelas condições de produção e comercialização*: (1) Movimentos pelo preço dos produtos, como: viticultores (RS/SC); fumicultores (RS); confisco da soja (RS/SC/PR); produtores de leite (RS); "Justiça e trabalho", dos suinocultores (PR). (2) Movimentos contra as práticas ligadas ao financiamento agrícola, como: PROAGRO (Sudoeste do Paraná); Notas promissórias rurais (Oeste do Paraná).

c) *Movimento pela organização sindical, como*: Sindicatos do Sudoeste do Paraná; Sindicatos do Oeste de Santa Catarina; Oposição Sindical à FETAG (RS).

d) *Movimento pela cidadania, como*: Luta pelos direitos à saúde e à previdência social (RS/SC) (Grzybowski, 1985, p.254-255).

Além dos movimentos de luta por terra que formaram importantes atores sociais nos anos de 1980 e dos movimentos por “condições de produção e comercialização” e por “direitos à saúde e à previdência social” que renovaram a agenda política do sindicalismo dos trabalhadores rurais, segundo apontado por Grzybowski (1985), também emergiu outra categoria de movimento: o dos que buscavam a renovação da estrutura e das práticas sindicais. Grzybowski aponta que, já no início da década de 1980, todos estes movimentos – que em princípio eram locais, setorializados e isolados e só contavam com a Igreja como canal comum de organização – iniciaram um processo de “unificação de forças e de elaboração de uma identidade social e política dos diferentes segmentos de colonos” (id. p.256).

Destes movimentos emergiram grandes questões para as lutas dos *pequenos produtores* (categoria usada pelo sindicalismo para se referir à sua base de agricultores) em particular e para os trabalhadores rurais em geral na década de 1980.

3.2.1 Conflitos frente aos efeitos da modernização e às políticas governamentais

Na ótica de Coradini (1985, p.144-146) existe outro recorte possível entre os movimentos que surgiram no final dos anos de 1970 e início dos de 1980 no Sul do país: os de “produtores modernos” ou em vias de tornarem-se modernos e os movimentos do “campesinato excluído ou em vias de exclusão”. Os “produtores modernos” mobilizavam-se em defesa do preço dos produtos e/ou na redução do preço dos insumos e pela sobrevivência enquanto produtor familiar. As mobilizações tinham um caráter interclassista e o respaldo em organizações sindicais, cooperativas, associações etc., o que lhes permitia estar dentro da racionalidade do Estado autoritário. No que se refere aos movimentos do “campesinato excluído ou em vias de exclusão”, o que se destacava era a sua capacidade de colocar questões que estavam “além da capacidade imediata de absorção tanto pelo sindicalismo rural em geral quanto pelos órgãos oficiais” (p.146), onde a reivindicação por terra era a principal questão e tinham dificuldade de mediação com o Estado. Ou seja, estavam se constituindo perspectivas distintas de formação de movimentos: uma que levantava as questões dos produtores modernizados centradas nas dificuldades produtivas e de comercialização encontradas naquele momento histórico; e outra dos excluídos dos ganhos do processo de modernização, que construíam pautas em favor de mudanças na estrutura fundiária e na organização do poder.

É interessante destacar que os indivíduos que iriam formar os movimentos dos produtores modernizados com questões ligadas aos aspectos produtivos e os que formariam movimentos de luta por terra podiam ter origem social muito semelhante. Às vezes eram

membros das mesmas famílias que, por divisões de herança ou por falta de terras para todos os membros das famílias, eram colocados em diferentes situações.⁸¹ Na trajetória do grupo social dos *colonos* (ou mesmo das famílias) alguns indivíduos de uma geração que não podiam dividir as terras dos seus pais com os seus numerosos irmãos e não conseguiam acesso a novas áreas que pudessem adquirir, a alternativa que restava era a luta por terra.

Da mesma forma que os *colonos* empobrecidos, muitos *caboclos* excluídos historicamente da propriedade da terra e que viviam em situações instáveis socialmente (como posseiros, agregados, meeiros, etc.) viram nas ocupações e acampamentos que surgiam uma oportunidade de conseguir uma pequena propriedade (Schmitt, 1992, p.520-535).

Os movimentos de luta por terra surgiram no final da década de 1970 em regiões de minifúndio, onde havia forte contingente populacional e falta de terras disponíveis para suportar novos produtores, como na região do Alto Uruguai do RS. Uma das soluções encontradas historicamente para resolver este tipo de problema era buscar novas terras em regiões de matas ainda não ocupadas nas regiões próximas, seja no RS ou nos estados vizinhos de SC e PR. Na falta de perspectiva de conseguir novas terras, vinha se tornando prática comum de *caboclos* e *colonos* adentrarem nas reservas indígenas (consideradas áreas desocupadas ou muita terra para poucos índios).⁸² Entretanto, no final da década de 1970, essa possibilidade seria fechada com a expulsão dos ocupantes pelos indígenas em Nonoai.⁸³

Uma das soluções apresentadas pelo governo federal foi o deslocamento desses excedentes populacionais para áreas do território nacional ainda pouco ocupadas no Centro-Oeste e Norte do país, por meio de projetos de colonização, formados desde os anos 1960. O alvo destes deslocamentos populacionais foram os *colonos*, pois eram considerados agricultores preparados, que já tinham experiência de produção e de administração de propriedades para desenvolver as regiões dos projetos de colonização do Centro-Oeste e Norte do país. Nas décadas de 1970 e 1980 foram formados vários projetos de colonização para deslocar *colonos* sem terra do RS para Mato Grosso, Pará, Acre, Amazonas e Roraima. Mesmo que para muitos *colonos* o deslocamento para estas regiões se constituísse em uma boa oportunidade de alcançar acesso à terra e certo apoio do governo, para outros a transferência de região gerou situações traumáticas. Segundo análise de Tavares dos Santos (1985; 1993), muitos participantes destes projetos não se adaptaram às novas colônias no Centro Oeste e Norte (ao se depararem com condições naturais diversas das de origem, com muitas dificuldades estruturais, distância de centros consumidores e a falta de assistência do Estado) e iniciaram um fluxo de retorno ao Sul. A estes o autor chama de “colonos retornados” e atribui às experiências frustradas deles a disseminação da ideia da “recusa” à proposta do Estado de resolução da questão agrária através de projetos de colonização.⁸⁴ Estas experiências frustradas seriam usadas pelos agentes mediadores ligados à Igreja progressista e mesmo alguns sindicatos (ou grupos de oposições sindicais) para construir junto aos *colonos* sem terra a recusa da proposta do governo de deslocamento para o Norte e Centro-Oeste e para formar a ideia de que era preciso lutar por terra no estado, reerguendo a bandeira da reforma agrária no estado.

⁸¹ Para um detalhamento sobre como se dá o processo de transmissões de heranças e escolha dos “sucessores” nas regiões de colônias no RS ver Carneiro (2001).

⁸² Inclusive no princípio dos anos 1960 o governo Brizola havia vendido lotes de terras da área indígena da Serrinha (região do Alto Uruguai) para colonos.

⁸³ Não é objetivo de esse trabalho explorar como ocorreu a entrada e a expulsão de colonos nas áreas indígenas. Detalhes sobre esses conflitos podem ser buscados em Ghelen (1985; 1991) e Carini (2005).

⁸⁴ Não cabe aqui explicitar toda a complexidade dos processos que levaram ao deslocamento de parte da população excedente das regiões coloniais do RS para o Centro-Oeste e Norte do país. Os trabalhos de Tavares dos Santos (1985 e 1993) detalham como se deram esses processos.

Interessante notar que neste momento histórico não eram mais os *caboclos* os principais interessados na reforma agrária (como ocorreu na década de 1960 nas ações do MASTER), mas sim os descendentes de *colonos* empobrecidos que não conseguiam mais comprar suas próprias terras (como faziam as gerações anteriores). Os *caboclos* que estavam interessados em obter terras também participaram dos acampamentos formados, mas em posição minoritária.

No que se refere aos movimentos de produtores, os motivos dos embates com as autoridades foram outros. Enfrentavam problemas com a baixa dos preços de produtos, ingerências do governo sobre a comercialização, dificuldades de mercado com soja, uva, suínos, fumo e leite. Nestas situações, os agricultores viviam a crise e encontraram no sindicato (e na Igreja) um espaço para pensá-la e problematizá-la, levando-os a questionar a política agrícola do governo, o modelo da agricultura modernizada e, aos poucos, a pensarem um espaço próprio dos pequenos produtores para manifestarem os interesses específicos.

O caso das mobilizações dos produtores de soja, iniciado com as lutas contra o confisco da soja em 1980, parece revelador de como se deu a emergência política dos agricultores em reação a uma medida do governo. Segundo apontado por Menasche (1996), em estudo realizado na região Noroeste do RS, no final dos anos 1970 já havia ocorrido várias frustrações de safras de trigo (considera uma cultura complementar a soja, que era o carro-chefe) nos anos de 1975, 76, 77 e 79 e de soja nos anos 78 e 79, causando uma situação de enfraquecimento econômico dos agricultores. No ano de 1980, “quando o preço da soja estava alto e a colheita seria boa, o governo estabeleceu um imposto de exportação que ficaria conhecido como ‘confisco da soja’” (id. p.28). Foi fixada uma taxa de 13% sobre a soja exportada em grão, 5% sobre o farelo de soja e 28% sobre o óleo. Um depoimento colhido pela autora é revelador da reação dos *colonos*:

A coisa começa a dar um certo chocoalho com o famoso ‘lagartão da soja’⁸⁵, 1980, confisco cambial da soja ... o então ministro ... Delfim Neto ... o governo precisava fazer caixa ... eu sei que era uma coisa fantástica de confisco cambial na soja ... e bueno, aí deu um grito geral, deu um levante... se chamava o Delfim Neto de “lagartão da soja”... (id. p.29).

Mesmo com os descontentamentos gerais dos agricultores e da pressão política exercida pelos interlocutores tradicionais, como a FARSUL, FECOTRIGO e associações de produtores de óleos de soja, o governo permaneceu irredutível. Então, segundo Menasche (1996, p.30), foi deflagrado um movimento a partir de uma reunião realizada em Ijuí, em 21 de março de 1980 com 50 dirigentes sindicais. Foi marcado para 31 de março o “Dia do Protesto”. As mobilizações teriam envolvido 400 mil agricultores, em cerca de 100 municípios do Rio Grande do Sul, tendo saído às ruas com seus tratores, colheitadeiras e caminhões em gigantescas manifestações. Segundo apontado pela edição especial do Boletim *O Trabalhador Rural* da CONTAG sobre as lutas daquele período:

Nos três dias que se seguiram, o movimento se alastrou, começando a aparecer manifestações nos municípios das demais regiões produtoras de soja de Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul, como nunca se havia visto antes. Ao todo, mais de 700 mil pequenos agricultores protestaram contra a Política Agrícola do Governo, fazendo-o recuar e ceder às reivindicações dos produtores (CONTAG, 1981, p.43).

⁸⁵ No cultivo da soja uma das principais pragas que ataca a planta (comendo suas folhas) é conhecida popularmente como lagarta da soja. Nesse depoimento, e em outros materiais que saíram nos dias das mobilizações, aparece a associação do Ministro Delfim Neto como o “lagartão da soja”, como uma praga que aparecia para comer a soja dos agricultores.

Estas mobilizações receberam apoio das autoridades locais e estaduais e obtiveram uma importante vitória política com o fim do confisco. Era o início de um período de enfrentamento entre os produtores e o Estado.

Mesmo que no Boletim da CONTAG estas lutas sejam citadas como exclusivas de pequenos agricultores, o Boletim dos Sindicatos da região de Ijuí e o trabalho de Menasche (1996) mostram que mesmo que os *pequenos* tivessem tido papel central contaram com a colaboração dos *grandes*, de algumas de suas organizações de representação, de cooperativas e de autoridades locais. Ou seja, reuniram todos os produtores de soja, seus representantes, as cooperativas que faziam a comercialização da soja e as autoridades locais. O que os unia era a luta contra o confisco que afetava a todos os envolvidos na cadeia da soja.

O Boletim dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais *A Voz do Agricultor*, publicação conjunta dos sindicatos da região de Ijuí, ao avaliar as mobilizações feitas, dá boas pistas sobre os motivadores das mobilizações:

O Dia do Protesto foi o que todo mundo viu. Homens e máquinas nas ruas na maior demonstração que nós já fizemos até hoje. Os mais antigos são capazes até de ligar este Dia do Protesto contra o confisco com aquela passeata contra o trigo papel que aconteceu lá pelos anos de 1960. Tanto aquela vez como agora nós saímos com nossas máquinas para a rua (ou sem elas, pois muitos de nós não temos máquinas) prá exigir mudanças numa situação injusta. (*A Voz do Agricultor*, 1980, p.7).

Como se percebe nesse relato não teriam sido somente os motivos econômicos que causaram a mobilização de amplos setores, mas a exemplo da “passeata contra o trigo papel” de 1960, também em 1980 se protestava contra uma “situação injusta” que afetava todos que trabalhavam com a soja.

Thompson (1998), ao analisar os motins com fins de garantir a subsistência das famílias na Inglaterra do século XVIII, se contrapõe às visões reducionistas que levam em conta somente os aspectos econômicos como motivadores da revolta. Afirma ser possível detectar em quase todas aquelas ações de massa alguma noção legitimadora, pois as pessoas que constituíam a “turba” acreditavam estar defendendo direitos ou costumes tradicionais e, em geral, estavam apoiados pelo amplo consenso da comunidade.

No caso dos protestos contra o confisco da soja, existiram elementos semelhantes. Os produtores, os sindicatos, as cooperativas, as autoridades locais estavam em consenso sobre a situação injusta que estavam sendo vítimas. Depois de vários anos com problemas climáticos que causavam fortes perdas para os produtores, no ano em que a safra era boa e o preço estava bom, o governo se tornava a “grande praga da agricultura”, querendo tomar boa parte da renda que seria de direito do produtor. Essa era uma situação que causava profunda indignação a todos os produtores e os demais envolvidos com a soja.

Além desse sentimento de injustiça, chama atenção também no relato das mobilizações feitas pelo Boletim dos Sindicatos outros fatores complementares. No município de Santo Augusto a “palavra foi dada somente a agricultores, pois o movimento era de agricultores, e não de políticos” (*A Voz do Agricultor*, 1980, p.8), evidenciando o conflito que se abria com “os políticos”, com os representantes da ordem estabelecida. Outro fator de destaque deveu-se à busca de unidade da “classe dos sojicultores”, como é destacado no Boletim: algumas regiões os sindicatos patronais “trabalharam lado a lado com os sindicatos de trabalhadores” demonstrando que “a luta era de toda a classe, pouco importando se eram pequenos ou grandes produtores de soja” (id. p.9). Nestas mobilizações construiu-se como o grande opositor do movimento o Ministro da Agricultura Delfim Neto, pois “foi ele que criou

o tal confisco e, por causa disto, a ele se dedicou muitas frases: ‘Delfim, o lagartão da soja’, ‘As três pragas da soja: fede-fede, lagarta e Delfim Neto’ etc.” (id. p.9).

Em outras regiões onde os principais produtos agropecuários eram outros, tais como a uva, o fumo, o leite e os suínos ocorreram mobilizações semelhantes com vistas a reivindicar melhores preços dos produtos. No Boletim especial da CONTAG dedicado às lutas camponesas do ano de 1980, é atribuído destaque a luta dos suinocultores que foram deflagradas em 25 de novembro desse ano nos três estados do Sul em reação ao fechamento do mercado externo para a carne suína devido à constatação de uma “duvidosa” “peste suína africana” (CONTAG, 1981, p.48). Esta peste estava derrubando os preços para os produtores ao passo que era constatado que os consumidores continuavam pagando os mesmos preços nos supermercados das cidades. Essa situação causou a revolta dos criadores de suínos que reclamavam das autoridades soluções através dos canais oficiais (envio de ofícios, audiências), mas não eram atendidos. Em reação a essa situação, decidiram paralisar a comercialização de suínos (era a *greve do porco*) e trancar pontos estratégicos de rodovias por onde eram transportados os suínos comercializados e seus produtos derivados em vários municípios produtores. Essas mobilizações reuniram 30 mil produtores nos três estados do Sul. Mesmo com o envio de policiais para dissipar as mobilizações, os produtores persistiram em seus propósitos até que o Ministro da Agricultura fosse pessoalmente negociar uma saída. Dentre as vitórias desse movimento é destacado: inclusão da carne suína na pauta dos preços mínimos; promoção de uma campanha governamental para aumentar o consumo da carne suína; campanha de vigilância sanitária; reabertura da exportação da carne de porco; e, aumento do preço do suíno segundo um acordo entre governo, produtores e frigoríficos (CONTAG, 1981, p.49).

3.2.2 *Conflitos por direitos sociais*

Outros temas que mobilizaram grandes contingentes de pequenos produtores, em que também aparecia como motivador das mobilizações um sentimento de injustiça, foram saúde e previdência social. Estes temas que, durante a década de 1970 receberam louvores do sindicalismo quando foi instituído o FUNRURAL como benefícios aos trabalhadores rurais, no final desta década e na seguinte colocaram o sindicalismo em rota de coalizão com o governo. Segundo apontado por Coradini (1988), mesmo que os conflitos nessa área tenham se dado em nível nacional, em alguns estados, como o Rio Grande do Sul, estes temas foram tratados como centrais para o sindicalismo.

Desde 1979 começaram a ocorrer mobilizações de massa (na forma de concentrações regionais) organizadas por sindicatos, como os de Frederico Westphalen, Miraguaí e Ijuí, com o objetivo de demonstrar o descontentamento com as autoridades e as direções dos hospitais quanto à situação dos serviços de saúde e de previdência social. Denunciavam o desrespeito às regras que regem os benefícios por parte dos órgãos públicos, dos médicos e das direções dos hospitais; a baixa qualidade dos serviços prestados; a inadequação das regras de aposentadoria e demais benefícios; a insuficiência dos subsídios para os serviços de atendimento ambulatorial e odontológico. Essas denúncias vinham acompanhadas da construção de um sentimento de injustiça frente à situação de descaso que enfrentavam os pequenos produtores que eram *contribuintes* (pagavam uma taxa de 2% sobre os produtos comercializados), mas não estavam recebendo os serviços a que tinham direito. Para Coradini (1996, p.181) “apesar de haver um componente econômico evidente nas relações sociais estabelecidas (a ‘contribuição’ e o usufruo dos ‘direitos’), há também um forte componente

moral.” Para os pequenos produtores o fato das direções dos hospitais não aceitarem a sua classificação como trabalhadores rurais (classe em que estavam enquadrados pela legislação) e seus respectivos direitos de serem atendidos, tentando lhes “impor a classificação de ‘indigente’, uma classificação baseada na antiga ideologia da filantropia. [...] essa situação tem o efeito de desclassificá-los socialmente e, conseqüentemente, ‘desmoralizá-los’” (id.).

Esta “desmoralização” dos pequenos produtores, tratados como “indigentes”, sendo estes *contribuintes*, era percebida amplamente como uma lesão ao que era considerado como um direito legitimado dos produtores à assistência. Como se refere Thompson (1998, p.152), sobre os motins populares na Inglaterra: “é possível detectar em quase toda ação popular do século XVIII uma noção legitimadora”, a multidão estava imbuída da “crença de que estava defendendo direitos ou costumes tradicionais; e de que, em geral, tinha o apoio do consenso mais amplo da comunidade.” (id.). Seguindo fenômenos semelhantes a que Thompson (1998) chama de “economia moral”, Barrington Moore (1987, p.46) ao analisar os levantes revolucionários na Alemanha de 1848 a 1920 identifica em inovações impostas a grupos de trabalhadores a quebra de “contratos sociais implícitos” (um sistema de regras tibiamente organizado que determina as condições do reconhecimento social recíproco) que geraram situações de “injustiça” social e a criação de base motivacional para amplas revoltas sociais.

Para Honneth (2009) a criação de um sentimento de injustiça que atinge um grupo social inteiro pode funcionar como um “combustível moral” para gerar sentimentos de indignação e desencadear “lutas por reconhecimento” de seus direitos e por sua dignidade. Na lógica do autor

os motivos da resistência social e da rebelião se formam no quadro de experiências morais que procedem da infração de expectativas de reconhecimento profundamente arraigadas. Tais expectativas estão ligadas na psique às condições da formação da identidade pessoal, de modo que elas retêm os padrões sociais de reconhecimento sob os quais um sujeito pode se saber respeitado em seu entorno sociocultural como um ser ao mesmo tempo autônomo e individualizado; se essas expectativas normativas são desapontadas pela sociedade, isso desencadeia exatamente o tipo de experiência moral que se expressa no sentimento de desrespeito. Sentimentos de lesão social dessa espécie só podem tornar-se base motivacional de resistência coletiva quando o sujeito é capaz de articulá-los num quadro de interpretação intersubjetivo que os comprova como típicos de um grupo social inteiro; nesse sentido, o surgimento de movimentos sociais depende da existência de uma semântica coletiva que permite interpretar as experiências de desapontamento pessoal como algo que afeta não só o eu individual mas também um círculo de muitos outros sujeitos. (Honneth, 2009, p.258).

No caso dos pequenos produtores do Rio Grande do Sul, a reação a situação de desrespeito, de negação de direitos, seria canalizada pelo sindicalismo e construída como uma pauta de luta. Como relata Ezídio Pinheiro (presidente do STR de Frederico de Westphalen e depois da FETAG-RS) sobre as primeiras mobilizações ocorridas nessa área em 1979:

Nós fizemos grandes atos aqui em Frederico Westphalen. Fazer mobilizações, botar o público na rua, virar carro na rua, ir pra dentro dos hospitais no tempo do FUNRURAL, que era quem cuidava da parte da assistência, foi pela assistência médica hospitalar. Na época tinha que guardar dinheiro no colchão pra caso desse uma doença. Tinha uma séria de outras pautas, mas o que doía mesmo, a coisa sentida na época, mais ao nível de município, era a área da saúde. Então começou essa mobilização. Esse ato em Frederico assustou um pouco o povo, o povo veio. Botar nove mil pessoas. Começou, chegou oito e meia da manhã as rádios anunciavam: “fracassou o movimento”, “não vem ninguém”... E a gente dando entrevista pras rádios, se criou um problema forte. De repente começou a aparecer um caminhão dum lado carregado, um trator de outro, um carro velho de outro e foi tomando conta. O comércio fechou as portas. Aí se começou a se perceber o tamanho da

força daquele pessoal. Os casais de mão pega, porque o assunto era saúde, atingia a questão da mulher. (Entrevista ao autor, 2010).

O advento da mulher como personagem também aparece no depoimento de Carlos Karlinski (dirigente do STR de Ijuí nas décadas de 1970-80 e Secretário Geral da FETAG entre 1989-92) associado ao tema dos direitos sociais dos agricultores:

Me lembro que quando nós fizemos a manifestação da saúde, foi quando o pessoal sugeriu fazer um abaixo assinado pra mudar a lei da previdência social, teve aquela ideia: *o agricultor não é meio homem*, por que recebia meio salário mínimo; a *mulher rural exige justiça*, por que ela era discriminada, não tinha direitos, só pensão no caso do falecimento do marido. (Entrevista ao autor, 2010).

Pelo que se pode perceber com esta rápida exposição sobre a construção das pautas na área da saúde e previdência e pelo que aponta a literatura sobre o tema, além de terem gerado um amplo sentimento de uma situação injusta que os pequenos produtores estavam sendo vítimas, fez emergir também a ideia de que era necessário lutar pela ampliação dos direitos dos trabalhadores rurais tomando-se por referência a equiparação com os trabalhadores urbanos. O agricultor não era meio homem, passava a exigir a aposentadoria integral; a mulher também era trabalhadora, exigia a sua inclusão nos benefícios previdenciários em igualdade com os homens. Estas lutas por direitos sociais deram base para a organização de pautas específicas das mulheres agricultoras no Sul e para a criação, alguns anos depois, de atores próprios de representação.

As lutas dos trabalhadores rurais da década de 1980, a força do sindicalismo rural e as suas articulações com outras forças sindicais lograram garantir na Constituição de 1988 e nas leis complementares a equiparação dos seus direitos sociais aos trabalhadores urbanos. Na previdência social ocorreu a “inclusão dos trabalhadores rurais e dos segurados em regime de produção familiar, chamados de *segurados especiais*, no plano geral de benefícios normal do Regime Geral de Previdência Social.” (Delgado e Schwarzer, 2000, p.196, grifos no original). A contribuição dos produtores familiares manteve-se na forma de cobrança pela produção comercializada (2,2%); o benefício passou de meio para um salário mínimo; as mulheres rurais passaram a ter acesso ao benefício e a idade para requerer o benefício ficou estabelecida em 55 anos para as mulheres e 60 anos para os homens (medidos pelo tempo de trabalho rural exercido e não pelo tempo de contribuição, como ocorre para os trabalhadores urbanos). Os direitos aos serviços de saúde também foram universalizados com o Sistema Único de Saúde estabelecido pela nova Constituição.

3.3 Emergência de novos atores, oposições no sindicalismo e reestruturação da FETAG

Após quase 30 anos de ditadura militar – e no horizonte histórico de uma sociedade autoritária, excludente e hierárquica – as lutas sociais que marcaram o final da década de 1970 e a de 1980 propiciaram a criação de um “espaço público informal”, descontinuo e plural por onde circulam reivindicações e proposições diversas (Paoli e Telles, 2000, p.105). Neste espaço público, se elaborou e se difundiu uma “consciência do direito a ter direitos” (id.), conformando os termos de uma experiência inédita no país, em que a cidadania é buscada como luta e conquista e a reivindicação de direitos interpela a sociedade enquanto exigência de uma negociação possível, aberta ao reconhecimento de interesses e das razões que dão

plausibilidade às aspirações por um trabalho mais digno, por uma vida mais decente e por uma sociedade mais justa.

O surgimento de novos atores no meio rural, nesse período, deve ser relacionado a duas ordens de fatores. De um lado, os de ordem político-econômica, tais como a crise econômica vivida pelo país no período e as suas conseqüências no setor agropecuário; o enfraquecimento da legitimidade do regime militar e o seu processo de abertura lenta e gradual. E, de outro lado, a fatores de ordem subjetiva, tais como a crise das velhas instituições organizadoras do pensamento social (Igreja em suas diferentes alas, sindicatos, esquerdas) e sua conseqüente reformulação sob novas bases; evolução das experiências de organização e luta dos próprios trabalhadores, seja as guardadas na memória dos antigos militantes do início dos anos de 1960 que vinham reformulando suas práticas, seja as dos militantes formados durante o regime autoritário e ousavam desafiar as restrições impostas ou construía pequenas lutas cotidianas e; os sentimentos de injustiça e de desrespeito percebidos intersubjetivamente entre diversos segmentos sociais do campo, excluídos dos benefícios econômicos do período de crescimento do país e que no período de crise eram suas principais vítimas.

No que se refere à segunda ordem de fatores, é apontado por Sader (1988) que nesse momento histórico se viveu certa crise de instituições, dos “antigos centros organizadores” e a emergência de “novos personagens”. Crise da Igreja, que conduz à reformulação de alguns de seus setores que alteram seu discurso e suas práticas à luz da Teologia da Libertação. Crise das esquerdas que, após as derrotas das décadas anteriores e dos impasses internacionais, enfrentavam dificuldades para reformular a “matriz discursiva marxista”, embora mantivessem um corpo teórico consistente sobre a “exploração e a luta sob (e contra) o capitalismo”. Crise no sindicalismo que, esgotado pelas práticas assistencialistas e de cúpula com que fora acostumado, não conseguia dar respostas aos novos desafios e expressar as novas demandas dos trabalhadores. O surgimento de movimentos de renovação do sindicalismo fez surgir o que Sader chama de uma “nova matriz discursiva” que deu origem ao chamado “novo sindicalismo”. É bem verdade que essa nova matriz do sindicalismo em muito se baseia na inclusão da “participação das massas” (da matriz religiosa) e na sistematicidade teórica (da matriz marxista). Segundo aponta Chauí no prefácio à obra de Sader: “os antigos centros organizadores, em crise, são desfeitos e refeitos sob ação simultânea de novos discursos e práticas que informam os movimentos sociais populares, seus sujeitos” (Sader, 1988, p.11).

Os novos sujeitos são tidos como “coletividades onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas” (Sader, 1988, p.55). A novidade de que estes sujeitos são portadores é tríplice: constituem um sujeito (coletivo, de massas), lugares políticos novos (a experiência do cotidiano, pequenas lutas) e uma prática nova (luta pela criação de direitos ou por fazer valer direitos que se acreditavam que estavam sendo desrespeitados a partir da consciência de interesses e vontades próprias). Os novos sujeitos políticos emergem quando uma matriz discursiva consegue reordenar ou nomear aspirações que estavam confusas ou em crise possibilitando a identificação de projetos de mudança:

Constitui-se um novo sujeito político quando emerge uma matriz discursiva capaz de reordenar os enunciados, nomear aspirações difusas, ou articulá-las de outro modo, logrando que indivíduos se reconheçam nesse novo significado. É assim que, formados no campo comum do imaginário de uma sociedade, emergem matrizes discursivas que expressam as divisões e os antagonismos dessa sociedade. (Sader, 1988, p.60).

É nas situações de crise da ordem estabelecida (da *doxa*, segundo Bourdieu, 2008), que os agentes desafiadores (heréticos) têm maiores possibilidades de transformar o mundo social alterando as representações que contribuem para a sua realidade: “opondo uma *pré-visão paradoxal* (utopia, projeto, programa) à visão comum que apreende o mundo social como mundo natural.” (id. p.118). Nessa ótica, o discurso produzido pelos agentes desafiadores pode ter o efeito de prescrever a realidade que anunciam:

Enquanto enunciado *performativo*, a *pré-visão* política é, por si só, uma *pré-dição* que pretende fazer acontecer o que anuncia; ela contribui praticamente para a realidade do que anuncia pelo fato de anunciá-lo, de prevê-lo e de fazê-lo prever; por torná-lo concebível e sobretudo crível, criando assim a representação e a vontade coletiva em condições de contribuir para produzi-lo. (Bourdieu, 2008, p.118).

A legitimidade do discurso é dada pela legitimidade do agente que o produz e também deve sua eficácia à correspondência com os “esquemas de classificação” e “classes” existentes. Esse discurso pode exercer sobre as outras dimensões da realidade social um “efeito de previsão” ou “efeito de teoria” (id. p.122). A eficácia simbólica do efeito de teoria traz a possibilidade de ao produzir uma nova classificação “fazer ou desfazer” os grupos, “fazendo ou desfazendo” as representações sociais desses grupos. Nesse sentido, segundo a leitura que Romano (1988, p.4) faz desse processo, “a ação política visaria produzir, através do discurso, as representações do mundo social que são capazes de atuar sobre esse mundo, atuando, para isso sobre as representações que dele possuem os agentes.”

No Brasil do final dos anos 1970, dentre os variados discursos emergentes e diversas formas de expressão de demandas surgiram novos sujeitos políticos. Os mais destacados (como as greves dos metalúrgicos do ABC paulista, as ocupações de terra pelos *colonos* em Ronda Alta e as lutas contra o confisco da soja em Ijuí no RS, as lutas por direitos sociais em diversos locais, os empates dos seringueiros do Acre e as greves dos cortadores de cana em Pernambuco) conseguiram atingir repercussão nacional e se constituírem em uma espécie de paradigma para outros movimentos que emergiam. Mesmo diante da diversidade com que se expressavam, logo foram buscadas formas de unificar as variadas formas de expressão e as demandas em bandeiras e canais organizativos que pudessem acumular a força dessas iniciativas dispersas e coordenar a construção um grande projeto da classe trabalhadora. Os instrumentos criados para canalizar as demandas foram o Partido dos Trabalhadores (PT), criado em 1980, como instrumento institucional e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), criada em 1983, como coordenadora do movimento sindical.

A criação da CUT foi fruto de um intenso processo de mobilização social do final dos anos de 1970 e início dos 80, de revigoramento do sindicalismo (seja urbano, seja rural), do desenvolvimento de práticas que tendiam a afirmar a autonomia sindical e da conjugação de esforços no sentido de criar uma central única de trabalhadores. Nesse processo, ocorreu uma forte disputa sobre o lugar que a estrutura sindical existente deveria ocupar na central sindical a ser criada. Algumas correntes defendiam a criação da central a partir dos sindicatos, federações e confederações existentes, enquanto outras, críticas à estrutura sindical, enfatizavam o papel das bases sindicais, das lutas diretas de trabalhadores, dos acampamentos de sem terras, das comissões de fábricas e buscavam anular o peso das federações e confederações. Com estas diferenças, formavam-se dois blocos de forças sindicais concorrentes. De um lado, os chamados sindicalistas *autênticos*, formados pelos metalúrgicos do ABC, por sindicatos e oposições sindicais rurais principalmente da região Sul e do Pará, de funcionários públicos, de bancários etc., os quais, com os grupos integrantes das oposições

sindicais urbanas⁸⁶, compunham o denominado *Bloco Combativo* ou o *novo sindicalismo*. De outro lado, estavam os chamados de *moderados* que compunham o bloco da *Unidade Sindical*, que agrupava lideranças tradicionais no interior do movimento sindical e os militantes de setores da esquerda tradicional, tais como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8) e a direção da CONTAG (Medeiros, 1989; Rodrigues, 1990).

No princípio dos anos 1980 foram realizados importantes encontros com vistas à reorganização do sindicalismo e a formação de uma central sindical unitária. Com esse fim, foi realizada em 1981, em Praia Grande-SP, a I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT) com integrantes de todas as forças. As divergências entre estes dois grandes blocos sindicais acabaram por influenciar a realização de outras duas Conferências separadas no ano de 1983, dando origem a duas centrais sindicais distintas: os do novo sindicalismo se reuniram no mês de agosto em São Bernardo e formaram a CUT e os da Unidade Sindical se reuniram no mês de novembro em Praia Grande para formar a Coordenação Geral da Classe Trabalhadora (CONCLAT) que, poucos anos depois, passaria a ser chamada de Central Geral dos Trabalhadores (CGT) (CUT, 1986a; Rodrigues, 1990).

Desde o surgimento da CUT os sindicatos do setor rural tiveram importante presença no seu interior. No encontro de 1983, em que ela foi fundada, é registrada a presença de 310 sindicatos rurais, 355 sindicatos urbanos, 134 associações pré-sindicais e 99 associações de funcionários públicos. Na primeira diretoria da Central, a vice-presidência foi ocupada por Avelino Ganzer (STR de Santarém-PA) e foi criado um espaço próprio para a categoria com a Secretaria Rural, ocupada por José Gomes Novaes (STR de Barra do Choça-BA). No I Congresso da CUT realizado em 1984, a sua direção nacional foi composta por 149 dirigentes, o que incluía o corpo responsável pelas ações nacionais da central – sua Executiva Nacional – e os responsáveis pela construção da Central nos estados. Desse grupo, aproximadamente um terço eram trabalhadores rurais. A participação do setor rural nos congressos e sua presença nos cargos de direção mantiveram-se neste mesmo patamar ao longo dos congressos realizados na década de 80 (CUT, 1986a; Favareto, 2001). Ainda que a presença numérica dos rurais fosse grande, existia, no entanto, um claro descompasso entre a sua grande importância numérica e a sua modesta importância política na Central. Neste aspecto, percebe-se certa subordinação dos rurais aos urbanos na Central.

No que se refere à novidade política da CUT, esta, para se diferenciar do sindicalismo tradicional considerado atrelado aos governos, se constituiu com intenção de ser independente tanto dos patrões e do governo, quanto dos partidos políticos e dos credos religiosos (Rodrigues, 1990). Seguindo este caminho, o I Congresso Nacional da CUT aprovou um conjunto de princípios que deveriam nortear a elaboração de um novo modelo de organização sindical a ser implantado para substituir ao modelo corporativo anterior. Segundo Rodrigues (1990, p.10), estas medidas dariam base para constituir uma nova estrutura, que deveria ser:

democrática, de modo a permitir a mais ampla liberdade de discussão e expressão das correntes internas; *classista e de luta*, “combatendo a colaboração de classes e não compactuando com os planos do governo que firam os interesses dos trabalhadores”; *com liberdade e autonomia sindical*, quer dizer, independente com relação à classe patronal, o governo, os partidos políticos, as concepções religiosas e filosóficas; *organizada por ramo*

⁸⁶ Agrupando militantes egressos ou não da experiência da luta armada e/ou militantes ligados à Igreja progressista. Estes setores apresentavam uma plataforma que tinha como centro o combate à estrutura sindical corporativa a partir de um intenso trabalho de base via comissões de fábrica. Sua maior expressão estava na Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e podia apresentar posições que iam desde a aceitação do trabalho conjunto com o sindicato oficial, até aquelas contrárias a este tipo de articulação.

de produção, quer dizer, os trabalhadores, segundo foi votado, “criarão suas formas de organização desde os locais de trabalho até a central sindical, seu órgão máximo. Todos os trabalhadores terão sua organização sindical tanto no setor privado como no setor público a qualquer nível. As assembleias de trabalhadores decidirão sobre seus estatutos, obedecendo aos princípios aqui expostos”. Um *código mínimo de trabalho* substituiria a CLT.

Seguindo trilhas semelhantes, o novo sindicalismo no campo também surgiu como um processo de reformulação e, muitas vezes, em oposição aos sindicatos, às federações e à própria CONTAG. Segundo Medeiros (2001, p.105), ainda em meados dos anos 1970 começaram a se esboçar críticas à prática sindical contaguiana e às ações dos sindicatos e federações: “a ação da CONTAG era apontada como ineficaz, por ser voltada principalmente para a denúncia de situações concretas aos poderes públicos, mas pouco efetiva no sentido de estimular a organização e mobilização dos trabalhadores para pressões.”

Todavia, essas críticas não eram generalizáveis, pois a CONTAG era reconhecida como uma das principais organizações do sindicalismo brasileiro na luta contra a ditadura. Neste aspecto, o III Congresso da CONTAG realizado em 1979, atento à abertura política que lentamente ocorria, fez recomendação para que os sindicatos reassumissem seu papel reivindicatório, “falando menos em PEDIR e mais em EXIGIR” dos governos. Para isso não bastava o sindicalismo fazer uma carta de princípios, listando as reivindicações dos trabalhadores rurais, mas era preciso intensificar as lutas que já se vinham desenvolvendo e abrir novas frentes. Entretanto, mesmo com essas orientações, muitos dos seus sindicatos e federações eram considerados “assistencialistas”, “atrelados ao governo”, “burocráticos”, “conservadores”, e, portanto, incapazes de dar consistência à luta por reforma agrária e por direitos pregadas pela própria Confederação (Novaes, 1991).

Um dos fatores que causou acirrados conflitos internos no sindicalismo do campo foi a postura ambígua que a CONTAG assumiu na reordenação do sindicalismo. No processo de formação das centrais sindicais os principais dirigentes da CONTAG ao mesmo tempo em que evocavam os méritos da sua estrutura sindical nas lutas de enfrentamento ao regime militar, teriam se mostrado reticentes às mudanças sindicais que os integrantes do novo sindicalismo propunham. Descrevendo o fato, Ricci (1999, p.175-176) ressalta:

No plenário da CONCLAT, em que estavam presentes 1.104 delegados rurais (21% do total), José Francisco [presidente da CONTAG] sustentou um forte embate com Lula. O presidente da CONTAG não admitia ouvir que os diretores das instâncias da estrutura sindical vigente fossem pelegos e invocava, como contraponto, sua própria história, construída no confronto com a ditadura e na direção de inúmeras lutas dos trabalhadores. A grande questão em pauta era o sistema de representação e a composição da central sindical a ser criada no ano seguinte. José Francisco, assim como as demais lideranças da Unidade Sindical, defendia a participação das federações e confederações na direção da futura central e a exclusão do paralelismo por parte das oposições sindicais, o que era rejeitado pelas lideranças articuladas a partir do ENTOES [Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical, realizado no Rio de Janeiro, em setembro de 1980, reunindo oposições sindicais, comandos de greve, comissões de fábrica, lideranças de base, agrupando trabalhadores urbanos e rurais].

Frente a estas divergências e procurando manter a unidade do sindicalismo dos trabalhadores rurais, a CONTAG não se filiou a nenhuma das duas centrais que se consolidavam. Mas, esta postura autônoma, longe de resolver o problema do divisionismo, permitiu a formação de posições e grupos concorrentes no interior do sindicalismo rural uma vez que expressivas lideranças ocuparam posições importantes na direção das duas centrais.

Avelino Ganzer, destacado líder sindical rural de Santarém-Pará, era vice-presidente da CUT e José Francisco da Silva, presidente da CONTAG, era vice-presidente da CONCLAT.

Um dos principais agentes motivador de críticas ao sindicalismo oficial no campo em vários pontos do país foi a CPT. Com a legitimidade dada pela Igreja e sua vinculação institucional à CNBB, fornecia uma legitimação teológica para as demandas emergentes e para as ações de resistência, formava quadros políticos, através da ação das pastorais e viabilizava espaços e infra-estrutura para encontros. Esse trabalho molecular da Igreja foi um dos principais responsáveis pelo aparecimento de um movimento de renovação das práticas sindicais e construção de oposições sindicais portadoras de críticas não só à estrutura sindical vigente, mas também às práticas assistenciais que ocupavam boa parte dos recursos e das atenções do sindicalismo rural. Inicialmente dispersas, as oposições articularam-se a novas redes, constituindo laços com o *novo sindicalismo* urbano e com os temas centrais das lutas políticas nacionais (liberdade e autonomia sindical, redemocratização política, reforma agrária etc.).

A CPT, como órgão da Igreja, atuava como um agente mediador entre as situações de carência e de marginalidade de diversas categorias de trabalhadores rurais. Para produzir um discurso de renovação das formas de representação política destas diversas categorias sociais que valorizasse a participação e o protagonismo dos pobres e oprimidos na construção de uma sociedade mais justa também foram questionadas algumas categorias existentes e construídas outras categorias de identificação.

Esse trabalho de anunciação, enquanto questionamento das representações estabelecidas, segundo Bourdieu (2008), quando aplicado à constituição de “novos grupos” põe em evidência as “propriedades comuns” para além da diversidade das situações particulares que os isolam, dividem, desmobilizam “construindo sua identidade social com base em traços ou experiências que poderiam parecer incompatíveis” (id., p.120). De outra parte, “a construção de grupos dominados com base numa dada diferença específica é inseparável da desconstrução de grupos estabelecidos a partir de propriedades ou qualidades genéricas [...] que definiam a identidades social e as vezes até mesmo a identidade legal dos agentes envolvidos num outro estado das relações de forças simbólicas.” (id.). Esse era o caso dos grupos dominados com que a CPT trabalhava a construção um discurso de *libertação* procurando através da organização dos pobres e oprimidos a transformação do mundo social.

Em reação a essa construção de discursos e ações coletivas que visavam subverter a ordem do mundo social, “os dominantes, vendo-se impossibilitados de restaurar o *silêncio da doxa*, esforçam-se por produzir um discurso puramente reativo de tudo aquilo que ameaça a própria existência do discurso herético” (Bourdieu, 2008, p.121, grifos no original). Os grandes proprietários, as suas organizações de representação e os órgãos do Estado que tinham afinidade com os seus interesses, reagiram frente as investidas dos setores *oprimidos* organizados e/ou assessorados pela CPT e pelos sindicatos visando alcançarem melhores posições na distribuições de recursos socioeconômicos. Da mesma forma, o sindicalismo da FETAG/CONTAG reagiu ao perceber que os agentes católicos da CPT e o sindicalismo cutista formavam possibilidades de questionar a estrutura de representação da categoria genérica trabalhador rural, questionarem a sua postura de representantes únicos perante o Estado e, mesmo, disputar a estrutura e os rumos político-ideológicos do sindicalismo. Estas reações serão tratadas mais adiante na medida em que forem apresentados os questionamentos dos desafiantes.

3.3.1 Formação de novos atores no campo

A construção de novos atores no campo se deu frente a uma nova conjuntura política de abertura democrática, de crise econômica, de emergência de novos mediadores sociais, de experiências acumuladas e diante das contradições da estrutura sindical e das suas incapacidades de absorver e encaminhar as novas demandas que surgiam. De um lado, as demandas por terra, por preços de produtos, por direitos previdenciários e de saúde desafiavam o sindicalismo a dar respostas mais ousadas a os seus tradicionais métodos de envio de correspondências aos órgãos públicos, marcação de audiências etc., de outro, as demandas por maior democratização das esferas sindicais, maior participação das bases e por tornar o sindicato uma ferramenta de luta dos agricultores causavam reações das tradicionais direções sindicais mais afeitas a posturas centralizadas da vida sindical. Para completar este quadro ainda emergiam novas lideranças, muitas vezes formadas pelos agentes da *igreja progressista*, requerendo espaços nas estruturas.

Antes de tratar especificamente da formação dos diferentes atores cabe fazer uma advertência: na construção de movimentos de categorias específicas do campo e de formação de novos atores a partir do final da década de 1970, algumas organizações transcenderam os limites geográficos do estado do RS, assumindo uma dinâmica de articulação dos três estados da região Sul. Mais especificamente, as novas organizações passaram a ter por bases privilegiadas as regiões de colônias novas do RS (Alto Uruguai e Missões), do oeste de Santa Catarina e do sudoeste do Paraná, regiões que contam com muitas semelhanças socioeconômicas, além de terem sido povoadas por *colonos* provenientes das mesmas regiões coloniais do RS. Por estes motivos e por se situarem geograficamente próximas umas das outras, estas regiões vizinhas dos três estados do Sul (conforme destacado na Figura 4) tiveram uma dinâmica bastante interligada na produção dos novos atores políticos. Sendo assim, quando for necessário, este trabalho procurará tratar desta dinâmica regional, mantendo, porém, o foco central no Rio Grande do Sul.



Figura 4: Região Sul do Brasil com destaque para as regiões Alto Uruguai e Missões do RS, Oeste de SC e Sudoeste do PR. Fonte: elaboração própria.

A partir do final da década de 1970, nas regiões do Alto Uruguai e Missões do RS ocorreram as primeiras ações dos novos *colonos sem-terra*⁸⁷, dos *atingidos por barragens*, a articulação de *oposições sindicais* no campo e iniciativas de organização das mulheres agricultoras. Na leitura de Medeiros (1989), um fato relevante na constituição de um movimento de luta pela terra foi a expulsão de mais de mil famílias que ocupavam irregularmente uma área indígena. Como relata a autora: “Em 1979, posseiros expulsos da reserva indígena de Nonoai pelos índios e que não aceitaram a proposta de serem removidos para projetos de colonização oficiais [Mato Grosso ou Amazônia] ocuparam as fazendas Macali e Brilhante, na região de Sarandi” (p.148). Estas ações de ocupação de fazendas que eram do estado⁸⁸ para reivindicar terra ao governo, contaram com apoio direto do pároco local, padre Arnildo Fritzen (agente ligado à CPT) e de outros agentes.

As famílias que não conseguiram ser assentadas nas glebas Macali e Brilhante formaram um acampamento em local próximo, na denominada Encruzilhada Natalino, município de Ronda Alta. Eram cerca de 300 famílias. O movimento da Encruzilhada Natalino alcançou ampla repercussão: “O número de famílias no novo acampamento dobrou em cerca de dois meses. Foi grande a repercussão na imprensa, conseguindo mobilizar a opinião pública em seu favor” (Medeiros, 1989, p.149).

No oeste de Santa Catarina e sudoeste do Paraná neste mesmo período também ocorreram ações de forma semelhante de agricultores demandando terra (Lerrer, 2008). Destas experiências relativamente isoladas e motivadas por questões locais logo surgiram novas experiências em outros estados do Brasil (São Paulo, Mato Grosso do Sul, Bahia etc.), vindo todas elas a contribuir na formação oficial do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no seu Encontro de fundação em 1984, em Cascavel no Paraná. O MST seria formado como um ator articulador das lutas e representante dos interesses dos *sem terra* em nível nacional (Fernandes, 1996).

Mesmo antes da sua fundação, a organização do MST como um movimento com vida própria já ocorria na região Sul. Segundo Schmitt (1992), este processo começou com a realização, em Chapecó, em janeiro de 1983, de uma primeira reunião entre lideranças dos *sem-terra* e apoiadores religiosos dos três estados do Sul, onde se formou uma “comissão regional”. Em dezembro do mesmo ano foi realizado no RS o I Encontro Estadual de Trabalhadores Sem Terra em Frederico Westphalen, onde foi formada uma Comissão Estadual dos Sem Terra, com objetivo de formar um “movimento independente, mas com o apoio das Igrejas, dos sindicatos e outras entidades que se colocam a serviço de nossa causa, que é a de todo povo trabalhador” (Schmitt, 1992, p.344).

Foi a partir destas iniciativas que se registram os “primeiros intentos no sentido de organizar um ‘movimento de luta por terra’ [...] cuja base não fosse apenas acampamentos isolados, apoiados pela Igreja e por diferentes entidades da sociedade civil, mas sim algum tipo de organização política permanente” (Schmitt, 1992, p.345). Deste momento em diante o MST passou a construir sua vida própria no RS, com atuação destacada no Alto Uruguai, notadamente, a região de Ronda Alta-Sarandi e Três Passos-Erval Seco. Aos poucos foram sendo criadas articulações que passavam pela formação de núcleos de sem terras nas

⁸⁷ É interessante notar que nestas primeiras ocupações de terras no RS era usado o termo *colono sem terra* em uma possível referência a categoria *colono* de origem imigrante (alemães, italianos, poloneses etc.). Mas há que se advertir, como já se tratou no Capítulo I, que a categoria *colono* pode ser usada no estado também como sinônimo de pequeno agricultor independente de origem. Neste caso, aparenta que foi usada no segundo sentido uma vez existiam agricultores de origens variadas que formavam os acampamentos.

⁸⁸ As áreas das fazendas Macali e Brilhante faziam parte da antiga Fazenda Sarandi, desapropriada pelo governo Brizola nos anos de 1960, mas continuavam até aquele momento arrendadas para particulares.

comunidades, comissões municipais, comissões regionais e a formação de uma executiva estadual composta por oito pessoas de diferentes regiões.

Em alguns municípios, o MST penetrava nas “comunidades” com o apoio do sindicato de trabalhadores rurais; em outros, com o auxílio de agentes religiosos ou de membros das oposições sindicais. Havia locais, no entanto, que não existia nenhum nome de contato que pudesse facilitar a organização dos núcleos: as pessoas apresentavam-se então simplesmente como pertencendo ao MST (Schmitt, 1992, p.350).

Ressalta-se que o surgimento do MST, como uma organização independente, se deu também em oposição à forma como o sindicalismo (FETAG/CONTAG) encaminhava as lutas por terra, referenciando-se nas medidas legais previstas no Estatuto da Terra (de 1964) e na segunda metade dos anos 80 no apoio ao I Plano Nacional de Reforma Agrária formulado pelo governo Sarney (Plano que teve pouca efetividade prática). O MST desde sua origem procurou dar encaminhamento à luta por terra através da participação direta dos próprios demandantes, nas ocupações e formação de acampamentos nas áreas de terra consideradas improdutivas (latifúndios) ou áreas públicas, nas mobilizações em rodovias e em prédios públicos. Nesse sentido, o MST apresentou-se como um movimento massivo de luta por terra que se propôs como alternativo ao sistema FETAG/CONTAG, tanto na forma do encaminhamento das lutas, quanto na forma mais flexível de organização, por fora dos canais sindicais reconhecidos pela legislação. Porém, pelo menos em seu momento inicial, o MST via-se como uma articulação dentro do sindicalismo que buscava alcançar a transformação da estrutura sindical (inclusive fazia parte da Articulação Sindical Sul, que viria a formar a CUT rural). Com esse fim, suas lideranças chegaram a participar do IV Congresso da CONTAG em 1985.

A expansão do MST, a visibilidade que a pauta da Reforma Agrária adquiriu e a formulação pelo governo de um Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), anunciado no IV Congresso da CONTAG de 1985, causou fortes reações por parte dos grandes proprietários e suas organizações de representação e uma polarização do debate nacional sobre o tema. Paralelamente às reações das organizações tradicionais de representação dos grandes proprietários, como a CNA e as federações estaduais, em meados dos anos de 1980 surgiu uma nova organização de *ruralistas*, a União Democrática Ruralista (UDR), organizada inicialmente em Goiás entre os grandes pecuaristas, mas que logo passou a ter expressão nacional. Diferenciava-se da CNA por suas posturas mais intransigentes na defesa do direito de propriedade, na defesa do uso de violência em favor dos proprietários, na formação de milícias e por ser absolutamente contrária a qualquer medida de reforma agrária. No RS, as reações ao PNRA foram canalizadas pela FARSUL que, através de manifestações públicas e declarações de encontros, afirmava sua contrariedade ao Programa. Como é recordado no livro de 70 anos da entidade: o PNRA era “caracterizado por profundo teor ideológico, estabeleceu o pânico no meio rural. Ali estava claramente definido que a reforma agrária iniciaria pelas áreas de tensão social” (FARSUL, 1997). Entretanto, nem todos os *ruralistas* do RS estavam satisfeitos com a atuação da FARSUL. Um mês após ter sido anunciado o PNRA no Congresso da CONTAG em 1985, 40 grandes proprietários do município de Carazinho e região, insatisfeitos com a situação, formaram o Pacto de União e Resposta Rural (PUR), como “um pacto de defesa de suas propriedades” (Heinz, 1991, p.121). A ideia de defesa direta da propriedade pelos proprietários em poucos dias se expandiu para boa parte do estado, principalmente para as regiões de grandes propriedades, demonstrando que as declarações públicas da FARSUL contrárias a reforma agrária não eram vistas como suficientes. Passado pouco mais de um ano, em dezembro de 1986 seria criada a

UDR no estado visando suprir um hiato que existia entre o debate nacional sobre a reforma agrária as capacidades limitadas de ação regional que o enquadramento sindical reservava à FARSUL (Heinz, 1991). Com estas ações, o patronato rural gaúcho mostrava seu interesse em se articular mais efetivamente ao debate nacional e se proteger frente às ocupações de terras e a formação de atores políticos favoráveis a reforma agrária.

No final dos anos 1970 e início dos 1980 também ocorreu na bacia do Rio Uruguai (que divide os estados do RS e de SC) a formação de um movimento de *agricultores atingidos por barragens*, apoiado por setores da Igreja progressista, por oposições sindicais e por universidades da região. Este movimento recebeu a denominação de Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB). Num primeiro momento o movimento procurou construir resistência à implantação de barragens mobilizando os *atingidos* para resistir frente às propostas de remoção de suas áreas, porém com o avançar da instalação de obras de construção de barragens, reformulou parcialmente seus objetivos e passou a lutar também por assentamento dos agricultores já atingidos e por mudanças do modelo energético, mantendo sua posição de contrariedade às barragens. A CRAB juntamente com outros movimentos regionais de atingidos por barragens formaram em 1990 o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), com abrangência nacional (Moraes, 1996).

Vale ressaltar que este movimento também se contrapôs ao sindicalismo da FETAG/CONTAG, alegando, num primeiro momento, que os sindicatos não ajudavam os agricultores atingidos na luta contra as barragens, na defesa da permanência no seu local de origem e, num segundo momento, não contribuíam na luta por assentamento destes agricultores, (Moraes, 1996). Diante disso, este movimento ao mesmo tempo em que se construiu como o representante político dos agricultores atingidos, também contribuiu para construir oposições aos sindicatos considerados *acomodados* ou *pelegos*. Principalmente na região de Erechim teve papel importante na conquista de sindicatos.

Na mesma época, também passou a ser organizado o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR). Segundo Navarro (1996), na década de 1980 as mulheres rurais no Sul aumentaram gradativamente sua visibilidade coletiva principalmente através da ação política que desenvolveram em dois canais: de um lado, utilizando-se do sindicalismo oficial (através das FETAG) para reivindicar o reconhecimento da profissão de agricultora e acesso a serviços de saúde e previdência; e, de outro lado, através das ações de afirmação do MST, do CRAB e da formação do sindicalismo cutista de oposição à FETAG.

Buscando identificar as motivações que originaram um movimento autônomo de mulheres, percebe-se que, muito embora a mobilização das mulheres agricultoras tenha sido bastante expressiva no período de formação do MST, das lutas do período e de conquista de vários sindicatos, estas não haviam deixado de ocupar papéis secundários nas tomadas de decisão e na ocupação de cargos de direção nos movimentos e sindicatos e, dessa forma, possuíam pouco espaço para expressarem suas demandas específicas. Diante disso, segundo Navarro (1996, p.100), um debate que logo se instalou nestas organizações foi “sobre a especificidade das lutas das mulheres, sua prioridade em relação às outras lutas e a necessidade (ou não) de um movimento autônomo”. Dessa maneira, principalmente as mulheres participantes destas organizações, depois de vários debates, encontros e campanhas de auto-afirmação e em defesa dos direitos das mulheres, decidem formar um movimento próprio:

Em 1988 foi formada uma comissão provisória para propor a forma de organização e seu ideário original e, em agosto de 1989, o MMTR foi fundado formalmente, durante o I Encontro Estadual do MMTR, quando 500 delegadas, representando 86 municípios do Rio Grande do Sul, aprovaram a criação do movimento (Navarro, 1996, p.101).

Nos primeiros anos da década de 1990 o movimento participou, juntamente com as demais organizações de agricultores, de diferentes mobilizações visando o acesso à terra, ao crédito, à saúde, à previdência social, à moradia e melhores condições de vida para a população rural. A luta pela regulamentação dos direitos previdenciários estabelecidos pela Constituição de 1988, entre eles o salário maternidade, surge, neste período, como uma das principais bandeiras de luta do movimento (Cordeiro *et al.*, 2003). Em 1995 o MMTR juntamente com outros movimentos semelhantes de outras regiões do país formou uma organização de caráter nacional: a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais.

O surgimento destes novos atores desde o final dos anos de 1970 e nos anos 1980 é revelador, de um lado, de que o sindicalismo da FETAG/CONTAG não conseguia mais expressar todas as demandas da categoria dos agricultores de base familiar e, de outro, que existiam um forte processo de diferenciação interna da categoria com a formação de vários grupos com interesses específicos. O sindicalismo dos trabalhadores rurais no RS, apesar de conduzir várias das demandas existentes não dava conta ou não assumia com prioridade as demandas de alguns segmentos como as dos *sem terra* e dos *atingidos*. As demandas assumidas com maior empenho eram as dos pequenos produtores relacionadas aos preços de produtos e os direitos sociais. Frente aos limites da ação sindical ou as suas escolhas por grupos prioritários surgiam novos atores por fora do sindicalismo, mas também movimentos que buscam mudanças da direção política e na estrutura sindical.

Muitos dos sindicatos de trabalhadores rurais formados sob influência católica da FAG, a partir do final dos anos 1970, em uma conjuntura de crise econômica que dificultava a continuidade da reprodução social dos pequenos produtores, de crise do regime militar e com atuação de mediadores religiosos ligados à CPT e aos movimentos de luta por terra, foram questionados quanto à sua orientação *conservadora* e *conformista* frente à crise do período que atingia os agricultores e frente às propostas do governo federal de deslocar os agricultores *sem-terra* e os *atingidos* para o Mato Grosso ou a região amazônica. Destes questionamentos, surgiu um processo de renovação do sindicalismo, seja através de realinhamentos dos dirigentes sensíveis às novas demandas ou através da entrada de novos dirigentes adeptos às novas causas, seja através da constituição de oposições sindicais ao sindicalismo existente e a conquista da sua direção por meio de eleição.

Segundo Navarro (1996, p.84), a estratégia de renovação dos sindicatos implicou em: “realizar cursos rápidos com jovens que já participavam de atividades usuais da Igreja nas pequenas comunidades rurais ou, ainda, selecionar outros que estavam matriculados em seminários mantidos pela instituição”. Para este autor, que também atuou como colaborador da CUT rural e do MST, não teria sido difícil motivar os filhos dos agricultores em muitos locais a construir um “novo sindicalismo”, “combativo” e de “luta”, pois estavam vivendo o drama da crescente crise econômica da atividade agrícola familiar e ficando claro naquele momento os vícios de alguns dirigentes sindicais tradicionais e os limites do sindicalismo “assistencialista” (id.).

É particularmente elucidativo da construção do discurso do novo sindicalismo o panfleto de divulgação das propostas da chapa de oposição que, com apoio da CPT, venceu o processo eleitoral e assumiu a direção do sindicato de Miraguaí em 1983:

Diferenças entre sindicato acomodado e autêntico:

Sindicato acomodado: é aquele que só se interessa pelo sindicato por causa do emprego, do salário que ganha. Faz questão de calar a voz do povo. Não permite que o povo se organize e quando o povo se organiza ele vende a luta do povo. Na verdade ele quer que a coisa

continue como está. É contra a reforma agrária e é a favor dos juros do banco e quer fazer do sindicato um órgão de assistência.

Sindicato autêntico: é aquele que luta pelos direitos do povo, que procura fazer o povo se unir para ter força. Luta por reforma agrária, por preços justos dos produtos dos colonos, assistência médica sem explorar o agricultor, luta para que o sindicato tenha mais liberdade de agir. O sindicato autêntico procura fazer reuniões de base para esclarecer os direitos dos agricultores. O sindicato autêntico não é o prédio, nem a diretoria, mas somos todos nós colonos participando e lutando. O sindicato autêntico não mistura política partidária com sindical. (*apud* Schmitt, 1996, p.194-5).

Ficam evidentes no discurso da chapa de oposição elementos provenientes da matriz discursiva formada na época principalmente pela Igreja progressista e pelo novo sindicalismo: “fazer o povo se unir para ter força”, “reuniões de base”, “luta por direitos”, “o sindicato não é o prédio, ... mas somos todos nós”. São expressões dessas novas matrizes que deram base para construção de um sindicalismo que defendia a maior participação das bases, ativo na reivindicação de direitos e na construção de lutas contra as políticas do governo, em suma, na transformação do sindicato em instrumento de luta.

As primeiras adesões e conquistas de sindicatos feitas pelo novo sindicalismo nos anos de 1980 se deram, em sua grande maioria, nas regiões do Alto Uruguai e Missões e em menores proporções na Serra Gaúcha e no Planalto Médio. Este sindicalismo foi constituído, pelo que aponta um mapeamento feito pela Escola Sindical Margarida Alves (1986), por quatro forças políticas que articulavam os seguintes sindicatos: a) *Articulação Sindical*: Ronda Alta, Tenente Portela, Sarandi, Aratiba, Erval Grande, Rodeio Bonito, Erechim, Venâncio Aires, Seberi, Severiano de Almeida, Rondinha, Não-Me-Toque, Constantina e Veranópolis; *Em Tempo*: Santo Cristo, Três de Maio e Serro Largo; *Movimento de Evangelização Rural*: Feliz, Espumoso, Bento Gonçalves, Ijuí e Farroupilha; *Alternativa Sindical*: Tapejara, Passo Fundo, Sarafina Correia e Horizontina.

Ainda que não se tenha muitas informações precisas sobre a formação destas forças sindicais, procura-se fazer uma rápida distinção entre elas. A *Articulação Sindical* fazia parte de uma corrente mais ampla e hegemônica no interior da CUT e do PT: a Articulação. Foi formada a partir de 1983 por sindicalistas urbanos e rurais, agentes da Igreja progressista, intelectuais e por lideranças de lutas por terra. A corrente *Em Tempo* ou *Democracia Socialista* também atuava na CUT e no PT, em posições minoritárias. Teve origem no final da década de 1970 da fusão de diversos grupos de esquerda inspirados na obra de Leon Trotski de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Na CUT juntamente com outras forças menores constituiu também o grupo *CUT pela base* (Soares, 2005). O *Movimento de Evangelização Rural* foi criado na década de 1970 por militantes egressos da Juventude Agrária Católica (JAC) em estados do Nordeste e do Sul. Atuava na formação de lideranças e na organização de sindicatos e associações (Assunção, 1985).⁸⁹ Sobre a *Alternativa Sindical* se encontrou poucas informações. Somente se sabe que alguns de seus integrantes eram ligados ao Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Destas forças políticas que construíam o movimento de renovação do sindicalismo rural apenas a Articulação Sindical e a Em Tempo viriam a formar a CUT, as demais fizeram

⁸⁹ Segundo o depoimento de Carlos Karlinski o Movimento de Evangelização Rural, seria “aquele grupo da Juventude Agrária Católica que depois com a Revolução se dispersou, mas houve padres, ex-padres, gente da Igreja se rearticulou no Movimento esse né. Eu até avalio que esse Movimento deu a linha pra o conjunto do movimento sindical, a FETAG e tal. Por que teve toda uma articulação por fora né... Eu mesmo passei um Natal e Ano Novo lá em Feira de Santana na Bahia discutindo organização, como fazer.” (Entrevista ao autor, 2010).

algumas ações em conjunto, formaram em conjunto com a CUT uma chapa de oposição à direção da FETAG em 1983, mas não compuseram o sindicalismo cutista no campo.

Desde a origem da CUT foi formado um setor rural em âmbito nacional e também nos estados, organizado inicialmente em uma Secretaria Rural e transformada, em 1988 no Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais (DNTR), com seus respectivos Departamentos Estaduais (DETRs). Na região Sul este sindicalismo também manteve uma dinâmica de organização regional com a formação da Articulação Sindical Sul em 1984, como aglutinadora tanto das oposições sindicais e sindicatos cutistas, quanto dos movimentos de luta por terra. Com a criação dos departamentos estaduais (DETRs) no final dos anos 80 e início dos 90, foi mantida uma organização regional, chamada a partir daquele momento de Fórum Sul dos DETRs (Schmitt, 1996; Rodrigues, 2004).

Especificamente no Rio Grande do Sul, o sindicalismo rural da CUT foi formado pela articulação de redes de relação e apoio entre alguns sindicatos que participaram da fundação da CUT, agentes religiosos ligados à Igreja progressista, agentes de centros de assessoria e lideranças ligadas às lutas por terra. Desde o seu princípio se destacaram duas regiões com maior presença de sindicatos cutistas e que formaram organizações regionais: a Comissão Sindical do Alto Uruguai (COSAU) e uma articulação na região das Missões chamada de CUT Missões. Essas organizações regionais, pelos relatos dos dirigentes da época, tinham forte dinâmica política para articular tanto as lutas dos agricultores, quanto a conquista de sindicatos considerados *pelegos*. Como relata Saul Barbosa (presidente do STR de Ronda Alta na década de 1980) referindo-se a articulação para conquista de sindicatos da COSAU:

Essa comissão tem se reunido sistematicamente e tem avançado e tem feito algumas oposições sindicais aí, aonde esse pessoal participa em massa, né. Por exemplo, lá em Erechim, quando foi derrubado o pelego lá em Erechim, tinha uns vinte município que foi todo mundo pra lá. Quem tinha carro foi de carro, quem não tinha foi de ônibus, trabalhava na boca de urna, trabalhava lá no interior e está dando resultado. [...] É, deu pra ganhar bem. Agora mesmo lá em Tenente Portela, o pessoal esta indo mesmo, sabe. (Seminário sobre Sindicalismo Rural, 1983).

Na construção das oposições sindicais atuavam importantes mediadores no RS. Um deles, como já destacado, foi a CPT (e a FAG em alguma medida) que, fazendo uso da legitimidade e da estrutura da Igreja, dava suporte à formação de grupos de lideranças que constituiriam chapas de oposição. Mas a Igreja não era a única organização que o fazia. Desde o início dos anos de 1980 alguns centros de assessoria (depois chamados de ONGs) atuavam junto aos movimentos de luta por terra e na construção de oposições sindicais, tais como o Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP) e o Grupo de Estudos Agrários (GEA). Segundo apontado Colognese (1991) e confirmado por depoimentos de lideranças sindicais, o trabalho de assessoria destas ONGs que no início seria conjunto logo teria gerado alguns atritos entre elas e a demarcação de regiões específicas de atuação para cada uma. O GEA atuava na região Missões e o CAMP nas regiões do Alto Uruguai, Planalto e Celeiro. Estas duas organizações, em suas respectivas áreas de atuação, segundo o entendimento de Colognese, teriam influenciado a formação das duas correntes sindicais que disputavam os rumos da CUT no campo. A região de influência do CAMP formaria a corrente sindical Articulação Sindical e a região de atuação do GEA formaria a CUT pela Base.⁹⁰ Essa

⁹⁰ Coradini (1988) acrescenta alguns elementos nesta divisão de áreas de atuação entre órgãos de assessoria e a sua relação na formação de correntes políticas. Sustenta que apesar de o CAMP ter uma área de influência maior, ter sido responsável pela Secretaria do MST e contar com maior número de profissionais e de recursos, o GEA não concentraria suas ações apenas na região das Missões, pois teria relações próximas com os sindicatos

correspondência entre órgão de assessoria e a formação de determinada corrente sindical parece ter certa correspondência com a realidade, mas há que se considerar também que muito provavelmente o órgão de assessoria teve atuação em determinadas regiões em virtude da sua afinidade prévia com as lideranças religiosas e sindicais emergentes naqueles locais. Ou seja, ao contrário do que afirma Colognese, não foram os órgãos de assessoria que formaram as correntes sindicais, mas sim a convergência entre as lideranças sindicais da região, os mediadores religiosos e os órgãos de assessoria.

No que se refere à estrutura sindical da CUT rural no estado, foi organizada uma Secretaria Rural, por ocasião da formação da Central no estado em 1984. Em 1988 com a decisão da CUT de estruturar o sindicalismo rural em departamentos, foi formada uma “comissão provisória do DETR” para constituí-lo no estado. Em 1990 foi realizado o I Congresso Estadual do DETR, “com a participação de 120 delegados, representando 28 sindicatos filiados e 7 oposições reconhecidas” (DETR-RS, 1993, p.1). No ano de 1993, quando foi realizado o II Congresso Estadual do DETR, os cutistas contavam com 38 sindicatos de trabalhadores rurais filiados, duas oposições reconhecidas e mais 40 STRs considerados “próximos a proposta da Central”. Nesse mesmo ano eram 313 sindicatos existentes no estado, sendo que 306 deles eram filiados a FETAG, inclusive 31 sindicatos cutistas também eram filiados a FETAG (DETR-RS, 1993, p.34). Ou seja, a parcela de sindicatos ligados à CUT neste momento ainda era pequena (38) no universo de sindicatos no estado (313). É bem verdade que existia uma parcela de sindicatos considerados “próximos” (40) e duas oposições sindicais reconhecidas o que poderia dar uma maior amplitude a importância da CUT rural no estado. Entretanto, a maior importância do sindicalismo da CUT não estava no número de sindicatos que representava no universo existente, mas na sua capacidade de formar uma estrutura sindical própria por fora da FETAG, da construção de mobilizações em articulação com outros atores (como MST, MAB e MMTR) que fora responsável por boa parte das grandes manifestações populares do final da década de 1980 e início dos 1990 (destacadas mais adiante) e mesmo na sua capacidade de influenciar os rumos do próprio sindicalismo da FETAG, na medida em que este acabou incorporando algumas das suas propostas.

3.3.2 Reestruturação da FETAG na nova conjuntura

Com a emergência dos movimentos de luta por terra, contra as barragens, de mulheres agricultoras, das oposições sindicais, dos conflitos por direitos sociais, preço de produtos etc. a estrutura e as práticas do sindicalismo da FETAG-RS passaram por algumas mudanças durante a década de 1980. Essas mudanças se referem, em primeiro lugar, à perda do monopólio de falar em nome dos trabalhadores rurais, passando a enfrentar a concorrência de outros atores; em segundo, foi desfeita a relação de parceria estreita da FETAG com a Igreja/FAG das décadas anteriores (ou pelo menos diminuiu de intensidade), uma vez que alguns setores da Igreja ligados à CPT (e mesmo alguns integrantes da FAG) passariam a apoiar os novos atores que surgiam e as *oposições sindicais*; em terceiro lugar, passou de uma condição de colaboração com os governos para posturas mais críticas seja no que se refere às políticas existentes, seja na reivindicação de novas políticas para a sua base; em quarto lugar,

identificados com o Movimento de Evangelização Rural (MER) que também atuavam em outras regiões, como na de Ijuí e na Serra Gaúcha.

a Federação passou por um processo de renovação e de descentralização da sua estrutura através da formação de regionais sindicais e de comissões temáticas.

A FETAG-RS, a exemplo da CONTAG, participou dos eventos gerais da classe trabalhadora organizados no início dos anos de 1980 para reorganizar o movimento sindical e formar as centrais sindicais (como a CONCLAT de 1981 em Praia Grande-SP e o Encontro Estadual da Classe Trabalhadora – ENCLAT, realizado em Porto Alegre no mesmo ano) mas, a Federação não chegou a se filiar a nenhuma das centrais sindicais formadas. Preferiu manter-se em posição de independência frente às centrais uma vez que a sua base social era diversa em matéria de alinhamentos ideológicos. Em função disso, evitava gerar conflitos.

Ainda que a FETAG procurasse evitar conflitos, o surgimento de novos atores não foi fruto apenas da emergência de novas questões entre as categorias sociais que antes eram representadas pela FETAG, mas também é reveladora da falta de capacidade do sindicalismo em dar encaminhamento satisfatório às demandas que surgiram e dos méritos das forças políticas que emergiam disputando bases. O depoimento de Ezídio Pinheiro (presidente da FETAG 1984-86) é revelador das fragilidades dos sindicatos e da própria Federação:

Eu acho que os sindicatos deixaram espaço e estes movimentos entraram. Não é que tava bem, por que se tava bem não perde eleição pra ninguém. Esses movimentos tinham uma visão de mobilização, tinham uma influência política, tinha, mas tinha espaço pra eles entra e chegar nos sindicatos, pra articular, pra fazer uma eleição, muita estratégia, por que as vezes com uma minoria eles conseguiam entrar no sindicato, faziam uma eleição com um quadro social menor. Mas foi um espaço que houve, deixado pelo próprio movimento sindical naquela transição de ser um sindicato mais aguerrido de mobilizar o povo. O grande problema é o espaço, até falta de estratégia, da ignorância de quem tava numa diretoria de não cuidar. Por que estes movimentos vieram com muitas assessorias. A CUT rural, por exemplo, vinha com advogados, vinha com preparação, as eleições ganhava dentro da lei, os sindicatos não cuidavam. Mas acho que é o espaço, tu pode dizer o que tu quiser, se deixar uma porta aberta, deixa um espaço, não representou um segmento, quem fizer uma discussão com o trabalhador, seja quem for, ele entrou pra esse movimento. (Entrevista ao autor, 2010).

Outra característica do sindicalismo da FETAG nos anos de 1980 que contrasta com o das décadas anteriores é a ausência da FAG/Igreja como parceira na organização de algumas atividades sindicais. Isso é particularmente marcante no rompimento da trajetória anterior de organização da intervenção sindical em congresso estaduais construídos em parceria pela FAG/FETAG. O último congresso organizado dessa forma se deu em 1976. Do final dos anos 1970 e durante os anos 1980 não há informações sobre parcerias entre estas duas organizações. Por outro lado, com surgimento da CPT no estado começou a ocorrer uma forte intervenção dos setores progressistas da Igreja principalmente junto aos agricultores sem terra, aos atingidos por barragens e às oposições sindicais. Neste aspecto, segundo o depoimento do ex-dirigente da FAG, irmão Cláudio Rockembach, mesmo uma parcela da FAG teria atuado na formação de novas lideranças sindicais (principalmente no Alto Uruguai) através do projeto Treinamento de Ação Pastoral (TAPA) que contribuiu para a emergência de lideranças de oposição dentro do sindicalismo. Essa informação é confirmada pelo livro dos 40 anos da FETAG (2003).

Como reflexo do aparecimento destas novas forças políticas no campo e do próprio deslocamento do apoio de parcelas da Igreja para as forças emergentes, em 1983 foi formada uma chapa de oposição para concorrer à direção da FETAG.⁹¹ Encontraram-se poucos

⁹¹ Pelo que é apontado por Maduro (1990, p.115) essa não foi a primeira vez que ocorreu disputa de chapas pela direção da FETAG. Antes dessa teria ocorrido uma disputa eleitoral com duas chapas no ano de 1977, mas

registros sobre esse processo eleitoral, mas pelo que se conseguiu apurar foram reunidas na chapa de oposição várias forças políticas que atuavam em prol de mudanças no sindicalismo da FETAG. Segundo o relato de Carlos Karlinski (que foi candidato a vice-presidente pela oposição e era ligado ao Movimento de Evangelização Rural) a chapa foi composta da seguinte forma:

Nós tinha esse grupo, aí nós pra ganhar uma eleição nós precisava mesclar um pouco né. Não só botar esse pessoal que tinha essa visão diferente. Aí o seu Rebechi lá de Passo Fundo encabeçou, eu fiquei de vice, o Mario Gabardo lá de Bento Gonçalves secretário, o Romi Schoer lá de Feliz que era Movimento de Evangelização Rural e alguns um pouco mais alinhados com esse movimento. O Movimento de Evangelização ele teve alguns questionamentos, essa era uma divergência que nós tinha com o GEA, com o outro pessoal, que o pessoal defendia a independência dos sindicatos de partidos políticos. A CUT já tinha uma órbita, de nas eleições colocar candidatos e tal. De vez em quando nós tinha umas discussão bem acirrada nesse sentido. O Rebechi era PDT, o Mario Gabardo foi. E no restante da chapa tinha gente de todas as siglas, pra dar essa mesclada. Perdemos a eleição de 138 contra 63. Mas acho assim, marcou uma posição. (Entrevista ao autor, 2010).

Pelo que é apontado no depoimento e em alguns poucos trabalhos sobre a FETAG-RS que tratam do assunto, é possível se afirmar que a disputa ocorrida nesta eleição foi a mais acirrada da sua história. Colocavam-se em lados opostos os defensores de mudanças da linha política da Federação, como o apoio direto as lutas dos sem-terra, dos atingidos por barragens e dos pequenos produtores, mudanças na forma de relação da Federação com os governos (postura mais crítica e independente) e na forma da sua organização (sua democratização, como com a ampliação do número de delegados para as eleições futuras). De outro lado, estavam os herdeiros da tradição sindical da FETAG, que mesmo nessa condição de continuidade também haviam incorporado o espírito da época, sendo adeptos de mudanças na postura do sindicalismo frente aos governos e na forma da organização da Federação com descentralização das decisões através do fortalecimento das regionais sindicais. Aparentemente, as acirradas disputas realizadas neste processo eleitoral, teria feito a direção da FETAG perceber que era necessário promover mudanças na sua prática e na sua estrutura de poder ou a direção da Federação poderia ser perdida para as forças de oposição no futuro.

Frente a esta nova situação de disputas políticas e de concorrência com outros atores que estavam emergindo, o sindicalismo da FETAG também passou a assumir posturas mais críticas frente às políticas dos governos e na reivindicação de mudanças nas políticas referentes ao rural. Segundo levantamento feito por Maduro (1990), dentre as principais questões que receberam atenção do sindicalismo da FETAG nos anos 80 estiveram: a) mobilizações acerca da política agrícola devido a problemas com produtos específicos (soja, leite, fumo, uva, suínos) que envolviam baixos preços dos produtos e alta dos custos de produção, falta de financiamento, juros altos etc.; b) na área da assistência social o sindicalismo alterou sua postura de agradecimento frente aos benefícios concedidos pelo Estado da década anterior para uma postura de enfretamento e reivindicação de melhoria nos serviços de saúde e na ampliação dos benefícios previdenciários com o aumento de meio para um salário mínimo para o homem e a expansão desse benefício também para a mulher agricultora; c) no que se refere ao tema da luta pela terra, a FETAG tomou algumas iniciativas de apoio a essa pauta mas, enfrentou resistências internas de setores mais conservadores quanto às propostas de reforma agrária tendo ficado em uma posição delicada; com a

segundo o entendimento da autora, a disputa se deu com duas chapas formadas por integrantes da antiga gestão da Federação. Portanto, era uma disputa entre os dirigentes estabelecidos, não chegou a se constituir uma chapa de “oposição” e uma de “situação”.

estruturação de organizações próprias de luta por terra acabou assumindo uma postura somente de apoio à luta sem maior comprometimento direto; d) as lutas das mulheres agricultoras receberam especial atenção uma vez que também se ensaiava a formação de organização própria de mulheres. Em reação a este movimento, a FETAG criou uma secretaria de mulheres na sua estrutura, passou a incentivar a participação feminina no quadro social dos sindicatos (que até então era formado quase exclusivamente por homens), nas diretorias de sindicatos e da Federação o que não impediu a formação de um movimento de mulheres agricultoras autônomo (MMTR).

Por fim, houve também uma reestruturação organizativa do sindicalismo da FETAG no que se refere à descentralização da sua estrutura com a formação das regionais sindicais e comissões temáticas. As regionais sindicais começaram a funcionar ainda no final da década de 1970 quando a FETAG encomendou um estudo sobre a situação socioeconômica dos trabalhadores rurais que sugeriu a divisão do estado em 17 regiões com características culturais e produtivas comuns. Essa divisão regional inicialmente teria sido usada principalmente para descentralizar os trabalhos de educação/formação mantendo educadores permanentes nas regiões. A partir do início dos anos 1980 essas estruturas regionais teriam começado a ter vida política própria, passando a ser um importante espaço de discussão dos problemas dos agricultores e de planejamento de ações conjuntas dos sindicatos de cada região, dando, com isso, maior dinamismo ao sindicalismo (FETAG-RS, 1993). Outra forma de descentralização da estrutura da FETAG se deu com a formação de várias comissões temáticas, tais como: Política Agrícola, Política Agrária, Enquadramento Sindical e Legislação Trabalhista, Saúde e Previdência, além da formação de sub-comissões dentro da comissão de Política Agrícola por ramo de atividade, tais como: fumo, suínos, leite, milho, feijão, soja, cebola e uva. Estas comissões formadas por integrantes da diretoria da FETAG e por representantes das regionais sindicais, além de terem permitido a maior participação de líderes regionais na tomada de decisão da Federação, permitiam construir propostas do sindicalismo de forma mais participativa para temas específicos que afetavam as suas bases (Maduro, 1990; FETAG-RS, 1993).

Essas ações de descentralização do sindicalismo, seja na sua forma horizontal com as regionais sindicais, seja na sua forma vertical com as comissões temáticas, conseguiram renovar a vida sindical da FETAG para o novo momento histórico da Nova República sem rupturas políticas. Alguns depoimentos colhidos apontam que a reunião dos representantes escolhidos pelas regionais passava a ser uma espécie de colegiado da Federação.⁹² As reuniões dos representantes das regionais passavam a definir, juntamente com a Diretoria da FETAG, as questões do interesse do sindicalismo no estado e também indicava os nomes para compor as futuras gestões da Federação (gerando uma regra permanente para a escolha das novas direções). Ao que se presume, essa dinâmica de descentralização do sindicalismo nas regionais, com educador próprio, com as discussões de ações conjuntas entre os sindicatos da regional, com a possibilidade do representante da regional participar nas definições das pautas e das indicações para as direções políticas da Federação, possibilitou, além gerar um processo de maior dinamização da vida sindical nas regiões, também um processo renovação do sindicalismo frente à nova conjuntura ao mesmo tempo em que se fortaleciam as posições hegemônicas no interior da FETAG sem sobressaltos.

⁹² Em alguns momentos as regionais teria se fortalecido na organização de ações próprias, chegando a ameaçar o poder político e o prestígio da direção Federação tendo sido acusadas de estarem formando “*Fetaguinhas*” (FETAG-RS, 1993).

3.4 Especificidade dos *pequenos produtores*: diversificação produtiva, agricultura alternativa e política agrícola diferenciada

As redefinições do sindicalismo e a emergência de novos atores, inseridos em um contexto maior de mudanças no ordenamento sociopolítico brasileiro da década de 1980, encontrava um terreno mais favorável do que nas décadas anteriores para levar adiante as lutas por participação dos trabalhadores na definição dos rumos política agrícola, por terra, por direitos de cidadania etc. e dava base para começar a pensar um novo lugar social para a categoria dos *pequenos produtores* no sindicalismo e no cenário nacional.

A construção desse novo lugar para os pequenos produtores no Sul do país passou pela construção de experiências de agricultura alternativa, diversificação da produção e pela luta por política agrícola diferenciada. Nesse processo, os novos atores e as organizações de assessoria (ONGs) tiveram papel destacado ao lado ou em concorrência com a FETAG/CONTAG.

3.4.1 Diversificação produtiva e agricultura alternativa

O modelo de agricultura da modernização mostrava a sua face mais perversa para os agricultores de base familiar do Sul na década de 1980. Schmitt (2002) destaca a situação insustentável e os impasses em que se encontravam: a especialização excessiva, a dependência em relação a insumos externos, a fraca integração entre os diferentes sistemas de cultivo e criação, a perda das variedades localmente adaptadas, a erosão do conhecimento sobre o manejo da biodiversidade local, a degradação da qualidade do solo e da água, e a crescente desvalorização das atividades e dos produtos destinados à subsistência das famílias agricultoras.

As ações de questionamento a esta situação empreendidas pelo sindicalismo, por setores da Igreja Católica⁹³ e Luterana, cooperativas e ONGs resultaram também em iniciativas de diversificação produtiva, construção de alternativas organizativas e formas de produzir para pensar novos horizontes aos pequenos produtores e refletir sobre a necessidade de um novo modelo agrícola que lhes desse maior domínio sobre a sua atividade.

Segundo aponta Menasche (1996), o tema da “diversificação” produtiva vinha sendo discutido desde o final dos anos de 1970 e início dos 1980 por grandes cooperativas agrícolas (como a COTRIJUI e a COTRIROSA), pela EMATER e pelo sindicalismo dos trabalhadores rurais frente aos limites e os “perigos da monocultura” (do binômio soja-trigo). Eram apontadas como alternativas de diversificação da produção e como forma de garantir um “dinheirinho fora da safra” a possibilidade de integração lavoura-pecuária com a introdução da atividade leiteira e a criação de suínos e aves. Discutia-se também no interior do sindicalismo sobre a necessidade de diversificação da produção de subsistência nas propriedades e das fontes de renda dos pequenos produtores. Menasche (1996) ainda aponta

⁹³ Segundo Zamberlam e Fronchetti (1992, p. 51), a Igreja Católica atuava junto aos “pobres” do campo, principalmente na busca da “permanência do agricultor no seu meio”, face à “agressão do capitalismo” e ao “esgotamento do modo de produção tradicional”, entendendo que a permanência do (pequeno) agricultor em seu meio requeria o rompimento do projeto de integração aos mercados capitalistas e às agroindústrias. Assim, surgem as propostas de reorganização dos laços comunitários locais, a formação de Comunidades Eclesiais de Base, de associações de cooperação agrícola, de movimentos reivindicatórios em torno de problemáticas específicas e a constituição de atores sociais autônomos.

que outros agentes também teriam se manifestado como incentivadores da diversificação agropecuária na região de Santa Rosa (onde fez sua pesquisa). Seriam as grandes empresas agroindustriais (como a Sadia e a Souza Cruz) e os prefeitos de municípios que estariam interessados em “mudar a matriz produtiva da região”, apoiando as atividades agroindustriais.

Essas intenções desses diversos agentes convergiam no sentido geral de que era necessário diversificar as atividades agrícolas, que a monocultura estava se mostrando limitada para a geração de fontes de renda para os pequenos produtores e para o desenvolvimento das regiões agropecuárias do estado. Entretanto, principalmente a partir de meados da década de 1980, o sindicalismo iniciará um processo de diferenciação de sua posição frente a alguns destes agentes. Se de um lado, o sindicalismo e as organizações de assessoria (ONGs e CPT) estavam interessados em incentivar a diversificação das atividades agropecuárias para garantir a subsistência das famílias agricultoras e a geração de novas fontes de renda, por outro, as empresas agroindustriais, as grandes cooperativas e os prefeitos buscavam a diversificação das atividades agropecuárias no sentido de implantar grandes agroindústrias na região, gerar oferta de matérias primas (leite, aves, suínos, etc.) e, com isso, gerar maior dinamismo econômico para a região. Portanto, eram sentidos bastante diversos atribuídos pelos atores à estratégia de diversificação que estava em pauta.

Mesmo que o sindicalismo da FETAG, a EMATER e cooperativas tenham feito declarações públicas, encontros (como Congressos Estaduais da Pequena Produção em 1985, 1989 e 1993) e até algumas iniciativas de estímulo a diversificação (com a formação de condomínios rurais e associações de máquinas), foram outros atores que mais levaram adiante a ideia de experimentar novas alternativas para viabilizar a pequena produção e o questionamento às tecnologias agrícolas que causavam dependência frente às indústrias de insumos e as agroindústrias compradoras de produtos agrícolas. Principalmente as ONGs que formaram a Rede de Tecnologias Alternativas/Sul (Rede TA/Sul) e setores progressistas da Igreja Católica e Luterana desenvolveram trabalhos pioneiros nessa área, na maioria das vezes, em parceria com organizações sindicais (DETR/CUT) e movimentos de luta por terra (MST).

A Rede Tecnologias Alternativas/Sul (Rede TA/Sul) surgiu de uma articulação de ONGs preocupadas com as questões ambientais que iniciaram a articulação de um “movimento contestatório ao processo de modernização da agrícola” (Rede TA/Sul, 1997, p.177). A origem dessa articulação se deu com a criação do “Projeto Tecnologias Alternativas” (PTA) pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educação (FASE), em 1983. Em 1989 este Projeto deu base para a criação de uma organização independente, a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), realizando trabalhos nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste do país (Dias, 2004). Especificamente na região Sul se criou em 1989 a Rede TA/Sul como “uma rede de entidades não governamentais, sem fins lucrativos e de caráter não partidário ou religioso, que desenvolve trabalhos de pesquisa, assessoria, formação e difusão na área de tecnologias alternativas para a agricultura.” (Rede TA/Sul, 1997, p.170). A Rede TA/Sul é composta por um conjunto heterogêneo de organizações dos três estados do Sul, a saber:

a Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IECLB) criou em 1978, o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA), [...] que atua nas regiões de Santa Cruz do Sul, São Lourenço e Erechim. Na região de Passou Fundo a partir da reivindicação dos movimentos populares surge em 1986 o Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP), com sede em Passo Fundo. Também no Rio Grande do Sul, a partir das lutas socioambientais, é criado em 1985, o Projeto Vacaria, posteriormente denominado de Centro de Agricultura Ecológica (CAE-Ipê). Na região Cealira do Rio Grande do Sul existe o trabalho da Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa da Região Cealira/Departamento de

Educação Rural (DER-FUNDEP), com sede em Braga. De forma similar, com trajetórias diferentes, porém com objetivos comuns surge o Centro Vianei de Educação Popular sediado em Lages-SC e a Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (APACO), com sede em Chapecó-SC. No Paraná, além do trabalho da AS-PTA, a Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESSOAR) e a Fundação para o Desenvolvimento Econômico Rural da Região Centro-Oeste do Paraná (RURECO), têm realizado trabalhos com agricultores familiares e agroecologia, sendo a base de suas atuações os movimentos sociais organizados desde Estado (Rede TA/Sul, 1997, p.177).

As organizações que compõem a Rede identificavam-se como construtoras de um “novo modelo de desenvolvimento rural” que priorizasse os pequenos e médios produtores familiares livremente associados no processo de produção, beneficiamento e comercialização; levasse em conta o potencial de cada agroecossistema; regionalizasse as estruturas de beneficiamento e transformação dos produtos (Rede TA/Sul, 1997).

Ao analisar as ações deste conjunto de ONGs articuladas em rede, Brandenburg (2002) chama atenção para a importância do seu trabalho para sobrevivência dos agricultores, para os novos saberes técnicos que desenvolveram e a reconstrução da relação com a natureza:

Essas organizações desenvolveram um serviço de assistência aos agricultores numa perspectiva política crítica à modernização da agricultura. Sob o ponto de vista técnico *resgatam-se práticas tradicionais* e já conhecida dos agricultores, visando compor um conjunto de estratégias que permitiriam a reprodução social dos agricultores no campo. A *agricultura alternativa* representa uma *opção de sobrevivência para o agricultor familiar e significa a reconstrução de uma relação socioambiental* cuja raiz tem origem na condição camponesa (Brandenburg, 2002, p.2, grifo nosso, ELP).

Na região do Alto Uruguai do RS destacou-se a atuação principalmente do CETAP no assessoramento das organizações de agricultores. O CETAP, segundo é apontado pelo seu próprio jornal informativo, *Agricultura Alternativa*, surgiu para suprir as necessidades de “buscar alternativas concretas aos agricultores” em um momento de crise:

É neste contexto de graves conseqüências geradas pelo processo de modernização e investida do capitalismo no campo e pela necessidade de buscar alternativas concretas aos agricultores que os Movimentos Sociais, sindicatos e entidades ligadas ao meio rural passaram a discutir, em meados da década de 80, a necessidade de se criar um órgão de pesquisa e assessoria aos pequenos produtores. [...] os Movimentos Sociais organizados, durante o I Encontro Estadual de Tecnologias Alternativas, ocorrido em Passo Fundo, de 23 a 25 de janeiro de 1986, decidem criar o CETAP – Centro de Tecnologias Alternativas Populares (Agricultura Alternativa, 1991, p.3).

Desde o seu surgimento o CETAP tem por “função desenvolver atividades de resgate, experimentação e difusão de TAs [Tecnologias Alternativas], que fortaleçam a pequena produção e preservem o meio ambiente” (id.). O CETAP contou com apoio da CPT e esteve no centro dos debates e da construção de experiências práticas relacionados à temática da agricultura alternativa e da agroecologia⁹⁴ desenvolvidas pelo sindicalismo rural da CUT⁹⁵ e outros movimentos tais como o MST, CRAB e MMTR no RS.

⁹⁴ A agroecologia, segundo a ótica de Sevilla Gúzman (2000), deve ser entendida de uma forma ampla, onde os agricultores, baseando-se em suas experiências, seus conhecimentos locais sobre as culturas, os recursos naturais locais e a sua “matriz comunitária”, aliados às preocupações ambientais e os conhecimentos científicos orientem sua ação política e suas práticas produtivas de forma mais autônoma e sustentável. É uma maneira de os agricultores romperem com a dependência tecnológica das empresas de insumos e sementes e com a sua

Nesse período de meados dos anos 1980 até início dos 1990, em reação à situação de crise da agricultura modernizada, de êxodo rural e de descrédito frente às políticas agrícolas do Estado (crédito e assistência técnica), foi gestada a ideia de que era preciso fazer experiências de agricultura alternativa, não bastava só fazer luta reivindicatória frente aos governos, era preciso achar alternativas por conta própria, experimentar alternativas produtivas que rompessem com o modelo da modernização (e com os órgãos do Estado que a estimularam, como a EMATER). Esse era um pouco o espírito da época, em que as organizações da sociedade civil procuravam produzir sua autonomia frente ao Estado, fortalecer as ações pequenas e autônomas⁹⁶. Para isso, as organizações de agricultores criaram o CETAP para oferecer assistência técnica aos agricultores e as organizações com autonomia, resgatar práticas agrícolas do passado dos agricultores que poderiam ser adaptadas às necessidades daquele período e desenvolver novas tecnologias adaptadas às pequenas propriedades. Nessa lógica, as principais experiências de agricultura alternativa desenvolvidas foram o estímulo à adoção da adubação verde com uso de plantas que fixavam nutrientes e matéria orgânica no solo como forma de substituir os insumos industriais; produção de semente de milho variedade para livrar os agricultores da compra de sementes; uso do *baculovírus* (uma forma de controle biológico) para o combate à lagarta da soja sem uso de venenos; criação de suínos ao ar livre para reduzir os custos com infraestrutura e ter um animal mais saudável; introdução da produção de leite a base de pasto na pequena propriedade como alternativa de baixo custo de produção e de renda. Além dessas experiências de cunho tecnológico também se procurou estimular a *organização da produção*, seja dentro da propriedade através do planejamento das atividades produtivas, seja em nível de grupo de agricultores que foram estimulados a formar associações de cooperação agrícola com vistas a trabalharem atividades produtivas em conjunto (como a produção de sementes de milho), os grupos de máquinas para aquisição e uso de maquinário agrícola em conjunto e até mesmo a formação de cooperativas de pequenos produtores para viabilizar as atividades desenvolvidas garantindo a comercialização (como a atividade leiteira).⁹⁷ No capítulo seguinte se tratará do grande salto que deu essa discussão nos anos de 1990 quando o sindicalismo procurará construir um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural e estas experiências serão sua base concreta.

submissão político-econômica, como uma forma de resgate e desenvolvimento de formas autônomas de produzir e viver, baseadas na “matriz sociocultural” das comunidades de agricultores.

⁹⁵ Almeida (1989, p.204-205) destaca a participação do sindicalismo nesse debate: “No Rio Grande do Sul, alguns sindicatos de trabalhadores rurais localizados na região do Alto Uruguai (norte do Estado), iniciaram a discussão sobre a questão tecnológica, colocando o problema da inadequação da pesquisa agrícola, da assistência técnica e da extensão rural, inadequadas que são aos pequenos agricultores e voltadas especialmente para os “produtos de exportação”. Juntamente com essa crítica, fazem a condenação da “agricultura insumista” que “usa intensamente corretivos de solo, adubos e agrotóxicos, encarecendo o custo de produção e poluindo o meio ambiente.”

⁹⁶ Um trabalho que analisa esta tendência das organizações da sociedade civil buscarem alternativas por conta própria, produzirem autonomia frente ao Estado, voltar-se para dentro de si, para o seu local se encontra em “Uma Revolução no Cotidiano?” organizado por Scherer-Warren e Krischke (1987).

⁹⁷ Maior detalhamento sobre estas experiências de agricultura alternativa e de organização da produção pode ser encontrado no informativo do CETAP *Agricultura Alternativa* e em Picolotto (2006 e 2010).

3.4.2 Demarcando o espaço dos pequenos produtores e as lutas por política agrícola diferenciada

Nas primeiras mobilizações ocorridas no início da década de 1980, na avaliação de Menasche (1996), não veio a público a construção de uma demarcação ou oposição de interesses entre os grandes e pequenos produtores. Entretanto, o depoimento de Carlos Karlinski, revela que as organizações de pequenos produtores ainda no início dos anos 80 já percebiam que havia poucas afinidades de interesses entre os pequenos e os grandes produtores. Como relata:

Já em 1980, quando nós fizemos avaliação da mobilização do confisco da soja, os nossos agricultores disseram “mas esse negócio de nós tá junto aí não tá muito certo” né, quem tem 100 sacos de soja 13% é 13 sacos. Tinha gente que se juntasse as famílias dava 100 mil sacos de soja. Aí o cara diz, numa reunião de base um cara disse “bá, mas eles com 13 mil sacos de soja eles compram nossa terra né”. (Entrevista ao autor, 2010).

Mesmo diante destas constatações, faltava ainda aos *pequenos produtores* construir um espaço maior no interior do sindicalismo que permitisse mostrar as suas especificidades e as suas pautas de política agrícola diferenciada que começavam a se desenhar no início da década de 1980. Durante toda esta década, aos poucos, vai sendo gestada a ideia de que o termo *pequeno produtor* não seria apenas uma categoria descritiva para designar os que produzem pouco em oposição aos que produzem muito. Esta categoria seria progressivamente apropriada pelo sindicalismo para identificar um conjunto de produtores diversos e heterogêneos, que apesar de receberem pouco incentivo do Estado, em seu conjunto eram responsáveis por boa parte da produção agropecuária destinada ao consumo interno (como evidenciava o estudo coordenado por Graziano da Silva, 1978, encomendado pela CONTAG e outros posteriores). O termo *pequeno produtor* (ou *pequeno agricultor*, usado no mesmo sentido) foi sendo progressivamente incorporado pelo sindicalismo e usado como categoria identificação de um grupo importante de sua base.

No ano de 1983 foi realizado pela CONTAG e pelas federações um Encontro Nacional de Política Agrícola⁹⁸ com objetivo de promover um “balanço da situação dos pequenos agricultores em relação aos instrumentos de política agrícola” (CONTAG, 1984, p.2). Desse encontro, publicou-se uma cartilha com as avaliações e as propostas do movimento sindical sobre política agrícola. Nele é feita uma crítica ao modelo agropecuário do país, que privilegiava a concessão de crédito rural aos grandes produtores e às empresas multinacionais vendedoras de insumos e máquinas modernas, os produtos de exportação para geração de superávit na balança comercial. Mostrava como os pequenos agricultores, “tradicionalmente produtores de alimentos” para o mercado interno, estavam marginalizados na política agrícola do governo (CONTAG, 1984). As propostas do movimento sindical, apresentadas na cartilha, foram recuperadas do III Congresso da CONTAG de 1979 e seguiam uma lógica de que instrumentos de política agrícola no quadro de exclusão em que se encontravam os trabalhadores rurais em geral eram “meros paliativos, sem maiores conseqüências na vida dos trabalhadores rurais, se não se fizer acompanhar pela implantação imediata e definitiva da Reforma Agrária” (id. p.21). Ou seja, os instrumentos de política agrícola eram vistos como de importância menor na pauta do movimento sindical nacional naquele momento. Falava-se na necessidade de abastecer o mercado interno, crédito agrícola específico, crédito fundiário, seguro agrícola, assistência técnica ao pequeno produtor, comercialização, cooperativismo,

⁹⁸ No início da década de 1980 a CONTAG também realizou outros encontros nacionais ou interestaduais por categorias e por temas, tais como: em 1982 o Encontro Nacional dos Assalariados Rurais e o Encontro Nacional sobre Conflito de Terras, em 1983 o Encontro do Vale do São Francisco, entre outros.

mas todos esses temas, que afetavam diretamente a atividade do pequeno produtor, estavam subordinados a pauta da reforma agrária, que era a grande prioridade da luta sindical naquele momento histórico.

No IV Congresso da CONTAG de 1985 foram apresentadas avaliações dos problemas dos pequenos produtores e proposições na área de política agrícola muito semelhantes às já constantes no congresso anterior e a pauta da reforma agrária continuou a ocupar lugar central (inclusive nesse Congresso foi lançada proposta de PNRA do governo Sarney, o qual recebeu apoio da CONTAG). No âmbito do sindicalismo contaguiano, o marco que deu início a elaboração de uma proposta de política agrícola diferenciada para os pequenos produtores foi dado com a criação da Comissão Nacional de Política Agrícola no ano de 1986. Por iniciativa dessa comissão foi construído um Projeto Nacional de Política Agrícola que deu início a uma reflexão mais profunda sobre as especificidades do pequeno produtor e as suas necessidades de políticas no processo Constituinte (CONTAG, 1989). No mesmo ano de 1986, no âmbito da CUT também era apontada como bandeira da Central: a luta por “uma política agrícola voltada para os interesses dos pequenos produtores e sob o controle dos trabalhadores.” (II Congresso da CUT, 1986b, p.65).

Um marco importante da afirmação política da especificidade da pauta dos pequenos produtores no Sul teria ocorrido, segundo Menasche (1996), com as mobilizações contra a cobrança de correção monetária dos financiamentos agrícolas no ano de 1987. No ano de 1986, com o lançamento do Plano Cruzado, previa-se o congelamento dos preços dos produtos e fixação das taxas de juros dos financiamentos rurais. Entretanto, passadas as eleições de novembro de 1986, o governo lançou o Plano Cruzado II fazendo, entre outras coisas, alterações nas fórmulas de correção e juros do crédito rural. Apenas entre janeiro e março de 1987 a correção monetária dos financiamentos aumentou 70% ao mesmo tempo em que os preços dos produtos agrícolas e as taxas de câmbio permaneciam congeladas. Essa medida causou forte reação das organizações de pequenos produtores. Uma proposta elaborada por sindicalistas ligados à CUT de organizar mobilizações foi apresentada a uma assembléia de dirigentes da FETAG, levando a Federação e os sindicatos a assumirem a organização de vários protestos no mês de abril, com trancamento de bancos e rodovias e elaboração de uma pauta de reivindicações em favor da revogação da cobrança da correção monetária dos financiamentos agrícolas dos pequenos agricultores. Mobilizações semelhantes ocorreram em outros estados e o conjunto dessas lutas resultaria na conquista da isenção da correção monetária para os pequenos produtores, com empréstimos de valores até 200 mil cruzeiros. Para Menasche (1996, p.49), “essa luta se diferencia das ocorridas até então por ter sido assumida como apenas dos pequenos agricultores e por ter marcado a intervenção cutista no sindicalismo rural estadual”.

De outra parte, as organizações de grandes produtores também realizaram mobilizações pouco tempo depois, também exigindo isenção da correção monetária. Um fato relevante a ser destacado dessa mobilização se refere à formação, nesse período, da Frente Ampla da Agropecuária “congregando as principais entidades patronais da agricultura para o enfrentamento, àquela altura, de dois problemas conjunturais: a emergência da UDR e a organização da atuação do patronato rural junto à Assembléia Nacional Constituinte.” (Mendonça, 2005, p.12). Segundo apontado em uma publicação da FARSUL (1997), a Frente Ampla da Agropecuária teria sido articulada pela Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) e por federações patronais estaduais, como a do Rio Grande do Sul, a do Paraná e a de Minas Gerais devido à “grande lacuna” deixada pela CNA que “inoperante e sem representatividade” não cumpria os anseios dos produtores.

Da parte dos pequenos produtores, o final da década de 1980 foi marcado pela construção de grandes mobilizações em boa parte do país contra as políticas agrícolas do governo e pela participação das organizações sindicais na definição das diretrizes de política agrícola que estavam sendo elaboradas no processo Constituinte. Um tema que ganhou destaque na agenda sindical dessa época foi a construção de uma política agrícola diferenciada para os pequenos produtores. No capítulo das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1988 foi previsto o prazo de um ano para promulgação de uma Lei Agrícola que dispusesse “sobre os objetivos e instrumentos da política agrícola, prioridades, planejamento de safras, comercialização, abastecimento interno, mercado externo e instituição de crédito fundiário.” (art.50). Previu-se ainda que a política agrícola deveria ser planejada e executada “com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes” (art.187).

No estado do Rio Grande do Sul o tema foi debatido durante o ano de 1987 nas 18 regionais sindicais e em um encontro estadual realizado nos dias 2 e 3 de dezembro de 1987. Como resultado destes debates foi publicado pela FETAG-RS (1988) o documento Projeto de Política Agrícola de Viabilização Social e Econômica da Pequena Propriedade Familiar com as propostas do sindicalismo. Neste Projeto eram feitas proposições para a viabilização da pequena propriedade familiar, tais como: ênfase na diversificação das atividades agropecuárias que garantisse a subsistência das famílias e a venda em mercados locais e regionais; crédito rural destinado à produção de alimentos básicos; aproveitamento dos recursos da propriedade; criação de pequenas agroindústrias regionais; implantação de feiras livres; e uma proposta de nova classificação dos pequenos produtores para efeito de acesso ao crédito rural, previdência e sindical. A nova classificação era apresentada da seguinte forma:

a) é considerado trabalhador rural o produtor que absorve a mão-de-obra do grupo familiar explora toda a área do imóvel rural, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, sem concurso de empregados permanentes, ainda que com auxílio de mão-de-obra eventual; b) é considerada propriedade familiar o imóvel rural explorado nas condições do artigo anterior; c) o enquadramento do produtor e da propriedade familiar será de competência de uma Comissão Municipal, integrada por agricultores escolhidos em Assembléia Geral da Categoria (FETAG-RS, 1988, p.15).

O setor rural da CUT naquele momento tinha um entendimento diferente sobre a forma como deveria ser classificado o *pequeno produtor*. Como destaca Orlando Vincenci (coordenador do DETR-RS):

Reivindicamos, no preço dos produtos, uma diferenciação entre pequeno produtor e grande produtor. A gente defende financiamentos com juros subsidiados, até com limite de propriedade e com limite de financiamento também. [O limite] era 5 módulos rurais e até 2.500 OTNs⁹⁹. A proposta da Federação não era essa. A Federação, quando viu que isso tinha ganhos políticos, entrou na briga também. A proposta da Federação era uma política diferente a nível de regime de economia familiar, mas é muito relativo esse sistema de economia familiar: o fazendeiro pega a fazenda com 4 ou 5 filhos, mais os genros e os puxa-sacos e depois diz que isso é economia familiar, quando na verdade são os peões que estão fazendo a lavoura pra ele, e passa como regime de economia familiar. A Federação saiu defendendo essa proposta. (Vincenci, 1989 *in*: CEDI, 1989, p.113).

⁹⁹ As Obrigações do Tesouro Nacional (OTNs) foram títulos reajustáveis que seguiam a variação do poder aquisitivo da moeda nacional. Foi extinta em 1989.

É interessante notar que mesmo que os critérios apresentados para classificação sejam diferentes, os limites propostos são bem amplos e maiores do que os dois módulos rurais estabelecidos pelo Congresso da CONTAG em 1979 (como mostrado no capítulo anterior).

Ao apresentar uma Proposta de Anteprojeto de Lei Agrícola Especial para o Pequeno Produtor Rural em 1989, a CONTAG apresentava uma proposta de política agrícola diferenciada para os pequenos produtores¹⁰⁰ e voltava ao tema dos critérios de classificação dos agricultores que deveriam ser os beneficiários dessa política nos seguintes termos: aquele que faz uso do trabalho da família no estabelecimento, sem concurso de empregados permanentes, mas com um limite de área de três módulos (CONTAG, 1989, p.14-15).

Esta delimitação de área explorada em três módulos diferenciava-se da proposta da FETAG-RS, e ampliava os critérios de classificação usada anteriormente pela CONTAG. Estes diferentes entendimentos traziam implicações para a base do sindicalismo. A FETAG-RS, ao que tudo indica, mantinha a posição de não limitar o enquadramento pelo tamanho da área desde a década de 1970, devido à natureza de sua base que desde sua origem era formada centralmente por pequenos proprietários (principalmente *colonos*) e que, com o processo de modernização da agricultura, incorporaram tecnologias modernas de exploração podendo aumentar suas propriedades, mantendo o regime de trabalho de economia familiar. Portanto, se fosse limitada a classificação dos beneficiários da política diferenciada por tamanho de área alguns destes produtores (os “associados bons” como definiu Ezídio Pinheiro) poderiam ir para a base da FARSUL. Na CONTAG a conjugação de forças era mais diversa (presidida por nordestino, mas com bases fortes no Sudeste e no Sul) predominando os interesses de categorias de assalariados e pequenos proprietários que procuravam limitar o tamanho do enquadramento para evitar a entrada de produtores de tamanho médio que poderiam mudar a correlação de forças interna. Mesmo com estas resistências, a CONTAG aceitou ampliar de dois para três módulos os beneficiários, provavelmente por pressão das federações do Sul.

O DNTR/CUT também entrava nesse debate ao apresentar uma proposta de classificação dos beneficiários da política agrícola diferenciada que propunha. Previa como beneficiários os trabalhadores rurais assalariados permanentes e temporários, os pequenos agricultores que exploram unidades produtivas de até três módulos fiscais e os “médios produtores” que exploram unidades produtivas entre três e cinco módulos (DNTR/CUT, 1990a, p.8). A classificação da CUT é semelhante à da CONTAG para os pequenos produtores, acrescida dos “médios produtores” que expandiam a sua proposta para além dos limites estabelecidos pela CONTAG. Neste aspecto, assim como a FETAG-RS, o DNTR (que tinha entre as suas principais bases pequenos proprietários no Sul e no Norte) provavelmente estava procurando abranger os agricultores modernizados que exploravam áreas médias entre o seu público de atuação.

Além desta proposta de classificação, o DNTR/CUT também elaborou um Projeto de Lei Agrícola com auxílio do Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais (DESER) – órgão de assessoria e pesquisa ligado aos DETRs dos estados do Sul. Propunha uma reformulação do modelo agrícola do país considerado excludente, concentrador e destruidor dos recursos naturais centrada nas seguintes diretrizes: que todos os recursos de política

¹⁰⁰ A proposta da CONTAG (1989, p.14-15) abrangia as seguintes temáticas: crédito rural destinado globalmente ao estabelecimento baseado no sistema “equivalência produto” (vinculando o valor do financiamento ao preço mínimo do produto na hora do pagamento); crédito fundiário para complementação de área aos produtores minifundiários; preços mínimos, seguro agrícola; pesquisa e assistência técnica voltadas para o pequeno produtor; criação de instrumentos de planejamento da política agrícola (um conselho nacional da pequena produção, um fundo nacional de desenvolvimento da pequena produção e um plano nacional de desenvolvimento da pequena produção).

agrícolas (crédito, serviços, subsídios, assistência) fossem destinados prioritariamente para a maioria (pequenos e médios agricultores e trabalhadores rurais); que fossem criadas garantias de segurança alimentar; recuperação e preservação dos recursos naturais; gestão participativa das políticas econômicas e sociais para a agricultura através da criação de conselhos nacionais, estaduais e municipais; o crédito, principal instrumento de política agrícola, deveria ser destinado exclusivamente aos pequenos e médios agricultores de forma subsidiada e com pagamento com o “equivalente preço-produto” (DNTR/CUT, 1990a).

Pelo que se percebe das propostas das organizações sindicais existia um ponto em comum que era a criação de instrumentos de política agrícola diferenciados para os *pequenos produtores*, historicamente excluídos ou marginalizados pelas políticas agrícolas dos governos. As suas divergências maiores estavam sobre a definição do público a ser beneficiado pelas políticas que eram propostas. Cada uma, segundo a configuração de forças e de bases sociais que priorizava, apresentava critérios e prioridades distintas.

Entretanto, há que se considerar que as propostas levantadas pelo sindicalismo dos trabalhadores no campo de forças que se constituiu na definição da Lei Agrícola assumem uma posição minoritária (de “oposição agrária”, cf. Delgado 1994), pois enfrentavam as forças políticas majoritárias da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira que aglutinava os setores patronais rurais. Como resultado dessa disputa no Congresso Nacional, a Lei Agrícola acabou atendendo, em grande medida, os interesses dos grandes produtores, mas também incluiu em seu texto um “princípio de política agrícola diferenciada, remetendo ao chamado pequeno produtor o destinatário primordial dessa diferenciação” (Delgado, 1994, p.11).

Ao que pese essa diferenciação, consta a prioridade do Estado em oferecer serviços de assistência técnica gratuita, crédito subsidiado, geração e adaptação de tecnologias agrícolas aos pequenos agricultores além de ter previsto a concessão de “crédito rural especial e diferenciados aos produtores rurais assentados em áreas de reforma agrária” (Lei Agrícola, 1991, art.52). Outra importante conquista dos representantes das organizações de pequenos produtores foi a possibilidade de participação na definição das políticas com a criação de conselhos, tais como o Conselho Nacional de Política Agrícola (CNPA) e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) compostos por integrantes do governo e de organizações da sociedade cível (CNA, CONTAG, OCB etc.). Estes conselhos passaram a ser importantes instrumentos de planejamento e orientação da política agrícola do Estado.

Na avaliação de Delgado (1994), além desses mecanismos legais de diferenciação da política agrícola e dos canais da participação abertos pela Constituição e pela Lei Agrícola ainda existe um terceiro elemento fundamental. Trata-se da possibilidade de descentralização de políticas para diferentes esferas de estado (federal, estadual e municipal) que permitiu a discussão de políticas nos outros âmbitos do Estado, para além do federal. Neste aspecto, é particularmente ilustrativa a realização de um seminário pelo DETR-RS/CUT com o título “A CUT e a Política Agrícola Municipal”. O seminário foi realizado nos dias 5 e 6 de agosto de 1992 na cidade de Passo Fundo-RS. Os debates, que contaram com assessoria do DESER, giraram em torno da análise da Lei Agrícola, seus desdobramentos, tendo em vista a política neoliberal do governo Collor e os efeitos sobre os pequenos agricultores. Como desdobramento desses debates, os sindicalistas procuraram “identificar os espaços para construção de uma política agrícola municipal” (Agricultura Alternativa, 1992, p.8).

Essa perspectiva de descentralização das políticas, de participação na definição dos rumos da política agrícola e o princípio de diferenciação da política agrícola para o pequeno produtor serão muito importantes para a definição de políticas públicas específicas para esse público nos anos seguintes e para que o sindicalismo (seja em sua vertente cutista, seja em sua vertente contaguiana) reforçasse a busca de construção de um projeto próprio de agricultura.

Essas propostas levantadas pelas organizações sindicais, seguindo a lógica da “seletividade estrutural” do Estado de Offe (1984), encontraram alguns apoios em setores estatais e foram implantadas algumas políticas de apoio aos pequenos produtores. A construção dessas políticas será tratada no capítulo seguinte, relacionada à emergência da noção de *agricultura familiar* no país.

3.5 Como construir a unidade na diversidade? Construção de identidades em um cenário de redefinições políticas

Mesmo que os trabalhadores rurais tenham mantido uma participação ativa e importante no interior da CUT desde a sua fundação, ocorreram momentos de polêmica sobre a pertinência da sua presença no interior de uma Central classista de trabalhadores. A polêmica sobre o lugar dos rurais no projeto político-sindical da CUT foi expressa em dois artigos publicados na revista *Teoria e Debate*. Um primeiro artigo intitulado *Limpar o terreno*, Paulo de Tarso Venceslau identifica na “ortodoxia da esquerda e na herança jurídica do sindicalismo brasileiro” elementos que interagem para “aprofundar a confusão que sempre esteve presente na organização dos trabalhadores do campo”. Na sua ótica, estas heranças combinadas fizeram com que historicamente “classes distintas fossem tratadas como iguais”:

Foi a ação da ditadura militar [...] que consolidou a falsa unidade em torno dos três grandes segmentos que compõem a estrutura sindical no campo: os assalariados com as dezenas de formas de assalariamento existentes; os pequenos proprietários e suas respectivas subdivisões; e os posseiros, meeiros, parceiros, arrendatários, que se somam aos trabalhadores sem terra, com suas especificidades e características próprias. Todas essas categorias estão dentro de um mesmo sindicato, como se este fosse capaz de promover a unidade entre as mesmas. (Venceslau, 1989).¹⁰¹

Visando explicitar as diferenças de interesse entre as categorias dos pequenos proprietários e os assalariados, argumenta que é muito comum que pequenos proprietários contratem mão-de-obra, fato que poderia gerar conflitos trabalhistas entre essas duas categorias. Para resolver tais conflitos, as “demandas são encaminhadas para o mesmo sindicato, que passa a administrar a disputa entre os seus associados” (id.). Com base nisto, Venceslau (1989) argumenta também que as demandas destas categorias são muito distintas: “o assalariado luta por melhores condições de trabalho e salários mais altos, enquanto os pequenos proprietários estão preocupados com os preços mínimos, com o crédito, com a comercialização, enfim, com a política agrícola do governo.” Da mesma forma, as outras categorias enquadradas no sindicalismo (meeiros, parceiros, sem terra etc.) têm interesses diversos, como acesso à terra, pauta que não é compactuada por pequenos proprietários. Por fim, o autor ainda questiona se seria adequado estar dentro da CUT um segmento de “não-assalariados” (como os pequenos proprietários): “Cabe à CUT lutar por preços mínimos, organizar comercialização ou propor uma política agrícola? Qual a diferença entre pequenos proprietários rurais e os pequenos empresários urbanos, como o feirante, o dono do botequim, da oficina etc.? Seria correto a CUT abrigar em sua estrutura o sindicato desses empresários?” Como solução para estes impasses, Venceslau propõe que sejam mantidos somente a

¹⁰¹ Fez-se uso da versão eletrônica do artigo de Venceslau (assim como o de Regina Novaes, citado na sequência), disponibilizado na internet pela Fundação Perseu Abramo. Nesta versão não aparecem números de páginas.

categoria dos assalariados na estrutura da CUT para manter seu caráter classista de organização de trabalhadores. A tarefa de organizar e promover políticas para os “não-assalariados” deveria caber ao partido (no caso, o PT).

Entretanto, esta proposta de Venceslau aparecia como despropositada frente às reais bases sociais rurais que a CUT dispunha naquele momento. As principais bases cutistas no campo e as suas principais lideranças de destaque nacional eram formadas justamente pelos pequenos proprietários do Sul e do Norte do país. Poucos meses após ter saído o artigo de Venceslau foi publicado na mesma revista o artigo *Dissolvendo a neblina* de Regina Novaes. Para essa autora, a construção de uma central sindical da classe trabalhadora não se dá somente na demarcação objetiva do que seria a classe, da “classe em si” (definida pelo lugar na produção). Ao contrário, as classes se constituem em suas inter-relações:

A “classe para si” (com projeto próprio) só se conforma na luta de classes. Seus limites e seus contornos não estão previamente estabelecidos. Uma central sindical que se quer “classista” não poderia excluir pequenos produtores que, em sua luta, questionam a via ou o modelo que tem permitido a acumulação e o desenvolvimento do modo de produção capitalista no país. (Novaes, 1989).

Novaes argumenta ainda que a classe trabalhadora que a CUT pretende representar não se encontra pronta no mundo do trabalho à espera de ser conduzida pelo sindicalismo. A classe só existe, enquanto “classe para si”, como resultado da ação do sindicalismo (e os demais agentes sociais) na construção de seus projetos estratégicos e debatendo-se com seus adversários sociais. Neste aspecto, Novaes se aproxima da noção de classe de Thompson (1987a, p.9), para quem classe é “relação histórica”: “A classe operária não surgiu tal como o sol numa hora determinada. Ela estava presente no seu próprio fazer-se.” (id.). Nesse sentido, classe é movimento.

No que se refere à construção de unidade no campo frente à diversidade existente, Novaes também contraria os argumentos de Venceslau. A autora reconhece, por um lado, que a unificação de diferentes categorias imposta pelo enquadramento sindical foi nociva para a organização sociopolítica no campo por ter ceifado as experiências organizativas (ligas, associações etc.) que existiam por fora do sindicalismo reconhecido pelo Estado. Mas, por outro lado, argumenta que a noção de “trabalhador rural” oferecida pelo Estado foi reapropriada positivamente pela CONTAG na medida em que esse termo passou a ser usado genericamente como identidade ampla das situações de trabalho no campo, ao passo que também possibilitou implementar lutas comuns entre diferentes categorias de trabalhadores, como a luta pela reforma agrária, por previdência etc.

Outra questão para a qual a autora chama atenção são as diferentes formas de exploração capitalista que se processam no campo. Não são apenas os assalariados rurais que são explorados, mas, devido à enorme heterogeneidade nas relações sociais aí presentes, percebe-se que “para além da prevista expropriação e proletarização de uma considerável parcela de pequenos produtores e de uma ínfima parcela que se capitalizou, percebe-se que houve a especialização da pequena produção, já definitivamente subordinada ao capital agroindustrial.” Dessa forma, construir a unidade política a partir da diversidade de situações de classe exploradas é o grande desafio para a organização dos trabalhadores no campo.

Por fim, Novaes diferentemente de Venceslau argumenta que “a tarefa de uma central sindical que se pretende classista é articular as diferentes lutas imediatas com o processo de construção da classe trabalhadora (para si).” Nesse sentido, “a CUT não pode abrir mão de sua própria história organizativa”, nem de setores de trabalhadores do campo que a ajudaram a construir, como os pequenos proprietários. O desafio maior que se colocava era “articular

trabalhadores do campo e da cidade para além das diferenças nas formas em que se realiza e se reproduz, a exploração capitalista.”

O debate levantado por esses intelectuais que procuraram intervir na definição dos rumos da CUT, no que se refere ao enquadramento da sua parcela rural, também revelam outras discussões cruciais do período: em primeiro lugar, como construir identidade de interesse entre segmentos diversos no campo? Em segundo lugar, por qual organização passa a construção da unidade das categorias trabalhadoras do campo?

Identities aqui não são entendidas como elementos que constituem as essências culturais de um grupo social, elementos que o diferem de outros grupos, que são preexistentes. Mas, são entendidas de uma forma mais ampla, como derivadas das posições que os grupos assumem no mundo social, são os elos que podem unir grupos a outros grupos. Nas palavras de Sader (1988, p.44): “Tal identidade se encontra corporificada em instituições determinadas, onde se elabora uma história comum que lhe dá substância, e onde se regulam as práticas coletivas que a atualizam.” No caso específico dos trabalhadores rurais, com suas diversas categorias, a história comum que estava em construção contava com a atuação de diferentes atores e instituições. É uma história construída pelos atores, com elementos contraditórios, como as suas lutas e as suas relações com as instituições.

No que se refere ao enquadramento sindical, desde a década de 1970 as federações sindicais dos estados do Sul vinham questionando o uso do tamanho da área em módulos. Nos anos de 1980 essa polêmica continuou, as federações do Sul continuaram a questionar o uso dessa medida como forma para enquadrar os pequenos proprietários para o acesso ao crédito (cf. Projeto de Política Agrícola da FETAG-RS, 1988) ao passo que documentos da CONTAG sobre o mesmo tema sustentavam o limite de três módulos rurais para ser considerado “pequeno produtor” (cf. Anteprojeto de Lei Agrícola da CONTAG, 1989). Entretanto, esta discussão era polêmica e suscitava diferenças entre as categorias e as forças políticas no interior do sindicalismo que faziam oscilar a posição da CONTAG sobre o tema. Nas Resoluções do IV Congresso da CONTAG de 1985, por exemplo, aparece o seguinte pleito: “o enquadramento sindical deve ser decidido pelos trabalhadores de acordo com as atividades que exercem” (CONTAG, 1985, p.93). Além disso, no que se refere especificamente aos pequenos proprietários propõe que “todo agricultor que trabalhe em regime de economia familiar seja enquadrado como trabalhador.” (id. p.94). No V Congresso da CONTAG de 1991 também é defendido que sejam considerados trabalhadores rurais os pequenos produtores “que trabalham em regime de economia familiar” sem menção ao tamanho da propriedade (CONTAG, 1991, p.40). Ou seja, pelo que apontam estas Resoluções destes Congressos objetivava-se que não houvesse enquadramento por tamanho de área da propriedade (medida em módulos), mas sim pela forma como o agricultor explora a área, se em “regime de economia familiar” deveria ser enquadrado como *trabalhador*, se faz uso de trabalhadores assalariados permanentes deveria ser enquadrado como *patrão*.

Esta proposta de classificação dos pequenos produtores que viviam em regime de economia familiar e sem empregados permanentes como trabalhadores independente do tamanho de propriedade (defendido pelas federações do Sul) aparenta ter sido construída no interior da CONTAG em um terreno adverso, pois as federações do Nordeste (que historicamente dirigiram a Confederação) tinham resistência à incorporação de produtores que poderiam ser considerados como “médios”. Argumentava-se, segundo depoimentos, que o sindicalismo deveria ser exclusivamente de trabalhadores que tivessem identidade de interesses comuns e que os produtores com mais de dois módulos rurais (depois mais de três módulos) teriam pouca afinidade com os assalariados e os pequenos proprietários; que teriam um nível de vida superior e que seus interesses podiam ser diversos e até mesmo

contraditórios. Há que se considerar também que a eliminação do critério do tamanho da propriedade como limitador do enquadramento dos trabalhadores rurais também provocava o aumento do número de possíveis filiados nas federações do Sul e outras regiões causando possíveis mudanças na correlação de forças no interior da CONTAG. De outra parte, desde meados da década de 1980 a pauta da reforma agrária era identificada cada vez mais com o MST e as lutas dos assalariados rurais (que tiveram grande expressão no final da década de 1970 e início da de 80) já não tinham mais muita força o que acabava limitando a capacidade de ação da CONTAG entre estas categorias e a busca de maiores bases entre os pequenos produtores que, nesta época, protagonizavam grandes mobilizações. Por fim, mesmo que não se tenha uma explicação conclusiva sobre todo este processo de disputa sobre os critérios de enquadramento entre categorias internas na CONTAG, uma coisa que fica evidente é que após vários embates os pequenos produtores ganhavam espaço no interior do sindicalismo.

Outra disputa entre forças sindicais que ocorreu no processo Constituinte foi sobre a legislação sindical. Em nível geral, o sindicalismo ligado à CONTAG manteve a sua postura de defesa da unidade das categorias rurais que podiam ser enquadradas como trabalhadores frente aos atores concorrentes. Para isso, defendeu a manutenção do princípio da unicidade sindical (onde só pode haver uma estrutura sindical representativa da categoria profissional ou econômica na mesma base territorial), garantindo a unidade legal da categoria *trabalhador rural*. Esta postura vinha desde o início da década de 1980 quando seus principais dirigentes não apoiaram a formação da CUT e sim a CONCLAT que defendia a unicidade sindical. De outro lado, o sindicalismo rural ligado CUT defendia a proposta de autonomia e pluralismo sindical, qual seja, a possibilidade de formar sindicatos por categorias específicas no campo e a eliminação da unicidade sindical. Seja entre os assalariados rurais, seja entre os pequenos produtores estimulava a diferenciação de estruturas. Está implícita nestas diferentes posturas frente à legislação os interesses de cada uma dessas organizações sindicais que concorriam entre si pela estrutura sindical rural. Como afirma Bourdieu (2005), é da lógica do “campo” o agente dominante ser contra alterações nas regras propostas pelo desafiador. Nessa perspectiva, enquanto a CONTAG e as suas federações, ao defenderem a manutenção da unicidade sindical, garantiam para si o monopólio da representação oficial dos trabalhadores rurais em geral, resguardando-se frente aos atores concorrentes. O setor rural da CUT, por sua vez, procurava atacar este monopólio da representação legal que a CONTAG e as suas federações possuíam para abrir possibilidades de construção de uma estrutura sindical sob seu domínio. Portanto, interessava à CUT romper com a unicidade sindical, com isso poderiam organizar sindicatos entre os assalariados rurais e entre os pequenos proprietários. Fez isso dando apoio para a criação da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo – FERAESP, no ano de 1989 e na organização de sindicatos regionais de pequenos produtores em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul a partir do início dos anos 1990.

Na Constituição de 1988 foi mantida a unicidade sindical e o imposto sindical foi transformado em “contribuição confederativa” (defendidos pela CONTAG e combatidos pela CUT), mas se acabou com a necessidade de reconhecimento prévio dos sindicatos e federações pelo Ministério do Trabalho.¹⁰² Essa extinção da necessidade de reconhecimento

¹⁰² No que se refere às exigências para a fundação de sindicatos a Constituição de 1988, em seu artigo 8º, inciso I, acabou com a necessidade prévia de reconhecimento do sindicato pelo Estado, que ocorria através da “carta de reconhecimento sindical”. Diz o citado artigo: “a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical”. Porém, em seu inciso II, a Constituição manteve a unicidade sindical e, no inciso IV, manteve a possibilidade de cobrança de “contribuições” dos representados (Brasil, 1988).

prévio do Estado abriu caminho para a construção de sindicatos e federações diferenciados e o início de uma luta legal pelo reconhecimento oficial destes novos entes sindicais.

O I Congresso do DNTR/CUT de 1990 definiu pela construção da tática de buscar a “unidade na diversidade” no campo. A construção da unidade da classe trabalhadora no campo passava pela sua vinculação a uma central sindical, mas para isso cada categoria específica (assalariados, pequenos produtores, sem terra etc.) deveria construir seus próprios instrumentos organizativos (sindicatos, federações, movimentos) da forma que achassem mais conveniente para o avanço das lutas da categoria. Com essa decisão os cutista referendavam ao mesmo tempo seu apoio ao MST, como organização de sem-terras, e davam um passo no sentido de construir uma nova estrutura sindical no campo que fosse adaptada a luta de cada categoria social.

Mesmo que o DNTR objetivasse pensar políticas para todas as categorias do campo, ser uma organização coordenadora da diversidade, desde o seu início fica evidente a maior relevância dos *pequenos produtores* na sua direção política e na definição da agenda e das bandeiras de luta. Essa maior expressão desse segmento (particularmente os da região Sul e os do estado do Pará, cf. Favareto, 2006¹⁰³) é destacada nas prioridades das lutas desse período. Conforme as resoluções do I Congresso do DNTR:

Nossa política de organização deve destacar especial atenção para a questão dos pequenos produtores. O DNTR deve tirar uma linha política que oriente os departamentos estaduais e sindicatos para buscarem responder aos problemas imediatos, tanto da produção quanto da comercialização, inserindo estas questões na luta mais geral do conjunto dos trabalhadores nos princípios da CUT. (DNTR, 1990, p.25).

Essa hegemonia dos pequenos produtores fez com que o DNTR tivesse elaborações de maior vulto para esse público. Exemplos disso são as suas intervenções na elaboração de uma proposta de Lei Agrícola e na formulação de um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural (tratado no capítulo seguinte).

Um importante debate que os DETRs da região Sul (reunidos no Fórum Sul) travaram no princípio da década de 1990 foi acerca da constituição de uma Federação dos Pequenos Agricultores dos três estados do Sul. A possibilidade de formar uma organização sindical específica dos pequenos proprietários tinha sido debatida ainda na década de 1970 no interior da CONTAG, principalmente pelas federações do Sul que levantavam o debate sobre a possibilidade de formação de uma *terceira faixa* entre trabalhadores e patrões. Duas décadas depois ressurgia um debate semelhante, mas sob novas bases. Em um documento elaborado para circulação interna do sindicalismo da CUT, alguns dirigentes e assessores apresentaram as razões para fazer o debate sobre a possibilidade de criação de uma Federação de Pequenos Produtores interestadual. Destacava-se que existia uma forte afinidade entre os pequenos agricultores dos três estados (as características de produção e os produtos eram semelhantes, os principais problemas eram os mesmos: preço, crédito, seguro etc.), diante disso, seria “natural” a construção de uma organização sindical que unificasse o trabalho sindical nos estados: “Unifique o método, unifique os calendários, unifique as reivindicações, unifique a luta contra um inimigo comum” (Bonato *et al.* 1991, p.7).

Seguindo esse raciocínio, é destacada a importância de se romper com a estrutura existente a exemplo dos assalariados e dos sem-terra que já formavam organizações próprias:

¹⁰³ Segundo Favareto (2006, p.32) “pode-se afirmar que o projeto político do sindicalismo rural da CUT teve por base privilegiada os agricultores familiares do eixo noroeste riograndense/oeste catarinense/sudoeste do Paraná, e os produtores de base familiar da Amazônia, em particular do Pará, num primeiro momento aqueles próximos da Transamazônica. Essas duas regiões viriam a ocupar os principais postos de direção até os anos de 1990.”

Precisamos romper as barreiras que as Federações pelegas nos impuseram. A barreira do estadualismo. E o caráter de central sindical que as FETAGs têm, central camponesa, de querer defender os interesses de todos, assalariados, pequenos agricultores e sem-terra. E na prática não defendem os interesses de ninguém. Os assalariados rurais não se sentem representados pelas Federações estaduais, e já surgem sindicatos e federações próprias. Os sem-terra fazem sua luta através do MST. Resta os pequenos agricultores que ainda se iludem com essa forma corporativa, que não ajuda a organizar a luta. (Bonato *et al.*, 1991, p.7).

Como se percebe, a ideia era criar uma federação cutista de pequenos produtores paralela as organizações sindicais do sistema CONTAG.

Este debate foi interrompido pela mudança de tática operada pelo DNTR no início da década de 1990. De uma posição de concorrência aberta com a CONTAG passou para a disputa por dentro da estrutura e de conquista da direção da Confederação. Essa mudança resultou na extinção do DNTR em 1995 e inaugurou uma nova fase no sindicalismo cutista no campo, não sem tensões, disputas e rupturas.

CAPÍTULO IV

EMERGÊNCIA DA CATEGORIA AGRICULTURA FAMILIAR NO SINDICALISMO NO FINAL DO SÉCULO XX

Este capítulo visa compreender a emergência e consolidação da categoria *agricultura familiar* na década de 1990. Busca-se centralmente mostrar o que representou o surgimento desta nova noção como definidora de um grupo de agricultores nas políticas públicas e no movimento sindical. Particularmente, procura-se compreender qual foi o papel que o sindicalismo exerceu na construção desta categoria e quais as mudanças que a sua incorporação trouxe para os projetos políticos das organizações sindicais. Após uma breve contextualização das mudanças por que passava o Estado brasileiro, no momento de maior abertura e internacionalização da economia com importantes conseqüências para o setor agropecuário (principalmente devido aos acordos do MERCOSUL), abordar-se-á o surgimento do debate sobre a agricultura familiar no Brasil e sua entrada no sindicalismo em um momento de significativas mudanças no campo sindical dos trabalhadores rurais.

4.1 Da democratização política às reformas neoliberais: o lugar da agricultura familiar na nova inserção internacional da economia brasileira

Nas duas últimas décadas do século XX ocorreram importantes mudanças na sociedade e no Estado brasileiro. São destacados pela literatura em especial dois processos que alteraram profundamente o Estado e a ordem social e econômica nacional: a democratização política e a liberalização econômica. Na leitura de Sallum Jr (2003, p.35-36), a transição política começou no final da década de 1970 com a crise econômica que atingiu o país e afetou o regime militar provocando uma “crise de Estado”, passou pelas campanhas das “Diretas Já” de 1984, deu origem à Nova República, se consolidou institucionalmente com a nova Constituição de 1988 e politicamente com o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-1998), “momento em que o Estado ganhou estabilidade segundo um novo padrão hegemônico de dominação” de orientação neoliberal nos assuntos econômicos e alicerçado em um bloco político de centro-direita (formado basicamente pelo Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB e Partido da Frente Liberal – PFL).

Enquanto a democratização política foi mais importante na década de 1980, a liberalização político-econômica destacou-se na década seguinte. A direção liberalizante com redução da participação do Estado na economia emergiu da própria incapacidade da ação estatal contornar as sucessivas crises econômicas, descontrole da inflação, queda do PIB etc., aliadas à difusão de ideias neoliberais que vinha ocorrendo desde os anos de 1970 pelas instituições econômicas multilaterais e governos de países do capitalismo central. Nessa

leitura, Sallum Jr. (2003, p.41) argumenta que “embora o liberalismo econômico no Brasil só tenha se tornado politicamente hegemônico nos anos de 1990, essa hegemonia começou a ser socialmente construída ainda na segunda metade da década de 1980.” Filgueiras (2006) chama atenção para o fato de que predominava até meados dos anos 1980 entre as distintas frações de classes do bloco dominante a tentativa de redefinir, atualizar e reformar o tradicional modelo de substituição de importações. Em resposta à crise desse modelo, existia um eixo unificador de defesa de um projeto “neodesenvolvimentista” que reservava ao Estado as funções de planejamento e implementação de investimentos estratégicos. Entretanto, a partir do final da década de 1980, a correlação de forças mudaria significativamente:

Com o fracasso do Plano Cruzado – bem como dos demais planos que se seguiram na segunda metade da década de 1980 – e ao longo dos embates travados na Assembleia Constituinte (1986-1988), o projeto neoliberal foi se desenhando e se fortalecendo, passando do campo meramente doutrinário para se constituir em um programa político, com a formação de uma percepção, entre as diversas frações do capital, de que a crise tinha um caráter estrutural e, portanto, que o MSI [Modelo de Substituição de Importações] havia se esgotado e que o projeto neodesenvolvimentista era incapaz de responder aos problemas por ela colocados. (Filgueiras, 2006, p.182).

Outros autores têm apontado a concorrência entre dois projetos durante a década de 1990: um neoliberal, com viés de reforma do Estado e da política econômica e outro democrático-popular, que havia se gestado nas lutas dos setores populares pela democratização do Estado e das estruturas sociais na década anterior e se apresentava como alternativa de poder. Estes projetos, apesar de serem antagônicos entre si, acabaram afluindo, em alguma medida, naquilo que Dagnino (2004, p.95) chamou de “confluência perversa” “entre um projeto político democratizante, participativo, e o projeto neoliberal”. De um lado, a sociedade brasileira vivia um processo de alargamento da democracia, que se expressava na criação de “espaços públicos” (Paoli e Telles, 2000) e na crescente participação da sociedade civil e dos movimentos sociais nos processos de discussão e de tomada de decisão relacionados com as questões nacionais e as políticas públicas. O marco formal desse processo foi a Constituição de 1988, que consagrou o princípio de participação da sociedade civil nas decisões públicas. Com a eleição de Fernando Collor de Mello e depois Fernando Henrique Cardoso e como parte da estratégia do Estado para a implementação do ajuste neoliberal, o Estado se isentou progressivamente de seu papel de garantidor de direitos, através do encolhimento de suas responsabilidades sociais e sua transferência para a sociedade civil, terceirizando as ações do Estado. É nessa aparente necessidade de uma sociedade civil ativa e propositiva entre os dois projetos que Dagnino (2004) chama de “confluência perversa”. Entretanto, a mesma autora adverte que essa confluência, na verdade, é mais aparente do que real, pois o que ocorre é a adoção de termos semelhantes entre os diferentes projetos através de um “deslizamento de sentidos” do que seriam as noções de “sociedade civil”, “participação”, “cidadania” e “democracia” (inscritos na Constituição). Muitas vezes o Estado, para implementar o projeto neoliberal, faz uso destes termos para justificar seu chamado a sociedade civil para assumir os serviços que antes estavam sob sua responsabilidade, repassando-as para ONGs e/ou o chamado Terceiro Setor.

Mesmo que os governos de Fernando Collor e de Itamar Franco tenham implementado algumas políticas iniciais de cunho liberalizante, foi o governo Fernando Henrique Cardoso que consolidou o projeto de reforma do Estado em uma perspectiva liberal. O grande mote do governo foi “por fim à Era Vargas”, construindo novas formas de regulamentar o mercado sob inspiração de um “liberalismo econômico moderado” com uma faceta social, a que alguns

autores têm chamado de opção pela “terceira via”¹⁰⁴. Segundo Sallum Jr. (2003, p.44), as características centrais deste ideário são: o Estado deveria transferir quase todas as suas funções empresariais para a iniciativa privada; expandir suas funções reguladoras e suas políticas sociais; as finanças públicas deveriam ser equilibradas e os incentivos diretos às companhias privadas seriam modestos; restringir os privilégios existentes entre os servidores públicos; intensificar a articulação do país com a economia mundial, embora dando prioridade ao MERCOSUL.¹⁰⁵

Para além das medidas de reforma do Estado, foram tomadas outras visando à estabilização econômica que marcaram a década. Dentre as políticas adotadas nessa área, ganhou destaque a construção do Plano Real que visou centralmente reduzir de forma drástica a situação de hiperinflação em que vivia o país desde os anos de 1980. Em que pesem os méritos do Plano Real, segundo apontado por Filgueiras e Pinto (2005, p.3-4), se, de um lado, conseguiu alcançar a redução da inflação e a estabilização dos preços gerando “um círculo virtuoso de aumento do consumo e crescimento da produção e do emprego”, por outro lado, este processo, que se baseava na sobrevalorização cambial, em elevadas taxas de juros e no aumento da abertura comercial brasileira, mostrou-se “muito frágil, diante dos problemas surgidos nas contas externas do país e nas finanças públicas” o que implicou em um “aumento dramático da vulnerabilidade externa do país” (id.). Ou como sugere Bocchi (2001, p.1): “a contrapartida da estabilização é a grande fragilização das contas externas e internas do país.”¹⁰⁶ As virtudes da estabilização econômica tiveram que conviver durante toda a década também com as fragilidades que essas medidas causaram na economia nacional, nas contas públicas e nos postos de trabalho.

Com a maior abertura econômica o país passou a viver um processo de reestruturação dos sistemas produtivos para adequar-se às condições de competitividade internacional da economia globalizada (novos padrões organizativos e tecnológicos, toyotismo, terceirização, descentralização produtiva, desregulamentação do trabalho etc.). Essa reestruturação, além de ter incorporado novas tecnologias de produção e de gestão nas empresas, também provocou mudanças no mundo do trabalho, gerando uma crescente heterogeneização, fragmentação e complexificação da forma de ser e de viver da classe trabalhadora, com impacto direto na ação sindical (Antunes, 1995; 2005). As principais características que reorientaram a ação sindical nesse período, segundo apontado por Favareto (2006, p.37), foram as necessidades de: a) horizontalizar a ação política, em contraposição ao verticalismo constituído de acordo com a organização por ramos de atividade, característica da década anterior; b) reconsiderar a

¹⁰⁴ De acordo com Giddens (2001), a “terceira via”, se refere a “uma estrutura de pensamento e de prática política que visa a adaptar a social-democracia a um mundo que se transformou fundamentalmente ao longo das duas ou três últimas décadas. É uma terceira via no sentido de que é uma tentativa de transcender tanto a social-democracia do velho estilo quanto o neoliberalismo” (p. 36). Por outro lado, autores críticos a essa perspectiva, como Antunes (2005, p.95), afirmam que esta nova “força político-ideológica” se compõe pela “preservação de um traço social-democrático associado a elementos básicos do neoliberalismo”.

¹⁰⁵ Segundo apontado por Bresser Pereira, que foi Ministro da Administração e Reforma do Estado do governo Fernando Henrique Cardoso: “Na delimitação do tamanho do Estado estão envolvidas as ideias de privatização, “publicização” e terceirização. A questão da desregulação diz respeito ao maior ou menor grau de intervenção do Estado no funcionamento do mercado. No aumento da governança temos um aspecto financeiro: a superação da crise fiscal; um estratégico: a redefinição das formas de intervenção no plano econômico-social; e um administrativo: a superação da forma burocrática de administrar o Estado. No aumento da governabilidade estão incluídos dois aspectos: a legitimidade do governo perante a sociedade, e a adequação das instituições políticas para a intermediação dos interesses.” (Bresser Pereira, 1998, p.50).

¹⁰⁶ Para Bocchi (2001, p.1) “Há um notável crescimento dos déficits comercial e de transações correntes, bem como um grande aumento do passivo externo líquido. Internamente, há um forte incremento do déficit público e da dívida pública, em função das altíssimas taxas de juros praticadas no período.”

base social desse sindicalismo, sobretudo incluindo uma multiplicidade de formas sociais de trabalho, para além da tradicional situação de assalariamento e; c) conferir um tom mais “propositivo” à ação sindical, em contraposição ao caráter marcadamente reivindicatório do período anterior.

O projeto de reforma neoliberal do Estado aliado com a tendência de globalização das atividades econômicas prevalecente no final do século XX provocou uma redefinição da política de desenvolvimento do país que até então priorizava questões internas (substituição de importações) e logrou repensar a inserção internacional da economia brasileira. Como destaca Müller (1995, p.129): “Essa tendências apontavam para uma nova configuração geral do desenvolvimento – a de articular a escala global com a sensibilidade regional, implicando abertura das economias e concorrência nos mercados internacionais.” Nesta estratégia, a constituição do MERCOSUL aparece como prioritária, fator de integração e complementação econômica regional.¹⁰⁷

No que se refere ao setor agropecuário, a abertura da economia brasileira ao comércio internacional que se intensificou na década de 1990, para Delgado (2007), deve ser desmembrada em duas ordens de fatores: a liberalização comercial propriamente dita – representada principalmente pela redução da proteção tarifária frente à entrada de produtos agropecuários no país – e a desregulamentação de alguns setores ou produtos econômicos (como o trigo e o leite) para os quais a intervenção estatal na organização da produção, da industrialização e da comercialização foi historicamente muito significativa. A este quadro, Cordeiro *et al.* (2003) ainda acrescentam que vários órgãos que controlavam políticas para produtos específicos foram extintos (como os institutos da cana-de-açúcar e do café). O mesmo destino teve a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) em 1991, tendo sido transferidos suas obrigações para os estados.

Com a assinatura dos acordos que deram origem ao MERCOSUL a partir de 1991, o Brasil passou a ser um grande importador de produtos agrícolas dos demais membros do bloco econômico e um exportador de produtos industrializados. Alguns autores, tais como Zamberlam (1993) e Delgado *et al.* (1996), apontam que as vantagens competitivas de outros países do bloco, principalmente a Argentina, na produção de produtos agrícolas de clima temperado afetava negativamente o setor agrícola principalmente dos estados do Sul brasileiro. Neste contexto, estariam inseridos o setor leiteiro, tríticola, vitivinícola e a produção de frutas, atividades típicas de pequenas propriedades em que a produtividade dos países vizinhos é superior à brasileira.

Avaliando estes processos, Delgado (2009) destaca que o setor agropecuário na década de 1990 foi influenciado negativamente por três medidas distintas de política econômica. Em primeiro lugar, a liberalização comercial e o desmonte dos instrumentos de intervenção do Estado causaram uma enorme redução do volume de recursos aplicados nas principais políticas agrícolas; a liquidação da política governamental de estoques públicos de alimentos que teve uma redução de cerca de 85% em cinco anos; e, a queda considerável das tarifas de importação de produtos alimentares fez o país passar a ser um grande importador de alimentos. Em segundo lugar, a adoção do Plano Real em 1994 levou a uma queda da renda real do setor agrícola de cerca de 20 a 30%. E, em terceiro lugar, a valorização da taxa de câmbio, associada ao grande volume de recursos disponíveis no sistema financeiro internacional e a taxas de juros domésticas bastante elevadas constituíram um grande incentivo ao aumento das importações agrícolas.

¹⁰⁷ Mesmo tendo dado prioridade a construção do MERCOSUL, para Müller (1995) a inserção da economia brasileira no cenário internacional não ficou restrita ao bloco regional, mas procura ampliar as suas relações comerciais de forma diversificada e multilateral com países da América do Norte, Europa, Ásia e Oriente Médio.

Essas medidas de reestruturação econômica afetaram todo o setor agropecuário, mas impactaram de modo especial a parcela que pode ser chamada de “agricultura familiar”¹⁰⁸, tendo em vista que os produtos mais atingidos por estas medidas foram os produtos alimentares de consumo interno (Melo, 2001; Delgado, 2009). Nesse sentido, os produtos da agricultura familiar durante a década de 1990 “apresentaram uma taxa média anual de redução de preços reais quase o dobro da dos preços reais dos produtos da agricultura patronal” (Delgado, 2009, p.20-21).

Diante deste conjunto de medidas que afetaram o setor agropecuário, e em especial os agricultores familiares, as organizações de representação deste segmento social procuraram promover ações e reivindicar políticas públicas para reverter essa tendência de marginalização da *pequena produção* brasileira. No que se refere à constituição do MERCOSUL, as organizações de *pequenos produtores* – como a CONTAG e o DNTR/CUT – manifestaram uma visão crítica do processo de integração, seja por preocupações de ordem econômica, em especial sobre as possibilidades de reprodução social dos pequenos produtores frente à concorrência dos outros países, seja para reivindicar a participação dos trabalhadores nos processos de decisão sobre como se daria a integração. Nesse sentido, entre 22 e 24 de março de 1991 ocorreria um evento internacional de organizações rurais com a realização do Encontro Fronteiriço de Organizações Rurais em Santo Cristo-RS.¹⁰⁹ Este encontro seria um primeiro passo para se “apropriar da discussão” sobre o processo de Integração do Cone Sul, como descrito no seu documento final: “É o primeiro momento onde nós, trabalhadores rurais, buscamos interferir ativamente na elaboração de propostas, acordos, protocolos que, até então, eram única e exclusivamente determinados pelos empresários e governos dos quatro países, mas que atingem a maioria da população.” (Encontro Fronteiriço... 1991, p.6).

Ainda que ocorressem eventos de discussão entre organizações rurais dos países, somente seriam abertos no Brasil alguns canais oficiais de diálogo para as organizações de trabalhadores, segundo aponta a literatura disponível, a partir da posse de Itamar Franco na presidência da República no final de 1992. Após esse período passaria a ocorrer um processo de participação, mesmo que limitado, das organizações de representação na definição de políticas que pudessem preservar os pequenos produtores brasileiros frente aos efeitos que a implantação do MERCOSUL causava.

A partir de 1993 foram realizados alguns seminários em estados do Sul e do Sudeste brasileiro para debater a “integração dos pequenos produtores no Mercado Comum do Sul”, centrando-se, especialmente, na reivindicação da definição de políticas agrícolas diferenciadas, notadamente as políticas de reconversão e reestruturação das pequenas propriedades que fossem mais diretamente afetadas com o processo de formação do mercado comum (Navarro, 2010). Na tentativa de dar voz às organizações de agricultores, segundo Romano (1995, p.107) “foram criados no Brasil fóruns estaduais que tratam das questões da pequena produção familiar, com a participação das secretarias de agricultura estaduais, agências de extensão agropecuária, cooperativas e representantes dos pequenos produtores.” Porém, segundo sua avaliação, “na prática, as organizações dos pequenos produtores e dos

¹⁰⁸ Os trabalhos de Melo (2001) e Delgado (2009) tendem a considerar por “agricultura familiar” a produção feita para o mercado interno em propriedades com áreas menores de 100 hectares. Os produtos da agricultura familiar para eles são: amendoim, batata, cebola, feijão, fumo, mandioca, sisal, tomate, uva, suínos, frango e leite. Os da agricultura patronal são: algodão, arroz, cacau, café, cana-de-açúcar, laranja, milho, soja, trigo e bovinos.

¹⁰⁹ O Encontro foi organizado pelo DNTR/CUT e pela Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB) do Brasil, Movimento Agrário de Missones, Asociación de Pequeños Productores del Chaco da Argentina e pela Cordenación Regional de Agricultores de Itapua e Unión Nacional Campesina do Paraguai. Dele também teriam participado organizações de pequenos agricultores do Uruguai.

trabalhadores rurais apresentam sérias dificuldades de participação nestes seminários e fóruns” (id.), pois tiveram pouca capacidade operacional e técnica para acompanhar e intervir na definição de propostas de políticas do interesse dos pequenos produtores, uma vez que o acompanhamento dos fóruns e seminários deveria ser feito segundo dois critérios, por estado e por produto gerando uma dispersão enorme. Entre os estados inicialmente listados estavam: “Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Minas Gerais que, cabe lembrar, caracterizariam-se pela complexidade e diversidade das situações de organização da produção que apresentam. A lista dos produtos – carne, vinho, fumo, feijão, milho, soja, leite, frutas e oleaginosas – compreende a maioria dos principais produtos agropecuários do País.” (Romano, 1995, p.108).

Para acompanhar todas as discussões e ter capacidade de intervir nos rumos das decisões a serem tomadas as organizações sindicais precisariam “orçamentos volumosos para deslocamentos, uma fluida rede de elaboração ou acesso aos dados necessários e um elevado número de quadros e assessores especialmente capacitados” (Romano, 1995, p.108). Estruturas dessa natureza transcendiam as possibilidades concretas das entidades representativas dos pequenos produtores, como o DNTR/CUT e a CONTAG. Para suprir em parte estas fragilidades, as organizações fizeram uso de órgãos de assessoria para tornar possível a sua intervenção nesse processo. Nesse sentido, as elaborações e estudos produzidos pelos técnicos do DESER, Escola Sindical Sul da CUT e outros órgãos de assessoria são apontados como fundamentais para a qualificação da intervenção sindical no processo de negociação da integração dos pequenos produtores brasileiros no MERCOSUL.

Outros fatores que contribuíram para a construção das propostas políticas feitas pelo sindicalismo dos trabalhadores rurais no processo de formação do MERCOSUL foram os intercâmbios, as viagens de lideranças e atividades de formação realizadas com organizações de agricultores, Igrejas, ONGs e agências de solidariedade européias durante as décadas de 1980 e 1990 para conhecer as experiências européias (principalmente na França e na Alemanha). A integração regional realizada com a constituição da União Européia, a Política Agrícola Comum e as ações das organizações de agricultores familiares nesse processo foram vistas como uma forma de subsidiarem a intervenção do movimento sindical no Brasil e nos demais membros do MERCOSUL. O conhecimento do modelo da agricultura familiar (predominante em boa parte da Europa), fomentado por políticas de Estado, ajudou a embasar os projetos de agricultura das organizações de agricultores brasileiras que passavam a deixar para trás a postura defensiva de mera defesa dos *pequenos produtores* que estavam sendo excluídos progressivamente do processo produtivo, postura que havia predominado na década de 1980, para adotar uma postura positiva e propositiva sobre o que passaria a ser chamado de o modelo da *agricultura familiar*. O relato de Medeiros, Pacheco e Leite (1994) sobre uma viagem de intercâmbio na Alemanha aponta elementos sobre a experiência européia que poderia fomentar o debate no Brasil:

- a) a preocupação com a democratização e o desenvolvimento sustentado são enfoques adequados no diálogo Norte-Sul;
- b) as *perspectivas da agricultura familiar*, no sentido não apenas da sua reprodução socioeconômica, mas ainda de *todo o seu significado histórico-cultural, étnico e político*, que permeiam o debate na Europa na defesa da agricultura familiar, *são valores que precisam ser traduzidos para o Brasil*;
- c) o resgate do papel da agricultura familiar no Brasil, situação atual e perspectivas no âmbito do debate, hoje em curso, sobre as alternativas ao modelo agrícola vigente, merece também maior comunicação e intercâmbio com os nossos parceiros na Alemanha. Essa discussão é tanto mais importante se levarmos em conta que hoje no Brasil, *mesmo entre os setores progressistas, questiona-se a viabilidade econômica dos produtores familiares*,

atribuindo-lhes um papel de receptores de políticas compensatórias e não o papel de sujeitos econômicos e políticos. (1994, p.52, grifos nossos, ELP).

O conhecimento de experiências européias pelas lideranças sindicais e por intelectuais orgânicos permitiu subsidiar alguns debates que estavam em curso no Brasil no tocante às influências do MERCOSUL na agricultura e o lugar dos pequenos agricultores no cenário nacional. Neste aspecto, além dos intercâmbios, foram realizados vários encontros, seminários, fóruns e estudos pelas organizações de representação brasileiras e de outros países para alcançar acordos favoráveis para os agricultores familiares dos países membros (ou pequenos produtores como eram chamados corriqueiramente). Segundo apontado nos Anais do I Encontro Nacional Extraordinário dos Trabalhadores Rurais da CONTAG de 1994, teriam ocorrido nesse período vários seminários, encontros, e fóruns nacionais e em diversos estados brasileiros para tratar das condições em que estavam e as medidas necessárias para viabilização dos pequenos produtores no processo de integração. Também é apontado que ocorreram articulações internacionais entre as organizações de pequenos produtores dos países do MERCOSUL através de realização de dois Encontros de Dirigentes Sindicais de Pequenos Produtores ocorridos no Uruguai e na Argentina (CONTAG, 1994).

É interessante notar que, no caso brasileiro, como resultado desse conjunto de eventos constituiu-se no âmbito do Ministério da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária (MAARA) uma Comissão Técnica do Pequeno Produtor (Portaria MAARA 682/93 e 42/94) em conjunto com a CONTAG¹¹⁰ para analisar temas relacionados à *pequena produção* e formação de propostas na área de políticas agrícola. A constituição dessa comissão foi muito bem avaliada pelo sindicalismo, como aponta o documento da CONTAG:

Sem dúvida, a constituição desta comissão, composta por representantes do Ministério da Agricultura e da CONTAG, significou *uma expressiva vitória do MSTR* e um fato inédito: *pela primeira vez o governo admitiu sentar, em condições de igualdade, com os trabalhadores rurais para negociar uma proposta comum de política agrícola* (CONTAG, 1994, p.28, grifos nossos, ELP).

Como resultado dos trabalhos dessa Comissão foi publicado um relatório com o sugestivo título “Propostas e recomendações de política agrícola diferenciada para o pequeno produtor rural” (MAARA/CONTAG, 1994). Nesse relatório, além de fazer uma análise sobre a importância socioeconômica da pequena produção no país e suas fragilidades frente à entrada em vigor do MERCOSUL, era feita uma série de propostas e recomendações para a política agrícola. Dentre as mais importantes, apresentadas como “recomendações emergenciais”, estavam três: a) instituição de uma nova classificação do “pequeno produtor rural”; b) inclusão no Plano Safra 1994/95 das propostas apresentadas pelo relatório da Comissão, em especial as relacionadas com a classificação do pequeno produtor, crédito rural, seguro agrícola e PROAGRO; c) e criação no âmbito do MAARA de uma secretaria específica que estabelecesse diretrizes e coordenasse as políticas agrícolas diferenciadas visando o desenvolvimento social e econômico (MAARA/CONTAG, 1994, p.8).

Nas propostas apresentadas no documento, as mais destacadas diziam respeito à classificação dos pequenos produtores e a proposta de crédito diferenciado para esse público. A proposta de nova classificação dos pequenos produtores rurais estabelecia critérios

¹¹⁰ Interessante notar que apesar da Comissão ser formada oficialmente pelo MAARA e pela CONTAG, entre os seus integrantes (oito do MAARA e oito da CONTAG) constata-se a presença também de um “técnico convidado” da CUT e outro da FETAEMG, que era dirigida por cutistas.

importantes que passariam a ser adotados na definição de políticas para o campo desse período em diante, a saber:

É considerado pequeno produtor rural aquele que explore parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou ocupante atendendo simultaneamente aos seguintes requisitos: a) utilização do trabalho direto e pessoal do produtor e sua família, sem concurso do emprego permanente, sendo permitido o recurso eventual à ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade agrícola exigir; b) que não detenha, a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais, quantificados na legislação em vigor; c) que 80% de renda familiar do produtor seja originária da exploração agropecuária e/ou extrativa; d) que o produtor resida na propriedade ou em aglomerado rural ou urbano próximo. No caso de pequeno produtor cuja propriedade não atinja um módulo fiscal, a exigência de renda originária da exploração será de 40%, no mínimo. (MAARA/CONTAG, 1994, p.9-10).

Estes critérios se aproximam dos critérios de classificação do *pequeno produtor* defendidos pela CONTAG no processo Constituinte e na Lei Agrícola, guardadas algumas diferenças. É introduzido um critério sobre a necessidade de 80% da renda ser proveniente da exploração agropecuária, ligada à preocupação do sindicalismo para que as políticas diferenciadas fossem exclusivamente designadas a agricultores propriamente ditos. A limitação do tamanho da área para a classificação dos pequenos produtores vinha em debate desde a década de 1970 quando foi estabelecido pelo governo federal o enquadramento sindical do pequeno produtor em até um módulo gerando um debate interno no sindicalismo. Na década de 1980 o sindicalismo da CONTAG tendeu a defender a eliminação desse critério (como mostram as declarações de congressos apresentadas no capítulo anterior), mas em alguns momentos, como na proposta de Lei Agrícola que formulou, aparece a proposta de classificação em até três módulos. Ainda que com contradições, em nível geral, na década de 1980 e no início da de 1990 ocorreu um processo de ampliação das possíveis bases do sindicalismo no segmento dos *pequenos produtores* ao mesmo tempo em que o sindicalismo perdia influência (devido à concorrência com outros atores) e capacidade de mobilização das suas tradicionais bandeiras da reforma agrária e dos direitos trabalhistas. O segmento dos *pequenos produtores* passava a ser o centro de suas atenções e os critérios de classificação/limitação por tamanho de área perdiam importância.

Para além das disputas sindicais estritas deve-se também considerar as determinações legais que contribuíram para definir os *pequenos produtores* em até quatro módulos fiscais. No ano de 1993 foi aprovada a Lei Agrária (Lei n. 8.629) que além de ter regulamentado as disposições constitucionais sobre as políticas de reforma agrária no país, estabeleceu o que deveria ser considerado por “pequena propriedade” no país.¹¹¹ Definiu por pequena propriedade, no Artigo 4º, o imóvel rural que possui “área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais”.¹¹² Ao que tudo indica, o critério usado pela Comissão Técnica MAARA/CONTAG para estabelecer os beneficiários das políticas diferenciadas os produtores de até quatro módulos foi embasado nessa Lei.

¹¹¹ Imóveis rurais com “área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais” eram classificados como “média propriedade” e estas juntamente com as pequenas seriam “insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária a pequena e a média propriedade rural, desde que o seu proprietário não possua outra propriedade rural.” (Lei n. 8.629, de 25 de fevereiro de 1993).

¹¹² O módulo fiscal é estabelecido para cada município, e procura refletir a área mediana dos módulos rurais dos imóveis rurais do município. O módulo rural, por sua vez, é calculado para cada imóvel rural em separado, e sua área reflete o tipo de exploração predominante no imóvel rural, segundo sua região de localização.

Na temática do crédito rural, as proposições da Comissão Técnica, recomendavam a constituição de um Programa Especial de Crédito para os *pequenos produtores* rurais, obedecendo algumas condições: os beneficiários deveriam ser os que se enquadrassem como *pequenos produtores* (segundo a proposta de classificação estipulada); as cooperativas e associações exclusivas de *pequenos produtores*; e as cooperativas e associações que não fossem somente de *pequenos produtores* poderiam repassar crédito para estes. Além disso, demonstrando preocupação com as taxas de correção monetária que haviam causado grandes problemas para os agricultores saldarem os financiamentos na década de 1980, sugeria que os encargos financeiros fossem feitos com base na “equivalência-produto” (previsto na Lei Agrícola) e que houvesse um rebate (subsídio) de 30 a 40% sobre o valor do crédito especial para os pequenos produtores (MAARA/CONTAG, 1994).

Essa inclusão das cooperativas e associações exclusivas de *pequenos produtores* como beneficiárias diretas da política de crédito e as demais apenas como repassadoras de crédito devia-se às disputas que o sindicalismo promovia em vários locais durante as décadas de 1980 e 90 pelo controle das cooperativas. Nesta época, as organizações de *pequenos produtores* constataavam que na maioria das cooperativas eles constituíam o maior número de associados, mas o controle das suas direções era dos *grandes*, que acabavam se tornando os maiores beneficiários da ação das cooperativas. Na região Sul ocorreram várias tentativas dos *pequenos produtores*, organizados pelo sindicalismo, de ganhar a direção das cooperativas, mas foram poucos os casos de sucesso nessas disputas.¹¹³

4.2 Sindicalismo propositivo: Projeto Alternativo de Desenvolvimento, Gritos da Terra e políticas diferenciadas

O sindicalismo dos trabalhadores rurais no princípio da década de 1990 via-se em crise. A criação do DNTR no âmbito da CUT em 1988 ocorreu em um momento de abalo na hegemonia da CONTAG como aglutinadora e representante dos segmentos subalternos do campo. Esse declínio no papel da CONTAG, segundo apontado por Novaes (1991), pode ser creditado a três ordens de fatores: a) ao desgaste resultante de sua aproximação com o Estado e especialmente com o governo da Nova República (principalmente da derrota de seu projeto de reforma agrária, que havia sido uma das impulsionadoras dessa aproximação); b) ao seu distanciamento da CUT, não só com a não filiação à central, mas também pela rejeição dos princípios de liberdade e autonomia sindical expressos na Convenção 87 da OIT, durante o IV Congresso, de 1985; e c) ao episódio relativo à eleição da direção da entidade em 1988, realizada de forma indireta apesar das resoluções congressuais que indicavam a eleição em Congresso. Além disso, foram feitas acusações de fraude nas eleições. Esse conjunto de fatores, somado à concorrência que a Confederação passava a enfrentar com a emergência de novos atores no campo, enfraqueciam a importância política que tivera anteriormente.

Do lado do DNTR/CUT, mesmo estando estruturado desde 1988 como organismo que se propunha autônomo ao sistema sindical oficial, muitos sindicatos e mesmo federações

¹¹³ No Seminário Nacional de Cooperação Agrícola e sua Relação com o Sindicalismo promovido pelo DNTR/CUT (1992) é citado o caso da COTRIMAIO (grande cooperativa de Três de Maio-RS que atua em 10 municípios) como um exemplo em que os pequenos produtores assumiram a direção da cooperativa. Em outro locais onde os pequenos não conseguiam tomar as grandes cooperativas tradicionais ocorriam iniciativas de formação de cooperativas menores só dos pequenos, como é citado no mesmo Seminário, dentre outros, o exemplo do município de Constantina-RS onde o STR motivou a formação de uma nova cooperativa.

passaram a ser dirigidas por cutistas. Gerava-se uma situação ambígua, pois, ao mesmo tempo em que o DNTR se propunha a ser uma organização autônoma, seus integrantes participavam da estrutura sindical capitaneada pela CONTAG.

Outro elemento que mudou significativamente na década de 1990 foi a relação da sociedade civil com Estado. Com a Constituição de 1988, formou-se, ainda que com limitações, alguns canais e espaços de diálogo ou participação dos atores sociais com poder de pressão e reconhecimento social possibilitando um maior protagonismo do sindicalismo nestes espaços. Entretanto, esse espaço de expressão e interlocução das demandas dos trabalhadores rurais privilegiava a participação da CONTAG, suas federações e sindicatos como estrutura sindical reconhecida em detrimento do DNTR. Mesmo que o DNTR e sua estrutura sindical tivessem boa capacidade de proposição política e fossem representantes de uma base sindical relativamente ampla, os canais oficiais os preteriam perante a estrutura sindical da CONTAG.

Avaliando essa situação, Favareto (2006) afirma que tanto a CONTAG quanto o DNTR/CUT estavam em crise no início dos anos de 1990:

A CONTAG chegava nessa década com uma estrutura de invejável capilaridade (3.280 sindicatos oficialmente existentes, dos quais 2 mil aproximadamente participavam de alguma forma da vida sindical), reconhecimento social como organização sindical progressista, capacidade de interlocução com o Estado em diversos níveis. Essa mesma CONTAG, entretanto, inicia esse período sofrendo o desgaste de sua forma de se relacionar com o Estado e a dificuldade em promover atualizações mais profundas naquele seu projeto sindical, seja nas suas bandeiras de luta, seja nas suas formas organizativas, seja nas características da ação sindical ainda em muito pautada pelo legalismo. O novo sindicalismo [CUT], por sua vez, também gozava de forte reconhecimento social, grande capacidade de expressão e mobilização, apresentava conteúdos e práticas renovadores da tradição sindical anterior. No caso da vertente cutista, os limitadores estavam na dificuldade em firmar-se como o interlocutor privilegiado perante o Estado e em ampliar sua inserção entre os sindicatos da base contaguiana. (2006, p.38).

A crise do sindicalismo dos trabalhadores rurais também era percebida pelas organizações nesse período. A CONTAG nos Anais do seu V Congresso, realizado em 1991, mesmo sem falar em crise do sindicalismo, fazia menção a uma “situação de descrédito” vivida pelo sindicalismo, por diferentes motivos: a indefinição do governo quanto à principal bandeira do movimento sindical, a reforma agrária, mesmo depois de ter lançado o PNRA no IV Congresso da CONTAG de 1985; as dificuldades do movimento sindical em fazer frente ao arrocho salarial e à política agrícola que não favorecia aos pequenos produtores; a ênfase dada pelo sindicalismo à luta coletiva não estava sendo acompanhada do necessário trabalho de educação sindical (CONTAG, 1991, p.34).

Do lado da CUT, também era percebida a crise do sindicalismo. Mesmo que nas conclusões do I Congresso do DNTR de 1990 aparecessem apenas referências esparsas a problemas na arena sindical, em congressos estaduais esse tema tinha força. No I Congresso do DETR-RS realizado em 1990 foram discutidos elementos considerados motivadores da “crise do sindicalismo”:

O I Congresso do DETR CUT-RS ocorreu em um período marcado pela chamada crise do movimento sindical rural. A dificuldade em mobilizar os trabalhadores, a falta de conquistas econômicas concretas, a queda do número de associados nos STRs, os problemas financeiros vividos pelas diferentes instâncias do movimento sindical e o desânimo dos dirigentes e das lideranças apresentavam-se como sintomas de uma crise mais geral. (DETR-RS, 1993, p.2).

Na leitura do próprio sindicalismo da CUT as mudanças que deveriam ocorrer para superar a crise deveriam ser quanto à forma do encaminhamento das lutas. Enquanto na década de 1980 a atuação do sindicalismo teria sido somente *reivindicativa*, “os trabalhadores eram mobilizados em cima de questões imediatas, que emergiam da conjuntura” (DETR-RS, 1993, p.2), na década de 1990 requeria-se uma postura mais *propositiva* aliada à pressão frente aos governos.

Essa nova postura trouxe implicações para a sua forma de atuação e para o seu projeto político e de agricultura. Se, na década de 1980, o projeto político cutista era amplo e genérico almejando a democratização do Estado, da sociedade e do sindicalismo oficial, suas propostas para a agricultura não eram menos gerais: buscava uma maior participação nas esferas de decisão, reivindicava crédito, assistência técnica etc. ao mesmo tempo em que se iniciava a construção de experiências de produção autônomas dos pequenos produtores frente às indústrias de insumos. Nos anos de 1990 o sindicalismo cutista passou por uma fase em que se debruçou na elaboração de um projeto próprio para a agricultura, um *projeto alternativo*. Um olhar sobre as experiências no estado do Rio Grande do Sul e em locais de sua atuação evidencia esses processos no nível mais micro.

No II Congresso estadual DETR-RS, realizado entre 30 de novembro e 3 de dezembro de 1993, foi tomada a decisão política de partir para uma etapa de “organização da produção” e de formulação de um “projeto para o campo” com base “no resultado das experiências concretas vivenciadas pelos trabalhadores desde a base e da reflexão política articulada do conjunto da CUT e de seu campo de alianças” (DETR-RS, 1993, p.11). Com a formulação desse “projeto para o campo” pretendia adotar uma tática de ação não mais somente de “caráter reivindicatório e contestatório”, mas tratava-se de elaborar uma “proposta alternativa de desenvolvimento rural” que servisse para “definição de pautas concretas de reivindicação e negociação” (id.). Este novo modelo de agricultura a ser construído além de ter por meta fortalecer os agricultores familiares e apoiar a reforma agrária, implicava em fazer escolhas tecnológicas que levassem em conta preocupações ecológicas e culturais. Nas resoluções do II Congresso já eram apresentados alguns indicativos do que seria esse projeto, que passaria a dar os contornos do projeto cutista para o campo:

Um projeto Alternativo de Desenvolvimento que garanta a viabilização da Agricultura Familiar implica em: a) um novo modelo tecnológico que leve em conta as questões sociais e ecológicas da produção agrícola [...]; b) novas formas de organização da produção, comercialização, beneficiamento da produção e abastecimento [...]; c) reforma agrária enquanto instrumento para transformação do atual modelo de desenvolvimento da agricultura brasileira; d) política agrícola diferenciada para o pequeno agricultor [...]; e) pesquisa e extensão rural voltados para o interesse dos trabalhadores [...]; f) construir as bases culturais de um desenvolvimento alternativo, resgatando valores como a solidariedade, a cooperação e estabelecendo uma nova relação homem-natureza (DETR-RS, 1993, p.14-17).

Essa perspectiva de elaboração de um projeto alternativo de desenvolvimento não estava sendo pensada somente no RS, mas também no Fórum Sul dos DETRs e no DNTR no mesmo ano de 1993. Na I Plenária do Fórum Sul, realizada entre 16 e 18 de março de 1993, é destacado dentre as prioridades do sindicalismo no ano: “desencadear um processo para elaboração de um ‘Projeto de Desenvolvimento da Agricultura na Região Sul, sob a ótica da CUT’, contrapondo-se ao projeto neoliberal/MERCOSUL.” (Fórum Sul dos DETRs, 1993, p.3). Perceba-se que não se estava pensando em um simples projeto na área da agricultura, mas um projeto “sob a ótica da CUT”, com seus princípios e linhas ideológicas para ser encampado pela Central. Da mesma forma, a I Plenária do DNTR, realizada em agosto de

1993, apontou como um dos principais desafios do movimento sindical cutista: “a construção de um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Econômico para o campo, articulado com toda a Central e setores aliados. Este projeto deve servir como base para elaboração de pautas concretas de reivindicação e negociação.” (DNTR, 1993b, p.1). Este projeto deveria “ser o resultado das experiências concretas vivenciadas pelos trabalhadores desde a base e da reflexão política articulada do conjunto da CUT e de seu campo de alianças.” (DETR-RS, 1993, p.10).¹¹⁴

As propostas que foram sistematizadas no que passaria a ser chamado de Projeto Alternativo de Desenvolvimento não eram uma absoluta novidade no sindicalismo, pois a maioria delas já estava em discussão desde o final dos anos de 1980 nos debates do processo Constituinte e na Lei Agrícola (como tratado no capítulo anterior). A novidade que este Projeto trouxe foi a organização dessas propostas articuladas entre si em um projeto único com vistas a dar um tom propositivo para o sindicalismo, para viabilizar a agricultura familiar e apresentá-la como modelo de organização para o campo brasileiro defendido pela CUT. Ou seja, a novidade é a ideia de um *projeto* (uma utopia para mobilizar um grupo e criar um ator coletivo) que procurará mostrar que a *agricultura familiar* é uma forma diferenciada de exploração da agricultura, centrada em unidades familiares de produção, que seria mais sustentável, respeitaria a diversidade, geraria distribuição de renda. Seria uma aposta na democratização e na sustentabilidade da agricultura brasileira.

Com essa perspectiva, o tema da organização da produção ganhou destaque dentro do sindicalismo cutista no RS. Em vários municípios, desde os anos de 1980 vinham sendo construídas experiências de agricultura alternativa (substituição de insumos químicos por orgânicos, produção de sementes próprias para o plantio, uso de controle biológico contra pragas, conservação do solo etc.), diversificação da produção e formação de associações de cooperação agrícola entre agricultores. Nos anos de 1990 foram pensadas formas de aprimoramento dessas experiências iniciais visando propiciar aos agricultores e suas organizações maior domínio sobre o processo produtivo e a comercialização de seus produtos. Nesse sentido, o sindicalismo rural da CUT atuou fortemente na formação de pequenas cooperativas, na organização de grupos de comercialização, conquistou cargos em cooperativas tradicionais e operou “enquanto força política no processo de cooperativização da CORLAC, hegemonizando o movimento de criação de pequenas cooperativas de produtores de leite” (DETR-RS, 1993, p.18).

A Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos S/A (CORLAC) foi uma empresa de capital misto (público estadual e privado) criada na década de 1960. Segundo apontado por Souza (2007), a companhia passou por uma série de dificuldades econômicas no final da década de 1980 que comprometeram a continuidade de suas atividades, o que abriu a possibilidade para a sua transformação em cooperativa no princípio da década seguinte.

Com a cooperativização passaria a ser chamada Cooperativa Riograndense de Laticínios e Correlatos (COORLAC) e a ser gerida por um consórcio de cooperativas, dentre elas algumas pequenas cooperativas de produtores de leite ligadas ao sindicalismo da CUT, principalmente da região do Alto Uruguai. Em 1995, nessa região do RS, já operavam sete cooperativas de produtores de leite integradas à COORLAC. Eram elas: COOPERAL (Cooperativa dos Produtores de Rurais do Alto Uruguai), COOPASUL (Cooperativa dos Pequenos Agropecuaristas de Campinas do Sul), COPAAL (Cooperativa de Produção

¹¹⁴ Vale a pena destacar que as posições do DETR-RS e as do DNTR neste aspecto da construção do Projeto Alternativo e outras não por acaso eram muito semelhantes. Dentre as principais lideranças do DNTR várias eram provenientes do RS, como Orlando Vincenci, Elvino Bohn Gass e Altemir Tortelli, portanto, as elaborações do DETR-RS muitas vezes são muito próximas ou estavam em sintonia com o debate nacional.

Agropecuária de Aratiba), COMARA (Cooperativa Mista de Ronda Alta), COOPAC (Cooperativa de Produção Agropecuária de Constantina) e COORONDINHA (Cooperativa Agrícola Mista de Rondinha) (Souza, 2007, p.76).

Dessas cooperativas formadas por influências do sindicalismo cutista com objetivo de intervir na organização da produção, tem sido destacada pelo próprio sindicalismo e por alguns trabalhos (Magalhães 1998; Abramovay, 2001; Favareto, 2001; Picolotto, 2006), a experiência da COOPAC, como um exemplo de relativo sucesso que pode ilustrar como se deu o processo de intervenção do sindicalismo cutista na organização da produção no nível mais micro. No município de Constantina, os cutistas conquistaram a direção do sindicato em 1986. Com assessoria do CETAP e do DESER iniciaram trabalhos de formação com os agricultores, experiências com agricultura alternativa e organização de associações de cooperação agrícola. Em 1991, como resultado desses trabalhos anteriores e em contraposição a uma grande cooperativa tradicional da região (COTRISAL¹¹⁵), que era considerada agente da agricultura especializada e da exclusão dos pequenos agricultores, foi fundada a COOPAC para trabalhar com a diversificação da produção e das fontes de renda, sendo escolhida a atividade leiteira como central. A criação dessa cooperativa e o início de suas atividades na área leiteira em 1993 deu uma nova dimensão para os pequenos agricultores do município:

Mais próxima dos pequenos pecuaristas do município, a nova cooperativa (COOPAC) inicia um trabalho de fomento e estimula a entrada de outros produtores na produção leiteira. Ao mesmo tempo, a nova cooperativa – exatamente pela ligação que seus fundadores tinham com as comunidades do interior do município e pelo desejo de fazer da atividade econômica uma forma de geração e distribuição de renda – leva adiante um trabalho de melhoramento de pastagens e de aprimoramento genético do rebanho. A cooperativa recebia um forte apoio do sindicato de trabalhadores rurais que colocou à disposição deste projeto sua estrutura e, especialmente, um técnico agrícola. De 150 produtores em 1993, os produtores de leite do município saltaram, hoje [2001], para nada menos de 600. De 1500 litros diários, a cooperativa passou a recolher 35 mil litros. O preço ao produtor aumentou, já que os grandes grupos privados e as cooperativas tradicionais da região encontraram um concorrente voltado explicitamente a elevar a renda do produtor. O município como um todo dinamizou-se com base nos recursos da nova cooperativa. (Abramovay, 2001, p.2).

A partir de meados da década de 1990 essa cooperativa em parceria com o sindicato e organizações de assessoria passou a fomentar o cultivo de produtos *orgânicos* (soja, trigo, leite, frutas etc.) entre os agricultores do município e região estimulando um debate sobre o uso e as escolhas de tecnologias, insumos, a qualidade dos alimentos produzidos e, acima de tudo, pensar novas alternativas para a agricultura familiar local. Como afirma um dirigente da cooperativa:

Então, o agricultor começou a fazer açúcar, a plantar amendoim, pipoca, para vender pra COOPAC, a noz pecan ajuntar no chão e vender pra COOPAC. E daí cria debate da agricultura familiar e eu acho que este momento foi bastante rico. Bastante rico por que a COOPAC dá a cara da agricultura familiar (Adir Lazzaretti, 2004, *apud* Picolotto, 2006).

Este conjunto de experiências teria criado condições para fortalecer o debate sobre a *agricultura familiar* e dado base concreta para pensar o projeto do sindicalismo para a agricultura. A experiência de Constantina (assim como outras) aparece narrada em relatórios

¹¹⁵ O município de Constantina fica na área de atuação da COTRISAL (Cooperativa Triticola Sarandi Ltda.). Esta Cooperativa é concebida pelas lideranças como um dos principais agentes da modernização da agricultura, incentivadora da especialização e, portanto, um adversário a ser combatido.

de seminários sindicais, cartilhas sobre experiências bem sucedidas para circulação interna do sindicalismo, entre outros.¹¹⁶ A construção de cooperativas como esta deram base para o sindicalismo cutista experimentar e traçar seu projeto de agricultura na região Sul do país.¹¹⁷

4.3.1 Gritos da Terra Brasil, afirmação dos agricultores familiares e conquista do PRONAF

A origem dos Gritos da Terra Brasil deve ser creditada a eventos semelhantes que foram organizados em duas regiões de forte atuação da CUT rural (e de onde eram suas principais lideranças nacionais). Em 30 de abril de 1991 foi realizado no Pará pela FETRAGRI¹¹⁸ e outros atores o I Grito do Campo, como uma grande mobilização dos trabalhadores rurais contra a violência no campo e pelo acesso dos pequenos produtores ao Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) previsto na Constituição de 1988. Na construção desse primeiro Grito do Campo, segundo Tura (1996, p.68),

um aspecto marcante foi o grande arco de alianças que se conseguiu costurar para além do movimento sindical e no interior deste, via Comitê Rio Maria¹¹⁹. Participaram de sua organização, diferentes centrais sindicais – CUT, CONTAG, CGT; partidos políticos – PT, PCdoB, PSB, PSDB; entidades de apoio – FASE, CPT, CARITAS, SPDDH; e religiões – Igreja Católica e Luterana.

Ainda no mesmo ano, entre 27 e 30 de agosto, ocorreu o II Grito do Campo no Pará, como continuidade do I, mas dessa vez centrado na pauta do acesso aos recursos do FNO e negociado centralmente com o Banco da Amazônia (BASA). Esse II Grito conquistou uma linha de crédito chamado de FNO-Urgente. Tura (1996) chama atenção para o fato de que II Grito foi concebido como uma mobilização que não poderia acabar sem “vitórias”, e mesmo que se tenha avaliado que as conquistas desse Grito foram pequenas, “permitiu a construção da perspectiva de uma luta seqüencial, onde se estuda conquistas para longo prazo e não apenas as do momento” (id. p.84). Nessa direção, o III Grito do Campo, organizado em 1992, e o Grito dos Povos da Amazônia, realizado em 1993, procuraram levar adiante as pautas do movimento sindical centrada na construção de um “projeto alternativo de desenvolvimento rural com base na pequena produção familiar” (id. p.95), ampliando a articulação política para os demais estados da Amazônia e fazendo uso de uma tática de mobilizações de trabalhadores em várias regiões dos estados e nas capitais mais importantes para promover negociação com os governos e com o BASA.

Nesse mesmo período, na região Sul do país, foram organizadas mobilizações semelhantes pelas organizações de pequenos produtores ligadas à CUT, as chamadas Jornadas de Mobilização. Como relata o dirigente sindical Altermir Tortelli (na época coordenador do DETR-RS e membro do DNTR/CUT):

¹¹⁶ A experiência da COOPAC é relatada no Seminário Nacional de Cooperação Agrícola e sua Relação com o Sindicalismo Rural do DNTR/CUT, realizado em Goiânia em 1992, no Seminário A CUT e a Política Agrícola Municipal promovido pelo DETR-RS em Passo Fundo em 1992 e na cartilha sobre Cooperativismo de Leite do Projeto CUT/CONTAG de 1998.

¹¹⁷ Vale ressaltar que a partir de 1997 a COORLAC passou por um processo de desestruturação e muitas das cooperativas de leite precisaram buscar canais próprios para comercialização de leite, dentre elas a COOPAC. Maior detalhamento sobre as experiências em Constantina ver Picolotto (2006 e 2010).

¹¹⁸ Os cutistas conquistaram a direção da FETRAGRI (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará) em 1987 através da formação de uma chapa de oposição em um processo eleitoral.

¹¹⁹ O Comitê Rio Maria era fórum de discussão criado por várias organizações (CUT, FETAGRI, CPT, CNBB, Igreja IECLB, OAB) após o assassinato do presidente do STR de Rio Maria, Expedito Ribeiro, em 1990.

Aqui no Sul, nos tinha as Jornadas de Mobilização e no Norte eles começaram com os Gritos do Campo, que começou com a FETAG do Pará. Nós fundimos as duas estratégias, que era o que: jornadas concentradas de mobilização com negociação, com pautas gerais e negociação em várias frentes e com um processo intensivo de mobilização num período de um mês, 15 dias, uma semana que criava uma condição real de negociação com o governo do estado e com o governo federal. Na verdade nós não produzimos, não é um troço novo, é uma ideia que os trabalhadores de qualquer lugar do mundo já fizeram isso nos urbanos. Tu inicia uma negociação, se não avança a negociação tu vai pro pau, vai pra greve. Então o Grito da Terra nasce dessas ações no Pará, das nossas ações aqui do Sul, que tinha essa ideia de juntar muita gente, fazer um processo de negociação e de pressão simultânea forçando de fato a construção de grandes acordos e especialmente políticas públicas. (Entrevista ao autor, 2010).

As experiências dos Gritos do Campo e das Jornadas de Mobilização, ocorridas nas regiões onde estavam as principais bases e lideranças do DNTR, teriam dado base para que no ano de 1994 fosse organizado o I Grito da Terra Brasil, como uma mobilização nacional, unificada, organizada por uma ampla articulação de atores do campo, tais como: DNTR/CUT, CONTAG, MST, MAB, Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE), Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) e Coordenação dos Povos Indígenas do Brasil (CAPOIB).

A realização do I Grito da Terra foi muito bem arquitetada, tomando por base as experiências anteriores e a postura propositiva que o sindicalismo assumia nesse período. A tomada da decisão da sua realização ocorreu ainda em agosto de 1993 quando da realização da I Plenária Nacional do DNTR/CUT, quando se definiu: “O DNTR deve realizar, em conjunto com outras entidades, uma Jornada Nacional por terra, trabalho, salário, crédito, saúde e previdência” (DNTR, 1993a, p.3). Nesse espírito, foram realizados três Encontros da Coordenação para organizar as mobilizações do Grito da Terra Brasil (nome dado a mobilização nacional no primeiro encontro de dirigentes) e a construção da pauta de reivindicações. Analisando os relatórios desses três encontros evidencia-se que o Grito objetivou, como afirma o Relatório II Encontro,

construir a confiabilidade entre as entidades, buscando a unidade de ação dos trabalhadores rurais, somando forças para as transformações necessárias; não ter caráter apenas de protesto, buscando a negociação de pontos concretos, procurando obter conquistas para os trabalhadores rurais; construir elementos para um projeto alternativo de desenvolvimento para o campo (Grito da Terra Brasil, 1994a, p.2).

Mais do que isso, evidencia-se que a preparação da pauta a ser entregue aos governos nos estados e ao governo federal passou por um amplo processo coletivo de discussão e de aprendizado, tendo em vista que aparece em vários momentos dos relatórios de Encontros da Coordenação que alguns pontos da pauta ainda precisavam ser aprimorados uma vez que a “elaboração” estava “superficial”, “genérica” ou mesmo “bastante extensa”. Nesse sentido, o Relatório do II Encontro sugere: “Conforme definição do I Encontro da Coordenação do Grito dia 19/01 e referendada novamente, a pauta deverá ser bastante ‘enxuta’, com pontos claros para a negociação, bem como os justificativos de cada item.” (Grito da Terra Brasil, 1994a, p.3).

O Grito estava sendo preparado para ser um grande evento de reivindicação, proposição e negociação com os governos e, ao mesmo tempo, como uma forma das organizações do campo contraírem confiabilidade entre si e elementos para um projeto alternativo de desenvolvimento.

Outro elemento a ser destacado foi o papel central que exerceu o DNTR, pois além de ter sido quem propôs a realização do Grito foi quem assumiu um papel de coordenador de

todo o processo da sua construção. A CONTAG, ao que se pode perceber pelos relatórios e depoimentos, participou de todo o processo, mas com fortes dificuldades de mobilizar e envolver a sua estrutura sindical de forma efetiva. No caso da região Sul, até o III Encontro da Coordenação do Grito, realizado no final de março (menos de dois meses antes das mobilizações), nenhuma das três federações tinha manifestado qualquer interesse em participar do Grito e a do RS afirmava que iria fazer “ações fora do Grito” (Grito da Terra Brasil, 1994b, p.1).

O I Grito da Terra Brasil, realizado entre 9 e 13 de maio de 1994, acabou sendo um amplo conjunto de mobilizações realizadas em todo país pelas organizações participantes. Combinou a realização de ações nos estados e em Brasília, com negociações de pautas com os governos estaduais e com o governo federal. Em um panfleto da época é apontado que o Grito “combina diversas formas de ação, que incluem o *protesto*, a *proposição* e a *negociação*, não excluindo ações mais enérgicas, como ocupação de prédios públicos, no sentido de pressionar o governo a atender as reivindicações dos trabalhadores” (Grito da Terra Brasil, s.d.). Com a construção do Grito o sindicalismo renovava a sua forma de ação, conseguia maior protagonismo na sociedade e na luta por políticas de apoio à sua base social. Como caracteriza Medeiros (2001):

A mobilização de trabalhadores de diversos pontos do país, trazendo-os para as ruas, realizando ocupações de órgãos públicos, manifestações, vem constituindo o eixo dos “Gritos da Terra”. Através deles busca-se uma forma espetacular de apresentação/negociação de demandas com o Estado mas também apoio da sociedade para suas propostas. (Medeiros, 2001, p.118).

A pauta nacional apresentada pelo I Grito da Terra foi ampla, em virtude da ampla coalizão de atores que o construíram, contendo sete eixos temáticos: reforma agrária, política agrícola, direitos sociais e trabalhistas, previdência social, saúde e segurança no trabalho, política energética e meio ambiente (Grito da Terra Brasil, 1994c). Entretanto, não se pode deixar de notar que, dentre todos os pontos de pauta, o referente à política agrícola acabou assumindo uma importância central pelas conquistas alcançadas. Tem sido atribuído ao I Grito – tanto por sindicalistas quanto por acadêmicos – a conquista do Programa de Valorização da Pequena Produção (PROVAP) em 1994 e, nos anos seguintes, com novas edições do Grito, a sua ampliação e transformação em uma política mais ampla, com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Alguns analistas, como Schneider *et al.* (2004), Mattei (2007) e Grisa e Wesz (2010), atribuem a criação do PROVAP a duas ordens de fatores que teriam se somado: uma seria a reivindicação por parte do sindicalismo dos trabalhadores rurais (CONTAG e DNTR/CUT) por uma política de crédito subsidiado para os pequenos agricultores que seriam afetados pelo processo de abertura comercial da economia brasileira no processo de criação do MERCOSUL (nesse aspecto entrava o tema da “reconversão e reestruturação produtiva” principalmente dos produtores afetados na região Sul); e o outro teria sido a repercussão do estudo FAO/INCRA (1994) que definiu operacionalmente a agricultura familiar e estabeleceu um conjunto de diretrizes que deveriam nortear a formulação de políticas públicas adequadas às especificidades dos diferentes tipos de agricultores familiares. Entretanto, há que se acrescentar também outro fator, normalmente esquecido. Os agricultores assentados de reforma agrária haviam conquistado um Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA) ainda em 1986, mas com maior efetividade a partir de 1992¹²⁰. O

¹²⁰ O PROCERA foi criado ainda em janeiro de 1986, previsto pelo Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), lançado em 1985, para disponibilizar recursos aos assentamentos rurais. Entretanto, pelo que apontam

PROCERA operava com taxas de juros e prazos para pagar diferenciados dos demais programas de crédito rural abrindo um precedente para que os demais pequenos produtores reivindicassem a criação de um programa semelhante. A CONTAG e CUT vinham demandando a criação de uma política semelhante ao PROCERA desde a Constituinte.

Cabe frisar que, embora o PROVAP tenha propiciado poucos resultados do ponto de vista dos recursos aportados para os agricultores, sua importância consistiu na transição que com ele se iniciou em direção a uma política pública diferenciada para os pequenos agricultores. Deve-se lembrar, por exemplo, que, até esta época, os pequenos agricultores eram enquadrados como *micro-produtores* pelo Manual de Crédito Rural do Ministério da Agricultura, o que fazia com que precisassem disputar recursos com os grandes proprietários, que historicamente foram os principais tomadores de crédito (Schneider *et al.* 2004).

A realização do II Grito da Terra Brasil em junho de 1995 ocorreu após o VI Congresso da CONTAG (realizado em abril) em que foi construída a unificação formal do sindicalismo dos trabalhadores rurais através da filiação da CONTAG à CUT. Em função dessa unificação do sindicalismo, a partir do II Grito, a CONTAG, como organização cutista, passaria a assumir a sua realização como prioritária, mantendo-se um amplo leque de aliança com as demais organizações do campo que já haviam participado da primeira edição.

A preparação do II Grito – já durante o governo Fernando Henrique Cardoso – manteve uma estrutura semelhante à do de 1994. Entretanto, o projeto do movimento sindical começava a se transformar significativamente desse momento em diante ao assumir a *agricultura familiar* como a destinatária de suas maiores expectativas.¹²¹ Era um momento em que a bandeira da reforma agrária estava hegemônica pelo MST, em que este ator se projetava nacionalmente com grandes ações de massa (marchas, ocupações de terras, trancamento de estradas etc.) e deixava pouco espaço para o sindicalismo nessa área. De outra parte, o sindicalismo vinha em um processo de construção da unidade com a filiação da CONTAG à CUT, assumia uma postura mais propositiva frente aos governos, estava construindo o seu Projeto Alternativo de Desenvolvimento centrado na agricultura familiar. Neste contexto complexo de ascensão nacional do MST e de unificação do sindicalismo no campo (processos descritos mais adiante) é que ocorreria a emergência da categoria *agricultura familiar* no sindicalismo da CONTAG. O depoimento do seu então presidente, Francisco Urbano, aponta esta virada e a importância da academia nesse processo:

Desse período de 1988 para cá, nós fomos aprofundando. Em 1995, me parece, foi o grande salto da maioria das lideranças sindicais, e boa parte dos técnicos, de fato, compreenderam que tinham que mudar o enfoque nessa agricultura, da pequena agricultura familiar. Se você

Bruno e Dias (2004), o PROCERA teve pouca efetividade até o governo Itamar Franco, tendo atendido somente 30 mil famílias. “Até 1992 a elaboração de projetos e a contratação de recursos haviam sido insignificantes. Neste contexto, de fato, o PROCERA só começou a operar sistematicamente quase uma década depois de sua criação, a partir de 1993. Naquele momento, as mudanças políticas do governo Itamar Franco (1992-1994) e a crescente pressão dos movimentos sociais contribuíram para o aumento dos recursos destinados ao Programa, principalmente com o início da participação dos Fundos Constitucionais na composição de suas fontes de recursos.” (id., p.11).

¹²¹ Essa assimilação da agricultura familiar como categoria central para o sindicalismo se reflete também nos pontos de pauta do II Grito da Terra de 1995. A reivindicação na área de política agrícola passava a ser a “ampliação e melhoria do PROVAP”, através da inclusão dos pescadores artesanais, pequenos garimpeiros e extrativistas no público do programa; “acesso ao crédito de custeio aos assentados de reforma agrária, mesmo que tenham recebido crédito do PROCERA”; destinação de 40% dos recursos do PROVAP para “crédito de investimento”; “concessão de crédito aos agricultores em regime de economia familiar, de forma global para unidades produtivas, de modo a permitir o planejamento integrado da propriedade” (Grito da Terra Brasil, 1995, p.8).

olhar a maioria dos documentos dos Congressos dos Trabalhadores, tem uma lógica em termos dos objetivos, mas você vai ver que tem uma mudança muito grande entre os documentos anteriores e a partir de 1995. Que na minha visão, foi o grande momento da academia brasileira. Estudiosos como José Eli da Veiga e outros que estavam na Europa estudando com maior firmeza o papel da agricultura familiar, nesses países capitalistas, sem ter feito uma reforma agrária. Eu me lembro, que o José Eli da Veiga passou uns oito meses na Inglaterra - que tem um processo de distribuição de terras bem diferente da maioria, - estudando o processo da agricultura familiar. A partir daquele Projeto Nacional de Política Agrícola da CONTAG - que foi feito para definição de uma política agrícola diferenciada e que foi feito para fazer a Lei Agrícola no Congresso Nacional, que a Constituição mandava fazer - foi aonde se aprofundou esse processo. (Urbano, 2003, *apud* Brasil, 2004, p.139).

Sobre este depoimento de Urbano também é importante registrar alguns silêncios que são reveladores das disputas que ocorriam e dos agentes que as promoviam. Primeiramente no seu relato é afirmado que o debate sobre a agricultura familiar teria começado em 1988, não por acaso no ano de fundação do DNTR, que tinha por base principal este público, tomaria este segmento de agricultores como seu público preferencial e seria um dos grandes responsáveis por levar este debate para dentro da CONTAG no início da década de 1990. Em segundo lugar, Urbano também silencia sobre o papel que teve o DNTR no processo de formação da proposta de Lei Agrícola que, assim como a CONTAG, elaborou um projeto de Lei Agrícola e constituiu frente com esta nas disputas no Congresso com a Frente Ampla da Agropecuária (dos patronais) para inscrever na Lei os interesses dos pequenos produtores. No relato parece que foi somente a CONTAG que atuou para este objetivo. E, por fim, o terceiro silêncio de Urbano refere-se à sua afirmação de que em 1995 foi o momento do “grande salto” em que o debate da agricultura familiar entraria com força no sindicalismo. Não por acaso esse foi o ano em que a CONTAG se filiou à CUT e o DNTR foi extinto, com a deliberação de tornar a CONTAG uma organização cutista não somente na sua vinculação formal, mas também no seu projeto (ou seja, com a incorporação da ideia cutista de construir um Projeto Alternativo de Desenvolvimento com base na agricultura familiar). Portanto, foi o ano em que o projeto da agricultura familiar passou a ser da CONTAG.

Outro fator que provocou mudanças no interior do sindicalismo dos trabalhadores rurais na década de 1990 foi o aumento da importância política da categoria dos *pequenos produtores* (depois chamados de *agricultores familiares*). Era um movimento que se processava desde a região Sul e algumas partes do Norte com grande presença de pequenos proprietários que vinham alcançando espaços no interior da estrutura sindical desde a década de 1980. Como relata Ezídio Pinheiro (que foi presidente da FETAG-RS e vice-presidente da CONTAG entre 1986-1989), também sem fazer referência alguma à CUT:

Não se entendia que houvesse agricultura familiar no Brasil. Achava-se que havia agricultura familiar no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, Paraná, parte de São Paulo, e aí acabava a agricultura familiar no Brasil. Era essa ideia que estava na cabeça das pessoas. Falava-se em agricultura de subsistência, mas sem nenhuma expressão. Foi no final da década de 80 que a CONTAG começou a caminhar pelo Brasil, a olhar todas informações e descobriu quantas mil famílias havia em Maranhão, Bahia, Goiás etc. Até o final da década de 80, se discutia pontualmente as crises por produtos e aí se reivindicava uma ajuda, um abono etc. Se fôssemos falar na EMBRAPA, na EMBRATER sobre agricultura familiar eles diziam que iam ajudar, mas não se acreditava no potencial de desenvolvimento dessa agricultura. Só apenas nesses últimos dez, doze anos, que de fato a agricultura familiar começou a aparecer com uma força muito grande. A CONTAG começou a discutir com as Federações uma política diferenciada. Ela só foi acontecer recentemente, há uns oito anos atrás. O sistema financeiro sempre dificultou muito o avanço destes agricultores familiares.

Ninguém sabia ao certo quantas pessoas, essa agricultura empregava. Foi uma descoberta para todos, inclusive para o MSTR. (Pinheiro, 2003, *apud* Brasil, 2004, p.125).¹²²

O relato de Amadeu Bonato (integrante do DESER e assessor do Fórum Sul dos DETRs) destaca que as experiências acumuladas na região Sul pelo sindicalismo da CUT teriam influenciado a aposta do sindicalismo nacional no tema e no projeto da agricultura familiar em meados dos anos de 1990. Além disso, Bonato acrescenta que com a entrada dos cutistas na CONTAG teria ocorrido uma “maior capacidade de influência nacional das elaborações acumuladas pela região Sul, o aumento da capacidade de pressão e intervenção nas políticas públicas e as vitórias conquistadas nesse período” (Bonato, 2003, p.12). Essa influência seria sentida fortemente com a adoção do projeto da agricultura familiar como central pelo sindicalismo que acabaria deixando em segundo plano a pauta da reforma agrária (uma vez que o MST a assumia com maior visibilidade e impulso) e dos direitos trabalhistas dos assalariados (pois o sindicalismo não conseguiu manter a dinâmica das greves e campanhas salariais do início dos anos 1980).

No primeiro ano de governo de Fernando Henrique Cardoso “o tema agrário parecia ter perdido seu lugar no debate nacional”, o sucesso do Plano Real “trouxe uma alta popularidade ao presidente e, aparentemente, não havia contestação popular” (Medeiros, 2002, 59). No entanto, uma forte onda de ocupações de terras promovidas pelo MST e por alguns sindicatos e as situações de extrema violência policial de repressão aos ocupantes (como nos massacres de Corumbiara, Rondônia, em 6 de agosto de 1995 e de Eldorado dos Carajás, Pará, em 17 abril de 1996) alteraram este quadro e o tema da questão agrária voltaria ao debate público nacional (id.).

No ano de 1995, após muitas mobilizações no campo – onda de ocupações de terras e as grandes mobilizações realizadas pelo II Grito da Terra que tinham por foco o apoio ao pequeno agricultor – o governo, visando “retomar a iniciativa política” e deixar de “estar a reboque” das pressões dos movimentos (Medeiros, 2002, p.60), procurou absorver as demandas apresentadas, redefinindo e readequando-as através dos mecanismos de seleção que lhe são próprios (Offe, 1984). Frente a estas demandas, o governo teria optado por atender prioritariamente às demandas de apoio à agricultura familiar e escolheu o sindicalismo da CONTAG/CUT (unificado formalmente) como seu interlocutor privilegiado no campo.¹²³ Neste quadro, foi criado por uma Resolução do Banco Central o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), como uma linha de crédito especial (com juros de 12% ao ano) destinada ao custeio e investimento das atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares. Os recursos deveriam provir de 20% da exigüidade bancária e mais 200 milhões do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) (Banco Central, Resolução nº 2.191, de 24 de agosto de 1995).

¹²² O depoimento de Francisco Urbano (2003, id.) também revela essa descrença das autoridades na agricultura familiar: “Em 1995, o Fernando Henrique Cardoso já eleito presidente, nós estivemos com ele apresentando um documento, o Grito da Terra. [...] A gente apresentava para ele, concretamente, toda aquela base anterior do Projeto de Política Agrícola. Ajustadas algumas questões, medidas concretas, nós queremos uma política agrícola diferenciada mesmo. O que disse o Presidente para nós naquele momento? ‘Seu Urbano eu vou atender vocês, nós vamos estudar para fazer uma política de atendimento aos pequenos agricultores. Mas vocês estão equivocados nesse processo, porque até o ano 2005, o Brasil terá no máximo 5% de população brasileira no campo’. Eu fiquei assustado, como se ele estivesse olhando para o Brasil, naquele momento, como se ele estivesse sendo o presidente da Inglaterra.”

¹²³ Naquele momento também ocorria certa tentativa de aproximação do governo com setores do sindicalismo da CONTAG. Inclusive alguns sindicalistas importantes na estrutura eram filiados ao PSDB, como Francisco Urbano, que era presidente da CONTAG. Outro caso conhecido é o de Ezídio Pinheiro, ex-presidente da FETAG-RS, que foi deputado federal pelo PSDB entre 1995-1998.

A realização do III Grito da Terra Brasil de 1996 merece uma atenção especial por dois motivos: foi realizado somente pelo sindicalismo e passou a fazer uso da noção de *agricultura familiar* em sua linguagem em substituição a de *pequena produção*. O fato de somente o sindicalismo ter organizado o III Grito aparenta ser fruto de uma conjunção de fatores, tais como: as disputas por bases sociais que vinham ocorrendo entre as organizações sindicais e o MST vinham estremecendo as suas relações; a opção do governo em privilegiar negociações das demandas apresentadas pelos Gritos com as organizações sindicais em detrimento dos demais atores e o fato de que, com a unificação formal do sindicalismo (filiação da CONTAG à CUT), a direção dos Gritos que era exercida inicialmente pelo DNTR (que era bastante próximo do MST) passou para a CONTAG com quem o MST promovia fortes disputas por bases, principalmente nas suas regiões de expansão do Norte e Nordeste do país. Ao que tudo indica, a opção do III Grito ter sido realizado somente pelo sindicalismo esteve relacionada às fortes disputas que ocorriam no período pela afirmação dos atores que seriam os representantes das demandas dos trabalhadores rurais em geral em interlocução com o Estado. Como o Grito era uma iniciativa puxada pelo sindicalismo, as demais organizações, em especial o MST, parecem não ter sido convidadas a participar desta edição.

Outro fator que também ajuda a entender estas disputas está relacionado à adoção da categoria *agricultura familiar* pelo sindicalismo como linguagem oficial a partir desta edição do Grito e da importância que este segmento de trabalhadores passava a ter na hierarquia das demandas. Enquanto nas edições anteriores do Grito sempre aparecia como primeiro ponto de pauta a Reforma Agrária, no III Grito o primeiro será a pauta Política Agrícola, evidenciando que a hierarquia da importância das questões para os atores que estavam envolvidos nesta edição (CUT e CONTAG) haviam se invertido. A agricultura familiar era escolhida como o público preferencial do sindicalismo e passou a ser o modelo de agricultura proposto pela CONTAG em todos os seus documentos posteriores. Na pauta do III Grito foi feita menção à importância da agricultura familiar nos países desenvolvidos que apostaram nesse modelo de agricultura e recomendações para que o Brasil também optasse por este modelo para alcançar o “desenvolvimento sustentável”. Além disso, incorporou as teses defendidas pelo documento FAO/INCRA (1994) afirmando que os seus dados mostram “a maior eficiência da agricultura familiar seja social, por gerar muito mais empregos, econômica por ser mais eficiente do ponto de vista produtivo e ambiental por formar sistemas de produção mais sustentáveis.” (Grito da Terra Brasil, 1996a, p.4). Apesar dessa sua maior eficiência “a maioria dos agricultores familiares não tem capacidade de autofinanciamento, suas terras são poucas, possuem dificuldades de capacitação de recursos humanos e foram alijados das políticas públicas” (id.). Para suprir essas deficiências, seria necessário que o governo priorizasse a criação de políticas públicas de estímulo a esse segmento.

O centro do ponto de Política Agrícola da pauta foi ocupado pela discussão sobre o PRONAF, criado no ano anterior como uma linha de crédito. Segundo expresso nos documentos elaborados para o III Grito – Pauta de Reivindicações (1996a) e o “Dossiê 1996” (1996b) – o governo federal havia informado para a CONTAG que pretendia anunciar no ano de 1996 o PRONAF como uma política pública de maiores dimensões (como um *programa*) com três áreas de atuação, a saber: a) estabilização econômica da agricultura familiar: crédito, preço e tributação; b) descentralização de serviços de apoio ao desenvolvimento rural: pesquisa, assistência técnica e extensão rural; reforma agrária; c) reordenamento e ampliação da infra-estrutura rural: educação e capacitação profissionalizante; saúde e saneamento; habitação adequada; energia, comunicação e transporte; recuperação de solos; estradas vicinais, caminhos e acessos; armazenamento; obras hídrico-hidráulicas; pequenas e médias agroindústrias (Grito da Terra Brasil, 1996a).

Com base nas intenções que o governo anunciava, as principais reivindicações expressas nos documentos do III Grito visavam à transformação do PRONAF como coordenador das várias ações de políticas públicas a favor do desenvolvimento da agricultura familiar. Além disso, pleiteavam que o Programa não deveria ser confundido com programas de assistência social, devendo ser considerado uma prioridade do governo federal em favor do desenvolvimento da agricultura familiar; o programa não deveria ser “prefeiturizado” (correndo o risco de cair no fisiologismo e clientelismo habituais), mas os recursos deveriam ser enviados diretamente para as organizações de agricultores familiares; na sua gestão deveriam ser garantidos conselhos paritários entre as organizações de agricultores e o poder público em todos os níveis (federal, estadual e municipal); e, deveriam ser garantidos recursos orçamentários suficientes para a execução do programa (Grito da Terra Brasil, 1996a; 1996b).

Os critérios de classificação dos agricultores que deveriam ter acesso ao PRONAF defendidos nos documentos do III Grito são idênticos aos formulados pela Comissão Técnica MAARA/CONTAG (de 1994, apresentados no item 4.1), acrescidos da ressalva de que somente os STRs e as EMATERs deveriam ter a prerrogativa de fornecer “declarações de aptidão ao PRONAF”, devendo “ser revogada a Portaria n. 805 do MAARA, de 21 de dezembro de 1995, que permite a emissão de declaração de aptidão pelos Sindicatos Patronais” (Grito da Terra Brasil, 1996b, p.7). Tal restrição traz à tona as disputas existentes pelas bases de *agricultores familiares* que vinham ocorrendo com as organizações patronais desde décadas passadas. Como tratado anteriormente, as disputas por essas bases vinham ocorrendo desde a constituição do sindicalismo no campo quando as organizações sindicais dos trabalhadores rurais passaram a ser importantes mediadores de políticas públicas livrando os *pequenos produtores* das tradicionais relações de mediação dos coronéis e políticos locais. Nas décadas de 1970 e 80 as principais disputas por bases entre o sindicalismo de trabalhadores e o patronal se davam pelos critérios de enquadramento sindical (por tamanho de área) que determinava o direito de representação e o direcionamento dos impostos sindicais dos pequenos proprietários com mais de um módulo rural (depois de dois) às organizações patronais, quando na maioria das vezes estes eram filiados aos sindicatos de trabalhadores. Aparentemente a restrição do III Grito da Terra aos sindicatos patronais poderem fornecer “declarações de aptidão ao PRONAF” ia no mesmo sentido. Visava evitar que os sindicatos patronais se apropriassem da mediação de uma política que foi conquistada pela luta do sindicalismo dos trabalhadores e da qual ele buscava ser o mediador privilegiado.

Pouco tempo após a realização do III Grito, o governo federal por meio do Decreto Presidencial n.1946, de 28 de junho de 1996, criava oficialmente o PRONAF como um *programa* coordenador de várias ações em prol do fortalecimento da agricultura familiar. No Decreto é destacado no Art. 1º que a sua finalidade maior é “promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria da renda.” O Manual Operacional do PRONAF (1996) definiu mais especificamente os objetivos do Programa, quais sejam: a) ajustar as políticas públicas à realidade dos agricultores familiares; b) viabilizar a infra-estrutura rural necessária à melhoria do desempenho produtivo e da qualidade de vida da população rural; c) elevar o nível de profissionalização dos agricultores familiares, propiciando-lhes novos padrões tecnológicos gerenciais; d) favorecer o acesso desses agricultores e suas organizações aos mercados.

Pelo que se percebe nos documentos da época e depoimentos de lideranças, existia certo direcionamento do Programa aos agricultores considerados viáveis na produção (os que o estudo FAO/INCRA, 1994, havia caracterizado como os “agricultores familiares em transição” que possuíam área média de oito hectares e os “consolidados” com área média de

50 ha), ficando de fora os considerados inviáveis (ou “periféricos” com área média de dois ha, segundo o mesmo estudo). Além do mais, as organizações de representação denunciavam uma série de dificuldades que impediam o acesso aos recursos (principalmente para os mais pobres): as taxas de juros eram consideradas altas (9% ao ano), os bancos dificultavam o acesso, os agricultores não tinham conta nos bancos nem conheciam os procedimentos bancários, entre outras (DESER, 2000).

Outro elemento importante a ser destacado é que este direcionamento de público do PRONAF ultrapassava os limites do que o sindicalismo vinha estabelecendo para a sua base social, atingindo também agricultores que eram classificados como patronais, que tinham até quatro módulos fiscais e até dois empregados permanentes. Este extravasamento das bases do sindicalismo de trabalhadores era um ponto de disputa com as organizações patronais pelo destino da política pública (como já apontado) e pelas bases sociais. Frente às dificuldades dos mais pobres (os agricultores “periféricos”) acessarem o Programa e percebendo que este poderia ser apropriado, em parte, pelas organizações patronais (uma vez que ultrapassava suas bases), o sindicalismo dos trabalhadores rurais reivindicava o redimensionamento do público do Programa.

Na realização do IV Grito da Terra Brasil de 1997 o ponto central de sua pauta eram as melhorias do PRONAF. Ao mesmo tempo em que as organizações de agricultores reconheciam que a criação do Programa foi “uma significativa iniciativa do governo federal, no reconhecimento da necessidade de políticas diferenciadas para a agricultura familiar” (Grito da Terra Brasil, 1997, p.3), denunciavam que a abrangência desse programa ainda era pequena diante dos grandes problemas que a agricultura familiar enfrentava frente à histórica exclusão a que teria sido submetida, a concorrência desleal que abertura comercial provocava, a desvalorização dos preços mínimos, a falta de assistência técnica adequada, entre outros fatores.¹²⁴ Nesse sentido, um pleito importante deste Grito foi a criação de um subsídio para os agricultores familiares de baixa renda. Como resultado destas demandas, foi criada a modalidade PRONAF-Especial, conhecido como *Pronafinho*¹²⁵, destinado a um público de agricultores de baixa renda (considerados “periféricos” ou em “transição”).

No ano de 1999 o PRONAF passaria por mudanças na sua forma de operação e na sua amplitude. Foram instituídas modalidades de faixas de crédito por segmento de beneficiários do Programa segundo critérios de renda e participação em programas de reforma agrária. As modalidades criadas podem ser observadas no Quadro 3.

O Grupo A oferecia somente a modalidade *investimento* para a infra-estrutura inicial para os beneficiários dos programas de reforma agrária. O Grupo B oferecia micro-crédito no valor de R\$ 500,00 para os agricultores de mais baixa renda. O Grupo C, que era uma readequação do *Pronafinho*, contava com as modalidades de *custeio* das atividades agrícolas e *investimento* e era destinado aos agricultores familiares que compunham boa parte da base do sindicalismo, os em “transição”. E, por fim, o Grupo D era composto pelas modalidades *custeio*, *investimento* e *Agregar* (crédito para agroindústrias), destinava-se para os agricultores familiares “consolidados” (DESER, 2000).

¹²⁴ Segundo apontado por Mattei (2007, p.145), enquanto no primeiro ano de vigência do PRONAF foram executadas “apenas as ações relativas ao crédito de custeio” a partir de 1997 ocorreu a ampliação do programa para as áreas de investimentos, infra-estrutura e serviços municipais, capacitação e pesquisa. A partir de 1997 “o PRONAF ganhou maior dimensão e passou a operar de forma integrada em todo o território nacional.” (id.)

¹²⁵ O *Pronafinho* foi criado através da resolução 2.436 do Banco Central, de 1997, “destinando créditos (na época) de até R\$ 1.500,00, com o objetivo de direcionar parte dos recursos de custeio aos agricultores mais necessitados” (Schneider *et al.* 2004, p.7). Nessa linha que financiava entre 500 e 1500 reais havia um subsídio (rebate) de R\$ 200 quando o agricultor pagava em dia.

Quadro 3: Grupos de classificação do PRONAF instituídos em 1999.

Grupo A	Agricultores assentados da reforma agrária que com a extinção do PROCERA passaram a ser atendidos pelo PRONAF.
Grupo B	Agricultores familiares, pescadores artesanais, extrativistas e aqüicultores com renda bruta anual proveniente da atividade agrícola e não-agrícola do estabelecimento de até R\$ 1500,00.
Grupo C	Agricultores familiares, pescadores artesanais, extrativistas e aqüicultores com renda bruta anual proveniente da atividade agrícola e não-agrícola do estabelecimento de R\$ 1500,00 até R\$ 8000,00. Apresentam explorações intermediárias com certo potencial de resposta produtiva.
Grupo D	Agricultores familiares, pescadores artesanais, extrativistas e aqüicultores com renda bruta anual proveniente da atividade agrícola e não-agrícola do estabelecimento de R\$ 8000,00 até 27.500,00. São estabilizados economicamente e podem contar com até 2 empregados permanentes.

Fonte: elaboração do autor com dados de DESER (2000), Schneider *et al.* (2004) e Domingues (2007).

Em linhas gerais, pode-se aferir que o PRONAF, como programa que coordena várias ações governamentais para promover o desenvolvimento da agricultura familiar, foi resultado de um complexo processo lutas dos agricultores através das suas organizações de representação, das disputas entre elas por serem atendidas em suas pautas (do momento de disputa entre a pauta da reforma agrária erguida com evidência pelo MST e a de apoio aos agricultores familiares levantada pelo sindicalismo), das elaborações das agências do Estado (muitas vezes em diálogo com as organizações de agricultores e suas assessorias) e fortemente embasadas teoricamente nas elaborações acadêmicas e nos estudos de cooperação do convênio FAO/INCRA.

O impacto da criação do PRONAF na região Sul do país foi bastante significativo. De um lado, por ter concretizado a conquista de uma política diferenciada para este segmento de agricultores, bandeira de luta que vinha sendo hasteada desde a década de 1980 pelo sindicalismo. Nas resoluções do III Congresso do DETR-RS de 1996 é destacada a importância da conquista desta política e o fato do sindicalismo ter conseguido colocar a agricultura familiar em debate no país:

As mobilizações nacionais, especialmente os Gritos da Terra Brasil (94, 95 e 96) foram importantíssimos, pois conseguiram colocar a agricultura familiar em debate na sociedade e através da pressão, passou a fazer parte da agenda política do país. Arrancamos conquistas (PRONAF) que embora insuficientes, nos dão o indicativo de que é por aí o caminho (DETR-RS, 1996, p.12).

De outro lado, por ter potencializado a construção de um sistema cooperativo de crédito solidário para facilitar o acesso aos recursos do PRONAF, dificultado pelo sistema bancário nas liberações de recursos individualmente para cada agricultor. As Cooperativas de Crédito com Interação Solidária (CRESOL) tiveram origem no Sudoeste paranaense em 1995, oriundas de experiências anteriores de Fundos de Crédito Rotativo, tendo mostrando grande potencial na intermediação do acesso aos recursos do PRONAF para os agricultores e as suas organizações. Esta experiência de cooperativas de crédito foi logo expandida para outras áreas dos estados da região Sul com atuação do sindicalismo cutista no campo, principalmente para o Oeste catarinense e o Alto Uruguai gaúcho. Junto com a estruturação e expansão do sistema CRESOL desenhava-se o aumento do acesso aos recursos do PRONAF nessas regiões

gerando um alto grau de acesso a esta política nessas regiões.¹²⁶ Desta forma, conjuntamente com a construção de caminhos para facilitar o acesso a essa política o sindicalismo cutista na região Sul estruturava um novo ramo cooperativista de atuação na área do crédito. A CRESOL que inicialmente atuava centralmente na intermediação dos recursos do PRONAF, em um segundo momento passou a ser também uma fonte própria de financiamento dos projetos do sindicalismo cutista para a agricultura na região. Esse protagonismo das cooperativas de crédito na região será mais detalhado no capítulo seguinte.

4.2.2 Projeto Alternativo de Desenvolvimento na CONTAG: opção pela agricultura familiar

Com o processo de unificação formal do sindicalismo dos trabalhadores rurais no Brasil efetivado com a filiação da CONTAG à CUT em 1995, a ideia de construção de um projeto alternativo de desenvolvimento para o campo, originariamente proposto pelos cutistas, foi levado para dentro da CONTAG. Desde 1993 o sindicalismo cutista no campo vinha elaborando um conjunto de propostas que chamava de projeto alternativo de desenvolvimento com base na agricultura familiar. Esse projeto, mais do que um conjunto de medidas pontuais, procurava através de análise de experiências concretas traçar orientações gerais de um novo modelo de desenvolvimento para o campo brasileiro: defendia a necessidade de realização da reforma agrária, optava pela agricultura familiar como formato de agricultura desejável, pela agroecologia e defendia novas formas de organização da produção e política agrícola diferenciada.

Nas resoluções do VI Congresso da CONTAG de 1995 (momento da filiação da CONTAG à CUT) pode-se observar a entrada dessas questões entre as preocupações do sistema sindical e a clara indicação de iniciar o debate para formular um projeto alternativo de desenvolvimento. Além do apontamento da necessidade de um “novo modelo de desenvolvimento” para o campo é apontada a necessidade de realização de uma ampla reforma agrária, a criação de “políticas públicas diferenciadas para a agricultura familiar” e o investimento em “tecnologias de produção não agressivas ao meio ambiente e adaptadas a agricultura familiar, que garantam crescimento equilibrado, diversificado, adaptado aos diversos ecossistemas e às condições sociais de produção.” (CONTAG, 1995a, p.52). Após o VI Congresso, o movimento sindical definiu um planejamento estratégico centrada em três linhas de ação centrais: a) debate e construção de um projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável, centrado na expansão da agricultura familiar, em contraposição ao projeto neoliberal; b) continuidade e incremento de sua capacidade de mobilização e de luta, e; c) reestruturação organizativa, financeira e administrativa, que possibilite assumir um papel protagônico na defesa e representação dos interesses dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

A construção de um projeto alternativo estava no centro das preocupações do sindicalismo na segunda metade da década de 1990. Na sua formulação teriam sido realizadas diversas iniciativas de debate, seminários e atividades de formação nos âmbitos nacional, estadual, regional e municipal. Foi desencadeado um grande processo de mobilização e capacitação voltado para o tema do “desenvolvimento local sustentável” que envolveu direta e indiretamente, mais de 30 mil lideranças e técnicos do movimento sindical, em mais de 4,5 mil municípios, dentro do Programa de Desenvolvimento Local Sustentável (PDLS). Esse

¹²⁶ Alguns estudos sobre a distribuição das liberações de recursos do PRONAF, como o feito por Gasques *et al.* (2005), apontam que as regiões onde existe maior nível de acesso aos recursos durante a trajetória do Programa são as regiões sudoeste paranaense, oeste catarinense e Alto Uruguai gaúcho. Regiões de forte atuação da CRESOL e do sindicalismo cutista.

programa teria colaborado para incorporar a “cultura” de parcerias nas ações do movimento sindical, “envolvendo inúmeras organizações não governamentais e ampliando, de forma qualitativa, as parcerias do MSTTR nos estados e municípios” (CONTAG, 2004, p.53). Além dessas iniciativas, concentrou boa parte das atenções sindicais a realização de um ambicioso projeto de pesquisa e formação entre os anos de 1996 e 1999, o chamado Projeto CUT/CONTAG de Pesquisa e Formação Sindical (ou simplesmente Projeto CUT/CONTAG). Esse conjunto de iniciativas resultou na elaboração do que ficaria conhecido como o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável (PADRS), assumido oficialmente pelo sistema sindical da CONTAG no VII Congresso de 1998.

O Projeto CUT/CONTAG de Pesquisa e Formação Sindical (1996-1999) teve um papel bastante importante na definição do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural no âmbito do sindicalismo. Sua origem, segundo expresso na apresentação da trajetória do projeto, viria dos resultados de um projeto de pesquisa anterior desenvolvido pelo DNTR/CUT no período de 1992 e 1994 com apoio de organizações de cooperação internacional (FNV Holanda e Conselho LO/TCO de Cooperação Internacional da Suécia). Após a filiação da CONTAG à CUT foi elaborado um novo e mais abrangente projeto de pesquisa e formação sindical através de renovação dos convênios de cooperação internacional. Este projeto teve por foco duas temáticas de fundamental importância para o sindicalismo rural na época: buscar “contribuir no aprofundamento e qualificação dos debates e da intervenção sindical, em torno da noção de *projeto alternativo de desenvolvimento rural*, bem como na definição de uma *política de organização sindical* que dê conta de enfrentar os problemas que caracterizam a chamada ‘crise do sindicalismo rural’” (CUT/CONTAG, 1998, p.5, grifos nossos, ELP).

O Projeto CUT/CONTAG, pelo que se pode perceber nos documentos, foi um amplo empreendimento que desde a sua elaboração contou com a realização de várias reuniões e seminários de discussão entre dirigentes da CUT e da CONTAG e das equipes técnicas que o executariam (com colaboração de importantes intelectuais de universidades brasileiras).¹²⁷ Foi estruturado em dois eixos temáticos: projeto alternativo de desenvolvimento rural e organização sindical. E estes eixos temáticos deveriam ser desenvolvidos através de um conjunto de ações organizadas em três eixos operativos: diagnóstico do setor rural, formação sindical e elaboração de diretrizes do projeto de desenvolvimento rural e de políticas para a ação e organização sindical (CUT/CONTAG, 1998).

Os resultados desse projeto de pesquisa e formação sindical resultaram num diagnóstico sobre as dinâmicas de desenvolvimento em cada região brasileira (subdividido em tipos predominantes em cada sub-região) e sobre a situação do sindicalismo dos trabalhadores rurais em cada região e nos estados. Boa parte dos resultados alcançados está sistematizada na publicação *Desenvolvimento e sindicalismo rural no Brasil* (CUT/CONTAG, 1998). No eixo desenvolvimento rural (coordenado pelo professor José Eli da Veiga) é apresentada uma proposta de nova abordagem para o desenvolvimento com base na literatura acadêmica que destaca a *agricultura familiar* como o modelo de exploração agropecuária que todos os países desenvolvidos teriam adotado para se desenvolver. É feito um diagnóstico sobre as regiões brasileiras apontando que “as bases para um desenvolvimento rural com redução da pobreza está presente em todas as regiões, mas em situações muito diversas” (CUT/CONTAG, 1998, p.23). E apresenta algumas propostas com base nos relatórios regionais da pesquisa: o desenvolvimento deveria ser pensando segundo as regiões com afinidade geográfica e

¹²⁷ O Projeto CUT/CONTAG contou com a colaboração no eixo Desenvolvimento Rural de José Eli da Veiga da USP e no eixo Organização Sindical contou com a colaboração de Leonilde Medeiros do CPDA/UFRRJ e de Regina Reyes Novaes da UFRJ.

histórica comuns; foco nos fatores endógenos para o desenvolvimento das regiões; mudança radical do ambiente educacional oferecido aos agricultores familiares para melhor formar o “capital humano” na agricultura; melhorias no PRONAF visando uma melhor apropriação dessa política pelos agricultores; política fundiária que visasse atacar os contratos precários de arrendamento e parceria e oportunizar a complementação dos estabelecimentos familiares com terra insuficiente; reforma tributária que direcionasse penalizações em forma de impostos para os estabelecimentos agrícolas patronais; políticas de melhoria das condições de vida dos assalariados rurais; melhor exploração do potencial das atividades rurais não-agrícolas como geradoras de renda (id.).

No eixo da organização sindical (coordenado pelas professoras Leonilde Medeiros e Regina Novaes) a pesquisa objetivou fazer um “diagnóstico da situação do sindicalismo rural brasileiro, visando uma ação sindical mais eficaz e pautada em um projeto de desenvolvimento rural sustentável, fortemente ancorado na agricultura familiar e numa ampla e massiva reforma agrária.” (id. p.27). Partiu do tema da “crise do sindicalismo rural” que se avaliava amplamente disseminando no campo sindical e foi buscar as continuidades e as mudanças nos seguintes pontos: a organização interna do sindicalismo; as categorias que pretendia representar; as relações com outras formas de organização no campo; relações com o Estado, e as relações com as ONGs e com a sociedade civil.

Desses temas todos, o que mais interessa destacar aqui é que a pesquisa evidenciou que apesar do sindicalismo manter-se unificado sob o guarda-chuva da categoria *trabalhador rural*, observava-se uma tendência de ampliação da criação de “secretarias” e “comissões” específicas para um trabalho mais sistemático junto a cada categoria específica pelas quais o sindicalismo podia falar. Ocorria também certo movimento de questionamento do modelo do STR municipal unitário como representante de todos os trabalhadores rurais. Aparecia em vários estados iniciativas de criação de sindicatos específicos por categorias como os *assalariados rurais* (SP, MG, ES, PA, BA) e os *agricultores familiares* (SC). Além disso, são relatados casos de sindicatos por ramo de produção na área do açúcar e do álcool, indústria da alimentação, madeireiros, extrativistas, avicultores, fumicultores etc. Outras experiências desenvolviam-se no sentido de ampliar a base dos sindicatos municipais passando a formar sindicatos regionais ou mesmo formando organizações que transcendem os estados (como a formação do Fórum Sul da CUT que reunia sindicatos do RS, SC e PR). Esse conjunto de experiências diferenciadas (que fugiam ao ordenamento da unicidade sindical) fez os pesquisadores do Projeto CUT/CONTAG levantarem a hipótese de uma “possível implosão da categoria trabalhador rural”.

Mesmo diante dessa diversidade de experiências, quando a pesquisa observou quais categorias ocupam os cargos de direção na estrutura sindical (tendo em vista que os dirigentes tenderiam a privilegiar determinadas questões do interesse de sua categoria de origem em detrimento de outras de outras categorias) evidenciava-se certo predomínio de agricultores familiares nas direções das federações em todo o país, com exceção da região Sudeste. Após essa constatação os pesquisadores acrescentam que “não é de estranhar que a bandeira de um ‘projeto de desenvolvimento sustentável com base na agricultura familiar’ tenha conseguido tanta adesão.” (id. p.34). As bandeiras dos agricultores familiares estariam sendo levantadas como prioridades do sindicalismo.

No que se refere à estrutura sindical a pesquisa conclui que a excessiva fragmentação (em 3.584 STRs) seria um dos causadores de dificuldades (crise) para articular lutas mais amplas e potencializar as negociações e a representação. De outra parte, a crise do sindicalismo também estaria relacionada ao fato do sindicalismo representar diferentes categorias de trabalhadores rurais, situação que implicaria dificuldades de propor pautas

específicas para cada segmento dentro da mesma estrutura. Como um dos indicativos de que o próprio sindicalismo estava criando saídas para esses problemas são apontadas as seguintes experiências:

Mais recentemente, tanto o surgimento de novas categorias econômicas, quanto de outras categorias derivadas de recortes geracionais e de gênero, assim como as experiências organizativas de constituição de sindicatos por ramos de produção, por categoria de trabalhadores ou de bases regionais indicam a urgência de pensar um novo desenho para o sindicalismo no campo (CUT/CONTAG, 1998, p.48).

Também é destacado que as instâncias sindicais não teriam “informação/controle/direção sobre as experiências em curso” (id.), ainda que estas não devessem ser pensadas como realizações particulares deslocadas do que se poderia considerar como “projeto sindical nacional”, pois “as experiências são produto de necessidades imediatas, locais, de encaminhar determinadas questões que parecem ser vitais”. Dessa forma, o desafio maior que se colocaria para o sindicalismo naquele momento seria “articular o aprendizado do que está em curso com um projeto que aposte na inclusão econômica e política do diversificado conjunto de trabalhadores rurais.” (id.). Deveria se equacionar as experiências de renovação da estrutura sindical como um aprendizado para superar a crise que o atravessava ao mesmo tempo em que renovava o seu projeto sindical e de agricultura.

O projeto resultou também na publicação em 1998 de uma série de cadernos relatando experiências de regiões e sindicatos consideradas como exemplos para todo o sindicalismo.¹²⁸

Boa parte do acúmulo de pesquisa e reflexão que o Projeto CUT/CONTAG propiciou foi remetido para o VII Congresso da CONTAG de 1998 e guiou o debate sobre a construção do projeto alternativo de desenvolvimento e possíveis alterações na estrutura sindical. Se, de um lado, as sugestões sobre o projeto alternativo de desenvolvimento tiveram boa acolhida junto ao movimento sindical, as sugestões de reformulações da estrutura sindical tiveram menor aceitação. O tema da unicidade sindical sempre foi caro para os setores tradicionais da CONTAG, em função disso, possibilidades de formação de estruturas diferenciadas, fragmentação de sindicatos por categorias, entre outras, enfrentavam fortes resistências. Essas divergências e as propostas da CUT de reformulação da estrutura da CONTAG serão mais detalhadas no item seguinte.

No que tange ao projeto alternativo, o VII Congresso decidiu que o movimento sindical adotaria as formulações do Projeto CUT/CONTAG e passaria a assumir oficialmente a construção do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável (PADRS). Destacando que o ponto de partida para construção desse projeto devia ser a “concepção de desenvolvimento”, “o qual deve incluir crescimento econômico, justiça, participação social e preservação ambiental. Este desenvolvimento privilegiaria o ser humano na sua integralidade, possibilitando a construção da cidadania.” (CONTAG, 1998, p.29). Neste sentido, “as

¹²⁸ Foram treze publicações da *Série Experiência*, a saber: 1) FNO: Fundos constitucionais, sindicalismo rural e desenvolvimento sustentável na Amazônia; 2) Movimento sindical e cooperativismo: as cooperativas de leite da Região Sul; 3) Serra do Mel: Desenvolvimento sustentável no Semi-Árido; 4) Desenvolvimento sustentável na Zona da Mata Mineira; 5) O desenvolvimento do Vale do Itajaí; 6) Campanhas salariais: as experiências de São Paulo, da Zona Canavieira Nordestina e do Vale do Rio São Francisco; 7) Mutirão da Cidadania no Espírito Santo; 8) O Arrastão de animação da base na região Sul; 9) Crédito solidário: a experiência das cooperativas da região Sul; 10) Sindicalismo rural e reforma agrária: a luta pela terra no noroeste de Minas Gerais e entorno de Brasília; 11) Desenvolvimento sustentável: a experiência de Tauá; 12) Lutas sociais, desenvolvimento e a condição de gênero: o Movimento de Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu; 13) Relato de uma experiência de desenvolvimento rural no semi-árido nordestino: o MOC e as APAENs (região de Feira de Santa-BA).

questões econômicas têm de estar articuladas às questões sociais, culturais, políticas, ambientais e às relações sociais de gênero e raça.” (id.).

O movimento sindical, portanto, entendia que:

Não há desenvolvimento no meio rural sem educação, saúde, garantias previdenciárias, salários dignos, erradicação do trabalho infantil e escravo, respeito à autodeterminação dos povos indígenas e preservação do meio ambiente. As lutas dos trabalhadores e trabalhadoras pela terra, política agrícola diferenciada, políticas sociais e direitos trabalhistas inserem-se, portanto, na construção de um projeto alternativo de desenvolvimento baseado na expansão e no fortalecimento da agricultura familiar (CONTAG, 1998, p.29-30).

Nesse sentido, são apresentados como os elementos centrais que devem fazer parte deste projeto os seguintes itens: a luta por reforma agrária como forma de promover uma ruptura com o modelo de desenvolvimento excludente, concentrador de terra, renda e poder e como forma de expansão e consolidação da agricultura familiar; opção pelo modelo de exploração agropecuária da agricultura familiar que além de propiciar desenvolvimento mais descentralizado, democrático, tem capacidade de produzir alimentos com menor custo, com menores danos ambientais e poderia estancar o problema do êxodo rural; aos assalariados rurais, as alternativas de desenvolvimento devem criar novos postos de trabalho (de preferência na agricultura familiar), reduzir o desemprego e possibilitar melhores condições de vida e trabalho; deveriam ser criadas novas políticas sociais para o campo tais como: educação, saúde, lazer, previdência e assistência social, formação profissional, pesquisa e assistência técnica etc.; e ser repensadas as relações de gênero e geração com vistas valorizar os diversos sujeitos presentes no campo (mulheres, homens, jovens, crianças e idosos) (CONTAG, 1998; CONTAG, 1999).

Em suma, a perspectiva de construção do PADRS pelo sistema CONTAG concretizou a *agricultura familiar* como a categoria central do sindicalismo. A busca de construção do projeto alternativo de desenvolvimento como prioridade primeira do sindicalismo acabou submetendo as tradicionais pautas da reforma agrária e dos direitos trabalhistas à estratégia de fortalecimento da agricultura familiar como modelo da agricultura a ser perseguido.

4.3 Como construir a unidade na diversidade? O processo de unificação formal da CONTAG e da CUT

Mesmo que no momento da criação do DNTR em 1988 os cutistas tivessem manifestado o objetivo de construir uma organização sindical paralela ao sindicalismo da CONTAG, com o passar dos anos o sindicalismo cutista no campo passava a apresentar uma posição ambígua, ora de construção de uma estrutura autônoma, ora de disputa da estrutura contaguiana (suas federações e sindicatos). Com a conquista de muitos sindicatos e algumas federações, os cutistas passaram a ter de administrar tanto a estrutura oficial quanto as novas que estavam criando gerando uma situação contraditória no interior do DNTR. Diante dessa situação, enquanto em alguns estados e mesmo regiões se ensaiava a formação de federações cutistas por fora da estrutura sindical oficial – como com a criação da FERAESP em São Paulo e a ideia de criação de uma Federação de Pequenos Agricultores nos três estados do Sul, apresentadas no capítulo anterior – em outros estados eram os sindicalistas cutistas que dirigiam as federações oficiais (inclusive em estados como Rondônia, Tocantins e Amapá foram os cutistas que formaram as federações, pois elas ainda não existiam) ou faziam

composições com outras forças políticas para estar na direção. Tal ambigüidade é revelada pelo depoimento de Altemir Tortelli (Coordenador do DETR-RS 1991 e Secretário Geral do DNTR 1993):

A lei só permitia criar uma FETAG. Em Rondônia, Tocantins, Amapá, o nosso pessoal em vez de criar o Departamento Rural da CUT que era uma figura não formal, não legal, resolveu criar as federações oficiais. E na Bahia, em Pernambuco, em Minas Gerais os nossos companheiros cutistas em vez de criar de fato os Departamentos Rurais da CUT ganharam por dentro as federações, disputando por dentro ou fazendo composições ou fazendo chapa de oposição e ganhando as federações. Bom aí se instalou uma polêmica entre nós. Ao mesmo tempo em que nós tinha em muito lugares, como aqui no Sul, os Departamentos Rurais fortes, nós tínhamos em outros estados, como em Pernambuco, como Ceará, como Bahia, como Pará, Tocantins, Rondônia, as federações já cutistas. Aí começou a se instalar o conflito: por onde é que se constrói a CUT no campo? Em 91 passou a ser um movimento híbrido, o discurso era vamos atuar “por dentro” e “por fora” também. (Entrevista ao autor, 2010).

Antes do V Congresso da CONTAG de 1991 instalou-se uma polêmica quanto a participar ou não desse espaço do sindicalismo oficial. Pelo que apontam os documentos da época e alguns depoimentos de lideranças, mesmo com fortes restrições e resistências de alguns estados acabou vencendo a proposta de participação do Congresso. Neste ano a CUT indicou dois nomes para compor a diretoria da CONTAG. A partir desse momento o DNTR passava a adotar uma estratégia híbrida de atuar *por dentro* e *por fora* da CONTAG, iniciando um movimento de mudança de rumo do sindicalismo cutista no campo. Essa dualidade de posições também faz supor que estava em curso um movimento de *contaguização* da CUT na medida em que alguns setores estavam próximos ou se aproximando da Confederação. O sistema sindical da CONTAG atraía para a sua órbita sindicalistas da CUT, fazendo-os secundarizar a perspectiva de construção de uma nova estrutura sindical orgânica à CUT.¹²⁹

Nas resoluções do II Congresso do DNTR de 1993 também foi destacado esse hibridismo da posição da CUT. Ao mesmo tempo em que se implantavam Departamentos Estaduais em vários estados também crescia a influência cutista entre os STRs e federações do sistema CONTAG, como é relatado:

Houve um crescimento significativo, tanto de sindicatos filiados à CUT, que passaram de 400 para 630, como de federações, de uma para três. Foram implantados Departamentos Estaduais em 12 estados (SP, BA, CE, SE, PI, PB, RO, AC, MS, RS, SC e PR). Além disso, conseguimos composição em nove federações e na própria CONTAG. A Federação dos Assalariados Rurais [SP], criada em 1989, filiou-se à CUT. Nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, a representação se dá através do Fórum Cutista, entre federações e sindicatos filiados (DNTR, 1993a, p.5).

Esse era um momento em que o sindicalismo cutista atravessava uma profunda crise quanto ao seu papel, passando a reavaliar a sua posição de organização paralela ao sistema CONTAG. O II Congresso foi um dos espaços em que esse debate aflorou de forma bastante explícita. Foram apresentadas tanto posições favoráveis à entrada dos cutistas na CONTAG, quanto posições em favor da criação de uma nova confederação nacional de trabalhadores rurais da CUT (orgânica à Central, a exemplo da categoria dos metalúrgicos que em 1992 havia criado a Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT). Sem chegar a um

¹²⁹ Desde 1986 com a aprovação da formação de Departamentos por ramo da atividade econômica na CUT e principalmente após o ano de 1992 em que foi aprovada a transformação dos Departamentos em Federações ou Confederações orgânicas à Central seriam formadas estruturas sindicais paralelas às existentes e legalmente reconhecidas. Este tema das organizações *orgânicas* da CUT será melhor tratado no capítulo seguinte.

denominador comum, o Congresso remeteu esse debate para uma Plenária Nacional do DNTR que seria realizada em agosto de 1993. Tal Plenária tomaria a decisão, “por ampla maioria”, em favor da “participação na estrutura oficial” (DNTR, 1993b). A Plenária também fez algumas indicações de como deveria se dar o processo de conquista da CONTAG e de transformação de sua estrutura sindical em cutista. Nesse sentido, o documento da Plenária registra:

O DNTR entende que a filiação da CONTAG à CUT deve ser parte deste processo de disputa pela estrutura da CONTAG. E em consequência disto é parte da construção da nova estrutura sindical no campo. Neste sentido, considera que a filiação é necessária, mas não é suficiente para a construção da nova estrutura sindical. (DNTR, 1993b, p.13).

De outra parte, a Plenária estabeleceu uma estratégia para filiação da CONTAG à CUT, entendida como “o resultado do máximo acúmulo político e organizativo possível das forças cutistas na CONTAG, desde a sua base.” (id.). Ou seja, a deflagração de uma campanha de conquista e filiação de sindicatos e federações à Central. Em suma, a conquista da CONTAG não deveria ser vista apenas como a filiação da estrutura da Confederação à CUT, mas isso deveria ser resultado de um amplo processo de conquistas de espaços dentro do sindicalismo para permitir a filiação da Confederação ao mesmo tempo em que este ato deveria representar uma transformação da estrutura e do projeto do sindicalismo dos trabalhadores rurais para os princípios e projetos cutistas. A CONTAG deveria se transformar em cutista na sua estrutura e seu projeto. Pela conquista da Confederação passava a ser vista a construção da unidade dos trabalhadores do campo.

Da parte da CONTAG, desde 1991, com a realização de seu V Congresso Nacional, levantou-se o debate sobre a sua filiação a uma central sindical como forma de unificar o movimento sindical dos trabalhadores rurais (MSTR), tendo-se reconhecido a CUT como a “mais identificada com as lutas imediatas e com as transformações sociais exigidas pela classe trabalhadora” (CONTAG, 1994, p.10). Este debate foi feito novamente no I Congresso Nacional Extraordinário dos Trabalhadores Rurais realizado em 1994, mas, mais uma vez, a filiação foi adiada, pois ao mesmo tempo em que se reconhecia que vinha ocorrendo um processo de aproximação, de participação dos cutista na estrutura da Confederação, de realização de atividades em conjunto (mobilizações, conselhos, comissões etc.), ainda persistiam “resistências profundas de ambos os lados” (id.). Nos Anais do Congresso Extraordinário ressaltava-se que, do lado da CONTAG, temia-se a “*perda da identidade* das instâncias do MSTR: STRs, FETAGs e CONTAG através de uma unidade orgânica com a CUT” (CONTAG, 1994, p.10, grifos nossos, ELP). Por outro lado, avaliava-se que o DNTR mantinha “uma visão não atualizada do MSTR através de argumentos como *estrutura oficial* ou *dependência exclusiva da contribuição sindical*” (id.) o que dificultava a aproximação. Além disso, a própria existência da estrutura do DNTR, como organizadora da ação sindical nacional, era considerada uma afronta à CONTAG.

Mesmo com essas resistências mútuas, também são apontados pelos documentos das organizações avanços na construção da unidade na primeira metade da década de 1990. Como destacado pelo DNTR/CUT:

Como elemento extremamente positivo nesse período foi o fato de ter-se conseguido construir o Grito da Terra Brasil, principal ação unificada dos trabalhadores rurais, envolvendo sete entidades na sua promoção. Apesar de alguns problemas e dificuldades, foi dado passos significativos na construção da “unidade de ação”, elaborado pautas estaduais, regionais e nacional, as quais refletiam as principais reivindicações dos trabalhadores rurais, que constituíram elementos de um Projeto Alternativo de Desenvolvimento para o

Campo, o qual deve ter a participação do conjunto das entidades e movimentos, articulados com o Projeto da Central Única dos Trabalhadores. (DNTR/CUT, 1994, p.1).

Com a decisão dos cutistas de disputar por dentro a estrutura contaguiana passou a ser realizada uma forte campanha de filiação de sindicatos e federações à CUT. Após a realização da Plenária do DNTR de 1993 (que decidiu disputar a CONTAG) os cutistas teriam participado de “todos os processos eleitorais das federações e das instâncias da CONTAG, como Conselhos e I Congresso Extraordinário, fato que contribuiu positivamente na relação do DNTR com cutistas da CONTAG e de algumas federações, bem como uma aproximação mais efetiva com a direção da CONTAG e de federações fora do campo da CUT” (DNTR/CUT, 1994, p.2-3). Pelo que se percebe, neste processo deflagrado para conquista da CONTAG, apareciam grupos distintos de cutistas no campo: havia os “cutistas da CONTAG” e “os do DNTR”. O documento que relata a melhora das relações destes dois grupos de cutistas não dá maiores detalhes, mas, aparentemente, se tratava de grupos distintos que vinham disputando os rumos do sindicalismo cutista no campo, os favoráveis a disputa por dentro da CONTAG e os que defendiam a construção de uma nova estrutura sindical orgânica à CUT.

Com essa campanha de conquistas de espaços na estrutura sindical da CONTAG teria ocorrido uma ampliação da base cutista “com aumento da sua inserção política e social, ampliação do leque de alianças e um crescimento numérico de sindicatos e federações filiados à Central” (id. p.3). Em outubro de 1994, estavam filiados à CUT cerca de 750 STRs, sete federações, em cinco federações havia composição com outras forças políticas e ainda estaria sendo organizada a participação da CUT nas eleições das federações do Amazonas, Paraná, Rio de Janeiro, Sergipe e Bahia (id.).

Além da realização desta campanha de filiação os cutistas também promoveram uma série de eventos para planejar e construir uma plataforma política para a CONTAG. Com esse intuito, foram realizados os seguintes eventos: “um Seminários Nacional dos Rurais (outubro/94, em Goiânia), 16 Seminários Estaduais, 5 Seminários nas grandes regiões do país e um Encontro Nacional (janeiro/95, em São Paulo), reunindo representantes de 23 estados” (DNTR/CUT, 1995a, p.5). A plataforma política defendida pelos cutistas para a CONTAG pode ser resumida nos seguintes itens: construção da “unidade na diversidade” das categorias do campo na Confederação e na Central sindical; construção de um “projeto alternativo de desenvolvimento com base na agricultura familiar”; defesa da liberdade e autonomia sindical como forma de superar o corporativismo, dinamizar e fortalecer as novas formas de organização; fim da unicidade sindical e ampliação do debate sobre as “organizações diferenciadas”; construção dos Gritos da Terra Brasil como um amplo processo de mobilização das bases para a pressão e a negociação com os governos; adoção do critério de proporcionalidade na composição das direções da estrutura sindical; maior participação das mulheres e jovens nas direções sindicais; além de propostas específicas de política agrícola, agrária e para os assalariados rurais (DNTR/CUT, 1995). Ou seja, continha propostas de cunho programático (projeto político) e propostas de alteração na estrutura sindical.

O Documento Base divulgado pela CONTAG em janeiro de 1995 para guiar o debate preparatório para o VI Congresso de 1995 (realizado em abril) não chegou a entrar no mérito das propostas feitas pela CUT, mas manifestou algumas opiniões defendidas ao longo de sua trajetória que evidenciam algumas diferenças entre as duas perspectivas sindicais que estavam em vias de se unificar formalmente. Um dos temas mais polêmicos foi a defesa por parte da CONTAG da unicidade sindical frente à proposta de pluralidade defendida pela CUT que poderia permitir o reconhecimento das chamadas organizações diferenciadas (assalariados, agricultores familiares). Da mesma forma, enquanto a CUT defendia a construção de

estruturas mais flexíveis e amplas, como os sindicatos regionais, a CONTAG era defensora do sindicato de base municipal (CONTAG, 1995b). O projeto de agricultura do sindicalismo da CONTAG quando comparado com o cutista evidencia a falta de referenciais mais amplos em que se encontrava a primeira naquele momento. No Documento Base são apresentadas apenas propostas fragmentarias e pontuais, tais como: capacitação e maior informação dos agricultores; privilegiar a adoção de “tecnologias de processo” (as que não precisam de insumos externos) frente às “tecnologias de produto” (que precisam de insumos); auxílio às organizações associativas; concessão de crédito de forma global para a unidade produtora; entre outras (CONTAG, 1995b).

A unificação formal do sindicalismo dos trabalhadores rurais foi consolidada com a aprovação da filiação da CONTAG à CUT durante o IV Congresso da CONTAG de 1995. Essa unificação, segundo aponta Favareto (2001, p.111), mais do que resolver a “crise” em que se encontrava o sindicalismo promoveu um “equacionamento dos dilemas dos dois projetos sindicais e que consubstanciavam a crise do sindicalismo rural brasileiro.” Os dilemas do DNTR estavam principalmente nas dificuldades que enfrentava para firmar-se como o interlocutor privilegiado perante o Estado e em ampliar sua inserção entre os sindicatos da base contaguiana e os da CONTAG referiam-se à dificuldade que enfrentava “em promover atualizações mais profundas naquele seu projeto sindical, seja nas suas bandeiras de luta, seja nas suas formas organizativas, seja nas características da ação sindical” (Favareto, 2006, p.38).

Mesmo que com a construção da unidade na CONTAG tenham aparentemente sido resolvidos alguns dos problemas que causavam a crise do sindicalismo e tenha dado início a uma nova fase do sindicalismo dos trabalhadores rurais no Brasil, desde o início alguns problemas políticos mostrariam que essa unidade não traria somente méritos. A disputa pela direção política de Confederação deu uma mostra das dificuldades de equacionamento das mudanças que eram requeridas pelos cutistas e as posições tradicionalmente defendidas pela CONTAG. Os cutistas chegaram ao VI Congresso com uma apertada maioria de delegados. Após tensos debates e negociações para definir a nova diretoria chegava-se a uma proposta negociada entre as forças políticas onde a CUT retirava a sua candidatura à presidência e aceitava participar de uma chapa única encabeçada por Francisco Urbano, que já ocupava a presidência da Confederação. Ainda que cedendo a presidência, os cutistas garantiram a maioria dos cargos na diretoria: entre os nove cargos ficaram com cinco. Este arranjo negociado foi construído levando em conta os interesses da CUT enquanto central sindical que almejava ampliar sua influência no sindicalismo rural sem entrar em uma possível disputa arriscada sobre os rumos da CONTAG que poderiam trazer novos embates e divisões.¹³⁰ Segundo apontado por Favareto:

Para estabelecer esse arranjo ao invés de promover uma ruptura com a tradição contaguiana, contribuíram, de um lado, a pressão de dirigentes sindicais urbanos, preocupados em ampliar a influência da CUT sobre um leque mais amplo de sindicatos e de forças políticas que aquele já reunido no interior da central e, de outro lado, por parte das próprias lideranças rurais da central, o medo de assumir a direção da CONTAG sob o signo do divisionismo. Essa opção marcaria definitivamente o caráter da transição da CONTAG para os quadros da CUT, uma transição em que as transformações da confederação ficaram subordinadas a um pacto de unidade com setores tradicionais da CONTAG (2001, p.109).

¹³⁰ Segundo relatos de lideranças sindicais e assessores, a direção da CUT e inclusive o seu presidente nacional (Vicentinho) teria participado do Congresso, das negociações dos termos para a filiação da CONTAG à CUT e da composição por acordo de sua nova diretoria que reuniria cutistas com outras forças da contaguianas.

Diante desses acordos com os setores tradicionais da CONTAG, na verdade nenhum grupo político passaria a ser hegemônico na direção da CONTAG. A CUT, frente a esse quadro, teria força política para fazer avançar algumas das mudanças que propunha para a Confederação, mas não para outras. Observadas as propostas da plataforma política da CUT que foram incorporadas nas Resoluções do VI Congresso, percebe-se que foram aceitas algumas e recusadas outras. Foi aceita a construção de um projeto alternativo de desenvolvimento rural com base na agricultura familiar, a realização dos Gritos da Terra Brasil como atividades de mobilização e negociação, a adoção da proporcionalidade na composição das direções sindicais, o aumento da participação de mulheres e jovens nas direções sindicais e a realização de um programa de formação política. Entretanto, o Congresso rejeitou a proposta de pluralismo sindical, mantendo a unicidade sindical e uma postura contrária a constituição de organizações sindicais diferenciadas (CONTAG, 1995a). Esta conjugação de forças se manteria de forma semelhante no VII Congresso de 1998 e no II Congresso Extraordinário de 1999.

Frente a esse quadro, percebe-se que as propostas cutistas de alterações da CONTAG tiveram um alcance limitado. Nas propostas apresentadas pela CUT as alterações na estrutura sindical sempre tiveram uma importância equivalente das mudanças no projeto de agricultura e nas bandeiras de luta. Em lugar dos sindicatos únicos (representante do conjunto dos trabalhadores rurais), propunha-se a diferenciação, com a criação de sindicatos específicos de assalariados rurais e de pequenos produtores, visando dar maior concretude à diversidade das situações de trabalho e vida e das suas demandas. Em lugar dos sindicatos de base municipal, propunha a aglutinação dos pequenos sindicatos em sindicatos de base regional, para aumentar o seu poder de mobilização e de barganha nas negociações. Mesmo com a CONTAG se filiando à CUT, as experiências de organização sindical diferenciadas que já estavam em funcionamento não foram reconhecidas como legítimas (inclusive a FERAESP e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Santa Catarina, FETRAFESC, criada em 1997, solicitaram filiação à CONTAG em congressos e foram negadas). Esta resistência às mudanças na estrutura sindical, como argumenta Favareto (2001, p.110), se deveu “a pressão exercida pelos sindicatos e federações tradicionais que disputam a base de representação com essas novas organizações. Também existia o receio de setores contaguianos de que, ao reconhecer tais experiências, as mesmas se disseminassem em todos os lugares em que os diferentes projetos ainda se encontravam em disputa.”

Com esse processo de unificação do sindicalismo em nível nacional, os cutistas nos estados foram orientados a entrar nas estruturas das federações e sindicatos (onde ainda não estavam). Nos estados da região Sul, onde existiam Departamentos Rurais da CUT bem estruturados e dificuldades de tomada das FETAGs, essa orientação acabou promovendo dinâmicas diferentes em cada estado, mas todas com a manutenção de uma estrutura paralela dos rurais da CUT nos estados e do Fórum Sul dos Rurais da CUT na região.¹³¹ Enquanto nos estados do Rio Grande do Sul e do Paraná o setor rural da CUT passou a compor as direções das FETAGs em posições minoritárias, no estado de Santa Catarina os cutistas após muitos conflitos e tensões acabaram consolidando uma estrutura paralela sem participar da federação estadual. No RS e no PR “os departamentos se mantiveram com a definição de aparecer para a

¹³¹ Em função dessa particularidade da relação dos cutistas com as federações no Sul em uma reunião do Fórum Sul, realizada pouco após o IV Congresso da CONTAG, foi tomada a decisão de manter a estrutura dos DETRs nos estados com as mesmas funções que já exerciam, a saber: elaboração e implementação do projeto cutista nos estados; representação e organização das lutas dos STRs cutistas; elaboração, direção e apoio dos cutistas dirigentes das Federações e; ampliação da base cutista nos estados com a filiação de novos STRs e formação de oposições sindicais .

sociedade enquanto CUT mantendo, contudo, a função de representar, articular e organizar as lutas dos STRs e ela filiados, além de garantir a sustentação política dos seus dirigentes nas Federações” (CUT/CONTAG, 1998, p.69). Em SC a dinâmica foi outra, os cutistas e a FETAESC (federação estadual do sistema CONTAG) não conseguiram estabelecer diálogo para unificação e tão pouco para estabelecer ações conjuntas. Essa situação fez emergir a possibilidade dos cutistas formarem uma Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar no estado (FETRAFESC, fundada em 1997). Com a formação dessa nova federação muitos dos STRs cutistas “alteraram a sua razão social e passaram a ser Sindicatos dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (SINTRAFs)” (id.).

Mesmo com estas dinâmicas diversas de relação com as FETAGs nos três estados do Sul, manteve-se o Fórum Sul da CUT de forma bastante ativa. Ao Fórum Sul

foi delegada a responsabilidade de, por dentro das instâncias da CUT, articular lutas e ações comuns aos três estados da região Sul. O papel do Fórum Sul é o de ter um caráter permanente, ter um público mais definido (agricultores familiares), ser um espaço e uma instância de elaboração de propostas e de estratégias de luta e ser um organismo de direção regional de algumas lutas e atividades. (CUT/CONTAG, 1998, p.70).

Ao mesmo tempo em que o Fórum Sul teve esse caráter de ser um organismo cutista de articular ações, planejar e fazer elaborações conjuntas entre os três estados do Sul manteve acesa a chama da possibilidade de construção de uma federação da agricultura familiar na região (como já vinha se debatendo desde 1991). A existência desse debate foi apontada em uma publicação do Projeto CUT/CONTAG (1998, p.70): “A possibilidade do Fórum vir a se constituir numa Federação foi e é discutida entre os dirigentes dos DETRs.” Esse debate mantinha-se na pauta do Fórum devido as dificuldades dos cutistas alcançarem maiores espaços políticos nas federações estaduais e também em função de sua base de apoio situar-se fundamentalmente em regiões de agricultura familiar o que alimentava seus desejos de formar um sindicalismo específico desse público e que na prática o Fórum Sul já cumpria boa parte dessa função de maneira informal.

No estado do Rio Grande do Sul os cutistas seguiram essa tendência de disputar as estruturas da FETAG. Sem levar em conta as disputas realizadas na década de 1980, os cutistas vinham disputando de forma mais incisiva STRs e a direção da FETAG-RS desde que o II Congresso do DETR-RS de 1993 acolheu a recomendação do DNTR de fazer uma forte campanha de disputa das estruturas da CONTAG. Entretanto, mesmo que tenha conquistado alguns sindicatos e entrado na direção da FETAG, manteve-se em posição minoritária na estrutura sindical do estado. De um total de 313 STRs existentes no RS, os sob influência da CUT em 1993 eram 38 filiados, 40 considerados próximos e duas oposições sindicais. Já em 1996 existiam 46 STRs filiados, 10 considerados próximos e 65 com algum dirigente simpático à CUT. Nas eleições da FETAG-RS de 1996 a CUT participou de uma chapa de composição em condições minoritária. Dos 22 cargos na diretoria, quatro foram ocupados por cutistas (DETR-RS, 1996, p.10-15).¹³²

Mesmo que a participação dos cutistas na direção de STRs e da Federação fosse minoritária, na sua avaliação, as propostas apresentadas para o sindicalismo no estado em sua maioria foram absorvidas pela Federação. Na leitura dos cutistas:

¹³² Ainda que tenham ocorrido avanços entre 1993 e 1996 o objetivo do DETR-RS de conquistar a direção da FETAG-RS e transformá-la em custista ainda estava longe de ser alcançado, pois havia conquistado para o seu projeto menos de um terço dos sindicatos do estado.

A Federação teve posição firme contra a Reforma Constitucional; melhorou a qualidade das propostas (embora que para muitas delas falta ação prática); ampliou a capacidade de mobilização; ampliou a democratização da Federação; participação no Grito da Terra Brasil (1995 e 1996); defesa firme de posição contrária ao caminhonagem (em 1995); defesa clara da Agricultura Familiar; está-se buscando a construção de uma maior autonomia frente ao Estado; teve maior abertura para as propostas da CUT; avançou-se na definição de políticas de aliança, etc. Mas muito ainda é preciso avançar. (DETR-RS, 1996, p.16).

O início da discussão sobre o *projeto alternativo de desenvolvimento rural* com base na agricultura familiar na FETAG só ocorreu após a entrada dos cutistas na Federação. Na segunda metade da década de 1990 percebe-se esse debate na pauta sindical da FETAG, momento em que as disputas entre estas duas vertentes sindicais no estado haviam sido amenizadas. Se, desde o final dos anos 1980, a FETAG-RS vinha debatendo a construção de uma política agrícola diferenciada para a pequena propriedade (tendo inclusive, como destacado no capítulo anterior, realizado Congressos Estaduais da Pequena Propriedade e elaborando um Projeto de Política Agrícola de Viabilização da Pequena Propriedade em 1988), o debate sobre a *agricultura familiar* e sobre um *projeto alternativo de desenvolvimento* eram temas levantados e identificados com a CUT no estado.

Este debate aparenta ter sido iniciado pela FETAG em 1996 quando foi realizado um Seminário Estadual Sobre Agricultura Familiar¹³³ com dirigentes sindicais de todo o estado. O objetivo declarado foi “analisar os cenários para a Agricultura Familiar frente ao modelo neoliberal vigente, reavaliar as propostas de política agrícola do MSTR voltadas para a agricultura familiar e definir mecanismos de ação e de luta do MSTR, visando a implantação do projeto de Política Agrícola Diferenciada para a Agricultura Familiar” (FETAG-RS, 1996, p.1).¹³⁴ Nesse Seminário foi realizada uma rodada de debates com representantes do Ministério da Agricultura, da Secretaria da Agricultura do RS, da CONTAG, da EMATER, do CETAP e um professor universitário (Zander Navarro, UFRGS) para situar o movimento sindical sobre a situação da agricultura familiar e uma segunda rodada de debates em grupo entre sindicalistas para construir propostas de ação para o movimento sindical: municipalização do debate sobre a agricultura; ações de melhoria do crédito rural e do seguro agrícola; das políticas de abastecimento; da pesquisa, assistência técnica e extensão rural; do associativismo (FETAG-RS, 1996).

Nos anos seguintes ocorreram diversos debates e eventos para discutir a construção do Projeto Alternativo de Desenvolvimento no estado ao mesmo tempo em que eram acompanhadas as discussões sobre o tema que se faziam no nível nacional. No final do ano de 1999, em Esteio-RS foi realizado o I Fórum Brasileiro da Agricultura Familiar em conjunto com a II Mostra de Máquinas, Equipamentos e Inventos para a Agricultura Familiar organizados pela FETAG em parceria com a EMBRAPA e o Governo do Estado. Este evento possibilitou a milhares de agricultores familiares “participarem e debaterem a viabilização da agricultura familiar e o espírito criativo dos mesmos na busca de soluções para os seus

¹³³ O Seminário foi realizado entre 18 e 20 de março de 1996 em Viamão-RS. Segundo apontado em Relatório “este Seminário é fruto de deliberação da Assembléia Geral Ordinária realizada pela FETAG/RS nos dias 27 e 28 de setembro de 1995. Visa fazer uma reavaliação das propostas e da prática do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, em relação a pequena propriedade, que hora toma um novo impulso com o nome da Agricultura Familiar” (FETAG, 1996, p.2).

¹³⁴ No livro dos 40 anos da Federação é apontado que começou o debate sobre a construção de um projeto alternativo na FETAG em 1997, na ocasião em que a diretoria deu o seguinte direcionamento para o sindicalismo: “Consolidar e mobilizar a categoria dos trabalhadores rurais a partir dos problemas sentidos e vividos, centrando a ação na construção de um modelo alternativo de desenvolvimento” (FETAG-RS, 2003a, p.137).

problemas no campo” (FETAG-RS, 1999, p.15). Neste mesmo evento ainda esteve em discussão a construção de um plano de ação do movimento sindical para o ano 2000, tendo sido aprovado, em assembléia geral da FETAG (realizada dia 8 de dezembro de 1999), a proposta de “implantação do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável (PADRS) por ser essa a grande oportunidade de reverter o quadro de dificuldades enfrentado pelos agricultores familiares, pela imposição do projeto neoliberal, que não tem nenhum compromisso com a categoria.” (FETAG-RS, 1999, p.2). Para implantar o PADRS no estado foram feitas uma série de propostas de ação para o sindicalismo para o ano seguinte, organizadas segundo os temas de política agrícola, política agrária, educação sindical, saúde, jovens, previdência social, meio ambiente, entre outras.

É significativo notar que o debate sobre o Projeto Alternativo de Desenvolvimento entra na FETAG-RS somente no momento em que a CONTAG estava discutindo o tema, momento também em que eram amenizadas as divergências com o DETR-RS e que os cutistas participavam da direção da Federação. Outro fator que aparenta ter pesado favoravelmente para a FETAG ter incorporado esse debate foi a nova configuração política por que passava o Rio Grande do Sul com o Governo Olívio Dutra (PT, 1999-2002), que assumia uma postura de diálogo e parceria com os movimentos sociais e o sindicalismo¹³⁵. As pautas dos representantes dos *agricultores familiares* e dos *sem-terras* encontravam um interlocutor privilegiado no Governo do Estado, uma vez que os próprios movimentos e o sindicalismo indicaram indivíduos de seus quadros para ocupar cargos na administração (Da Ros, 2006).¹³⁶

Segundo apontado por Da Ros (2006), a participação das organizações sindicais e dos movimentos sociais no governo ocorreu principalmente na Secretaria da Agricultura e Abastecimento. A estrutura da Secretaria foi dividida em dois departamentos que acabaram comportando os interesses dos atores que atuavam em favor da pauta da reforma agrária e outros que atuavam por política de apoio à agricultura familiar. Tratava-se do Departamento de Agroindústria, Cooperação e Comercialização, mais tarde transformado em Coordenadoria da Agricultura Familiar e do Departamento de Desenvolvimento Rural e Reforma Agrária, mais tarde transformado em uma Secretaria Extraordinária de Reforma Agrária. Na composição dos quadros dirigentes destas estruturas de governo e na definição de políticas públicas os atores transformaram a Secretaria em uma arena de disputa por espaços de poder, por recursos públicos e pelo atendimento de suas bases (id.). Entretanto, mesmo que tenham ocorrido fortes disputas entre os atores, o governo ficaria conhecido por ter criado várias políticas públicas que fortaleceram o projeto da reforma agrária e o da agricultura familiar, destacando-se entre elas: programa de qualificação de agroindústrias de pequeno porte; reordenação fundiária (em áreas indígenas); programa de assentamentos (com assentamentos de sem-terras); crédito subsidiado para a agricultura familiar; o seguro agrícola a algumas culturas da agricultura familiar; o programa de moradia rural; fomento a experiências de economia popular solidária; a educação de jovens e adultos (que teve forte ênfase entre os

¹³⁵ O Governo da chamada *Frente Popular* era composta pelos seguintes partidos: Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e Partido Democrático Trabalhista (PDT).

¹³⁶ Não é objeto de este trabalho analisar a relação do sindicalismo com o governo do estado. Outros trabalhos analisaram as políticas agrícolas e agrárias do governo Olívio Dutra, tais como: Da Ros (2006) e Porto (2002). Entretanto, cabe apenas destacar conforme afirma Da Ros (2006, p.18) que “o fato da trajetória política do PT gaúcho estar marcada por um elevado grau de sintonia com os movimentos sociais e sindicais do campo foi determinante para que as políticas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar e a reforma agrária fossem consideradas como questões centrais na estratégia de desenvolvimento rural proposta pela Frente Popular naquela ocasião.”

trabalhadores rurais); construção de terminais de comercialização direta; incentivo à produção agroecológica (e orgânica).

Esta proximidade ideológica do governo com o sindicalismo e os movimentos sociais e a opção de criar política de apoio prioritariamente para este público colocava o governo do estado ao lado destes atores historicamente desfavorecidos no “campo de forças” (Bourdieu, 2005) que disputavam os rumos da agropecuária gaúcha. Este posicionamento significava contrariar interesses dos atores que eram dominantes no campo, representados pela FARSUL, pelas cooperativas empresariais e pelas grandes empresas ligadas ao setor. Para além do tema da reforma agrária que opunha estes atores há bastante tempo (que também oportunizou fortes embates durante o governo Olívio, conforme descreve Da Ros, 2006), o debate sobre o cultivo de soja transgênica opôs frontalmente os atores concorrentes no campo agrário. O cultivo de soja transgênica com base em sementes contrabandeadas da Argentina começou a ser notabilizado no estado a partir de 1999. Visando ter ações enérgicas contra estes cultivos e procurando tornar o estado *livre de transgênicos* (o que além de ser coerente com o programa do governo, garantia um mercado diferenciado para a soja não-transgênica), o governo do estado decretou a sua proibição e passou a promover ações de fiscalização em armazéns e em lavouras suspeitas. Frente a isso, os produtores rurais ligados a FARSUL, cooperativas e empresas interessadas promoveram um enfrentamento político às medidas do governo seja fazendo ataques sistemáticos a estas medidas em órgãos da mídia, seja organizando grupos de produtores para impedir as vistorias das lavouras.¹³⁷ Segundo aponta Menasche (2003), os transgênicos reproduziam no estado as mesmas oposições políticas produzidas na questão da reforma agrária, colocando em lados opostos as forças políticas favoráveis e contrárias a ela e tendo por principais representantes da sociedade civil a FARSUL defendendo o cultivo e o MST e a CUT rural o combatendo. Porém, com uma notável inversão de papéis, na questão dos transgênicos quem estava fora da lei eram os produtores rurais ligados à FARSUL ao passo que os movimentos sociais condenavam os cultivos clandestinos.

Por traz desta disputa política (que naquele momento atingiu grandes proporções, ocupando as páginas dos jornais todos os dias, cf. Menasche, 2003) estava uma disputa de projetos de agricultura. Como vem se relatando neste trabalho, desde o final da década de 1980, vinham sendo construídas experiências de agricultura alternativa, diversificação produtiva, agroecologia e, especialmente no âmbito da CUT, a construção de um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural que primava pela defesa da conservação dos recursos naturais, pelas tecnologias apropriadas à agricultura familiar, política de reforma agrária e pela organização da produção que permitisse maior domínio dos processos da cadeia produtiva pelos agricultores familiares. A soja transgênica (e outros produtos transgênicos que não demoraram para aparecer como trigo, arroz, milho etc.) aparecia para estes atores como uma forma das empresas (em geral multinacionais), que dominavam a produção de insumos e a compra dos produtos agrícolas, terem ainda mais domínio sobre os agricultores na medida em que as sementes transgênicas teriam que ser compradas delas (por supostamente poderem conter um gene *terminator* que não permitiria a sua reprodução) e ainda os agricultores precisariam pagar *royalties* para a empresa dona da tecnologia. Esta tecnologia também permitia aos grandes produtores explorarem com maior facilidade áreas de terras cada vez

¹³⁷ Em novembro e dezembro de 1999, período de plantio de soja, a FARSUL, os Sindicatos Rurais e o Clube Amigos da Terra da região de Cruz Alta (Planalto Gaúcho) teriam mobilizado “centenas de produtores” “organizados em piquetes e manifestações para impedir a ação dos fiscais do Governo do Estado. Diante de estradas bloqueadas por caminhonetes e tratores, e mesmo de fiscais da Secretaria da Agricultura feitos reféns, o Governo do Estado suspenderia as vistorias, buscando soluções negociadas para a substituição das lavouras transgênicas por convencionais.” (Menasche, 2003, p.59).

maiores sem dependência de grandes contingentes de trabalhadores uma vez que o plantio, os tratos culturais e a colheita poderiam ser feitos quase totalmente de forma mecanizada, diminuindo, assim, os custos de produção. Estas possibilidades de explorar terras com maior facilidade reduziriam por consequência as áreas improdutivas passíveis de desapropriação para fins de reforma agrária. Outro fator que causava polêmica eram as possíveis contaminações de outras variedades de soja não-transgênicas através do cruzamento entre plantas e os possíveis efeitos negativos à saúde humana que os produtos transgênicos poderiam causar. Em suma, além dos transgênicos causarem maior dependência dos produtores e possíveis danos à natureza e à saúde, ainda era uma tecnologia que privilegiava o avanço das grandes explorações e pesava contra os projetos de reforma agrária e de maior autonomia da agricultura familiar.

Mesmo que a FETAG tenha assumido o Projeto Alternativo de Desenvolvimento centrado na agricultura familiar no final dos anos de 1990 e tenha apoiado o governo Olívio Dutra, na polêmica dos transgênicos, em um primeiro momento, procurou não se posicionar, mas a partir do momento que em que os cultivos haviam se disseminando por todo o estado (inclusive entre boa parte dos agricultores familiares e assentados), passou a defender a sua legalização, como uma demanda de sua base. Menasche (2003, p.72) assinala que em 2002 a FETAG (assim como a FARSUL) organizou manifestações “buscando garantia de comercialização da soja transgênica”. No documento final do VIII Congresso Estadual de Trabalhadores Rurais realizado em 2003, a FETAG aprovou como diretriz política, ao lado do “apoio à agroecologia”, “defender a liberação dos transgênicos, exigindo pesquisa dos órgãos competentes e legislação específica sobre o tema, ressaltando direitos e alternativas para aqueles que optarem por outras formas de cultivo” (FETAG-RS, 2003b, p.22). Com essa diretriz ambígua, a FETAG expressava uma posição de defesa dos interesses de todos, mesmo que os interesses em jogo pudessem ser contraditórios entre si.

Ao contrário da FETAG que passou a defender a liberação dos transgênicos, tanto o MST quando a CUT rural continuaram mantendo posições contrárias a sua liberação. Mesmo com a disseminação do cultivo de soja transgênica entre agricultores familiares e assentados de sua base, as suas posições oficiais continuaram de condenação. Entretanto, se estes dois atores tinham posições idênticas sobre esta temática, há que se considerar que suas relações políticas desde meados da década de 1990 vinham se complicando.

4.4 Nem tudo são flores: dissidências na CUT e formação do MPA

O processo de unificação do sindicalismo dos trabalhadores rurais em meados da década de 1990 provocou certas tentativas de rearranjos nas alianças políticas no RS ao mesmo tempo em que ocorreram rupturas no interior do sindicalismo historicamente vinculado à CUT rural. O MST, um aliado próximo do DNTR/CUT desde a sua origem, com a perspectiva cutista de passar para uma postura *propositiva* de menor enfrentamento aos governos, de priorizar lutas em favor do fortalecimento dos agricultores familiares em detrimento da reforma agrária e com o episódio da entrada dos cutistas na CONTAG, passou a entrar em conflito político com os cutistas no RS. Em um relatório de reunião da coordenação do Fórum Sul dos DETRs da CUT realizada em dezembro de 1995 são apontados alguns problemas de relação do DETR-RS com o MST:

O DETR-RS vem tendo problemas políticos de relação com o MST. Estão aparecendo divergências entre os movimentos, especialmente com relação ao projeto de

desenvolvimento e à estratégia adotada pelos cutistas com relação da CONTAG e FETAG. Além disso, o MST recentemente vem adotando uma política de passar por cima do DETR, discutindo questões dos rurais diretamente com a executiva da CUT. (Fórum Sul dos DETRs, 1995, p.2)

Esses atritos geraram um clima de disputa entre grupos internos da CUT rural e o MST em relação às lutas dos agricultores nesse período. Exemplo disso ocorreu com as mobilizações feitas pelo sindicalismo e o MST no início do ano de 1996. Desde o final do ano de 1995 uma estiagem atingia boa parte da região Sul do Brasil, causando grandes prejuízos na produção de feijão, milho, soja, leite etc. Frente a esta situação, os sindicatos ligados a CUT e o MST discutiram uma mobilização para exigir do governo um “crédito de manutenção familiar”, além de anistia das dívidas do custeio agrícola, liberação de milho-consumo dos estoques da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) para alimentação dos animais, anistia das sementes cedidas em sistema *troca-troca* pelo governo do estado e uma linha de crédito subsidiado para recuperar a capacidade produtiva da agricultura familiar (Görger, 1998).

A FETAG encaminhou ao governo uma pauta semelhante, mas não tomou a iniciativa de mobilizar os agricultores. Entre os cutistas surgiu a ideia de fazer acampamentos permanentes em margens de rodovias como forma de protesto frente ao descaso dos governos, mas também havia dúvidas quanto o potencial da mobilização que era possível sem a participação da FETAG. Diante destas dúvidas, segundo relato de Frei Sergio Görger (importante liderança ligada ao MST e ao sindicalismo da CUT):

Pensou-se em retardar o início da mobilização, inicialmente marcada para 15 de janeiro de 1996. Na verdade, a executiva estadual do Departamento dos Trabalhadores Rurais da CUT decidiu retardar o início da mobilização para fazer uma concentração em conjunto com a FETAG no final de janeiro. “Não tem clima para juntar o povo em acampamento vários dias. Sem-terra vai, mas pequeno agricultor não vai” – era o que se dizia. Um grupo de sindicalistas, mas especificamente da região Celeiro do Rio Grande do Sul, não aceitou o retardamento e, pressionado por suas bases, decidiu que iniciaria dia 15 a mobilização, independente de qualquer outra decisão. (1998, p.21).

Diante deste impasse, os cutistas teriam decidido que a região Celeiro¹³⁸ iniciaria a mobilização no dia 15 e as demais regiões onde a CUT tinha força (Erechim, Altos da Serra, Missões, Julio de Castilhos e Encruzilhada do Sul) o fariam no dia 22 de janeiro. No dia 15 de janeiro foi formado o primeiro acampamento no município de Sarandi com mais de cinco mil pessoas instaladas na margem da BR386 (que liga Porto Alegre a Seberí). Foi formada uma coordenação interna do acampamento e foram escolhidos alguns integrantes para iniciar as negociações com os governos em Porto Alegre e Brasília.

Na semana seguinte, a população no acampamento de Sarandi aumentou para 16.000 pessoas e outros acampamentos iniciaram em Erechim (5.000 pessoas), Lagoa Vermelha (4.000 pessoas), Santo Ângelo (500 pessoas), Julio de Castilhos (1.500 pessoas), Pelotas (500 pessoas) e Porto Alegre (500 pessoas). A população total mobilizada beirou a 30.000 pessoas. (Görger, 1998, p.23).

Com a formação dos acampamentos e a constituição de comissões de negociação dos próprios acampamentos (escolhidos pelos participantes) gerou-se uma dualidade de

¹³⁸ A região Celeiro referida por Görger é a região de Sarandi e Palmeira das Missões. Neste trabalho, tem-se referido a esta região como pertencente ao Alto Uruguai, como uma região maior que envolve boa parte do Norte do RS que faz fronteira com Santa Catarina.

representação perante o governo estadual e federal. Ao mesmo tempo em que existiam essas comissões, as direções da CUT e da FETAG/CONTAG também faziam uso da sua prerrogativa de representantes constituídos para falar em nome dos agricultores perante os governos. Essa duplicidade (ou pluralidade, uma vez que existiam mais de dois atores) de representação por si só já fragilizava o movimento perante os governos na negociação. Mais do que essa situação, o que também provocou atritos entre os representantes dos agricultores nas negociações foi a adoção de táticas diferentes. Görgen (1998, p.23) destaca que conviviam: “a orientação do acampamento de negociar para quem estivesse acampado e a orientação da CUT e da CONTAG de negociar para todos os atingidos pela seca”. Desenhavam-se duas concepções de representação de interesses dos agricultores distintas: uma que seguia a lógica sindical que procurava falar em nome de todos os agricultores atingidos pela seca e outra que emergia do acampamento, que buscava falar em nome apenas dos agricultores que estavam participando da luta direta por conquistas que amenizassem os efeitos da estiagem. Esta segunda concepção seguia uma lógica próxima da usada pelo MST (para quem os demandantes de terra devem estar envolvidos diretamente na luta para terem acesso à terra conquistada). Esta perspectiva se chocava com a lógica sindical que procura conquistar benefícios para todos os pertencentes a categoria que representa formalmente.

Outro fato que teria motivado essas diferentes posturas deveu-se à forma como foram construídas as mobilizações. No relato do Frei Sergio Görgen é destacado que, no momento em que se estava decidindo a forma que seriam feitas as mobilizações, teriam surgido dúvidas quanto à eficácia das formas de luta usuais do sindicalismo¹³⁹, classificadas como “mobilizações tipo pic-nic”: “mobilizar-se, realizar atos públicos por um ou dois dias, fazer discursos e convencer a massa a voltar para casa, sem nenhuma vitória política” (1998, p.26). Optando-se pelo *acampamento*, como forma de luta usual do MST, também emergiu a ideia entre algumas lideranças de alterar a tradicional forma de encaminhar as lutas do sindicalismo onde os dirigentes das estruturas são os negociadores automáticos. Optou-se por formar uma comissão de negociação dos acampados para negociar diretamente com os governos, sem mediadores formais, as reivindicações dos agricultores mobilizados.

Em um dos poucos trabalhos acadêmicos que aborda o desenrolar desses episódios, Cadoná (2004) fornece algumas informações adicionais sobre os atores que atuavam em prol de cada uma dessas perspectivas que concorriam entre si nas mobilizações da seca:

A FETAG, CUT-Rural e outros agentes mediadores queriam a negociação com os governos, com base na escolha de representações, para “negociar” em Porto Alegre e em Brasília. O sindicalismo comprometido e setores da CPT apostavam em outra estratégia, ou seja, contavam com a pressão de massa e lutas prolongadas, envolvendo o máximo de pequenos agricultores e, com isso, forçando os governos à negociação.

Esta estratégia foi um elemento diferencial importante, pois levou os “negociadores” ao isolamento, criando condições objetivas para que fossem imprimidos novos rumos às lutas e formas de organização dos camponeses. (Cadoná, 2004, p.123-124).

A leitura do DETR-RS sobre este episódio difere das destes interlocutores citados. Ao mesmo tempo em que nas resoluções do III Congresso do DETR-RS é destacado que “todo o processo de mobilização da seca foi puxado pelos rurais da CUT/RS, com apoio dos demais movimentos do campo” (DETR-RS, 1996, p.12), em outro documento de circulação interna é

¹³⁹ Segundo apontado em um documento do MPA (2003, p.05): “Enquanto os agricultores angustiavam-se com a perda total das plantações, dirigentes de centrais sindicais e de Federações de Trabalhadores faziam acordos entre si e conchavos políticos com os governantes da época para negociar soluções que nunca chegavam até a roça dos agricultores.”

apontada a influência do MST na construção das mobilizações e do seu formato, o que teria causado atritos políticos entre os atores. Em uma reunião da coordenação do Fórum Sul dos DETRs da CUT, as “mobilizações e os acampamentos” da seca do RS foram avaliadas como mobilizações desencadeadas pelo MST e pelo gabinete de um parlamentar ligado ao MST e ao sindicalismo, como é relatado: as mobilizações “se iniciaram com um movimento puxado e dirigido pelo Movimento Sem Terra e pelo gabinete do deputado Adão Pretto [PT-RS]. Num segundo momento a CUT puxou as mobilizações, e conseguiu durante o processo assumir a direção do movimento, inclusive sendo reconhecida pela federação” (Fórum Sul dos DETRs, 1996, p.3).

Nas resoluções do III Congresso do DETR-RS de 1996 também são destacadas algumas “compreensões e práticas um pouco diferenciadas” com o MST no que tange principalmente aos seguintes temas: o projeto de desenvolvimento para o campo, a visão de democracia, a importância da disputa da estrutura sindical oficial, a metodologia de construção de lutas, a concepção e metodologia de formação etc. (DETR-RS, 1996, p.23). O que chama atenção são principalmente as diferenças de projeto de desenvolvimento para o campo e a importância da disputa da estrutura sindical oficial. Enquanto os cutistas estavam buscando a transformação da CONTAG em estrutura sindical cutista, o MST teria se posicionado contra essa estratégia e estava descrente sobre as possibilidades reais dessa transformação. Nesse processo, a entrada dos cutistas na FETAG-RS, apostando na sua conquista para os quadros da CUT, teria sido um dos desencadeadores de uma dissidência política dos quadros da CUT no estado.

Essas diferenças na forma de construir as lutas da seca aliadas com as divergências internas na CUT entre um grupo que buscava disputar a estrutura da FETAG/CONTAG e outro que estava mais disposto em formar uma nova organização descomprometida com as estruturas sindicais vigentes (oposição que também existia em nível nacional, como já se relatou) explicam, em linhas gerais, o surgimento de um grupo cutista dissidente que passou a articular a construção de uma nova organização de *pequenos agricultores* inspirado na forma de organização e de ação do MST. O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) foi fundado oficialmente em Brasília, em dezembro de 1997, com participantes do Rio Grande do Sul, Rondônia e Espírito Santo.¹⁴⁰ Romário Rossetto (líder do MPA no RS) relata o surgimento do Movimento e a característica de sua base social:

foi a partir do acampamento que surgiu a ideia de organizar os agricultores pela base, surgiu a ideia de criação do MPA. E por que mais um movimento? O movimento sindical estava em um refluxo e não atendia mais à necessidade organizativa dos trabalhadores. As pautas eram muito genéricas, longas, e, portanto, não concreta. Nós achávamos que a pauta deveria ser enxuta, concreta e para discutir com os agricultores, a sociedade e o governo. O MPA teve uma participação decisiva para a criação do PRONAF, juntamente com outras organizações. Foi um programa criado e que depois melhorou. Há vários públicos na agricultura camponesa. Foi criado o *Pronafinho* para os agricultores mais empobrecidos. A nossa prioridade, do MPA, nosso público está nessa grande maioria dos agricultores empobrecidos. Lutamos contra o modelo agrícola implantado há tantos anos que não beneficia a agricultura camponesa. Esta sempre leva as migalhas. (Entrevista ao autor, 2010).

O MPA surgia dessa parcela sindical que não concordava com a orientação política assumida pela CUT rural, ao mesmo tempo em que estava descrente com as formas tradicionais de luta do sindicalismo. Surgia como uma organização que, assim como o MST,

¹⁴⁰ Existe uma grande carência de trabalhos acadêmicos que explique a origem e o desenvolvimento do MPA. O único trabalho que deu alguns passos nesse sentido foi o de Cadoná (2004).

não fazia uso dos canais sindicais como forma de organização e de expressão das demandas dos agricultores de sua base. Mas, seria um *movimento*, uma organização mais flexível e dinâmica, organizado em *grupos de base* nas comunidades de agricultores e em núcleos municipais e regionais.

Outra diferença importante apontada no depoimento de Rosseto é que o público prioritário do Movimento seriam os “agricultores empobrecidos”, os “lascados” que “sempre levam as migalhas”. Sobre este público prioritário do MPA não existe muita informação que esclareça quais os grupos sociais que o formaria. Mas, pela trajetória dos grupos sociais que deram origem ao segmento de agricultores de base familiar no RS, pelos seus alinhamentos políticos anteriores e pelas regiões de atuação do Movimento, pode-se levantar a hipótese de que formaram a sua base principalmente os pequenos proprietários de ascendência *colona* empobrecidos por divisões de herança ou por não terem conseguido acompanhar o processo de modernização da agricultura e os *caboclos* pequenos proprietários, arrendatários, parceiros etc. que também tiveram dificuldades de modernizar suas atividades ou foram excluídos das políticas públicas. Este público encontrava pouco espaço nas estruturas sindicais estabelecidas (como se mostrou nos capítulos anteriores) e em momentos críticos para a sua sobrevivência social (como no episódio da seca de 1995/96) possivelmente foram os mais receptivos a ideia de formar acampamentos aos moldes do MST almejando alcançar resultados concretos que ajudassem a sanar os problemas imediatos que enfrentavam e ameaçavam sua sobrevivência. Diferentemente destes agricultores que enfrentavam muitas dificuldades, as principais bases da FETAG (e em certa medida também da CUT rural), por serem menos vulneráveis socialmente, não estariam dispostas a acampar por vários dias na beira da estrada.

Uma das primeiras grandes demandas do MPA foi por crédito subsidiado para os agricultores de baixa renda. Segundo o relato de Romário Rosseto, a conquista do *Pronafinho* (PRONAF-Especial em 1997) foi fruto das lutas do MPA e, inclusive, para ele, o PRONAF só teria passado a existir para estes agricultores a partir da conquista desta linha de crédito subsidiada (que começou a operar em 1998), pois antes disso os agricultores mais pobres não conseguiam acessar o PRONAF.

O MPA tem sua atuação centrada principalmente nas regiões de pequenas propriedades do Alto Uruguai (região de Palmeira das Missões) e do Centro-Sul do Estado (Encruzilhada do Sul, Canguçu, Santa Cruz), mas não é o único a atuar junto aos agricultores destas regiões. A FETAG e o DETR/CUT também atuam em muitos municípios com agricultores empobrecidos sendo seus concorrentes diretos. Inclusive nos pequenos municípios na região do Alto Uruguai (que são vizinhos e possuem características socioeconômicas muito semelhantes) existem alguns STRs ligados ao MPA, outros ligados à CUT e em outros ainda vinculados à FETAG. Os determinantes da vinculação a uma organização ou a outra aparentam ir além das condições socioeconômicas dos agricultores de cada município. Podem ser determinadas pelas relações de fidelidades com as lideranças, com suas vinculações com partidos políticos e suas tendências internas, entre outras.¹⁴¹

No capítulo seguinte se voltará ao tema da diferenciação política e de base social que fora construída entre os diferentes atores que concorrem pela representação dos agricultores de base familiar no período mais recente no RS e no país.

¹⁴¹ Entre o grupo de sindicalistas que formou o MPA e o que permaneceu na CUT rural também ocorreu um realinhamento entre correntes internas no PT. O grupo que formou o MPA também participou de uma dissidência na corrente Articulação vindo a constituir a corrente Articulação de Esquerda no PT (que também abrigaria importantes lideranças do MST), enquanto o grupo que permaneceu na CUT manteve-se na corrente Articulação no partido.

CAPÍTULO V

UM SINDICALISMO DA AGRICULTURA FAMILIAR?

Este capítulo tem por objetivo analisar como ocorreu a consolidação da categoria *agricultura familiar* no meio sindical brasileiro e o seu reconhecimento pelo Estado e pela sociedade em um cenário de disputa no interior do sindicalismo e deste frente a outros atores sociais no campo. Trata-se fundamentalmente do processo de disputa no interior da CONTAG e da CUT entre diferentes correntes sindicais e da constituição de uma dissidência cutista que deu base para a formação de uma nova organização sindical exclusiva de *agricultores familiares* do Sul do país (FETRAF-Sul), que tão logo buscou afirmar-se em nível nacional, da complexa relação das organizações sindicais com outros atores representantes de segmentos sociais do campo e das oportunidades abertas pelos governos de Luis Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010) na participação em espaços de governo e na definição de políticas públicas.

5.1 Disputas no interior da CONTAG e construção de uma dissidência cutista no Sul

A unificação formal do sindicalismo dos trabalhadores rurais no país, operada com a filiação da CONTAG à CUT, levou para dentro da CONTAG novas disputas políticas. Como apontado no capítulo anterior, se, de um lado, a CONTAG incorporou como seu objetivo principal a proposta cutista de construção do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural, por outro, as propostas de mudanças na estrutura sindical enfrentaram fortes resistências internas, tendo sido, em sua grande maioria, recusadas. Propostas de defesa da pluralidade sindical e a busca do reconhecimento das *organizações diferenciadas* defendidas por setores da CUT alimentaram divergências no interior da Confederação.

O VII Congresso da CONTAG de 1998 mostrou que a construção da unidade do sindicalismo ainda era um problema latente. Devido às divergências políticas existentes, ocorreu a formação de duas chapas para disputar a sua diretoria (foi a primeira vez na história da CONTAG, que ocorreu disputa de chapas, desde 1968). Segundo apontado por Bittencourt (2000), as duas chapas não refletiam uma polarização entre cutistas que provinham do antigo DNTR com os contaguianos históricos, mas apresentavam uma nova e complexa disputa entre grupos no interior da CUT articulados com outros grupos históricos da CONTAG. Pelo que relata Bittencourt (2000, p.84), a chapa 1 (situação) foi formada por correntes bastante distintas, tais como: “setores contaguianos históricos”, setores da CUT que formavam a Corrente Sindical Classista¹⁴² e uma parte da Articulação Sindical, tendo como candidato à

¹⁴² A corrente CSC foi constituída por sindicalistas ligados ao PCdoB. Atuava até 1990 junto a Central Geral dos Trabalhadores (CGT), quando decide romper com esta central e se filiar à CUT (Soares, 2005).

presidência o cutista Manoel dos Santos, de Pernambuco. A chapa 2 foi formada somente por correntes cutistas: pela maioria da Articulação Sindical, pela Democracia Socialista e pela Articulação de Esquerda¹⁴³, tendo por candidato à presidência Airton Faleiro, do Pará.¹⁴⁴

Saindo vitoriosa a chapa 1, sinalizava-se a manutenção de uma orientação política que vinha dirigindo a CONTAG desde 1995 quando da composição entre setores contaguianos históricos com cutistas: renovação das bandeiras de luta do sindicalismo com a incorporação do debate sobre a agricultura familiar e a construção do Projeto Alternativo de Desenvolvimento, mas sem mudanças mais profundas na estrutura sindical. Esta continuidade fica evidente no fato do VII Congresso ter recusado os pedidos de filiação da FERAESP (Federação dos Empregados Rurais de SP) e da FETRAFESC (Federação da Agricultura Familiar de SC), com base no princípio de unicidade sindical. Entretanto, a postura de defesa da unidade sindical acabava gerando um problema político de difícil solução. Havia sido construída durante boa parte da década de 1990 a ideia de que a unificação do movimento sindical passava pela CONTAG, inclusive com a extinção do antigo DNTR, mas as organizações sindicais diferenciadas, surgidas por iniciativas cutistas, não estavam encontrando espaço embaixo do guarda-chuva da CONTAG. Diante destes impasses ficavam algumas questões em suspenso. Onde, afinal, poderia se construir a *unidade na diversidade*? Seria possível realmente a construção da unidade no campo? Para onde iriam as organizações diferenciadas?

Uma das regiões onde este debate se manifestou de maneira acentuada foi no Sul. Nenhuma das FETAGs dessa região Sul chegara a se filiar a CUT, ao passo que os cutistas, mesmo participando de forma minoritária das direções das federações no RS e no PR, mantiveram organizações paralelas nos antigos DETRs e na FETRAFESC em SC. Além do mais, o Fórum Sul dos Rurais da CUT operava como organização coordenadora das ações nos três estados.

Duas questões alimentavam as estratégias sindicais dos cutistas na região. Uma era a disputa das federações do sistema CONTAG e outra a perspectiva de construção de organizações específicas de agricultores de base familiar, seu principal público. Mesmo que à primeira vista pareça contraditório ou ambíguo fazer uso dessas duas orientações ao mesmo tempo, elas se complementaram na estratégia cutista de expansão e consolidação da sua influência no sindicalismo rural na região.

Os cutistas, no final da década de 1990, continuavam sendo minoritários no sindicalismo dos estados e continuavam tendo suas principais bases de influência em região em que haviam conquistado sindicatos ainda nos anos 1980 e início dos 1990, não tendo conseguido aumentar significativamente sua influência sobre as bases tradicionais das FETAGs. Ao mesmo tempo, a perspectiva de construção de organizações específicas de agricultores familiares¹⁴⁵ mostrava certo potencial, tendo em vista o reconhecimento que o debate sobre a agricultura familiar abria para este público. Como as principais bases cutistas

¹⁴³ A corrente Articulação de Esquerda surgiu a partir de 1993 no interior do PT. Foi formada por uma dissidência de integrantes da Articulação que formaram um “bloco de esquerda” que daria origem à corrente que também passava a ter expressão sindical no interior da CUT (Soares, 2005, p.108).

¹⁴⁴ Manoel dos Santos foi dirigente sindical em Serra Talhada Pernambuco, assumiu a presidência da FETAPE em meados da década de 1990. Integrava a corrente Articulação Sindical na CUT. Airton Faleiro, natural de Tenente Portela-RS, em 1988, com a abertura da Transamazônica, migrou para Santarém no Pará onde se tornou sindicalista de destaque na década seguinte. Foi dirigente da FETAGRI e diretor de Políticas Sociais da CONTAG desde 1995. Também integrava a Articulação Sindical na CUT.

¹⁴⁵ O Fórum Sul dos Rurais da CUT optou atuar junto aos agricultores familiares. Aos assalariados rurais, que apareciam na base da CUT somente no DETR-PR, recomendava-se que fundassem um sindicato específico da categoria no âmbito da Central (Rodrigues, 2004, p.48).

eram formadas por agricultores que poderiam ser identificados com a categoria que estava sendo construída de *agricultor familiar* e que se situavam em regiões geograficamente próximas dos três estados do Sul (como mostrado na Figura 4, no Capítulo III), na segunda metade da década de 1990 acentuaram-se os laços cooperativos e de organização dando base para a formação de uma nova organização sindical específica de agricultores familiares.

5.1.1 A construção da agricultura familiar como identidade e ator

O processo de construção da agricultura familiar como ator social e político na região Sul contou com uma série de iniciativas do sindicalismo – articuladas com as políticas públicas destinadas para esse público e com as contribuições dos estudos acadêmicos que valorizavam esse modelo de agricultura (como Abramovay, 1992; Veiga, 1991, Lamarche, 1993; 1998; Wanderley, 1996). No que se refere especificamente às iniciativas do sindicalismo ligado à CUT, a partir de 1996 começaram a ser construídas ações de animação de base e eventos massivos de debate e organização dos agricultores familiares.¹⁴⁶ O início desse trabalho ocorreu com a construção do Mutirão de Animação de Base realizado entre 1996 e 1997 pelo Fórum Sul dos Rurais com apoio da Escola Sindical Sul da CUT, do DESER e do CAMP.

O Mutirão de Animação de Base foi um amplo conjunto de atividades realizadas com objetivo de (re)construir a relação entre direção e a base; inverter o processo de elaboração das pautas e preparação das lutas; “massificar” o projeto da CUT para o campo; iniciar a construção de uma metodologia diferente de formação para os rurais (Aguiar, 1998). Pelo relato feito por Aguiar (1998), no Caderno de Experiências do Projeto CUT/CONTAG, o Mutirão assumiu o centro dos investimentos sindicais do Fórum Sul dos Rurais naquele período. Dentre as atividades realizadas destacaram-se principalmente a realização do I Encontro da Agricultura Familiar da Região Sul e das Semanas Sindicais.¹⁴⁷

O I Encontro da Agricultura Familiar da Região Sul foi realizado na cidade de Chapecó entre os dias 14 e 16 de janeiro de 1997. Teve por objetivos: ser um espaço formativo para dirigentes e lideranças de base; iniciar um processo de discussão e construção das pautas de reivindicação e formas de luta; denunciar a situação precária da agricultura familiar; fazer o lançamento das mobilizações do Grito da Terra Brasil de 1997 na região (Aguiar, 1998). O Encontro contou com a participação de cerca de 1700 agricultores de 200 municípios da região. No final do evento foi lançada uma declaração política, a Carta de Chapecó, onde era feita uma denúncia sobre a descapitalização e degradação das propriedades dos agricultores familiares, o sucateamento das políticas públicas, ao mesmo tempo em que eram apresentadas propostas para a solução da crise da agricultura familiar (crédito, formação de estoques reguladores, seguro rural, política de garantia de preços etc.) e para a organização e valorização da agricultura familiar na região (Carta de Chapecó, 1997).

¹⁴⁶ Em alguns documentos dessa época também são levantadas como motivadores desse movimento de retorno às bases a concorrência que os cutistas estavam enfrentando de outros atores como o MST e o nascente MPA.

¹⁴⁷ Segundo apontado por Aguiar (1998), o Mutirão completo contou com seis etapas, a saber: curso de preparação de monitores ocorrido entre 17 e 19 de dezembro de 1996 (formou 32 monitores); realização do I Encontro da Agricultura Familiar da Região Sul em Chapecó, entre 14 e 16 de janeiro de 1997 (com cerca de 1700 agricultores de 200 municípios da região); Semanas Sindicais nos meses de fevereiro e março de 1997 (realizadas em 200 municípios, 1637 comunidades e atingindo 35 mil agricultores); plenárias municipais em março de 1997 (realizadas em cerca de 150 municípios); plenárias estaduais realizadas pelos três estados entre 12 e 14 março de 1997; plenária do Fórum Sul, realizada no mesmo período das estaduais.

As Semanas Sindicais foram atividades realizadas nas comunidades rurais para debater os problemas enfrentados pelos agricultores, possíveis lutas nos municípios e “fazer conhecer o acúmulo do projeto da CUT para o campo” (Aguiar, 1998, p.24). As semanas sindicais ocorreram após o I Encontro da Agricultura Familiar em cerca de 200 municípios, 1637 comunidades e teriam atingido 35 mil agricultores. As semanas, segundo aponta Aguiar e conforme registro em documentos do Fórum Sul, foram o principal momento do Mutirão, quando os dirigentes sindicais fizeram o *trabalho de base*. Não se tem muitas informações sobre quais foram os artifícios usados pelo sindicalismo para fazer essa ampla mobilização de base, mas se tem algumas indicações do que pode ter motivado a participação dos agricultores e os resultados positivos que teriam sido alcançados. Segundo Aguiar (1998), as semanas sindicais discutiram os problemas dos agricultores do município e a construção de indicativos de pautas lutas. Esses pontos motivaram muitos agricultores, principalmente os mais ativos na vida sindical e comunitária, uma vez que era um espaço construído pelo sindicato para ouvi-los na sua comunidade, perto de sua casa. Outro elemento interessante fornecido por Aguiar é que na realização das Semanas Sindicais era requerida obrigatoriamente a participação de alguns dirigentes de fora (provavelmente as lideranças sindicais de maior evidência na região), além dos locais, para discutir com as comunidades, o que também contribuía para motivar a participação dos agricultores, pela novidade da circulação de lideranças. Além do mais, a presença de sindicalistas de outros municípios permitia que as discussões saíssem da rotina sindical local e do paroquialismo, podendo ser feitos debates mais abrangentes sobre os problemas que afetavam toda a região e projetos do sindicalismo.

Nos anos seguintes foram organizadas mobilizações semelhantes nos municípios e realizados novos *Encontros da Agricultura Familiar*. Em 1998 foi realizado o II Encontro da Agricultura Familiar em Erechim-RS pelo Fórum Sul dos Rurais, cooperativas ligadas ao sindicalismo da CUT e ONGs. Como esse Encontro ocorreu pouco tempo antes de VII Congresso da CONTAG, um dos pontos que teve grande destaque foi a discussão sobre a estrutura sindical. Em um documento elaborado pelo Fórum Sul dos Rurais para o II Encontro foram apresentadas as propostas dos cutistas sobre o sindicalismo. Chamam atenção para a necessidade de ter organizações de base mais ativas; o sindicato não pode ser mais visto como sendo *sua direção*¹⁴⁸; defesa da regionalização dos sindicatos; diferenciação entre sindicatos de assalariados rurais e de agricultores familiares; igualdade de gênero na composição das diretorias sindicais; o VI Congresso da CONTAG deveria ser visto como o “grande momento para investir na hegemonização em definitivo da CONTAG”; e filiação das organizações diferenciadas cutistas à CONTAG (Fórum Sul dos Rurais, 1998). Por estas propostas, percebe-se que o grande tema de atrito com o sindicalismo da CONTAG continuava sendo a crítica à unicidade sindical e o pleito de reconhecimento das organizações diferenciadas.

O III Encontro da Agricultura Familiar da Região Sul, em fevereiro de 1999 na cidade de Francisco Beltrão-PR, ocorreu após o VII Congresso da CONTAG, no qual, como já apontado, a chapa apoiada pelo Fórum Sul foi derrotada, assim como as posições políticas defendidas por seus integrantes. Essas derrotas políticas refletiriam no Encontro. Além de terem sido discutidas as principais questões que afetavam a agricultura familiar na região (crédito, comercialização, preços mínimos, seguro agrícola, educação profissional, entre outros), o III Encontro ficaria conhecido por ter sido nele desenvolvida a ideia de formar uma nova forma de organização da agricultura familiar, através da constituição de uma Frente de atores da agricultura familiar na região. Como destacado no documento final: “este Encontro

¹⁴⁸ Se na década de 1980 afirmava-se que o sindicato não era a *sua sede*, o *seu prédio* para procurar superar o assistencialismo que alimentava, na de 90 procura-se superar a ideia de que o sindicato seria *sua direção* procurando criar uma noção de que seria uma ferramenta coletiva de toda a categoria de agricultores.

delibera para que o Fórum Sul dos Rurais da CUT proponha às outras organizações de representação (cooperativas e associações) e de apoio (ONGs) dos agricultores familiares da região a constituição, a partir deste ano, de uma Frente da Agricultura Familiar da Região Sul” (Carta de Francisco Beltrão, 1999, p.2).

Menos de um mês após o III Encontro ocorreu uma nova reunião das organizações de representação e de apoio da agricultura familiar da região para constituição oficial da Frente Sul da Agricultura Familiar como uma organização de coordenação e de representação na região. No relatório da reunião são destacadas as “tarefas fundamentais” da Frente: a condução dos processos de lutas, dos debates sobre a organização da agricultura familiar, a implementação do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Sustentável e a representação a agricultura familiar na região (Fórum Sul da Agricultura Familiar, 1999). Pela definição destas “tarefas fundamentais” pode-se deduzir que estava em gestação a ideia de formar uma nova organização de representação dos *agricultores familiares* na região. Aparentemente, as dificuldades de espaço no interior da CONTAG, a derrota política no VII Congresso, realimentavam a ideia debatida desde o início da década de 1990 de formar uma federação de pequenos agricultores (ou, agora, agricultores familiares) na região. Porém, diferentemente do sindicalismo tradicional, a Frente Sul Agricultura Familiar não estava sendo pensada apenas como uma organização para articular os interesses dos agricultores de sua base para serem apresentados ao Estado. Em primeiro lugar, por que a legislação sindical não permitia a existência de uma federação sindical representante de categoria socioeconômica de três estados. Em segundo lugar por que não eram somente sindicatos que faziam parte da Frente (esta era formada por organizações sindicais, cooperativas de crédito, de leite, de produção, por associações diversas, segmentos de igrejas, e ONGs)¹⁴⁹. Com essa fisionomia, não era uma *federação* sindical, mas sim uma *frente* de atores articulados na perspectiva não somente de representar um segmento econômico, mas de fundamentalmente promover a *agricultura familiar*, seja pelo seu fortalecimento como categoria socioeconômica, seja pela promoção de sua identidade, dos seus valores, da sua forma de produzir e viver.

O objetivo maior da Frente era o reconhecimento da *agricultura familiar* como personagem social e do seu modelo de agricultura que, apesar de ser responsável por boa parte da produção agropecuária nacional, foi historicamente submetido a condições de invisibilidade socioeconômica frente às grandes fazendas de produção e os seus atores de representação. A categoria agricultura familiar até então era usada de forma descritiva pelo sindicalismo, com a formação de uma articulação para congregar as diversas organizações que trabalhavam a promoção dessa categoria como ator social e político passará a ganhar, de forma progressiva, identificação com o projeto político de uma nova condição para o segmento de agricultores que poderia ser identificado com essa categoria. Com esse movimento pela afirmação da *agricultura familiar* como personagem político, esta categoria passará a ser usada como a identidade de um segmento de agricultores que podiam ser chamados de *familiars*.

A identidade coletiva de um movimento não é um dado de sua essência, mas, segundo Melucci (2001, p.68-69), é uma “construção” de significados, realizada no processo de formação do ator. É uma construção “interativa e compartilhada” entre a complexidade

¹⁴⁹ Segundo apontado por Bittencourt (2000, p.268) as organizações que fizeram parte da Frente Sul foram: Fórum Sul dos Rurais da CUT (FETRAFESC, DETR-RS e DETR-PR). APACO, ASSESSOAR, Associações (CRAPA, CERCOPA, AOPA, entre outras), CAPAs, CEPAGRI, CETAP-RS, COCEL-RS, COOPerval, COOPASE, COOPERA, COPAAL, COASA-RS, COOPAC-RS, CPT-PR, CRESOL (e sistema) CEEAF, DESER, Fórum da Agricultura Familiar do Oeste do Paraná, Núcleo Sindical do Oeste do Paraná, PJR-PR e SC, RURECO e Centro Vianeí.

interna de um ator e as suas relações com o ambiente social (outros atores, as oportunidades políticas e os vínculos que estabelece). No caso da Frente Sul da Agricultura Familiar observa-se que a construção da identidade da *agricultura familiar* ocorreu pela apropriação de uma categoria descritiva, que recebia certo reconhecimento nas políticas públicas e na academia, permitindo também afirmar uma diferenciação em relação ao público do sindicalismo da CONTAG e suas federações que era mais amplo (trabalhadores rurais). A Frente apropriou-se da novidade que a categoria agricultura familiar podia representar em um cenário de acirradas disputas do campo sindical, afirmou a especificidade de um segmento de agricultores que podiam ser chamados de *familiares* e construiu um projeto político de valorização do modelo de agricultura que exerciam.

Amadeu Bonato (integrante do DESER) relata a dinâmica organizativa por que passou a região no momento de formação da Frente, evidenciando também o potencial positivo que incorporação da noção de *agricultura familiar* estava permitindo:

Pelo lado das organizações da agricultura familiar, o início do período 1998-2002 viu desencadear-se um processo dinâmico de salto de qualidade organizativa. De um lado, a forte sensação de fragilização do movimento sindical cutista, colocado à margem com a derrota da sua chapa no Congresso da CONTAG de 1998, viu-se obrigado a retomar a perspectiva de reorganização enquanto região Sul, passando a reavivar o Fórum Sul dos Rurais da CUT. [...] Por outro lado, a sensação clara do forte potencial das novas organizações da agricultura familiar que despontavam, como o Sistema Cresol de cooperativismo de crédito, o cooperativismo de produção na cadeia do leite (CORLAC) e, um pouco mais adiante, o sistema das cooperativas de leite do Sudoeste do Paraná (SISCLAF) e das cooperativas de leite do Oeste de Santa Catarina (ASCOOPER), a rede de comercialização das agroindústrias familiares do Oeste Catarinense (UCAF), o sistema de certificação solidária, através da Rede EcoVida, que potencializou uma forte articulação entre as ONGs que atuavam com ênfase na agroecologia e destas com outras organizações associativas de agricultores familiares agroecológicos (Bonato, 2003, p.17).

Como afirma Melucci, os movimentos sociais são como “profetas do presente”, “anunciam aquilo que está se formando sem que ainda disso esteja clara a direção e lúcida a consciência” (2001, p.21). Nesse sentido, a identidade da agricultura familiar dava unidade a este conjunto diverso de atores ao mesmo tempo em que possibilitava projetar um objetivo comum (uma utopia) que era busca do reconhecimento da sua importância socioeconômica através do fortalecimento da sua identidade e organização política. A Frente surgia como uma possibilidade de dar maior visibilidade para o movimento que não encontrava o espaço que almejava no interior do sindicalismo da CONTAG.

No seu primeiro ano de existência, a Frente Sul organizou as atividades dos Gritos da Terra Brasil na região, tendo sido por isso reconhecida no processo de negociação pelas autoridades das esferas federal e estaduais. Realizou, em substituição ao Fórum Sul dos Rurais da CUT, o IV Encontro da Agricultura Familiar da Região Sul em fevereiro de 2000 no município de Esteio-RS, ao qual compareceram quase quatro mil pessoas “numa clara demonstração do seu peso e importância política, contando com a presença de várias integrantes do governo do Rio Grande do Sul (inclusive o governador Olívio Dutra) e o próprio Ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Julgmann” (Bittencourt, 2000, p.129). Esta presença de autoridades estaduais e do ministro mostrava o respaldo que a bandeira da agricultura familiar alcançava junto aos governos e também certo reconhecimento da iniciativa de formação de uma Frente de promoção desta agricultura.

5.1.2 Formação da FETRAF-Sul

O processo de fortalecimento da dinâmica organizativa e da identidade da *agricultura familiar* na região Sul, aliado com o sentimento de falta de perspectiva de mudança na correlação de forças nas FETAGs na região e na CONTAG, recolocava o debate – que já vinha ocorrendo desde o início da década de 1990 – sobre a possibilidade de formar uma estrutura sindical específica dos agricultores familiares na região.

No final da década de 1990, os impasses e as incertezas das organizações sindicais cutistas na região eram grandes. Segundo apontado em um documento sobre a organização sindical da agricultura familiar do Fórum Sul dos Rurais (s.n.)¹⁵⁰, os DETRs e a FETRAFESC estavam passando por “certo impasse e estrangulamento. Os organismos de direção estão confusos e um tanto perdidos, correndo o risco de perda de direção” (id.). No documento também são apontadas as dificuldades enfrentadas pelo sindicalismo cutista na região: havia certa hesitação dos dirigentes para tomar a decisão quanto ao formato da uma nova organização da agricultura familiar, “com idas e vindas, avanços e impasses”; a direção estava indefinida quanto à condução das lutas e as negociações; havia também uma sobrecarga de atividades sob responsabilidade do Fórum Sul (Projeto Terra Solidária, atuação junto a Frente Sul, lutas específicas, execução de projetos de cooperação internacional) que estava deixando a “direção desnordeada”. Em que pese essas dificuldades, a possibilidade de criação de uma nova estrutura de representação dos agricultores familiares de caráter sindical na região era tratada abertamente. Faltava definir como seria ela. O documento do Fórum Sul (s.n.) também apresenta algumas das dúvidas e dos impasses que existiam naquele momento: a abrangência jurídica seria estadual ou regional? Era preferida a abrangência regional, mas existiam problemas formais de difícil solução. Como se daria a relação com os sindicatos cutistas e não cutistas? Os sindicatos deveriam ser municipais ou regionais? Como seria a relação em locais onde não existe sindicato? Como seria a estrutura e os organismos de direção?

A fundação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-Sul) ocorreu durante o I Congresso Sindical da Agricultura Familiar, realizado entre os dias 28 e 30 de março de 2001 em Chapecó-SC. Este Congresso, especialmente realizado para criar a nova organização sindical, contou com a participação de mais de 2000 pessoas, sendo 1212 delegados sindicais, 226 convidados nacionais e internacionais e 734 observadores (FETRAF-Sul, 2001a). Foi o ponto alto de um amplo processo de reflexão, mobilização e organização do sindicalismo identificado com a agricultura familiar na região. Nesse sentido, foram fundamentais para a sua criação os Encontros da Agricultura Familiar da região Sul realizados desde 1997, a formação da Frente Sul da Agricultura Familiar em 1999 como um movimento de promoção e de organização da agricultura familiar na região e o amplo conjunto de atividades de formação realizadas pelo Projeto Terra Solidária desde 1999.

O Projeto Terra Solidária foi um programa amplo com fortes investimentos que visaram a “construção de uma nova metodologia de educação e de formação profissional para a agricultura familiar” (FETRAF-Sul, 2002, p.18). Segundo o depoimento de Amadeu Bonato (integrante do DESER e um dos coordenadores do Projeto), a ideia surgiu a partir de uma experiência que os sindicatos de metalúrgicos da CUT teriam realizado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Em seu relato:

A primeira experiência nisso foi dos metalúrgicos que descobriram esse segredo de recursos do FAT [...] Aí se ficou sabendo, vamos discutir uma possibilidade nisso. Por

¹⁵⁰ Documento sem data. Provavelmente foi produzido entre 1999 e 2000.

coincidência o Secretário de Formação da CUT era um rural, que era o Tortelli, que tinha o domínio desse espaço de articulação com o FAT e trouxe esse debate. Isso foi em 1997 que começou a discussão e em 1999 se conseguiu formar um convênio via CUT para que parte destes recursos fossem canalizados para o setor rural e em cada estado, cada Departamento negociou nos estados uma parcela do FAT para implementar essa proposta que deu o Terra Solidária em 1999. (Entrevista ao autor, 2010).

Pelo que apontam os depoimentos de lideranças sindicais e de assessores, o Terra Solidária iniciou em 1999 com 60 turmas de 30 participantes e foi ampliado no ano 2000 com mais 50 turmas que cobriram boa parte das regiões de atuação sindical cutista no Sul. Passava, assim, a oportunizar a “formação de ensino fundamental vinculada a questão da agricultura familiar, profissionalizante e tal, mas com uma visão política de aposta na formação sindical” (id.). Com o intercruzamento dos debates sobre a valorização da agricultura familiar na região e a proposta de criar uma nova organização sindical da agricultura familiar, o Projeto Terra Solidária passou a ser um espaço privilegiado de reflexão e de mobilização para o sindicalismo cutista.

Em função da importância dos debates sobre a agricultura familiar e sobre as novas perspectivas de organização sindical realizados no Projeto Terra Solidária, o Congresso de fundação da FETRAF-Sul foi escolhido como o momento de diplomação de 1600 participantes do Projeto, constituindo-se em um momento de forte simbolismo. Como relata Amadeu Bonato:

Então criou uma dinâmica na região Sul fantástica. Debatendo a agricultura familiar, e debatendo pelo viés sindical. Então criou todas as condições para se sair de uma dinâmica que era meramente informal que era um fórum, para dizer: “olha estamos em condições de criar um espaço nosso formal e enfrentando inclusive a questão legal que é criar uma federação”. Então o Terra Solidária foi o instrumento que deu oportunidade e deu consistência pra criar a FETRAF. Do ponto de vista da mística, do fortalecimento. No Congresso da formação da FETRAF se dá a diplomação das primeiras turmas do Terra Solidária. (Entrevista ao autor, 2010).

Para além deste processo de debate, de formação e de mobilização que precedeu a fundação da FETRAF-Sul, há ainda que se considerar outros aspectos do simbolismo político do Congresso. A sua construção foi cuidadosamente arquitetada para garantir o respaldo político que a Federação necessitaria para se constituir enquanto ente sindical na região Sul e no país e enquanto organização cutista. Esse respaldo era importante uma vez que se tratava de uma iniciativa ousada em relação ao que determina a legislação sindical e em relação ao sistema CONTAG, ao espaço que ela ocupava na representação formal de todos os trabalhadores rurais no país, inclusive os agricultores familiares. Para dar respaldo político à fundação da nova Federação estiveram presentes no Congresso, como convidados, diversas autoridades e personalidades de destaque, tais como: o presidente nacional da CUT (João Felício), o governador do Rio Grande do Sul (Olívio Dutra), o presidente de honra do Partido dos Trabalhadores e uma das maiores lideranças sindicais e populares do país (Lula), entre outras. Estas lideranças emprestavam seu prestígio, o seu “capital político” à Federação que estava sendo formada. O “capital político”, para Bourdieu (2005, p188), “é uma forma de capital simbólico, *crédito* firmado na *crença* e no *reconhecimento* ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa – ou a um objeto – os próprios poderes que eles lhe reconhecem.”

As lideranças da CUT e do PT procuram emprestar seu capital político à criação da FETRAF-Sul, dando-lhes reconhecimento e crédito como ente sindical:

Então se criou um clima, veio o Lula, ele ainda não era presidente, mas era provável candidato. A FETRAF se não nasceu grande, mas nasceu com muita força, apoiada por uma figura nacional que era o Lula, com uma dinâmica de base forte que era o Terra Solidária e com um corpo sindical relativamente grande que eram em torno de cento e tantos sindicatos de 200 ou 300 municípios. Então não era algo assim pequenininho. Então criou um susto em nível nacional e, sobretudo, com o debate que já tava ganhando corpo que era essa ideia da agricultura familiar e que a FETRAF incorporou (Amadeu Bonato, entrevista ao autor, 2010).

Como se pode perceber, a dinâmica de debate e mobilização que gerou o Projeto Terra Solidária e os Encontros da Agricultura Familiar da região Sul, as campanhas de promoção da agricultura familiar realizadas pela Frente Sul e o apoio recebido de lideranças da CUT e do PT (além, é claro, do momento de derrota das teses deste grupo no interior da CONTAG) teriam propiciado a “oportunidade política” (Tarrow, 2008) para que uma parcela do sindicalismo concretizasse o projeto de formar uma organização sindical específica de agricultores familiares na região. Para levar a cabo esse projeto, precisaram ter força política para enfrentar as restrições estabelecidas pela legislação sindical e pelo sistema sindical instituído. Nesse sentido, a criação da FETRAF-Sul precisou contar com o apoio de importantes lideranças partidárias e sindicais, como do presidente da CUT (central que também abrigava a CONTAG) que fez a seguinte declaração no Congresso de sua fundação: “A agricultura familiar dá uma característica diferente à CUT nos três Estados do Sul. A criação da FETRAF-Sul é uma revolução sindical e o embrião de uma organização nacional dos trabalhadores na agricultura familiar” (João Felício *in*: FETRAF-Sul, 2001a, p.7).

Uma das primeiras ações de repercussão política realizadas pela FETRAF-Sul também mostravam esta necessidade de afirmação. Nos meses de junho e agosto de 2001 a FETRAF promoveu em conjunto com o então pré-candidato à Presidência da República, Luis Inácio Lula da Silva, uma série de eventos na região Sul, que seriam chamados de *Caravana da Agricultura Familiar* (inserida em um conjunto maior da chamada de Caravana da Cidadania construída para fortalecer a candidatura de Lula pelo país). A Caravana, além de ter dado visibilidade política para a FETRAF, ajudava a fortalecer o debate nacional sobre a agricultura familiar. No documento elaborado para subsidiar o debate da Caravana são fornecidos alguns elementos simbólicos que estavam sendo mobilizados para consolidar a identidade da *agricultura familiar* que a Federação assumia como sua. A Caravana, não por acaso, começou no dia 25 de julho, dia em que era comemorado o *Dia do Colono*, como descrito:

O início da Caravana da Agricultura Familiar no Dia do Colono, 25 de julho, não é mera coincidência. A data marca a chegada dos primeiros grupos de imigrantes à região Sul do Brasil, em 1824. Alemães, italianos, poloneses, ucranianos, portugueses, espanhóis, holandeses, russos, dentre outros imigrantes das nações ainda em formação na Europa, trouxeram em sua bagagem a esperança de uma vida melhor, de um novo futuro. Em geral, deixaram para trás o sofrimento causado pelas guerras de conquista de território e de riquezas, pela perda de familiares, pela fome e pela ausência de terras.

Esses grupos de imigrantes, ao chegarem ao Brasil, depararam-se com outros segmentos sociais que aqui já viviam nas áreas rurais e que possuíam o mesmo sonho, a mesma utopia: a população indígena (de origem tupi-guarani ou kaingangue), os caboclos e os escravos já sofriam com as conseqüências de um processo de colonização excludente, concentrador e autoritário.

Aos poucos, esses diferentes grupos sociais foram estabelecendo laços de cooperação com a sociedade à sua volta, contribuindo para o surgimento de cidades, a abertura de estradas, a criação de indústrias, estabelecimentos comerciais, escolas, igrejas e também para a formação de organizações sociais, culturais e religiosas. Tudo isso à custa de muito trabalho, suor, dor, lágrima, mas também de muita vitalidade, luta, alegria, festas e amor.

É esse espírito que inspira essa caravana pela região Sul do País, descortinando as riquezas de uma cultura de origem migrante, mas enraizada, brasileira, trabalhadora e com muita vontade de continuar existindo e contribuindo com o desenvolvimento desta Nação (FETRAF-Sul, 2001b, p.6).

Como se pode perceber, a FETRAF fazia uma leitura própria de uma suposta história comum dos *imigrantes*, *indígenas* e *caboclos*, identificando aproximações entre estes grupos por serem os explorados do campo. Obviamente que nesta leitura histórica não cabiam os conflitos e as dificuldades de convivência destes grupos (como se mostrou nos Capítulos I e II). Procurava-se (re)construir uma leitura da história destes grupos como explorados, como vítimas de sofrimentos diversos e excluídos do desenvolvimento. Ao mesmo tempo, procurava-se com essa construção de um passado comum, revelar “as riquezas” da “cultura imigrante”, “brasileira” e “trabalhadora”, que naquele momento, em sua leitura, poderia ser sintetizada na expressão *agricultura familiar*.

Mesmo com esta preocupação de incluir os *índios* e os *caboclos* entre as categorias que compõem o passado e o presente da agricultura familiar, percebe-se certa preponderância dos *colonos* nos elementos simbólicos da origem do grupo, na data que foi escolhida para lançar a Caravana e também na importância destes para a formação do modelo de agricultura que estava sendo chamado pela FETRAF de *agricultura familiar*:

A designação “colono” é a forma como popularmente são reconhecidos, em muitas regiões do Sul do Brasil, os agricultores e as agricultoras que organizam a exploração de pequenas áreas de terra com base no trabalho familiar, visando produzir excedentes para o mercado, além de garantir a produção para sua subsistência e, eventualmente, empregar-se em outras atividades, sempre objetivando a reprodução de seu modo de vida. [...].

Este segmento da agricultura configura-se no principal responsável na região Sul do Brasil pela produção dos alimentos básicos que chegam à mesa de milhões de lares nas cidades. “A mão que alimenta a Nação”: este lema resume essa ideia (FETRAF-Sul, 2001b, p.7-8).

Por esta elaboração, o modelo da agricultura familiar assumido pela FETRAF-Sul acabou sendo fortemente associado à ideia-força de que seriam os agricultores familiares (*colonos*¹⁵¹ em grande medida) os grandes responsáveis pela produção de alimentos para o mercado interno, seriam “a mão que alimenta a nação”. Essa não é uma ideia nova, pois já vinha sendo levantada pela CONTAG desde o final da década de 1970 e por trabalhos acadêmicos que apontavam a relevância dos pequenos agricultores na produção de alimentos (como Graziano da Silva, 1978). Mesmo que não seja uma novidade, essa associação da agricultura familiar como a grande responsável pelos alimentos para o consumo interno foi assumida pela FETRAF como um elemento central da afirmação do modelo da agricultura

¹⁵¹ Ainda que se perceba certa influência dos colonos na Federação, deve-se fazer uma advertência sobre os usos desse termo, que pode conter variações. Na sua origem (no início das imigrações) era usado exclusivamente para tratar dos imigrantes, mas com o tempo, com o desenvolvimento das cidades, com a modernização da agricultura nas décadas de 1960-1980, passou a ser associado ao homem do campo, que vivia na *colônia* (na roça), na pequena propriedade, em oposição aos que viviam nas cidades. Nesta mesma época, o termo colono passou a ser usada de forma depreciativa, como referência ao rural, ao pequeno proprietário, ao atraso, ao homem rude, ao bronco. Essa situação de contraste entre o cidadão urbano e o colono é destacada pela letra da música “O colono” (de Teixeira) de forte apelo emocional e que foi bastante usada nos programas radiofônicos dos STRs nas décadas de 1980 e 90 no RS. Diz a letra: “Eu vi um moço bonito numa rua principal/Por ele passou um colono que trajava muito mal/O moço pegou a rir, fez ali um carnaval/Resolvi fazer uns versos pra este fulano de tal. Não ri seu moço daquele colono/Agricultor que ali vai passando/Admirado com o movimento/Desconfiado lá vai tropeçando/Ele não veio aqui te pedir nada/São ferramentas que ele anda comprando/Ele é digno de nosso respeito/De sol a sol vive trabalhando/Não toque flauta, não chame de grosso/Prá te alimentar na roça está lutando.” (Teixeirinha, 1967).

familiar e na luta política frente ao modelo patronal de exportação. Essa ideia-força passava a ser o seu principal lema, divulgado desde a Caravana da Agricultura Familiar.

5.1.3 Debate e reação da CONTAG frente à criação de um novo ator

A criação da FETRAF-Sul por um segmento cutista causou reações dentro da diretoria da CONTAG gerando um interessante debate sobre por onde deveria passar a construção da CUT no campo entre dois grupos concorrentes: os “cutistas contaguianos” e os “cutistas pró-FETRAF” que faziam parte da diretoria da CONTAG e/ou da CUT. Em outubro de 2001, poucos meses após a criação da FETRAF-Sul, foi divulgado um texto assinado pela Direção Executiva da CONTAG (mas que depois seria contestado e se diria que se tratava da opinião da direção majoritária, não de toda a Diretoria). Recebeu o título de “*A filiação da CONTAG à CUT e a estratégia para o setor rural: um debate urgente e necessário*” e expressou o descontentamento da Confederação (ou parte dela) frente à criação da nova organização e ao apoio que esta recebeu do presidente da CUT. O referido texto começa fazendo uma análise sobre o processo que levou a CONTAG a se filiar à CUT em 1995, afirma que dentre as 26 federações estaduais 15 estavam filiadas à CUT em 2001 e que desde 1998 todos os diretores da CONTAG eram cutistas. Com base nas resoluções do VII Congresso da CUT (CONCUT) de 2000, o texto argumenta que a Central reconhecia os avanços obtidos no sindicalismo rural, como descreve:

Os delegados do VII CONCUT, em suas deliberações e resoluções concluíram: a) a filiação da CONTAG à CUT foi um avanço do ponto de vista da ampliação da influência da Central nesse setor; b) foi um avanço político a incorporação do debate do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável (PADRS) e que a produção e acúmulo produzidos ainda precisam ser apropriados pela Central; c) que é preciso ampliar a participação da CONTAG, FETAGs e STRs, no interior da Central; d) é necessário ampliar o número de sindicatos e federações filiadas à CUT. (A Filiação... 2001, p.3).¹⁵²

Porém, menos de um ano após esse Congresso da CUT a situação seria completamente diferente do que as resoluções teriam apontado como orientação política. Alguns setores cutistas estavam operando – “à revelia da direção da Central, sem nenhuma discussão no conjunto da CUT, ou do ramo” (id.) – a construção de uma organização sindical paralela. No texto são elencados vários elementos do processo de criação da FETRAF-Sul que, na ótica da parcela majoritária da direção da CONTAG mereciam questionamentos por ferirem as resoluções políticas da CUT: a Federação foi criada como organização que pretendia abranger os estados do Sul, mas teve a participação de apenas 95 sindicatos em um universo de 875 STRs na região, o que lhe daria pouca representatividade; no documento de criação da Federação existia a indicação de que ela nascia com a “clara perspectiva de contribuir para a consolidação de uma organização nacional que represente a Agricultura Familiar de todo o País” (id. p.4) o que afrontava diretamente a CONTAG e prometia a concorrência com esta; era proposta a criação de um Fórum Nacional das Organizações da Agricultura Familiar para articular outros estados que também teriam sido “excluídos da estrutura e das instâncias da

¹⁵² Por se tratar de um texto que não foi publicado pela CONTAG e aparenta representar a opinião de uma parcela da sua direção sem explicitar os nomes dos diretores que o escreveram, utiliza-se o título do texto de forma abreviada para fazer referência. Proceder-se-á da mesma forma com o texto que foi elaborado como resposta a este.

CONTAG” (id.) e era recomendado que todos os STRs ainda filiados às FETAGs deveriam se desfiliar, “pois essas entidades não representam adequadamente a agricultura familiar” (id.).

Frete a estes elementos o texto rebatia, alegando que essas afirmações “ignoram e se contrapõem à história de luta, desafios e conquistas da CONTAG e o seu reconhecimento como entidade representativa da agricultura familiar e do meio rural na CUT, *conferido pelos delegados e delegadas do VII CONCUT.*” (id. p.4, grifos no original). Afirmava que ninguém foi excluído da estrutura ou das instâncias de decisão da CONTAG, o que ocorreu foi um processo de “auto-exclusão” realizado através da desfiliação de sindicatos e formação de uma estrutura paralela sem qualquer debate nas instâncias da CONTAG ou da CUT: “a estratégia de auto-exclusão foi tomada isoladamente por um setor do ramo, no caso, os companheiros do extinto DNTR.” (id.). Sobre a recusa dos pedidos de filiação das organizações diferenciadas (agricultores familiares e assalariados rurais), o texto reconhecia que esta proposta fora derrotada nos congressos da CONTAG, mas acrescentava que foram realizados debates amplos e democráticos sobre o tema, portanto, a decisão de não aceitar as organizações diferenciadas precisava ser acatada.

Poucos meses após o lançamento do texto *A Filiação...*, outro grupo de dirigentes da CONTAG e da CUT (pró-FETRAF) divulgou um documento em resposta ao anterior apresentando argumentos que justificariam a criação de uma nova organização representativa da agricultura familiar. O texto divulgado em janeiro de 2002 recebeu o título de “*Consolidar a Implantação da CUT no Meio Rural: uma tarefa urgente e necessária*”.¹⁵³ Começa fazendo um resgate sobre o processo de modernização da agricultura e sobre a trajetória do sindicalismo dos trabalhadores rurais para chegar às contribuições dos rurais da CUT para este sindicalismo. Dentre elas são destacadas as deliberações tomadas na I Plenária do DNTR/CUT de 1993 (apontada como o ápice de um processo de reflexão vindo desde a década anterior) que, em sua ótica, marcou o sindicalismo daquele momento em diante:

É importante destacar entre as várias deliberações tomadas nesta plenária, a proposição de elaboração e disputa de um “Projeto Alternativo de Desenvolvimento”; a proposição de uma mobilização reivindicativa nacional para o ano de 1994 (que deu origem ao I Grito da Terra Brasil); a construção de organizações diferenciadas entre Agricultores Familiares e Assalariados Rurais e; a necessidade de organização de forma regionalizada dos sindicatos. É importante lembrar também que foi nesta plenária que oficialmente utilizou-se pela primeira vez no meio sindical o termo “Agricultura Familiar”. (Consolidar... 2002, p.5).

Com a filiação da CONTAG à CUT e a extinção do DNTR, boa parte destas propostas haviam sido incorporadas pela CONTAG, no entanto, as propostas de mudanças na estrutura sindical sempre foram rejeitadas, “tanto nos espaços deliberativos da entidade, como na ação e nas políticas trabalhadas pela posição majoritária da direção.” (id.). Neste aspecto, que parece ser o grande fator de discórdia, o texto ainda acrescenta que historicamente a CUT defendeu o princípio de “liberdade e autonomia sindical”; que estudos feitos por “respeitadas ONGs e universidades brasileiras” e pelo Projeto CUT/CONTAG apontaram a “necessidade de radicais mudanças na organização sindical dos trabalhadores no campo” (id. p.6) para poder melhor construir o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável.

¹⁵³ Este texto foi assinado por Francisco Miguel de Lucena – Secretário de Formação e Organização Sindical da CONTAG, Airton Luiz Faleiro – Secretário de Política Agrícola da CONTAG, Graça Amorim – Secretária de Política Agrária e Meio Ambiente da CONTAG, Altemir Tortelli – Secretário Nacional de Formação da CUT e Suplente da direção da CONTAG, Luzia de Oliveira Fati – Diretora Executiva Nacional da CUT e Elizângela Araújo - Diretora Executiva Nacional da CUT.

A diversidade de experiências diferenciadas de organização no campo (mais de 200 entre organizações de base e estaduais, conforme mostra o Projeto CUT/CONTAG) não poderia ficar sem uma organização coordenadora em nível nacional uma vez que a CONTAG não aceitava a filiação dessas organizações. A mais antiga delas, a FERAESP, após ter vários pedidos de filiação negados pela CONTAG decidiu se filiar a Confederação Nacional da Alimentação (CONTAC). Nesse sentido, as federações de agricultores familiares que estavam surgindo (FETRAFESC, formada em 1997, a Federação da Agricultura Familiar de São Paulo, FAF-SP, criada em 1999, a FETRAF-Sul, em 2001 e outras que estavam em processo de constituição¹⁵⁴) estariam fadadas a trilhar um caminho próprio por absoluta falta de espaço no interior da CONTAG, que insistia em não aceitar organizações diferenciadas em nome da unicidade sindical.

Nesse sentido, estava em pauta quem, afinal, representava o projeto cutista no campo. Se tanto a CONTAG quanto as organizações diferenciadas eram cutistas, desenhava-se uma disputa acirrada no interior da CUT por legitimação, para mostrar qual vertente sindical no campo estava mais próxima do programa e das deliberações da Central para o setor. Somente entendendo esta particularidade da disputa pode-se compreender o uso de uma mesma passagem das resoluções do VII CONCUT com sentidos bastante diversos pelos dois textos ora em questão. O texto *A Filiação...* (dos cutistas contaguianos) fez uso da passagem logo abaixo para afirmar que a Central teria orientado “tão somente a constituição de uma organização econômica da agricultura familiar (não uma organização sindical)” (p.12, grifos no original). Pois, ao mesmo tempo em que se tomava a decisão de construir uma “organização econômica da agricultura familiar”, as resoluções do Congresso da CUT também teriam afirmado categoricamente que a CONTAG seria a organização sindical que deveria representar a Agricultura Familiar no país. Portanto, a direção majoritária da CONTAG acusava os fundadores da FETRAF-Sul de estarem descumprindo as resoluções do VII CONCUT e solicitava providências para a direção da CUT quanto a isso.

É necessário constituir uma organização específica dos agricultores familiares que congregue as organizações de cooperativas, crédito, produção, comercialização e distribuição que, com segmentos correlatos como por exemplo o segmento de assistência técnica e extensão rural (Faser) e de pesquisa (Sinpaf), aponte na direção da construção do ramo da Agricultura Familiar. (VII CONCUT, 2000, apud A Filiação... 2001, p.12, grifos no original).

Sobre a mesma passagem do CONCUT, o texto *Consolidar...* argumenta que a interpretação feita pelo texto da direção majoritária da CONTAG era “parcial”, “distorcida” e tirada do seu contexto. Na ótica dos cutistas pró-FETRAF esta resolução da CUT recomendava a constituição de uma nova organização da agricultura familiar não somente nos aspectos econômicos. Mas, deveria ser entendida em um sentido mais amplo, como uma organização que pudesse congrega todas as organizações da agricultura familiar dando-lhes a orientação política que fosse necessária para a consolidação desse modelo de agricultura no país. Nesse sentido, o grupo de dirigentes que assinaram o texto *Consolidar...* propunha que as duas estruturas sindicais realizassem “um amplo e profundo processo de transformação na sua organização do setor rural, consolidando a estruturação de distintas organizações entre assalariados rurais e agricultores familiares” (p.13); que estas duas categorias futuramente fossem vinculadas a distintos ramos na Central (agricultores familiares no ramo da agricultura e os assalariados rurais no da alimentação para onde já teria ido a FERAESP) e, por fim,

¹⁵⁴ É apontado que também estavam em processo de discussão para criação de federações de agricultores familiares nos estados do Pará e no Mato Grosso do Sul. (*Consolidar...* 2002).

completavam seu argumento da necessidade de criação de uma organização nacional da agricultura familiar, dando mais uma oportunidade para a CONTAG se adequar ao projeto cutista:

Por coerência, defendemos que a CONTAG transforme-se na organização nacional da Agricultura Familiar, pela importância histórica que esta entidade tem tido na organização dos trabalhadores do campo e pela sua inserção nacional no mundo sindical. Para tanto, a primeira posição que a direção da CONTAG deverá tomar é a defesa da filiação das Federações da Agricultura Familiar da Região Sul, de São Paulo e em março do ano que vem, da Federação do Mato Grosso do Sul. (Consolidar... 2002, p.13).¹⁵⁵

Em suma, o grupo argumentava que a CONTAG poderia vir a ser a organização nacional da agricultura familiar que a CUT estava projetando, desde que promovesse as mudanças na sua estrutura que esta se recusava a fazer. Como o impasse continuava, as federações da agricultura familiar continuaram se organizando para, por conta própria, formarem uma organização nacional nova.

5.2 A FETRAF e o sindicalismo da *agricultura familiar*

Com a FETRAF-Sul surgia uma nova estrutura sindical específica dos trabalhadores na agricultura familiar. O uso do termo *trabalhadores* na nomenclatura oficial da Federação (mesmo que no uso corriqueiro não seja a regra fazer uso desse termo, mas sim somente sindicalismo da agricultura familiar) traz consigo importantes sinalizações sobre onde ela se posiciona no campo sindical. Em primeiro lugar, aponta seu posicionamento ao lado das organizações de trabalhadores no universo sindical e a sua oposição às organizações patronais do campo, como a CNA e FARSUL. Essa sinalização é importante uma vez que se trata de uma organização que representa fundamentalmente pequenos proprietários (como se mostra mais adiante) que poderia optar por se posicionar tanto do lado dos trabalhadores quanto dos patrões. Trata-se de uma opção ideológica coerente com sua trajetória anterior. Em segundo lugar, o uso do termo *trabalhadores* pretendia reforçar sua vinculação com a CUT, como central de trabalhadores. Essa vinculação direta com a Central fazia-se fundamental devido ao fato da FETRAF-Sul nascer em um campo sindical onde já existia uma estrutura sindical estabelecida que representava formalmente todos os trabalhadores rurais. A Federação surgia como uma estrutura *orgânica* à CUT, como integrante da sua estrutura vertical.¹⁵⁶ A possibilidade de formar estruturas verticais (por categoria profissional ou por ramo de atividade econômica, organizadas, em um primeiro momento, na forma de Departamentos e, posteriormente, na forma de Confederações ou Federações) no interior da Central existe desde a década de 1980. Estas estruturas foram formadas por ramos de atividade, onde as estruturas

¹⁵⁵ Nas Resoluções do Congresso de criação da FETRAF-Sul também são feitas afirmações semelhantes.

¹⁵⁶ Em uma publicação da CUT sobre como ocorreu o processo de constituição de sua estrutura interna é destacado que: “O início da construção da CUT se deu pela constituição de sua estrutura horizontal, formada pelas CUTs estaduais e regionais. Em 1986, no II CONCUT, foi aprovada a constituição da estrutura vertical que tinha duas características principais: a base da representação seria o ramo de atividade econômica; as estruturas de representação seriam os departamentos, nacional e estaduais. [...] A V Plenária Nacional da CUT, realizada em 1992, aprovou a transformação dos departamentos em confederações/federações orgânicas CUT e indicou a constituição de 18 ramos: rurais; metalúrgicos; bancários; químicos; vestuário; comerciários, [...]. Em 1999, a IX Plenária Nacional da CUT aprovou a construção de sindicatos nacionais como forma de consolidar a organização dos ramos.” (CUT, 2002, p.7-8).

sindicais estabelecidas não tinham vinculação com a CUT, portanto, seriam organizações próprias da CUT (chamadas de *orgânicas*) e paralelas às organizações sindicais existentes. Normalmente nasciam em situações de disputa com as estruturas estabelecidas e em posições de desafiantes no campo sindical.

Segundo avaliação de Santos (2003), a possibilidade de formação de estruturas sindicais orgânicas à CUT esteve incluída em um amplo debate por que passou a Central sobre a sua forma de organização, debate que teve influência das experiências européias (principalmente a italiana). Nesse sentido, a formação de uma “estrutura sindical cutista” por ramo funcionaria como “um organismo próprio à sua estrutura vertical interna, colocado em posição intermediária entre o sindicato de base e a direção nacional da Central e que não tem ligação com a estrutura sindical oficial” (id. p.16). Um exemplo característico foi o caso dos metalúrgicos da CUT que, por não terem o controle da organização nacional do ramo, formaram em 1989 o Departamento Nacional dos Metalúrgicos que, posteriormente, em 1992, seria transformado na Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT. No caso dos rurais, mesmo que o processo tenha sido mais complexo, a lógica da formação de uma estrutura orgânica foi a mesma.

Como as estruturas sindicais orgânicas à CUT surgem em terrenos onde já existem outros atores estabelecidos, precisaram traçar estratégias de diferenciação para poder afirmar sua própria identidade institucional, um programa político, uma base social, enfim, formas de justificar a sua criação e por que seria uma melhor opção para os trabalhadores do que as outras organizações já existentes. Como sugere Bourdieu (2005, p.185): a “força das ideias” na política “mede-se, não como no terreno da ciência, pelo seu valor de verdade [...] mas sim pela força de mobilização que elas encerram, quer dizer, pela força do grupo que as reconhece”. “Em política, ‘dizer é fazer’, quer dizer, fazer crer que se pode fazer o que se diz e, particularmente, dar a conhecer e fazer reconhecer os princípios de di-visão do mundo social, as *palavras de ordem* que produzem a sua própria verificação ao produzirem grupos e, deste modo, uma ordem social” (Bourdieu, 2005, p.185). Considera-se que as federações cutistas ao deflagrarem uma nova organização sindical (uma “di-visão” do mundo social) precisavam “fazer crer” que sua opção de organização era melhor do que a já existente, deflagrando, sob critérios de “verificação” próprios, um “novo grupo” e uma “nova ordem social” no sindicalismo. Para isso, muitas vezes faziam uso do empréstimo do capital político das lideranças da CUT e do PT, como ocorreu na fundação da FETRAF-Sul.

A FETRAF-Sul surgia como uma estrutura sindical para uma categoria que já vinha sendo disseminada pelas políticas públicas, pela academia e que estava incorporada por boa parte do sindicalismo. Na região Sul, particularmente, havia também um movimento de afirmação desta categoria como identidade social e ator político levado a cabo pelos Encontros Regionais da Agricultura Familiar, pela Frente Sul da Agricultura Familiar e pelo Projeto Terra Solidária. Portanto, era um movimento político que estava amparado em uma ideia-força que já era bem aceita política e socialmente. Essa disseminação e reconhecimento da categoria *agricultura familiar* para além do círculo dos dirigentes sindicais (os “profissionais”, como se refere Bourdieu, 2005) que tomavam a decisão de formar uma nova organização foi fundamental para a nova estrutura ser bem sucedida. Como se refere Bourdieu (2005, p.183) a estes fenômenos políticos: “A simples ‘corrente de ideias’ não se torna um movimento político senão quando as ideias propostas são reconhecidas no exterior do círculo de profissionais”.

Para se diferenciar a FETRAF-Sul procurou alicerçar seu desenho organizativo e suas forma de ação sindical em novas bases. A importância simbólica de romper com as regras do jogo então vigentes fica explícita na apresentação das Resoluções do Congresso de sua

criação: “Entre as principais resoluções está a criação da primeira Federação de Agricultores Familiares envolvendo três estados, numa clara demonstração de *rompimento* com a *estrutura oficial corporativista* e com a *unicidade sindical*” (FETRAF-Sul, 2001a, p.5, grifo nosso, ELP). Isso se deu a partir da ruptura com a lógica de que as federações de segundo grau deveriam representar uma categoria profissional ou econômica de um estado e com a quebra da unicidade sindical que determinava que só poderia existir uma estrutura sindical representante dos trabalhadores rurais (como categoria geral), representada oficialmente pelo sistema STR, FETAG e CONTAG.

Seguindo essa perspectiva, a estrutura organizativa da FETRAF-Sul foi pensada tendo: uma coordenação geral no âmbito da região Sul; coordenações estaduais para cada estado; coordenações regionais (exemplo: Sudoeste-PR, Oeste-SC e Alto Uruguai-RS); Sindicatos de Trabalhadores na Agricultura Familiar (SINTRAFs) regionais ou coordenações micro-regionais (exemplo: micro-região Chapecó, micro-região Sarandi etc.); coordenações municipais dos sindicatos regionais e conselhos comunitários ou grupos de produção nas comunidades (FETRAF-Sul, 2001a). A estrutura foi pensada para se diferenciar do formato presidencialista das federações e dos sindicatos da CONTAG (formato que já vinha sendo criticado no interior da CONTAG desde a década de 1980). Optava-se por formar *coordenações coletivas* para o âmbito da região Sul, nos estados, nas micro-regiões e até mesmo nos SINTRAFs e nos coletivos municipais.

A montagem da estrutura geral da Federação (coordenação geral, estaduais e nas regiões) não deveria gerar muitos problemas uma vez que já existia uma dinâmica de organização na região Sul (o Fórum Sul), nos estados os DETRs e a FETRAFESC e em algumas regiões eram realizadas atividades coordenadas entre os sindicatos. O que se apresentava como o maior desafio era a transformação dos STRs de base municipal em sindicatos regionais e exclusivos de agricultores familiares (os SINTRAFs). Nesse aspecto, as resoluções do I Congresso Sindical da Agricultura Familiar da Região Sul dão algumas indicações. Embora aparentasse ser uma coisa simples mudar os estatutos dos STRs para se tornarem SINTRAFs, isso implicaria também “uma mudança de público e, até mesmo, do conceito do sindicato. Implica não mais representar os assalariados rurais, o que acarreta uma série de complicações legais e políticas.” (FETRAF-Sul, 2001a, p.24). As possíveis “complicações legais e políticas” não são citadas, mas pode-se supor, por exemplo, que no momento em que o STR legalmente existente fosse transformado em SINTRAF, grupos políticos rivais nos municípios poderiam fundar um novo STR para representar os assalariados. Nestas situações poderia se instalar uma concorrência não desejável no momento de formação da nova Federação. Para evitar esses problemas, o documento de criação da FETRAF-Sul propunha a formação de uma “política de transição para os SINTRAFs” (id.) e que as CUTs estaduais incentivassem a formação de sindicatos específicos de assalariados rurais.

A busca da regionalização dos sindicatos também merecia certa cautela para ser processada sem abalos. As resoluções do Congresso de fundação recomendavam: a regionalização será definida a partir da “própria cultura de convivência e atuação conjunta dos sindicatos de uma determinada micro-região” (2001a, p.24); onde essa “cultura” não estiver plenamente desenvolvida, a Federação deverá estimular o planejamento e a execução de ações em conjunto nas micro-regiões para gerar uma “cultura organizativa” regional; os espaços organizativos dos SINTRAFs nos municípios deveriam se desenvolver a partir dos grupos de produção, conselhos comunitários, associações etc.; mesmo com a regionalização dos sindicatos deveriam ser mantidas “bases municipais” para atendimento e prestação de serviços ao associado, para execução de programas e projetos do sindicato e da Federação. Para

estimular a transição dos sindicatos municipais rumo à regionalização, foram apresentadas algumas vantagens que este modelo traria, a saber: maior poder de negociação com o Estado, com o governo municipal, com as agroindústrias etc.; capacidade de intervenção qualificada nos municípios e nos conselhos, aumentando as condições de disputar e debater o Projeto Alternativo de Desenvolvimento; grande otimização dos serviços e recursos, pois as atividades burocráticas seriam organizadas para uma base maior, dessa forma, os recursos disponíveis para atuação política seriam maiores e permitiriam a articulação dos principais dirigentes no espaço regional; possibilidade de discutir e pensar políticas coletivas com impacto nos diversos municípios da base do sindicato e, por fim, também poderiam ser pensadas políticas para municípios vizinhos onde a Federação não tivesse sindicato (FETRAF-Sul, 2001a, p.25).

Para pensar a expansão nas regiões ou municípios onde a Federação não contava com sindicato filiado, foi prevista a possibilidade de formar *associações sindicais de agricultores familiares* em caráter transitório, até que fosse criado um sindicato exclusivo da agricultura familiar ou que o existente viesse a filiar-se à FETRAF-Sul. Segundo apontado por Rodrigues (2004, p.64), a associação “teria uma representatividade obviamente menor” do que os sindicatos, pois é natural “que o sindicato tem mais a oferecer para o agricultor, do que uma simples associação”; mas através da criação de associações surgia a “possibilidade de abrir a atuação da FETRAF, via associação, nas regiões” e com a consolidação do trabalho poderia se fundar um SINTRAF. Mas, nestes casos em que era criado um sindicato da agricultura familiar em município onde já havia STR poderia ocorrer conflitos políticos e jurídicos, como relata Rodrigues (2004, p.66) sobre o caso do município de Pinhão-SC onde o SINTRAF foi denunciado como um “sindicato clandestino”:

o SINTRAF de Pinhão tornou-se uma entidade jurídica, mesmo ainda não tendo o reconhecimento do Ministério do Trabalho. Sebastião [líder local] continua relatando: “nós temos um estatuto registrado, nós temos o CNPJ, falta só mesmo a carta sindical que nós não temos. Até esses dias nós tivemos uma audiência no Fórum, que a gente recebeu a notificação. E, o STR vinha dizendo que a gente era um sindicato clandestino. Na verdade, a gente teve que ir provar para a promotora que a gente não era”.

5.2.1 Diretrizes políticas e base social

No Congresso de fundação da Federação também foram aprovadas resoluções sobre o projeto de agricultura que a Federação seguiria. Dentre os objetivos centrais da Federação aparece a intenção de “priorizar a elaboração e implementação do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Sustentável e Solidário (PADSS) em toda a região Sul” (2001a, p.13), por meio de “estudos, debates, da criação, estímulo e fortalecimento de novas experiências, da disputa de políticas públicas, assim como na construção de políticas que valorizem o espaço local” (id.). Ou seja, a FETRAF-Sul assumia a herança do sindicalismo da CUT que havia formulado a ideia de construir de um *projeto alternativo de desenvolvimento* e, nessa nova fase, em que se propunha formar uma nova estrutura sindical orgânica à CUT, a busca de construção desse projeto assumia centralidade em seu projeto político-sindical. Mesmo que a CONTAG também tivesse a construção do mesmo projeto alternativo de desenvolvimento como sua meta, os cutista-fetraianos passaram a disputar o uso dessa linguagem.

No universo do Projeto Alternativo de Desenvolvimento adotado pela FETRAF-Sul o tema da organização da produção, apesar de não ser novo, ganhou novo impulso e certa centralidade. Nas resoluções do Congresso é destacado que um dos seus “principais eixos de

atuação” seria: “responder adequadamente à problemática econômica da categoria, por meio de uma intervenção afirmativa na organização da produção, com base em princípios agroecológicos, desde o financiamento até a comercialização.” (FETRAF-Sul, 2001a, p.22). Com o intuito de reforçar suas ações nessa área foi proposto a criação do Departamento de Organização da Produção e Sócioeconomia Solidária na Federação e em cada SINTRAF. O Departamento foi pensando como uma agência que coordenaria a implantação do PADSS no interior do sindicalismo. Esse debate foi aprofundado nos anos seguintes.

No período que transcorreu da fundação da Federação até a realização do I e do II Congressos da FETRAF-Sul, ocorridos respectivamente em 2004¹⁵⁷ e em 2007, as diretrizes políticas gerais da Federação receberam uma elaboração mais aprofundada. No I Congresso de 2004 ocorreu a definição do que seria chamado de o “objetivo estratégico” da Federação e dos seus quatro “eixos estratégicos de ação”. Definiu-se que o seu objetivo maior (estratégico) seria “a construção de um Projeto de Desenvolvimento Sustentável e Solidário, tendo por base a agricultura familiar e que aponte para um processo de transformação da sociedade” (FETRAF-Sul, 2004, p.22).

A essa ideia, que já vinha sendo debatida pelo sindicalismo cutista, é agregado o qualificativo *solidário* com o propósito de adicionar a esse debate o acúmulo existente no sindicalismo sobre a temática da *economia solidária*¹⁵⁸, que inclusive motivou a formação de uma agência no interior da CUT para tratar desse tema também no âmbito urbano: a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS). Nesse sentido, foram incorporadas práticas e valores advindos do movimento da economia solidária e do comércio justo¹⁵⁹ no programa da FETRAF-Sul, como destacado nas resoluções do II Congresso:

Compreendemos que a solidariedade do desenvolvimento sustentável no espaço rural se expressa através da constituição de cooperativas, de associações, de grupos de produção autogestionários, de redes de troca, de *empreendimentos de comércio justo e de economia solidária*. O desenvolvimento solidário é um processo de horizontalidade e respeito nas relações de poder, em todas as dimensões, nas definições políticas, na orientação familiar, sem discriminação de gênero, de etnia, de sexo e de classe; horizontalidade e cooperação nas relações e nos meios de produção, sem exploração do trabalho humano, buscando a cooperação como o elemento da viabilidade econômica. (2007, p.15, grifos nossos, ELP)

Interessante notar que desaparece o recorte rural no título do projeto. Tanto nas primeiras elaborações cutistas feitas no início da década de 1990, quanto na sua versão mais elaborada feita com base nos estudos do Projeto CUT/CONTAG aparecia o recorte rural. Chamava-se de Projeto Alternativo de Desenvolvimento *Rural* Sustentável. Aparentemente, pelo que se pode aferir dos documentos e das entrevistas com lideranças da organização não é justificada essa subtração, mas percebe-se uma intenção de ampliar a dimensão do projeto

¹⁵⁷ Apesar do Congresso de fundação da FETRAF-Sul em 2001 ter sido chamado de I Congresso Sindical da Agricultura Familiar, o Congresso da FETRAF-Sul de 2004 é chamado oficialmente de o primeiro. Dessa forma utiliza-se aqui a denominação de “Congresso de fundação” para o de 2001 (ou I Congresso Sindical da Agricultura Familiar) e de I Congresso da FETRAF-Sul para o de 2004.

¹⁵⁸ O que constitui a economia solidária é um “conjunto de experiências coletivas de trabalho, produção, comercialização e crédito, organizadas por princípios solidários e que aparecem sob diversas formas: cooperativas e associação de produtores, empresas autogestionárias, bancos comunitários, clubes de troca, e diversas organizações populares urbanas e rurais” (Singer e Souza, 2000, p.123). Seria um conjunto de experiências de trabalhadores em luta contra relações capitalistas de produção e consumo e, ao mesmo tempo, de luta pela concretização de novas relações de trabalho e de distribuição da produção e da riqueza gerada baseadas na solidariedade humana.

¹⁵⁹ Uma leitura sobre os movimentos da economia solidária e do comércio justo é feita em Picolotto (2008).

para todos os âmbitos do mundo social. No II Congresso da FETRAF-Sul são apontadas as dimensões do que seria este projeto:

O projeto de desenvolvimento sustentável e solidário tem como uma de suas preocupações centrais constituir relações harmônicas entre o ser humano e a natureza, e relações harmônicas entre os próprios seres humanos. Essas passam pela justiça social, pela distribuição da renda, da terra, pela realocação da riqueza no mundo, pela equidade no acesso aos fatores de produção, aos fatores de sobrevivência e aos serviços básicos necessários a uma vida digna. (FETRAF-Sul, 2007, p.14).

O depoimento de Altemir Tortelli (coordenador geral da FETRAF-Sul entre 2004 e 2010, eleito deputado estadual no RS pelo PT em 2010) complementa a descrição de como foi construído e o que seria o Projeto Alternativo:

Então nós fomos acumulando uma compreensão de que tinha que ter um conjunto de orientações, de diretrizes, de linhas gerais, que norteassem a construção de um novo modelo de desenvolvimento. Então nós ficamos, depois de grandes pesquisas, diagnósticos, intercâmbios com parceiros de outros países, com debates com universidades, nós decidimos construir um arcabouço de uma visão de desenvolvimento que se chamou Projeto Alternativo de Desenvolvimento Sustentável. Que tinha uma boa fundamentação crítica ao modelo neoliberal, ao modelo do agronegócio, que tinha dois grandes pilares que sustentavam uma outra visão de desenvolvimento que era a partir do fortalecimento da agricultura familiar e da reforma agrária, como ações que interagem e se complementam. [...] Então diríamos assim, o debate apontou para estes dois pilares importantes e não só ficando no tema da questão das políticas agrícolas, daí nós começamos a acumular que precisávamos de políticas de todas as frentes. Aí se fortalece o tema da educação, fortalece o tema da saúde, da habitação. Então, junto com as políticas agrícolas e agrárias se produz um debate e uma formulação pra um leque amplo de ações de políticas que mexe com o conjunto da vida das pessoas. *O agricultor não precisa só produzir comida pra si e pro mercado, ele tem outras necessidades.* Então, essas outras necessidades passaram a fazer parte de uma visão de desenvolvimento, partes de uma visão de sociedades, partes de uma frente de várias políticas públicas. (Tortelli, entrevista ao autor, 2010).

Com base neste depoimento fica evidenciado que a elaboração do que seria o PADSS, na verdade é um grande programa político da Federação para o setor agropecuário e para a sociedade nacional.

Subordinados a esta estratégia maior de construção do PADSS estariam os quatro “eixos estratégicos de ação” da FETRAF-Sul definidos no I e no II Congressos. O primeiro deles refere-se à “consolidação da organização sindical orgânica à CUT, como ator político da agricultura familiar, em todos os níveis (comunidade, município, microrregião, estado, região Sul e nacional)” (FETRAF-Sul, 2004, p.24). Este eixo representa a preocupação constante da Federação com o seu reconhecimento enquanto ator político e também expressa as necessidades de aprimorar e consolidar a estrutura sindical que estava construindo (desde o nível local, até o regional e o nacional). No seu II Congresso a FETRAF para clarear a sua forma de organização sindical em relação ao modelo da CONTAG, procurou fazer uma distinção entre o que entendia por modelo sindical *federativo* e modelo *orgânico*:

Diferentemente de um *sistema federativo*, em que em cada nível (municipal ou microrregional, estadual, regional e nacional) existem entidades sindicais totalmente autônomas, política e juridicamente, sendo que o nível inferior é filiado ao superior seguinte (os agricultores são filiados ao sindicato, o sindicato é filiado à Federação e esta é filiada à Confederação), a *organicidade total* significa a existência de uma organização única presente em todos os níveis, sendo que os (as) agricultores (as) filiam-se ao todo dessa organização. [...] nos congressos definiu-se que avançaríamos para a criação de um

Sistema FETRAF, construindo essa organicidade, com o objetivo de construirmos uma organização sindical forte, com unidade de estratégia e de ação, mas, profundamente, enraizada na base, onde vivem e trabalham os agricultores e as agricultoras familiares. (FETRAF-Sul, 2007, p.48, grifos nossos, ELP).

As orientações dos congressos visavam estimular a constituição de um sistema sindical orgânico da FETRAF onde as instâncias municipais, micro-regionais e estaduais não funcionassem como células autônomas, mas sim todas as instâncias deveriam *ser FETRAF*, ter o sentimento de ser a Federação naquele espaço. Outro aspecto importante para a afirmação do sindicalismo da FETRAF seria a constituição de Coletivos específicos no interior de cada instância de sua estrutura. Foram propostos os Coletivos de Mulheres, Jovens e de Organização Socioeconômica. Cada um com funções e coordenações específicas na organização desses segmentos no interior da sua estrutura e na definição de pautas para cada público.

O segundo eixo dizia respeito à necessidade de “avançar na organização sócio-econômica da agricultura familiar como elemento fundamental para a implantação de um desenvolvimento sustentável e solidário” (FETRAF-Sul, 2004, p.29). Neste ponto, buscava-se traçar diretrizes para que o sindicalismo em conjunto com as organizações de crédito (CRESOL), as cooperativas e associações de produção, as redes de certificação solidária (EcoVida) e as ONGs de apoio conseguissem ter ações concretas para a realização do projeto de desenvolvimento da Federação, tais como: produção agroecológica, agroindustrialização familiar, comercialização direta e iniciativas de sócio-economia solidária. Seria preciso construir uma estratégia de “intervenção na organização da produção” com papéis claros e estabelecidos entre a “organização sindical” e a “organização econômica” (id.) da agricultura familiar. Essa preocupação visava evitar que uma das dimensões sobrepujasse à outra gerando assim possíveis tensões e prejuízos na aplicação dos projetos da Federação.

No II Congresso a Federação reafirmou as orientações do Congresso anterior, enfatizando que buscava construir a agroecologia como modelo de produção agropecuário; a transformação de produtos através das agroindústrias; a organização da comercialização através de canais institucionais (Programas de Aquisição de Alimentos), da comercialização direta e dos canais da economia solidária e do comércio justo; o estímulo à produção para auto-consumo das famílias, as atividades não-agrícolas e a produção de sementes próprias como fontes de geração de rendas e de diminuição dos custos de produção e, por fim, fazia uma recomendação para que a produção de ciência e tecnologia realizada pelos centros de excelência seja orientada e adequada para a realidade dos agricultores familiares.¹⁶⁰

O terceiro eixo dizia respeito à luta por avanços na “democratização do Estado e na elaboração, disputa, negociação e implementação de políticas públicas que potencializem a valorização da agricultura familiar como protagonista social, econômico e político” (FETRAF-Sul, 2004, p.35). Percebe-se que a Federação quer participar em todo o processo de elaboração, de disputa, negociação e implementação das políticas com objetivo claro de que “potencializem a valorização da agricultura familiar” (id.). Neste sentido, além da

¹⁶⁰ Sobre estes pontos merece destacar que a agroecologia é entendida de uma forma ampla e conjugada intimamente com o projeto de agricultura familiar do sindicalismo: “A FETRAF-SUL/CUT adota a agroecologia como base de um novo processo da agricultura familiar no sentido de construção de um novo modo de fazer e viver a agricultura. Não apenas como tecnologia sem a utilização de agrotóxicos, mas como nova concepção de agricultura, fundada em uma nova relação dos (as) agricultores (as) familiares com a terra, com a produção, com o ambiente e com a vida. Buscaremos, nos fundamentos da agroecologia, os princípios para adotar uma concepção de agricultura familiar pautada na diversificação e na policultura, associando a produção para autoconsumo.” (FETRAF-Sul, 2007, p.57).

democratização das esferas de decisão e de execução das políticas é apontado como fundamental o crescimento do volume de recursos e das áreas abrangidas pelas políticas de apoio à agricultura familiar. Essa grande aposta se deve à compreensão de que “o governo controla um conjunto de instrumentos que, quando devidamente acionados, podem estimular a produção (preços, crédito, juros, seguro, formação de estoques, exportações, compras internas) e promover a distribuição social da renda e da riqueza.” (FETRAF-Sul, 2007, p.68).

O quarto eixo de ação referia-se à “gestão e relações institucionais” da Federação. Objetivava “avançar na melhoria e aperfeiçoamento da gestão e organização interna da FETRAF-Sul/CUT e seus Sindicatos, na visibilidade da organização sindical da agricultura familiar e nas relações institucionais com organizações parceiras” (FETRAF-Sul, 2004, p.40). A ideia de gestão deveria ser entendida “na lógica do desenvolvimento institucional, considerando a diversidade de elementos e instrumentos que compõem a dinâmica das relações organizativas internas, que potencializam (ou emperram) a ação política e a concretização da missão estratégica e dos objetivos.” (FETRAF-Sul, 2007, p.82). Além dessas preocupações ligadas ao desenvolvimento institucional que se fazia importante para a consolidação de uma nova Federação, uma gestão institucional eficiente acabava dando maior respaldo ao sistema FETRAF na luta simbólica frente aos outros atores concorrentes no campo da representação dos agricultores.

As resoluções de congressos da FETRAF-Sul não especificam o que é entendido por *agricultura familiar* nem tão pouco quais seriam os segmentos sociais que fazem parte da sua base sindical. De toda forma, outros documentos dão algumas indicações de como a Federação entende estas questões. No geral a FETRAF tende a ver a *agricultura familiar* como um conjunto de famílias produtoras rurais que exploram pequenas áreas de terra, fazem uso majoritariamente de força de trabalho das famílias, são *modernas* e *eficientes* na produção agropecuária e direcionam a maior parte dos frutos de seu trabalho ao mercado, ainda que mantenham certa produção de subsistência (FETRAF-Sul, 2001b; 2003).

Segundo é expresso no Estatuto Social da Federação os “trabalhadores na agricultura familiar” que podem compor a sua base social são:

os que exercem atividades na agricultura como proprietários, arrendatários, parceiros, meeiros, posseiros e os extrativistas e pescadores, que desenvolvem suas atividades de forma individual ou coletiva com os membros da família, podendo contar com complementação eventual de mão-de-obra de terceiros, desde que não exceda a 50% (cinquenta por cento) da mão-de-obra familiar. (FETRAF-Sul, 2001c, p.2).

Como se percebe, esta definição da possível base social é bastante ampla e engloba diversos segmentos que exploram as atividades agropecuárias, extrativismo e pesca. Esta definição genérica aparenta ter sido elaborada para possíveis ampliações futuras de bases, pois entre toda essa diversidade quando se procura observar qual o foco de ação da Federação em sua trajetória aparecem os pequenos proprietários em geral e os *colonos* em particular como o público privilegiado de suas atenções (como se mostra no item 5.5).

5.2.2 Formação da FETRAF-Brasil

Com a formação da FETRAF-Sul e de federações semelhantes nos estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, consolidava-se a dissidência de uma parcela cutista da CONTAG em estados importantes do país. Na medida em que foram sendo iniciados movimentos de fundação de novas federações em outros estados do Sudeste e do Centro-

Oeste e começaram a ser organizadas federações no Nordeste e no Norte, ganhava corpo a ideia de formar uma organização nacional da agricultura familiar. Foi com esse espírito que em 2004 foi organizado um I Encontro Sindical Nacional da Agricultura Familiar, do qual participaram mais de 2000 agricultores (FETRAF-Brasil, 2007).

No ano seguinte foi feito um amplo debate e mobilização que resultaria na convocação do I Congresso Nacional da Agricultura Familiar com objetivo central de fundar a Federação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar – FETRAF-Brasil. O Congresso foi realizado em Luziania-GO, entre os dias 22 e 25 de novembro, com a presença de 1200 delegados de base, convidados e autoridades, dentre elas o Presidente da República (Lula), o Presidente da CUT (João Felício) e professores universitários (Ricardo Abramovay da Universidade de São Paulo, USP e Leonilde Medeiros da UFRRJ) que referendaram a sua criação.

Segundo é apontado nas Resoluções do I Congresso, a FETRAF-Brasil já nascia “forte”, estava presente em 22 estados, “reunindo aproximadamente 1000 sindicatos, representando mais de 500 mil famílias de agricultores e agricultoras” (FETRAF-Brasil, 2005, p.06).¹⁶¹ Surgia como um novo ator para representar nacionalmente a agricultura familiar em um terreno em que já existia a CONTAG como ator estabelecido. Visando se afirmar enquanto ente sindical neste campo procurava resgatar a trajetória do sindicalismo cutista rural (se colocando como parte dela) e desconstruir o sindicalismo da CONTAG, que mesmo depois de dez anos filiado à CUT continuava, aos seus olhos, com muitos problemas que afetavam a sua capacidade de ação. Os problemas seriam o “assistencialismo”, a “estrutura municipalizada”, a “subordinação ao poder local”, a “falta de lutas por crédito, terra, direitos e justiça social” e a “falta de democracia no sindicato” (FETRAF-Brasil, 2005).

O programa político da FETRAF-Brasil tem várias similaridades com o da FETRAF-Sul, sua principal impulsionadora, mas também se percebem diferenças. Assim como na FETRAF-Sul, a “missão estratégica” da FETRAF-Brasil era “lutar pela construção de um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Sustentável e Solidário” e seus “eixos prioritários” de ação eram: consolidação da nova estrutura de representação e gestão sindical; consolidação de uma organização socioeconômica; definição de políticas públicas voltadas para a construção de uma estratégia sustentável de desenvolvimento fundada no fortalecimento da agricultura familiar e da Reforma Agrária e implantação de uma política de relações institucionais (FETRAF-Brasil, 2005, p.8-15).

Nas Resoluções do II Congresso da FETRAF/Brasil, realizado em julho de 2009, se percebem algumas alterações nos eixos estratégicos de ação que refletem a maior nacionalização dos debates da Federação que acabou incorporando temas importantes de outras regiões para além do Sul. A grande novidade nos eixos é que estes passam de quatro para cinco, com o acréscimo da reforma agrária. A inclusão aparenta ser uma clara demanda das áreas de expansão da FETRAF no Norte e Nordeste, onde o tema é importante também para a FETRAF na medida em que esta, para se afirmar enquanto representante dos agricultores familiares em muitos destes locais, precisa concorrer com o MST e as FETAGs por bases. Diferentemente do Sul em que as bases da FETRAF são formadas somente por

¹⁶¹ Mesmo que procure passar a ideia de que estava “presente” em 22 estados, em um panfleto de divulgação do movimento “Pró-FETRAF-Brasil” (s.d.) lançado pouco antes do I Congresso são apresentados 12 estados com FETRAFs organizadas, a saber: região Sul: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná; Nordeste: Bahia, Rio Grande do Norte, Ceará, Pernambuco e Piauí; Sudeste: São Paulo e Minas Gerais; Centro-Oeste: Distrito Federal e Mato Grosso do Sul. Provavelmente, nas Resoluções afirmava-se que existiam participantes de outros estados (representando sindicatos de base) no I Congresso para além daqueles onde existia de fato FETRAFs organizadas. Estados em que poderiam ser organizadas federações futuramente.

agricultores familiares pequenos proprietários (e que o tema da reforma agrária aparece apenas em apoio à luta de outros movimentos ou como diretriz política em favor de uma melhor distribuição de terras no país), para outras áreas de atuação da FETRAF, a pauta da reforma agrária aparece como demanda de categorias sociais que não têm acesso à terra ou o tem de forma precária.

5.3 Reconhecimento da agricultura familiar e disputas com organizações patronais

Ainda no segundo governo de Fernando Henrique Cardoso (em 1998) foi criado o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para tratar das questões relacionadas à agricultura familiar e à reforma agrária, enquanto o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) ficava responsável pelas atividades agropecuárias empresariais (do chamado “agronegócio”). A constituição desses dois ministérios expressava “o reconhecimento tenso e conflitivo pelo Estado brasileiro da existência desses dois tipos de agricultura [agricultura familiar e agronegócio] que, embora não sejam independentes em sua dinâmica, são portadores de propostas antagônicas de desenvolvimento rural” (Leite *et al.* 2007, p.15). O MDA, mesmo não sendo o responsável exclusivo por políticas para o segmento da agricultura familiar, desde a sua origem acabou concentrando boa parte das ações direcionadas a este público.

A criação do PRONAF é vista amplamente como um reconhecimento da especificidade da agricultura familiar. Mesmo com a mudança de governo em 2003, ele continuou a ser o principal instrumento de política agrícola direcionado para esse público. No que se refere ao volume de recursos disponibilizados para o Programa entre 2003 e 2010, observa-se uma ampliação de quase três vezes, com redução das taxas de juros, a ampliação do valor passível de financiamento¹⁶² e a diversificação das modalidades, com a criação de várias novas, dentre as quais: Mulher, Jovem, Agroindústria, Agroecologia, Semi-Árido, Floresta, Eco, Turismo Rural, Pesca e Mais Alimentos (Grisa e Wesz Jr., 2010).

Outras experiências institucionais de políticas públicas criadas para este segmento que foram implantadas no governo Lula foram gestadas originalmente em governos estaduais do PT, como o Governo Olívio Dutra (1999-2002) no Rio Grande do Sul. Muitos quadros técnicos e partidários que estiveram naquele governo foram para o MDA a partir de 2003, inclusive o Ministro da pasta, Miguel Rossetto, que foi vice-governador.

A participação direta de quadros dos movimentos sociais e sindicais que já havia ocorrido em administrações estaduais do PT também ocorreu no MDA (Leite *et al.* 2007, p.15). Para estabelecer essa participação das organizações de agricultores foi aberto espaço para elas no MDA, que foi organizado em três secretarias, além do INCRA que já fazia parte da sua estrutura: Secretaria de Reordenamento Fundiário, a Secretaria da Agricultura Familiar e a Secretaria de Desenvolvimento Territorial.

No governo Lula foram criadas várias políticas públicas para a agricultura familiar que vão além das que já existiam relacionadas ao crédito, tais como: Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF), o Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), o

¹⁶² No ano de 2010 foram disponibilizados, segundo Grisa e Wesz Jr. (2010), “R\$ 16 bilhões para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o que representa um aumento de quase três vezes em relação aos R\$ 5,4 bilhões da safra 2003/04. Concomitantemente à oferta de recursos, evidencia-se um movimento de redução das taxas de juros, aumento dos limites máximos financiados por grupos e linhas do PRONAF, e ampliação da renda para enquadramento dos agricultores no Programa.”

Programa Garantia de Safra, Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PDSTR), Programa de Agroindustrialização da Agricultura Familiar, Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), programas de educação e capacitação (Programa Arca das Letras e Educação do Campo), Talentos do Brasil (incentivo de artesões e outras atividades culturais rurais), entre outras.¹⁶³ Destas políticas somente não é ligada ao MDA o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), que tem vinculação com a Companhia Nacional de Abastecimento do MAPA. Mas, mesmo ele conta com apoio do MDA na sua execução.

A criação deste conjunto de políticas representa o reconhecimento deste grupo de agricultores e das organizações de representação que conseguiram interlocução com setores do Estado. O reconhecimento alcançado com as políticas públicas no governo Lula não se dá somente nos aspectos produtivos, ligados à profissão e ao processo produtivo – como se dava nas décadas de 1960-70 e que Wanderley Guilherme dos Santos (1978) chamou de “cidadania regulada” – mas incluem outras dimensões do mundo da vida, tais como: a habitação rural, a educação e a capacitação, o desenvolvimento dos territórios rurais pensados globalmente em suas diversas dimensões, a cultura local etc. Isto aparenta estar em sintonia com as pretensões das organizações sindicais (CONTAG e FETRAF) que incluem estes temas como prioritários em seus projetos para pensar os agricultores como cidadãos, não somente como produtores (como nas formulações de suas versões de Projeto Alternativo de Desenvolvimento ou mesmo relatos de lideranças que afirmam que existia financiamento para construir galpões, chiqueiros, aviários, para compra de máquinas, mas não existia para construir uma casa digna para a família morar melhor).

Esse reconhecimento também garantiu a criação de uma Lei da Agricultura Familiar (Lei n. 11.326 de 24 de julho de 2006) que define oficialmente a “agricultura familiar” como “categoria profissional” e estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Em seu Artigo 3º, a lei estabelece:

considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Essa definição de agricultura familiar, embora semelhante às definições feitas pelo estudo FAO/INCRA (1994) e da usada pelo PRONAF a partir de 1996, estabelece algumas diferenças: o limite de quatro módulos fiscais para considerar como agricultor familiar enquanto o estudo FAO/INCRA não estabelecia limite de área;¹⁶⁴ flexibiliza as exigências em relação ao que aparecia no PRONAF: indica que a renda deve ser predominantemente de

¹⁶³ Varias análises foram produzidas sobre o significado, a dimensão e os efeitos dessas políticas para o segmento da agricultura familiar (como: Delgado *et al.*, 2005; Wesz Jr., 2009; Müller, 2007; Delgado *et al.*, 2007; Leite *et al.*, 2007), entretanto, não é objeto desse trabalho analisar as políticas públicas.

¹⁶⁴ Somente no estudo realizado pelo convênio FAO/INCRA (2000) sobre os dados do Censo Agropecuário de 1995/1996 foi estabelecido um limite de área em 15 módulos para evitar que fossem incluídos grandes propriedades no “universo familiar”.

atividade vinculada ao estabelecimento (eliminado a necessidade de 80% da renda ser da atividade agropecuária), elimina a exigência de residência na propriedade ou em povoado próximo e de ter uma renda máxima. Em relação aos grupos sociais que são beneficiários, tanto o PRONAF quanto a Lei incluem como beneficiárias categorias sociais rurais que vivem e trabalham em situações análogas à agricultura familiar, tais como: os “silvicultores”, os “aquicultores”, os “extrativistas” e os “pescadores”.

A Lei da Agricultura Familiar foi promulgada no último ano do primeiro governo de Lula para dar maior segurança institucional aos programas de apoio à agricultura familiar que já existiam ou estavam em fase de implantação.

Com base nos critérios estabelecidos pela Lei da Agricultura Familiar foi realizada uma tabulação especial dos dados do Censo Agropecuário de 2006. Pela primeira vez na história dos Censos Agropecuários foi introduzida a divisão entre “agricultura familiar” e “não familiar”. As tabulações especiais do Censo Agropecuário de 2006, que contaram com a colaboração do MDA, foram reunidas no caderno *Agricultura Familiar: Primeiros Resultados - Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação* (IBGE, 2009). Os dados obtidos mostraram que a agricultura familiar, é constituída por 4,3 milhões de estabelecimentos rurais (84,4% do total nacional), é responsável por 38% do valor bruto da produção agropecuária, por 74,4% do total das ocupações rurais, e respondem pela maior parte da produção dos principais alimentos da mesa dos brasileiros (como feijão, mandioca, milho, leite, aves, suínos etc.), ocupando apenas 24,3% da área total dos estabelecimentos do país (IBGE, 2009). Ou seja, os dados desse caderno reconheciam uma grande participação da agricultura familiar no setor agropecuário brasileiro tanto nos aspectos econômicos ligados produção e a produtividade, quando nos sócio-culturais por concentrar a grande maioria dos postos de trabalho e a produção dos principais alimentos tradicionais de consumo nacional.

Frente à divulgação deste Caderno Especial da Agricultura Familiar ocorreram reações diversas por parte dos ministros das pastas ligadas ao setor rural. Enquanto Guilherme Cassel do MDA valorizou os dados divulgados pelo IBGE, Reinhold Stephanes, do MAPA, assumiu postura bastante crítica ao formato dos dados divulgados.¹⁶⁵ Na ótica do Ministro da Agricultura, a “gestão familiar” não seria o melhor critério para classificação, mas sim o de “sociabilidade capitalista”, como um processo social que gradualmente transforma os agricultores que produzem para o próprio sustento, integrando-os economicamente nos mercados capitalistas. O Ministro tendia a ver no campo uma agricultura moderna,

¹⁶⁵ Sobre o tema, Cassel escreveu em um artigo publicado pelo jornal Folha de São Paulo afirmando que: “O Censo Agropecuário 2006, [...] jogou luz sobre o campo brasileiro mostrando qual é o setor mais produtivo, que gera mais empregos e que coloca alimentos mais saudáveis na mesa da população brasileira. Esse setor é o da agricultura familiar. Apesar de ocupar apenas um quarto da área cultivada, a agricultura familiar responde por 38% do valor da produção (ou R\$ 54,4 bilhões). Mesmo cultivando uma área menor, a agricultura familiar é responsável por garantir a segurança alimentar do País, gerando os principais produtos da cesta básica consumida pelos brasileiros. A agricultura familiar emprega quase 75% da mão de obra no campo e é responsável pela segurança alimentar dos brasileiros, produzindo 70% do feijão, 87% da mandioca, 58% do leite e 46% do milho, entre produtos consumidos pela população” (Cassel, 2009).

Por sua vez, Stephanes, em artigo publicado no jornal Valor Econômico, questionou os dados do Censo e a classificação feita entre os “agricultores familiares” e os “não familiares”: “O equivocado censo relativo a um grupo fortemente heterogêneo de produtores rurais, intitulado de agricultores familiares, ganhou uma leitura apressada e trouxe à tona uma disputa que vai tomando proporções absurdas, dentro e fora do governo. E deve ser vista com preocupação porque incita a divisão imaginária e maniqueísta dos agricultores, distorcendo dados e tomando como iguais agriculturas muito diferentes, variando entre aquelas famílias rurais que produzem apenas para o autoconsumo e as propriedades mais eficientes e tecnificadas, que hoje são a maioria e atuam comercialmente. Com objetivos econômicos radicalmente diferentes, todas têm em comum, apenas, a gestão familiar” (Stephanes, 2010).

tecnificada, eficiente e integrada aos mercados (agronegócio) e outra tradicional, atrasada, que produzia para a subsistência, portanto, não faria sentido ser incluído na categoria agricultura familiar uma parcela significativa de agricultores que mesmo fazendo uso da gestão familiar são modernos, tecnificados, eficientes e integrados aos mercados.

A publicação do Caderno Especial também reacendeu polêmicas políticas com as organizações de representação patronal no campo. Em 2004 a CNA já havia publicado os resultados de um estudo encomendado à Fundação Getúlio Vargas (FGV) sobre os dados do Censo Agropecuário de 1995/1996 (CNA/FGV, 2004) visando questionar os resultados do estudo FAO/INCRA (2000) sobre o mesmo Censo que apontava dados considerados favoráveis à agricultura familiar. No ano de 2009, quando foram divulgados os dados do Censo de 2006 e, em particular, o caderno especial sobre a Agricultura Familiar, a CNA encomendou um novo estudo à FGV, pois considerava os dados divulgados como “tendenciosos” e “favoráveis à agricultura familiar”¹⁶⁶. Este estudo da FGV foi publicado em 2010 com o sugestivo título *Quem Produz o Que no Campo: quanto e onde II: Censo Agropecuário 2006*. Já na apresentação do estudo, a Senadora Kátia Abreu (presidente da CNA) destacava que foi utilizada uma classificação diferente do que a usada pelo IBGE, baseada nas normas do PRONAF e regulamentações do Banco Central (“que, de fato, determinam as condições de acesso ao crédito rural”, Abreu, 2010) e foram adotadas duas categorias: “enquadráveis no PRONAF” e “não enquadráveis no PRONAF”. Os resultados obtidos por essa classificação mostram uma situação diferente do que a apontada pelo caderno especial sobre a Agricultura Familiar do IBGE. Nas palavras da Senadora:

Com este estudo não se pretende dividir a agropecuária brasileira em pequenos, médios ou grandes produtores, nem subdimensionar a participação de nenhum destes segmentos no extraordinário crescimento do agronegócio na última década. [...] De acordo com o estudo, os produtores rurais não enquadrados no PRONAF são responsáveis por 76,3% do Valor Bruto da Produção agropecuária nacional. Representam 30,7% das propriedades rurais brasileiras, mas respondem por 80,1% da produção agrícola/silvícola e por 65,8% da produção pecuária.

Os resultados confirmam, também, que os chamados produtores enquadráveis no PRONAF continuam a representar 64,4% das propriedades rurais brasileiras, mas respondem por apenas 19,5% da produção agrícola/silvícola e por 33,3% da produção pecuária. A participação deste segmento no Valor Bruto da Produção agropecuária é de apenas 22,9%. (Abreu, 2010, p.I in: CNA/FGV, 2010).

Interessante notar que enquanto para a pesquisa da FGV a agricultura familiar representaria 64,4% dos estabelecimentos rurais e seria responsável por apenas 22,9% do Valor Bruto da Produção agropecuária, para o Caderno Especial do IBGE a agricultura familiar representaria 84,4% dos estabelecimentos rurais e seria responsável por 38% do Valor Bruto da Produção. Pela diferença dos critérios de classificação observa-se uma diferença de 20 pontos percentuais nos estabelecimentos da agricultura familiar e de 15,1 pontos percentuais no Valor Bruto da Produção que esta seria responsável.

O recorte utilizado pela pesquisa encomendada pela CNA evidencia uma disputa de base social, principalmente do setor que é classificado na zona intermediária entre a agricultura familiar e a patronal ou “não familiar” (um setor que pode ser associado a uma

¹⁶⁶ Para a Senadora Kátia Abreu “O IBGE fez, a partir dos microdados coletados na base, uma leitura equivocada e tendenciosa do ponto de vista ideológico. Queriam dizer ao Brasil que a agricultura familiar sustenta o País e que a agricultura comercial traz apenas o mal e está voltada para as exportações. Isso não é verdade. Temos, no Brasil, pequenos, médios e grandes produtores que abastecem a mesa do brasileiro e também geram alimentos que são vendidos para outros países.” (CNA, 2010).

suposta “classe média rural”). Esse setor aparece computado como “agricultura familiar” pelo caderno especial do Censo Agropecuário e aparece como “não enquadrável no PRONAF” na releitura dos dados feita pela FGV. Segundo apontado em um artigo de quadros técnicos do MDA, a diferença nestes critérios de classificação¹⁶⁷ corresponde a mais de um milhão de estabelecimentos que se situam nessa zona intermediária:

O estudo [da FGV] considerou enquadráveis no PRONAF 3.330.667 estabelecimentos em uma área total de 59.455.956 ha. Isto representa um corte de 1.037.280 estabelecimentos (cerca de 24% do total) e de 20.794.497 ha (cerca de 26%) em relação ao total apurado pelo IBGE para o conjunto da agricultura familiar. (França, Del Grossi e Marques, 2010, p.9).

Este setor intermediário estaria em disputa no campo político polarizado entre atores que atuam em favor do modelo *familiar* e os do *patronal*. Seria um exemplo característico do que Bourdieu chama de “luta simbólica” pela classificação do mundo social:

A luta que opõe os profissionais é, sem dúvida, a forma por excelência de uma luta simbólica pela conservação ou pela transformação do mundo social por meio da conservação ou da transformação da visão do mundo social e dos princípios de di-visão deste mundo: ou, mais precisamente, pela conservação ou pela transformação das divisões estabelecidas entre as classes por meio da transformação ou conservação dos sistemas de classificação que são a sua forma incorporada e das instituições que contribuem para perpetuar a classificação em vigor, legitimando-a. (2005, p.174).

Ao mesmo tempo em que a CNA e o Ministro da Agricultura buscam aplicar o rótulo de que a agricultura familiar seria aquela que produz para o autoconsumo, que é atrasada, que não seria tecnificada¹⁶⁸, portanto, necessitaria mais de políticas sociais (“destinadas à erradicação da pobreza e à promoção do bem-estar social” CNA/FGV, 2010, p.V) do que políticas relacionadas à produção, o MDA (e também a FETRAF e a CONTAG) tende a ver a agricultura familiar como um modelo de agricultura com grande diversidade no que se refere ao uso de tecnologias, mas que pode ser agrupada em uma única categoria devido à lógica do trabalho e gestão familiar. Portanto, para estes últimos, a agricultura familiar não é formada apenas pelos pequenos do campo, os que produzem para o autoconsumo, mas é formada também por segmentos de agricultores inseridos nos mercados, que fazem uso de modernas tecnologias e que algumas vezes podem ser até identificados como *empresas familiares* de exploração agropecuária (claro, mantendo a gestão e o trabalho familiar do estabelecimento). Neste sentido, para o MDA e as organizações sindicais, a agricultura familiar seria um amplo segmento que não faz uso de trabalho assalariado permanente (ou faz uso de pouco trabalho assalariado, até dois empregados permanentes segundo as regras do PRONAF) no processo produtivo e na gestão da unidade de produção.

Algumas políticas públicas criadas pelo MDA têm procurado atender estes agricultores familiares consolidados (também chamados por alguns documentos do governo

¹⁶⁷ Segundo apontado por França, Del Grossi e Marques (2010, p.6) pelos dados do Censo Agropecuário de 2006 quando se compara “o universo total da agricultura familiar de 4.367.902 estabelecimentos, apenas 181.802 estabelecimentos não foram enquadrados no PRONAF”. O que segundo a leitura destes autores mostra que a CNA usou critérios de classificação dos “não enquadráveis no PRONAF” (não tornados públicos) questionáveis.

¹⁶⁸ “Mais de dois terços dos enquadráveis geram um Valor Bruto da Produção tão baixo que se questiona a possibilidade de algum instrumento voltado à produção vir a alterar significativamente o nível de renda deste segmento. O fato é que produzem praticamente para o autoconsumo e não geram receita nos estabelecimentos.” (CNA/FGV, 2010, p.III).

de “classe média rural”¹⁶⁹). É o caso do Programa Mais Alimentos, modalidade do PRONAF, criada em 2008, que tem financiando “investimentos em infraestrutura da propriedade rural” com vistas a “acelerar a modernização das propriedades familiares” (MDA, 2010). Segundo apontado por Grisa e Wesz Jr. (2010), essa linha tem sido “a mais destacada pelo governo nos últimos dois anos” e com isso o volume de recursos a essa modalidade tem crescido, assim como os valores passíveis de acesso para financiamento e a renda máxima dos agricultores enquadráveis no Programa:

Na modalidade conhecida como “Mais Alimentos” – criada em meio à crise alimentar de 2008 e destinada ao financiamento da aquisição de máquinas e equipamentos – o valor financiado pode chegar a R\$ 130 mil. Em 2003 a renda máxima para enquadramento no PRONAF era de R\$ 60 mil e atualmente é de R\$ 220 mil (Mais Alimentos). (Grisa e Wesz Jr. 2010).

A extensão dos limites de renda para enquadramento no PRONAF e aumento dos valores disponíveis para financiamento objetivam atender um segmento de agricultores até então atendidos por outras linhas de crédito ou aqueles que, antes atendidos pelo PRONAF, ao se capitalizarem, ficaram fora dos limites do Programa. Mais do que isso, essa extensão dos limites do PRONAF aparenta evidenciar uma busca de ampliação da categoria agricultura familiar nas políticas públicas.

As organizações sindicais também têm atuado de forma semelhante em prol da ampliação de suas bases de agricultores familiares. Como exemplo disso pode-se citar o Projeto de Lei que tramita no Congresso Nacional (de autoria do Deputado Assis Couto, PT-PR, ex-sindicalista ligado à CUT rural) na tentativa de ampliação da faixa de enquadramento sindical dos agricultores familiares que podem ser representados pela CONTAG e FETRAF. A proposta consiste em ampliar a faixa de enquadramento dos atuais dois módulos fiscais no tamanho da área do imóvel rural para até quatro módulos. Tal proposta se baseia na Lei Agrária de 1993 e na Lei da Agricultura Familiar de 2006 que estabelecem em quatro módulos fiscais o tamanho do enquadramento (além de outros critérios). Tal mudança pode representar um aumento de mais de um milhão de agricultores familiares nas bases destas organizações sindicais e uma perda para a estrutura da CNA de bases e de contribuições sindicais (Valor Econômico, 2011).

Pelas evidências apontadas, o MDA e as organizações de representação da agricultura familiar estariam buscando ampliar suas bases para o segmento dos agricultores intermediários (classe média rural). Frente a esta tentativa de expansão tem enfrentado a reação e a concorrência das organizações patronais e do MAPA.

Em alguns estados, como no Rio Grande do Sul, as federações patronais criaram secretarias de pequenos produtores e vêm solicitando credenciamento dos seus sindicatos para expedir Declarações de Aptidão ao PRONAF (DAP).¹⁷⁰ A FARSUL, seguindo esta lógica, em 2008 contava com 48 de seus 137 sindicatos credenciados para emitir DAP. Neste mesmo sentido, aparecem declarações públicas de seus dirigentes, como a de Francisco Scharlong na

¹⁶⁹ Em texto como *Agricultura Brasileira Século XXI* (2009) da Secretaria de Assuntos Estratégicos e no Plano Safra 2010/2011 são feitas sugestões de fortalecimento da “classe média rural” e indicações de instrumentos de políticas públicas específicas para este público.

¹⁷⁰ Segundo notícia divulgada no site: “A FARSUL está encaminhando a documentação para obter seu credenciamento para emissão da DAP, declaração que identifica os beneficiários do PRONAF como habilitados a realizarem operações de crédito rural no amparo do Programa. A Federação congrega 137 Sindicatos Rurais que com suas extensões de base abrangem todo o estado. São 59.332 propriedades rurais de 1 a 4 módulos fiscais. 48 sindicatos já estão inscritos juntos à Secretaria de Agricultura Familiar.” (FARSUL, 2008).

abertura oficial do pavilhão da Agricultura Familiar da Feira Agropecuária Expointer de Esteio-RS em 2010:

Esse é o momento da integração das entidades representativas do agronegócio gaúcho, pois o Sistema FARSUL tem na sua base a agricultura familiar e lembramos que, *para a FARSUL, produtor rural não tem tamanho*. Hoje, prestigiamos esse espaço destinado ao pequeno agricultor e lembramos que, independente de tamanho, para ser produtor rural no Brasil, tem que ter competência, vocação e coragem (FARSUL, 2010, grifos nossos, ELP).

Essas medidas evidenciam que as organizações patronais também estão disputando a base da agricultura familiar, principalmente os agricultores mais capitalizados e considerados modernos e tecnificados. Ou, como diz o diretor da FARSUL, independente do tamanho, para ser *produtor rural* é preciso “competência, vocação e coragem”. Estas características do produtor rural desejável trazem implícito um argumento utilizado pelas organizações patronais tanto para procurar expandir suas bases entre os produtores *vocacionados* independente de tamanho, quanto para desqualificar os seus adversários no campo: como os *sem-terras*, o MST e os assentados: desde os anos de 1980 ela tem procurado desqualificar os demandantes de terras acusando-os de não terem vocação para a agricultura, nem terem os conhecimentos necessários para produzir e gerenciar uma propriedade rural.

Este tipo de disputa das bases da agricultura familiar e os argumentos utilizados mostram como durante o governo Lula o tema da agricultura familiar conseguiu se estabelecer no debate nacional (mesmo com contradições e fortes disputas sobre o seu significado) e ser objeto de disputa até mesmo das organizações patronais. Enquanto isso, o tema da reforma agrária não conseguiu ter o mesmo reconhecimento.

Mesmo que tenham ocorrido iniciativas com vistas a promover uma ampla política de reforma agrária no país durante o governo Lula, como com a formulação de II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA), lançado em 2003, prevendo assentamento, crédito fundiário e regularização fundiária para mais de um milhão de famílias em cinco anos¹⁷¹ e com as tentativas de atualização dos índices de produtividade agropecuária (uma vez que os usados se baseiam em dados do Censo Agropecuário de 1975), em geral os resultados não são considerados muito satisfatórios. Como aponta Fernandes (2008), a opção do governo em fazer conviver em sua base forças políticas que apóiam a reforma agrária com forças políticas que são contrárias (do chamado agronegócio) causou fortes entraves para o avanço das políticas fundiárias. Frente a estas restrições, o MDA promoveu duas tentativas de atualização dos índices de produtividade da agropecuária (uma iniciada ainda em 2003, mas que se arrastou por todo o primeiro governo Lula e uma segunda no ano de 2009), entretanto, ambas tentativas sofrerem restrições da parte do MAPA e das organizações patronais, não chegando a serem efetivadas.¹⁷²

A execução das metas estipuladas pelo II PNRA também não foram atingidas. Segundo dados do MDA/INCRA teriam sido assentadas um total de 448.954 famílias entre 2003 e 2007. Entretanto, estes dados são questionados por organizações de representação (como o MST) e por intelectuais que afirmam que o governo contabilizou como famílias

¹⁷¹ Segundo apontado na apresentação do II PNRA: “Suas metas representam a realização do maior plano de reforma agrária da história do Brasil. Até o final de 2006 serão 400 mil novas famílias assentadas; 130 mil famílias terão acesso a terra por meio do crédito fundiário e outras 500 mil adquirirão estabilidade na terra com a regularização fundiária. São mais de 1 milhão de famílias beneficiadas e mais de 2 milhões de novos postos de trabalho gerados.” (INCRA, 2003, p.5).

¹⁷² Medeiros (2010) faz uma análise sobre o conjunto de forças políticas que atuam em favor e contra a atualização dos índices.

assentadas também às que passaram por “regularização fundiária” (posseiros), por “reordenação fundiária” (assentamentos antigos) e “reassentamentos de atingidos por barragens” (Oliveira, 2008).

Como se pode perceber por este rápido resumo do tema, no governo Lula as políticas em favor da reforma agrária tiveram maior dificuldade de serem realizadas do que as de apoio a agricultura familiar. Ajuda a entender esta situação o fato de que enquanto a definição de políticas de apoio a agricultura familiar podem ocorrer dentro da ordem vigente, sem necessidade de maiores mudanças na estrutura fundiária, as políticas de reforma agrária normalmente mexem com os interesses de grandes proprietários rurais e mesmo empresas de outros ramos econômicos que investem em áreas de terra como reserva de valor. Portanto, como a opção de investir na agricultura familiar requer menores enfiamentos políticos, aparenta ter sido priorizada pelo governo Lula.

5.4 Disputas pela representação da agricultura familiar

O surgimento de uma nova estrutura sindical que se propunha a ser representante específica dos agricultores familiares aliada com a reestruturação do sindicalismo dos trabalhadores rurais com vistas a dar certa centralidade a este público produziu uma situação de concorrência por bases, sobre quem poderia falar em nome da categoria, sobre o uso da identidade social da *agricultura familiar*, sobre o capital simbólico acumulado por essa nova categoria e uma disputa no âmbito da legitimidade e da legalidade das organizações sindicais. Essa situação de concorrência entre FETRAF e CONTAG no campo sindical tem possibilitado pôr em evidência duas formas de organização sindical distintas, mas que em matéria de base social e programa político para o setor agropecuário tem várias aproximações.

Como já foi demonstrado, a FETRAF surgiu em oposição ao modelo de organização sindical defendido firmemente pela CONTAG, com uma proposta de organização e representação exclusiva de agricultores familiares. A primeira organização, baseando-se nas posições históricas da CUT, defendia a autonomia e liberdade de organização e o princípio do pluralismo sindical que permitiam a criação de sindicatos diferenciados para agricultores familiares e para assalariados rurais, a construção de sindicatos regionais (entre vários municípios) e até mesmo federações regionais (abrangendo mais de um estado). A segunda mantinha a defesa da unicidade sindical como um de seus princípios fundamentais para evitar a fragmentação da classe trabalhadora no campo, não admitindo a existência de mais de uma organização sindical na mesma base territorial (município, estado e país) representante da categoria dos trabalhadores rurais ou de suas sub-categorias (agricultores familiares, assalariados, assentados etc.). Essas diferenças de concepções sobre como deveria se organizar o sindicalismo no campo são apontadas por ambas as organizações como um dos principais motivos que levou à constituição de duas vertentes sindicais.

Cabe agora explorar como essas diferentes concepções e as disputas desencadeadas entre as duas vertentes ocorreram entre as organizações em nível nacional, na região Sul e em especial no estado do Rio Grande do Sul. Algumas das disputas travadas pelas organizações são reveladoras do que estava em jogo nesse campo. Já se mostrou (no item 5.2) que a criação da FETRAF-Sul causou uma forte reação da direção majoritária da CONTAG e que foi instalada a polêmica sobre qual organização falaria em nome da CUT no campo. Com a formação da FETRAF-Brasil em 2005, como uma organização nacional da agricultura familiar e que pretendia ser *orgânica* à CUT, essa polêmica atingia maiores proporções uma

vez que passava a competir diretamente com a CONTAG em nível nacional e com as FETAGs de vários outros estados. No texto base do VIII Congresso da CONTAG de março de 2005 (alguns meses antes da fundação oficial da FETRAF-Brasil) já eram expressas as preocupações quanto a esta nova situação:

Com a criação de uma organização nacional da agricultura familiar na base da CONTAG, que se propõe a ser orgânica da CUT, esse quadro traz para as FETAGs filiadas e a CONTAG, a necessidade imediata de uma discussão de como estabelecer nossas relações institucionais e as nossas políticas de CONTAG e CUT para a nossa base.

Para a CONTAG está bastante claro que as FETAGs filiadas e a CONTAG precisam ser os principais instrumentos elaboradores de políticas, como também da representação dos agricultores familiares e assalariados dentro da CUT.

Essa política também exigirá da CUT uma relação mais explícita e política, com suas entidades filiadas que atuam no campo. Não podemos viver daqui pra frente, uma relação como se a CONTAG e FETAGs filiadas tivessem menos importância política e representatividade no campo.

A maioria da direção da CUT Nacional demonstra entender a importância da CONTAG na estrutura da CUT. Devemos, portanto, ampliar nossa participação no dia-a-dia das políticas da CUT nos estados e ao nível nacional. Desencadeando um processo de filiação massivo dos nossos sindicatos e federações ainda não filiadas, só assim teremos políticas cutistas que dialoguem realmente com o campo e a cidade. (CONTAG, 2005, p.46).

Do que pode se depreender, a criação da FETRAF-Brasil por dentro dos canais da CUT era considerada uma afronta à Confederação, mas já era uma realidade que precisava de respostas da direção da CUT sobre qual estrutura sindical afinal seria legitimada pela Central. Na sua ótica não poderiam conviver duas organizações cutistas disputando entre si a mesma base.

Essa disputa entre organizações causou um debate no interior da Central sobre como deveria ser o seu modelo organizativo no campo e como equacionar os conflitos de posição entre seus grupos internos. As resoluções do IX Congresso da CUT de 2006 evidenciam este debate e as dificuldades de se chegar a um denominador comum entre os grupos:

Tendo em vista as diversas experiências de organização dos trabalhadores(as) rurais no interior da CUT e a necessidade de aprofundamento do debate sobre o modelo organizativo da CUT, a próxima direção executiva deverá assumir a responsabilidade pela coordenação da organização da CUT no campo, como um de seus objetivos estratégicos, indicando os mecanismos e um cronograma mais adequado para o aprofundamento e encaminhamentos, inclusive para mediação dos conflitos existentes. (CUT, 2006, p.70).

Na XII Plenária Nacional da CUT de 2008 se deu um encaminhamento para estes problemas através da criação de uma Comissão “composta de representantes da CONTAG, da FETRAF e da Executiva Nacional da CUT com o objetivo de garantir a solução para a questão da organização e do projeto da CUT no campo, preservando a unidade dos cutistas conforme as deliberações do IX CONCUR” (CUT, 2008, p.48). A Comissão teria como sua principal tarefa “conduzir um processo de reuniões e de preparação de um Encontro do Ramo” (id.) dos rurais na tentativa de resolver as questões que causavam divisões na Central.

No ano seguinte foi realizado o X Congresso da CUT e o tema da construção da unidade dos cutistas rurais voltou a ser tratado. Apontou-se que para “construir a unidade do movimento sindical cutista no campo é necessário acordar uma agenda política comum de mobilização”, pois seria através da ação que seria desenvolvida a “unidade política” e contribuiria para “fortalecer” a sua “identidade de classe” (CUT, 2009a, p.86). Para conduzir esse processo foi criada a Coordenação Nacional dos Cutistas no Campo como uma “instância

interna que responderá pela articulação dos rurais cutistas e organize as tarefas de construção da CUT no campo numa perspectiva autônoma, classista e democrática.” (id.). E para amenizar as disputas entre CONTAG e FETRAF foram adotadas restrições quanto ao reconhecimento de FETRAFs e sindicatos onde já estavam atuando FETAGs e sindicatos filiados à CUT, a saber:

1. Nos estados onde as Federações de Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura estiverem filiadas à CUT não serão reconhecidos e/ou filiados pela CUT, os SINTRAFs e FETRAFs.
2. Nos estados onde as Federações estiverem filiadas a outras Centrais, a CUT reconhece e filia as Federações e Sindicatos diferenciados (assalariados e agricultura familiar).
3. Nos estados onde não existam Federações filiadas a nenhuma central e Federações diferenciadas, a CUT através da Coordenação Nacional de Rurais deve criar um espaço organizativo cutista, que promova a ampliação e fortalecimento da CUT nestes respectivos estados. (CUT, 2009a, p.87).

O X Congresso procurou criar uma regra clara para o reconhecimento e filiação de organizações diferenciadas. A CUT dava respaldo para a FETRAF se organizar nos estados em que as FETAGs não eram filiadas à CUT (o que era o caso da região Sul, principal base da FETRAF), mas fechava a possibilidade de reconhecer sindicatos e federações que concorriam com organizações ligadas à CONTAG e que também eram filiadas à CUT. Com isso dava respaldo tanto para a FETRAF (onde esta era mais forte) quanto para a parcela da CONTAG que era cutista. Era uma solução que procurava conciliar interesses das duas organizações, cedendo um pouco para cada uma. Mas, com essa regra, ao mesmo tempo em que a FETRAF recebia aval para atuar em estados importantes em que as FETAGs não eram cutistas, também acabava não recebendo o reconhecimento da FETRAF-Brasil uma vez que esta atua na base da CONTAG, portanto, não poderia ser reconhecida pela Central. De toda forma, mesmo sem o reconhecimento oficial da CUT a FETRAF-Brasil continuou atuando e mesmo algumas FETRAFs e sindicatos não reconhecidos pela Central mantiveram suas atividades.

Essa situação de concorrência no interior da CUT levou a uma situação de insatisfação de setores da CONTAG e suas federações e a um movimento de questionamento sobre a pertinência da continuidade de filiação da CONTAG na CUT, uma vez que a Central estava dando guarida à organização concorrente. O ápice desse processo de disputa levou a desfiliação da CONTAG da CUT, aprovada pelo seu X Congresso em 2009.¹⁷³ Nos Anais do Congresso são destacados três motivadores da desfiliação. O primeiro foi a divergência existente em torno da concepção sobre a estrutura sindical onde havia uma diferença de princípios. Historicamente a CUT defendia ampla liberdade de organização sindical, com a possibilidade da criação de mais de uma entidade representante da categoria em uma mesma base. Contrariamente a essa orientação o sistema sindical da CONTAG defendeu em todos os seus fóruns de deliberação a manutenção do princípio da unicidade sindical como fundamental para assegurar o fortalecimento da estrutura sindical.

O segundo ponto seria a “insistência de alguns setores cutistas em apoiarem e incentivarem a constituição de outras estruturas sindicais no campo, a exemplo da FERAESP e, especialmente, da FETRAF. Esses setores desrespeitam a deliberação do VI Congresso da CUT, em 2000, que reafirmou a CONTAG como a entidade que representa os rurais.”

¹⁷³ Segundo apontado em uma nota da CUT sobre o X Congresso da CONTAG: “Atualmente, das 27 federações existentes, 17 (63%) já são filiadas à CUT, nos estados do Acre, Alagoas, Amazonas, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Sergipe, Tocantins e Rio de Janeiro. No campo, 1.261 sindicatos são filiados à CUT. Estas entidades permanecem filiadas à CUT, mesmo após o Congresso da CONTAG.” (CUT, 2009b, p.1).

(CONTAG, 2009, p.60). Finalmente, o terceiro ponto teve relação com a formação em 2007 de uma nova central sindical, a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB, criada a partir de sindicalistas que saíram da CUT¹⁷⁴ e outros que eram independentes. A nova Central adotou em seus princípios a defesa da unicidade sindical¹⁷⁵ o que deu possibilidades de aproximação dos setores da CONTAG defensores desse princípio. Com a criação da nova central, segundo apontado nos Anais do X Congresso da CONTAG, uma parcela das FETAGs teriam se filiado a CTB¹⁷⁶ gerando uma situação em que passava a existir federações estaduais filiadas tanto à CUT quanto à CTB.

Essa situação de presença de federações nas duas centrais, aliada com as polêmicas do apoio de parcelas da CUT à FETRAF e a defesa dessa Central do pluralismo sindical fez com que o movimento sindical dos trabalhadores rurais optasse por desfiliar a CONTAG da CUT. Como passavam a existir federações tanto filiadas à CUT quanto à CTB, a Confederação passava a adotar uma postura de independência das centrais, mas mantendo uma relação de diálogo com elas. A Figura 5 mostra a distribuição das FETAGs que são filiadas a CUT e a CTB e aponta a presença de federações ligadas à FETRAF nos estados.

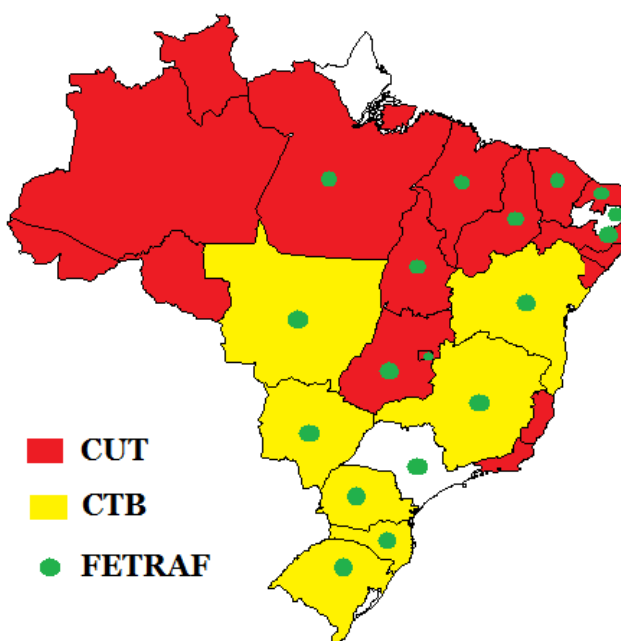


Figura 5: Mapa do Brasil com destaque para FETAGs filiadas à CUT e à CTB e presença de FETRAFs. Fonte: elaboração do autor.

* Nos estados em branco as federações não são filiadas a nenhuma dessas centrais.

¹⁷⁴ As lideranças sindicais que saíram da CUT para formar a CTB formavam uma tendência interna chamada Corrente Sindical Classista (CSC), ligada ao Partido Comunistas do Brasil (PCdoB). A CSC sempre foi contrária ao pluralismo sindical defendido pela CUT. Mantinha sua defesa a unicidade sindical (Soares, 2005).

¹⁷⁵ A defesa da unicidade sindical é feita nos princípios da Central aprovados no seu I Congresso de 2007: “Historicamente, a unicidade sindical, instituída em 1939 e consagrada no Artigo 8º da nossa Constituição, tem se revelado uma norma preciosa para garantir a unidade no âmbito dos sindicatos. A CTB defende com firmeza a unicidade, proclama a necessidade de união das centrais e combate, com vigor, todas as concepções e iniciativas que promovem a divisão das categorias e o desmembramento das bases.” (CTB, 2008, p.47).

¹⁷⁶ “Desde sua criação a CTB tem participado ativamente de todas as mobilizações do MSTTR, bem como das realizadas conjuntamente pelas Centrais. Hoje temos 6 FETAGs de Trabalhadores Rurais que filiaram-se à CTB e 5 diretores fazem parte da executiva nacional, entre eles o vice-presidente e o tesoureiro.” (CONTAG, 2009, p.59). Segundo informação fornecida pela própria CTB em dezembro de 2010 seriam 8 federações estaduais filiadas à Central, nos seguintes estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Sergipe e Bahia.

Na Figura percebe-se a forte presença de FETAGs filiadas à CTB nos estados do Sul, do Centro-Oeste e nos estados de Minas Gerais e a Bahia. A forte presença de FETAGs filiadas à CUT nas regiões Nordeste e Norte e nos estados de Goiás, Rio de Janeiro e Espírito Santo, além do Distrito Federal. Por outro lado, quando se observa a atuação da FETRAF nos estados percebe-se sua presença em todos os estados em que não existe FETAG filiada à CUT (com exceção do Amapá) o que mostraria que a FETRAF estaria atuando nos estados em que as FETAGs não têm relação com a CUT. Entretanto, também se observa que a FETRAF mantém atuação em vários estados em que as FETAGs são filiadas à CUT, principalmente em estados da região Nordeste e nos estados do Pará e Goiás e no Distrito Federal. Essa presença da FETRAF em estados de FETAGs cutistas evidencia a luta concorrencial que está se processando no interior da CUT sobre qual estrutura melhor pode representar o ramo dos rurais ou uma parcela dele. É uma luta que continua no interior da CUT.

5.4.1 Disputas sindicais pela agricultura familiar no Sul

Como nenhuma das FETAGs da região Sul se filiou à CUT, a formação da FETRAF-Sul não deveria ter causado muitos problemas políticos para a CUT. A FETRAF-Sul deveria ter passado a ser a organização privilegiada de construção cutista no ramo dos rurais na região. Todavia, mesmo que essa seja a versão que querem fazer crer os interlocutores da FETRAF entrevistados e mesmo alguns trabalhos acadêmicos, como Rodrigues (2004) e Nunes (2007), quando se faz uma análise mais aprofundada das forças políticas que compunham o setor rural da CUT ou os antigos DETRs nos estados percebe-se que nem todos os setores da CUT optaram por participar da FETRAF-Sul. Para o caso do Rio Grande do Sul, como mostrado no Capítulo III, existiam ao menos quatro tendências que contribuíram na formação do novo sindicalismo no campo: Articulação Sindical, Em Tempo (CUT pela Base), Movimento de Evangelização Rural (MER) e Alternativa Sindical. Mesmo que todas estas tendências tenham contribuído para o processo de renovação do sindicalismo rural, oficialmente apenas a Articulação e a CUT pela Base participaram da formação da CUT rural no estado e disputariam a sua direção. A tendência majoritária no interior da CUT rural era a Articulação Sindical que contava com suas bases principalmente na região do Alto Uruguai, enquanto a CUT pela Base era minoritária e tinha bases nas Missões.

No processo de formação da FETRAF-Sul apenas o conjunto de sindicatos que compunha a Articulação Sindical optou por formar a nova organização, enquanto os sindicatos dirigidos pelo grupo da antiga tendência CUT pela Base permaneceram na FETAG. Segundo apontado por Elvino Bohn Gass (ex-dirigente sindical na região das Missões, um dos principais líderes da CUT pela Base, deputado estadual por três mandatos e eleito em 2010 deputado federal do PT-RS), a opção por permanecer na FETAG se deveu a um entendimento de continuidade da tática de disputa da Federação para torná-la cutista. Na sua avaliação:

Eu acho que foi um erro político [a criação da FETRAF-Sul]. O que perpassa um pouco é aquela ideia de um conceito hegemônico. Da impossibilidade de uma convivência com a diversidade. Nós poderíamos perfeitamente ter dentro do respeito dos diferentes conceitos de organização, mas abarcados numa mesma federação. Agora, já que há um conceito hegemônico, bom, mas assim né, então tu consegues na tua entidade passar esse conceito monolítico. De tal ponto que volta e meia tem rachas fortes, pessoas abandonam, ou se cria, como se criou em outra época, o próprio Movimento dos Pequenos Agricultores. Então, acho que é essa impossibilidade de conviver com diferenças e nós precisamos reconhecer que a sociedade tem diferenças. Então no mesmo campo de esquerda... Porque a base da FETRAF são agricultores familiares, a base da FETAG são os mesmos agricultores

familiares. De tal ponto que o sindicato é da FETAG com seus sócios e aí depois faz uma assembléia e passa a ser da FETRAF com os mesmos sócios. [...] Então na verdade a base é a mesma. Um sindicato da FETRAF volta a ser da FETAG, não muda nada no sindicato. Então não tem razão nenhuma, porque enquanto a gente fica se bicando internamente o latifúndio não é desapropriado, os governos ainda não fazem as políticas necessárias de ajuda pros agricultores. Essa é a grande perda que no meu entender essa fragmentação ajudou a construir. (Bohn Gass, entrevista ao autor, 2010).

Na ótica do grupo minoritário cutista que optou por permanecer na FETAG, os fundadores da FETRAF-Sul optaram pelo caminho mais fácil de fundar uma nova organização somente entre os sindicatos que compactuavam de visão política semelhante. Não teriam tido paciência de permanecer no interior da FETAG para construir uma disputa de longo prazo com vistas a torná-la cutista. Para esse grupo, teria sido uma perda a fragmentação do sindicalismo dos trabalhadores rurais e a situação atual de falta de unidade no ramo rural da CUT, com uma parcela formando a FETRAF e outra continuando na FETAG. Também perpassa o relato de Bohn Gass certa defesa implícita da unicidade sindical, unidade na mesma estrutura sindical de trabalhadores, mesmo com diferenças políticas.

Há que se frisar também que mesmo antes da formação da FETRAF-Sul já havia ocorrido uma dissidência no interior do grupo que formava a antiga Articulação Sindical rural quando ocorreu a formação do MPA a partir de 1996¹⁷⁷. No processo de formação do MPA, alguns sindicatos que compunham o grupo da Articulação Sindical optaram por se vincular a este Movimento.

Portanto, apenas uma parcela dos sindicatos que compunham o antigo ramo dos rurais da CUT no Rio Grande do Sul participou da formação da FETRAF-Sul. Por esse motivo, as principais bases sindicais da FETRAF atualmente estão concentradas principalmente na região do Alto Uruguai (antiga região de influência da Articulação) como se pode visualizar na Figura 6. A sua presença no Centro e no Sul do estado é fruto de sua expansão recente.

A esse quadro, ainda cabe acrescentar os dados sobre o número de sindicatos que compunham o antigo DETR-RS e os que compõem a FETRAF-Sul no estado. Enquanto em 1996 (ano em que o DETR-RS entrou na estrutura da FETAG) existiam 46 STRs filiados à CUT e mais 10 considerados próximos da Central, atualmente apenas 25 sindicatos são filiados à FETRAF no RS. Mesmo que alguns sindicatos ligados a FETRAF tenham se tornado SINTRAFs regionais que abrangem municípios de uma micro-região, como o Sindicato Unificado dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Alto Uruguai (SUTRAF) que abrange 30 municípios (7 deles com presença de STRs ligados à FETAG) e o SINTRAF de Tenente Portela que abrange 4 municípios (3 deles com STR ligados a FETAG), a grande maioria dos sindicatos foi mantida nos municípios em que já operava. Na maioria das vezes o que ocorreu com os SINTRAFs (que são somente quatro no estado, sendo dois de atuação recente em municípios onde a CUT não tinha sindicato) foi a expansão da sua área de atuação para municípios novos ou onde o STR é ligado à FETAG para disputar a sua base ou a integração de municípios novos aos sindicatos de âmbito regional. Dessa forma, pelo número de sindicatos ligados ao antigo DETR-RS em 1996 (46) e os que compõem a FETRAF-Sul atualmente (25), percebe-se uma redução de 21 sindicatos que pode ser explicada, em parte, pelo fato dos STRs ligados à antiga CUT pela Base terem optado por permanecer filiados à

¹⁷⁷ O grupo que formou o MPA também fez opção de sair da tendência Articulação no PT, vindo a se integrar a uma nova tendência nacional chamada Articulação de Esquerda (originada de uma dissidência da Articulação a partir de 1993).

FETAG e outros por terem se vinculado ao MPA (que mesmo não sendo uma organização sindical conta com alguns sindicatos ligados à sua estrutura¹⁷⁸).

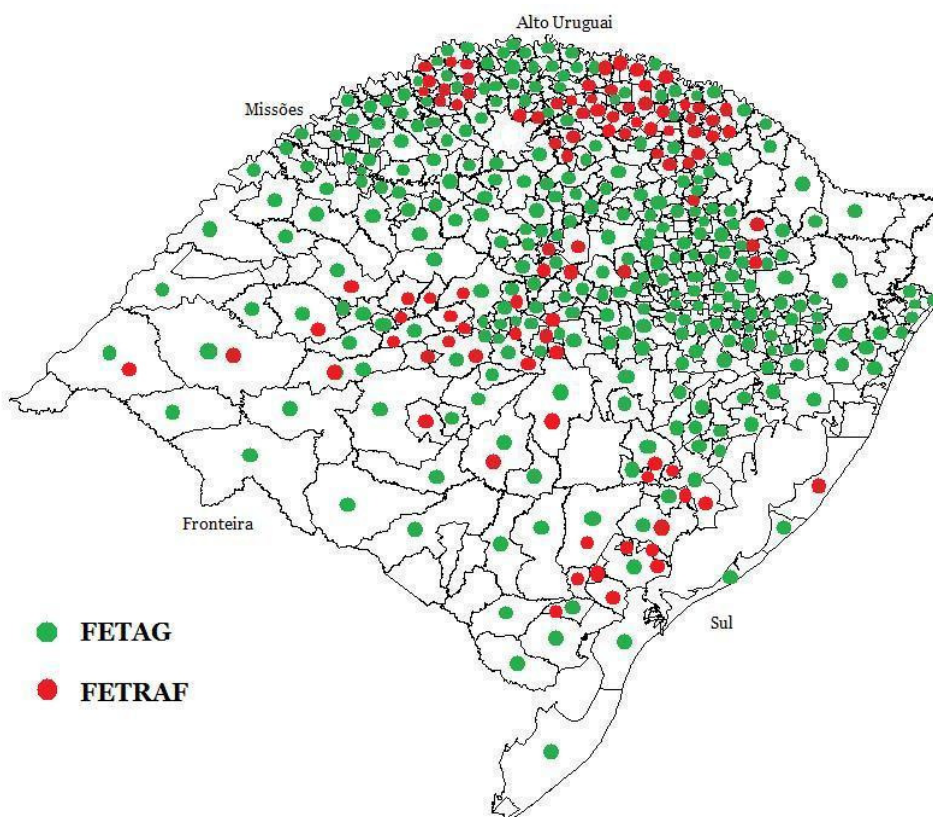


Figura 6: Municípios do RS com presença de sindicatos e associações sindicais filiadas à FETAG e à FETRAF. Fonte: elaboração do autor com base em dados fornecidos pelas federações.

Na Figura 6 ainda pode-se observar que as principais bases da FETRAF encontram-se localizadas na região do Alto Uruguai (com expansão mais recente para as regiões Centro e Sul do estado) e que a FETAG possui sindicatos distribuídos por todas as regiões, com maior concentração numérica nas áreas de colonização onde predomina a pequena propriedade e os municípios têm menor extensão territorial. Mesmo que a FETAG pretenda representar todas as categorias de trabalhadores na agricultura, suas principais bases se concentram na agricultura familiar (segundo apontado pelo seu atual presidente, Elton Weber, em torno de 70 a 80% de sua base seria de agricultores familiares).

A situação de concorrência por bases sindicais com a FETRAF aparenta ter sido um dos motivadores da FETAG ter resgatado, depois de quase três décadas, a perspectiva de realização de Congressos Estaduais de Trabalhadores Rurais, como forma de mobilização de base, animação e elaboração coletiva de diretrizes políticas. Desde 1976, quando foi realizado o VII Congresso, a FETAG não havia mais realizado eventos com essa natureza. No ano de 2003 foi realizado o VIII Congresso Estadual dos Trabalhadores Rurais após a realização de um amplo trabalho de base que contou com mais de 300 assembléias municipais e 44 plenárias regionais. Dentre as principais diretrizes aprovadas no Congresso estiveram: a constituição de um instituto de formação sindical, liberações de assessorias para as regionais

¹⁷⁸ Segundo apontado pelo depoimento de Romário Rossetto (dirigente do MPA no RS) os sindicatos que passaram a atuar vinculados ao MPA foram: Palmeira das Missões, Arroio do Meio, Jabuticaba, Ronda Alta, Liberato Salzano, Três Palmeiras, Encruzilhada do Sul, Progresso e Pouso Novo.

sindicais, ações de organização da produção e qualificação e avanço das relações com outras entidades. O conteúdo destas deliberações traz embutida uma perspectiva de qualificação da ação sindical da FETAG (aí incluídas as ações de organização da produção e de reforço na formação sindical), uma preocupação latente em várias passagens do documento do Congresso com a perda de sindicatos para “outras entidades”, a necessidade de se combater a “dupla filiação” de sindicatos e de buscar reaproximar os sindicatos distanciados ou filiados a outros movimentos e, por fim, uma reafirmação dos princípios da unicidade sindical e uma condenação das forças políticas que atuavam para “dividir” o movimento sindical (FETAG-RS, 2003).

No ano de 2007 foi realizado o IX Congresso da FETAG. Novamente uma das principais preocupações que atravessam as diretrizes aprovadas foi a disputa com “outras organizações” (FETRAF e MPA). Como destacado:

Que a FETAG crie departamento ou comissão específica para, junto com as regionais, retomar os STRs que estão em outros movimentos, desfilados ou não, e revitalizar os STRs que, por diversos motivos, estão fragilizados e com dificuldades de coordenar, representar e organizar a categoria, além de participar das grandes lutas do MSTTR (FETAG-RS, 2007, p.7).

Além dessa busca de retomada dos sindicatos perdidos e da revitalização dos que estavam pouco ativos, foram feitas recomendações para que os STRs que não tivessem número de sócios suficientes para liberar um dirigente e sem condições de suprir os atendimentos básicos aos associados se tornassem extensões de base de outro STR (id.). Ou seja, a FETAG estava buscando formas de ao mesmo tempo tentar retomar os sindicatos perdidos para outras organizações e fazer um processo de fortalecimento dos seus próprios sindicatos para evitar que estes virassem alvo das organizações concorrentes e para que tivessem uma vida sindical mais ativa.

Diferentemente da FETRAF que tem uma orientação política mais homogênea (cutistas, ligada à Articulação Sindical e com seus dirigentes filiados ao PT), os sindicatos da FETAG são formados por uma miríade de orientações políticas. No campo das forças sindicais mesmo que a FETAG seja filiada à CTB, também possui sindicatos ligados à CUT. No campo político partidário, segundo relatado de Heitor Schuch (ex-presidente da FETAG e atual deputado estadual pelo PSB) existe uma pluralidade de ligações partidárias entre os dirigentes sindicais:

Nós fizemos no ano retrasado uma pesquisa, tinha eleição na CONTAG e tinha as plenárias nas regiões e nós fizemos um questionário perguntando quinhentas coisas pro pessoal. Eles só marcavam sim, não, ok, contra, a favor. Era tudo de marcar. Depois colocamos isso no papel. E uma hora dessas perguntamos assim: “qual é o teu partido político? Você tem ou não?” E embaixo da pergunta: “marque qual é o seu”. 25% é do PMDB, 24% é do PT, 24% do PP e depois começa se diluir nos outros. Mas os três têm 70%. E essas coisas assim quando tinha eleição a gente discutia política lá na FETAG mesmo, quem é que nós vamos apoiar, por isso, por aquilo... Aí não tinha consenso nunca. Por que aí entravam essas coisas. Era um pouco reflexo de onde esse pessoal vinha. [...] Hoje nós temos presidente do sindicato, vou falar só dos presidentes, do PSDB, tem um ou dois, mas tem... Tem gente do PSB, do PT, do PDT também com bastante força... tem gente de todos os partidos, de todos. (Schuch, entrevista ao autor 2010).

Ou seja, na FETAG convivem forças políticas diversas. A correlação de forças políticas internas é que determina o rumo do sindicalismo dos trabalhadores rurais no estado. Ao mesmo tempo em que essa pluralidade de orientações políticas reunidas na mesma estrutura sindical faz com que a FETAG tenha atualmente em torno de 340 sindicatos filiados,

o que lhe dá força em matéria de representação do setor, mas também causa dispersão devido à diversidade de orientações políticas e dificuldades de construir ações conjuntas e um projeto político unificado em todo o estado. Como a FETAG foi constituída e, em grande medida, se manteve no modelo de federação única dos trabalhadores do setor rural, essa diversidade representa boa parte da diversidade de expressões ideológicas presentes no estado. Isso difere bastante da proposta sindical da FETRAF que foi constituída por sindicatos e lideranças sindicais que provem do trabalho dos setores progressistas da Igreja, formaram a CUT e a Articulação Sindical desde a década de 1980 e, recentemente, constituíram a Federação com o propósito de representar somente os agricultores familiares. Por esse motivo, os sindicatos e as associações sindicais que são vinculados à FETRAF tendem a ter uma identificação ideológica maior com ela e o seu projeto.

Outro elemento que chama a atenção é que a expansão da FETRAF no estado tem se dado através da formação de Associações Sindicais da Agricultura Familiar. Em boa parte dos municípios em que tem influência fora da sua região mais tradicional (Alto Uruguai) foram formadas associações sindicais e em alguns locais, como em São Lourenço do Sul (região Sul) e Dilermando de Aguiar (região Central), as associações existentes foram transformadas em SINTRAFs. No caso de Dilermando de Aguiar, como se tratava de um município recente (emancipado em 1996) existe somente o SINTRAF. Mas, no caso de São Lourenço do Sul, com a criação do SINTRAF passam a conviver duas organizações sindicais no município, pois este também conta com um STR ligado à FETAG. Esse processo de formação de associações como forma transitória para conquistar sindicatos existentes ou para formar um novo sindicato é destacado por Vilson Alba (dirigente da FETRAF-Sul até meados de 2010 e atual diretor do STR de Sarandi e da CUT-RS):

Nas regiões onde nós não temos sindicatos e também não fizemos muito esforço pra ganhar o sindicato nós criamos associações. Pega lá a região Sul, por exemplo, São Lourenço nós criamos a ASSINTRAF (Associação dos Agricultores Familiares da Região) e depois criamos o sindicato regional. Num primeiro momento a FETAG entrou com uma ação na justiça impedindo a criação do sindicato. Em quatro anos nós ganhamos e no ano passado a justiça determinou a criação de um sindicato regional lá que é São Lourenço, Canguçu, Cristal, Camaquã, Pelotas, então pegou uma região que tá com muita capacidade porque tem um número grande de agricultores familiares. Então lá entramos com associação e criamos sindicatos. Santa Maria, no caso, tem uma associação, Cachoeira tem associação, agora estamos criando em Uruguaiana, ali em Alegrente tem associação, Santiago. Na nossa região em Almirante Tamandaré criamos associação. Então um pouco a estratégia, digamos, ela pode operar quase da mesma forma como que se fosse um sindicato. Então se tem disposição e capacidade tu ganha o sindicato senão tu vai criando outra estrutura. (Alba, entrevista ao autor em 2010).

A formação de associações sindicais em municípios onde não havia sindicato filiado não é exclusividade da FETRAF no RS. Quando se observa a listagem das organizações filiadas à FETAG, percebem-se duas associações de agricultores instaladas em municípios onde os sindicatos são filiados à FETRAF. Trata-se das associações de Fontoura Xavier (Agrifox) e de Tenente Portela (APDA). O tema da formação de associações nos municípios onde os sindicatos são ligados a outras organizações foi tratado no IX Congresso da FETAG de 2007 e foi tomado o seguinte encaminhamento:

Não poderá mais haver associações filiadas à FETAG, pois conflita com a unicidade sindical. As associações que já estão filiadas terão um prazo dentro do primeiro período eleitoral para retomar o sindicato. Não o fazendo, deverá ser excluída como associada da FETAG, pois o sentido da criação das associações é para resgatar o sindicato, que foi perdido para outra organização. (FETAG-RS, 2007, p.7).

As associações não seriam uma organização fim, que poderia ser filiada a Federação, mas estas teriam uma finalidade bem específica, qual seja: organizar a reconquista dos sindicatos perdidos para outras organizações (no caso, principalmente para a FETRAF).

Outra estratégia que a FETRAF tem feito uso para expandir sua área de influência para municípios onde os sindicatos são ligados a outra organização, segundo apontado no depoimento de Vilson Alba, tem sido através da entrada em conjunto com as suas cooperativas que trabalham o acesso às políticas de crédito (principalmente ao PRONAF) e habitação rural. Em suas palavras:

Nós temos uma estratégia muito colada com a questão do crédito e da habitação. Pra tu ter uma noção, em Santiago são 2500 agricultores familiares, apenas 300 acessam o PRONAF, enquanto nós aqui [Sarandi] já estamos no limite. Lá em Uruguaiana, embora é mais uma região de grandes propriedades, mas tem um conjunto de agricultores familiares que produzem hortigranjeiros. Os caras nem tem acesso ao PRONAF. Então tu vai digamos entrando na organização sindical, alguma região tu leva a cooperativa de crédito, também o tema da habitação. Então, essas são um pouco as lógicas de que vai *oferecendo* também, digamos, alguns *produtos* do ponto de vista de *forçar o processo da organização*, nesse sentido. (Alba, 2010).

Com a experiência acumulada nas suas regiões mais tradicionais de atuação, onde são registrados os índices mais altos de acesso ao PRONAF do país¹⁷⁹, a expansão das cooperativas de crédito (e da habitação) parece ser uma estratégia eficiente para conquistar novas bases em regiões onde os sindicatos ligados à FETAG são pouco ativos nesse sentido ou que os agricultores enfrentam grandes dificuldades para ter acesso às políticas de crédito e de habitação existentes. Quando se compara os mapas de atuação da FETRAF no RS com os de atuação da CRESOL (Figura 7), percebe-se muita convergência entre suas áreas de atuação. Mais do que a semelhança das suas áreas de atuação o que se quer ressaltar é o fato de que a Federação faz uso da cooperativa para ampliar suas bases.

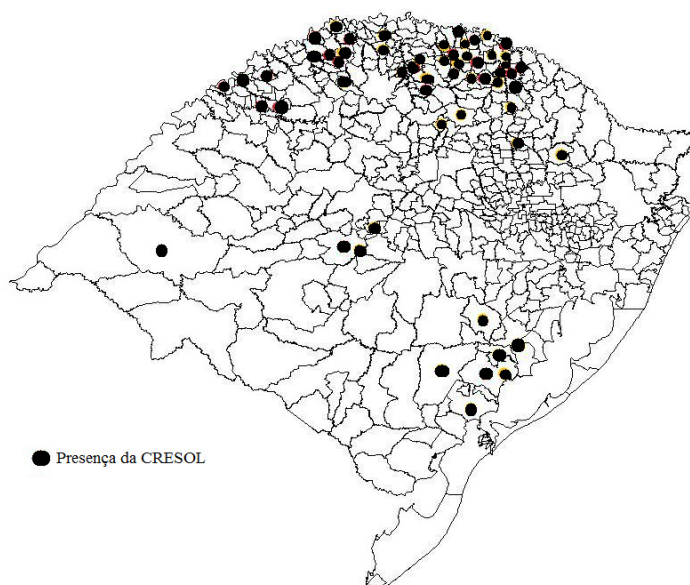


Figura 7: Mapa do RS com destaque para a presença de unidades da CRESOL. Fonte: elaboração própria do autor com base em dados da CRESOL.

¹⁷⁹ Gasques *et al* (2005) mostram que a região do Alto Uruguai do RS (assim como no Oeste de SC e Sudoeste do PR) se concentram os maiores índices de acesso ao PRONAF do país. Tendência que se mantém.

Um detalhe adicional que chama atenção é que os municípios da região Missões (como Santo Cristo e Serro Largo), onde atuam os sindicatos ligados ao grupo da antiga CUT pela Base que se mantém filiados à FETAG, têm presença de cooperativas de crédito ligadas à CRESOL. Aparentemente na área cooperativista de crédito os cutistas têm unidade de ação.

Sobre a parceria com cooperativas de crédito e de habitação é importante frisar que a FETRAF não é a única a manter essas relações. A FETAG desde a sua origem mantém parceria com as antigas caixas cooperativas de crédito que existiam em alguns municípios do estado (conforme tratado no Capítulo I). Desde 1992 essas cooperativas passaram a fazer uso da marca SICREDI (Sistema de Crédito Cooperativo) e têm mantido relações de parceria com os sindicatos da FETAG para facilitar o acesso às políticas de crédito e habitação.

Com vistas a facilitar o acesso às políticas públicas de habitação rural, em 2002 o sistema sindical da FETAG também criou uma Cooperativa de Habitacional da Agricultura Familiar (COOHAF). Com ela tem procurado trabalhar junto com os sindicatos o acesso às políticas públicas nessa área.¹⁸⁰

A estratégia de formar organizações cooperativas para atuar em determinadas áreas não é nova, vem sendo formadas cooperativas ou estabelecendo-se parcerias na área da produção agropecuária desde o princípio do sindicalismo dos trabalhadores rurais e, na década de 1990, ocorreu à formação de várias novas cooperativas nessa área (como mostrado nos capítulos anteriores). Entretanto, o que se quer chamar atenção é o uso de cooperativas para ganhar bases ou para manter bases frente ao avanço de organizações concorrentes sobre as bases tradicionais de cada organização. Nesse sentido, tanto a FETRAF quanto a FETAG tem feito uso dessas estratégias para facilitar o acesso a determinadas políticas públicas existentes e também, em alguns casos, para procurar avançar sobre as bases de outras organizações ao oferecer os seus serviços.

Um exemplo recente citado pelas lideranças foi o processo de disputa pelo sindicato de Ronda Alta, considerado um *sindicato histórico* pelo papel que representou na formação tanto do MST quanto dos rurais da CUT na década de 1980 e mais recentemente do MPA. Na origem do MST as lideranças desse sindicato cumpriram papel importante para construir as ações dos sem-terra e o próprio Movimento no estado; teve participação destacada na formação da Articulação Sindical Sul dos Rurais da CUT, do DETR-RS e em 1996 ajudou a construir a dissidência política que formaria o MPA. Entretanto, nos últimos anos o sindicato de Ronda Alta passou por um processo de afastamento do MPA e de aproximação com a FETRAF, tendo vindo a se filiar a essa última no ano de 2009. Segundo apontado por lideranças da FETRAF os problemas enfrentados pelo sindicato de Ronda Alta seriam relacionados à pouca importância dada pelo MPA às suas cooperativas e aos aspectos econômicos para viabilizar os agricultores de suas bases. Como apontam os depoimentos de Inácio Benincá (ex-Coordenador do DETR-RS na década de 1990 e assessor do deputado estadual Ivar Pavan do PT) e de Altemir Tortelli (Coordenador da FETRAF-Sul):

Fizemos um debate mais sério com algumas pessoas. O próprio Movimento já tá em bastante descrédito, com as quebradeiras das cooperativas deles e esses problemas todos.

¹⁸⁰ O MPA e o MST também formaram em conjunto um sistema cooperativo de crédito. No ano de 1996 foi formada a primeira Cooperativa de Crédito Rural Horizontes Novos de Novo Sarandi Ltda (CREHNOR) em um assentamento do município de Sarandi. Com a formação de novas cooperativas em outros municípios do RS e a sua expansão para os estados de SC e PR, em 2002 foi formado o sistema CREHNOR de cooperativas de crédito. Atualmente “fazem parte do Sistema CREHNOR uma Cooperativa Central e 6 Cooperativas de Crédito Singulares e uma Cooperativa Filiada, totalizando com 56 postos de atendimento que atuam em 310 municípios nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.” (CREHNOR, 2010).

Quebrou a COMARA [Cooperativa Mista de Ronda Alta] né, que era uma referência para eles lá, daí os colonos disseram: “isso daí não dá mais”. Daí nós começamos a mostrar, levamos umas casinhas da FETRAF, construímos elas. Eles viram, “opa, aqui tá bom”... Aí começamos a mostrar a seriedade da FETRAF nas políticas que oferece aí ganhamos os caras novamente na credibilidade. No dia da filiação tinha 400 pessoas, deu um baita ato lá. (Benicá, entrevista ao autor 2010).

Nós entendemos que a cooperativa tem o papel importante de reforçar o sindicato, a cooperativa reforça o sindicato, os sistemas cooperativos ligados a FETRAF reforçam a luta da FETRAF, mas não é meramente um instrumento pra captar dinheiro pra botar pra fazer a luta. Então aí está um grande problema. E outro é que a cooperativa e o sindicato junto eles tem que ajudar o agricultor a se viabilizar, tem que fazer com que o agricultor mude sua condição de vida, ele mude seu padrão de vida, saia muitas vezes de uma condição de miserabilidade ou de baixa renda pra ter uma renda melhor, pra ter um padrão de vida melhor. E os companheiros [do MPA] fazem uma aposta de quanto mais miserável, mais pobre é melhor, porque daí tem o controle, o domínio dessas famílias. Essa é uma visão equivocada. (Tortelli, entrevista ao autor 2010).

Pelo que se pode perceber nos depoimentos das lideranças ligadas à FETRAF existem, além de disputas por bases com o MPA, diferenças na forma de conceber os aspectos produtivos, as cooperativas e a viabilização econômica dos agricultores. Pelo que apontam as lideranças, a FETRAF dava mais importância para estes aspectos, enquanto o MPA estaria mais preocupado em fazer lutas políticas e disputa de projetos de agricultura na sociedade, mobilizando para estes fins a maior parte de seus recursos. Essa priorização da luta política estaria na raiz dos descontentamentos de alguns sindicatos que estariam se aproximando da FETRAF.¹⁸¹

Os interlocutores do MPA dão outra explicação para estas questões e para como o Movimento vê as estruturas sindicais e cooperativas. Segundo aponta Romário Rossetto (dirigente estadual do MPA), o Movimento não têm gasto energias para conquistar sindicatos ou aparelhos existentes. O que tem procurado fazer é criar “instrumentos jurídicos” de âmbito estadual, sob o controle de direção do Movimento, para dar maior unidade política:

Nós não priorizamos ganhar sindicatos. Se o sindicato já é filiado, beleza. Não é a disputa pelo aparelho do sindicato que vai resolver o problema. Se o presidente resolve *lumpiar*¹⁸² ele tem a caneta, “aqui mando eu e pronto”. Aí leva o Movimento junto. Na estrutura organizacional do MPA é o seguinte, você tem os núcleos de base, a partir dos núcleos você tira a direção política. O cara *lumpiou* na outra semana tá fora, teve um desvio de conduta tá fora, num sindicato não, o cara tem que ir lá fazer um processo eleitoral, aí o cara já tem a máquina na mão, então não dá... Onde não tem estrutura a ação ocorre através das coordenações municipais do Movimento. Nós temos as estruturas jurídicas que são estaduais sob o comando da direção do Movimento, como as cooperativas. Todas elas estão ligadas à direção do MPA. Então, nós temos instrumentos jurídicos, mas eles são instrumentos do Movimento, porque esse era um outro problema, as vezes formava uma cooperativa e ela acaba se distanciando. Quando tá bem, beleza, aí “nós somos da cooperativa”, aí dá um problema, bom “nós somos do Movimento”, aí chama do Movimento prá resolver. Então por isso que nós decidimos criar estruturas estaduais para que a direção do Movimento esteja com um olho clínico aí pra evitar problemas. É uma estrutura orgânica do Movimento. (Rossetto, entrevista ao autor, 2010).

¹⁸¹ Tortelli aponta que existiriam outros locais onde integrantes do MPA estariam se filiando à FETRAF: “Ronda Alta veio inteira pra FETRAF, Ibirairas tá vindo todos pra FETRAF, a região no Sul do estado onde tinha MPA veio quase tudo pra FETRAF, na região de Santa Cruz uma grande parte do MPA tá vindo pra FETRAF, na região de Santa Maria tá vindo pra FETRAF.” (Entrevista ao autor, 2010).

¹⁸² Deve ser entendido por *lumpen* os indivíduos que apresentaram algum desvio ético ou político que acaba comprometendo sua participação no Movimento.

O MPA, nesta lógica, crescerá em influência na medida em que as suas cooperativas (como a Cooperativa Mista de Produção, Industrialização e Comercialização de Biocombustíveis do Brasil – COOPERBIO, a Cooperativa Mista de Fumicultores do Brasil – COOPERFUMOS e a Cooperativa de Produção Camponesa – CPC), que seguem sua linha política, oferecem opções de produção, comercialização, habitação ou crédito aos agricultores e que estes, organizados em “núcleos de base”, passam a fazer parte do Movimento.

Como se pode perceber, há uma lógica de campo de disputa pela representação dos *agricultores familiares* (ou também chamados de *pequenos agricultores* ou *camponeses*) com vários atores disputando a melhor forma de organização, as bases e a legitimidade de falar em nome destes agricultores do RS. Atuam nas vias sindicais a FETAG e a FETRAF e estão organizados na forma de movimentos principalmente o MST e o MPA (mas, também atuam o MAB e o MMC com públicos mais específicos, respectivamente os atingidos por barragens e as mulheres camponesas). Todos estes atores disputam entre si as bases no estado e, como se procurou mostrar, as estratégias usadas para ganhar terreno dos atores concorrentes são diversas e mostram a vivacidade destas disputas e a importância política que têm alcançado.

5.4.2 Disputas no campo jurídico

Se no âmbito político as disputas entre federações sindicais tem sido intensas, no âmbito jurídico a concorrência não tem sido menor. Como a FETRAF-Sul não tem encontrado amparo legal para ser reconhecida como federação (de segundo grau) pelo Ministério do Trabalho, as FETAGs da região Sul têm questionado na justiça sua legalidade e suas ações de representação sindical. No ano de 2003 as três federações do sistema CONTAG no Sul do país deram entrada conjuntamente no Superior Tribunal de Justiça (STJ) com um pedido de Mandado de Segurança contra a inclusão da FETRAF-Sul e de seus sindicatos como organizações credenciadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para fornecer Declarações de Aptidão ao PRONAF (DAPs). As três federações alegavam que a área de atuação da FETRAF-Sul se sobrepunha às delas, o que feria o princípio da unicidade sindical previsto em lei e que ela não possuía Carta Sindical expedida pelo Ministério do Trabalho para atuar como organização sindical, portanto, não poderia ser credenciada pelo MDA para fornecer DAPs. Frente a este pedido, a ministra Denise Arruda do STJ, ao analisar o mérito das acusações contra a FETRAF-Sul, argumentou:

Apesar do artigo 8º, inciso II, da Constituição Federal, vedar a criação de mais de uma entidade sindical representativa de categoria profissional ou econômica na mesma base territorial, o inciso I do referido dispositivo constitucional dispõe que *"a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical"*. [...] Cumpre registrar que a supracitada entidade [FETRAF-Sul] foi devidamente constituída por meio de registro no Cartório do Primeiro Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais, Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Chapecó-SC, conforme demonstra a certidão de fls. 161. Ademais, consoante a reiterada jurisprudência desta Corte Superior, *"a entidade sindical adquire personalidade jurídica com o registro em Cartórios de Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoas Jurídicas, sendo mera formalidade a exigência do registro junto ao Ministério do Trabalho e Emprego"* (Arruda, 2004, grifos no original).

Da argumentação da juíza, percebe-se que existe uma dúvida na Constituição quanto à criação de novas organizações sindicais. Ao mesmo tempo em que está prevista a

unicidade sindical, as organizações não precisam do reconhecimento do Estado para operar. Basta terem registro em Cartório e respaldo político para operarem enquanto entidades sindicais.

Nos cadernos de diretrizes aprovadas pelo IX Congresso da FETAG-RS de 2007 consta a recomendação para que a Federação entre no “Ministério Público e busque medida para processar a FETRAF-Sul por estar atuando ilegalmente” (FETAG-RS, 2007, p.8). Não se encontraram registros de ações na justiça da FETAG-RS questionando a legalidade da FETRAF-Sul após esse Congresso. Mas, em Santa Catarina, seguindo uma linha semelhante, a FETAESC entrou com um processo na justiça no ano de 2006 “requerendo a nulidade da criação e a cessação da atividade como Federação da FETRAF-Sul” (FETAESC, 2008) evocando o princípio da unicidade sindical previsto na CLT e na Constituição de 1988. Pelo fato da FETRAF-Sul não ter recebido a carta sindical do Ministério do Trabalho, acusava-a de ser uma “ONG” e solicitava a suspensão de suas atividades sindicais. Em notícia vinculada no site da Federação são apresentados os argumentos que motivaram o pedido na justiça:

A FETAESC é entidade sindical de segundo grau devidamente registrada nos órgão competente desde a data de 07 de julho de 1969, e a FETRAF-Sul foi criada em 12 de julho de 2001, tendo, portanto sua concessão de carta sindical negado pelo Ministério do Trabalho. Tanto a Constituição Federal quanto a CLT, "deixam bastante claro que é ilícito às categorias profissionais terem mais do que uma representação por base territorial" explica Sprung. A Constituição Federal preconiza em seu art. 8º, inciso II, ... *É vedada a criação de mais de uma organização sindical representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial,...* (FETAESC, 2008, grifo no original).

Em sua defesa a FETRAF-Sul publicou uma nota afirmando que a “utilização de instrumentos do espaço da justiça comum, da Justiça do Trabalho e do denunciamento barato e infundado, demonstram o desespero e a fragilidade desta prática sindical, que a cada dia perde mais base social” (FETRAF-Sul, 2008) e que a FETAESC “tenta obrigar os agricultores familiares a pagar imposto sindical. Os que não querem pagar estão sendo processados.” Afirma ainda:

não dependemos da FETAESC para dizer se somos ou não uma entidade sindical. Temos 110 mil famílias associadas e que sustentam essa organização. Nossa legalidade e legitimidade é reconhecida pelos governos, pelos ministérios, pelos organismos internacionais e pela sociedade. Integramos vários conselhos em nível nacional: o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o Conselho de Segurança Alimentar, o CONDRAF e diversos grupos de trabalho que discutem os problemas mais relevantes da atualidade. (id.).

Observando esses conflitos na Justiça como um campo de disputa, ao que tudo indica o ator desafiado estava fazendo uso de recursos do campo jurídico¹⁸³ para procurar desqualificar e dificultar a atuação do ator desafiante que procurava se firmar no campo sindical, mas não contava com a carta sindical outorgada pelo Ministério do Trabalho. Contudo, como afirma Bourdieu (2005) o campo jurídico não é neutro e imutável no que se refere à interpretação da legislação. Apesar de se constituir como “universo relativamente independente em relação às pressões externas” (id., p.211), ainda assim, está sujeito a

¹⁸³ “O campo jurídico é o lugar de concorrência pelo monopólio do direito de dizer o direito, quer dizer, a boa distribuição (*nomos*) ou a boa ordem, na qual se defrontam agentes investidos de competências ao mesmo tempo social e técnica que consiste essencialmente na capacidade reconhecida de *interpretar* (de maneira mais ou menos livre e organizada) um *corpus* de textos que consagram a visão legítima, justa, do mundo social.” (Bourdieu, 2005, p.212, grifos do autor).

influências de outros campos como o da política, da religião, da ciência, etc., portanto, pode sofrer mudanças no modo de interpretação das leis. Além disso, Bourdieu ainda destaca que “como mostra a história do direito social, o corpus jurídico registra em cada momento um estado de relação de forças” (id., p.212-213). Dessa forma, cabe aos atores fazer reconhecer suas pretensões de direitos e com isso transformar a legislação ou a interpretação considerada mais correta da lei.

Dando seguimento à disputa jurídica, a FETAESC ajuizou cobranças de contribuições sindicais que alegava devidas pelos agricultores familiares da base sindical da FETRAF-Sul. Em reação a este ato, a FETRAF-Sul moveu uma ação contra as cobranças efetuadas pela FETAESC. A sentença judicial sobre este caso é reveladora de como foi construído o entendimento jurídico para dar o reconhecimento à FETRAF-Sul como organização sindical legítima e o ganho de causa sobre o destino das contribuições sindicais dos sindicatos de sua base que eram requeridos pela FETAESC. A sentença da juíza Gisele Pereira Alexandrino (2008) baseia-se no princípio da liberdade e autonomia de organização sindical previsto na Constituição de 1988, recupera casos precedentes de federações e sindicatos específicos que foram criados no interior de categorias genéricas e julgados procedentes pela justiça, argumenta que a legalidade da FETRAF-Sul já foi provada em ações anteriores (como a da ministra Denise Arruda, 2004, do STJ, citada) e, por fim, declara que “não foi desrespeitado o princípio da unicidade sindical, uma vez que a federação-ré [FETAESC] é genérica e a federação-autora [FETRAF-Sul] é específica e exclusiva de uma classe.” (Alexandrino, 2009, p.14). Sobre o destino das contribuições sindicais dos sindicatos da área de influência da FETRAF-Sul, a juíza declarou: “entendo que a autora [FETRAF-Sul] é a legítima representante dos trabalhadores na agricultura familiar no estado e, portanto, credora das contribuições sindicais por eles devidas” (id., p.15).

Essas decisões favoráveis à FETRAF-Sul aparentemente deram-lhe certa segurança jurídica frente às investidas da FETAESC e das demais federações do sistema CONTAG na região. Consolidava-se, assim, sua posição no campo como representante específica da agricultura familiar na região, enquanto que as federações do sistema CONTAG seriam representantes genéricas (gerais) dos trabalhadores rurais nos estados.

5.5 Bases sociais dos atores e diferenciação na agricultura familiar

Após apresentar as diversas formas de disputas políticas dos atores e por bases sociais cabe agora se indagar: existe diferenciação socioeconômica entre as bases destes atores? O MPA afirma que representa os *pequenos agricultores*, os mais pobres, os *lascados*. A FETRAF afirma que representa os *agricultores familiares* em geral. E a FETAG afirma que representa todo o setor dos *trabalhadores rurais*, sejam eles agricultores familiares ou assalariados rurais. Por estas informações preliminares, pode-se pensar que as áreas de atuação do MPA sejam mais restritas uma vez que diz representar os agricultores que estariam em condições sociais mais frágeis e que a FETRAF e a FETAG teriam bases sociais mais amplas, que podem abranger agricultores em situações socioeconômicas diversas. Mas, há controvérsias quando a esta classificação uma vez que, como se observou, as bases dos atores nos municípios (indistintamente) podem passar de uma organização para outra simplesmente por um realinhamento político de suas lideranças locais.

Sabe-se que existe certa diferenciação interna na categoria dos agricultores de base familiar. Diferenciação que pode se dar em relação à origem das famílias (*colonos* e

caboclos), às suas trajetórias políticas, ao volume de renda obtida pela exploração, pelo nível tecnológico empregado, pelos produtos que explora economicamente, pelas relações de integração com às agroindústrias, pela complementação entre rendas agrícolas e não-agrícolas que caracteriza explorações “pluriativas”¹⁸⁴, entre outras. Não é objeto deste trabalho investigar as possíveis diferenciações internas, mas alguns estudos existentes podem dar alguns indícios de possíveis diferenciações existentes que ajudam a entender esta questão. Sobre os temas de diferenciação por volume de renda, origem da renda obtida pelas famílias (agrícola e não-agrícola) e tecnologias utilizadas, o estudo realizado por Conterato (2004) no município de Três Palmeiras, Alto Uruguai-RS, fornece elementos sobre estratos distintos:

Enquanto que para as famílias exclusivamente agrícolas a RT [Renda Total] média foi de R\$ 7.478,34, anuais, para as famílias pluriativas de base agrária foi de R\$ 20.390,90 anuais e para as famílias pluriativas, foi de R\$ 9.935,70 anuais. Isso demonstra que as famílias exclusivamente agrícolas foram as que obtiveram uma menor RT, já as pluriativas de base agrária foram as que obtiveram a maior RT média. Aqui a conclusão é simples. A condição de pluriativo de base agrária no município de Três Palmeiras é quase uma exclusividade dos agricultores familiares que possuem uma capacidade instalada em máquinas e equipamentos que permitem, além de cultivar áreas maiores e alcançar índices de produtividade, prestar serviços remunerados aos demais agricultores nas épocas de plantio e colheita (2004, p.144-145).

Neste caso, percebe-se a existência de um processo de diferenciação socioeconômico significativo no universo de agricultura familiar. Alguns agricultores que têm máquinas e equipamentos levam vantagens relativas na mediada que podem explorar áreas um pouco maiores, conseguir melhores índices de produtividade e ainda prestar serviços de máquinas aos demais agricultores desprovidos destes recursos tecnológicos, gerando rendas extras. Ainda existe o grupo dos pluriativos, que combinam atividades agrícolas com não-agrícolas, que são formados por famílias que não conseguem gerar rendas suficientes na unidade produtivas precisando empregar membros das famílias em outras atividades.

Outros trabalhos, como Gehlen e Mélo (1997, p. 102) e Gehlen (2004, p.98), chamam atenção para a formação de dois tipos de agricultores familiares no Sul do Brasil segundo suas origens socioculturais: um de ascendência *colona*, que seria identificado com o “produtor moderno”, que detêm a propriedade fundiária de pequenas áreas de terra e dos meios de produção e é integrado aos mercados; e outro, de origem *cabocla*, que vive de uma “agricultura de subsistência”, em situações de instabilidade em relação à terra e tem “fraca integração” com os mercados.¹⁸⁵ Estas origens sociais distintas, para estes autores, conformariam certa diferenciação de agricultores no período atual. Não se conseguiu encontrar, no âmbito desta pesquisa maior detalhamento sobre a diferenciação de agricultores segundo sua origem social (*cabocla* e *colona*) no período atual, mas existem indícios, como mostram estes autores, de que podem causar distinções socioeconômicas entre agricultores.

Estas diferenciações (que poderiam ser incluídas outras relacionadas às suas vinculações políticas, aos produtos que exploram, às relações com as agroindústrias etc.) pode gerar

¹⁸⁴ Para Schneider (2001, p.165), a “pluriatividade” deve ser entendida como “uma estratégia de reprodução social, da qual se utilizam as unidades agrícolas que operam fundamentalmente com base no trabalho da família, em contextos onde sua integração à divisão social do trabalho não decorre exclusivamente dos resultados da produção agrícola mas, sobretudo, mediante o recurso às atividades não agrícolas e a articulação com o mercado de trabalho.”

¹⁸⁵ Obviamente que estas tipologia (de inspiração nos tipos ideais weberianos) devem ser pensadas como recurso teórico-metodológico para uma aproximação da realidade, não significando necessariamente que existam essas distinções rígidas entre agricultores familiares.

interesses diversos ou laços de solidariedade entre estratos de agricultores e possíveis alinhamentos políticos com organizações de representação (ou lideranças) distintas. Pode-se supor, por exemplo, que os mais pobres (que vivem exclusivamente de rendas agrícolas ou de ascendência *cabocla*) estariam mais propensos a se integrar ao MPA e que os que possuem máquinas e os pluriativos (de ascendência *colona*) estariam mais propensos a integrar à FETRAF ou à FETAG. Mas, pelo que se conseguiu apurar, não é uma distinção dessa natureza que se observa. No geral o que ocorre é que todos os agricultores de base familiar de um município são vinculados a mesma organização independente de suas diferenciações internas, salvo às exceções dos municípios onde ocorrem disputas entre organizações por bases (como nos casos dos municípios citados anteriormente onde existe a presença de mais de um desses atores). Mas, mesmo nos casos em que ocorrem disputas por bases, o que se observa é que as disputas não se dão por um estrato específico de agricultores (como, os de mais baixa renda ou os que possuem máquinas, ou entre *colonos* e *caboclos*), mas pelas estruturas sindicais e/ou por toda a categoria dos agricultores de base familiar do município. Essas tendências mostram que mais do que a diferenciação interna entre agricultores o que produz alinhamentos políticos são as histórias das organizações em cada local, as fidelidades políticas construídas a estas (ou suas lideranças) e as oposições que vão se constituindo nesse processo.

As elaborações feitas pelas organizações também dão alguns indícios das situações diversas em que se encontram suas possíveis bases. Em um documento da FETRAF-Sul, produzido por assessores sindicais, é apresentada a diferenciação interna da agricultura familiar ao mesmo tempo em que questiona “se as ‘subcategorias’ que vivem do trabalho familiar na agricultura, como agregados, meeiros, arrendatários, parceiros e outros, que não tem a posse da terra e/ou propriedade, são entendidos/as como agricultores/as familiares, portanto, representados sindicalmente pela FETRAF-Sul” (Silva e Reich, 2002, p.8). Além dessas subcategorias, o texto ainda elenca possíveis diferenciações de famílias que combinam atividades agrícolas com não-agrícolas; outras que complementam a renda familiar com trabalho assalariado temporário; outras ainda que desenvolvem atividades de turismo rural, de agroindustrialização, entre outras. Frente a esta diversidade, o texto recomenda que caberia à Federação adotar “uma ‘definição genérica’ de *agricultura familiar*, onde se subtende a ‘inclusão’ de subcategorias que se diferenciam pela diversidade de suas atividades, organização social e estrutura produtiva” (id., p. 9).

Ainda que a FETRAF entenda formalmente a agricultura familiar como genérica, quando se observa as suas regiões de atuação, suas demandas centrais e a origem social de suas principais lideranças percebe-se certa preponderância de pequenos proprietários de origem *colona*. As bases da Federação, no momento do seu nascimento, se concentravam em áreas da região Sul com predominância de pequenos proprietários, de colonização com imigrantes de origem européia no Alto Uruguai gaúcho (regiões de Erechim, Sarandi e Tenente Portela), no Oeste catarinense (Chapecó) e no Sudoeste paranaense (Francisco Beltrão).

As pautas de reivindicação que receberam maior atenção da Federação também dão algumas indicações sobre a natureza da sua base social. Dentre os principais temas que aparecem em vários documentos estão: melhorias no PRONAF; seguro agrícola; crédito fundiário (jovens e agricultores que possuem pouca terra); formação profissional e assistência técnica adequada; criação de mercados institucionais para produtos da agricultura familiar; melhor remuneração de produtos agropecuários como soja, trigo, fumo, leite, carne de suínos e de frangos; apoio à criação de agroindústrias familiares; políticas de apoio aos cultivos orgânicos e agroecológicos; remuneração por serviços ambientais que os agricultores realizam

ao preservarem matas e nascentes de rios; recursos para habitação rural; políticas de saúde e educação rural; entre outras (FETRAF-Sul, 2001a; 2004; 2005; 2007; 2010).

Estas pautas mostram as demandas de um público de agricultores que possui terra (ou que necessita de crédito para complementação de área), que produzem para o mercado e que, na maioria das vezes, estão inseridos em processos produtivos com algum grau de integração com as agroindústrias (como os produtores de suínos, aves, fumo e leite)¹⁸⁶ ou cooperativas (produtores de soja, trigo e leite) e que necessita de políticas de melhoria das condições de vida como habitação rural, saúde e educação rural. As preocupações ambientais e o estímulo aos cultivos orgânicos e agroecológicos aparecem nas pautas da Federação normalmente associadas à busca de valorização de suas experiências na área (que não são muitas e normalmente localizadas) e na perspectiva da aplicação de seu projeto de agricultura.

A origem social dos principais dirigentes também pode dar algumas pistas sobre as principais bases da Federação. Observando os sobrenomes dos dirigentes que estiveram nas quatro gestões da FETRAF-Sul percebe-se uma predominância ampla de descendentes de imigrante italianos, alemães e poloneses. Os sobrenomes das lideranças das gestões podem ser observados no Quadro 4.

Quadro 4: Gestões da FETRAF-Sul 2001-2010.

Coordenações	Gestão 2001-2004	Gestão 2004-2007	Gestão 2007-2010	Gestão 2010-2013
Geral	Dirceu Dresch	Altemir Tortelli	Altemir Tortelli	Celso Ludwig
Gestão financeira	Gelson Ferrari	Wilson Alba	Vilson Alba	Jair Niero
Organização da Produção e Sócioeconomia Solidária	Ivo Vidal	Celso Ludwig	Celso Prado	-
Geral e de comunicação	Maria Barella	Tomé Coletti	Tomé Coletti	Diego Kohwald
Adjunta no estado do RS	Eloir Grizeli	Alcemir Bagnara	Ari Pertusatti	Roberto Balen
Adjunta no estado de SC	Dalci Appio	Dirceu Dresch	Valdir Zembruski	Alexandre Bergamin
Adjunta no estado do PR	Luís Perin	Luís Perin	Martinho da Silva	Neveraldo Oliboni
Juventude	Severine Macedo	Severine Macedo	Severine Macedo	Daniela Celuppi
Política sindical	Volmir Santolim	Daniel Kothe	Daniel Kothe	-
Políticas sociais	Maria Escher	Delma Zucco	Delma Zucco	-
Relações internacionais	Marcos Rochinski	Volmir Santolin	-	-
Política agrícola e agrária	Ademir Pértile	Sandra Bergamin	Sandra Bergamin	-
Mulher agricultora familiar	Edinéia Zimmermann	Denise Knereck	Edinéia Zimmermann	Cleonice Back
Organização sindical e formação	Tomé Coletti	Neveraldo Oliboni	Tomé Coletti	Arlete Bloemer

Fonte: elaboração própria com base em documentos da Federação.

Ainda que se perceba pelos sobrenomes que existe uma ampla predominância de dirigentes de origem colona nas gestões da FETRAF-Sul, há que se registrar que na diretoria (mostrado no Quadro 4), nas suplências da diretoria e nas coordenações micro-regionais aparecem sobrenomes de origem portuguesa (como Da Silva, Macedo, De Lima, Lopes, Machado, Ferreira, entre outros) que podem mostrar a existência de agricultores de origem *cabocla*, ainda que minoritários, nas posições intermediárias da hierarquia interna e na base da Federação. Porém, esse é um tema que não se pode aprofundar neste trabalho, apenas se tirou

¹⁸⁶ Recentemente a Federação realizou o I Encontro Sul de Integrados em Concórdia-SC (2 de dezembro de 2010) com a participação de mais de 1000 agricultores integrados. No encontro foi definida uma pauta de reivindicações para o setor: “a exigência de uma remuneração justa pelo trabalho dos criadores com o estabelecimento de um preço mínimo por lote, uma legislação própria para o setor e a garantia da apanha de suínos ou aves em caso de solicitação de investimentos nos criadouros por parte das indústrias, ainda o equilíbrio de direitos e deveres no contrato entre integrados e Agroindústria.” (FETRAF-Sul, 2011, p.1).

algumas indicações sobre a possível origem social dos dirigentes pelos seus sobrenomes, necessitando de maior aprofundamento para se tirar conclusões mais precisas.

O público da FETAG-RS é definido formalmente de forma ainda mais ampla do que a FETRAF-Sul. No seu último Congresso foi estabelecido que a Federação representa as seguintes categorias no estado: “Nossa categoria é de trabalhadores e trabalhadoras rurais, assim compreendidos os agricultores(as) e pecuaristas familiares e assalariados(as) rurais, entre outros, que trabalham na atividade rural” (FETAG-RS, 2007, p.7). A FETAG defende a manutenção destas categorias em um mesmo sistema sindical por entender que existem muitas semelhanças no modo de vida e nas atividades desempenhas por estas categorias. Como afirma o atual presidente da FETAG-RS:

Para a nossa instituição, a FETAG, que é a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Rio Grande do Sul tantos os assalariados, quanto os agricultores familiares, extrativistas, enfim, pecuaristas familiares, todos nós representados. Porque a semelhança do seu convívio, e do conjunto familiar de suas atividades é muito idêntica. Portanto, nós entendemos que estamos todos juntos. Mas com certeza, o maior número de representados são os agricultores familiares, mas não estão excluídos os outros, como os assalariados. (Elton Weber, Presidente da FETAG-RS, entrevista ao autor, 2010).

Nesse conjunto de categorias representadas pela FETAG pode ser incluída toda a diversidade social e de relações de trabalho presentes no meio rural (com exceção dos agricultores patronais). Entretanto, quando se observa nos documentos da Federação quais são efetivamente os segmentos que suas ações e reivindicações visam atingir, percebe-se certo estreitamento de público. Nas diretrizes aprovadas nos Congressos da FETAG de 2003 e 2007 as principais reivindicações representam principalmente demandas de pequenos proprietários, tais como: melhorias nas políticas agrícolas (crédito, programa Troca-Troca de Sementes, mercados institucionais para produtos da agricultura familiar, preços mínimos, feiras, assistência técnica, seguro agrícola); crédito fundiário (para jovens e agricultores com pouca terra); apoio ao cooperativismo; programa de habitação rural; reconhecimento da *pecuária familiar*; melhorias na saúde, previdência social e educação rural. As demandas dos assalariados rurais aparecem de forma genérica nos temas da defesa dos direitos trabalhistas e na recomendação para que os STRs afirmem-se como instrumentos de defesa dos direitos dos assalariados rurais, criando maiores espaços para estes.

Ao se observar as ações que foram desenvolvidas pela FETAG, divulgadas pelo *Jornal da FETAG-RS*¹⁸⁷ nos anos de 2009 e 2010, percebe-se certo direcionamento para um público ainda mais específico, o de agricultores inseridos aos mercados e, na maioria das vezes, integrados às agroindústrias ou grandes cooperativas. Observa-se diversas ações por melhorias de preços do fumo, leite, uva, soja, etc.; realização de eventos para tratar da situação dos agricultores integrados, como Seminário Regional de Integrados (2010) e diversos eventos para discutir os custos de produção de produtos (principalmente fumo e uva); organização da participação de agricultores em feiras agropecuárias para comercializar seus produtos (principalmente de agroindústrias familiares) e divulgação da agricultura familiar; ações em favor de auxílio público aos agricultores em momentos de secas e enchentes (como liberação de sementes e suspensão de dívidas); reivindicações de melhorias no programa de crédito fundiário e do PRONAF; reivindicações de recursos para habitação rural; melhorias na previdência e nos serviços de saúde; entre outras.

¹⁸⁷ O Jornal da FETAG-RS tem periodicidade bimestral, é editado pela sua Secretaria de Comunicação e tem como foco os acontecimentos do sindicalismo dos trabalhadores rurais no estado.

Pelo que se percebe das propostas e das ações, o principal público para quem a FETAG tem efetivamente atuado são principalmente os pequenos proprietários inseridos nos mercados e que são, muitas vezes, integrados às agroindústrias ou grandes cooperativas. Os assalariados rurais ficam em segundo plano na sua ordem de prioridades. Suas demandas pouco aparecem no Jornal de FETAG e nas resoluções dos congressos são feitas apenas propostas genéricas que acabam tendo pouca efetividade prática no dia-dia sindical.

Quando se observa as origens sociais dos principais dirigentes da FETAG-RS nas suas últimas quatro gestões percebe-se, assim como ocorre com a FETRAF-Sul, uma predominância ampla de dirigentes com sobrenomes de origem imigrante (*colona*) e uma minoria de sobrenomes de origem portuguesa (como Miranda, da Silva, Cunha e Pinheiro) que pode indicar a presença de *caboclos* (conforme Quadro 5). Essa predominância de colonos na diretoria da FETAG se mantém desde sua origem (como se mostrou no Capítulo II), o que aparenta evidenciar que o grupo social dos colonos foi (e ainda é) o principal destinatário das atenções da Federação. Ainda assim, percebe-se a presença, em posições minoritárias, de dirigentes de possível ascendência cabocla nas diretorias da FETAG.

Quadro 5: Gestões da FETAG-RS 1999-2010.

Cargo	Gestão 1999-2003	Gestão 2003-2007	Gestão 2007-2010	Gestão 2010-2014
Presidência	Heitor Schuch	Ezídio Vanelli Pinheiro	Elton Weber	Elton Weber
1º Vice-Presidência	Sergio de Miranda	Sergio de Miranda	Sérgio de Miranda	Carlos da Silva
2º Vice-Presidência	Maria Baumgarten	Nelson Wild	Nelson Wild	Nelson Wild
Secretaria-Geral	Pedro Nienow	Elton Weber	Elisete Hintz	Elisete Hintz
1ª Secretária	Nelson Wuld	Lisiane Cunha	Josiane Einloft	Josiane Einloft
2ª Secretária	Omar de Almeida	Rodrigo Fritzen	Adílson Metz	Agnaldo da Silva
Tesouraria-Geral	Amauri Miotto	Amauri Miotto	Amauri Miotto	Sérgio de Miranda
1º Tesouraria	Adilson Metz	Adilson Metz	Nestor Bonfanti	Nestor Bonfanti
2ª Tesouraria	Paulino Donatti	Iraci Paulus	Elaine Cavalli	Lérida Pavanelo
Coordenadoria de Mulheres	-	Elisete Hintz	Lérida Pavanelo	Inque Schneider

Fonte: elaboração própria com dados de documentos da Federação.

O MPA, ao contrário das organizações sindicais, procura passar uma ideia de que representa um público de agricultores mais restrito, os pobres do campo. Esta é uma informação difícil de verificar no universo deste trabalho, mas quando se observa os municípios e as áreas geográficas de atuação de cada ator no Rio Grande do Sul se percebe algumas convergências entre áreas de pobreza rural a atuação de determinados atores. Comparando-se a Figuras 8, que mostra as regiões de maior pobreza rural¹⁸⁸ do estado e de forte presença de agricultura de base familiar (regiões atendidas pelo Programa Territórios da Cidadania¹⁸⁹), com a Figura 9, que mostra as áreas de atuação dos atores no estado, percebe-se certa coincidência (ainda que parcial) entre áreas de pobreza com as áreas de atuação do MPA (como no Alto Uruguai, no Centro e no Sul do estado, mas também possui bases fora destas áreas de pobreza). Porém, não é o único a atuar nestas áreas, a FETRAF e a FETAG

¹⁸⁸ É preciso se deixar claro que essas áreas não são necessariamente as de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado. Mas, são áreas que combinam pobreza e presença de agricultura familiar. As áreas de menor IDH do RS, segundo Schneider e Fialho (2000) são as regiões da Fronteira do Sul e Oeste do estado e os Campos de Cima da Serra, regiões de forte presença de latifúndio.

¹⁸⁹ O Programa de Territórios da Cidadania foi criado pelo governo federal em 2008 com intuito de priorizar, de maneira planejada e integrada, ações de diversas políticas públicas. Para a definição dos Territórios da Cidadania, foram utilizados alguns critérios combinado: baixo IDH; concentração de beneficiários do Programa Bolsa Família; concentração de agricultura familiar, assentamentos da reforma agrária; populações quilombolas e indígenas; número de municípios com baixo dinamismo econômico; maior organização social (capital social).

também atuam com públicos semelhantes e tem forte presença nestas áreas de pobreza. Inclusive pode-se perceber que as áreas de expansão mais recente da FETRAF, no Centro e no Sul do estado, são igualmente situadas nas áreas de pobreza com forte presença de agricultura de base familiar e que a FETAG também mantém forte presença em boa parte destas áreas.

Da mesma forma que se fez com as outras organizações, procura-se observar as principais demandas do MPA para se ter uma ideia mais clara sobre qual o público que ele efetivamente atua. Quando se observa as iniciativas do Movimento, a principal ação que visou atender um público de agricultores empobrecidos foi a luta pelo *Pronafinho* no final da década de 1990, como visto anteriormente. Porém, nos anos mais recentes as principais pautas do MPA tendem a se aproximar das pautas das organizações sindicais com quem concorre. Em documentos recentes são destacadas as suas principais áreas de ação/reivindicação, a saber: melhores preços dos produtos agrícolas (como fumo, suínos e frango); melhorias do PRONAF; rebate de dívidas dos pequenos agricultores; crédito subsidiado para produção de alimentos saudáveis; assistência técnica adequada aos conhecimentos camponeses; regularização fundiária para pequenos agricultores; preservação e recuperação ambiental; adaptação de novas tecnologias (mecanização) para diminuir a penosidade do trabalho das famílias; integração da produção de alimentos com produção de energia (biocombustíveis); resgate, cultivo e criação de bancos de sementes crioulas; moradia rural (MPA, 2009; 2011a; 2011b).

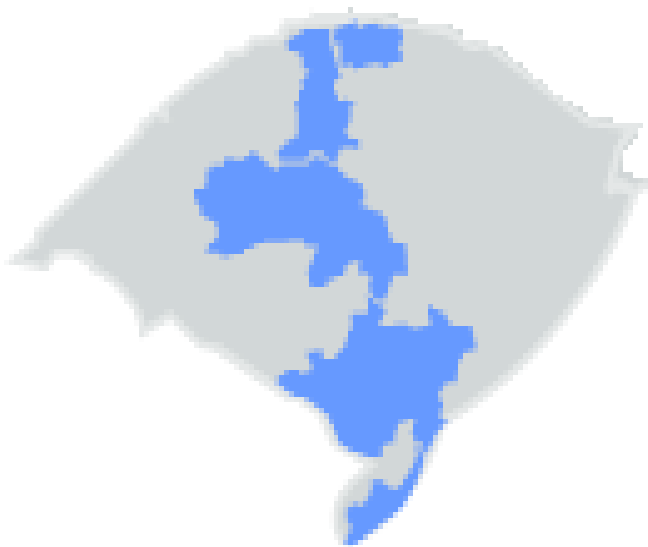


Figura 8: Regiões do RS em que atua o Programa Territórios da Cidadania. Fonte: Portal da Cidadania (2011).

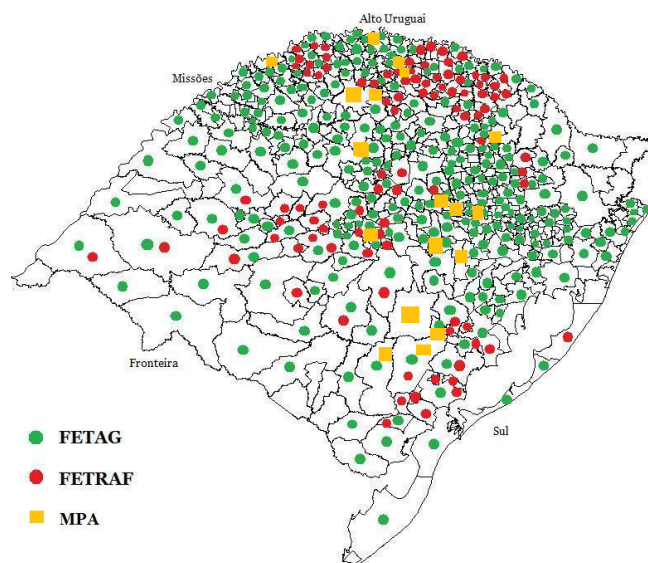


Figura 9: Mapa do RS com destaque para a presença da FETAG, da FETRAF e do MPA. Fonte: elaboração própria com dados fornecidos pelos atores.

Percebe-se que as demandas do MPA têm algumas semelhanças com as das outras organizações no que se refere principalmente às reivindicações sobre o crédito, melhoria de preços de produtos agrícolas, preocupações ambientais, habitação rural e assistência técnica, mas também guardam diferenças. As diferenças estão basicamente na sua preocupação com a produção de energia (biocombustíveis) e em certa busca de subsídios para os pequenos agricultores (de baixa renda). Estas características de suas demandas mostram que a sua base social aparenta ser bastante diversificada, comportando tanto agricultores de baixa renda e

pouco integrados aos mercados, quanto agricultores inseridos nos mercados e mesmo integrados às agroindústrias (como os produtores de fumo, suínos e frangos¹⁹⁰).

Cada organização constrói uma base social como sua, segundo critérios de legitimação próprios e relacionados a seus projetos e opositores. Neste aspecto, é interessante observar que a construção da base social do MPA difere significativamente das construções feitas pelas organizações sindicais em pauta. O MPA (assim como os demais movimentos que formaram a chamada seção brasileira da Via Campesina¹⁹¹: MST, MAB, MMC) constrói a sua base associada a um projeto político de resistência e afirmação da *agricultura camponesa* no país.

Para Horácio Martins de Carvalho, intelectual ligado à Via Campesina, o *camponês* deve ser entendido como um “sujeito social cujo movimento histórico se caracteriza por modos de ser e de viver que lhe são próprios, não se caracterizando como capitalista ainda que inserido na economia capitalista” (2005, p.171). Trata-se de uma tentativa de construir uma definição teórica de *camponês* com objetivos políticos, para ser usada pelos movimentos da Via Campesina na sua tentativa de diferenciação dos outros atores. Para isso, o autor busca elementos teóricos nos trabalhos clássicos de Chayanov (1973) e Tepicht (1973) para afirmar que os camponeses desenvolvem uma racionalidade própria que lhes permite resistirem no interior do capitalismo. Seria uma racionalidade apoiada em dois elementos centrais: a garantia continuada de reprodução social da família e a posse sobre os recursos da natureza. Concebendo os *camponeses* dessa forma, Carvalho (2005), então, faz um mapeamento sobre a sua presença na sociedade brasileira e a grande diversidade de situações socioeconômicas em que ele se manifesta:

Essa diversidade camponesa inclui desde os camponeses proprietários privados de terras aos posseiros de terras públicas e privadas; desde os camponeses que usufruem dos recursos naturais como os povos das florestas, os agroextrativistas, a *recursagem* (extração de recursos naturais pelos lavradores locais), os ribeirinhos, os pescadores artesanais lavradores, os catadores de caranguejos e lavradores, os castanheiros, as quebradeiras de coco babaçu, os açazeiros, os que usufruem dos fundos de pasto até os arrendatários não capitalistas, os parceiros, os foreiros e os que usufruem da terra por cessão; desde camponeses quilombolas a parcelas dos povos indígenas já camponeizados; os serranos, os caboclos e os colonizadores, assim como os povos das fronteiras no sul do país. E os novos camponeses resultantes dos assentamentos de reforma agrária. (Carvalho, 2005, p. 171).

Da mesma forma, Bernardo Mançano Fernandes, assessor do MST, procura mostrar que o uso de diferentes categorias (agricultor familiar e camponês) estaria possibilitando a construção de projetos de porvir distintos entre as organizações do campo. Enquanto as organizações sindicais (FETRAF e CONTAG) estariam partindo para um projeto de integração com o capital (formando o que chama de “pequenos capitalistas” ou

¹⁹⁰ Na pauta do MPA (2011) é feita uma proposta esclarecedora sobre uma parcela de seu público inegrado: “A proposta do MPA é consolidar todas as dívidas da agricultura de pequeno porte (inclusive as dívidas dos agricultores integrados, cujos financiamentos são tomados pelas empresas integradoras em nome dos agricultores – frango, fumo, porcos, etc.) num contrato único, com rebote fixo de R\$ 15.000,00 prazo de quinze (15) anos, juro zero, para pagar o saldo devedor, dando condições a todos quitá-las e continuar produzindo alimentos e gerando emprego e desenvolvimento no campo e nas cidades.”

¹⁹¹ Segundo apontado por Fernandes (2004) “A Via Campesina foi criada em 1992 e é uma articulação que congrega diversas organizações camponesas da Ásia, África, América e Europa. Tem como objetivo a construção de um modelo de desenvolvimento da agricultura, que garanta a soberania alimentar como direito dos povos de definir sua própria política agrícola, bem como a preservação do meio ambiente, o desenvolvimento com socialização da terra e da renda”. A seção brasileira da Via Campesina foi formada em 1999 pelos seguintes atores: MST, MPA, MAB, CPT e o Movimento de Mulheres Camponesas, MMC.

“agronegocinho”), os movimentos da Via Campesina estariam empenhados em construir um projeto de autonomia camponesa no interior do capitalismo (Fernandes, 2010).

Associadas às elaborações destes intelectuais, o MPA tem construído uma diferenciação política de seu projeto de agricultura frente aos das organizações sindicais ligadas ao modelo da agricultura familiar. Na Cartilha do seu III Congresso Nacional afirma:

a agricultura familiar, traz uma visão capitalista da agricultura, por que acredita que um pequeno produtor deve se integrar aos grandes, e propõe uma mudança do jeito de ser das famílias, tornando-as “modernas”, na lógica do mercado e do consumismo do capital. Assim elas produzem monoculturas dentro do pacote químico e também orgânico, este último para vender pra quem tem muito dinheiro. Neste modelo chamado de agricultura familiar, os camponeses são explorados, alienados, e perdem totalmente sua autonomia, sua cultura, conhecimentos e valores trazidos por gerações. [...] A Agricultura Camponesa é um modelo de produção que liberta, que respeita a vida, a natureza, com base na agroecologia, na diversificação, e com sustentabilidade econômica (preço justo para quem produz e quem come) (MPA, 2009, p.9-11).

Esta construção de diferenciação política entre as categorias *agricultura familiar* e *campesinato* aponta para um possível recorte de público em que as organizações adeptas da agricultura familiar estariam abertas a abranger um público mais amplo de agricultores que incluía inclusive os chamados *agricultores familiares consolidados* (classe média rural), enquanto os movimentos que adotam a categoria *campesinato* ficariam mais restritos a uma base de agricultores de renda mais baixa (os em *transição* e os *periféricos*). Entretanto, este recorte se dá em nível programático, pois, como se chamou atenção ao analisar o direcionamento das demandas das organizações, também o MPA aparenta ter em sua base agricultores consolidados (o que é confirmado também por depoimentos de lideranças e assessores).

Mesmo que estas construções políticas aparentem afastar os atores, há também elementos comuns em seus projetos que geram pontos de contato entre eles. Um elemento que aparentemente unifica os atores representantes da *agricultura familiar* e os da *camponesa* é a oposição que ambas fazem ao modelo patronal (normalmente associado ao *agronegócio*). Tanto a CONTAG e a FETRAF quanto o MPA afirmam contrapor-se ao modelo de agricultura representado pela grande exploração patronal, que produz *commodities* de exportação. Na Cartilha do III Encontro Nacional do MPA é apresentada esta oposição:

O projeto da agricultura camponesa, dos pequenos agricultores, é um projeto voltado a atender as necessidades do povo do campo e da cidade. Sua orientação é totalmente diferente daquela do agronegócio que vê na agricultura um jeito de só de ganhar dinheiro, pouco se importando com a natureza e com as pessoas. (MPA, 2009, p.8).

Nos Anais do X Congresso da CONTAG, o tema aparece de forma semelhante:

Há um conflito permanente entre os diferentes modelos de desenvolvimento no campo: por um lado, o agronegócio, que se baseia no monocultivo para exportação, degrada o meio ambiente, concentra terras e utiliza altos investimentos em mecanização, com o objetivo de reduzir custos com mão de obra. Do outro lado, a agricultura familiar se organiza por meio da ampliação de ocupações produtivas, diversificação da produção que potencialmente é menos danosa ao meio ambiente, além de produzir, principalmente alimentos para o mercado interno, com impactos importantes na redução da exclusão social e produtiva da população. (CONTAG, 2009, p.19-20).

Tal oposição também aparece nas Resoluções do II Congresso da FETRAF-Sul:

As ações do agronegócio se pautam pela especialização produtiva, pela monocultura voltada para a exportação, pela adoção de tecnologias de ponta e de produção em larga escala, pela dependência das tecnologias “modernas” (transgênicos, nanotecnologia) e numa visão predatória de “exploração” dos ecossistemas e dos recursos naturais. [...] A agricultura familiar pode ser considerada mais do que um espaço de produção agrícola e de dinamização das economias locais, mas, fundamentalmente, um espaço social de reprodução da vida rural, de revitalização das relações comunitárias e dos conhecimentos tradicionais, de preservação do patrimônio cultural, de conservação da biodiversidade e dos recursos naturais, bem como de diversificação das estruturas socioorganizativas de base. (FETRAF-Sul, 2007, p.41-42).

Como se observa, existem muitas semelhanças na construção da oposição que as três organizações fazem ao modelo patronal. Em virtude destas aproximações programáticas, observa-se que ocorreram algumas ações em conjunto entre os atores nos últimos anos. Entre os movimentos da Via Campesina e a FETRAF ocorreram iniciativas conjuntas contras os produtos transgênicos e em favor da agroecologia (como eventos, protestos, campanhas etc.).

Entre as organizações sindicais percebe-se que o projeto da agricultura familiar transcende as organizações e se constitui atualmente como um projeto político que perpassa as organizações específicas. Um bom exemplo dessa ponte de contato entre as organizações sindicais tratadas é a construção conjunta de uma organização nacional das cooperativas da agricultura familiar (formada por cooperativas de sua base de influência). Em 2005 foi constituída a União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES) como uma organização nacional representante das cooperativas ligadas à agricultura familiar. Essa União atualmente representa no cenário nacional 1100 cooperativas de crédito, produção, trabalho, comercialização e infraestrutura.¹⁹²

Nessa relação de oposição ao modelo do agronegócio, a UNICAFES nasceu como um contraponto à União das Cooperativas do Brasil (OCB) que representa formalmente o setor cooperativista nacional, mas é hegemônico pelas cooperativas agrícolas de grande porte, sendo atualmente um dos grandes atores nacionais que fomenta o modelo do *agronegócio*. As organizações sindicais da agricultura familiar e as cooperativas de sua influência visando romper com essa organização e se contrapor ao seu modelo de agricultura decidiram formar uma organização própria das cooperativas da agricultura familiar. Nesse sentido, receberam apoio tanto da FETRAF quanto da CONTAG. É um ator que aparenta atuar pelo fortalecimento do modelo da agricultura familiar acima das disputas sindicais estritas que apõe atores.

5.6 A agricultura familiar para o sindicalismo: reconhecimento e posituação do modo de vida e de produção

Nesse trabalho vem se procurando mostrar que a incorporação da categoria *agricultura familiar* pelas organizações sindicais é um fato relativamente recente no Brasil, que esta noção substitui em determinados contextos outras usadas anteriormente e que essa incorporação pelo sindicalismo não se deu de forma passiva freta às elaborações feitas pela academia e pelas políticas públicas. Nesse sentido, as organizações sindicais, ao mesmo

¹⁹² Segundo apontado por UNICAFES (2010), as suas associadas “estão espalhadas nas cinco regiões do país, que compõe aproximadamente 1100 cooperativas. Atualmente, são nove UNICAFES estaduais de atendimento e articulação para a agricultura familiar e economia solidária: Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Maranhão, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte.”

tempo em que dialogam com as definições acadêmicas e as das políticas públicas, também têm construído concepções próprias sobre a agricultura familiar ao adotar essa noção como sua identidade sociopolítica e ao incorporá-la nos seus projetos de porvir.

Enquanto nas políticas públicas de apoio à agricultura familiar, em trabalhos acadêmicos sobre o tema e na própria Lei da Agricultura Familiar são feitas definições mais genéricas e normativas do que seria a agricultura familiar, seja a caracterizando como *empresa familiar* e como herdeira do *campesinato*, seja a delimitando como unidade de exploração familiar com até quatro módulos fiscais, com força de trabalho predominantemente da família, que reside na propriedade etc. Por outro lado, as organizações sindicais de agricultores, mesmo dialogando com essas definições, tendem a lançar acepções mais subjetivas, ligadas à especificidade da *família* agricultora, ao seu local de trabalho e de vida, à cultura local, à produção de alimentos, à tradição, à diversidade, associando-a a um valor positivo, como superação de uma condição de inferioridade social e produtiva que era atribuída à *pequena produção*, marginal no capitalismo.

O sindicalismo procura mostrar que a construção da ideia-força *agricultura familiar* seria resultado de lutas políticas, culturais e morais por reconhecimento social. Esta perspectiva de luta por reconhecimento da agricultura familiar na sociedade e perante ao Estado pode ser associada com a “teoria do reconhecimento”¹⁹³ de Honneth (2009). Para este autor existem três formas possíveis de desrespeito social: a) aquelas que afetam a integridade corporal dos sujeitos e, assim, sua *autoconfiança* básica; b) a negação de direitos, que mina a possibilidade de *autorespeito*, à medida que inflige ao sujeito o sentimento de não possuir o *status* de igualdade com os outros e; c) a referência negativa ao valor de certos indivíduos e grupos sociais, que afeta a *autoestima* dos sujeitos. Para estas formas de desrespeito social existiriam três formas correspondentes de lutas por reconhecimento sob as quais os sujeitos podem chegar a “atitudes positivas” para com eles mesmos: “só graças à aquisição cumulativa de autoconfiança, autorespeito e autoestima, como garante sucessivamente a experiências das três formas de reconhecimento”¹⁹⁴, uma pessoa é capaz de se conceber de modo irrestrito como um ser autônomo e individuado e de se identificar com seus objetivos e seus desejos” (Honneth, 2009, p.266). Neste sentido, para os sujeitos humanos chegarem a uma situação “autorregulação infrangível” precisam “além da experiência da dedicação afetiva e do reconhecimento jurídico, de uma estima social que lhes permita referir-se positivamente a suas propriedades e capacidades concretas.” (id., p.198).

Em relação ao caso dos agricultores familiares no Sul do Brasil, percebem-se alguns pontos de contato com esta teoria. No sindicalismo que deu origem à FETRAF o início da discussão sobre a agricultura familiar mostra claramente uma tentativa de superação de uma condição de desrespeito e de baixa autoestima. Segundo aponta Amadeu Bonato (DESER), o início desta discussão ocorreu para substituir o termo *pequena produção* que era considerado pejorativo e escondia os personagens sociais envolvidos:

Nós fizemos um debate. Não se trata de discutir se a produção é ou não pequena. O fato é que independente do tamanho da produção o que importa são os personagens e não o que

¹⁹³ Vale ressaltar que palavra reconhecimento é a tradução do alemão *Anerkennung*. Segundo Valente e De Caux (2010, p.1) é importante ter em mente o termo alemão tem um sentido mais estrito do que o similar em português reconhecimento: “Podemos dizer que o conceito filosófico de reconhecimento não significa simplesmente a identificação cognitiva de uma pessoa, mas sim, tendo esse ato como premissa, a atribuição de um valor positivo a essa pessoa, algo próximo do que entendemos por respeito”.

¹⁹⁴ Segundo Jessé de Souza, Honneth busca em Hegel a discussão sobre reconhecimento social que é “abrangente o suficiente para abarcar as relações afetivas, as relações sociais reguladas pelo direito, além do componente metajurídico da solidariedade.” (2000, p.151)

produzem. Eu acho que [este debate] um pouco acabou favorecendo essa ideia de agricultura familiar que foi assumida rapidamente por um conjunto de entidades (Entrevista ao autor, 2010).

Dando seguimento a este debate, quando estava se estruturando a Frente Sul da Agricultura Familiar, o assessor sindical, Dino Castilhos, escreveu um texto sobre a “construção da identidade da agricultura familiar” que passaria a ser uma referência depois também para a FETRAF-Sul. Nesse texto, é realizado um resgate do debate clássico sobre o campesinato no capitalismo enfocando as posições de Lenin, Kautsky e Chayanov, uma rápida digressão sobre como os movimentos e partidos de esquerda concebem a chamada “pequena produção” no Brasil, para chegar à conclusão de que as expressões “pequena produção” e “agricultura familiar” traziam em si distintas formas de ver os sujeitos presentes na agricultura e “diferentes concepções sobre o papel dos agricultores familiares” na sociedade atual e nos projetos de porvir:

Pequena produção revela uma formulação que deriva da compreensão de uma pequena produção capitalista *incompleta e não desenvolvida*. Ou seja, *os pequenos agricultores são produtores atrasados e marginalizados no capitalismo*, como são explorados fazem parte do proletariado agrícola e, portanto, são uma classe com “potencial revolucionário” para construção de uma sociedade socialista. [...] *os pequenos produtores são uma forma de produção atrasada e imperfeita*, eles ajudarão a construir a sociedade socialista, mas não terão espaço como produtores agrícolas no socialismo, pois formas coletivas e modernas deverão ser as predominantes no novo sistema socialista; Já a expressão “*agricultura familiar*” procura designar uma forma de produção moderna e mais eficiente sob o ponto de vista econômico, social e ambiental. [...] existem diferentes concepções sobre os rumos da sociedade entre os que acreditam no papel estratégico da agricultura familiar. Existem aqueles que não acreditam mais na possibilidade da construção de uma sociedade socialista [...] Por outro lado, existem aqueles que acreditam no papel da agricultura familiar tanto para a luta pela conquista de uma nova sociedade, o socialismo, como na manutenção dos agricultores familiares como forma de organização produtiva dentro da nova sociedade socialista conquistada (Castilhos, 1999, p.4, grifos nossos, ELP).

Este texto, inicialmente elaborado para debate entre os dirigentes, foi publicado na cartilha do Mutirão da Agricultura Familiar (FETRAF-Sul, 2003) para amplo debate no interior da Federação. Sobre seu conteúdo, cabe ainda chamar atenção para a tentativa de diferenciação teórica entre pequena produção e agricultura familiar em que fica evidente que a FETRAF não compactua com as teses marxistas clássicas que previam a decadências e mesmo a extinção das unidades familiares de exploração na agricultura. Ao contrário disso, busca fortalecer o segmento social da agricultura familiar tanto na perspectiva de acumular forças no modo capitalista de produção vigente, quanto para ser o modelo de organização da agricultura em uma possível “sociedade socialista” a ser conquistada.

A construção da identidade da agricultura familiar, então, busca livrar-se do caráter *atrasado, imperfeito e incompleto* que a noção de pequena produção carregava e motivar a sua ressignificação ao ser renomeada como *agricultura familiar*, dando-lhes novos adjetivos positivos, tais como: *produtora de alimentos, moderna, eficiente, sustentável* etc. Nesta elaboração, percebe-se uma clara tentativa da Federação motivar os agricultores a livrarem-se de uma carga de valores negativos do passado procurando inculcar-lhes, com a incorporação de uma nova identidade, valores positivos que motivem “atitudes positivas” (segundo Honneth: autoconfiança, autorespeito e autoestima). Nesse sentido, também é construída a ideia de que seriam os *agricultores familiares* que levam os alimentos à mesa dos brasileiros, buscando o reconhecimento sobre este importante papel que exercem. A Figura 10, capa de

uma publicação da FETRAF-Sul, expressa bem esta tentativa de pensar positivamente o modo de vida (buscado valorizar os elementos do cotidiano dos agricultores como o uso de chapéus de palha de trigo típico dos *colonos*, a produção própria de pães, queijos, vinho, etc.) e de produção diversificada de alimentos para o consumo da família e para o mercado.



Figura 10: Capa da Revista Semear. Fonte: FETRAF-Sul (2005).

Estas atitudes positivas estimuladas pela FETRAF são percebidas pelos dirigentes de base nos municípios e empregadas na leitura que fazem de suas próprias experiências como positivas. O depoimento de um dirigente de cooperativa do município de Constantina-RS é ilustrativo:

eu não tenho dúvida, enquanto dirigente de cooperativa e enquanto agricultor também, que o meio rural hoje é um meio de se viver bem, basta organização e o agricultor acreditar em si mesmo. Porque aquilo que a agricultura oferece hoje, a agricultura familiar, é uma coisa muito rica, é uma coisa que o amanhã vai valer muito dinheiro, o salame, a banha, as hortaliças, as frutas, o mandiocal, o batatal, o mel das abelhas, as chimias. E, ainda, o que ele produz pra vender, pra ganhar renda, o leite, criar a carne corretamente, produzir leite à base de pasto, o soja orgânico, hoje têm mercado diferenciado, ele ganha de 20% a 30% a

mais por ele produzir um produto diferenciado (Adir Lazzaretti, 2004 *apud* Picolotto, 2006).

Percebe-se que há uma intenção de construir a ideia de que “é possível ser feliz”¹⁹⁵ como agricultor familiar, que a agricultura é uma profissão digna, que tem valor.

Acompanhando este processo de incorporação e posituação da agricultura familiar também ocorreu um debate semelhante nos fóruns da CONTAG. A substituição do termo pequena produção pelo de agricultura familiar foi tratado no II Congresso Extraordinário da CONTAG realizado em 1999. Nos Anais deste evento são registrados os motivos da substituição do termo:

O conceito “pequeno produtor” permitia que um de seus parâmetros fosse o tamanho da parcela de terra explorada. O de agricultor familiar carrega uma complexidade econômica, social e cultural muito maior. O objetivo agora não é simplesmente apoiar uma agricultura de subsistência ou de resistência na terra, mas sim de promover o desenvolvimento econômico do trabalhador e da trabalhadora. (CONTAG, 1999, p.41).

Nos Anais do VIII Congresso da CONTAG de 2001 voltou-se ao tema e fez-se a recomendação de que noção de *agricultura familiar* fosse incorporada oficialmente como linguagem pelo movimento sindical e pelos programas que este participa, substituído outros termos tais como: *pequeno produtor e micro ou mini-produtores* (CONTAG, 2001, 94-95). Mesmo que desde meados dos anos de 1990 estivesse sendo usada a expressão agricultura familiar pelo sindicalismo da CONTAG, esta convivia com outros termos e era considerada, muitas vezes, como sinônimo de outros termos. Foi com o aprofundamento do debate sobre o projeto político do sindicalismo que a noção de *agricultura familiar* passou a assumir um significado diferente, positivo, considerado mais adequado pelo conjunto da Confederação.

Nos Anais do X Congresso da CONTAG de 2009 quando é tratado o tema do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável são feitos alguns esclarecimentos de como deve ser concebida a agricultura familiar. Afirma-se que o campo não pode ser visto somente como a “propriedade”, a “produtividade”, as “relações com mercado”. Ao contrário disso, o “campo brasileiro, em especial agricultura familiar, tem que ser local de alegria, prazer e atratividade, para que as famílias aí existentes, em especial, os jovens permaneçam e gostem deste espaço.” (2009, p.41). Nesse sentido, a família agricultora não pode ser vista somente como uma “unidade de produção” ou como um “estabelecimento agrícola” onde somente os produtos da agricultura são valorizados quando entregues ao mercado. Para chegar nesse entendimento, um passo importante foi dado com a incorporação da noção de agricultura familiar que reconhece vários sujeitos políticos no espaço rural:

Um elemento importante deste processo foram os passos dados pelo MSTTR quando deixou de lado o conceito de “pequeno produtor” atribuído pelo segmento dominante, e incorporou a concepção de “agricultura familiar”, que reconhece o campo em sua pluriatividade, abrangendo um conjunto diverso de ações e relações de trabalho que envolve os diversos sujeitos políticos. [...] No lugar de um representante único, geralmente identificado como “chefe de família” a abordagem da agricultura familiar revela a diversidade de integrantes em uma dinâmica de relações, contradições e conflitos. Integram essa dinâmica, mulheres e homens em diferentes fases da vida (adultos, jovens, crianças e

¹⁹⁵ A letra da Música da Agricultura Familiar ilustra estas afirmações: “Sem medo de ser feliz na Agricultura Familiar/ Pois é esta a mão que faz a Nação se alimentar/ A cotia é pioneira na força de organizar/ Todos erguendo as bandeiras viva a luta popular. É possível ser feliz com amor e muita paz/ Foi na terra que aprendi trabalhando com meus pais/ O sindicalismo novo é ferramenta pra lutar/ Trabalhadores fazendo a grande luta popular/ Unindo conhecimento com a coragem de mudar [...] (Grupo Ecosul/Fetraf-Sul, 2006).

pessoas da terceira idade). (2009, 0.41)

Além da afirmação de uma definição de agricultura familiar que distingue os modelos de exploração na agropecuária brasileira, o movimento sindical estava interessado em chamar atenção para os diferentes sujeitos presentes na agricultura familiar. Nesse sentido, alguns depoimentos de dirigentes da FETAG-RS também chamaram atenção para esse aspecto da valorização dos diversos membros da agricultura familiar e da própria atividade praticada por estes agricultores. Heitor Schuch (ex-presidente da FETAG-RS e atual deputado estadual pelo PSB) afirma:

Agricultura familiar é pai, é mãe, é filho, é filha, é genro, é o grupo familiar que tá naquela agricultura, naquela pequena propriedade. Vai até quatro módulos rurais. [...] A pequena propriedade, nós era quinta roda da carroça, nós éramos o lixo, nós não aparecia em lugar nenhum. A partir daí [com o avanço do debate sobre a agricultura familiar] as coisas começaram a crescer, nós começamos a reivindicar. (Entrevista ao autor, 2010).

Pelo depoimento, fica evidente uma percepção de que a noção de agricultura familiar reconhece os diferentes sujeitos presentes na agricultura (pai, mãe, filho, filha, genro) e está associada ao “grupo familiar” que vive e trabalha na agricultura. Teria ocorrido também certa melhora no que se refere ao reconhecimento da atividade após a adoção dessa nova categoria. A agricultura familiar deixou de ser a “quinta roda da carroça”.

É interessante notar que lideranças da FETRAF também fazem afirmações semelhantes sobre o que seria a agricultura familiar:

Se tu vai dizer “pequeno agricultor” parece que tu dizendo que só o homem, lá “pequeno agricultor”. Então a “agricultura familiar” quer dizer que envolve homem, mulher e jovem. Então é uma agricultura *familiar* onde todo mundo faz parte. É essa a visão que nós tivemos no momento de dar o nome da “agricultura familiar”, é quando toda a família participa do processo né, no processo da agricultura, no seu planejamento. (Dilva Brum, dirigente do STR de Constantina e integrante do Coletivo de Mulheres da FETRAF-Sul, entrevista ao autor, 2010).

Pelo que se percebe a noção de agricultura familiar também nessa acepção teria propiciado o reconhecimento de todos os sujeitos presentes (o homem, a mulher, o jovem) na agricultura, propiciando o protagonismo de todos estes sujeitos nas atividades produtivas e também no sindicalismo. Visando atender as especificidades e os possíveis diferentes interesses entre estes sujeitos tanto na FETRAF quanto na FETAG-RS e na CONTAG atualmente existem coletivos ou secretarias de mulheres, de jovens e de idosos que promovem eventos, projetos e pautas de reivindicações específicas para esses públicos. Cada sujeito social da agricultura familiar tem um espaço próprio nas estruturas sindicais.

Conjuntamente com perspectiva de valorização dos diferentes sujeitos sociais presentes na agricultura, o sindicalismo, nas suas duas vertentes, procura situar sua estratégia política de afirmação do modelo da agricultura familiar na ideia-força de que seriam os agricultores familiares os responsáveis por levar para a mesa dos brasileiros o seu alimento, procurando ressaltar frequentemente a sua importância socioeconômica no cenário nacional. Como mostrado ao longo deste trabalho, existem estudos produzidos pela academia e por órgãos governamentais e internacionais (FAO/INCRA e IBGE) que mostram dados que comprovam a tese de que é a agricultura familiar que produz boa parte dos alimentos consumidos no mercado interno. Estes dados são apropriados pelas organizações sindicais na luta política por recursos públicos e na luta simbólica por afirmação deste modelo de agricultura como mais adequado para o país frente ao modelo do *agronegócio*, que estaria

mais interessado em produzir *commodities* para exportação, sem preocupações com o alimento dos brasileiros.

Procurando se apropriar desta ideia-força, a FETRAF elaborou um lema que sintetiza muito bem esta ideia: *Agricultura Familiar: as mãos que alimentam a nação*.¹⁹⁶ Essa ideia de que seriam as *mãos* dos agricultores familiares que produzem os alimentos para a Nação, para o povo brasileiro, além de procurar evidências a sua importância econômica, carrega forte simbolismo uma vez que esse formato de agricultura é caracterizado pelo uso expressivo do trabalho manual nas atividades produtivas. Portanto, seria um trabalho artesanal, feito com todo cuidado, para ir à mesa das pessoas.¹⁹⁷

Essa valorização do trabalho realizado pela família agricultura diretamente envolvida no processo produtivo também afirma um modelo de organização da produção que difere visceralmente de outro modelo em que ocorre a separação de atividades de gestão do trabalho: o modelo patronal. Este último modelo foi historicamente empregado no país pelas grandes fazendas onde o trabalho diretamente envolvido nas atividades produtivas (manual) era realizado primeiramente pelo escravo, depois pelo empregado ou o agregado, enquanto o patrão fazia o gerenciamento (fazendo uso do intelecto, sem sujar as mãos).¹⁹⁸ Neste modelo, que mantém alguns fios de continuidade com os do passado e até mesmo fortaleceu-se nos dias atuais, ocorre um acentuado desprestígio do trabalho manual, realizado por pessoas consideradas de baixa qualificação, que somente podem executar funções braçais, de uso simples de força bruta.

No modelo familiar, diferentemente desta perspectiva de exploração patronal, são valorizadas suas características de não separação entre quem pensa e quem executa as atividades produtivas. Existe uma relação íntima entre a gestão da unidade produtiva familiar e a execução de seu processo produtivo pelos membros da família. Portanto, neste modelo tende a ocorrer uma reversão do qualificativo negativo atribuído ao trabalho manual e aos sujeitos sociais que realizam tais trabalhos.

Pode ilustrar bem esta questão a tendência recente de revalorização dos produtos chamados de *coloniais* no Sul do país. A valorização dos produtos elaborados de maneira artesanal (segundo formas tradicionais de produzir herdadas dos antepassados, os *colonos*) evidencia uma das formas de dar valores positivos para a agricultura familiar, para suas raízes e seus produtos típicos que encontram mercados locais e regionais em consumidores que, muitas vezes tem ou tiveram alguma relação com o meio rural e também valorizam ou passam a dar valor a estes produtos. Como destacado por Longhi e Santos (2003, p.8-9):

A importância que os consumidores têm dado aos chamados *produtos coloniais* deve-se, em grande parte, ao fato de uma parcela significativa da população urbana da maioria das cidades brasileiras mantém ainda um forte vínculo com o meio rural, considerando que o êxodo rural no Brasil iniciou a pouco tempo, comparando-se com outras regiões do mundo. Isso faz com que muitos costumes sejam preservados e também, através das feiras ecológicas, muitos hábitos alimentares vão sendo resgatados, ao contrário da

¹⁹⁶ Mote adotado pela FETRAF-Sul desde a Caravana da Agricultura Familiar realizada na região Sul em conjunto com a candidatura de Lula à Presidência da República em 2001. Também foi adotado pela FETRAF-Brasil desde o seu Congresso de fundação em 2005.

¹⁹⁷ Essa valorização do trabalho manual, artesanal, ligado às formas mais tradicionais de produção (dos antepassados) também faz parte de um processo mais amplo de revalorização das formas de fazer e dos produtos da agricultura sadios, naturais, pouco processados, ligados a tradição local. São produtos considerados típicos da região, tendo um apelo forte à tradição e ao costume, em oposição aos produtos industrializados, considerados artificiais. Para maiores detalhes sobre esse processo de valorização dos “produtos coloniais” ver Dorigon (2008), Silveira et al. (2007) e Mior (2003).

¹⁹⁸ O modelo histórico de separação do trabalho manual do trabalho intelectual é analisado por Prado Jr. (1996).

artificialização e alienação consumista promovida pelos sistemas de comercialização mercantis. (grifo no original).

Lideranças de agricultores familiares também chamam atenção para este diferencial dos produtos *coloniais* e/ou *orgânicos* e para o seu potencial de se estabelecer como um “produto diferenciado” frente aos produtos industrializados:

Temos que abrir mais espaços para a produção orgânica, até por que a tendência agora e de que as pessoas cada vez mais valorizam a saúde, então pra mim hoje vai ter muito espaço no mercado hoje de produtos orgânicos pra se vender. [...] Por que vai ser o diferencial, senão nós não vamos conseguir competir né... Se eu vou fazer um salame convencional, eu vou comprar da Sadia, da Perdigão, da Seara, de outras empresas, muda o que? Só se vender com preço mais barato né. *Agora se eu produzir um produto diferenciado, colonial, orgânico, eu acho que daí vamos ter mercado, vai ter um mercado muito bom* (Adir Lazaretti, entrevista ao autor, 2010).

Pelo que se percebe os produtos *coloniais* passam a ser valorizados não somente por serem elaborados de forma tradicional, mas também, em alguns casos quando a produção é feita de forma *orgânica*, por suas qualidades naturais, o que faz com que tenham um apelo por ser alimentos saudáveis, sem inclusão de insumos artificiais. Nesta acepção, ganham uma dupla qualificação, por serem produzidos de forma diferenciada, pelo trabalho artesanal da família agricultora e ainda por não conterem insumos artificiais prejudiciais à saúde. Seriam produtos social e ambientalmente corretos.

Por fim, cabe salientar que preocupações ambientais estiveram presentes em vários momentos da trajetória de construção de experiências produtivas e de constituição de projetos de agricultura das organizações sindicais ao menos desde a década de 1980. Não foi possível se abordar neste trabalho esta questão com todo o detalhamento que ela merecia. Mas, cabe aqui salientar que esta dimensão tem recebido destacada relevância nas preocupações do sindicalismo e, mais recentemente, tem sido usada, algumas vezes, como um valor positivo que pode ser associado à *agricultura familiar*, ao seu modelo, à sua forma de produzir e aos seus produtos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve o objetivo investigar na trajetória de grupos de agricultores de base familiar, particularmente do estado do Rio Grande do Sul, os caminhos pelos quais os *agricultores familiares* conseguiram se constituir enquanto personagens políticos portadores de uma identidade e um projeto de agricultura próprio. Para isso, partiu-se de uma investigação sociohistórica sobre as origens dos grupos de agricultores de base familiar que, de alguma forma, ensaiaram experiências de organização relativamente autônomas às organizações patronais e buscaram outras possibilidades de organização da agricultura em um estado e um país em que predominam as grandes unidades produtivas.

Ao longo dessa trajetória percebeu-se que foram construídas diversas experiências organizativas, projetos políticos, identidades e algumas disputas políticas e enfrentamentos com as organizações patronais e com o Estado. Nesse processo, grupos de agricultores de base familiar, como os *colonos*, tiveram, em alguns momentos, certo reconhecimento do Estado, podendo ter acesso a pequenas propriedades de terra, desenvolver a agricultura e até mesmo formar organizações de estímulo às suas atividades, de expansão das colônias e de representação política. De outra parte, outros grupos, como os *caboclos*, foram preteridos pelo Estado (com poucas exceções) por serem considerados pouco efeitos ao trabalho e às modernas técnicas e foram obrigados a deslocarem-se para áreas cada vez mais distantes e isoladas, sendo-lhes, na maioria das vezes, negado o acesso à propriedade da terra.

O processo de organização política dos grupos subalternos do campo também evidencia o maior apoio que os *colonos* tiveram seja das Igrejas Católica e Luterana, seja do Estado (em alguns momentos). Desde a formação da Associação Riograndense de Agricultores em 1899, passando pelas caixas de crédito, pelas cooperativas agrícolas, pela Sociedade União Popular, pela Liga das Uniões Coloniais e pela formação do sindicalismo dos trabalhadores rurais promovido pela Frente Agrária Gaúcha que daria origem à FETAG-RS, os *colonos* sempre foram o público prioritário. Eram tidos como mais afeitos ao trabalho, que sabiam se apropriar de novas técnicas, enfim, eram agentes do progresso. As principais expressões políticas dos *caboclos* ocorreram nas iniciativas de resistência à privatização das terras públicas (nos movimentos messiânicos ou se associado às frações das classes dominantes em guerras civis contras as frações que dirigiam o Estado) e no MASTER, onde se destacaram como demandantes de terras e na defesa de mudanças na estrutura agrária.

No processo de modernização da agricultura, durante o regime militar, o sindicalismo dos trabalhadores rurais foi um agente importante no convencimento dos agricultores a modernizarem suas atividades, seja atuando diretamente na realização de encontros e cursos com agricultores e no fornecimento de assistência técnica, seja apoiando e realizando eventos, publicações e realizando demandas ao Estado em favor de mudanças técnicas. Neste processo, até mesmo as categorias que eram usadas para identificar as bases do sindicalismo foram reformuladas e passaram a ser associadas à produção. Órgãos do Estado, trabalhos acadêmicos e o sindicalismo passaram a fazer uso da categoria *pequenos produtores* para nominar a parcela da base do sindicalismo que não vivia do trabalho assalariado. Com esta categoria, além de se procurar substituir a categoria *campesinato* que tinha forte vinculação

política com as bandeiras do período anterior ao golpe de 1964, ainda deslocava para produção e para o tamanho da unidade produtiva (pequena ou grande) os atributos de identificação do grupo. Um *pequeno produtor* seria um produtor de pequena escala de gêneros agrícolas para o mercado.

Outra característica do sindicalismo durante o regime militar foi a sua forte vinculação com a prestação de serviços assistenciais (saúde e previdência). Normalmente a literatura aponta que a intermediação destes serviços por meio do FUNRURAL foi o principal impulsionador da formação de sindicatos de trabalhadores rurais. No entanto, mesmo que a assistência tenha sido assumida como função importante do sindicalismo no RS, não foi a oportunidade de acesso a estes serviços que desencadeou a formação de sindicatos no estado, uma vez que a grande maioria dos STRs ali formados foram criados e reconhecidos antes da entrada em vigor do FUNRURAL.

Ainda que se aponte o apoio ao processo de modernização da agricultura e a prestação de serviços assistenciais como as principais funções desempenhadas pelo sindicalismo durante o regime militar, há que se reconhecer que o sindicalismo também soube se apropriar, em certa medida, das políticas que intermediava, contribuindo para diminuir o peso das relações de mediação tradicionais exercidas por coronéis ou líderes políticos locais sobre os trabalhadores assalariados e mesmo os pequenos proprietários.

A partir do final da década de 1970, com a crise das instituições até então de maior peso como organizadoras do pensamento social (Igreja e suas diferentes alas, sindicatos, esquerdas) ocorreram mudanças, para as quais concorreram também a crise econômica (que afetou fortemente o setor agropecuário) e o enfraquecimento do regime militar que sinalizava para uma abertura. Emergiram novos atores que passaram a expressar as demandas de grupos específicos como os *sem terra*, os *atingidos por barragens*, as *mulheres agricultoras*, entre outros. Surgiram questionamentos quanto à postura de colaboração do sindicalismo com o Estado, do encaminhamento dos conflitos pelas vias oficiais, da centralização das decisões e mesmo quanto à falta de espaço às novas demandas e às novas lideranças que surgiam. Nesse sentido, as estruturas sindicais precisaram se adaptar à nova conjuntura seja assumindo posturas mais críticas aos governos, seja promovendo mudanças na sua forma de atuação e de organização. Com isso, ocorreram importantes mudanças nas pautas, na forma de ação sindical e algumas alterações na sua estrutura.

O sindicalismo que foi um agente ativo no apoio à modernização da agricultura, durante a década de 1980 mudava sua postura, passando a ser um de seus críticos. Como mostra o caso do RS, nesta década foram realizados diversos debates e experiências de *diversificação produtiva e agricultura alternativa* com vistas a romper com a especialização e com a dependência que os processos produtivos modernos haviam causado aos agricultores. Dentre os atores que tiveram importante atuação na construção de uma ruptura com os processos produtivos da modernização destacaram-se o DNTR/CUT e ONGs ligadas ao sindicalismo e à *Igreja progressista*.

Se durante as três primeiras décadas do sindicalismo dos trabalhadores rurais as bandeiras da reforma agrária e dos direitos trabalhistas predominaram em suas demandas, a partir do final da década de 1980 e, principalmente, durante a de 1990 a bandeira da valorização dos *pequenos agricultores* (logo em seguida chamados de *agricultores familiares*) ganhou centralidade. Diversos fatores contribuíram para esta mudança de prioridade do sindicalismo, como tratado nos Capítulos III e IV, mas o que mais aparenta ter contribuído nesta mudança foi a perda do impulso das suas bandeiras tradicionais (a reforma agrária era assumida com maior visibilidade pelo MST e as lutas por direitos trabalhistas tinham perdido o impulso das décadas anteriores); a emergência do debate sobre a *agricultura familiar* no

país (do qual o sindicalismo foi um dos impulsionadores) e; o conjunto de debates gerados durante o processo de unificação formal do sindicalismo dos trabalhadores rurais que propiciou à CONTAG adotar a construção do *projeto alternativo de desenvolvimento* centrado na *agricultura familiar* como sua principal bandeira.

A opção do sindicalismo em priorizar o fortalecimento da *agricultura familiar* ficou explícita na realização dos Gritos da Terra Brasil desde meados dos anos 1990 e na conquista e valorização que deu ao PRONAF e outras políticas que se seguiram.

Como se mostrou durante o trabalho, no RS, desde a origem do sindicalismo, o grupo social que dirigiu a Federação foi o dos pequenos proprietários de origem *colona*. Nos demais estados da região Sul também ocorria uma dinâmica semelhante de predominância de pequenos proprietários. Entretanto, esta não era a mesma configuração de forças que se observava na CONTAG, onde predominavam numérica e politicamente as federações dos estados do Nordeste e Sudeste que representavam assalariados rurais, posseiros, arrendatários, parceiros, pequenos proprietários etc. fazendo com que as principais demandas do sindicalismo nacional fossem a defesa dos direitos trabalhistas e da reforma agrária. Nesta mudança de ordem de prioridade das bandeiras do sindicalismo ocorrida na década de 1990, também ocorria certa nacionalização dos debates e de uma visão sulina sobre a *agricultura familiar*, marcada pela perspectiva de integração aos mercados, pela propriedade familiar, de certa ética do trabalho etc. Neste sentido, o modelo da *agricultura familiar* que o sindicalismo assumiu foi fortemente embasado na realidade e nas experiências do Sul.

Ainda que a convergência de esforços entre a CUT e a CONTAG em sua unificação formal tenha produzido resultados considerados positivos pelas organizações em matéria de conquistas de políticas públicas e de elaboração programática do sindicalismo, as divergências sobre a estrutura sindical e as disputas de espaços de poder entre diferentes grupos deram origem a uma dissidência cutista no Sul do país que formou a FETRAF. Pelo que se apontou no trabalho, os cutistas fizeram o possível para estarem dentro da CONTAG, conquistar espaços no interior da estrutura sindical e terem acesso aos recursos financeiros e simbólicos, mas esbarraram na concorrência com outros grupos políticos e com a força da estrutural sindical estabelecida que limitaram as suas possibilidades de assumir a direção efetiva do movimento sindical de trabalhadores rurais. Mostram bem isso, as sucessivas recusas dos pedidos de filiação das organizações sindicais diferenciadas criadas por cutistas entre assalariados rurais e agricultores familiares em nome da manutenção do princípio da unicidade sindical. Como estas organizações diferenciadas já eram uma realidade em diversos locais, procuraram criar espaços próprios para sua atuação enquanto entidades *orgânicas* da CUT. A FETRAF, criada inicialmente na região Sul, logo se nacionalizou e passou a concorrer com as FETAGs de diversos estados e com a própria CONTAG.

Em matéria de projeto de agricultura as duas estruturas sindicais adotam a construção do *projeto alternativo de desenvolvimento sustentável* centrado na *agricultura familiar* de forma muito semelhante. Em estados, como no RS, têm demandas voltadas para públicos bastante similares. As suas diferenças mais nítidas, pelo que se conseguiu apurar, seriam de orientação política dos dirigentes, sobre o formato da estrutura sindical e as categorias a serem representadas. Enquanto a CONTAG assume a posição de estrutura sindical oficial (reconhecida legalmente pelo Estado), mantém uma postura de defesa da unicidade sindical em sindicatos de base municipal e federações estaduais, representa genericamente todos os *trabalhadores rurais* e, em função disso, congrega uma multiplicidade de categorias sociais e forças políticas em suas bases vinculadas a diferentes partidos políticos e centrais sindicais (CUT, CTB e outras). A FETRAF é uma estrutura *orgânica* da CUT, se organiza em sindicatos e associações sindicais de base que podem ser de âmbito municipal ou regional e

federações estaduais ou interestaduais, defende o pluralismo sindical, representa especificamente a categoria dos *agricultores familiares* e seus dirigentes tendem a ter uma vinculação mais estreita com a CUT e o PT.

As duas organizações sindicais assumem a *agricultura familiar* como um modelo de agricultura a ser implementado no país. Para elas, a *agricultura familiar* corresponde a um modelo de organização da agropecuária assentado em unidades familiares de produção, onde o grupo familiar, em geral, é proprietários dos meios de produção, planeja, gestiona e executa as atividades produtivas e a força de trabalho é predominantemente familiar. Este modelo é considerado mais vantajoso social, econômico e ambientalmente (por ser mais democrática, eficiente e sustentável) quando compara com o modelo de exploração patronal.

Ambas as organizações sindicais procuram construir “atitudes positivas” (Honneth, 2009) associadas à categoria *agricultura familiar*, como identidade política assumida pelo sindicalismo. No processo de incorporação desta identidade ocorreu uma tentativa de superar uma condição de inferioridade social, onde os *pequenos produtores* eram associados ao atraso, à ineficiência, à resistência a mudanças etc. Ao assumir a identidade da *agricultura familiar* foram incorporados novos adjetivos positivos, como *produtora de alimentos, moderna, eficiente, sustentável* etc. Nesta construção de significados, percebe-se uma clara tentativa das organizações sindicais motivarem os agricultores a livrarem-se de uma carga de valores negativos que recebiam no passado procurando adotar valores positivos que aumentem a autoconfiança, o autorespeito e a autoestima. Nesse sentido, também é construída a ideia-força de que são os *agricultores familiares* grandes produtores de alimentos para o mercado interno. São *as mãos que alimentam a nação*, como afirma a FETRAF.

É interessante observar que em três décadas a percepção sobre a agricultura familiar mudou significativamente no país. Se no final da década de 1970 e durante a de 1980 os pequenos agricultores enfrentavam serias crises que ameaçavam a sua existência social e eram considerados pela academia e pelo Estado como um setor social que estava em vias de desaparecimento (o seu fim era eminente). A partir de meados da década de 1990 a situação começa a se alterar significativamente. A agricultura familiar passa a ser alvo de política específicas do Estado, trabalhos acadêmicos e de órgãos do Estado passam a valorizar este modelo de agricultura e as organizações sindicais no campo assumem com maior impulso a *agricultura familiar* como identidade sociopolítica e como projeto de agricultura a ser construído no país. Neste percurso de três décadas percebe-se uma grande mudança de valores atribuídos a este segmento de agricultores e esta forma de exploração agropecuária.

Neste sentido, uma questão que o trabalho evidenciou é que a construção da categoria *agricultura familiar* no Brasil, ao contrário do que querem fazer crer muitos, não é produto exclusivo dos trabalhos acadêmicos a que são atribuídos a primazia do uso do termo e nem tão pouco dos estudos de cooperação FAO/INCRA e das políticas públicas (como o PRONAF). Mas, sua construção no país foi feita por um conjunto de experiências, reflexões e iniciativas de diversos atores, aí incluídas as organizações sindicais. Se, de um lado, o debate acadêmico sobre a agricultura familiar e os trabalhos de cooperação técnica FAO/INCRA foram grandes impulsionadores de uma nova forma de olhar para os segmentos subalternos na agricultura e para a definição de políticas públicas para este público, por outro, a atuação das organizações sindicais e suas elaborações sobre a Lei Agrícola e o *projeto alternativo de desenvolvimento rural*, juntamente com as pressões realizadas pelos Gritos da Terra Brasil por políticas públicas diferenciadas contribuíram para que os pesquisadores formassem os modelos teóricos e para pressionar o Estado a formular as políticas públicas. Esta circulação de informações e de categorias, essa complementaridade entre pesquisas acadêmicas, de agências estatais e internacionais e as ações de reivindicação e proposição do sindicalismo, propiciou

que fosse colocado no centro da discussão sobre políticas públicas para o campo, o *agricultor familiar*.

Alguns temas que apareceram neste trabalho, que não puderam ser tratados com o aprofundamento que mereciam: ficam para trabalhos futuros. Um deles refere-se às disputas políticas e de base entre o sindicalismo dos *trabalhadores rurais* e da *agricultura familiar* com as organizações patronais. Foram apontadas algumas disputas que ocorreram em diferentes momentos sobre a pauta da reforma agrária, sobre o enquadramento sindical e sobre o PRONAF, mas o tema não foi esgotado com todas as possibilidades que poderia abrir. Questões como a grande disparidade de capitais que são mobilizados pelas organizações patronais na luta política com as de agricultores de base familiar em diversos momentos e as suas relações com outros setores econômicos interessados na agricultura e na terra como reserva de valor ficam para outros trabalhos.

Outro conjunto de atores que compete com as organizações sindicais de agricultores familiares que também foi tratado de forma simplificada foram os movimentos que fazem parte da Via Campesina. Estes movimentos além procurarem competir com a CONTAG e FETRAF sobre a melhor forma de nomeação dos segmentos subalternos no campo apresentando a identidade política de *camponês* como concorrente da de *agricultura familiar*, também procuram construir outro projeto de agricultura para o campo que afirmam ser diferente do projeto das organizações sindicais. Estariam interessados em construir um projeto de *autonomia camponesa* para que os agricultores tenham maior domínio sobre os processos produtivos e de vida. As possíveis diferenças e aproximações entre estas duas perspectivas identitárias e de projetos não puderam ser exploradas em todas as suas dimensões.

A origem social (*colona e cabocla*) das bases e das lideranças das organizações foi um tema que se procurou dar tratamento em diversos momentos do trabalho. Entretanto, não foi possível se dar o aprofundamento que o tema merecia em todos os momentos. De um lado, pela falta de informações e de trabalhos acadêmicos sobre o tema que pudessem auxiliar a pensá-lo em toda a sua complexidade e, de outro, pelo fato de que este tema não tem aparecido como uma questão para as organizações de agricultores. Nas declarações de congressos e nos seus documentos em geral são feitas poucas menções à origem social de sua base e de suas lideranças. Nas entrevistas realizadas o tema foi tratado, em geral, de forma sucinta e cuidadosa pelos interlocutores. De toda forma, pelas evidências que foram apresentadas no decorrer deste trabalho, a origem social das principais lideranças das organizações sindicais e das suas bases no Sul do país aparece como um tema interessante para novas pesquisas.

A dimensão ambiental foi uma preocupação que apareceu em diversos momentos da trajetória do sindicalismo desde a década de 1980. Seja nas preocupações com os efeitos negativos da modernização da agricultura que promoviam a erosão do solo e causavam a perda das variedades tradicionais de algumas culturas agrícolas, seja em demandas recentes por pagamentos de serviços ambientais para que os agricultores preservem áreas de matas e nascentes de rios e na associação da *agricultura familiar* como um modelo de exploração agropecuária mais sustentável do que o patronal. Este tema aparenta ter grande potencial para ser explorado nas ações sindicais, suas experiências de agricultura alternativa, orgânica e agroecológica e nas suas propostas políticas.

Por fim, um tema que só foi pontuado brevemente na tese diz respeito aos novos sujeitos que aparecem no interior do sindicalismo requerendo espaços próprios e apresentando demandas específicas. São as mulheres, os jovens, os idosos que estão construindo coletivos ou secretarias nas estruturas sindicais, organizando eventos para tratar de suas demandas específicas e mobilizações de reivindicações aos órgãos públicos. Estes sujeitos apresentam

demandas que vão além das questões da produção, normalmente estão preocupados com as questões de gênero e geração, com a educação, com a qualidade de vida no meio rural, com a sucessão hereditária na agricultura familiar, entre outros temas. Sua organização e suas demandas têm ajudado o sindicalismo a perceber a diversidade de sujeitos e de interesses presentes no meio rural e com isso construir demandas e projetos mais abrangentes, que contemplem diversas dimensões do mundo social para além das tradicionais bandeiras relacionadas ao crédito e à produção. Ajudam a pensar o mundo rural como um espaço de vida e de diversidades social.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. 2 ed. Campinas: Hucitec, 1998.
- ABRAMOVAY, Ricardo. Nova dimensão para as pequenas propriedades rurais. *Gazeta mercantil*. São Paulo, p. A3, 28 jun 2001. Disponível em: <<http://www.econ.fea.usp.br>>. Acesso em: 09 jul 2004.
- AGUIAR, Vilênia P. *Mutirão da Agricultura Familiar*. Projeto CUT/CONTAG de Pesquisa e Formação Sindical. Florianópolis: Escola Sul/CUT, 1998 (Série Experiências n. 8).
- ALEXANDRINO, Gisele Pereira. Acórdão-3ª T - RO 00363-2008-009-12-00-2. Florianópolis, 2009. Disponível em: <http://www.fetrafsul.org.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=36&Itemid=115>. Acessado em: 4 dez 2010.
- ALMEIDA, J. Propostas tecnológicas “alternativas” na agricultura. *Cadernos de difusão tecnológica*, n. 6(2/3), maio/dez, 1989.
- ALVES, Bernard J. P. *A política agrária de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul: governo, legislação e mobilização*. Dissertação (Mestrado), CPDA, UFRRJ, 2010.
- AMADO, Janaína. *A revolata dos Muckers*. 2. ed. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003.
- ANTUNES, Ricardo. *O novo sindicalismo no Brasil*. 2 ed. Campinas: Pontes, 1995.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- ARDENGI, Lurdes G. *Caboclos, ervateiros e coronéis: luta e resistência em Palmeira das Missões*. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História, UPF, Passo Fundo, 2003.
- ARRUDA, Denise. STJ - MS 9392/DF Mandado de Segurança 2003/0212224-0 (DJ 17.12.2004 p.390). Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/jurisprudencia/exibir/294260/STJ-MS-9392-DF-MANDADO-DE-SEGURANCA-2003-0212224-0>>. Acessado em: 4 dez 2010.
- ASSUNÇÃO, José C. S. O Movimento de Evangelização Rural (MER). In: PAIVA, V. (org.) *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Edições Loyola, 1985.
- BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República: de 1889 a 1930*. 4ª ed. São Paulo: Alfa Omega, 1976 (v. 2).
- BASSANI, Paulo. *Frente Agrária Gaúcha e sindicalismo de trabalhadores rurais*. Londrina: EDUEL, 2009.
- BELTRÃO, K. I.; OLIVEIRA, F. E. B.; PINHEIRO, S. S. *A população rural e a previdência social no Brasil: uma análise com ênfase nas mudanças constitucionais*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000 (Texto para discussão n. 759).
- BENETTI, Maria D. *Origem e formação do cooperativismo empresarial no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: FEE, 1992 (Série Teses n.5).
- BERNARDES, N. Bases Geográficas do Povoamento de Estado do Rio Grande do Sul. Ijuí: Editora UNIJUÍ/AGB, 1997. (Coleção Ciências Sociais).
- BITTENCOURT, Gerson L. *Metamorfose no sindicalismo rural: atuação do STR/CUT de Chapecó e região na democratização do poder local*. Dissertação (Mestrado), Cursos de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, UFRRJ, Rio de Janeiro, 2000.

BOCCHI, João I. *Plano real, âncora cambial e estabilização*. São Paulo. Sociedade Brasileira de Economia Política. VI Encontro Nacional de Economia Política, 2001. Disponível em: <<http://www.sep.org.br/artigo/vicongresso19.pdf>>. Acessado em: 20 nov 2010.

BOFF, Leonardo. *E a Igreja se fez povo - eclesiogênese: a Igreja que nasce da fé do povo*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

BONATO, Amadeu *et al.* *Organização sindical dos pequenos agricultores da região Sul*. Curitiba, 1991 (Mimeo).

BONATO, Amadeu A. O DESER na história das organizações da agricultura familiar da região Sul. *DESER 15 anos*, ago 2003.

BOTH DA SILVA, Marcio A. *Por uma lógica camponesa: caboclos e imigrantes na formação do agro do planalto rio-grandense – 1850-1900*. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, Porto Alegre, 2004.

BOTH DA SILVA, Marcio A. “Governar é promover a felicidade da Pátria”: governo e campesinato no Rio Grande do sul da Primeira República. In: MOTTA, M.; ZARTH, P. (org.). *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*. São Paulo: Ed. Unesp/Brasília: MDA/NEAD, 2008. (Coleção História Social do Campesinato no Brasil).

BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BOURDIEU, Pierre. Descrever e prescrever: as condições e os limites da eficácia política. In: BOURDIEU, P. *Economia das trocas lingüísticas*. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2008.

BRANDENBURG, Alfio. Movimento Agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas, *Desenvolvimento e meio ambiente*, nº 6, jul./dez. 2002.

BRASIL, Ida C. P. *Estado, agricultura familiar e desenvolvimento sustentável: construção de uma relação diferenciada*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável), Centro de Desenvolvimento Sustentável, UnB, 2004.

BRESSAN, Suimar J. *Sindicalismo rural e sociedade: relações e história*. Tese (Mestrado), Curso de Pós-Graduação em Economia e Sociologia Rural, UFRGS, Porto Alegre, 1978.

BRESSER PEREIRA Luiz C. A reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle, *Lua Nova*, n.45, 1998.

BRUM, Argemiro J. *A Modernização da agricultura: trigo e soja*. Petrópolis: Vozes, 1988.

BRUMER, Anita *et al.* A exploração familiar no Brasil. In: LAMARCHE, H. *A agricultura familiar: comparação internacional*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

BRUNO, Regina A. L.; DIAS, Marcelo M. *As políticas públicas de crédito para os assentados rurais no Brasil*. Rio de Janeiro, 2004 (Relatório de Consultoria).

CADONÁ, C. V. *Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA: o novo nasce das estradas*. Dissertação (Mestrado), Curso de Mestrado em Educação Nas Ciências, UNIJUÍ, Ijuí, 2004.

CAMARGO, Aspásia. A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964). In: FAUSTO, B. (org.), *História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano*. São Paulo: Difel, 1981 (tomo III).

CAPORAL, Francisco R. *A extensão rural e os limites à prática dos extensionistas do serviço público*. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural, UFSM, 1991.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Caminhos da identidade: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo*. São Paulo: Ed. UNESP/ Brasília: Paralelo 15, 2006.

CARDOSO, Fernando H. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

- CARINI, Joel João. *Estado, índios e colonos: o conflito na reserva indígena de Serrinha norte do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Ed. UPF, 2005.
- CARNEIRO, Maria J. Herança e gênero entre agricultores familiares. *Estudos feministas*, v.9, n. 1, 2001.
- CARVALHO, Abdias V. A Igreja Católica e a questão agrária. In: PAIVA, V. (org.) *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Edições Loyola, 1985.
- CARVALHO, Horácio M. *Campesinato no século XXI*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- CARVALHO, Tarcísio M. “Inimigos do progresso”: dominação de classe e resistência camponesa na Primeira República: a guerra sertaneja do Constestado. In: MOTTA, M.; ZARTH, P. (org.). *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*. São Paulo: Ed. Unesp/Brasília: MDA/NEAD, 2008. (Coleção História Social do Campesinato no Brasil).
- CASAROTO, Irmão C. Marcílio. *Irmão Miguel Dario: “o irmão dos agricultores”*. Porto Alegre: Província Marista, 1977.
- CASSEL, Guilherme. Um novo modelo de desenvolvimento rural. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 11 out 2009. Disponível em: <<http://sistemas.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/137/codInterno/22549>>. Acessado em: 13 dez 2010.
- CASTILHOS, Dino de. *A construção da identidade da agricultura familiar*. Curitiba: DESER, 1999.
- CHAUÍ, Marilena. Prefácio. In: SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo – 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- CHAYANOV, Alexander. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- COLETTI, Claudinei. *A estrutura sindical no campo*. Campinas: Ed. Unicamp, 1998.
- COLOGNESE, Silvio A. *A produção da representação sindical*. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Sociologia Rural, UFRGS, Porto Alegre, 1991.
- CONTERATO, M. A. *A mercantilização da agricultura familiar do Alto Uruguai/RS: um estudo de caso no município de Três Palmeiras*. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, UFRGS. Porto Alegre, 2004.
- CORADINI, Odacir L. Produtores, cooperativismo empresarial e multinacionais: o caso do trigo e da soja. In: Coradini, O.L.; FREDERICQ, A. *Agricultura, cooperativas e multinacionais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- CORADINI, Odacir. Os movimentos sociais no campo no Sul do Brasil. In: TAVARES DOS SANTOS, J. V. *Revoluções camponesas na América Latina*. São Paulo: Ícone, 1985.
- CORADINI, Odacir. *Representações sociais e conflitos nas políticas de saúde e previdência social rural*. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro, 1988.
- CORADINI, Odacir. Ambivalência na representação de classe e a noção de “trabalhador rural”. In: NAVARRO, Z. (org.). *Política, protesto e cidadania no campo*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1996.
- CORDEIRO, Ângela. SCHMITT, Claudia J.; ARMANI, Domingos. *Organizações sociais rurais diante do ajuste: o caso do Brasil*. [Relatório para FAO]. 2003. Disponível em: <<http://www.fetrafsul.org.br/>>. Acesso em: 23, maio, 2005.
- DA ROS, Cesar A. *As políticas agrárias durante o governo Olívio Dutra e os embates sociais em torno da questão agrária gaúcha (1999-2002)*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), CPDA, UFRRJ, Rio de Janeiro, 2006.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, D. (coord.), *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004.

DALLA NORA, Helenice A. D. *A organização sindical rural no rio grande do sul e o surgimento do sindicato dos trabalhadores rurais de Frederico Westphalen (1960-1970)*. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História, UPF, Passo Fundo, 2003.

DE BONI, Luis A. O catolicismo da imigração: do triunfo à crise. In: DACANAL, J. H. (Org.) *RS: imigração & colonização*. 3.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

DE BONI, Luis A.; COSTA, Rovílio. Os italianos no Rio Grande do Sul. In: DE BONI, Luis A.; COSTA, Rovílio. *Cinquentenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud*. 2 ed. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 2000.

DEIFUSS, René A. *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

DELGADO, Guilherme. Agricultura familiar e política agrícola no Brasil: situação atual e perspectivas. *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*, v. 24, n. 3, set-dez, 1994.

DELGADO, Guilherme. *Questão agrária brasileira no pós guerra e sua configuração contemporânea*. Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

DELGADO, Guilherme. et al. Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA). *Texto para Discussão n. 1145*, (IPEA), Brasília, dez. 2005.

DELGADO, Guilherme; SCHWAEZER, Helmut. Evolução histórico-legal e forma de financiamento da previdência rural no Brasil. In: DELGADO, G.; CARDOSO JR., J. C. (org.). *Universalização de direitos sociais no Brasil: a previdência rural nos anos 90*. Brasília: IPEA, 2000.

DELGADO, Nelson G. et al. *Estratégias agroindustriais e grupos sociais rurais: o caso do MERCOSUL*. Rio de Janeiro: Forense, UFRRJ, 1996.

DELGADO, Nelson G. et al. *Desenvolvimento territorial: articulação de políticas públicas e atores sociais*. Rio de Janeiro: Convênio IICA – OPPA/CPDA/UFRRJ, dez. 2007.

DELGADO, Nelson G. *Papel e lugar do rural no desenvolvimento nacional*. Rio de Janeiro: IICA, MDA, CPDA/UFRRJ. 2009.

DIAS, Marcelo M. *As ONGs e a construção de alternativas para o desenvolvimento rural: um estudo a partir da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA)*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2004.

DOMINGUES Alexandre P. Crédito PRONAF: conquista, afirmação e reconhecimento. O processo de formulação de uma política pública. Dissertação (Mestrado), Curso de Mestrado em Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2007.

DORIGON, C. *Mercados de produtos coloniais da Região Oeste de Santa Catarina: em construção*. Tese (Doutorado), Programa de Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

DREIFUSS, René A. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUVOISIN, Lauro A. A. O Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul e o Estado: reflexões sobre a institucionalização de interesses e a intervenção econômica na crise da Primeira República. *Texto de Discussão n.13 - Polis*. Niterói: UFF, 2008.

ECKERT, Cordula. *Movimento dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul: 1960-1964*. Dissertação (Mestrado), CPDA, UFRRJ, Itaguaí, 1984.

ERTZOGUE, Maria H. *Formação dos sindicatos agrícola no Rio Grande do Sul durante a 1ª fase do governo Borges de Medeiros (1905-1909)*. Dissertação (Mestrado), Curso de Pós-Graduação em História, PUC-RS, Porto Alegre, 1992.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 10 ed. São Paulo: Globo/Publicfolha, 2000 (Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro) (v.2).

FAVARETO, Arilson. S. *Agricultores, trabalhadores: estudo sobre a representação sindical dos agricultores familiares brasileiros organizados na CUT*. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UNICAMP, Campinas, 2001.

FAVARETO, Arilson. S. *Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil*. *Revista brasileira de ciências sociais*, v. 21 n. 62 out. 2006.

FERNANDES, Bernardo M. *MST: formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERNANDES, Bernardo M. *Questões da Via Campesina*. Presidente Prudente: NERA, 2004. Disponível em: <<http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera>>. Acesso em: 23, maio, 2005.

FERNANDES, Bernardo M. O MST e as reformas agrárias do Brasil. *Boletim DATALUTA – Artigo do mês*, dez 2008. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/nera/artigodomes/12artigodomes_2008.pdf>. Acessado em: 16 dez 2010.

FERNANDES, Bernardo M. *27 anos do MST em luta pela terra*. Presidente Prudente: NERA, 2010.

FIALHO, Marco A. V. *Rincões de pobreza e desenvolvimento: Interpretações sobre comportamento coletivo*. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, UFRRJ, Rio de Janeiro, 2005.

FILGUEIRAS, Luiz. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: BASUALDO, E. M.; ARCEO, E. *Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales*: Buenos Aires: CLACSO Libros, 2006.

FILGUEIRAS, Luiz; PINTO, E. C. Governo Lula: contradições e impasses da política econômica. In: SEPÚLVIDA, O.; PEDRÃO, F. (Org.). *Reflexões de economistas baianos*. Salvador: Corecon-BA: CORECONBA, 2005, p. 153-184.

FONSECA, Maria T. L. *A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital*. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

FONSECA, Pedro C. D. *O ideário de Vargas e as origens do Estado desenvolvimentista no Brasil*. In: Anais II Congresso Nacional de Historia Econômica, México, 2004. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/decon/publionline/textosprofessores/fonseca/VARGAS-RepVelha_Mexico.pdf>. Acessado em: 19 jan 2011.

FRANÇA, Caio G.; DEL GROSSI, Mauro; MARQUES, Vicente. *A agricultura familiar faz bem ao Brasil*. 2010. Disponível em: <<http://xa.yimg.com/kq/groups/21088855/447395038/name/A+agricultura+familiar+faz+bem+ao+Brasil+25maio10.pdf>>. Acesso em: 10 dez 2010.

FRANTZ, Telmo R. *Cooperativismo empresarial e desenvolvimento agrícola*. Ijuí: FIDENE, 1982.

FREITAS, Décio. *O homem que inventou da ditadura no Brasil*. 4 ed. Porto Alegre: Sulina, 1999.

GASQUES, José G. *et al.* Agricultura familiar – PRONAF: análise de alguns indicadores. XLIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, SOBER. Anais... Ribeirão Preto, 2005.

GEHLEN, Ivaldo. Uma estratégia camponesa de conquista da terra e o Estado: o caso da Fazenda Sarandi. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFRGS, Porto Alegre. 1983.

GEHLEN, Ivaldo. *Terres de lutte et luttés pour la terre*. Nanterre: Universite Paris X, 1991.

GEHLEN, Ivaldo. Políticas públicas e desenvolvimento social rural. *São Paulo em Perspectiva*, n. 18 (2), pp. 95-103, 2004.

GEHLEN, Ivaldo; MÉLO, José L. B. A dinâmica da agricultura no sul do Brasil: realidade e perspectivas, *São Paulo em Perspectiva*, n. 11 (2) 1997.

GERTZ, René E. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1991.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. 2. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.

GIDDENS, A. *A Terceira Via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GIRON, Loraine S. O cooperativismo vinícola gaúcho: a organização inicial. In: DE BONI, Luis A. *A presença Italiana no Brasil*. v. 1. Porto Alegre, EST, 1996.

GIRON, Loraine S.; BERGAMASCHI, Heloisa E. *Terra e homens: colônias e colonos no Brasil*. Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

GOES, Cesar H. B. *A Comissão Pastoral da Terra: história e ambivalência da ação da Igreja no Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFRGS, 1997.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. *Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira - 1960-1980*. São Paulo: Hucitec, 1997.

GÖRGEN, Frei Sérgio. *A resistência dos pequenos gigantes: a luta e a organização dos pequenos agricultores*. Petrópolis: Vozes, 1998.

GRAMSCI, Antonio. Caderno 25 (1934). À margem da história (História dos grupos sociais subalternos). In: GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Risorgimento: notas sobre a história da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. (v.5).

GRAZIANO DA SILVA, José (coord.) *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1978.

GRIGÓ, Luiz A. Alberto Pasqualini: o teórico do trabalhismo. In: FERREIRA, J.; REIS, D. A. *As esquerdas no Brasil - Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (v.2).

GRISA, Cátia; WESZ JR., Valdemar. Políticas públicas para a agricultura familiar: entre avanços e desafios. *Carta Maior*, 25 set 2010. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/analiseMostrar.cfm?coluna_id=4794>. Acessado em: 10 dez 2010.

GRITTI, Isabel R. *Imigração e colonização polonesa no Rio Grande do Sul: a emergência do preconceito*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2004.

GRZYBOWSKI, Cândido. A Comissão Pastoral da Terra e os colonos do sul do Brasil. In: PAIVA, V. (org.) *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Loyola, 1985.

GUANZIROLI, Carlos *et al.* *Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

HEINZ, Flavio M. *Representação política e formação de classe: as organizações da burguesia agrária gaúcha na oposição a reforma agrária - 1985-1988*. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Sociologia Rural, UFRGS, Porto Alegre, 1991.

HELLER DA SILVA, Osvaldo. *A foice e a cruz: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná*. Curitiba: Rosa de Bassi Editora, 2006.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

IANNI, Octávio. *Estado e capitalismo*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

KAGEYAMA, Ângela; BERGAMASCO, Sônia. M. P. Novos dados sobre a produção familiar no campo. . XXVII Congresso Brasileiro de Economia E Sociologia Rural, *Anais...* Piracicaba: SOBER, 1989.

KLAMT, E. Programação e execução de projetos “Operação Tatu”. *Boletim Técnico* n.5. UFRGS, 1970.

KLIEMANN, Luiza H. S. *RS: Terra & poder*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

LAMARCHE, Hughes (coord.). *A agricultura familiar: comparação internacional - Uma realidade multiforme* Campinas: Editora da Unicamp, 1993 (v.1).

LAMARCHE, Hughes (coord.). *A agricultura familiar: comparação internacional: do mito à realidade*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998 (v. II).

LANDIM, Leilah. *A invenção das ONGs: do serviço invisível à profissão impossível*. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro, 1993.

LANDO, Aldair M.; BARROS, Eliane. Capitalismo e colonização: os alemães no Rio Grande do Sul. In: DACANAL, José H. *RS: Imigração e colonização*. 3.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

LEITE, Sergio *et al.* *Avaliando a gestão das políticas agrícolas no Brasil: uma ênfase no papel dos policy makers*. Rio de Janeiro: CPDA, 2007 (Convênio CPDA-NEAD 3 – Projeto GEPOLAGRI – Relatório Parcial).

LENIN, Vladimir I. U. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. 2 ed. São Paulo, SP: Abril Cultural, 1985.

LERRER, Débora F. *Trajetória de militantes sulistas: nacionalização e modernidade do MST*. Tese (Doutorado), CPDA, UFRRJ, Rio de Janeiro, 2008.

LONGHI A.; SANTOS, M. S. *O CETAP e a biodiversidade*. Passo Fundo, 2003. Disponível em: <<http://cetap.org.br/wp-content/uploads/2008/11/o-cetap-e-a-biodiversidade.pdf>>. Acesso em: 15 mar 2010.

MADURO, Acácia M. R. *A prática sindical da FETAG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul)*. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Sociologia Rural, UFRGS, Porto Alegre, 1990.

MAESTRI, Mário. *A aldeia ausente (II)*. II Colóquio Marx-Engels: Centro de Estudos Marxistas, UNICAMP, Campinas. 2001.

MAGALHÃES, Reginaldo S. *Movimento sindical e cooperativismo: as cooperativas de leite da região Sul*. Projeto CUT-CONTAG: São Paulo, 1998 (Série Experiências n. 2)

MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil -1916-1985*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MARÇAL, João B. *Comunistas gaúchos*. Porto Alegre, 1986.

MARQUES, Mário O.; BRUM, Argemiro J. *Uma comunidade em busca de seu caminho*. Porto Alegre: Sulina, 1972.

MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo C. *Impactos sociais da modernização da agrícola*. São Paulo: Ed. Caetés, 1987.

MARTINI, Maria L. F. *Sobre o caboclo-camponês: “um gaúcho a pé”*. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFRGS, 1993.

MARTINS, José de S. *O cativo da terra*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

MARTINS, José de S. *Os camponeses e a política no Brasil*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

MARTINS, José de S. *Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação dos movimentos sociais no campo*. São Paulo: Hucitec, 1988.

MATTEI, Lauro. Políticas de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil: o caso Recente do PRONAF, *Revista econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 38, n. 1, jan. 2007.

MEDEIROS, Leonilde S. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

- MEDEIROS, Leonilde S. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo*. Tese (Doutorado), Programa de Doutorado em Ciências Sociais, UNICAMP, Campinas, 1995.
- MEDEIROS, Leonilde S. “Sem terra”, “assentados”, “agricultores familiares”: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. In: GIARRACCA, N. (org.) *¿Una nueva ruralidad en América Latina?* Buenos Aires: CLACSO, 2001.
- MEDEIROS, Leonilde S. *Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ e UNRISD, 2002.
- MEDEIROS, Leonilde S. A polêmica sobre a atualização dos índices de produtividade da agropecuária. *Carta Maior*, 06 fev 2010. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=4539&boletim_id=644&componente_id=10766>. Acessado em: 16 dez 2010.
- MEDEIROS, Leonilde S.; PACHECO, Maria E.; LEITE, Sergio. *Agricultura familiar e desenvolvimento democrático: notas de uma viagem à Alemanha*. Rio de Janeiro: IBASE, 1994.
- MELO, F. H. Liberalização comercial e agricultura familiar no Brasil. In: ACTIONAID. *Comércio internacional, segurança alimentar e agricultura familiar*. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil/Rebrip, 2001.
- MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MENASCHE, Renata. *Percepções e projetos: agricultura familiar em mudança – o caso da região de Santa Rosa, Noroeste do Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado), CPDA, UFRRJ, Rio de Janeiro, 1996.
- MENASCHE, Renata. *Os grãos da discórdia e o risco à mesa: um estudo antropológico das representações sociais sobre cultivos e alimentos transgênicos no Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFRGS, 2003.
- MENDONÇA, Sônia R. Mundo rural, intelectuais e organização da cultura no Brasil: o caso da Sociedade Nacional de Agricultura, *Mundo agrário: revista de estudios rurales*, v. 1, n. 1, 2000.
- MENDONÇA, Sônia. R. de . A construção de uma nova hegemonia patronal rural: o caso da organização das cooperativas brasileiras. *Revista História Hoje (São Paulo)*, v. 2, n. 6, 2005.
- MIOR, L. C. *Agricultores familiares, agroindústria e território: a dinâmica das redes locais de desenvolvimento rural do oeste catarinense*. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas, Sociedade e Meio-Ambiente), UFSC, Florianópolis, 2003.
- MONSERRAT, J. O cooperativismo na zona de colonização italiana, *Perspectiva econômica - Série cooperativismo*, v.23, n.61, 1988.
- MORAES, M. S. M. O Movimento dos Atingidos pelas Barragens da Bacia do Rio Uruguai e a ação político-educativa dos mediadores. *Revista brasileira de educação*, n.1, jan/abr, 1996.
- MOORE JR, Barrington. *Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo. Introdução. In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (org.). *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*. São Paulo: Ed. Unesp/Brasília: MDA/NEAD, 2008. (Coleção História Social do Campesinato no Brasil).
- MÜLLER, Ana L. *A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos*. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, UFRGS, 2009.

MÜLLER, Geraldo. A economia política gaúcha dos anos 30 aos 60. In: DACANAL, J. H.; GONZAGA, S. *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

MÜLLER, Geraldo. Cem anos de República: notas sobre as transformações estruturais no campo. *Estudos avançados*, v.3 n.7, 1989.

MÜLLER, Geraldo. Agricultura brasileira no futuro MERCOSUL, *São Paulo em perspectiva*, v.9, n.1, 1995.

MÜLLER, João C. As Caixas Rurais e a obra monumental de seu fundador: origem, histórico e evolução. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Maria*, n. 2, 1963.

NASCIMENTO, José A. M. do. *Derrubando florestas, plantando povoados: a intervenção do poder público no processo de apropriação da terra no norte do Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em História, PUC-RS, Porto Alegre, 2007.

NAVARRO, Zander. Democracia, cidadania e representação: os movimentos sociais rurais no estado do Rio Grande do Sul, Brasil, 1978-1990. In: NAVARRO, Z. (org.). *Política, protesto e cidadania no campo*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996.

NAVARRO, Zander. A agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica. In: GASQUES, J. G.; VIEIRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. (org.) *A agricultura brasileira: desempenho recente, desafios e perspectivas*. Brasília: IPEA/MAPA, 2010.

NEVES, Delma P. A agricultura familiar e o claudicante quadro institucional. In: XXIII Congresso de la Asociacion Latinoamericana de Sociologia. *Anais ...* San Carlos: ALAS, 2001.

NEVES, Delma P. Agricultura familiar: quantos ancoradouros!. In: FERNANDES, B.M.; MARQUES M. I. M.; SUZUKI, J. C. (Org.). *Geografia Agrária: teoria e poder*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

NEVES, Delma P. Mediação social e mediadores políticos. In: NEVES, D. P. *Desenvolvimento social e mediadores políticos*, Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.

NOVAES, Regina R. Dissolver a neblina. *Teoria & debate*, nº 08, out-dez, 1989.

NOVAES, Regina. C. R. Continuidades e rupturas no sindicalismo rural. In: BOITO, A. (org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

NOVAES, Regina. C. R. *De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. Rio de Janeiro: Ed. Graphia, 1997.

NUNES, S. P. *O campo político da agricultura familiar e a ideia de "projeto alternativo de desenvolvimento"*. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFPR, Curitiba, 2007.

OFFE, Claus. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OHLWEILER, Otto A. *Sobre o processo de desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Separata da Revista Brasiliense n. 18, 19 e 20, 1959.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. O governo Lula dá adeus à reforma agrária. *Brasil de Fato*, São Paulo, 22 dez 2008. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/3444>>. Acessado em: 16 dez 2010.

ORO, Ari. Religiões afro-brasileiras do Rio Grande do Sul: passado e presente. *Estudos afro-asiáticos*, v.24 n. 2, 2002.

OSÓRIO, Helen. Formas de vida e resistência dos lavradores-pastores do Rio Grande no período colonial. In: MOTTA, M.; ZARTH, P. (org.). *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*. São Paulo: Ed. Unesp/Brasília: MDA/NEAD, 2008. (Coleção História Social do Campesinato no Brasil).

PAIVA, Vanilda. Introdução. In: PAIVA, V. (org.) *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

PALMEIRA, Moacir. A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato. In: PAIVA, V. (org.) *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Loyola, 1985.

PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio. Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas. In: COSTA, L. F.; SANTOS, R. (org.) *Política e reforma agrária*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

PAOLI, Maria C.; TELLES, Vera S. Direitos sociais: conflitos e negociações no Brasil contemporâneo. In: ALVAREZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

PASQUALINI, Alberto. *Bases e sugestões para uma política social*. Santa Maria: Ed. UFSM, 1994. (v.1).

PEREIRA, André; WAGNER, Carlos A. *Monges Barbudos e o Massacre do Fundão*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

PESAVENTO, Sandra J. República Velha gaúcha: “Estado autoritário e economia”. In: DACANAL, J. H.; GONZAGA, S. *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

PESAVENTO, Sandra J. *RS: Agropecuária colonial e industrialização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

PESAVENTO, Sandra J. *História do Rio Grande do Sul*. 7 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

PESAVENTO, Sandra J. O imigrante na política riograndense. In: DACANAL, J. H. (org.). *RS: imigração e colonização*. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

PICOLOTTO, Everton L. “Sem medo de ser feliz na agricultura familiar”: o caso do movimento de agricultores em Constantina-RS. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, UFSM, 2006.

PICOLOTTO, Everton L. Novos movimentos sociais econômicos: economia solidária e comércio justo. *Otra Economía*, v. 2, n. 3-2, 2008.

PICOLOTTO, Everton L. Sindicalismo da agricultura familiar e agroecologia no alto Uruguai do RS. IV Encontro da Rede de Estudos Rurais, *Anais...* Curitiba: UFPR, 2010.

PINTO, Luzia A. C. G. A CONTAG de 64 a 76. In: ARAÚJO, Braz J. *Reflexões sobre a agricultura Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

POLETO, Ivo. As contradições sociais e a pastoral da terra. In: PAIVA, V. (org.) *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

PORTO, Maria S. G.; SIQUEIRA, Deis E. A pequena produção no Brasil: entre os conceitos teóricos e as categorias empíricas. In: PORTO, M. S. G. (org.). *Politizando a tecnologia no campo Brasileiro: dimensões e olhares*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.

PORTO, Silvio I. Segurança alimentar: o papel da política pública no desenvolvimento sustentável. In: SOARES, L. T. *Tempo de desafios: a política social democrática e popular no governo do Rio Grande do Sul*. Petrópolis: Vozes/ Buenos Aires: CLACSO, 2002.

PRADO JR, Caio. *História econômica do Brasil*. 12 ed. São Paulo: Brasiliense, 1970.

PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 23 ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

QUEIROZ, Maria I. P. Uma categoria rural esquecida. [1963] In: WELCH, Clifford *et al.* (org.) *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília: NEAD, 2009. (Coleção História Social do Campesinato Brasileiro).

RAMBAUD, Placide. Os agricultores poloneses em luta pela sua identidade. In: DRABIK, G.; FERNANDES, R. C. *Polônia: o partido, a Igreja, o solidariedade*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.

RAMBO, Arthur B. O associativismo teuto-brasileiro e os primórdios do cooperativismo no Brasil. *Perspectiva econômica – Série cooperativismo*, v.23, n.62-63, jul-dez. 1988, p.11-276.

REDE TA/SUL. Interconectando ideias e ideais na construção da agricultura do futuro. *In*: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. *Reconstruindo a agricultura*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997.

RICCI, Rudá. *Terra de ninguém: representação sindical rural no Brasil*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1999.

ROCHE, J. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969 (v.1).

RODEGHERO, Carla S. Campo x cidade: o discurso católico frente à modernização da agricultura no Rio Grande do Sul. *Anos 90*, n. 7, jul 1997.

RODRIGUES, A. S. *A Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar: um novo sindicalismo em construção*. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFPR, Curitiba, 2004.

RODRIGUES, Carlos H. M. A indústria vinícola gaúcha e o capitalismo: um universo de luta e sobrevivência. *Ciências e letras*, Porto Alegre, n.41, p.101-118, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.fapa.com.br/cienciaseletras/publicacao.htm>>.

RODRIGUES, L. M. *CUT: os militantes e a ideologia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

ROMANO, Jorge O. Discurso e movimentos: o efeito da teoria e a ação política dos trabalhadores rurais do Sul do Brasil. *Comunicação Museu Nacional – UFRJ*, n.11. 1988.

ROMANO, Jorge O. Atores e processos sociais agrários no MERCOSUL, *Estudos Sociedade e Agricultura*, n.6, jul, 1996.

ROSA, Marcelo. Encruzilhadas: acampamentos e ocupações na Fazenda Sarandi, Rio Grande do Sul (1962-1980). *In*: SIGAUD, L.; ROSA, M.; MACEDO M. E. *Ocupações e acampamentos: sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

RÜCKERT, Aldomar A. *A trajetória da terra: ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul – 1827-1931*. Passo Fundo: Editora UPF, 1997.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo – 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SALLUM JR, Brasílio. Metamorfoses do Estado brasileiro no final do século XX, *Revista brasileira de ciências sociais*, v.18, n.52, jun 2003.

SANTOS, Tadeu R. dos. O atual debate no sindicalismo-CUT sobre organização sindical. *GT ANPOCS: Trabalhadores, Sindicatos e a Nova Questão Social*, 2002. Disponível em: <<http://www.ea.ufrgs.br/graduacao/disciplinas/adm01156/CUT.pdf>>. Acessado em: 28 nov. 2010.

SANTOS, Wanderley G. *Cidadania e justiça*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1978.

SCHALLENBERGER, Erneldo. *Redes de associações agrícolas no Sul do Brasil – União Popular e Ligas das Uniões Coloniais: um estudo comparativo*. II Jornada de História Regional Comparada - FEE, 2005. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/2/h1-06.pdf>>. Acessado em: 12 dez 2008.

SCHALLENBERGER, Erneldo. *Associativismo e desenvolvimento comunitário: imigração e produção social do espaço colonial no sul do Brasil*. Cascavel: Editora Unioeste, 2007.

SCHALLENBERGER, Erneldo. Cooperativismo e política: redes de associações e Estado na constituição do marco tecnológico e na organização da agricultura sul-brasileira no período Vargas, *Informe GEPEC*, v.8, n.1, 2004. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/index>>. Acesso em: 5 jan 2009.

SCHERER, Dom Vicente. *A questão Agrária: a voz do pastor*. Porto Alegre: FAG, 1969.

SCHERER, Ilse. *Associativismo e sindicalismo Rural no Rio Grande do Sul*. Tese (Mestrado), Curso de Pós-Graduação em Economia e Sociologia Rural, UFRGS, 1972.

SCHERER-WARREN, Ilse. “Redescobrir a nossa dignidade”: avaliação da utopia da libertação na América Latina. In: SCHERER-WARREN, I. *Redes de movimentos sociais*. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo J. *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SCHILLING, Paulo R. *Trigo: o trigo e o latifúndio no Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1959.

SCHILLING, Paulo R. *Crise econômica no Rio Grande do Sul: a crise agropecuária*. Porto Alegre: Difusão de Cultura Técnica, 1961.

SCHMITT, Cláudia J. *O tempo do acampamento: a construção da identidade política do “colono sem-terra”*. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFRGS, Porto Alegre, 1992.

SCHMITT, Cláudia J. A CUT dos colonos: história da construção de um novo sindicalismo no campo no Rio Grande do Sul. In: NAVARRO, Zander (org.). *Política, protesto e cidadania no campo*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996.

SCHMITT, Cláudia J. *Tecendo as redes de uma nova agricultura: um estudo socioambiental da região serrana do Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFRGS, Porto Alegre, 2001.

SCHMITT, Cláudia J. *Transição para a agroecologia na Região Sul*. Encontro Nacional de Agroecologia, 2002, Rio de Janeiro. Disponível em: <www.encontroagroecologia.org.br/files/Transicao_Sul.rtf>. Acesso em: 10 jul 2009.

SCHMITZ, Heribert; MOTA Dalva M. Agricultura familiar: categoria teórica e/ou de ação política? *Fragmentos de cultura*, Goiânia, v. 16, n. 11/12, nov./dez. 2006.

SCHNEIDER, Sergio; FIALHO, Marco A. V.. Pobreza rural, desequilíbrios regionais e desenvolvimento agrário no Rio Grande do Sul. *Teoria e evidência econômica*, Passo Fundo - RS, v. 8, n. 15, 2000.

SCHNEIDER, Sérgio. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. *Estudos sociedade e agricultura*, n.16, abr 2001.

SCHNEIDER, Sérgio. et al. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, Marcelo K; MARQUES, Paulo E. M. (org.). *Políticas públicas e participação social no Brasil rural*. Porto Alegre, 2004.

SEIFERT, Raquel Q. *Guerra Fria e estratégias ideológico-sociais da extensão rural (1046-1963)*. Florianópolis: UFSC, s.d. (Mimeo).

SEVILLA GUZMÁN, E. *Agroecología y desarrollo rural sustentable: una propuesta desde Latino América*. XI Curso Intensivo em Agroecologia: Princípios y Técnicas Ecológicas Aplicadas a la Agricultura. Rosario, 2000.

SIGAUD, L.; ROSA, M.; MACEDO M. E. Ocupações de terra, acampamentos e demandas ao Estado: uma análise em perspectiva comparada. *DADOS: Revista de Ciências Sociais*, v.51, n.1, 2008.

SILVA, Lyndolpho. *Relação das federações filiadas à Utab*, s/d. [Arquivo Lyndolpho Silva]. Disponível em: <<http://www.ufrj.br/cpda/als/>>. Acesso em: 15 jan 2010.

SILVA, Lyndolpho. A construção da rede sindical rural no Brasil pré 1964. *Estudos sociedade e agricultura*, n. 2, jun 1994 (Entrevista realizada por Luiz Flávio de Carvalho Costa, em 2 de abril de 1990).

SILVA, M. R.; REICH, L. *A FETRAF-Sul/CUT e o novo sindicalismo*. Chapecó: FETRAF, 2002.

SILVEIRA, P. C. da et al. A produção artesanal de vinhos na região da Quarta-Colônia/RS: (re)criação e transformação do circuito de produção-distribuição-consumo. Congresso da

Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. *Anais...* Londrina: SOBER, 2007.

SINGER, Paol; SOUZA, A. (org.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

SOARES, José de L. *O PT e a CUT nos anos 90: encontros e desencontros de duas trajetórias*. Brasília: Fortium, 2005.

SOUZA, Jessé de. Uma teoria crítica do reconhecimento. *Lua nova*, n.50, 2000.

SOUZA, Raquel P. *As transformações na cadeia produtiva do leite e a viabilidade da agricultura familiar: o caso do sistema COORLAC (RS)*. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, UFRGS, Porto Alegre, 2007.

SOUZA, Sirlei de F. *Tradição x modernização no processo produtivo rural: os Clubes 4-S em Passo Fundo (1950-1980)*. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História, UPF, Passo Fundo, 2003.

SPONCHIADO, Breno A. *O positivismo e a colonização do Norte do Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História, PUC-RS, Porto Alegre, 2000.

STEPHANES, Reinhold. Agricultura familiar: uma leitura apressada. *Valor Econômico*, São Paulo, 24 fev 2010. Disponível em: <<http://www.sae.gov.br/site/?p=2893>>. Acessado em: 13 dez 2010.

TAMBARA, Elomar. *RS: modernização e crise na agricultura*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

TARGA, Luiz R. P. A fundação do estado burguês no Rio Grande do Sul (1891-1913). V Congresso de História Econômica da ABPHE, *Anais...* Caxambu, 2003.

TARROW, Sidney. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes, 2009.

TAVARES DOS SANTOS, José V. A gestão da recusa: o “Colono Retornado” dos projetos de colonização na Amazônia. In: TAVARES DOS SANTOS, José V. (org.) *Revoluções camponesas na América Latina*. São Paulo: Ícone Editora, 1985.

TAVARES DOS SANTOS, José V. *Matuchos: exclusão e luta*. Petrópolis: Vozes, 1993.

TEDESCO, João C.; CARINI, Joel J. *Conflitos agrários no norte gaúcho 1960-1980*. Porto Alegre: EST, 2007.

TEIXEIRINHA. *O Colono*. [Música] 1967. MP3.

TEPICHT, Jerzy. *Marxisme et agriculture: le paysan polonais*. Paris, Armand Colin, 1973.

THOMPSON, Edward. P. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

THOMPSON, Edward. P. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987a (v.1).

THOMPSON, Edward. P. *A formação da classe operária inglesa: a força dos trabalhadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987b (v.3).

THOMPSON, Edward. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TREVISAN, Albino. *Respiga marista: educação e ação social no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Edipucrs, 2009.

TURA, Letícia R. *Gritos do campo: reconhecimento político e exercícios de cidadania no Pará*. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFRJ, 1996.

VALENTE, Júlia L.; DE CAUX, Luiz P. O que é a teoria do reconhecimento? *Pólos de Cidadania*, UFMG, 2010. Disponível em: <<http://www.polos.ufmg.br/grupos-de-estudos/bibliografia>>. Acesso em: 15 jan. 2011.

- VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento agrícola: uma visão histórica*. São Paulo: Hucitec, 1991.
- VEIGA, José Eli da. Agricultura familiar e sustentabilidade. *Cadernos de ciência e tecnologia*, v.13, n. 3, set./dez. 1996.
- VENCESLAU, Paulo T. Limpar o terreno, *Teoria & debate*, n. 6, abr-jun, 1989.
- WANDERLEY, Maria N. B. *Raízes históricas do campesinato brasileiro*. XX Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 1996.
- WANDERLEY, Maria N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade, *Estudos sociedade e agricultura*, n. 21, out., 2003.
- WANDERLEY, Maria N. B. *O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.
- WESZ JR, Valdemar. *As políticas públicas de agroindustrialização na agricultura familiar: análise e avaliação da experiência brasileira*. Dissertação (Mestrado), CPDA, UFRRJ, Rio de Janeiro, 2009.
- ZAMBERLAM, Jurandir. *MERCOSUL: caminhos ou descaminhos do pequeno agricultor*. Passo Fundo: Berthier, 1993.
- ZAMBERLAM, Jurandir; FRONCHETI, Alceu. *Cooperação agrícola: melhoria econômica ou novo projeto de vida?* Passo Fundo: Berthier, 1992.
- ZARTH, Paulo A. *História agrária do Planalto gaúcho – 1850-1920*. Ijuí: Editora Unijuí, 1997.
- ZARTH, Paulo A. O lavrador nacional. In: CARVALHO, Horácio M. *O campesinato no século XXI*. Petrópolis: Vozes, 2005.

DOCUMENTOS CITADOS

- A FILIAÇÃO da CONTAG à CUT e a estratégia para o setor rural: um debate urgente e necessário. Brasília, out. 2001.
- A VOZ DO AGRICULTOR. Confisco: a preparação, a mobilização, o dia do protesto e as lições de luta. Boletim dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais – Regional de Ijuí, ano 2, n.3 jun 1980.
- ABCAR. O trabalho de extensão rural com a juventude. Diretrizes. Rio de Janeiro, 1967.
- AGRICULTURA ALTERNATIVA. CETAP, alternativa popular. Passo Fundo, ano 1, n.2, 1991.
- AGRICULTURA ALTERNATIVA. Sindicalistas debatem Política Agrícola Municipal. n.9, ago-out., 1992.
- BANCO CENTRAL. Resolução nº 2.191, de 24 de agosto de 1995.
- BRASIL. Decreto-Lei n. 1166, de 15 de abril de 1971.
- BRASIL. Lei Complementar n. 11, de 25 de maio de 1971.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988.
- BRASIL. Lei Agrícola, 1991 (Lei n. 8.171, de 17 de jan. de 1991).
- BRASIL. Lei Agrária, 1993 (Lei n. 8.666, de 21 de jun. de 1993).
- BRASIL. Decreto Presidencial n.1946, de 28 de junho de 1996.
- BRASIL. Lei da Agricultura Familiar, 2006 (Lei n. 11.326 de 24 de julho de 2006).
- CARTA DE CHAPECÓ. Em defesa da agricultura familiar. I Encontro da Agricultura Familiar da Região Sul. Chapecó, 1997.

CARTA DE FRANCISCO BELTRÃO. III Encontro da Agricultura Familiar da Região Sul. 1999

CEDI. Sindicalismo no campo – Entrevistas. *Cadernos do CEDI*, n.20. 1989.

CNA. Estudo da FGV comprova: IBGE errou no Censo Agropecuário 2006 ao dizer que a agricultura familiar, sozinha, é quem alimenta o Brasil. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.canaldoprodutor.com.br/comunicacao/noticias/estudo-da-fgvcomprova-ibge-errou-no-censo-agropecuário-2006-ao-dizer-que-agric>>. Acessado em: 15 dez 2010.

CNA/FGV. *Quem produz o que no campo: quanto e onde*. Brasília: CNA, 2004. (Coletânea Estudos Gleba; 34).

CNA/FGV. *Quem produz o que no campo: quanto e onde II: censo agropecuário 2006: resultados: Brasil e regiões*. Brasília: CNA, 2010.

CONSOLIDAR a Implantação da CUT no Meio Rural: uma tarefa urgente e necessária. São Paulo, jan. 2002.

CONTAG. Chapa eleita na assembléia de constituição. 1963 (Arquivo Lyndolpho Silva). Disponível em: <<http://www.ufrj.br/cpda/als/>>. Acesso em: 15 jan 2010.

CONTAG. Anais do II Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. Brasília, 1973.

CONTAG. A CONTAG no Seminário sobre Pequenos Agricultores. *O trabalhador rural*, n.9-12, set-dez 1975.

CONTAG. Anais do III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. Brasília, 1979.

CONTAG. *O trabalhador rural*, n. especial, jan-fev. 1981.

CONTAG. Política Agrícola e Pequenos Agricultores. Brasília, 1984.

CONTAG. Conclusões do IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. Brasília, 1985.

CONTAG. Projeto Nacional de Política Agrícola. Brasília, 1988.

CONTAG. Proposta do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais para as Leis Agrária e Agrícola. 1989.

CONTAG. Anais do V Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. Brasília, 1991.

CONTAG. Anais do I Congresso Nacional Extraordinário dos Trabalhadores Rurais. Brasília, 1994.

CONTAG. Anais do VI Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. Brasília, 1995a.

CONTAG. Documento Base do VI Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. Brasília, 1995b.

CONTAG. Anais do VII Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. Brasília, 1998.

CONTAG. Anais do II Congresso Nacional Extraordinário dos Trabalhadores Rurais. Brasília, 1999.

CONTAG. Anais do VIII Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. Brasília, 2001.

CONTAG. 40 anos de lutas ao lado do homem e da mulher do campo. Brasília, 2004.

CONTAG. Documento Base do IX Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. Brasília, 2005.

CONTAG. Anais do X Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. Brasília: CONTAG, 2009.

CREHNOR. Nossa história. 2010. Disponível em: <<http://www.crehnor.com.br/?menu=historia>>. Acessado em: 17 dez 2010.

CRESOL. Cresol Central - Área de atuação. 2010. Disponível em: <<http://www.cresolcentral.com.br/apresentacao.do>>. Acessado em: 25 jan 2011.

CTB. Congresso de Fundação da CTB: uma central democrática e classista. *Revista da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil*, fev 2008.

CUT. Almanaque da CUT. São Paulo, 1986a.

CUT. Resoluções do II Congresso Nacional da CUT. Rio de Janeiro, 1986b.

CUT. Panorama dos ramos da CUT. São Paulo, 2002.

CUT. Resoluções do IX CONCUT - Trabalho e democracia: emprego, renda e direitos para todos os trabalhadores e trabalhadoras. São Paulo: CUT, 2006.

CUT. Caderno de Resoluções da XII Plenária Nacional da CUT. São Paulo, ago. 2008.

CUT. Resoluções do X CONCUT - Desenvolvimento com trabalho, renda e direitos. São Paulo: CUT, 2009a.

CUT. Sobre o Congresso Nacional da CONTAG. São Paulo: CUT, 2009b. Disponível em: <<http://www.cut.org.br/destaques/19304/nota-da-cut-sp>>. Acessado em: 16 dez 2010.

CUT/CONTAG. Desenvolvimento e sindicalismo Rural no Brasil. Brasília, 1998 (Projeto CUT/CONTAG).

DESER. Cartilha do PRONAF - Crédito. Curitiba, 2000.

DETR-RS. Caderno de Teses do I Congresso Estadual do Departamento Rural. Passo Fundo, 1990.

DETR-RS. II Congresso Estadual: organizando a produção e construindo um novo sindicalismo. Passo Fundo, 1993.

DETR-RS. Resoluções III Congresso Estadual: organizando a produção, construindo um novo sindicalismo e fortalecendo a agricultura familiar. Porto Alegre, 1996.

DNTR/CUT. Proposta para um Projeto de Lei Agrícola. São Paulo, 1990a.

DNTR. Resoluções do I Congresso do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais. São Paulo, 1990b.

DNTR. Resoluções do II Congresso do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais. São Paulo, 1993a.

DNTR. Resoluções da I Plenária Nacional. Praia Grande, 1993b.

DNTR/CUT. Relatório do Seminário Nacional de Cooperação Agrícola e sua Relação com o Sindicalismo Rural. Goiânia, 27-29 nov. 1992.

DNTR/CUT. Seminário Nacional da CUT: Sindicalismo Rural. Goiânia, 1994.

DNTR/CUT. Construir a unidade na diversidade - Plataforma da CUT para VI Congresso da CONTAG. Cajamar, 1995.

ENCONTRO Fronteiriço de Organizações Rurais. Santo Cristo, 1991.

ESCOLA SINDICAL MARGARIDA ALVES. Sindicalismo. Francisco Beltrão, 1986.

EXTENSÃO RURAL. Operação Tatu recupera solos no Rio G. do Sul: barba de bode perdeu a vez. *Extensão rural*, n.35, nov. 1968.

FAG. Carta de Reivindicações e Ação do I Congresso Estadual dos Trabalhadores Rurais: Porto Alegre, 1962.

FAG. *Queremos ser gente: um movimento de agricultores cristãos*. Porto Alegre: FAG, 1977.

FAO/INCRA. *Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável*. Brasília, 1994 (Versão resumida do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036).

FAO/INCRA. *Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico*. Brasília, 1996.

FAO/INCRA. *Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil redescoberto*. Brasília, 2000.

FARSUL. Declaração de princípios. Porto Alegre, 1961.

FARSUL. *FARSUL:70 anos – 1927-1997*. Porto Alegre, 1997.

FARSUL. FARSUL pede credenciamento para fornecer declaração que identifica beneficiários do PRONAF. 2008. Disponível em: <http://www.farsul.org.br/pg_informes.php?id_noticia=729>. Acessado em: 14 dez 2010.

FARSUL. FARSUL e Senar participam da abertura do pavilhão da agricultura familiar na Expointer. 2010. Disponível em:
 <http://www.farsul.org.br/pg_informes.php?id_noticia=1176>. Acesso em: 18 fev 2011.

FetraF-sul. FETRAF-SUL na mira da lei: FETAESC requer ação declaratória de inexistência da FETRAF-SUL. Florianópolis. 2008. Disponível em:
 <http://www.fetaesc.org.br/justica/mira_da_lei.php>. Acessado em: 4 dez 2010.

FETAG/FAG. Carta de Reivindicações e Ação do V Congresso Estadual dos Trabalhadores Rurais: Porto Alegre, 1971.

FETAG/FAG. Carta de Reivindicações e Ação do VI Congresso Estadual dos Trabalhadores Rurais: Porto Alegre, 1973.

FETAG-RS. V Congresso dos Trabalhadores Rurais do RGS. Revista rural O Tatu, n.04, 1971.

FETAG-RS. Relatório do I Congresso de Técnicos Agrícolas. Viamão: FETAG, 1978a.

FETAG-RS. Assembléia Geral Extraordinária. Porto Alegre, 1978b.

FETAG-RS. Sugestões para o enquadramento sindical - Assembléia Geral Extraordinária. Porto Alegre, 1978c.

FETAG-RS. Projeto de Política Agrícola de Viabilização Social e Econômica da Pequena Propriedade Familiar. Porto Alegre, 1988.

FETAG-RS. *FETAG/RS: 30 anos de luta 1963-1993*. Porto Alegre: FETAG-RS, 1993.

FETAG-RS, Relatório do Seminário Estadual Sobre Agricultura Familiar. Viamão, 1996.

FETAG-RS. Plano de Ação do MSTR para 2000 – Agricultura Familiar: bom para o Brasil, melhor para você. Esteio, 1999.

FETAG-RS. *FETAG/RS 1963-2003: a força da mobilização consolidada no tempo*. Porto Alegre: FETAG-RS, 2003a.

FETAG-RS. Diretrizes aprovadas no XIII Congresso da FETAG. Porto Alegre: FETAG, 2003b.

FETAG-RS. Diretrizes aprovadas no IX Congresso Estadual dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais para o quadriênio 2008-2011. Porto Alegre: FETAG, 2007.

FETAG-RS. Jornal da FETAG-RS. Porto Alegre. (Várias edições 2009-2010).

FETRAF-BRASIL. Resoluções do I Congresso Nacional da Agricultura Familiar. Brasília, nov. 2005.

FETRAF-BRASIL. Quem somos. 2007. Disponível em: <<http://www.fetraF.org.br>>. Acessado em: 20 jan. 2008.

FETRAF-BRASIL. Resoluções do II Congresso da FETRAF-Brasil/CUT. Brasília, ago. 2009.

FETRAF-BRASIL. Agricultura Familiar, as mãos que alimentam a Nação. [Panfleto] (s.d.).

FETRAF-SUL. Resoluções do I Congresso Sindical da Agricultura Familiar. Chapecó, mar. 2001a.

FETRAF-SUL. Agricultura familiar na região Sul do Brasil: subsídios para a Caravana da Agricultura Familiar. 2001b. (Texto preliminar para debate na FETRAF-Sul).

FETRAF-SUL. Estatutos sociais. Chapecó, 2001c.

FETRAF-SUL. Sistematização e avaliação do Projeto Terra Solidária. Chapecó/Florianópolis, 2002.

FETRAF-SUL. Mutirão da Agricultura Familiar. Chapecó, 2003.

FETRAF-SUL. Resoluções do I Congresso da FETRAF-Sul/CUT. Chapecó, mar. 2004.

FETRAF-SUL. Pauta Reivindicações. Chapecó, 2005a.

FETRAF-SUL. Semear em revista: semente do novo sindicalismo. n.1. nov. 2005b.

FETRAF-SUL. Resoluções do II Congresso da FETRAF-Sul/CUT. Francisco Beltrão, mar. 2007.

FETRAF-SUL. Federação repudia acusações e não teme denunciamento infundado e irresponsável. Chapecó: FETRAF-Sul, 2008. Disponível em: <<http://www.cut.org.br/destaque-central/33904/fetrafr-sul>>. Acessado em: 5 jan 2011.

FETRAF-SUL. Documento Base do III Congresso da FETRAF-Sul/CUT. Erechim, mar. 2010.

FETRAF-SUL. I Encontro Sul de Integrados encerra com mobilização. Concórdia. Disponível em: <http://www.fetrafrsul.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=239:1o-encontro-sul-de-integrados-encerra-com-mobilizacao&catid=1:ultimas-noticias&Itemid=104>. Acesso em: 17 abr 2011.

FÓRUM SUL DOS DETRS. I Plenária do Fórum Sul dos DETRS. Chapecó, 1993.

FÓRUM SUL DOS DETRS. Reunião da Coordenação. Chapecó, dez 1995.

FÓRUM SUL DOS DETRS. Reunião da Coordenação. Curitiba, mar, 1996.

FÓRUM SUL DOS RURAIS. II Encontro da Agricultura Familiar da Região Sul – Organização sindical de base. 1998.

FÓRUM SUL DOS RURAIS. Relatório do debate sobre a construção da Frente Sul da Agricultura Familiar. Chapecó, 1999.

FÓRUM SUL DOS RURAIS. Organização sindical da agricultura familiar. (s.d.)

FUNAI. O SPI. 2010. Disponível: <<http://www.funai.gov.br/quem/historia/spi.htm>>. Acessado em: 15 jan 2011.

GRITO DA TERRA BRASIL. Relatório do II Encontro Coordenação do Grito. Brasília, 1994a.

GRITO DA TERRA BRASIL. Relatório do III Encontro Nacional das Entidades Promotoras e de Apoio ao Grito da Terra Brasil. Brasília, 1994b.

GRITO DA TERRA BRASIL. Pauta Nacional de Reivindicações. Brasília, 1994c.

GRITO DA TERRA BRASIL. Pauta Nacional de Reivindicações. Brasília, 1995.

GRITO DA TERRA BRASIL. Pauta de Reivindicações do Grito da Terra Brasil/96. Brasília, 1996a.

GRITO DA TERRA BRASIL. Dossiê 1996. Brasília, 1996b.

GRITO DA TERRA BRASIL. Pauta de Reivindicações do Grito da Terra Brasil. Brasília, 1997.

GRITO DA TERRA BRASIL. Entrega de Pauta de Reivindicações ao Congresso e ao Presidente da República. s.d.

GRUPO ECOSUL/FETRAF-SUL. Música da agricultura familiar. Disponível em: <<http://www.fetrafrsul.org.br>>. Acesso em: 10 jan 2006.

IBGE. População jovem no Brasil: a dimensão demográfica. 1996. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/populacao_jovem_brasil/comentario1.pdf>. Acessado em: 21 abr. 2010.

IBGE. *Censo Agropecuário 2006 – Agricultura Familiar: primeiros resultados - Brasil, grandes regiões e unidades da federação*. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

INCRA. II Plano Nacional de Reforma Agrária. Brasília: MDA/INCRA, 2003.

MAARA/CONTAG. Propostas e recomendações de política agrícola diferenciada para o pequeno produtor. Brasília, 1994 (Relatório da Comissão Técnica MAARA/ CONTAG, Portarias MAARA 692, de 30/11/93 e 42, de 24/01/94).

MANUAL OPERACIONAL DO PRONAF: *Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar*. Ministério da Agricultura e Abastecimento: Secretaria de Desenvolvimento Rural. Brasília, 1996.

MDA. Programa Mais Alimentos. 2010. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/maisalimentos>>. Acesso em: 15 mar 2011.

MPA. Origem e organização do Movimento dos Pequenos Agricultores. Porto Alegre, 2003.

MPA. Agrofloresta produtiva - Cartilha do Movimento dos Pequenos Agricultores para implantação de sistemas agroflorestais para produção de alimento e energia. 2007.

MPA. Cartilha de preparação para o III Encontro Nacional do MPA – Plano Camponês: por soberania alimentar e poder popular. 2009.

MPA. Pauta Estadual MPA 2011. Santa Cruz do Sul, fev. 2011a. Disponível em: <<http://agriculturacamponesa.blogspot.com>>. Acesso em: 17 abr. 2011.

MPA. Pauta 2011 MPA Brasil. Brasília, fev. 2011b. Disponível em: <<http://agriculturacamponesa.blogspot.com>>. Acesso em: 17 abr. 2011.

PORTAL DA CIDADANIA. Mapa dos Territórios. 2011. Disponível em: <<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/one-community>>. Acessado em: 30 jan 2011.

REDE TA/SUL. Interconectando ideias e ideais na construção da agricultura do futuro. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (org.) *Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento sustentável*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1997.

REVISTA RURAL O TATU. Setenta mil jovens rurais: o grande desafio agrícola. n.4, abr. 1971.

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS. Agricultura Brasileira Século XXI. Brasília, jun. 2009 (Versão preliminar para discussão).

SEMINÁRIO Memória Camponesa RS. Lula pela terra. DVD, 2007 (Vídeo Ver. Completa).

SEMINÁRIO sobre Sindicalismo Rural. Caderno de depoimentos de lideranças sindicais rurais. Rio de Janeiro, 1983.

UNICAFES. História da UNICAFES. 2010. Disponível em: <<http://www.unicafes.org.br/unicafes.php>>. Acessado em: 19 dez. 2010.

VALOR ECONÔMICO. Com discreto aval do Planalto, CONTAG avança sobre base da CNA. São Paulo, 21/03/2011.

ANEXO – ENTREVISTA REALIZADAS

Entrevistado	Organização e Cargo que ocupou	Data	Local
Adir Lazzaretti	Presidente da COOPAC Dirigente do STR de Constantina	15/02/2010	Constantina
Altemir Tortelli	Coordenador do DETR-RS Secretário Geral do DNTR Vice-presidente da CUT Nacional Coordenador da FETRAF-Sul Deputado estadual pelo PT	19/06/2010	Erechim
Amadeu Bonato	Integrante do DESER	24/11/2010	Curitiba
Carlos Karlinski	Presidente STR de Ijuí Secretário Geral da FETAG-RS	17/02/2010	Ijuí
Cláudio Rockenbach	Coordenador da FAG	23/06/2010	Novo Hamburgo
Cleusa Tomazelli	Integrante do Coletivo de Mulheres da FETRAF-Sul	08/10/2008	Constantina
Décio Favareto	Integrante do CAMP Dirigente do PT	18/06/2010	Constantina
Dilva Brum	Dirigente do STR de Constantina Integrante do Coletivo de Mulheres da FETRAF-Sul	17 02 2010	Constantina
Eduardo Luft	Agrônomo MPA	27/09/2008	Santa Maria
Elton Weber	Presidente da FETAG-RS	25/06/2010	Porto Alegre
Elvino Bohn Gass	Integrante do DETR-RS e do DNTR Deputado estadual e federal pelo PT	23/06/2010	Porto Alegre
Ezídio Pinheiro	Presidente STR de Frederico Westphalen Presidente da FETAG-RS Vicê-presidente da CONTAG Deputado federal pelo PSDB e pelo PSB	06/04/10	Porto Alegre
Heitor Schuch	Presidente do STR de Santa Cruz do Sul Presidente da FETAG-RS Deputado estadual pelo PSB	15/07/2010	Porto Alegre
Inácio Benicá	Coordenador do DETR-RS Dirigente da CUT-RS Assessor parlamentar-PT	24/06/2010	Porto Alegre
Nilto Lazzaretti	Técnico agrícola da COOPAC	15/02/2010	Constantina
Romário Rosseto	Coordenação Nacional do MPA Coordenação Estadual do MPA Dirigente da COOPERBIO	28/12/2010	Palmeira das Missões
Sergio Miranda	Vice-presidente da FETAG-RS Presidente da CTB-RS	15/07/2010	Porto Alegre
Vilson Alba	Dirigente STR em Sarandi e Constantina Coordenador de Organização da Produção da FETRAF-Sul Dirigente da CUT-RS	17/06/2010	Sarandi